

VI ENHG



IV ENGH

**VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA E
IV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA:
travessias, intercâmbio e circulação do conhecimento geográfico**

**15 A 18 DE OUTUBRO DE 2024
REITORIA DO IFBA, SALVADOR**

ANAIS - 2024

REALIZAÇÃO:



Rede Brasilis



APOIO:



VI ENHG e IV ENGH

VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA
IV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA:

travessias, intercâmbio e circulação do conhecimento geográfico

ANAIS - 2024



REALIZAÇÃO:



Rede Brasilis



APOIO:



POSGEO UFBA



PPGEO



Uff Universidade Federal Fluminense



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Encontro Nacional de Geografia Histórica
(4.: 2024 : Salvador, BA)

Anais do VI Encontro Nacional de História da Geografia e IV Encontro Nacional de Geografia Histórica [livro eletrônico] : travessias, intercâmbios e circulação do conhecimento geográfico /organização Mateus Barbosa Santos da Silva...[et al.] -- Salvador, BA : Ed. dos Autores, 2024.

PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Marcus Henrique Oliveira de Jesus, André Nunes de Sousa, Caroline Bulhões Nunes Vaz.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-30418-2

1. Cartografia 2. Cidades 3. Geografia
4. Geografia - Congressos I. Silva, Mateus Barbosa Santos da. II. Jesus, Marcus Henrique Oliveira de. III. Sousa, André Nunes de. IV. Vaz, Caroline Bulhões Nunes. V. Título.

25-248669

CDD-910

Índices para catálogo sistemático:

1. Geografia 910

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

VI ENHG

VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

IV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

TRAVESSIAS, INTERCÂMBIOS E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

15 a 18 de Outubro de 2024

Reitoria do IFBA | Salvador - BA

ISBN: 978-65-01-30418-2

COMISSÃO ORGANIZADORA

André Nunes de Sousa (IFBA) - Coordenador Geral do Evento

Caroline Bulhões Nunes Vaz (IFPB) - Vice-Coordenadora Geral do Evento

Adriano Bittencourt Andrade (IFSP)

André Reyes Novaes (UERJ)

Anízia Conceição Cabral de Assunção Oliveira (IFBA)

Carlo Eugênio Nogueira (UFES)

Célio José dos Santos (IFBaiano)

Flora Sousa Pidner (IFAL)

Francisco Roque de Oliveira (ULisboa)

Ivan de Matos e Silva Junior (IFBA)

Lívia Rita Castro dos Santos (IFBA/UFBA)

Marcus Henrique Oliveira de Jesus (LEHG/Unicamp)

Mariana Lamego (UERJ)

Mariana Loyola Santos (IFBA/UFBA)

Mateus Barbosa Santos da Silva (UEFS)

Naira Santana Pita (IFBA/UFBA)

Paulo Roberto Baqueiro Brandão (UFOB)

Patrícia Gomes da Silveira (Colégio Pedro II)

Pedro de Almeida Vasconcelos (UFBA)

Sandra Freitas Santos (UEA)

Sergio Nunes Pereira (UFF)

COMISSÃO CIENTÍFICA

- | | |
|---|---|
| Adriano Bittencourt Andrade (IFSP) | José Wellington Carvalho Villar (UFS) |
| Ana Cristina da Silva (UFG) | Larissa Alves de Lira (IEB/USP) |
| André Nunes de Sousa (IFBA) | Leonardo Arantes Ventura da Silva (UERJ) |
| André Reyes Novaes (UERJ) | Letícia Parente Ribeiro (UFRJ) |
| Anízia Conceição Cabral de Assunção Oliveira (IFBA) | Luciene Pereira Carris Cardoso (UERJ) |
| Antonio Carlos Vitte (UNICAMP) | Marcus Henrique Oliveira de Jesus (Unicamp/LEHG) |
| Breno Viotto Pedrosa (UFGRS) | Maria Auxiliadora da Silva (UFBA) |
| Caê Garcia Carvalho (UFRR) | Maria Isabel de Jesus Chrysostomo (UFV/ IPPUR/UFRJ) |
| Carlo Eugênio Nogueira (UFES) | Mariana Lamego (UERJ) |
| Caroline Bulhões Nunes Vaz (IFPB) | Mateus Barbosa Santos da Silva (UEFS) |
| Célio José dos Santos (IFBaiano) | Patrícia Gomes da Silveira (Colégio Pedro II) |
| Cristina de Moraes (UDESC) | Perla Zusman (UBA) |
| Daniel Dutra Coelho Braga (USP) | Patricia Marinho Aranha (UNIFESSPA) |
| David Alejandro Ramirez Palacios | Paulo Roberto Baqueiro Brandão (UFOB) |
| Deborah da Costa Fontenelle (UERJ) | Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim (IFSP) |
| Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFGRS/UFPA) | Pedro de Almeida Vasconcelos (UFBA) |
| Fábio Peixoto Bastos Baldaia (IFBA) | Rafael Augusto Andrade Gomes (UFRJ) |
| Federico Ferretti (UNIBO - Itália) | Raimundo Jucier Sousa de Assis (UFPI) |
| Fernando José Coscioni (USP) | Sandra Freitas Santos (UEA) |
| Flora Sousa Pidner (IFAL) | Sergio Luiz Nunes Pereira (UFF) |
| Francisco Roque de Oliveira (ULISBOA) | Severiano Joseh dos Santos Júnior (IFBA) |
| Guilherme Ribeiro (UFRRJ) | Thiago Manhães Cabral (UNIFESP) |
| Ivan de Matos e Silva Junior (IFBA) | Vanessa da Silva Vieira (UEFS) |
| Jânio Laurentino de Jesus Santos (UEFS) | Wendel Henrique Baumgartner (UFBA) |
| Jémison Mattos dos Santos (UEFS) | |
| Jorn Seemann (Ball State University - Estados Unidos) | |

APRESENTAÇÃO

O VI Encontro Nacional de História da Geografia e IV Encontro Nacional de Geografia Histórica foi realizado em Salvador entre os dias 15 e 18 de outubro de 2024, na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

O evento foi organizado pela Rede Brasilis – Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica – em parceria com o Departamento de Geografia do IFBA, do *campus* Salvador, e outras instituições do Brasil e do exterior, contando com financiamento do PAEP/CAPES. Com o tema *Travessias, intercâmbios e circulação do conhecimento geográfico*, a jornada acadêmica buscou fortalecer os debates sobre trajetórias de personagens, instituições e obras responsáveis pelo desenvolvimento da Geografia, além daqueles direcionados ao conhecimento da história dos lugares, seus processos estruturantes e agentes sociais.

Durante o evento, foram realizadas conferências, mesas-redondas, grupos de trabalho (GT), oficinas temáticas e lançamento de livros, buscando integrar professores-pesquisadores, estudantes de pós-graduação e de graduação e professores da rede básica de ensino, e ampliar o alcance das novas descobertas, trocas e debates acerca de temas os mais diversos, abordados nos diferentes recortes espaço-temporais pesquisados. Os GT foram estruturados em seis eixos: GT 01 - Viagens, expedições científicas e a formação da Geografia; GT 02 - Trajetórias de geógrafos(as) e de instituições de produção do conhecimento geográfico; GT 03 - História do ensino de Geografia e da Geografia escolar; GT 04 - Geografia Histórica das cidades, dos espaços rurais e do planejamento territorial; GT 05 - História ambiental e dos estudos sobre natureza; e GT 06 - História da cartografia e demais representações geográficas. Nestes anais estão publicados cinquenta e um trabalhos apresentados nos diferentes GT do encontro acadêmico.

Aproveitamos também estas breves palavras para agradecermos a todos que participaram do evento, foi uma honra recebê-los no IFBA. Os agradecimentos se estendem igualmente a todos que colaboraram, de todas as formas possíveis, na construção e execução intelectual e material do evento. Agradecemos assim a todos os gestores, servidores técnicos-administrativos, terceirizados, estudantes-monitores, comissão científica, comissão organizadora e demais pessoas que contribuíram generosamente com dicas e ações. Esperamos revê-los em breve na próxima edição do evento!

Mateus Barbosa Santos da Silva, Marcus Henrique Oliveira de Jesus,
Caroline Bulhões Nunes Vaz e André Nunes de Sousa (Orgs.)
VI Encontro Nacional de História da Geografia
IV Encontro Nacional de Geografia Histórica

SUMÁRIO

GT 01 - Viagens, expedições científicas e a formação da Geografia13

RIO DE JANEIRO APRESENTADO POR MARIA DO CARMO CORRÊA GALVÃO EM 1965: EXCURSÕES COMO FONTE DE CONHECIMENTO GEOGRÁFICO 14

Gisela Aquino Pires do Rio

Patrícia Gomes da Silveira

O SÉCULO XX, SALVADOR E A TRANSIÇÃO DE UMA GEOGRAFIA VIDALIANA PARA A GEOGRAFIA APLICADA 25

Mariana Loyola Santos

TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS, MANUAIS E GUIAS DE OBSERVAÇÃO DE CAMPO: A CONSTRUÇÃO DE UM OLHAR GEO(FOTO)GRÁFICO 36

Lara D'Assunção dos Santos

GT 02 - Trajetórias de geógrafos(as) e de instituições de produção do conhecimento geográfico 49

A GEO-HISTÓRIA NA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO BRASIL: OS ENCONTROS DE BRAUDEL COM SANTOS 50

Marilia Steinberger

Leonardo Júnio Silvério de Sousa

25 ANOS DA OBRA DOIS SÉCULOS DE PENSAMENTO SOBRE A CIDADE: REMINISCÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS URBANOS ... 63

Livia Rita Castro dos Santos

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA OBRA DE PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS 74

Glauco Bruce Rodrigues

MAURICIO DE ALMEIDA ABREU E A GEOGRAFIA HISTÓRICA: CONTRIBUIÇÕES AO CAMPO DE PESQUISA NO BRASIL 88

Patrícia Gomes da Silveira

Deborah da Costa Fontenelle

LÉA GOLDENSTEIN (1924-2018): GEOGRAFIA DO RIO PARA SÃO PAULO – NOTAS BIOGRÁFICAS 98

Rogério Silva Bezerra

O PROJETO GEOGRÁFICO DE ERIC DARDEL E A ESCOLA FRANCESA DE GEOGRAFIA: PERMANÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS 111

Francyjonison Custodio do Nascimento

Francisco de Assis do Nascimento Júnior

A GEOGRAFIA SOCIAL DE ÉLISÉE RECLUS COMO CONTRIBUIÇÃO EPISTEMOLÓGICA PARA A COMPREENSÃO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL125

Walter Luiz Junior

JEAN GOTTMANN E A GEOGRAFIA NORTE-AMERICANA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 139

Giovana Monteiro Pavanelli

Rita de Cássia Martins de Souza

YVES LACOSTE EM CUBA: SIERRA MAESTRA, RÉGIS DEBRAY E GEOGRAFISMO 150

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior

MULHERES CIENTISTAS NA REVISTA DO IGHB (1894-2022)..... 164

Dáfne Grazielle Oliveira dos Santos

Gabriela de Almeida Lopes

André Nunes de Sousa

O PENSAMENTO GEOGRÁFICO E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE: CONTRIBUIÇÕES DO PERÍODO COLONIAL 173

Amanda Salles de E. G. Acruchi

Antônio Cordeiro Feitosa

Ronaldo Barros Sodré

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO “PARADIGMA DA FORMAÇÃO” NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO NORDESTE 187

Lucas Gabriel Lima de Oliveira

Thiago Adriano Machado

GT 03 - História do ensino de Geografia e da Geografia escolar 200

OS MARCOS TEÓRICOS, EPISTEMOLÓGICOS E DIDÁTICOS DO TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA 201

Thiago Manhães Cabral

O RACISMO NOS MANUAIS ESCOLARES DE GEOGRAFIA DO PERÍODO DE 1930-1945 211

Leandro Salvador

A IMPORTÂNCIA DA CARTOGRAFIA PARA A COMPREENSÃO DE FENÔMENOS ESTUDADOS NA GEOGRAFIA ESCOLAR.....221

Camila dos Reis Serra Santos

Ricardo Vagner de Jesus Tosta Neto

OS CAMINHOS PERCORRIDOS NA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA ENQUANTO ESTUDANTE DA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA230

Denis Harmony da Silva

FORMAÇÕES EVANGELIZADAS DE PROFESSORES (AS) DE GEOGRAFIA NA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ (1958-1971).....239

Pedro Henrique Teixeira Carvalho

Raimundo Jucier Sousa de Assis

GT 04 - Geografia Histórica das cidades, dos espaços rurais e do planejamento territorial.....252

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE CARTOGRAFIA E MEMÓRIA ENQUANTO POSSIBILIDADES PARA SE PENSAR O RACISMO E AS RELAÇÕES RACIAIS NA HISTÓRIA DAS CIDADES BRASILEIRAS253

Albert Milles de Souza

GEOGRAFIAS ATLÂNTICAS: UMA PROPOSIÇÃO PARA PENSAR O BRASIL ANTES DO BRASIL.....268

Mariane de Oliveira Biteti

ACERVO NOSSO SAGRADO: ESPACIALIDADE DAS PRÁTICAS RELIGIOSAS AFRO-BRASILEIRAS A PARTIR DA LOCALIZAÇÃO DOS OBJETOS APREENDIDOS PELA POLÍCIA CIVIL (1889-1946) NO RIO DE JANEIRO.....277

Paula Fernandes da Silva

ESPAÇOS DE AQUILOMBAMENTO E LUTA CONTRA ESCRAVIDÃO DE AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES EM SALVADOR NO SÉCULO XVIII: RESISTÊNCIA E PODER.....293

Daniele Santos de Souza

LIMITES E POSSIBILIDADES DE USO DO TEXTO LITERÁRIO NA GEOGRAFIA HISTÓRICA302

Adriano Bittencourt Andrade

POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS: UMA PROPOSTA DE FERRAMENTA ANALÍTICA PARA NOMEAÇÃO DOS LUGARES317

Kairo da Silva Santos

Matheus da Silveira Grandi

UMA FRENTE DE URBANIZAÇÃO ENTRE A BAÍA DE CAMAMU E O RIO DE CONTAS (BAHIA, 1757-1808).....	335
<i>Marcelo Henrique Dias</i>	
<i>Pedro Sarro Gomes</i>	
O “MUSEU É O MUNDO”: OUTRA CARTOGRAFIA DO SANTO ANTÔNIO ALÉM DO CARMO	347
<i>Catiane Rocha Passos de Souza</i>	
<i>Solange Maria de Souza Moura</i>	
<i>Maria Lucileide Mota Lima</i>	
A URBANIZAÇÃO PERNAMBUCANA NA PRIMEIRA METADE DO OITOCENTOS: A FUNDAÇÃO DE VILAS E CIDADES	359
<i>Tiago Cargnin Gonçalves</i>	
URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO TERRITORIAL NO SUL DO BRASIL: PROPOSIÇÕES DA GEOGRAFIA HISTÓRICA DE SANTA CATARINA NO SÉCULO XIX.....	373
<i>Gustavo Rodrigo Faccin A. de Souza</i>	
<i>André Souza Martinello</i>	
<i>Felipe de Souza Cardoso</i>	
O ESTUDO DE UM ESPAÇO ORIENTADO POR SUA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA – O CASO DE SÃO BERNARDO	386
<i>Luiz Fernando Silva Loschiavo dos Santos</i>	
URBANIZAÇÃO DE MACAÉ (RJ): DE ENTREPOSTO COMERCIAL À BALNEÁRIO TURÍSTICO	398
<i>Júlia Venancio Lima</i>	
O JORNAL RETRATA UM EMBATE: A FAVELA DA BARREIRA DO VASCO COMO UMA BARREIRA AO VASCO DA GAMA?	413
<i>Rafael Freitas Bezerra</i>	
FRAGMENTOS DE UM DISCURSO URBANO: LIMITES DO PÚBLICO E DO PRIVADO EM COPACABANA (RIO DE JANEIRO, RJ).....	424
<i>Paulo Cesar da Costa Gomes</i>	
<i>Rafael Augusto Andrade Gomes</i>	
<i>Bernardo José Alvarez de Castro</i>	
A SEGREGAÇÃO ESPACIAL DA LOUCURA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX: O CASO DA COLÔNIA DE ALIENADOS DE JACAREPAGUÁ	436
<i>Giovanna Florencio Candido</i>	

A “INVENÇÃO” DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE E AS AÇÕES DA ELITE DO SETOR SUCROALCOOLEIRO EM CONTEXTO DE CRISE: AS CAPAS DO MONITOR CAMPISTA (1980-1985)..... 448

Zandor Gomes Mesquita

Carolinne Barcellos de Carvalho Azevedo

PROGRESSO E MODERNIZAÇÃO NA ZONA DA MATA NORTE MINEIRA: A ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA DE VIÇOSA, MINAS GERAIS (1920-1926)..... 463

Dayana Debossan Coelho

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CAPARAÓ (1870-1914).....477

Mateus Ribeiro de Souza

Carlo Eugênio Nogueira

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NA FOZ DO RIO DOCE, ATRAVÉS DA COMUNIDADE DE ENTRE RIOS..... 488

Ladislau Pereira Sanders Filho

DE ENTRONCAMENTO DE VIAS À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA: DINÂMICA TERRITORIAL E INOVAÇÕES TÉCNICAS EM MOSSORÓ-RN (1870-1932)502

Elizângela Justino de Oliveira

Bruno Gilmar Silva de Medeiros

Doralice Sátyro Maia

A FERROVIA COMO SÍMBOLO DE MODERNIDADE E TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM CIDADES BOCA DE SERTÃO: O CASO DE PATOS-PB.....519

Nelcilene Lima da Silva

Ariel Iasmim Silva da Costa

A CHEGADA DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO E AS MUDANÇAS NA HIERARQUIA DE LOCALIDADES NA PROVÍNCIA DA BAHIA NO PERÍODO DO MEIO TÉCNICO..... 534

Gil Carlos Silveira Porto

A SECA COMO NEGÓCIO CIENTÍFICO: POMPEU E GABAGLIA NO CEARÁ OITOCENTISTA..... 547

Igor Carlos Feitosa Alencar

A DESCOBERTA DO PETRÓLEO NA BAÍA DE TODOS-OS-SANTOS E SUA REPERCUSSÃO ENTRE OS GEÓGRAFOS NA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA.....559

Naira Santana Pita

Anderson Castro de Santana

GT 05 - História ambiental e dos estudos sobre natureza 571

ACUMULAÇÃO POR DESPOSSessão E DESASTRES AMBIENTAIS:
CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA A PARTIR DE ROSA LUXEMBURGO E DAVID
HARVEY 572

Andreia Mendonça Zambanini da Silva

Paulo Roberto da Silva Rufino

Antonio Carlos Vitte

DISCUSSões INTRODUTÓRIAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A
GEOMORFOLOGIA, AS CIÊNCIAS NATURAIS E O IDEALISMO ALEMÃO 583

Kesia Rodrigues dos Santos

Danilo Cardoso Ferreira

Hugo Alves Godoi

A GEOGRAFIA FÍSICA COMO CIÊNCIA HISTÓRICA: UM OLHAR A PARTIR
DA CATEGORIA TEMPO NOS ESTUDOS DA NATUREZA 594

Cledson Mesquita Santos

GT 06 - História da cartografia e das representações geográficas 607

MAPAS PARA O INGLÊS VER: REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS
TURÍSTICAS DO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX AO PRESENTE 608

Jörn Seemann

A NOÇÃO DE DESCOBRIMENTO COMO ÓTICA DE UM ESPAÇO
ABSOLUTO: RAZões E VISões DE MUNDO NO ALVORECER MODERNO .. 619

Bruno Zambianchi Rey

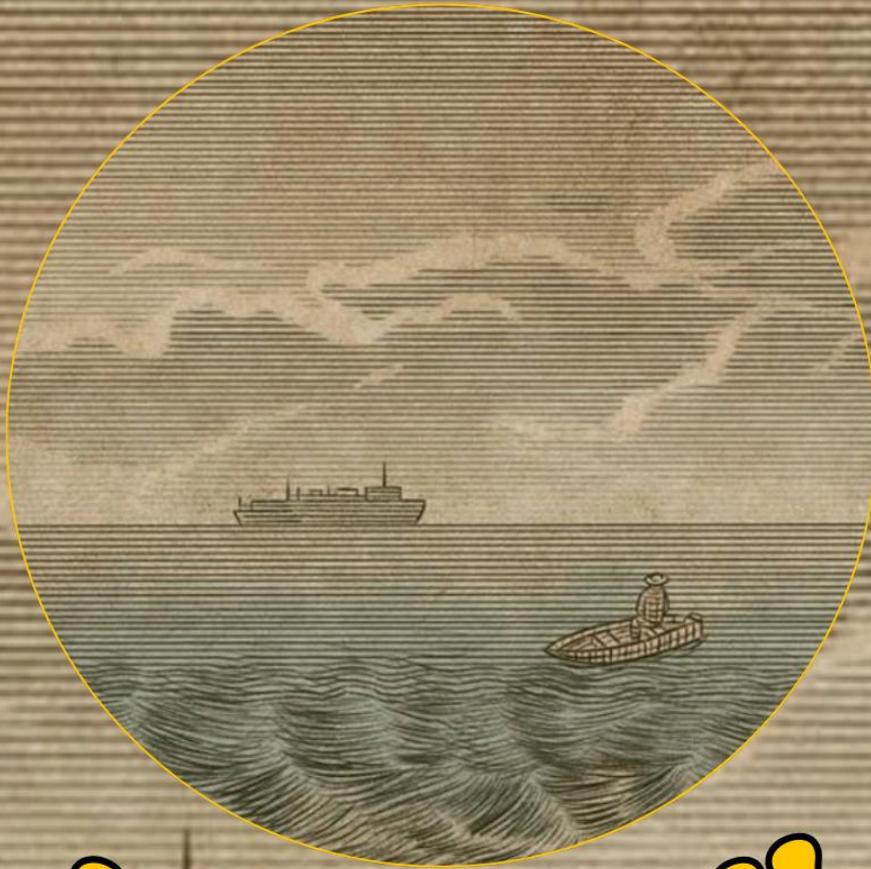
DO COMUM AO PRÓPRIO: A TOPOGÊNESE DA BAÍA DE GUANABARA 633

Bernardo José Alvarez de Castro

A QUESTÃO CARTOGRÁFICA E A GOVERNABILIDADE DO BRASIL
OITOCENTISTA: O CASO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL 646

Amanda Chiamenti Both

VI ENHC



IV ENGH

GRUPO DE TRABALHO (GTs) - N° 1
Viagens, expedições científicas e a
formação da Geografia

RIO DE JANEIRO APRESENTADO POR MARIA DO CARMO CORRÊA GALVÃO EM 1965: EXCURSÕES COMO FONTE DE CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Gisela Aquino Pires do Rio¹
Patrícia Gomes da Silveira²

RESUMO

O presente trabalho parte da premissa de que as excursões acadêmico-científicas organizadas no âmbito de reuniões geográficas promovidas pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) consiste em importante fonte de conhecimento e modo pedagógico de estudar e compreender o dinamismo das transformações espaciais no Brasil em meados da década de 1960. Essa temática é ilustrada a partir da apresentação e análise de duas excursões organizadas pela professora-pesquisadora Maria do Carmo Corrêa Galvão e publicadas no Guia de Excursões do 2º Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG), realizado no Rio de Janeiro em 1965. Os guias das excursões foram consultados no arquivo pessoal de Maria do Carmo, depositados no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao selecionar essas duas excursões, pretende-se sublinhar a relevância das informações nelas contidas quando o interesse se dirige para a interpretação geográfica da paisagem no passado e o modo como podemos apreendê-la.

Palavras-chave: Excursão geográfica, Guias de excursão, Rio de Janeiro, Congresso Brasileiro de Geógrafos.

ABSTRACT

This paper consider that academic-excursions organized in the context of geographical congress promoted by the Association of Brazilian Geographers (AGB) consisted in an important source of knowledge and pedagogical way of studying and understanding the dynamism of spatial transformations in Brazil in the mid of the 1960s. We examine two geographical excursions organized by the professor-researcher Maria do Carmo Correa Galvão and publish in the 2nd Brazilian Congress of Geographers (CBG), held in Rio de Janeiro in 1965. The excursion guides were consulted in the personal archive of the professor Maria do Carmo, held by the Department of Geography at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). By selecting these two excursions, it is intended to emphasize the relevance of the information contained in them to the geographical interpretation of the landscape in the past and how to develop a way of apprehending it.

Keywords: Geographical excursions, Excursion guides, Rio de Janeiro, Brazilian Congress of Geographers.

¹ Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: gpiresdoriorio@gmail.com

² Professora de Geografia do Colégio Pedro II (CPII). Contato: silveirag.patricia@gmail.com

INTRODUÇÃO

A história do pensamento geográfico envolve um conjunto de práticas que são consideradas essenciais e cuja importância é amplamente reconhecida pela comunidade geográfica. Dentre elas, o trabalho de campo e as excursões acadêmico-científicas integram as manifestações das tradições geográficas (DRIVER, 2001). Dentre essas tradições, as excursões realizadas como atividades associadas à programação oficial de Congressos e Encontros refletem a longa tradição e importância dessa prática na geografia seja amparada pelas sociedades geográficas do século XIX, seja nas estruturas institucionais que congregam profissionais.

No Brasil, há uma longa tradição dessas excursões em especial no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e nos Encontros da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), desde o início de sua atuação na década de 1930³. Sem dúvida, o XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional (UGI), realizado no Rio de Janeiro, em 1956, reforçou a tradição das excursões – que já mobilizavam desde a década de 1930 geógrafos ligados aos IBGE e que foram responsáveis pela elaboração dos guias de excursão deste evento –, fornecendo a base para a elaboração de outros tantos guias no país⁴. A respeito desse último aspecto, Aroldo de Azevedo, para quem excursões e trabalho de campo consistiam a essência do trabalho do geógrafo, ressaltou a importância das excursões como meio de “contato entre geógrafos do Mundo com as várias regiões brasileiras” (AZEVEDO, 1956, p. 3).

A prática de excursões no Brasil antecedia a reunião internacional. Chama-se a atenção para o fato de que a mobilização de geógrafos representou a formação de uma geração para a qual as excursões relacionavam-se com questões relevantes em determinado momento e uma sólida base para o desenvolvimento dos respectivos trabalhos subsequentes.

³ Entre 1930 e 1960, O IBGE realizou diversas expedições geográficas, algumas lideradas por geógrafos estrangeiros como Leo Waibel e Francis Ruellan, com o objetivo de subsidiar a regionalização, colonização agrícola e diagnóstico ambiental do território brasileiro (ABRANTES, 2014).

⁴ Os participantes do XVIII Congresso da UGI, muitos deles renomados geógrafos europeus e norte-americanos, foram conduzidos por geógrafos brasileiros a percorrer as regiões do Brasil e conhecer seus aspectos físicos e humanos, sendo produzido um total de nove guias de excursão (EVANGELISTA, 2004).



Tomou-se exclusivamente os Congressos Brasileiros de Geografia (CBG), contados a partir da primeira edição sob organização da Associação Brasileira de Geógrafos (AGB) realizada em Ribeirão Preto (SP) em 1954, em interstícios de 10 anos (Antunes, 2016)⁵. As excursões associavam questões relevantes naquele momento às áreas da disciplina, como evolução e desenvolvimento urbano. Essas questões foram enfatizadas na excursão realizada na região e cidade de Ribeirão Preto, segundo os temas: geomorfologia, aspectos da geografia física e da geografia humana (ANTUNES, 2016). Os desdobramentos da geografia urbana começavam a ganhar densidade como reflexo do processo de urbanização que se intensificava no país e ganharam importância nos Congressos posteriores.

Neste trabalho, nosso interesse se concentra nas excursões efetuadas durante o II Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG), ocorrido no Rio de Janeiro em 1965. No guia de excursões dessa edição do CBG, selecionamos duas cuja organização coube à professora-pesquisadora Maria do Carmo Corrêa Galvão (1925-2023). O interesse por esses dois roteiros decorre de trabalho anterior sobre a excursão que a professora realizou ao Congo Belga em 1954 (PIRES DO RIO; SILVEIRA, 2024), um ano antes do 1º CBG de Ribeirão Preto, e dez anos após sua viagem ao então Congo Belga. O intuito é traçar a evolução da experiência com excursões geográficas que exerceram relevante influência nos trabalhos publicados e nas atividades de pesquisa e ensino de Galvão, especialmente em sua atuação no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os guias das excursões foram consultados no arquivo pessoal de Maria do Carmo, depositados nessa Instituição.

A análise proposta se insere na problemática própria à disciplina sobre as transformações das tradições e registros das práticas do conhecimento geográfico como contribuição à memória da disciplina a partir da prática geográfica de uma professora-pesquisadora com relevante contribuição à geografia brasileira.

O REGISTRO DOS GUIAS DE EXCURSÃO

Desde os anos de 1990 acompanhamos um crescente interesse por linhas de

⁵ Este primeiro Congresso organizado pela AGB marca a ruptura em relação aos congressos de Geografia organizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (EVANGELISTA, 2004) e pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (CARDOSO, 2017).



pesquisa sobre história do pensamento geográfico e geografia histórica no Brasil. Apresentando trabalhos individuais ou dossiês sobre a produção de geógrafos, a Revista Terra Brasilis atua desde os anos 2000 como fórum de debate e, de certo modo, permanente exame das transformações da disciplina no passado. Constatou-se, no entanto, poucos trabalhos que se dedicaram a explorar os guias de excursão sob o prisma de uma genealogia da produção geográfica.

Quando nos interessamos sobre os registros do conhecimento, uma das primeiras referências que chamam atenção são os anais de congressos, seminários e simpósios. Esses anais constituem de fato um registro sobre o estado da arte em determinado momento, um painel da produção e expressão coletiva de uma disciplina ou campo de conhecimento. São registros que, no tempo, contribuem para a construção de uma memória sobre o pensamento geográfico ou, ao menos, uma parte da evolução da disciplina, sobre a invisibilidade ou visibilidade de autores, centros de pesquisas ou as tensões, disputas e discussões que delineiam a própria evolução da disciplina.

Nos Anais do CBG, além dos trabalhos apresentados e mesas redondas que indicam a relevância de certos temas nos diferentes momentos, dispõe-se dos Guias de Excursão. Esse material representa fonte de informação relevante sobre como os geógrafos organizaram o conhecimento a partir da observação direta guiada. Há, nesse sentido, uma interpretação e um modo de organizar o percurso que integraram a formação dos profissionais principalmente nos anos de 1940, 1950 e 1960.

Em trabalho anterior, chamamos a atenção para a perda de importância dos Guias de Excursão como fonte de informação e de pesquisa para a análise de momentos passados associados à configuração do espaço e o ritmo das transformações (PIRES DO RIO, 2011). A importância do resgate desse material reside, no nosso entendimento, em sua contribuição para compreender a relação entre observação e reflexão e a evolução das tradições geográficas, isto é, considerar os diferentes “ambientes sociais e intelectuais dentro dos quais a geografia vem sendo praticada” (LIVINGSTONE, 1992, p. 347). Nesse sentido, os Guias formalizavam um modo de praticar tanto a tradição dos relatos de viagens, como aquela de evidenciar a particularidade da ação humana no ambiente (LIVINGSTONE, 1992). É nessa perspectiva que compreendemos os registros nos Guias de Excursão do 2º CBG, e em particular as duas excursões organizadas por Maria do Carmo Galvão.



As excursões científicas ainda hoje costumam integrar a programação de eventos científicos em diferentes níveis, mas, sobretudo nos Congresso da União Geográfica Internacional e nos Congressos Nacionais de Geógrafos. Uma das características dessas excursões, já assinalada por vários autores e mais recentemente por Castro *et al.* (2022), era ser precedida da elaboração de um guia que, segundo a tradição geográfica, apresentava uma zona, região ou área de interesse em torno de uma problemática.

Assumimos que o guia de excursão integra o conjunto de registros das práticas geográficas que acompanha a história do pensamento geográfico. Tal como eram elaborados para os primeiros Congressos Brasileiros de Geógrafos no âmbito da AGB, os guias representavam importante contribuição para a circulação do conhecimento na medida em que propiciavam a observação de paisagens e o contato direto com aspectos geográficos em determinado lugar ou em uma região.

O guia não se resumia a uma compilação de informações pinçadas aqui e acolá; ao contrário, eram pensados e elaborados a partir de pesquisas e campos preparatórios à sua elaboração e divulgação como parte da programação de um evento. Sua leitura indica que, havia de um modo geral, questões de interesse geográfico próprias ao contexto histórico de realização de cada congresso. A seleção das zonas e áreas a serem visitadas, bem como o percurso a ser seguido requeriam atenção especial a fim de explorar e ilustrar o tema principal. A elaboração de um guia não consistia, portanto, uma atividade corriqueira e banal. Exigia um questionamento reflexivo sobre a dinâmica de processos e transformações em curso.

No 1º CBG, realizado em Ribeirão Preto em 1955, o tema urbano mereceu um detalhamento por parte dos organizadores das excursões. Sob o título “Ribeirão Preto e Arredores”, a excursão organizada por Ary França foi subdividida em seis temas, dado a força das transformações e o crescimento urbano impulsionados pelo ritmo de crescimento econômico no estado de São Paulo naquele momento.

Como são realizados em intervalos de dez anos, a 2ª edição do CBG, consistia em marco e oportunidade para balanço do “estado da arte” e perspectivas das questões que começavam a brotar com força na organização espacial do território brasileiro: interiorização e abertura de fronteiras em direção ao Brasil Central.

Havia também um modo de atualização nos debates internacionais pela presença de conferencistas vinculados às diferentes linhas na disciplina e originários de países

subtropicais. Na Rubrica Noticiário da Revista Brasileira de Geografia (RBG, 1965, p. 202), o 2º CBG, realizado no Rio de Janeiro em 1965, chamou a atenção para as conferências de geógrafos como Preston James (EUA), que havia sido professor convidado na Universidade do Brasil entre 1949-1950; Orlando Ribeiro, geógrafo português com produção sobre geografia comparada; e Jacqueline Beaujeu-Garnier, geógrafa francesa com trabalhos em geografia da população e urbana, além da presença de Pierre Deffontaines, então presidente da AGB. Esse tipo de registro permite inferir os dispositivos para a afirmação da disciplina com a participação de convidados internacionais e de certo modo travar contato com os enfrentamentos entre tendências naquele momento, seus desdobramentos e reverberação no meio acadêmico-científico do país.

RIO DE JANEIRO EM DOIS TEMPOS POR MARIA DO CARMO GALVÃO

No 2º CBG, Maria do Carmo Corrêa Galvão foi responsável pela organização de algumas excursões, das quais retivemos duas delas, como assinalado precedentemente. A primeira, “O Rio de Janeiro e a Zona Rural Circunvizinha” e a segunda “Novos Eixos de Circulação e a Transformação da Fisionomia Urbana do Rio de Janeiro”. Mais do que descrição de pontos, os dois trabalhos publicados originalmente no caderno de Roteiros de Excursões daquele Congresso, e retomados na coletânea Percursos Geográficos: Maria do Carmo Correa Galvão (PIRES DO RIO; COELHO, 2009), consistiam em apresentação balizada das respectivas áreas. É sempre bom lembrar que essas excursões estavam destinadas aos profissionais e estudantes, muitos dos quais não conheciam a cidade do Rio de Janeiro e seus arredores.

No Rio de Janeiro de 1965, em pleno processo de transferência da capital federal para Brasília, algumas questões se impunham sobre as transformações econômicas, sociais e políticas no antigo Distrito Federal, bem como as distintas manifestações do processo de urbanização que despertavam interesse, quer do ponto de vista da evolução da rede urbana, quer do ponto de vista da estrutura interna das cidades, ou ainda da formação das metrópoles nacionais, cujo processo se consolidaria nos anos de 1970.

“O Rio de Janeiro e a Zona Rural Circunvizinha” tinha como questão a relação cidade-campo, as pressões sobre o espaço agrícola exercidas pela expansão da



metrópole. A apresentação da área a ser percorrida era essencialmente uma descrição das paisagens segmentadas em baixadas, serras e piemontes associadas aos diferentes usos agrícolas das terras ao longo da história de ocupação dessa área, do modo predominante de administração das propriedades e as políticas de assentamentos na modalidade de cooperativas.

A zona rural percorrida na excursão concentrava-se basicamente na porção ocidental da Baía de Guanabara compreendendo o município de Nova Iguaçu, estendendo-se até o município de Itaguaí, situado na orla da baía de Sepetiba, e os distritos localizados na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, como Santa Cruz, Campo Grande e Jacarepaguá. As transformações decorrentes do ritmo de crescimento urbano associada à especulação imobiliária nas áreas de baixada são assinaladas nos seguintes termos:

vê-se que uma grande transformação da zona rural vem se processando em decorrência do crescimento urbano e, sobretudo, do loteamento que denuncia, mais que uma explosão demográfica, o efeito da especulação (GALVÃO, 2009[1965], p. 209).

A temática essencial desta excursão residia, assim, na observação do dinamismo das mudanças impulsionadas pela iniciativa de agentes metropolitanos, predominantemente não vinculados à produção agrícola e capazes de articular mudanças profundas no uso da terra. Diante dessa ação contundente da especulação, apresentavam-se algumas formas de resistência da agricultura periurbana que se refugiava nas encostas das serras e colinas, e em bolsões de cultivos em decadência que alimentavam os processos de especulação.

Em “Os Novos Eixos de Circulação e a Transformação da Fisionomia Urbana do Rio de Janeiro” reconhece-se de imediato a preocupação em definir as condições do sítio da cidade e as funções que lhe foram atribuídas originalmente. A exiguidade do sítio, como demonstrou, as condições topográficas, e os investimentos em drenagem de lagoas e pântanos, bem como em aterros de mangues condicionaram a configuração dos bairros e a expansão do tecido urbano. Sublinhou, assim, a morfologia e a evolução das técnicas que permitiram drenar e aterrar áreas alagadiças e embrejadas como fatores intrínsecos à estrutura da cidade retratada naquele momento.



Ao longo da apresentação dessa metrópole em formação, a importância das vias de circulação, a abertura de túneis e as novas vias expressas de circulação marcaram certa expectativa com a modernização das estruturas do país, dentre as quais, a estrutura urbana apresentava-se como condição e reflexo da modernização. Tratava-se, assim, de uma introdução à dinâmica da urbanização na cidade do Rio de Janeiro naquele momento, observada em seus aspectos fisionômicos e urbanísticos. As referências aos padrões modernos, processo de modernização, ritmo acelerado do crescimento urbano estão presentes ao longo do texto. Em algumas passagens acentuou as rupturas no tecido urbano que esse processo de transformação representou. Ilustrou esse ponto referindo-se ao aterro da Glória (Parque do Flamengo, inaugurado em 1965) e à praia artificial de Ramos, ressaltando a importância dos espaços públicos de lazer para a vida da população, sobretudo para os grupos de menor renda. Quase 60 anos após a publicação desse roteiro, circulação, espaços de lazer e recreação permanecem, de algum modo, como questões do cotidiano das grandes aglomerações urbanas, em especial na cidade do Rio de Janeiro.

A leitura dos dois roteiros permitiu destacar traços que caracterizaram a estrutura espacial da cidade e da metrópole do Rio de Janeiro, e o modo pelo qual espaços e terrenos oferecidos à expansão urbana foram sendo ocupados e valorizados. No nível intraurbano, o exemplo das vias de circulação estava significativamente marcado por um modelo de urbanismo moderno. Na zona rural circunvizinha à metrópole, a articulação rural-urbano foi apresentada por meio de um mosaico de usos e vestígios históricos da atividade agrícola e pecuária que se desenvolveu desde o início da ocupação portuguesa. O espaço metropolitano tal como apresentado remetia à uma concepção geohistórica por meio da qual percebe-se as relações entre “homem e o espaço”.

Uma compreensão do significado geohistórico das mudanças que se anunciavam em meados dos anos de 1960 no Rio de Janeiro parece ser bastante útil na atualidade. O contato com os roteiros de excursão permite conhecer como os autores expressavam um olhar direto e organizado para captar a transformação em determinado momento-lugar. Há nesse sentido uma concepção clara de paisagem como realidade material em transformação.

Nos roteiros elaborados por Maria do Carmo Galvão e descritos neste trabalho, aproximam-se dois modos complementares de interpretação da paisagem: como extensão visual do espaço, seguindo a linha de Carl Troll (RIBEIRO, 1978) por quem havia sido orientada no doutorado na Alemanha; e como manifestação da diversidade geográfica observada em zonas e regiões submetidas ao mesmo processo de expansão urbana, em particular o centro metropolitano do Rio de Janeiro, e de mudanças na relação campo-cidade, seguindo concepções da geografia regional no início dos anos de 1960. O processo de expansão urbana implicava em ritmo e intensidade distintos no nível intraurbano e metropolitano. Mais de meio século após sua realização, esses roteiros de excursões oferecem um conjunto de informações relevantes quando o interesse se dirige para a interpretação geográfica da paisagem e o modo como podemos apreendê-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de excursões acadêmico-científicas no âmbito de congressos e seminários é, em geral, considerada proveitosa para quem a vivencia. Há, no entanto, e nisso consiste uma primeira dificuldade, a pouca atenção conferida aos aspectos relacionados à preparação, ou melhor às questões e conceitos que conferem base à formulação de roteiros.

As duas excursões analisadas nesse artigo foram realizadas no âmbito do congresso nacional da AGB realizado em 1965, como indicado. Houve uma terceira excursão que não foi tratada neste trabalho: “A zona industrial antiga do Rio de Janeiro”. Dois aspectos indicam a subjetividade na seleção das áreas e dos percursos selecionados. São duas escalas que se complementam: a escala intraurbana e a escala regional. Ao mesmo tempo, é perceptível a preparação anterior que assegura lógica na apresentação das questões e dos pontos de observação. Sublinha-se a preocupação com a valorização do conhecimento geográfico, os princípios de planejamento regional que começavam a se impor como tema prioritário nos anos de 1960 e 1970, e a abordagem regional associada à perspectiva histórica.

No que diz respeito à especificidade desse material, conclui-se que os Guias de Excursões constituíam um registro sobre o modo de apresentação de determinada região,

zona ou área, e o modo como as tradições se renovam. Seu conteúdo nos convida à reflexão sobre transformações e mudanças nas paisagens urbanas, rurais e rururbanas, e também nas práticas de educar o olhar e a observação do geógrafo em campo. Não se pode afirmar que o modo como as excursões foram concebidas naquele momento tenha sido perpetuado ou generalizado para as reuniões subseqüentes, mas é plausível considerar que consolidou o lugar da excursão no intercâmbio de conhecimento e nos fóruns geográficos posteriores.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Vera. Era preciso redescobrir o Brasil: as expedições geográficas do IBGE entre as décadas de 1940 e 1960. **Revista Terra Brasilis**, 3, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/982>

ANTUNES, Charles da França. O Primeiro Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG) - afirmação de uma identidade e início de uma história. **Terra Livre**, v. 1, n. 42, p. 163-180, 2016.

AZEVEDO, Aroldo de. Os Geógrafos Paulistas e o XVIII Congresso Internacional de Geografia. Editorial. **Boletim Paulista de Geografia**, (23), p. 3-4, 1956. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/issue/view/125>

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Meio século de Congressos Brasileiros de Geografia. **Terra Brasilis**, 8, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1975>.

CASTRO, Iná Elias et al. Expedição geográfica na fronteira do Brasil com a França: entre encantamento e estranhamento. **Confins** [Online], n. 57, 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/49188>.

DRIVER, Felix. **Geography militant: cultures of exploration and empire**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

EVANGELISTA, Hélio Araújo. O XVIII Congresso Internacional da União Geográfica Internacional – UGI (Rio de Janeiro, 1956). **Revista Geo-Paisagem**, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/congresso1956.htm>

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. O Rio de Janeiro e a Zona Rural Circunvizinha. In: PIRES DO RIO, G. A. e COELHO, M. C. N. **Maria do Carmo Correa Galvão: Percursos Geográficos**. Rio de Janeiro: Lamparina, [1965], 2009.

_____. Novos Eixos de Circulação e a Transformação da Fisionomia Urbana no Rio de Janeiro. In: PIRES DO RIO, G. A. e COELHO, M. C. N. **Maria do Carmo Corrêa Galvão: Percursos Geográficos**. Rio de Janeiro: Lamparina, [1965], 2009.



LIVINGSTONE, David. **The Geographical Tradition**. Oxford: Blackwell, 1992.

RIBEIRO, Orlando. La leçon de Carl Troll. **Finisterra**, v.13, n. 26, 1978. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2246>

PIRES DO RIO, Gisela Aquino. O Trabalho de Campo na (Re)construção da Pesquisa Geográfica. **GEOgraphia**, v. 13, n. 25, p. 18-41, 2011. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php>

PIRES DO RIO, Gisela Aquino; SILVEIRA, Patrícia Gomes da. How the travel to the Belgian Congo (1954) influenced the academic production of the Brazilian geographer Maria do Carmo Corrêa Galvão? **35th International Geographical Congress of the International Geographical Union (IGU)**, 2024.

O SÉCULO XX, SALVADOR E A TRANSIÇÃO DE UMA GEOGRAFIA VIDALIANA PARA A GEOGRAFIA APLICADA

Mariana Loyola Santos¹

RESUMO

O trabalho apresenta, de forma introdutória, a relação entre o pensamento geográfico e a formação territorial de Salvador, na Bahia, a partir da análise do texto Guia da excursão nº6 de Alfredo José Porto Domingues e Elza Coelho de Souza Keller referente a excursão número 6 (de um total de 9) realizada no âmbito do XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional (UGI) que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1956 e que expõe alguns pontos interessantes de um momento significativo na história do pensamento geográfico no Brasil, a transição de uma Geografia vidaliana para a Geografia aplicada. Nos baseamos nos pressupostos teórico-metodológicos defendidos pelo professor Antônio Carlos Robert Moraes para quem a formação territorial e o discurso geográfico são indissociáveis. A ideia é mostrar um pouco como o pensamento geográfico da época dialogava com as relações, as materialidades e as transformações urbanas, e como a cidade era descrita, quais termos e conceitos eram empregados e os principais elementos considerados importantes pelos geógrafos nesse período histórico.

Palavras-chave: Pensamento geográfico, formação territorial, expedição.

ABSTRACT

The work presents, in an introductory way, the relationship between geographic thought and the territorial formation of Salvador, Bahia, based on the analysis of the text Guide to excursion number 6 by Alfredo José Porto Domingues and Elza Coelho de Souza Keller referring to excursion number 6 (out of a total of 9) held within the scope of the XVIII International Geography Congress of the International Geographical Union (UGI) which took place in Rio de Janeiro in 1956 and which highlights points of a significant moment in the history of geographic thought in Brazil, the transition from Vidalian Geography to applied Geography. We are based on the theoretical-methodological assumptions defended by professor Antônio Carlos Robert Moraes, for whom territorial formation and geographic discourse are inseparable. The idea is to show a little how geographic thinking at the time dialogued with relationships, materialities and urban transformations, and how the city was described, which terms and concepts were used and the main elements considered important by geographers in this historical period.

Keywords: Geographic thinking, territorial formation, expedition.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia-UFBA. Contato: marianaloyola89@gmail.com

INTRODUÇÃO

Salvador sempre foi uma cidade ponto de encontro de diferentes culturas. No início do século XIX, narram os naturalistas Martius e Spix (2016), a cidade, entre outras coisas, também servia como local de descanso para os viajantes com destinos variados, porto onde circulavam mercadorias para além-mar, espaço de manifestações e de fusões religiosas, mosaico de paisagens. Assim era/é a cidade de Salvador – ou cidade da Bahia, como também foi chamada até a década de 50 do século XX. Durante quase três séculos a soterópolis se apresentou ao mundo como principal praça comercial da América (VASCONCELOS, 2016), centralidade de trocas entre as tradições ocidental-europeias, as diásporas africanas e a variedade de sociedades indígenas nativas, configurando-se, além disto, como a primeira rede urbana do continente, em articulação com outras cidades do recôncavo baiano (VASCONCELOS, 2016).

Ainda no século XIX, a Bahia passou por um acentuado declínio econômico e perda de centralidade política de Salvador e do Recôncavo em termos nacionais, porém, isso não fez perder o interesse de naturalistas e geógrafos pela descrição e interpretação de sua vida social, já que a cidade nunca deixou de ser importante para o Brasil e para a Geografia. Assim, tomando como base o início da segunda metade do século XX, este trabalho busca apresentar a relação entre o pensamento geográfico e a formação territorial, tomando como base, conforme dito, a cidade de Salvador e como ela aparece, ou não, no Guia da excursão nº6 de Domingues e Keller de 1958, no âmbito da já instituída e consolidada Geografia universitária brasileira.

A obra analisada mostra a expedição correspondente a excursão número 6 (de um total de 9) realizada durante o XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional (UGI) que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1956. Trata-se de uma excursão que saiu do Rio de Janeiro e foi até o nordeste da Bahia, quase na divisa com Sergipe, e que envolveu uma série de geógrafos brasileiros e estrangeiros, cuja a quantidade não é precisada no livro compilado por Domingues e Keller (1958). A realização do congresso e a excursão pela Bahia foram fundamentais para aproximar a Geografia desenvolvida na Bahia das práticas geográficas internacionais e resultaram, também, mais tarde, no convite para que geógrafos baianos pudessem estudar na Europa (SILVA, 2011; SILVA, 2013; SOUSA, 2014).



O século XX e a transição de uma Geografia Vidaliana para a Geografia Aplicada

Sabemos que na segunda metade do século XIX a Geografia baiana e brasileira já apresentava pesquisas e um corpo de professores cientistas que produziam trabalhos sistematizados (SOUSA; VAZ, 2019), e essa geografia-ciência-moderna que se desenvolve com a própria ocidentalização do mundo vai se amparar em teorizações e arcabouço pedagógicos variados, o que nos esclarece a presença e a disputa entre as “escolas nacionais”. É um momento de transição entre a Geografia produzida pelos viajantes naturalistas para uma Geografia que se pretendia científica, mas que tinha ainda muito o que ajustar em termos disciplinares, pois ela ainda se via “dissolvida” em muitos outros campos, o que a levou a receber várias críticas.

Vários projetos disciplinares do século XIX conflitam com a pretensão da geografia de circunscrever um campo exclusivo (basta pensar na contundente crítica de Émile Durkheim à “geografia humana” de Vidal de La Blache, vista como subcampo da nascente sociologia por ele denominado de “morfologia social) (MORAES, 2005, p. 26).

No início do século XIX os naturalistas que visitaram Salvador queriam desbravar e descrever o desconhecido para alimentar de informações o seu país de origem. Encontravam um Brasil escravocrata, agroexportador e com intensos conflitos pela independência (MARTIUS; SPIX, 2016). Na transição entre o século XIX e XX outros pesquisadores também vieram ao Brasil para levantar informações e compor seus textos, mas o país já estava em outro momento, eles encontraram um Brasil independente e muito preocupado com o fortalecimento das suas fronteiras nacionais (RECLUS, 1889). Agora, gostaríamos de trabalhar um novo momento da história do Brasil e, conseqüentemente, do discurso geográfico e das transformações urbanas. Trata-se da excursão número 6, como já mencionado, que nos ajuda a compreender um novo momento da história do pensamento geográfico brasileiro e em quais bases metodológicas as pesquisas se baseavam e quais temas eram tidos como prioritários para os geógrafos.

Já na apresentação do texto de Domingues e Keller (1958) conseguimos observar em quais bases a Geografia se apoiava no contexto daquela expedição, cada professor ficou responsável por redigir os capítulos de maneira separada, ao professor Alfredo José Porto Domingues ficou a responsabilidade de escrever a respeito dos aspectos Geomorfológicos e da Climatologia, coube ao naturalista Walter Alberto Egler as

observações referentes a Fitogeografia e à prof^a Elza Coelho de Souza os fatos humanos e econômicos.

Trata-se aqui, portanto, de um momento de transição muito importante para a Geografia: de um lado uma separação que se anunciava entre Geografia Física e Geografia Humana e, de outro lado, esse documento também aponta para uma passagem de uma Geografia vidaliana para uma Geografia aplicada. Não podemos esquecer que esse é o momento seguinte à fundação das primeiras Universidades no país (1930) e a criação de laboratórios vinculados a essas jovens Universidades. Segundo (SOUSA; SILVA, 2021) esse é um momento de transição entre as bases científicas fortemente vidaliana, alemã e norte americana que marcavam as primeiras décadas do século XX e essa nova preocupação dos geógrafos com o planejamento do território, mas que ainda mantinha forte influência da regionalização definida pelas morfologias sobrepostas e pelos conjuntos de paisagens.

Isso fica evidente ao longo da leitura do texto onde, mesmo os autores comentando que não se trata apenas de uma “simples descrição dos itinerários percorridos”, mas uma atualização das principais regiões do Brasil, o que é visto ao longo da leitura da introdução e dos dois primeiros capítulos é uma minuciosa descrição das áreas percorridas partindo quase que exclusivamente da dimensão física dessas áreas, ou seja, sua morfologia. Com o olhar lançado para os detalhes de tipos de solo, rochas, atividades geológicas como a erosão e o intemperismo e a relação com o clima, relevo e a vegetação os autores passaram a compor a obra. Nos dois primeiros capítulos, a dimensão da vida social quase não aparece, e quando aparece é muito ligada a alguma atividade econômica que se desenvolveu devido aos aspectos físicos, em uma demonstração clara de uma leitura e explanação de conjuntos de paisagens, fortemente presente nos escritos desse contexto histórico.

Quando o texto concentra-se nas observações e descrições sobre Salvador, a cidade aparece, inicialmente, dentro desse contexto de quadro regional, pois a cidade não é tratada de maneira individualizada e sim na abrangência do Recôncavo baiano. As descrições morfológicas da paisagem logo aparecem no início do texto e ganham destaque. Palavras como rochas, relevo, sedimentação, erosão, falhas, escarpas, topografia, solos férteis aparecem bastante. A descrição da rede hidrográfica também é feita, além da importância da atividade petrolífera na/para a região. Descrição do clima como “quente e



úmido, sem estação seca pronunciada”. Ao mencionar a economia agrícola do Recôncavo, os autores dividem essa região em duas, uma mais próxima de Salvador com solos ricos, chuvas regulares, numerosos pequenos rios e vegetação densa e aproveitam para fazer uma repescagem histórica dada a sua proximidade do mar e a abertura ao comércio internacional. A segunda seria a parte oeste e sudoeste do Recôncavo, na península de Saubara-Iguape descrita enquanto uma área de solo arenoso, permeável e pobre, desfavorável a atividade agrícola.

Os autores seguem descrevendo as atividades econômicas do Recôncavo baiano sem falar de pessoas, sua riqueza cultural, aspectos sociais. O sujeito, a comunidade, as ações da sociedade não aparecem. No tópico sobre Salvador, fazem um apanhado histórico da cidade e a invasão portuguesa e novamente a metodologia inicial predomina, as escarpas e a posição da cidade aparecem logo no início. Nas páginas seguintes, vemos os primeiros sinais de aspectos sociais e culturais importantes sobre Salvador no texto. A importância dos estabelecimentos de ensino, da imprensa, bibliotecas e instituições culturais e artísticas começam a aparecer, tão somente após a descrição dos elementos naturais, numa típica vinculação vidaliana. As festas religiosas também são mencionadas como a festa de Senhor do Bomfim, importante símbolo do sincretismo religioso da Bahia. As desigualdades socioespaciais da cidade, após a explosão populacional pós década de 30, marco da industrialização e potente crescimento urbano em várias cidades brasileiras também são mencionados.

Ainda sendo chamada de “Bahia” por seus moradores na década de 50 quando esse texto foi publicado, Salvador é identificada pelos autores como a cidade dos contrastes. No tópico referente ao seu sítio, é a topografia da cidade que ganha destaque. Nenhum espanto, visto que no discurso geográfico em voga das morfologias sobrepostas o relevo era parte primordial. No período dessa expedição, em 1956, os autores citam as chácaras e pomares em Brotas e no Cabula, hortas em alguns dos bairros mais pobres e a presença marcante de banhistas, assim como nos dias atuais, nas praias de Itapuã, já conhecidas pelas dunas e coqueiros. A orla entre a Pituba e o Rio Vermelho continham casas de veraneio.

É interessante percebermos como a cidade cresceu bastante se comparada a Salvador entre os séculos XVI e XIX, nesse período ela não mudou muito, segundo Tavares (2008), a cidade mostrou a mesma tendência de crescimento entre os séculos XVI

e XIX, e “nas cartas que formam o livro de Luís dos Santos Vilhena (Notícias soteropolitanas), a cidade apresentava apenas quatro bairros: São Bento, o maior de todos, Santo Antônio Além do Carmo, Desterro e Saúde. No texto de Domingues e Keller (1958), vemos uma Salvador muito maior. Nesse período, a cidade já tinha o Aeroporto, bairros pobres da porção central² da cidade (ainda discretos se comparados aos dias atuais), a orla entre a Barra e Itapuã, os bairros do Subúrbio, foram dois séculos de intensas mudanças.

Atualmente temos o seguinte aspecto: na faixa litorânea, as ruas paralelas e bem traçadas da Cidade Baixa que se ampliou com aterros sucessivos. No alto da escarpa, no centro urbano, numerosas pequenas ruas paralelas, entre elas a Chile, rua central na área mais alargada da colina da Sé. Esta se continua pelo alto da escarpa, pela avenida Sete de Setembro, que vai até a ponta sul do bloco cristalino, descendo para a praia da Barra. Para leste, paralelamente está Baixa dos Sapateiros. Sempre para leste no mesmo sentido paralelo, a avenida Joana Angélica no alto do divisor. Depois na mesma direção, tem-se o Dique com a sua rua marginal Vasco da Gama, continuada para o norte pela Djalma Dultra, sempre acompanhando o vale. O paralelismo aqui retratado reflete as condições do sítio com os vales paralelos à escarpa principal, adaptados à linhas de falhas secundárias e de fraturas. (DOMINGUES; KELLER, 1958, p.198)

Então, do ponto de vista territorial, Salvador mudou muito e cresceu junto com a própria urbanização brasileira dos anos 30. Segundo Domingues e Keller (1958), além dos contrastes topográficos da cidade, a paisagem urbana também é diversa com a forte presença da arquitetura colonial em meio as construções modernas que se erguiam. Importante ressaltar que nesse momento, os casarões coloniais já tinham outra função histórica, a de cortiço de populações pobres. A rua Chile marca esse cenário como rua central da cidade e ponto de encontro, a Sé ainda tinha a função administrativa, além de centro religioso, a Baixa dos Sapateiros comércio forte e a cidade alta se ampliando com os bairros residenciais.

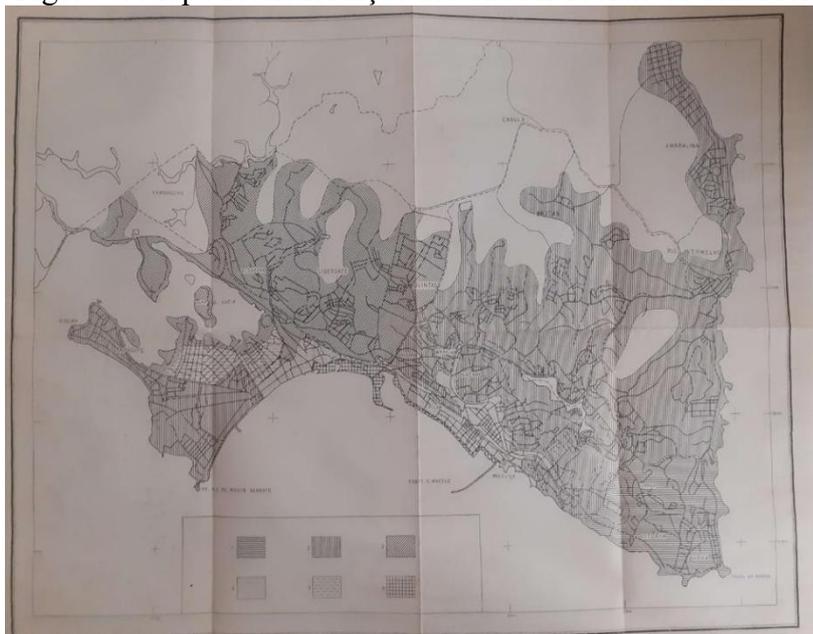
Os bairros das classes altas eram Vitória, Graça e Barra. As classes médias moravam em Nazaré, Barbalho, Santo Antônio e Soledade e os bairros mais pobres seriam a Liberdade, São Catano, Uruguai, Massaranduba e Penha. Lobato e Paripe no subúrbio. “Foram, sobretudo, esses bairros pobres que mais cresceram na cidade. A expansão desordenada e rápida trouxe consigo graves problemas [...] habitação popular e os da deficiência dos serviços de utilidade pública.” (DOMINGUES; KELLER, 1958,

² A porção central aqui se refere a espacialidade que fica entre os bairros da orla oceânica de Salvador e os bairros da orla da Baía de Todos os Santos.

p.203). Pela falta de saneamento básico e condições inadequadas de sobrevivência, Salvador tinha uma vida média calculada em torno de 35 anos e alta taxa de mortalidade infantil no período da expedição dos geógrafos.

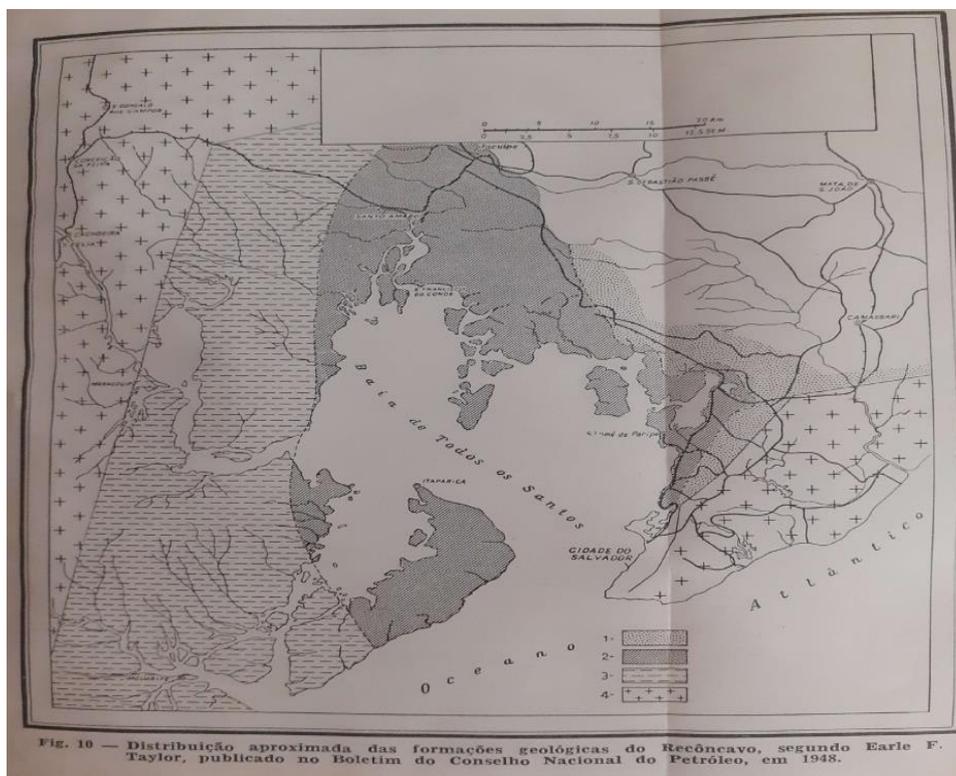
Nas imagens abaixo podemos ver mais claramente essas transformações urbanas da cidade, na figura 1 vemos Salvador se expandindo para a porção central, na figura 2 temos a distribuição das formações geológicas da cidade e do Recôncavo, com maior destaque para a falha da escarpa, que na figura 5 está representada com os casarões de ocupação na Ladeira da Montanha e feira de Água de Meninos. Na figura 3 temos o mapa da topografia da cidade. Por conta do crescimento populacional acelerado e desordenado entre a década de 30 e 40, a cidade se viu envolta de problemas relacionados ao seu sítio e formação de bairros sem infraestrutura adequada. O debate das políticas públicas girava em torno dos transportes, em uma cidade que se desenvolveu inicialmente em uma área com topografia acidentada, daí a instalação de planos inclinados e elevadores, problemas de habitação, drenagem dos vales e deslizamentos, problemas estes que são temas principais de debates e políticas públicas do cenário político da cidade de Salvador até os dias atuais. “De tudo isto se conclui que as condições do sítio que eram ideais para a cidade-fortaleza dos governadores gerais, revela hoje numerosas dificuldades e obstáculos ao desenvolvimento de uma grande metrópole.” (DOMINGUES; KELLER, 1958, p. 204).

Figura 1: Mapa de distribuição das classes sociais de Salvador



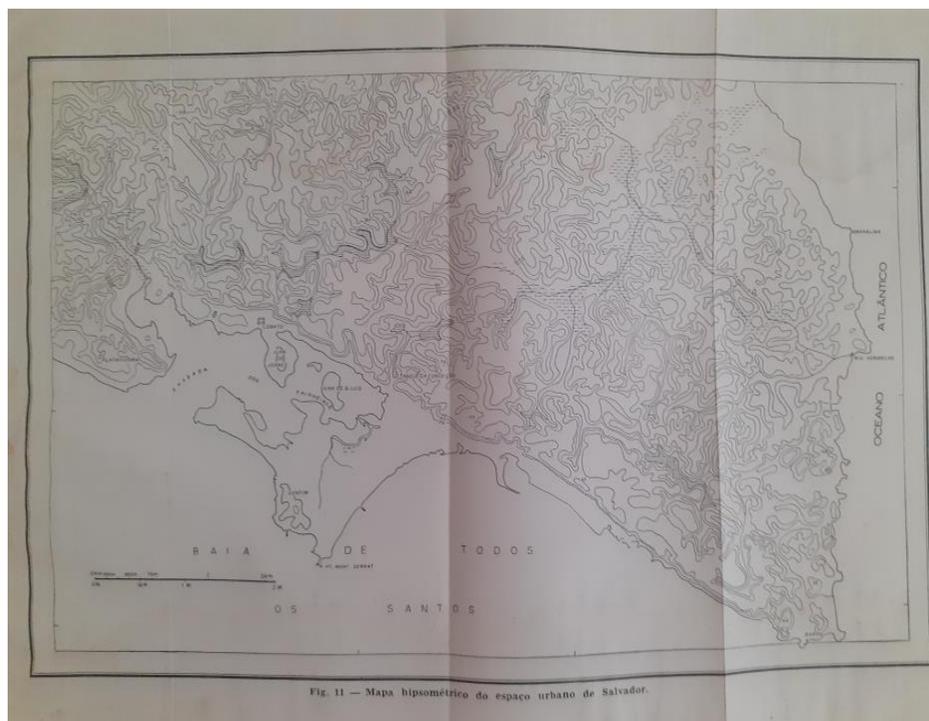
Fonte: DOMINGUES; KELLER, 1958.

Figura 2: Distribuição das formações geológicas do Recôncavo



Fonte: DOMINGUES; KELLER, 1958.

Figura 3: Topografia de Salvador

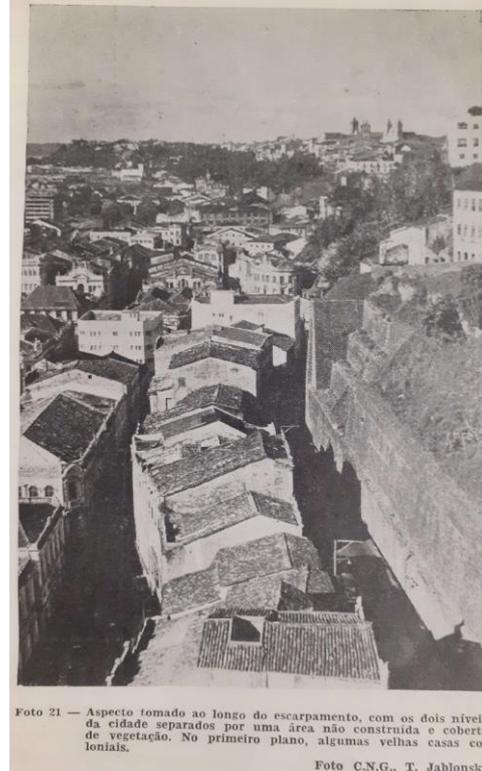


Fonte: DOMINGUES; KELLER, 1958.

Figura 4: O cais



Figura 5: Ocupação na falha da escarpa



Fonte: DOMINGUES; KELLER, 1958.

Nesse sentido, tentamos dialogar a formação territorial e o discurso geográfico em um período histórico específico para mostrar como uma territorialidade específica, como no caso de Salvador, pode ter relação direta com as obras de determinado momento histórico. Se ao longo do século XX o foco dos estudos de alguns geógrafos, e no caso que escolhemos aqui da expedição, não era os centros urbanos já consolidados do Brasil e a forma de organização dessas eram organizados de determinada maneira, isso não é à toa. No texto dos autores supracitados vemos forte influência da regionalização definida pelas morfologias sobrepostas (Cada professor com uma temática específica) e pelos conjuntos de paisagens, e o fato de Salvador não ser a prioridade dos textos mostra que a preocupação dos geógrafos era outra naquele momento, como na delimitação e consolidação das fronteiras nacionais, por exemplo. A preocupação com o território ao longo do século XX no Brasil é algo que vários geógrafos e historiadores vão trabalhar e o século XX é o período de implantação das primeiras Universidades brasileiras e seus laboratórios (notadamente a partir de 1930), de onde nascerá uma Geografia mais

cartesiana, ou seja, aplicada aplicada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atender às suas necessidades, o homem cria e recria formas na superfície terrestre que são modificadas e ressignificadas com o passar do tempo, cada momento histórico escancara um modelo sociopolítico vigente que orienta a maneira como as sociedades usam e criam espaço, que por sua vez vai orientar a forma como se darão as ações sobre esse mesmo espaço. Portanto, se cada momento histórico evidencia formas diferentes de apropriação da natureza e a forma como nos apropriamos dela reverbera dialeticamente em nossas ações, para tentar entender o olhar dos pesquisadores e geógrafos, precisamos antes de tudo mergulhar no seu espírito de época, onde Tempo e Espaço são uma coisa só. Esse trabalho buscou mergulhar, brevemente, em um momento importante da vida social de Salvador a partir de um texto que derivou de uma expedição muito frutífera com geógrafos brasileiros e estrangeiros. Buscamos evidenciar para qual direção o olhar geográfico se direcionava naquele momento em sua indissociabilidade com as materialidades. A ideia foi construir uma historiografia breve da cidade em consonância com a história do pensamento geográfico entendendo-os como indissociáveis.

REFERÊNCIAS

- DOMINGUES, Alfredo José Porto; KELLER, Elza Coelho de Souza. Guia da excursão nº6, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.
- FREITAS, Inês Aguiar de. A Geografia dos Naturalistas-Geógrafos no Século das Luzes. **Revista Terra Brasilis**. Rio de Janeiro, v.6, 2004.
- MORAES, Antonio Carlos Robert Moraes. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
- RECLUS, Elisée. **Estados Unidos do Brasil**: geografia, etnografia, estatística. Tradução: Ramiz Galvão. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SILVA, Maria Auxiliadora. Criação do Laboratório de Geomorfologia e estudos Regionais (1956- 1969). 2006. Disponível em: <[HTTP://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/atividades/seminários/seminários-arquivo/criacao-do-laboratorio-de-](http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/atividades/seminários/seminários-arquivo/criacao-do-laboratorio-de-)



geomorfologia- e-est> Acesso em: 19 nov. 2013.

SILVA, Tereza Cardoso. Encontros com Milton Santos. In: SILVA, M. A. (Org.). **10 anos sem Milton Santos**. Salvador, ALBA, 2011.

SOUSA, André Nunes de; JESUS, Marcus Henrique Oliveira de; SANTOS, Mariana Loyola. In: SOUSA, André Nunes de; VAZ, Caroline Bulhões Nunes. **A Geografia no alvorecer da República: contribuições à história da ciência geográfica no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2019.

SOUSA, A. N; SILVA, M. B. S . Estudos sobre o Litoral em Geografia: história e desenvolvimento epistemológico. In: Wellington Carvalho Vilar, Hélio Mário de Araújo, Joab Almeida Silva. (Org.). **Territórios Costeiros do Nordeste do Brasil**. 1ed.Aracaju: EDIFS, 2021, v. 1, p. 35-52.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillip Von. **Através da Bahia**. 3 Ed. Salvador: Assembleia Legislativa, 2016.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. – 11.ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: transformações e permanências (1549- 1990). Ilhéus, BA: Editus, 2002.

_____. **Salvador: Transformações e Permanências (1549- 1999)**. 2. Ed. rev. ampl. Salvador: EDUFBA, 2016.

TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS, MANUAIS E GUIAS DE OBSERVAÇÃO DE CAMPO: A CONSTRUÇÃO DE UM OLHAR GEO(FOTO)GRÁFICO

Lara D'Assunção dos Santos¹

RESUMO

Este artigo analisa os incentivos das "Tertúlias Geográficas" e dos guias e manuais de viagem para o uso da fotografia de campo, considerando-os essenciais para a construção do olhar geo(foto)gráfico dos cientistas do IBGE entre 1941 e 1968. Os manuais e artigos de campo escritos por Pierre Deffontaines (1943), Francis Ruellan (1944), Delgado de Carvalho (1941; 1945) e Hildgard Sternberg (1946) orientam os geógrafos a focarem na topografia, hidrografia, solos, recursos minerais, fauna, flora, clima, população, atividades econômicas e regiões geográficas. A partir desses elementos, o artigo propõe a criação de categorias de análise para estudar as fotografias de campo do IBGE, visando identificar a composição do quadro fotográfico da instituição ao longo dos anos analisados.

Palavras-chave: Expedição geográfica; trabalho de campo; IBGE; fotografia

ABSTRACT

This article analyzes the incentives of the "Tertúlias Geográficas" and the travel guides and manuals for the use of field photography, considering them essential for the construction of the geo(photo)graphic perspective of IBGE scientists between 1941 and 1968. The field manuals and articles written by Pierre Deffontaines (1943), Francis Ruellan (1944), Delgado de Carvalho (1941; 1945), and Hildgard Sternberg (1946) guide geographers to focus on topography, hydrography, soils, mineral resources, fauna, flora, climate, population, economic activities, and geographical regions. Based on these elements, the article proposes the creation of analytical categories to study IBGE's field photographs, aiming to identify the composition of the institution's field photographic framework over the analyzed years.

Keywords: Geographical expedition; fieldwork; IBGE; photography

INTRODUÇÃO

O artigo parte dos incentivos presentes nas "Tertúlias Geográficas", como eram denominadas as reuniões pré e pós viagem de campo dos cientistas ibgeanos nos guias e nos manuais de viagem ao uso da fotografia de campo entendendo-os enquanto elementos primordiais à construção do olhar geo(foto)gráfico dos cientistas do IBGE

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: larad.assuncao@gmail.com



entre 1941 e 1968.

Os manuais e artigos voltados às instruções de campo redigidos por Pierre Deffontaines (1943), Francis Ruellan (1944), Delgado de Carvalho (1941; 1945) e Hildgard Sternberg (1946) têm em comum o direcionamento do olhar dos geógrafos à topografia, à hidrografia, aos solos, aos recursos minerais, à fauna, à flora, ao clima, à população, às atividades econômicas e às regiões geográficas. A partir desses aspectos serão aqui sugeridas a criação de categorias de análise para o estudo das fotografias de campo do IBGE a fim de identificar os elementos que compõem o olhar geo(foto)gráfico nas viagens de campo da instituição ao longo do anos de recorte.

AS TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS E OS MANUAIS DE CAMPO: INSTRUÇÕES AO OLHAR GEOGRÁFICO

As tertúlias geográficas² consistiam em reuniões semanais com estrutura de seminário onde os pesquisadores planejavam as viagens de campo ou apresentavam os resultados destas saídas. Esses encontros encontram-se relatados no Boletim Geográfico, revista científica do IBGE complementar à Revista Brasileira de Geografia.

A força propulsora das Tertúlias era o engenheiro Leite de Castro, então secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, quem escutava atento as opiniões e controlava a prolixidade de algum orador (BACKHEUSER, 1943, p. 6). O programa inicial sugeria que as comunicações não deveriam exceder meia hora, protocolo que foi sendo quebrado ao longo dos encontros devido à diversidade dos assuntos, como:

(...) metodologia geográfica, moderna; (...) geografia do Brasil, para o exame de questões controvertidas ou pouco conhecidas referentes ao território nacional considerado no todo ou em parte; e ainda outra sobre geografia ativa, explicando a organização de repartições especializadas e trabalhos que estas executam de interesse para a geografia (BOLETIM GEOGRÁFICO, 1943, p. 77).

As tertúlias reuniram cientistas, políticos e alcançou tamanha expressão na ciênciageográfica brasileira que chegou ao 135º encontro. Elas trouxeram o ineditismo de congregar os grupos de São Paulo e Rio de Janeiro em seminários periódicos para discutir, em conjunto, aquilo que já faziam paroquialmente. Dessa maneira, a AGB se fortaleceu e se tornou uma associação verdadeiramente digna de seu nome (Abreu,

² Sua aprovação se deu por meio da Resolução n.117, de 2 de dezembro de 1942.

1994). Assim, essas reuniões representam o amadurecimento dos cientistas e das metodologias de campo. Seus propósitos eram vultuosos e para desempenhá-los com maestria a projeção de imagens foi primordial desde os primeiros encontros.

Durante a 16ª tertúlia realizada em 4 de maio de 1943 foi sugerido que se exibissem filmes geográficos. Na tertúlia seguinte ocorrida em 10 de maio do mesmo ano o uso da projeção de imagens já havia sido providenciado. O professor Lúcio de Castro Soares projetou uma série de fotografias feitas na excursão para Itatiaia, Rio de Janeiro (TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS, 1943, p. 62). A partir desse momento era de praxe que o cientista palestrante projetasse fotografias da viagem para ilustrar o que foi visto em campo. Complementarmente, o CNG providenciou um epidiascópio que permitia a realização dessas projeções (BOLETIM GEOGRÁFICO, 1943, p. 60).

O rigor dos cientistas do CNG é proveniente da necessidade de afinar os métodos em campo e dos grandes projetos aos quais o IBGE se incumbiu de realizar. A troca entre os cientistas aprimorou os métodos e as metodologias de campo possibilitando grandes feitos como a demarcação das coordenadas geográficas que incluiu o Brasil na Carta ao milionésimo. O trabalho de campo realizado pelo engenheiro Simas Pereira nos estados de Goiás e Bahia que tinha como objetivo inserir o Brasil na Carta ao Milionésimo mostra que o uso das fotografias nas viagens, sua projeção nas Tertúlias Geográficas e a publicação na Revista Brasileira de Geografia tornou-se indispensável no que concerne a missão de “revelar o Brasil para os brasileiros” (Tertúlias Geográficas, 1945, p. 1557):

Foram, em seguida, projetadas as fotografias obtidas durante a viagem, projeção esta que o engenheiro Simas Pereira fez acompanhar de explicações. Falando em seguida, o engenheiro Leite de Castro, acentuou o valor dos dados que haviam sido formulados, concernentes aos trabalhos realizados, e a importância da documentação fotográfica (TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS, 1944, p. 46. Grifo meu).

As imagens apresentadas nas Tertúlias eram de uma enorme potência por estarem atreladas aos comentários verbais proferidos pelos próprios cientistas e as críticas de outros especialistas, uma dinâmica que causa um efeito de extrema convicção. A projeção e a discussão das inscrições evidenciam que elas pouco ou nada explicam sozinhas sendo necessário que os cientistas atuem como seus porta-vozes enfatizando,

apontando, indicando de acordo com os interesses que representa (LATOURE, 2011, p. 108).

Dessa maneira, as imagens fazem parte do avanço da ciência geográfica. Elas caminharam e ainda caminham junto aos grandes projetos do governo, como as regionalizações, o censo e a mudança da capital. Refiro-me aqui não só às fotografias, mas aos mapas, gráficos, organogramas, tabelas e aos desenhos de Percy Lau na seção “Tipos e Aspectos do Brasil”. O uso das imagens na ciência geográfica como um todo é massivo e aparece nos manuais de campo como sugestão para um trabalho satisfatório.

O “Pequeno guia do viajante ativo” (DEFFONTAINES, 1936) traduzido para o português no Boletim Geográfico de 1943, apresenta uma série de croquis demonstrando os motivos que tornam as imagens parte indispensável do trabalho de campo do geógrafo (figuras 1 e 2). De maneira geral, a chamada escola francesa muito influenciou a geografia brasileira, principalmente nos anos de 1940 e 1950. Seu método de campo, as monografias regionais (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 25), eram caracterizadas pela descrição destalhada e imagética ainda que nem sempre acompanhadas de imagens. Para uma análise geográfica do território, aponta Deffontaines, seis categorias-chave deveriam ser respeitadas: homem; habitação; relação homem x rio; meios de transporte; feiras; trabalho agrícola e industrial. Do planejamento ao trabalho de campo propriamente dito os viajantes devem cuidar para que cada observação esteja atrelada à finalidade da viagem, conforme sugere o seguinte trecho do manual:

Figura 1: Organização das excursões de acordo com o Pequeno Guia do Viajante Ativo.

2 — Organização das excursões — Com a finalidade precisa dos problemas a conhecer, traçar o programa a seguir para estudar o homem, a sua habitação e as suas relações com o rio, para observar a água de que se serve e os meios de transporte ad seu dispor, para visitar a feira, tomando conhecimento do trabalho agrícola ou industrial da região que a abastece. Sendo uma turma de viajantes, convirá distribuir o serviço para melhor eficiência.

Fonte: BOLETIM GEOGRÁFICO, v. 1, n. 6, 1943, p. 14.

Figura 2: Utilidade dos desenhos e “croquis” de acordo com o Pequeno Guia do Viajante Ativo.

5 — *Utilidade dos desenhos e “croquis”* — O hábito de ilustrar as mencionadas informações com pequenas plantas, perfis e fotografias é prática que dispensa encômios, pois, valiosamente documentam o registro feito, dando-lhe ainda certo cunho artístico.

Fonte: BOLETIM GEOGRÁFICO, v. 1, n. 6, 1943, p. 14.

A pavimentação do caminho para a elaboração, divulgação e utilização dos guias de campo como norteadores dos métodos da geografia científica moderna no país não seria possível sem a participação de geógrafos brasileiros no Congresso Internacional de Geografia em Paris em 1931 e a adesão do Brasil à União Geográfica Internacional (UGI). Os anos de 1940 foram marcados por publicações preocupadas com os métodos de campo, dentre elas o artigo do professor Delgado de Carvalho intitulado “A Excursão Geográfica” (1941), o qual foi reeditado como manual de bolso, a “série C”³, em 1945. Esse volume contou com um guia voltado ao estudo monográfico de uma fazenda e um questionário para o estudo de uma cidade elaborados por Pierre Monbeig. Leite de Castro afirma que a série C estava de acordo com o plano de divulgação geográfica que atendia a uma necessidade de difusão dos modernos métodos da pesquisa da Geografia e do seu ensino no país. Era destinado aos professores de Geografia para a organização das excursões geográficas, “ao sabor da didática moderna” para o progresso da geografia brasileira (CASTRO APUD CARVALHO, 1945).

Em 18 de julho de 1941, a Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia considerou que a difusão de normas de observação geográfica no país traria consideráveis benefícios para o conhecimento do território por intensificar e aprimorar a pesquisa. Nesse mesmo ano a resolução de número 79 do CNG proveu o preparo e a distribuição de um Guia de Observação Geográfica aos Diretórios Municipais de Geografia do CNG, nos meios escolares integrando também a Biblioteca Geográfica Brasileira. O texto da resolução inicia ressaltando a influência do “Pequeno Guia do

³ O diretor do CNG à época, Christovão Leite de Castro, explica que: “(...) a série C (é) destinada à divulgação de “Manuais”, que hão de ser preferentemente livros de bolsos, manejáveis, adequados a servirem de guia aos trabalhadores da Geografia, atuando em todas as suas modalidades. (...)”

Viajante Ativo”, considerando-o “fecundo de valiosas sugestões”, porém necessitando algumas adaptações para que seja utilizado no Brasil (RESOLUÇÃO, 1941).

O "Guia de Observação Geográfica" foi elaborado pela repartição central do Conselho com o intuito de “disseminar conhecimentos e normas de observação das paisagens”, além de estimular e orientar as pesquisas geográficas locais. Segundo a resolução, o Guia deveria ser de cunho essencialmente prático e “redigido de forma acessível para que produza seus efeitos com a desejada generalização do país”. Além disso, deveriam estar presentes as:

(...) noções gerais indispensáveis ao pesquisador de geografia local, regras de observação do meio ambiente, programas-tipo de excursões para observação geral e para observações específicas, bem como esquemas dos dados e informações que deverão ser colhidos em cada espécie de pesquisa” (RESOLUÇÃO, 1941).

O professor Francis Ruellan, como grande entusiasta dos trabalhos de campo em pesquisas de Geografia Regional (Ruellan, 1944), acreditava que um “verdadeiro geógrafo, seja físico, humanista ou economista, trabalha essencialmente no terreno”, onde “se constitui a pesquisa geográfica por excelência” (RUELLAN, 1943, p. 54). O pesquisador aponta que “geógrafo deve integrar-se, fundir-se na paisagem para observá-la nos seus conjuntos como nos seus pormenores, para senti-la e compreendê-la”. Em seu artigo, alguns instrumentos e técnicas para revelar, compreender e dominar o território aparecem reiterando outros guias:

Figura 3: Equipamentos necessários para o trabalho de campo.

O equipamento compreende:

- 1.º) um caderno de notas;
- 2.º) cartões para desenho;
- 3.º) uma câmara clara;
- 4.º) um martelo;
- 5.º) uma bússola com pínula;
- 6.º) um nível d'Abney;
- 7.º) uma máquina fotográfica;
- 8.º) podômetro.

Fonte:RUELLAN, Francis. O trabalho de campo nas pesquisas originais da Geografia Regional, 1944, p. 37.

Outro livro de apoio ao trabalho de campo é o “Contribuição ao estudo da Geografia” (1946), do professor Hilgard O'Reilly Sternberg⁴. Em consonância com a

⁴ Assumiu a Cátedra de Geografia do Brasil na Universidade do Brasil no Rio de Janeiro e, mais tarde, o

ideia de “revelar” o Brasil, suas sugestões se mostravam bastante semelhantes às aquelas feitas por Ruellan, Deffontaines e Delgado de Carvalho, pois mencionavam a atenção que os geógrafos deveriam dedicar à topografia, hidrografia, solos, recursos minerais, fauna, flora, clima, população, atividades econômicas e regiões geográficas. O guia do professor Sternberg sugere o uso dos mapas e da máquina fotográfica, tal como os demais, com destaque para a comparação de ambos os recursos no seguinte trecho:

a importância das fotografias na representação visual das condições geográficas muitas vezes só é ultrapassada pela dos mapas. O aparelho fotográfico pode, aliás, ser utilizado nos próprios levantamentos cartográficos (...). (STERNBERG, 1946, p. 48).

Atuando em conjunto com o telêmetro - dispositivo de precisão destinado à medição de distâncias em tempo real - as fotografias deixariam de servir para ilustrar relatórios e publicações para complementar as anotações de campo com mais precisão (STERNBERG, 1946, p. 49).

PROPOSTA PRELIMINAR DE ANÁLISE QUALITATIVA DAS FOTOGRAFIAS DE CAMPO A PARTIR DAS INSTRUÇÕES DOS GUIAS E MANUAIS

O manual de Pierre Deffontaines considera distintos aspectos, como a potencialidade do uso de animais enquanto transporte, garimpo, lavoura e outros tipos de trabalho, incluindo os nômades, além de costumes, trajes e fisionomias dos habitantes. O registro da vida industrial, da vida na cidade, aldeias e colônias também aparecem como características indispensáveis. São ressaltadas a importância da conversação, anotação dos nomes locais, presença nas feiras e cadernos onde o pesquisador tomasse notas e elaborasse desenhos, plantas, perfis e croquis.

As seguintes categorias e subcategorias foram criadas a partir do direcionamento do olhar proposto pelos manuais e complementadas por outras referências ligadas ao estudo das imagens: edificações (casas, igrejas, templos e indústrias); natureza (matas, nativas, relevo, perfil de solo, animais, rios, lagoas, cachoeiras, praias); técnicas e instrumentos (instrumentos agrícolas, meios de transporte, maquinários e instrumentos de pesquisa). Aquelas categorias relacionadas ao âmbito humano denominadas “marcas da presença humana” e “presença humana na fotografia” foram elaboradas com base

nas instruções do Pequeno guia do viajante ativo” (DEFFONTAINES, 1943), nos livros “*Reading National Geographic*” (LUTZ; COLLINS, 1993)⁵ e “*The burden of representation: essays on photographs and histories*” (TAGG, 1993) e na tese “Imagens do Trabalho Feminino no Brasil: um estudo sobre a produção bibliográfica de Tibor Jablonszy (1952-1968) (ABRANTES, 2010).

A categoria “Marcas da presença humana” diz respeito às alterações humanas que se fazem sentir por meio das modificações na paisagem sem que a figura humana esteja retratada na imagem fotográfica. Encontra-se assim subdividida: impactos humanos na paisagem, plantação de produtos exóticos, plantação de produtos nativos, extração. Já a “presença humana na fotografia” diz respeito aos registros que contém seres humanos na imagem manifestando suas expressões culturais, de trabalho, dentre outras. Esta é a maior categoria da tabela completa desenvolvida para o estudo das fotografias de campo do IBGE e divide-se em 13 subcategorias: costumes, tradições e crenças; homens; mulheres; crianças; mulher indígena; homem indígena; criança indígena; migrantes; trabalho; equipe de pesquisa; equipe de apoio e olhar para a câmera.

À título de exemplificação, será aqui apresentado o recorte da categoria “Edificações” junto aos exemplos de fotografia de campo retirada da viagem do geógrafo Alfredo Porto Domingues ao sudoeste da Bahia no ano de 1947. Em seguida, o gráfico “Edificações” (gráfico 1) demonstra o resultado da quantificação das fotografias de cada subcategoria em questão entre os anos de 1941 e 1949. As oscilações e as ausências divididas por década abrem um enorme flanco de interpretação do olhar geo(foto)gráfico, principalmente quando entrelaçados aos pontos de vista e as demais categorias sugeridas.

Vale mencionar que cada categoria intenciona destacar um ou mais aspectos cuidando para que não haja sobreposição (SLATER APUD ROSE, 2001, p. 60). A bem da verdade, os esforços para a criação das categorias jamais darão conta de todo o universo que as fotografias podem abarcar porque não existe exatamente um conjunto de regras capazes de determinar quais os fenômenos, em geral, que são de significação geográfica (HARTSHORNE, 1939 apud CARVALHO, 1941, p. 864).

⁵ As autoras criaram categorias diversas para analisar as quase 600 fotografias publicadas na revista entre 1950 e 1986.

Tabela 1: Tabela edificações

Edificações			
Casas	Igrejas/templos	Indústrias	Cidade
			X
X			X
X			
2	0	0	2

Fonte: A autora

No tocante às casas, Deffontaines ressalta que o tipo de fachada, a construção dos telhados, a disposição das portas e janelas e os materiais utilizados trazem importantes aspectos dos habitantes locais (DEFFONTAINES, 1943, p. 12). O “Pequeno Guia” desperta o olhar do viajante para os distintos núcleos de ocupação aconselhando-o a reparar se as casas se estendem ao longo de uma ou mais ruas, se foram ou não construídas desordenadamente, se as construções são contíguas ou isoladas, dotadas de fonte pública (forma e importância), escola, igreja, casa de diversões, local de esportes, cemitério.

No exemplo a seguir, a casa aparece em destaque (figura 4). Já na fotografia que exemplifica a subcategoria “cidade” (figura 5) há casas, porém, levou-se em consideração a aglomeração de prédios, casas e o asfaltamento para categorizá-la dessa forma. Geralmente as edificações não aparecem de maneira apartada, sobretudo quando se trata de uma aglomeração urbana que pode comportar todas os elementos da subcategoria “edificações”. Contudo, a categorização deverá considerar quais os elementos foram escolhidos pelo autor da fotografia.



Figura 4: Fotografia de casa.

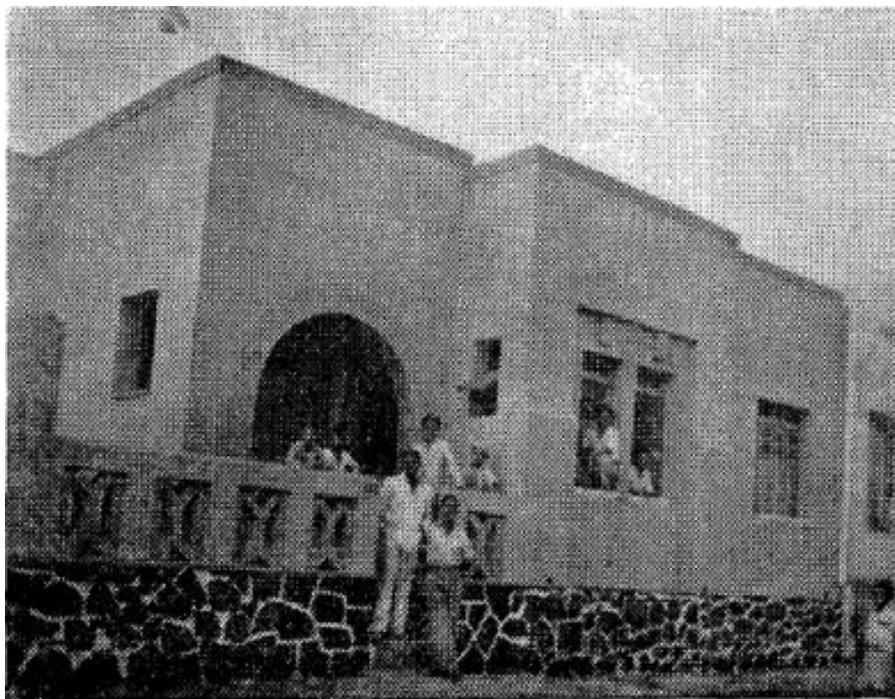


Fig. 56 — Com a próxima chegada de trilhos a Caculé, ativou-se muito a febre de construções que reforma a cidade. Aqui temos uma das casas por sinal bastante moderna.

Fonte: DOMINGUES, 1947, p. 233.

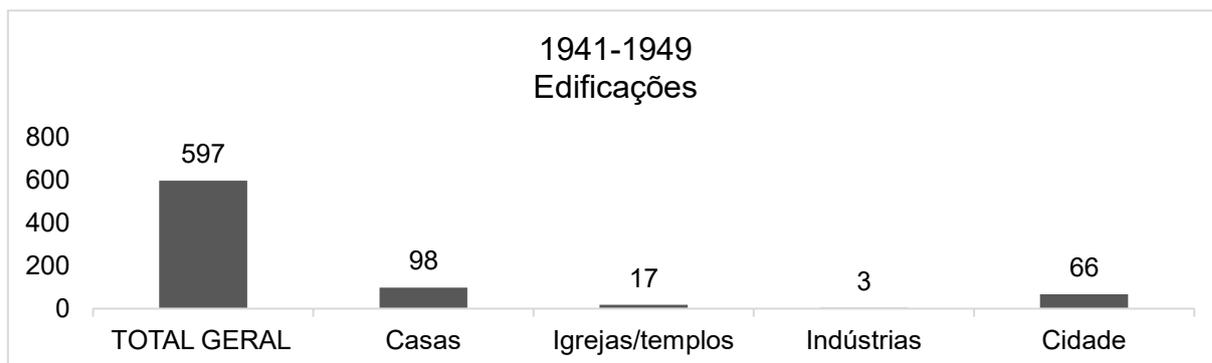
Figura 5: Fotografia de cidade.



Foto 7 — Outro trecho da avenida Marechal Floriano, abrangendo um pequeno setor da praça da Bandeira. Foto CNG — Tibor Jablonsky

Fonte: Cardoso, 1963, p. 427.

Gráfico 1: “Edificações” entre 1941 e 1949.



Fonte: A autora.

O gráfico demonstra que dentre as edificações retratadas nos trabalhos de campo realizados entre 1941 e 1949 foram priorizados os tipos de casas e, posteriormente, as cidades. O olhar geo(foto)gráfico construído ao longo da década em questão poderá ser mais bem delineado a partir do cruzamento com outros gráficos qualitativos, como o da categoria “Natureza”, uma vez que o gráfico “Edificações” denota que o avanço das indústrias e das cidades dá-se sobre a natureza.

A interpretação dos dados deve levar em consideração que o olhar geo(foto)gráfico é, antes de tudo, agenciado, conforme sugerem os manuais de campo utilizados pelos ibgeanos.

Assim, há um direcionamento do olhar que cria distintas composições que podem variar de acordo com os projetos de vulto nos quais o IBGE esteve envolvido. Essas composições são um conjunto estruturado de distintos elementos que formam a paisagem (relevo, vegetação, dentre outros). Sendo as fotografias de campo publicadas na Revista Brasileira de Geografia um conjunto dessas composições, a análise qualitativa proposta é capaz de fornecer os padrões de dispersão dos elementos ao longo dos anos em que foram realizados os trabalhos de campo do IBGE. Os gráficos fornecem informações sobre a construção do olhar geo(foto)gráfico nos direcionando a novos caminhos narrativos que devem estar ancorados à noção de agenciamento, isto é, à organização, disposição, seleção dos elementos presentes na imagem, a intenção, a narrativa e seus significados de acordo com o contexto em que as fotografias foram produzidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há na elaboração dos manuais de campo e nos *feedbacks* das Tertúlias uma notória preocupação dos cientistas do CNG quanto ao rigor científico por trás das imagens do país. Os anos de 1940 foram um período de duros treinamentos junto a especialistas estrangeiros para o conhecimento do território brasileiro. A velha guarda ibgeana atuou em campo tendo como pano de fundo o surgimento e o fortalecimento não só da Geografia, como também da História, da Antropologia e das Letras. No âmbito nacional, a velha guarda trabalhou na regionalização de 1942 em meio a uma ditadura civil-militar. Nesse momento, urgia-se por uma imagem harmônica do país enquanto o DIP atuava como órgão controlador do que poderia circular.

Certamente a difusão de manuais junto ao aprimoramento da técnica fotográfica alterou radicalmente os procedimentos de campo dos cientistas ibgeanos. O apelo ao uso de recursos visuais junto ao desenvolvimento de técnicas, maquinários de impressão, projeção e contratação de fotógrafos colaboraram para a construção de um olhar geo(foto)gráfico cujo quadro composicional pode ser melhor desvelado a partir das análises qualitativas.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. *Imagens do Trabalho Feminino no Brasil: um estudo sobre a produção bibliográfica de Tibor Jablonszy (1952-1968)*. Tese de doutorado. UNIRIO, 2010.

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo Geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à História do Pensamento Geográfico Brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 56, 1994. pp 21-122.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras "visões iconográficas" do Brasil moderno. **Anais do museu paulista: história e cultura material**, v. 13, n. 2, 2005. pp. 21-72.

BACKHEUSER, Everardo. Tertúlias Geográficas. **Boletim Geográfico [do] IBGE**, Rio de Janeiro, v. 1 n. 2, p.5-8, 1943.

BOLETIM GEOGRÁFICO. Décima sexta tertúlia semanal, v. 1, n. 6, set. 1943, pp. 58-62.



CARVALHO, Delgado de. A excursão geográfica. *Revista brasileira de Geografia*, v.3, n. 4, 1941. p. 864-873.

_____. A excursão geográfica: guia do professor. Colaboração de Pierre Monbeig. Rio de Janeiro: IBGE, 1945. 84p. (Biblioteca geográfica brasileira, série C, 1).

DEFFONTAINES, Pierre. Pequeno Guia do Viajante Ativo. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 6, 1943. p. 9-14.

DOMINGUES, Alfredo José Porto. Contribuição ao estudo da geografia da região sudoeste da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 9, n. 2, 1947. pp. 185-248.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Resolução n. 79, de 18 de julho de 1941, v. 4, n. 1, p. 240, 1942.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Tradução: Invone C. Benedetti. 2ª ed., São Paulo: Ed. UNESP, 2011. 460 p.

LUTZ, Catherine A.; COLLINS, Jane L. **Reading National Geographic**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

RUELLAN, Francis. Orientação científica dos métodos de pesquisa geográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 5, n. 1, p. 51-60, 1943.

_____. O trabalho de campo nas pesquisas originais de Geografia Regional. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 6, n. 1, 1944. pp. 35 – 50.

STERNBERG, Hilgard O.'Reilly. **Contribuição ao estudo da geografia**. Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1946.

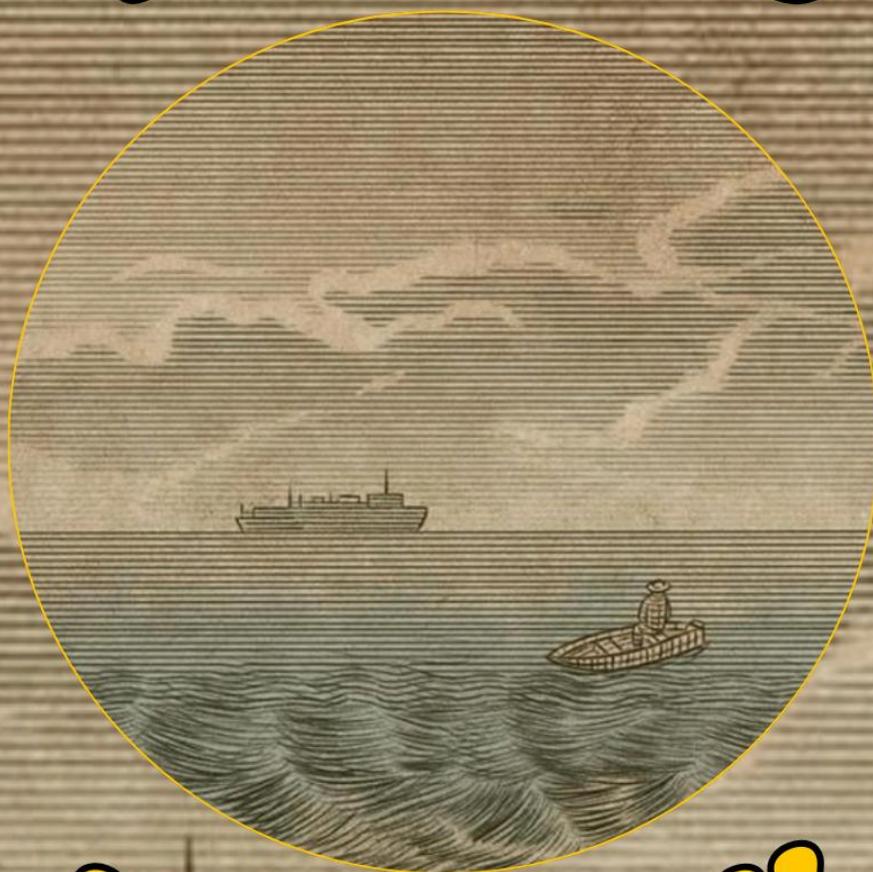
TAGG, John. **The burden of representation: essays on photographs and histories**. Amherst: University of Massachussets Press, 1993. 242 p.

TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS. Quadragésima sétima tertúlia, realizada em 28 de dezembro de 1943. **Boletim geográfico**, v.1, n. 12, 1944. p. 46

TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS. Septuagésima nona tertúlia. **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 19, 1944, p. 1055-1065.

TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS. Octogésima oitava tertúlia, realizada em 5 de dezembro de 1944. **Boletim Geográfico**, v.2, n. 22, 1945, p. 1557.

VI ENHC



IV ENGH

GRUPO DE TRABALHO (GTs) - N° 2
Trajetórias de geógrafos(as) e de
instituições de produção do
conhecimento geográfico

A GEO-HISTÓRIA NA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO BRASIL: OS ENCONTROS DE BRAUDEL COM SANTOS

Marilia Steinberger¹

Leonardo Júnio Silvério de Sousa²

RESUMO

O presente artigo é produto de uma reflexão teórica que aciona dois conceitos centrais na relação espaço-tempo: a geo-história de Fernand Braudel e a formação sócio-espacial de Milton Santos. Ao promover a correspondência textual entre os dois autores, o objetivo é fundamentar o debate sobre a trajetória da formação sócio-espacial do Brasil, mote do Projeto de Pesquisa CNPq 2024/2028. Essa correspondência foi realizada com base no trabalho de Braudel sobre o Mediterrâneo, publicado em 1949 com um capítulo final onde está a geo-história e vários trabalhos de Santos, publicados de 1977 a 2001. O descompasso do número de fontes bibliográficas consultadas deve-se à hipótese aqui adotada de que Santos deu continuidade à discussão do conceito de formação sócio-espacial ao introduzir o território e seus desdobramentos até o território usado. Esse método nos estimula a encampar uma investigação essencial para compreender que a interdisciplinaridade Geografia-História pode apoiar a aplicação de ambas as ciências conjuntamente. Como resultados, encontramos uma Geografia explícita em Braudel e uma História que aparece, explícita e implicitamente, em Santos.

Palavras-chave: espaço-tempo; Fernand Braudel; formação sócio-espacial; geo-história; Milton Santos.

ABSTRACT

This article is the product of a theoretical reflection that triggers two central concepts in the space-time relationship: the geo-history of Fernand Braudel and the socio-spatial formation of Milton Santos. By promoting textual correspondence between the two authors, the objective is to support the debate on the trajectory of Brazil's socio-spatial formation, the motto of the CNPq 2024/2028 Research Project. This correspondence was carried out based on Braudel's work on the Mediterranean, published in 1949 with a final chapter on geohistory and several works by Santos, published from 1977 to 2001. The discrepancy in the number of bibliographic sources consulted is due to the hypothesis adopted here that Santos continued the discussion of the concept of socio-spatial formation by introducing the territory and its consequences up to the used territory. This method encourages us to undertake an essential investigation to understand that Geography-History interdisciplinarity can support the application of

¹ Bacharel em Ciências Econômicas e Doutora em Planejamento Urbano pela USP. Exerce atividades no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB) como Professora Titular e Pesquisadora Colaboradora da Pós-Graduação. Bolsista de produtividade e líder do Grupo Gestão Territorial e Ambiental no Diretório de Pesquisas do CNPq.

² Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestrando de pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional na Universidade Católica de Brasília. É Analista da Secretaria de Educação do Distrito Federal e Pesquisador do Grupo Gestão Ambiental e Territorial no Diretório de Pesquisas do CNPq.

both sciences together. As results, we find an explicit Geography Braudel's work and a History that appears, explicitly and implicitly, in Santos.

Keywords: space-time; Fernand Braudel; socio-spatial formation; geohistory; Milton Santos.

INTRODUÇÃO

No âmbito do Projeto de Pesquisa CNPq 2020/2024, desenvolvido entre 3/2020 e 2/2024, cujo tema é a formação sócio-espacial, uma das principais tarefas que desempenhamos foi a de aprofundar o foco da pesquisa, com base no pensamento do historiador francês Fernand Braudel, para complementar o pensamento do geógrafo brasileiro Milton Santos. Esse aprofundamento possibilitou não só ampliar a fundamentação teórica do mesmo tema no vigente projeto CNPq 2024/2028, como criar uma nova disciplina nos cursos de graduação e pós-graduação de Geografia da Universidade de Brasília – a Geo-História, de acordo com a seguinte ementa desde 2021:

A Geografia e a História, tradicionalmente, são áreas de conhecimento específicas sob o suposto de que possuem objetos próprios e separados – o espaço é objeto da Geografia e o tempo é objeto da História. Em meados do século XX, o historiador francês Fernand Braudel reconheceu o entrelaçamento entre essas áreas ao cunhar o conceito de 'geo-história'. Em meados dos anos 1970, o geógrafo brasileiro Milton Santos também reconheceu esse entrelaçamento ao cunhar o conceito de 'formação sócio-espacial'. Quando tratados em conjunto, tais conceitos permitem unificar a Geografia e a História em uma categoria que une os seus objetos – o espaço-tempo.

O artigo ora elaborado, descarta qualquer pretensão de argüir a fundamentação teórica de Santos e Braudel, mesmo levando em conta que ambos receberam críticas de seus pares. O objetivo é trazer para o debate a linha teórica a ser perseguida em uma pesquisa sobre formação sócio-espacial ancorada, simultaneamente, em recortes fiéis das concepções *miltoniana* e *braudeliana*. Respeitamos, inclusive, a grafia dos termos 'sócio-espacial' e 'geo-história' tal como utilizada pelos autores nas versões originais em português. Pretendemos tomar esses termos como fios condutores para recuperar a trajetória do processo de formação sócio-espacial do Brasil, entre 1500 e 1960, à luz da geo-história. Paralelamente, objetivamos descobrir a Geografia presente em Braudel e a História presente em Milton Santos.

O título do artigo dá relevo à 'geo-história' porque a proposta teórica de

Braudel foi acompanhada por uma proposta empírica aplicada em um espaço específico e um período de tempo delimitado – o Mediterrâneo no reinado de Felipe II. Assim, admitimos que a geo-história possa ser aplicada na formação sócio-espacial do Brasil 1500/1960. Quer dizer, a formação sócio-espacial do Brasil seria permeada pela geo-história, uma conexão da Geografia com a História. Portanto, em uma pesquisa, que pode ser considerada eminentemente geográfica, a História não deve ser um simples pano de fundo. Precisamos inseri-la como um dos pilares do método.

Os resultados mais relevantes deste artigo são os encontros de uma Geografia explícita em Braudel e de uma História, explícita e implícita, em Santos. O artigo está dividido em duas seções: um exame da Geografia no trabalho de Braudel sobre o Mediterrâneo e da História em vários trabalhos de Santos. Nas considerações finais, apresentamos também o encontro bibliográfico entre Santos e Braudel que inclui outros trabalhos do historiador.

A GEOGRAFIA EM FERNAND BRAUDEL

A importância que Braudel deu à Geografia deve ser contextualizada a partir da inspiração de historiadores na Revista *Annales Geographie*, criada em 1891 por Paul Vidal de la Blache, a qual influenciou a fundação dos *Annales Histoire*, em 1929, por March Bloch e Lucien Febvre. A intenção era propor uma História que não fosse voltada apenas à chamada ‘História Política’, ou seja, à gênese e cronologia dos fatos e, sim, aos fatos em si. Ficou conhecida como ‘História-Problema’ ao introduzir métodos e problemáticas interdisciplinares. Vivia-se a época do período entreguerras, quando essa proposta inovadora foi implantada pela primeira geração de expoentes dos *Annales Histoire* – Bloch e Febvre, que permaneceram até 1949.

Nesse ínterim, Febvre conheceu Braudel e ambos foram convocados para servir na 2ª Guerra. Braudel já cursava o doutorado na Sorbonne ao ser preso em 1940. Febvre lhe enviava livros para, no cativeiro, redigir sua tese, defendida em 1947 e originalmente publicada na França em 1949, ano que marcou o início da segunda geração dos *Annales Histoire*, cujo comando coube a Braudel. Buscou reinventar o tempo histórico sugerindo um amálgama com o tempo geográfico, o que estruturaria uma história-total. Permaneceu até 1968 quando foi sucedido por outras gerações.

No texto da tese, Braudel utiliza o conceito de geo-história, cuja provável escrita inicial se deu, entre 1941 e 1944, em um paper intitulado “Géohistoire: la société, l’espace et le temps”, que só veio a público em 1997, doze anos após sua morte. O conceito incorpora um duplo caminho – colocar os problemas humanos em uma geografia que os veja dispostos no espaço; e colocá-los não somente no presente, mas no passado para torná-los parte do tempo e, então, fazer uma geografia humana retrospectiva. Para ele, essa seria uma maneira de obrigar os geógrafos a prestar mais atenção no tempo e os historiadores a inquietar-se com o espaço. Daí, a convergência entre as duas ciências sociais - a História e a Geografia. Assim, não podemos desconhecer que há uma Geografia explícita no pensamento de Braudel.

Esse parágrafo sintetiza as ideias do último capítulo de sua tese, “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II”, que, na França, foi publicado somente em 1949 e retirado em edições posteriores por motivações controversas. Supomos que tanto os geógrafos quanto os historiadores acabaram reagindo desproporcionalmente por se sentirem incomodados com o conceito de geo-história, conforme poderá ser visto abaixo na citação integral. No Brasil, a tese completa foi traduzida e publicada, primeiramente em 1966 e, depois, em alguns anos seguintes.

Sobre a Geografia o autor começa sugerindo:

Colocar os problemas humanos de tal modo que uma geografia inteligente os veja dispostos no espaço e, se possível, cartografados: sim, sem dúvida, mas colocá-los não somente no presente e para o presente, colocá-los no passado, torná-lo parte do tempo; deslocar a geografia de sua busca das realidades atuais, à qual ela exclusivamente se aplica – ou quase, persuadi-la a repensar, com seus métodos e seu espírito, as realidades passadas e, nesse caminho, o que se poderia chamar os futuros da história.

Continua dizendo:

Da tradicional geografia histórica ao modo de Longdon, devotado quase unicamente ao estudo das fronteiras dos Estados e das circunscrições administrativas, sem cuidar da terra, do clima, do solo, das plantas, dos animais, dos gêneros de vida e das atividades de trabalho, fazer, se desejável, uma verdadeira geografia humana retrospectiva;

Quanto aos geógrafos e historiadores refere-se a:

...obrigar, assim, os geógrafos (o que seria relativamente fácil) a prestar mais atenção no tempo, e os historiadores (o que seria mais constrangedor) a inquietar-se com o espaço e com aquilo que ele suporta, com que ele engendra, com quanto ele facilita ou contraria – em uma palavra, fazê-los

dar-se conta de sua formidável permanência: tal seria a ambição desta geohistória, cujo nome ousamos pronunciar, não sem certo constrangimento;

Por fim, sobre as duas ciências sociais, afirma:

[...] tal é a ambição certa deste livro e, a nossos olhos, sua verdadeira razão de ser, a justificativa de sua ação em favor de uma convergência das duas ciências sociais, a história e a geografia, pois não há vantagem alguma em separar uma da outra. Pelo contrário, à medida que o objetivo de todas as ciências sociais é um só, e vai além de nossas ferramentas e de nossos diversos domínios de trabalho. É o homem, sempre ele, que se trata finalmente de apreender – o homem, ou seja, a sociedade e os Estados. Utiliza-se mais especialmente ou o tempo ou o espaço (...) o Tempo, o Espaço que são apenas meios.” (BRAUDEL, 2016 p. 673/4).

No seu trabalho doutoral, Braudel insere a Geografia em uma nova concepção de História. De acordo com Guilherme Ribeiro (2014), contém três partes cujo teor está aqui resumido e interpretado para conhecermos a ampla proposta teórica braudeliana:

- Na primeira, traz a história quase imóvel de longa duração. É a história do homem em suas relações com o meio que o rodeia, incluindo as simbioses, os estranhamentos e as limitações de um sobre o outro. A história de ritmo lento em fluir e se transformar na qual o tempo praticamente desaparece. Uma história centrada em um tempo (geográfico) milenar.
- Na segunda, examina os destinos coletivos e os movimentos de conjunto. É a história das economias, do comércio, dos meios de circulação, das sociedades, dos Estados, dos impérios e das civilizações. A história de ritmo bem menos lento que a primeira, regida por um tempo (geográfico) secular.
- Na terceira, dedica-se aos indivíduos, à política e aos acontecimentos – uma história de oscilações rápidas e nervosas que representa o ritmo do tempo breve, ocorrida no tempo (geográfico) do presente.

Apesar de o próprio Braudel argumentar que a longa duração envolve todos os ritmos, alguns estudiosos associam, a nosso ver, equivocadamente, os tempos descritos na segunda e terceira partes, respectivamente, à média e curta duração.

Esse trabalho de Braudel ficou conhecido por entremear em um mesmo espaço, o Mediterrâneo, temporalidades distintas cada uma com seu ritmo. Conhecido também por entrelaçar História e Geografia, com heranças dos ‘pais fundadores’ dos Annales Histoire: “uma civilização é um espaço trabalhado, organizado pelos homens e pela história”

(FEBVRE, 1922) e “a História é o estudo do homem no Tempo” (BLOCH, 1944; FEBVRE, 1949). Essas heranças são assimiladas por Braudel no já mencionado paper “Géohistoire: la société, l’espace et le temps”, de onde vem sua inspiração para propor um empreendimento sobre a conexão entre espaço e tempo. Recentemente, tal conexão é reiterada por José d’Assunção Barros (2005) ao definir que: “a História é o estudo do homem no tempo e no espaço”. Nesse sentido, podemos assegurar que Braudel, indiscutivelmente, nos deixa uma herança que se perpetua até os dias atuais e permite falar em uma categoria espaço-tempo.

A HISTÓRIA EM MILTON SANTOS

Quando Milton Santos, em 1977, propõe o conceito de ‘formação espacial’ inaugura uma investigação ainda pouco explorada. O ponto de partida está na compreensão de que o espaço geográfico é uma categoria inerente à sociedade. Daí, segundo ele, ser mais adequado falar em ‘formação sócio-espacial’ ao se discutir a formação de uma dada realidade. No nosso caso, a realidade brasileira.

Analogamente à seção anterior, quando discorremos sobre a Geografia em Fernand Braudel, aqui se busca encontrar a História em Milton Santos. Uma leitura apressada de sua obra levaria a dizer que, em princípio, não há ponto de contato com a História. Será mesmo? Uma leitura cuidadosa desmente essa impressão. Permite vislumbrarmos que a formação sócio-espacial, tema da pesquisa que está por trás do presente artigo, é o conceito miltoniano que mais se aproxima da História. Além disso, o olhar atento revela a presença da concepção braudeliiana de História na Geografia miltoniana, inclusive na interação espaço-tempo.

Essa presença pode estar explícita quando o autor escreve a própria palavra história e suas derivações (histórico-a, historicamente...) ou implícita, exemplificada quando Braudel, no capítulo final do Mediterrâneo, ao discorrer sobre determinismo e ressaltar a relevância das condições físicas e dos recursos disponibilizados para os homens pela natureza diz: “O cenário onde eles vivem, por mais importante que seja (...) não comanda tudo”. Conclui asseverando: “não aumentemos nem diminuamos a parte do determinismo”. “De um lado, o obstáculo natural, de outro, o esforço dos homens que o contrabalança, mas que se modela sobre ele”. Essas citações guardam certa correspondência com o entendimento de Santos sobre configuração territorial, conforme

mostraremos adiante.

Para tanto, é preciso começar destacando que o ‘espacial’ do conceito de formação sócio-espacial integra o ‘social’, pois para Santos o espaço geográfico é uma categoria inerente à sociedade e, necessariamente, perpassada pela sua história. Destacar ainda que, apesar de nem sempre expressa, a formação sócio-espacial está no âmago de toda teoria miltoniana lapidada nos 25 anos vividos entre 1977 e 2001. Faz-se necessário desvendá-la. Nesse sentido, primeiramente, alguns trabalhos são revisitados a fim de selecionar recortes, grifados a seguir, capazes de acionar a História na Geografia miltoniana: 1977, 1978, 1985 e 1988a.

Ao iniciar a construção do conceito de formação sócio-espacial, Santos lança como alicerces as afirmações de que: “o espaço humano é um fato histórico” e “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.” (SANTOS, 1977, p. 10) Essas afirmações estabelecem no seu pensamento, o elo sociedade- espaço, cerne do conceito.

Logo depois introduz as reflexões de sociedade como uma realidade total, de espaço total, e de frações da sociedade e do espaço. Observa que a noção de totalidade é abstrata, a menos que a sua divisão esteja presente. Para ele, a totalização universal “não pode realizar-se senão através de ‘outra totalização’ que nos é fornecida por intermédio do conceito de formação econômica e social”. Porém, considera que as formações econômicas e sociais “somente existem por causa de seus aspectos concretos que permitem levar em conta a especificidade de cada sociedade tomada como uma realidade historicamente determinada, fundada sobre uma base territorial.” (SANTOS, 1978, p. 167,171, 193).

Inferimos que a ‘outra totalização’ realiza-se por meio do conceito de formação sócio- espacial, pois os aspectos concretos ficam mais evidentes do que nas formações econômicas e sociais. Permitem ver com mais nitidez a especificidade de cada sociedade historicamente determinada fundada sobre uma base territorial. Tal inferência justifica-se por Santos dizer que a formação sócio-espacial é “um conceito claramente totalizante”. (SANTOS, 1978, p. 195)

Inferimos também que essas citações de 1978 reforçam o elo sociedade-espaço no pensamento miltoniano ao trazer a sociedade total, o espaço total, as frações da sociedade e as frações do espaço. Entretanto, quer nos parecer que a ‘outra totalização’, agora

realizada por meio do conceito de formação sócio-espacial, confere relevo à base territorial, ou seja, inclui o território. Nesse ponto, cabe uma ressalva: Braudel em nenhum momento aciona o território. Supomos que essa ausência possa ser justificada porque o primeiro conceito de território foi elaborado por Jean Gottmann em 1952, embora há quem considere que deveu-se à Ratzel no final do século XIX.

A inclusão do território é confirmada em trabalho posterior, quando Santos aprofunda a reflexão sobre o espaço total e explica que: “considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes”. Complementa explicando que o espaço é uno e total, mas a sociedade atribui “um valor diferente a cada fração do território” e que o território é “formado por frações que tem funções diversas.” (SANTOS, 1985, p. 5, 64, 72) Inferimos que o espaço total associado às frações do território amplia o elo sociedade-espaço, cerne de formação sócio-espacial, para sociedade-espaço-território.

Essa ampliação materializa-se no que Santos denomina configuração territorial “formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, seja o que for.” (SANTOS, 1988a, p. 75-76). Materialidades que carregam a presença implícita da História, porque, inferimos, geram configurações territoriais no plural, as quais vão se sucedendo no tempo histórico como fotografias da utilização do território.

Fazem-nos retornar ao trabalho de 1978, quando o autor diz que o território é um dos elementos de um Estado-Nação e esclarece que “a utilização do território pelo povo cria espaço”. Esclarece ainda que o território se chama espaço quando “encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo - como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo”. (SANTOS, 1978, p. 189) Tais esclarecimentos mostram que a utilização do território, é um prenúncio do que virá a ser chamado de ‘uso do território’ – ‘território usado’ na teoria miltoniana.

Reunindo os achados de Santos e as nossas inferências, podemos estabelecer uma conversa com a pesquisa sobre a formação sócio-espacial do Brasil que está por trás deste artigo dizendo que: a sociedade historicamente determinada é a brasileira, o espaço é um fato histórico criado pela ação do povo brasileiro e a base territorial que sustenta a materialidade das configurações territoriais é o Brasil. Assim, o processo de formação

sócio-espacial do Brasil vai se implantando ao longo do tempo, conforme a sociedade é constituída, o espaço é produzido e o território é utilizado. Utilizado por quem?

Estendendo essa conversa com Braudel no Mar Mediterrâneo, inferimos que: as sociedades historicamente determinadas são, principalmente, aquelas dos países diretamente banhados pelo Mar (Espanha, França, Itália, Grécia, Turquia, Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito), o espaço é um fato histórico criado pela ação dos povos desses países e a base territorial que sustenta a materialidade das configurações territoriais é composta por esses países. Assim, embora o Mediterrâneo possa ser visto como o grande contexto, há processos de formação sócio-espacial específicos em cada um desses países os quais vão se implantando ao longo do tempo, conforme suas sociedades são constituídas, seus espaços são produzidos e seus territórios são utilizados. Utilizados por quem?

A resposta a essa pergunta requer compreender o significado de uso do território-território usado, agentes sociais e ações em uma releitura dos trabalhos miltonianos de 1994a e b, 1996 e 2001. Complementando a ressalva já feita sobre Braudel não ter trabalhado com a ideia de território, aqui cumpre ressaltar que o mesmo não se pode dizer sobre agentes sociais e ações que aparecem, com frequência, no seu trabalho de 1949. Acreditamos que o exercício de conversar com o Mediterrâneo de Braudel, no parágrafo anterior, seria extremamente interessante, pois possibilitaria identificar agentes sociais e ações.

Contudo, antes, vale uma ousadia - admitir que as expressões uso do território e território usado sejam os ‘ganchos’ de aprofundamento do conceito de formação sócio-espacial de Santos, a partir dos anos 1990, mesmo sem ele ter evocado o conceito. Vejamos onde estão os recortes que nos levam a cometer tal ousadia.

Santos declara: “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social”. Ressalta que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações”. (SANTOS, 1994a, p. 15-16) Define “o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações.” (SANTOS, 1994b, p. 90) Em seguida diferencia configuração territorial, enquanto materialidade, de “espaço que reúne a materialidade e a vida que a anima”. (SANTOS, 1996, p. 51). A referência à vida que anima a materialidade carrega implicitamente a História. No início dos anos 2000 expande a definição de espaço geográfico - “união indissolúvel de sistemas de objetos e

sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas, que nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, pra quê”. E conclui - o que interessa é o território usado, sinônimo de espaço geográfico (SANTOS, 2001, p. 11, 20). Cabe esclarecer que o território usado não se remete ao passado, como poderia ser entendido, mas ao presente contínuo que Santos, em uma entrevista publicada postumamente, explica como “em sendo usado” (SANTOS, 2004, p. 35), uma referência que também carrega implicitamente a História.

No caso da formação sócio-espacial do Brasil, supomos que a relação com o território usado está em Santos & Silveira (2001) apresentarem a sucessão de meios geográficos dizendo: “(...) ao longo da história da organização do território brasileiro, três grandes momentos poderiam, grosso modo, ser identificados: os meios naturais, os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional. Por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional.” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 27) Essa sucessão de meios poderia fazer parte um outro exercício implícito de História em Santos na medida em eles contém uma leitura histórica. Exercício também com Braudel que descreve o meio natural e o meio técnico no Mediterrâneo.

Para demonstrar a razão de ser da nossa ousadia, precisamos voltar ao elo sociedade- espaço, já ampliado para sociedade-espaço-território e, agora, melhor caracterizado como sociedade-espaço-território usado, lastro do conceito totalizante de formação sócio-espacial, que qualifica a sociedade e o próprio espaço. Os qualificadores são os agentes sociais que dão vida ao espaço e usam o território. Deduzimos, então, porque Santos diz que o uso do território é a essência da análise social. Porque o território usado é fruto das ações de agentes sociais no uso do território. Daí ser possível pressupormos que o processo de formação sócio- espacial do Brasil é mediado pela geo-história e pelas ações dos agentes sociais no uso do território em um período de tempo. Em outras palavras, o uso do território vai retratando a trajetória da formação sócio-espacial brasileira e os agentes sociais são os constantes animadores da história do uso do território brasileiro. A tarefa de identificá-los faz parte dos desdobramentos de pesquisa não contemplados neste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O ENCONTRO BIBLIOGRÁFICO ENTRE SANTOS E BRAUDEL

A ‘geo-história’ de Braudel introduz a Geografia ao trazer o espaço para o primeiro plano. Deixa de tratá-lo como palco de operações e passa a considerá-lo como sujeito da História. Ainda que esses autores tenham sido contemporâneos, nada autoriza supor que se conheceram pessoalmente. No entanto, não significa que nas obras de Santos, escritas a partir de 1977 quando cunha o conceito de formação sócio-espacial, ele desconheça os trabalhos de Braudel, que vieram a público, antes desse ano, a começar pelo de 1949. Nesse sentido, vale perguntar: Há Braudel em Santos?

Em uma consulta aos principais trabalhos da extensa bibliografia miltoniana, encontram-se citações sobre Braudel em apenas três: “O Espaço Dividido” (1979), “Espaço e Método” (1985) e “A Natureza do Espaço” (1996). Nas duas primeiras faz uma referência ao trabalho “Historia y Ciencias Sociales: la larga duración” (1958) para falar sobre ‘períodos históricos cuja delimitação é feita de fora (da realidade exterior) e segundo os objetivos do investigador’.

- Na Natureza do Espaço, Santos se estende um pouco mais. Faz uma única referência ao trabalho magistral de 1949, mas quatro à “Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 3: O Tempo do Mundo” (1979), conforme mostrado a seguir:
- Sobre o trabalho de 1949, Santos diz que ‘Braudel nos dá um modelo definitivo da geografia retrospectiva’.
- Sobre a Civilização Material diz que ‘foram necessários milhares de anos para que se registrassem eventos geograficamente amplos, com a emergência das economias-mundo, tal como definidas por Braudel’.
- Diz também que ‘A criação das economias-mundo de que fala Braudel é um momento importante nessa evolução (dos sistemas técnicos). A partir do século XVI, com a expansão do capitalismo, cria-se a possibilidade de trocas intercontinentais e transoceânicas de plantas, animais e homens com seus modos de fazer e de ser’.
- Diz ainda que para aprimorar o tempo histórico, Fernand Braudel propôs uma distinção entre um tempo longo (das estruturas e dos movimentos de

fundo) e um tempo curto (situações conjunturais). Contudo, assevera que ‘em nossos dias, a proposta perderá eficácia(...) se a essa oposição não superpusermos (...) a noção de um tempo rápido ao qual se antepõe um tempo lento’.

- Por fim, diz que ‘Conforme escreveu Braudel (...) podemos descobrir o movimento global através dos movimentos particulares, já que todos esses ciclos são contemporâneos e sincronizados; eles coexistem, estão misturados e somam ou subtraem seus movimentos, diante das oscilações do conjunto’.

Observando o conteúdo dessas citações é inegável que há Braudel em Milton Santos.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D’Assunção. História, Região e Espacialidade. **Revista de História Regional**, UEPG, vol 10, 2005.

BLOCH, March. **Apologia da História ou Ofício do Historiador** (escrito antes de sua morte em 1944 e publicado por Febvre em 1949).

BRAUDEL, Fernand. *Historia y Ciencias Sociales: La Larga Duración*. **Cuadernos Americanos**, ano XVII, n.6, 1958

_____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII*. Volume 3: **O Tempo do Mundo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1979].

_____. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1989 [edição de 1966] [original francês publicado em 1949, Paris, Armand Colin].

_____. *Géohistoire: La Société, L’espace et le Temps*. In: **Les Ambitions de L’histoire**. Édition établie et présentée par Roselyne de Ayala et Paule Braudel. Paris: Éditions de Fallois, (1997 [1941-44]).

FEBVRE, Lucien. **La Terre et L’évolution Humaine**, 1922 s/ed

RIBEIRO, Guilherme. **Fernand Braudel e as Metamorfoses do Tempo e do Espaço: o Conceito de Geohistoria em *La Mediterranée et le Monde Méditerranéen à L’époque de Philippe II*** (1949 e 1966). Paris: Confins n. 21, 2014.

SANTOS, Milton. *Space Social Formation as Theory and Method*. **Antipode**, v.9, n.1, 1977 (original). Posteriormente o título foi traduzido para ‘Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método’ e inserido in M.Santos: **Espaço e**



Sociedade, Petrópolis, Ed. Vozes, 1979.

_____. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

_____. **O Espaço Dividido**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979.

_____. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988a.

_____. O Retorno do Território. In: Milton Santos, Maria Adélia de Souza e Maria Laura Silveira (orgs). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994a.

_____. **Técnica Espaço Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico- Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994b.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton & Silveira, Maria Laura (2001). **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

_____. **Testamento Intelectual**. São Paulo: UNESP, 2004.

25 ANOS DA OBRA DOIS SÉCULOS DE PENSAMENTO SOBRE A CIDADE: REMINISCÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS URBANOS

Lívia Rita Castro dos Santos¹

RESUMO

O artigo tem como objetivo a análise do livro *Dois Séculos de Pensamento sobre a Cidade*, bem como apresentar a trajetória acadêmica e intelectual do seu autor, o professor Pedro de Almeida Vasconcelos. O presente texto explora as contribuições de Vasconcelos para a ciência geográfica, especialmente no âmbito dos estudos urbanos, além de evidenciar suas ideias consolidadas no campo da Geografia Histórica. A metodologia parte de uma revisão bibliográfica, trazendo à tona atores emblemáticos para os estudos da cidade e suas principais obras, assim como, eventos marcantes que possibilitaram novas compreensões sobre a cidade e o urbano.

Palavras-chave: Pedro Vasconcelos; trajetórias; estudos urbanos; cidade.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the book *Dois Séculos de Pensamento sobre a Cidade* and to present the academic and intellectual career of its author, Professor Pedro de Almeida Vasconcelos. This text explores Vasconcelos' contributions to geographical science, especially in the field of urban studies, as well as highlighting his consolidated ideas in the field of Historical Geography. The methodology is based on a bibliographical review, bringing to light emblematic actors in city studies and their main works, as well as landmark events that enabled new understandings of the city and the urban.

Keywords: Pedro Vasconcelos; trajectories; urban studies; city.

INTRODUÇÃO

O presente texto visa discutir a contribuição de Pedro de Almeida Vasconcelos para os estudos da cidade, particularmente a partir da obra *Dois Séculos de Pensamento Sobre a Cidade*. Nota-se que o autor fez uma análise minuciosa de trabalhos que foram desenvolvidos nos séculos XIX e XX, tendo como base levantamentos bibliográficos para sistematizar as principais ideias sobre a cidade e o urbano na geografia e ciências correlatas.

Ao tratar da cidade e dos estudos urbanos é pertinente apresentar de forma breve

¹ Doutoranda em Geografia pela UFBA. Professora Substituta do IF BAIANO, campus Valença. Contato: li.castros07@gmail.com

algumas concepções sobre esses conceitos. No texto *A cidade, o urbano e o lugar*, Vasconcelos (1999) afirma que há uma dificuldade em conceituar cidade, pois é um objeto complexo com várias definições em diferentes contextos e depende da visão teórica de cada autor. Já a definição de urbano, em sua perspectiva, é menos polêmica que a de cidade, no entanto, na geografia, pode apresentar conceituações distintas conforme a vertente do autor que a classifica.

Outra contribuição é de Ana Fani Alessandri Carlos (2004). A autora observa como é possível pensar a cidade e o urbano a partir de diferentes abordagens teórico-metodológicas e afirma que a cidade é, sobretudo, uma construção histórica. Já no livro *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*, Carlos (2007) propõe a construção de uma teoria sobre a cidade e afirma que na perspectiva geográfica, a cidade deve ser analisada como uma realidade material, ou seja, considerando as relações sociais que a moldam e transformam. Ao abordar a produção e reprodução do espaço urbano, a autora explicita metodologicamente a análise espacial da cidade e suas contradições em termos de produção e reprodução social, bem como os modos de apropriação do espaço que se manifestam na sociedade e em suas estruturas.

Neste contexto de pensar a cidade em variadas escalas espaciais e temporais, suas materialidades e contradições, o texto objetiva resgatar de forma sucinta a sistematização e contribuição realizada por Pedro Vasconcelos aos estudos urbanos. Assim, o trabalho está dividido em três partes: a primeira apresenta a trajetória do autor, a segunda expõe considerações em formato de resenha sobre a obra e a terceira parte de uma breve análise do livro.

O GEÓGRAFO PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS: TRAJETÓRIAS, CONTRIBUIÇÕES E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GEOGRAFIA

Pedro de Almeida Vasconcelos nasceu na cidade de Recife, Pernambuco, em 1947. Formou-se em Geografia na Universidade Católica de Pernambuco em 1969, seguiu seus estudos com um mestrado em Urbanismo na Université Catholique de Louvain, concluído em 1973, e depois conquistou seu Ph.D em Geografia pela Université d'Ottawa em 1985. Além disso, fez pós-doutorado na Sorbonne, em Paris, em 1995. Durante sua carreira,

Vasconcelos trabalhou muitos anos na Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER), antes de se tornar Professor Titular de Geografia na Universidade Federal da Bahia em 1986. Também leciona na Universidade Católica de Salvador, no Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (VASCONCELOS, 2020).

Pedro Vasconcelos é reconhecido como um dos principais expoentes da Geografia, especialmente devido às suas contribuições significativas na Geografia Urbana e Geografia Histórica. Seus trabalhos têm contribuído para a consolidação do subcampo da Geografia Histórica no Brasil, particularmente no tocante aos estudos urbanos, às teorias sobre cidades e à história do pensamento geográfico. Parte fundamental de tal compreensão se deve ao exercício do autor em analisar minuciosamente as contribuições e trajetórias de pensadores, noções, categorias, conceitos, teorias e produções no desenvolvimento do pensamento geográfico.

COMENTÁRIOS SOBRE A OBRA DOIS SÉCULOS DE PENSAMENTO SOBRE A CIDADE

Intitulada *Dois Séculos de Pensamento Sobre a Cidade*, é o primeiro livro de Vasconcelos, publicado em 1999 pela EDITUS, fruto do estágio de pós-doutorado realizado na Universidade de Paris VI, Sorbonne, a obra ganhou uma segunda edição em 2012, publicada pela EDUFBA. Dada a significativa contribuição de Vasconcelos para a Geografia, especialmente no campo da Geografia Histórica, este livro tornou-se um manual importante para a história do pensamento geográfico e para a compreensão dos estudos urbanos.

A sistematização utilizada pelo autor perpassa por leituras e análises de livros, teses, artigos e revistas, seguindo de uma periodização bibliográfica e informações sobre os autores. A ideia do trabalho está alicerçada em apresentar trabalhos que discutem sobre a cidade ao longo de dois séculos com ênfase para os aspectos conceituais, teóricos e metodológicos e contribuições do pensamento sobre a cidade, sobretudo em relação ao espaço intraurbano.

A obra divide-se em cinco capítulos, o primeiro denomina-se “ Os precursores do pensamento geográfico sobre a cidade”, o segundo “ O pensamento sobre a cidade no

período da institucionalização da Geografia”, o terceiro “O pensamento sobre a cidade entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial”, o quarto “A produção sobre a cidade do período do Pós-guerra aos inícios dos anos 70” e o quinto intitula-se “*A produção atual sobre a cidade*”, dividindo-se, assim, em uma periodização que leva em conta eventos históricos marcadores de transformações significativas na cidade e/ou na própria geografia. Ademais, a obra ainda conta com prefácio, apresentação, considerações finais e suas referências.

O primeiro capítulo tem como recorte temporal os anos de 1810 a 1869 e apresenta, em sua maioria, textos produzidos por estudiosos que não eram geógrafos. Isso se deve ao fato de que a ciência geográfica ainda não estava institucionalizada, o que só ocorreu em 1871, com a realização do primeiro Congresso Internacional de Geografia em Antuérpia, Bélgica. Czernu (2000) destaca que Vasconcelos (2012) apresenta grandes investigadores do século XIX, assim como, suas linhas do pensamento urbano. Também são evidenciados eventos que possibilitaram transformações de ordem econômica, social e espacial, a exemplo da Revolução Industrial tendo como país pioneiro a Inglaterra.

Alexander Von Humboldt e Conrad Malte-Brun são evidenciados por Vasconcelos (2012) como pioneiros nos textos sobre a cidade, destacando-se o trabalho *Nova Espanha* de Humboldt. Segundo Vasconcelos (2012), a cidade do México é descrita com um olhar geográfico e a obra *Geografia Universal* de Malte-Brun, na qual algumas cidades são citadas e suas características (número de habitantes, divisão em bairros, quantidade de prédios, casas).

Ainda no primeiro capítulo, o autor apresenta ideias dos considerados socialistas utópicos como exemplo às questões sociais da época e maneiras de solucioná-las através de projetos urbanísticos utópicos. Em relação aos socialistas revolucionários como Marx e Engels, Vasconcelos (2012) destaca questões teóricas relevantes, especialmente no que se refere às relações entre o campo e a cidade.

O segundo capítulo é dividido em partes, sendo: *O contexto do período 1870-1913; A produção geográfica nos seus inícios e Contribuições das outras disciplinas*. Logo no início é apresentado uma contextualização histórica e geográfica com elementos significativos para as mudanças na sociedade do período (1870-1913) e consequentemente surgem contribuições intelectuais, a implantação da geografia como disciplina universitária, surgimento de associações e revistas. Vasconcelos (2012) enfatiza

que é nessa época que a geografia se consolida, como também as principais publicações de alguns pioneiros da geografia humana Friedrich Ratzel, Vidal de la Blache e Halford John Mackinder.

Em relação às contribuições aos estudos urbanos em outras áreas, Vasconcelos (2012) menciona diversos nomes, entre eles: Camillo Sitte, Ebenezer Howard e Georg Simmel. Sitte é descrito como um arquiteto que pensava em reformas urbanas com aspirações artísticas, Vasconcelos (2012, p.87) destaca o "ato de olhar" associado à percepção proposta pelo arquiteto, algo que, em suas palavras, antecede as formas de pensar das futuras correntes fenomenológicas. Howard foi o idealizador das cidades-jardins, o que impactou novas formas de desenvolvimento urbano, como a implantação de loteamentos arborizados, enquadrando-se no urbanismo culturalista. Simmel foi um sociólogo e filósofo alemão, na sua obra *Métropole e Mentalidade* (1903), Vasconcelos (2012) afirma que ao falar sobre Londres ou Berlim, o mesmo analisa a transformação na personalidade do homem na cidade grande.

O terceiro capítulo intitulado *O pensamento sobre a cidade entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial* é dividido em três partes com subtópicos e apresenta eventos históricos de implicações mundiais. Segundo o autor, no período entre as duas Guerras Mundiais o trabalho considerado de maior fôlego na geografia foi o de Vidal de la Blache em parceria com Gallois, nomeado *Géographie Universelle* no qual muitas cidades são analisadas. Outro destaque é a consolidação do método da monografia regional pensado por Raoul Blanchard publicado no ano de 1922 que serviu de base para diversos estudos urbanos, de acordo com Vasconcelos (2012). Metodologicamente, Blanchard propõe três ordens de problemas (os fatores geográficos; a evolução urbana e a cidade atual).

O artigo *O estudo geográfico das cidades de Pierre Mombeig* também foi analisado por Vasconcelos (2012, p.153). O autor fala da contribuição da metodologia francesa a partir de exemplos de cidades brasileiras e aponta que Mombeig “exclui da geografia a análise dos fatos sociais”. Outras disciplinas também continuam a contribuir sobre os estudos da cidade, destaque para Max Weber, Walter Benjamin e Le Corbusier.

Vasconcelos (2012) destaca no Brasil o ensino de Geografia na Universidade de São Paulo, a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros em 1934, a criação do Conselho Nacional de Geografia e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1937. E destaca o primeiro estudo geográfico sobre a cidade idealizado por um brasileiro,

o historiador Caio Prado Jr que falou sobre a cidade de São Paulo em dois artigos pioneiros denominados *O Fator Geográfico na Formação e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo* e *Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo* no qual cita características físicas de localização, relevo, processo de povoamento e ocupação de terra, discorre os motivos de desenvolvimento de São Paulo, migração, funções econômicas, políticas, administrativas, seu papel central e industrial. Assim, o trabalho produzido por Caio Prado Jr é reconhecido por Vasconcelos (2012, p.200) “a sua preocupação com os fatores geográficos é evidente e a maior parte das análises aproxima-se da visão regional”.

No quarto capítulo, o autor traz à tona produções sobre a cidade após o fim das Guerras Mundiais e os inícios dos anos 1970. Na geografia, destaque para a publicação do livro de Eric Dardel, intitulado *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica* que na visão de Vasconcelos (2012) prematura a fenomenologia na ciência geográfica. Também cita as obras mais representativas da “revolução teórica-quantitativa”, além de sinalizar que a revista *Antipode* originária dos Estados Unidos da América traduz o surgimento da nova corrente crítica na geografia.

O autor menciona que é nesse contexto que se tem a “difusão da geografia urbana” (VASCONCELOS, 2012, p. 212), inclusive muitas cidades brasileiras passaram a ser estudadas. É a época da produção dos primeiros manuais de geografia urbana, como os elaborados por Pierre George e Milton Santos. No decorrer do capítulo, Vasconcelos (2012) apresenta diversas contribuições geográficas a partir da análise de trabalhos e propostas conceituais.

Em nível de Brasil, geógrafos renomados são citados. Tais qual o geógrafo pernambucano Josué de Castro com ênfase para a sua tese *A cidade de Recife: ensaio de geografia urbana*, no qual apresenta uma descrição dos capítulos que faz referência a cidade de Recife pautando-se “na ação dos fatores naturais e culturais que teriam determinado a fundação, a evolução e a expansão singular da cidade” (VASCONCELOS, 2012, p. 229). Outro importante geógrafo citado é o professor Aroldo de Azevedo que organizou o trabalho *A cidade de S. Paulo: estudos de geografia urbana* composta por quatro volumes. Essa obra oferece uma análise abrangente da cidade de São Paulo, abordando aspectos físicos, a cafeicultura e a produção dos espaços geográficos, o crescimento populacional, o desenvolvimento do parque industrial e os subúrbios

Paulistanos, entre outros tópicos relevantes.

O professor Vasconcelos (2012) destaca a tese de doutorado do professor Milton Santos nomeada *O centro da cidade do Salvador: Estudo de geografia urbana*. Nesse trabalho, Santos apresenta a formação da cidade, suas funções, discorre sobre a paisagem urbana, as estruturas dos bairros centrais de Salvador e outros aspectos. Vasconcelos (2012) enfatiza que Milton Santos já demonstrava uma preocupação conceitual ao tratar da paisagem. Outra referência apresentada é o livro *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*, de modo geral é apresentado as abordagens centrais dos capítulos, estas voltadas para os temas de urbanização, industrialização, estruturas socioeconômicas, organização dos espaços dos países subdesenvolvidos e hierarquização urbana.

Pedro Pinchas Geiger é destacado por Vasconcelos (2012) pelo seu livro *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Nesse trabalho, Geiger aborda conceitos importantes como cidade, organização da urbanização brasileira, classificação das cidades, migração e redes urbanas. Vasconcelos (2012, p. 274) afirma que "é um dos primeiros trabalhos sobre o conjunto da urbanização brasileira".

O quinto e último capítulo denominado *A produção atual sobre a cidade é* dividido em três seções e aborda os principais eventos desde os anos 1970 até meados dos anos 1990. No campo da geografia, são destacados como produções revolucionárias da década de 70 o livro *Social Justice and the City* de David Harvey e o texto *La Géographie* de Yves Lacoste. Ao discutir a produção atual na geografia, Vasconcelos menciona nomes como Milton Santos, Paul Claval e Edward Soja. No decorrer do subcapítulo, diversos autores são apresentados, incluindo Horácio Capel Sáez, Yi-Fu Tuan, Jacqueline Beaujeu-Garnier, Anne-Marie Seronde-Babonaux, Ana Fani Alessandri Carlos destacando suas contribuições para a questão urbana. Em relação à produção em outras disciplinas, Vasconcelos (2012) apresenta trabalhos pluridisciplinares que abordam temas relacionados à cidade.

Ao falar sobre a obra de Vasconcelos cabe destacar também que por se tratar de um esforço de construção do pensamento geográfico sobre o urbano, o livro não contempla todas as publicações relacionadas à cidade entre os séculos XIX e XX, já que exige muito tempo de investigação, leitura e análise. Assim, nesse contexto, faz-se necessário mencionar o texto pioneiro de Bernardino José de Souza em referência às cidades no livro *Por Mares e Terras (Leituras Geographicas)* publicado no ano de 1913,

intitulado *A geographia das cidades*, que não foi citado pelo autor.

O trabalho apresenta um aporte teórico-metodológico de ideias que estavam em debate na geografia internacional principalmente nas relacionadas a geografia alemã. Bernardino de Souza desenvolveu o método das monografias descritivas regionais, considerada uma de suas maiores contribuições, publicado em 1916 no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, em Salvador (BAUMGARTNER, 2019). Pode-se afirmar que Bernadino de Souza se revela como um personagem de grande importância dentro da Geografia Histórica Urbana.

Portanto, ao longo do livro Pedro Vasconcelos buscou apresentar contribuições de intelectuais de diversos campos acerca dos estudos urbanos em diferentes períodos históricos, fazendo uma análise temporal e espacial, tendo em vista eventos que possibilitaram dinâmicas espaciais e traz uma reflexão pertinente nas considerações finais sobre o estudar à cidade, partindo das variadas dimensões e da sociedade que a compõe.

BREVE ANÁLISE DA OBRA DOIS SÉCULOS DE PENSAMENTO SOBRE A CIDADE

O livro *Dois Séculos de Pensamento Sobre a Cidade* oferece uma reflexão importante sobre os estudos urbanos, ao traçar um panorama historiográfico dos avanços na produção do conhecimento em geografia urbana. A obra destaca contribuições de intelectuais ao longo do tempo, apresentando suas ideias. Observa-se ainda os caminhos percorridos por Vasconcelos, suas escolhas e os processos de análise envolvidos na produção do espaço urbano.

Dessa forma, um ponto inicial a ser destacado é a correlação entre os trabalhos dos professores Pedro Vasconcelos e Maurício de Abreu. Abreu (1987) conduziu uma pesquisa nomeada *O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro)* sobre a produção do conhecimento da geografia urbana brasileira, discorrendo sobre a produção geográfica tradicional, quantitativa e crítica, apresentando as transições de pensamento e suas possíveis contribuições. Assim, os estudos dos geógrafos brasileiros, especialmente em uma escala intraurbana são apresentados e evidenciados como resultados de esforços significativos.

Fazendo uma sucinta associação entre os trabalhos, os autores evidenciam a influência do pensamento geográfico francês na geografia brasileira. Ambos apresentam contribuições significativas para a história do pensamento geográfico, embora com enfoques distintos em seus estudos. Enquanto Abreu deixa explícito que suas pesquisas estão ligadas aos geógrafos urbanos brasileiros, Vasconcelos, por outro lado, realizou estudos tanto nacionais quanto internacionais de autores que contribuíram para a evolução do pensamento sobre a cidade.

Outra questão a ser comentada são as ideias de "cidade" e "urbano", termos amplamente utilizados pelo autor. A referência ao livro da professora Ana Fani, *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*, na introdução do artigo, é importante, pois traz à tona algumas reflexões sobre esses conceitos. De acordo com Carlos (2007), a cidade possui um caráter de prática socioespacial que se revela a partir das relações estabelecidas, as quais reverberam enquanto produto da sociedade. À vista disso, a cidade pode ser compreendida como uma construção humana, que se consolida no cotidiano e é moldada pelos processos históricos vividos.

A outra concepção é a de urbano, que na perspectiva de Carlos (2007) está associada a reprodução da vida em suas distintas dimensões no qual existem relações e fragmentações do espaço. Então, compreender o urbano em sua totalidade é uma problemática constante, pois envolve os processos sociais que moldam a vida das pessoas, as formas de apropriação dos espaços e os interesses por trás de determinadas ações.

Desse modo, surge a reflexão sobre os desafios atuais nos estudos relacionados à cidade e ao urbano, diante de novos paradigmas e abordagens que influenciam as formas de pensar o urbano e compreender suas diversas facetas. Isso, conseqüentemente, amplia o leque de interpretações analíticas. Portanto, é fundamental explicitar a dimensão espacial da cidade e do urbano nas leituras e análises realizadas pelos geógrafos.

Por fim é pertinente comentar a abrangência das referências analisadas por Vasconcelos e as vastas possibilidades de leitura oferecidas para aqueles que desejam se aprofundar nas questões urbanas, com base nas indicações e análises propostas pelo autor. Nota-se também que a obra destaca os avanços conceituais e metodológicos da geografia urbana, associando-os às correntes do pensamento geográfico, o que facilita uma compreensão dos estudos urbanos. Dessa forma, o livro explora a cidade e apresenta os caminhos traçados por diversos estudiosos no campo da geografia urbana, relacionando

noções, conceitos e teorias que abordam a produção do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os 25 anos da primeira edição do livro *Dois Séculos de Pensamento sobre a Cidade*, a proposta do trabalho foi resgatar algumas ideias difundidas pelo professor Pedro Vasconcelos, seu esforço teórico e metodológico embora de uma forma não aprofundada. *Dois Séculos de Pensamento sobre a Cidade* é uma obra dotada de riquezas e apresenta uma organização sistemática do pensamento sobre a cidade, com detalhes sobre trabalhos de autores de diversas partes do mundo apresentando contextos geográficos em períodos distintos. A obra revela o comprometimento de Vasconcelos com a produção intelectual.

Todavia, apresenta lacunas historiográficas até mesmo pela dimensão do trabalho realizado, à acessibilidade aos materiais no espaço-tempo e investigações nas diferenças teóricas e metodológicas acerca da cidade. Além disso, seria interessante compreender para além do recorte ocidental quais eram as ideias que estavam sendo elaboradas e/ou difundidas dentro de um contexto político, social e econômico.

A obra configura-se como um manual de consulta com contribuições de concepções, percursos, ideias, autores, dentre outros, para a história dos estudos urbanos. É importante salientar que Pedro Vasconcelos desde 2022 vem desenvolvendo uma pesquisa nomeada *Dois Séculos de Pensamento Sobre a Cidade (1820-2020)* e outros estudos que tem como objetivo produzir um segundo volume do livro partindo da mesma temática.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). *RBG* v. 56, n. 1-4, 1987, pp. 21-122.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. A Geografia das cidades em Bernardino José de Souza: influência alemã e conhecimento local nas monografias descritivas do estado da Bahia. In: SOUSA, André Nunes de. VAZ, Caroline Bulhões Nunes (orgs). **A Geografia no alvorecer da República: contribuições à história da ciência geográfica no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2019, p.99-112.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. **Revista Cidades**, v.1, n.1, 2004, p.11-30.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CZERNU, Mirosława. Resenha: Pedro de Almeida Vasconcelos, Dois séculos de pensamento sobre a cidade. Editus - Editora da UESC, Ilhéus, Bahia, Brasil. S. 590. **Revista del CESLA**, no 1, 2000, p.208-2010.

Pedro de Almeida Vasconcelos. Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6592341965132312> Acesso em: 25.jun.2024

SOUZA, Bernardino José de. A Geographia das Cidades. In: Souza, Bernardino José de.(Org.) **Por Mares e Terras (Leituras Geographicas)**. Editora: Bahia, Livraria Catilina de R. dos Santos, 1913.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-274.htm> Acesso em 15.jun.2024

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A cidade, o urbano e o lugar. **Revista GEOUSP**, M° 6 p. 11-15.

_____. **Dois Séculos de Pensamento Sobre a Cidade**. Ilhéus: Editus, 1999, 596p.

_____. **Dois Séculos de Pensamento Sobre a Cidade**. EDUFBA, 2012, 620p.

_____. **O universo conceitual de Milton Santos**. Editora CRV, 2020, 218p.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA OBRA DE PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS

Glauco Bruce Rodrigues¹

RESUMO

Este trabalho busca contribuir, de forma modesta, para o conjunto de pesquisas sobre a formação da Geografia Histórica brasileira. Nessa perspectiva, tomamos como objeto de reflexão os fundamentos teóricos e metodológicos da obra de Pedro de Almeida Vasconcelos como ponto de partida para a investigação da constituição do campo no Brasil.

Palavras-chave: geografia histórica, teoria, método, Pedro de Almeida Vasconcelos

ABSTRACT

This work aims to modestly contribute to the body of research on the formation of Brazilian Historical Geography. From this perspective, we take the theoretical and methodological foundations of Pedro de Almeida Vasconcelos' work as a starting point for investigating the establishment of the field in Brazil.

Keywords: historical geography, theory, method, Pedro de Almeida Vasconcelos

INTRODUÇÃO

A ideia de formação constitui o fundamento de uma matriz do pensamento social brasileiro que se caracteriza pela construção de grandes esquemas interpretativos que consigam apreender, explicar, analisar a singularidade da formação social brasileira. É nessa tradição que se encontram Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Antonio Candido, Celso Furtado, Darcy Ribeiro e assim por diante.

Paulo Arantes (1997) atribui à obra de Antonio Candido um lugar singular e original no pensamento social brasileiro em relação à ideia de formação, que o crítico literário formula na introdução de sua *Formação da Literatura Brasileira*, publicada em 1959. A originalidade está na elaboração do método que permite partir da literatura para apreender a dinâmica mais ampla de constituição da própria sociedade. Como se estrutura

¹ Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes. Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Território e Conflitos Sociais. Contato: glauco_bruce@id.uff.br

o método? Candido propõe realizar a distinção entre *manifestações literárias*² e sistema literário (CANDIDO, 1975, p. 23- 24). O sistema literário é constituído por:

obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. Estes denominadores são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns aos outros. (CANDIDO, 1975, p. 23)

E continua: “Quando a atividade dos escritores de um dado período se integra em tal sistema, ocorre outro elemento decisivo: a formação da continuidade literária, - espécie de transmissão da tocha entre corredores, que assegura o movimento do conjunto” (CANDIDO, 1975, p. 24).

A proposição metodológica de Antonio Candido nos fornece um critério de delimitação e seleção de obras, autores e processos. O critério é a participação efetiva dentro de um sistema orgânico de produção cultural articulada ao processo histórico concreto ao qual tal sistema encontra-se incorporado. Temos os elementos que constituem o método proposto por Antonio Candido: 1. autores engajados no processo de criar a literatura brasileira; 2. leitores; 3. mecanismo transmissor.

Tomamos essa ideia de formação como orientação metodológica para o estudo da Geografia Histórica brasileira. Assim, partimos da identificação de um sistema orgânico constituído por professores, pesquisadores, alunos, obras, pesquisas e espaços institucionais que dão consistência e dinâmica efetiva à produção, circulação, debate de obras e questões vinculadas à Geografia Histórica.

O ponto de partida é a identificação da emergência de tal sistema orgânico. Trabalhamos com a hipótese de que a formação da Geografia Histórica brasileira, como sistema, se inicia a partir da obra de três geógrafos³: Pedro de Almeida Vasconcelos

² “Em fases iniciais, é frequente não encontrarmos esta organização, dada a imaturidade do meio, que dificulta a formação dos grupos, a elaboração de uma linguagem própria e o interesse pelas obras. Isso não impede que surjam obras de valor – seja por força da inspiração individual, seja pela influência de outras literaturas. Mas elas não são representativas de um sistema, significando quando muito o seu esboço. São *manifestações literárias*” (CANDIDO, 1975, p. 24. Grifos no original)

³ Vasconcelos (1997a, 1997b, 1999a, 1999b, 2001, 2002, 2006, 2007, 2009, 2012, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020), Abreu (1987, 2010 e 2014) e Moraes (1984, 2000, 2005, 2011 e 2014).

(1947), Maurício de Almeida Abreu (1948-2011) e Antonio Carlos Robert Moraes (1954-2015). Não se trata de afirmar que a Geografia Histórica em si surge com os três autores, mas sim da sua constituição enquanto um sistema orgânico.

Nossa hipótese está baseada em um diagnóstico formulado por Pedro Vasconcelos. No texto *Da evolução urbana à geografia histórica do Rio de Janeiro: uma análise da produção de Mauricio de Almeida Abreu*, nas suas considerações finais, o autor atribui à Maurício Abreu o papel “missionário” da Geografia Histórica no Brasil (VASCONCELOS 2015, p. 702), o que indicaria o início do processo de constituição do campo.

Utilizando o método de Antonio Candido, identificamos a formação de uma Geografia Histórica brasileira como um sistema orgânico articulado a partir do momento em que as obras e ações se articulam e passam a se expressar na *delimitação de campos e objetos de pesquisa, estruturas conceituais e metodológicas e em espaços institucionais para sua circulação e reprodução*. As obras interagem entre si, questões de pesquisa são explicitadas e objetos são delimitados de forma que um circuito intelectual começa a tomar forma e se desenvolve à medida em que um campo específico e particular de investigação começa a ganhar ossatura e musculatura. O sistema orgânico se amplia conforme esses três geógrafos constituem seus grupos de pesquisa e passam a formar novos pesquisadores, seja na graduação ou na pós-graduação. A ampliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso, dissertações e teses é uma das evidências do desenvolvimento deste sistema, assim como o número de artigos, livros e demais publicações. Os pesquisadores formados por eles que se inserem em universidades, escolas, instituições de pesquisa e que se dedicam à Geografia Histórica participam deste sistema orgânico, fazem com que ele se desenvolva e se torne mais robusto, pois eles também formarão outros pesquisadores e professores. Por fim, não é possível esquecer os espaços institucionais nos quais a Geografia Histórica encontrou possibilidades e condições de desenvolvimento, como nos programas de pós-graduação, grupos de trabalho (Simpurb e Enanpege), redes (Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica) e publicações (Revista Terra Brasilis).

Buscamos contribuir com a análise deste processo de formação a partir do estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da obra de Pedro de Almeida Vasconcelos. Selecionamos, preferencialmente, os textos que estavam identificados como Geografia

Histórica. Textos de caráter mais geral sobre teoria das cidades ou conceitos da Geografia Urbana, por exemplo, não fazem parte do nosso universo analítico, salvo em momentos que possam contribuir com nosso objetivo central. A partir da análise dos textos buscamos identificar e analisar os seguintes elementos: 1. A concepção de Geografia História; 2. Os fundamentos teóricos e metodológicos, ou seja, quais são os conceitos mobilizados pelo autor, na Geografia e na História, para organizar uma estrutura teórica coerente, consistente e adequada à análise dos processos e fenômenos estudados, assim como a estrutura metodológica, ou seja, a forma como a questão de pesquisa é explicitada, a maneira como o objeto é construído, a forma através da qual ele é submetido à análise e, finalmente, quais os procedimentos operacionais que constituem a pesquisa, como, por exemplo, as formas de periodização e as escalas de análise.

CONCEPÇÕES DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

Na entrevista concedida à revista *Situação Geográfica* (2018, p. 45-46), Pedro Vasconcelos revela que seu encontro com a Geografia Histórica ocorreu durante seu doutorado no Canadá (1982 a 1985). O tema da tese era o trabalho nas metrópoles brasileiras. Contrariando seu orientador⁴, Pedro Vasconcelos busca suas respostas na História e inicia uma pesquisa sobre a questão da escravidão para tentar compreender a dinâmica do trabalho informal e da pobreza em Salvador.

A História aparece como um elemento importante que ajuda a compreender o presente. Esta perspectiva orienta diversos trabalhos desenvolvidos posteriormente, como, por exemplo, em Vasconcelos (1993, 1997b, 1999a, 1999b). Tal maneira de relacionar esta disciplina com a Geografia não é nova, remonta, no mínimo, ao século XIX, como demonstram, por exemplo, Claval (1984), Carneiro (2016 e 2018), Berdoulay (2017) e Darby (2020).

Aqui coloca-se nossa primeira questão: o que é Geografia Histórica? Quais são os fundamentos epistemológicos da definição deste campo?

Em 2012, no 3º *Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e 1º*

⁴ Aqui [Salvador] a questão do negro era diferente, então percebi que não dava para colocar o problema da Bahia como do migrante, a exemplo de Recife que o pessoal vem do sertão e empobrece na cidade, aqui o problema vem da escravidão, então me interessei, **mas o professor não queria que eu fizesse**. Fiz um capítulo sobre a história, sobre a escravidão, sobre os dados que peguei na biblioteca (...) **então eu fiz um capítulo que é a origem do interesse que eu tenho até hoje sobre Geografia Histórica**⁴. (Grifos nossos)

Encontro Nacional de Geografia Histórica, realizado na UFRJ, Pedro Vasconcelos participou como um dos palestrantes e apresentou um texto cujo título é *Geografia Histórica: campo disciplinar e questões de pesquisa*⁵. Em uma primeira aproximação, ele afirma que a definição de Geografia Histórica “vai depender da época em que foi elaborada, dos paradigmas dominantes, levando em consideração as visões globais da própria disciplina” (VASCONCELOS, 2012, p. 1). Partindo dessa premissa, o autor vai nos apresentar um abrangente levantamento bibliográfico de autores e autoras, entre os séculos XIX e XXI, que buscaram apresentar uma definição do que seria a Geografia Histórica e nos apresenta, pelo menos, quinze definições distintas.

Em função da diversidade de formulações, o autor extrai uma conclusão: não há um consenso sobre a definição do significado de Geografia Histórica. No entanto, podemos fazer o exercício de tentar identificar o elemento central de cada definição apresentada e criar uma tipologia a partir de elementos comuns. Assim, todas as formulações podem ser divididas em três grupos que não são excludentes e podem ser complementares. São eles: 1. Aquelas propostas que compreendem a Geografia Histórica como o estudo de geografias do passado; 2. Propostas que tomam a Geografia Histórica como o estudo das transformações geográficas ao longo do tempo; 3. Propostas que entendem que toda Geografia é Histórica. Se, por um lado, é possível afirmar que não há um consenso, por outro, é possível pensar que as divergências não são tão grandes assim, pois é possível identificar um elemento comum a todas: a Geografia Histórica se define a partir do horizonte temporal do *passado*.

A seguir, Pedro Vasconcelos nos apresenta os principais temas de pesquisa no campo. Da mesma forma que as definições, os temas são os mais variados possíveis. Diante de tal quadro, o diagnóstico do autor é direto: “Essa dispersão temática, a meu ver, fragiliza a *subdisciplina*” (VASCONCELOS 2012, p. 3, Grifos nossos). Gostaríamos de destacar dois pontos.

Em primeiro lugar, Pedro Vasconcelos trabalha dentro da tradição de que a Geografia Histórica é um campo ou uma subdisciplina, tal qual a Geografia Urbana ou a Geografia Agrária. Isso fica claro quando ele a toma por subdisciplina. Alguns anos depois, em 2018, na já citada entrevista, ele afirma que a Geografia Histórica é “um ramo da Geografia, uma subdisciplina que não tem escala definida, você pode dizer”

⁵ O texto não foi publicado.

(VASCONCELOS, 2018, p. 54). Assim, o universo temático da Geografia Histórica é ilimitado, pois basta remeter qualquer conteúdo empírico ao passado que teríamos uma Geografia Histórica Urbana, Geografia Histórica Agrária, Geografia Histórica Regional e assim por diante. Manteve, portanto, a perspectiva da Geografia Histórica como um campo ou subdisciplina definida pelo horizonte histórico do passado.

Em segundo lugar, podemos nos perguntar por que a dispersão temática fragiliza o campo. Um dos sintomas de tal fragilidade, de acordo com o próprio Pedro Vasconcelos é a ausência de uma agenda de pesquisa clara na Geografia Histórica Urbana e a predominância de localismos movidos por interesses pessoais que acabam dando origem a uma série de trabalhos vinculados ao pesquisador ou pesquisadora dedicada ao tema. O autor coloca a questão da seguinte forma: “Acho que primeiro não tem uma agenda clara, são mais pessoas que se dedicam, apenas se interessam, tivemos uma grande perda com a morte de Maurício Abreu, mas acho que se parte muito do local, vai estudar Fortaleza, vai estudar Vitória, vai estudar Salvador, sabe?” (VASCONCELOS, 2018, p. 53-54).

CONCEPÇÕES DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

No plano teórico, Pedro Vasconcelos mobiliza uma vasta bibliografia. No entanto, é possível identificar suas principais referências: o historiador Fernand Braudel (1902-1985) e o geógrafo Milton Santos (1926-2001)⁶. Esses são os autores dos quais são incorporados conceitos e procedimentos metodológicos que se tornam o alicerce da estrutura teórica e metodológica da Geografia Histórica de Pedro Vasconcelos. São os pilares sobre os quais foi construído o edifício da obra. Não é ao acaso que a Geografia Histórica do autor em tela possui um pilar na História, com Braudel, e outra na Geografia, com Milton.

No artigo *Questões metodológicas na Geografia Histórica Urbana* (1999b), o autor coloca o seguinte problema: como estudar as transformações das cidades através de séculos de história? Que instrumentos teóricos e metodológicos devem ser mobilizados

⁶ “Do ponto de vista da **história**, são relevantes as diferentes temporalidades: tempos longos, tempos curtos (conjunturas), eventos, rupturas (Braudel, 1958), pelas transformações e permanências do quadro analisado. (...) A principal questão levantada é a seguinte: como uma combinação de eventos e processos, ao longo do tempo, conduz à formação de uma **sociedade** e de um **espaço** com características próprias. O **lugar** é, neste caso, o resultado de uma acumulação de formas sobreviventes de diversos períodos (Santos, 1996), ao mesmo tempo em que concentra uma estrutura social que adquiriu características próprias e, embora articulado a uma **sociedade global**, apresenta certas combinações que permitem o aparecimento de uma **cultura** única”. (Vasconcelos, 2002, p. 18. Grifos no original)

para realizar tal tarefa? Parte da resposta pode ser encontrada nas formulações de Braudel sobre os diferentes tempos históricos e suas articulações.

O primeiro ponto remete à questão da longa duração. É a partir desta contribuição do historiador francês que Pedro Vasconcelos enquadra a totalidade do seu trabalho. É a partir desta construção que ele vai operacionalizar suas pesquisas. O que é a longa duração? É o tempo das grandes estruturas sociais que parecem imóveis, quase que fora do tempo e da própria história. Levam séculos para serem produzidas e outros séculos para serem destruídas. A cidade e a sociedade são tomadas na longa duração, ou seja, em um longo processo no qual transformações e permanências são o centro da análise de Pedro Vasconcelos. Aí reside uma contribuição fundamental na operacionalização dos conceitos na medida em que se historiciza, de forma explícita, a dinâmica sócio-espacial. A cidade e a sociedade são estudadas nesta temporalidade, na qual é possível identificar o movimento global do processo.

O segundo ponto é um desdobramento do primeiro. Por um lado, o enquadramento geral do trabalho se dá na longa duração, no entanto, é necessário mobilizar outras temporalidades que também constituem o processo. Assim, Pedro Vasconcelos trabalha com a articulação dos tempos históricos proposta por Braudel (2009). Além da longa duração, o historiador francês identifica os *eventos*, que são acontecimentos breves, instantâneos, matéria dos cronistas e jornalistas, são os acontecimentos sucessivos da vida individual e coletiva, em que as experiências concretas são vivenciadas e as *conjunturas*, que são períodos maiores de tempo que possuem grande elasticidade, podendo durar 10, 50 ou 100 anos e caracterizados por ciclos e movimentos periódicos. Assim como os eventos ocorrem simultaneamente uns aos outros, aos milhões, devemos falar em conjunturas que coexistem e se articulam. Esse tempo histórico é aquele que assenta os eventos e, em uma perspectiva analítica, permite ultrapassá-los, enquadrá-los e, assim, produzir uma análise mais substancial. A conjuntura, nessa perspectiva, apresenta-se como um elemento analítico fundamental, pois é, ao mesmo tempo, o assento histórico dos eventos e um movimento da própria estrutura: quanto maior a conjuntura, mais próxima da estrutura ela está e maior é a explicitação dos elementos estruturais e suas características. Assim, ainda que Pedro Vasconcelos tome a longa duração como enquadramento central, ele reconhece, a partir de Braudel, a necessidade da articulação dos diferentes tempos históricos.

Ainda neste artigo, Pedro Vasconcelos, em um curto parágrafo, enumera as contribuições teóricas de Milton Santos que serão apropriadas por ele e que constituem estruturas fundamentais de seu arcabouço conceitual. Segundo o autor,

O geógrafo Milton Santos, em seus estudos teóricos, já em 1978, levantava a necessidade de uma **periodização**, considerando o **espaço como acumulação desigual de tempos**. Em 1985, Santos insistiu sobre a necessidade de uma periodização, em escala mundial, ligada às **modernizações** (...). Em estudo de 1988 o autor insere as noções de **regime e ruptura**. Na sua obra mais recente (1996), Milton Santos trabalha o **tempo e o espaço geográfico**, sempre em **conjunto com as técnicas**, e introduz a necessidade da elaboração de outras periodizações a escalas menores, não restringindo apenas à escala do mundo, lembrando ainda que as periodizações nos dão um **tempo externo e um tempo interno a cada sub-espaço** (pp. 42-43). (VASCONCELOS, 1999b, p. 195-196. Grifos nossos).

O primeiro ponto a destacar é a importância dada à periodização. Ela pode ser definida como o exercício de recortar o tempo com o objetivo de identificar unidades específicas dotadas de certo grau de coerência e estabilidade, conferidas por determinados elementos que a constituem e são devidamente explicitados pelo pesquisador (ABREU 2010; BARROS 2013). Santos e Silveira (2001, 23, grifo dos autores), afirmam que a “questão é escolher as variáveis-chave que, em cada pedaço de tempo, irão comandar o sistema de variáveis, esse sistema de eventos que denominamos *período*”.

Na obra de Pedro Vasconcelos as periodizações são realizadas, em primeiro lugar, na longa duração. No texto *Como estudar a cidade na longa duração (a noção do tempo na Geografia)* (1999a), o autor coloca a questão da seguinte forma: “Se nosso objetivo é o de estudar uma cidade numa longa duração, é necessário estabelecer uma periodização, não a partir necessariamente dos eventos históricos, mas inverter a questão, partir das principais mudanças espaciais, que ocorreram no tempo” (VASCONCELOS, 1999a, p. 87). A proposição é, sem dúvida, original e coloca como critério de periodização a dinâmica sócio-espacial. Não se trata, na verdade, de uma inversão, mas de tomar o espaço como histórico e, dessa forma, explicitar a espacialidade da história.

No texto *Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica*, o autor afirma que uma das maiores dificuldades metodológicas é a relação entre “longos períodos onde predominam as questões do cotidiano, e os momentos ou períodos que saem da rotina, e nos quais ocorrem eventos mais significativos” (VASCONCELOS, 1999b, p. 191). Os primeiros podem ser compreendidos como períodos de estabilidade,

cuja duração tende a ser maior, e predominam os processos de reprodução do cotidiano e da vida em uma perspectiva ampla, sem que eventos mais extraordinários ou incomuns ocorram. Os segundos caracterizam aquilo que o autor chama de períodos densos. Tais períodos, que podem ser curtos, são caracterizados por momentos de efervescência (política, econômica e/ou cultural), que apontam não necessariamente para processos revolucionários, mas que imprimem transformações significativas para a organização sócio-espacial e, mais particularmente, para a cidade. Tais períodos condensam e exprimem as forças e processos históricos, uma vez que contradições e conflitos se acentuam, permitindo identificar com maior clareza os elementos constitutivos das dinâmicas sociais (VASCONCELOS, 1999b).

Por fim, o autor identifica aquilo que ele denomina de hiatos temporais. Eles seriam caracterizados por períodos com poucas fontes disponíveis. Assim, tal caracterização não se refere aos atributos históricos do período em si, mas às possibilidades concretas de apreendê-los através dos elementos que nos permitem realizar a análise (as fontes). Tais hiatos podem ser ocasionados pela destruição, perda, roubo ou pela reduzida produção de materiais que possam ser utilizados como dados.

Em sua elaboração teórica, é crucial destacar a maneira como Pedro Vasconcelos se apropria da articulação entre os conceitos de espaço e tempo realizada por Milton Santos. Em *Por uma Geografia Nova* (2002[1978], p. 256), quando o espaço é tomado como uma acumulação desigual de tempos, sua historicidade está explicitada e constitui elemento indissociável da espacialidade. Apenas esta formulação já supera em riqueza, complexidade e beleza a forma como a Geografia Histórica tradicionalmente incorporou o conceito de tempo, como bem demonstrou o próprio Pedro Vasconcelos (1999a).

O que podemos extrair da análise dessas proposições? O ponto mais importante é a explicitação de que tais recursos metodológicos expressam a historicidade dos processos, pois qualificam o tempo histórico a partir de sua própria matéria social. Esse tipo de operação teórica coloca no centro do exercício a busca pelo conteúdo do método na própria história e a consciência desta ação permite pensar uma articulação entre História e Geografia de forma mais substantiva.

A articulação espaço-tempo não se dá apenas no plano teórico mais abstrato, mas também no plano metodológico. Se as periodizações, como nos lembra Milton Santos (2002, p. 19), avançam na articulação espaço-tempo, existe um ganho ainda maior

quando tais periodizações são devidamente analisadas a partir de uma perspectiva multiescalar. É essa arquitetura metodológica que Pedro Vasconcelos nos apresenta: cada periodização explicita processos e fenômenos que ocorrem ao mesmo tempo, porém, em escalas distintas. Assim, o autor propõe identificar de que forma as escalas se articulam e quais seus pontos de contato, o que permite apreender processos e eventos que se combinam para constituir a dinâmica sócio-espacial de então. O autor denomina a análise de cada período de “contexto histórico” e explicita que o método constitui em apresentar “as sínteses dos contextos históricos mundial, regional e local que marcaram a cidade e a cidade de Salvador em cada período, nos seus aspectos políticos, ideológicos, econômicos, sociais e culturais” (VASCONCELOS, 2002, p. 20).

Devemos ressaltar que as periodizações são o quadro geral onde as demais peças da metodologia serão articuladas. Assim, além da perspectiva multiescalar de cada período, Pedro Vasconcelos ainda introduz duas variáveis cruciais: *os agentes sociais e o processo de desenvolvimento territorial da cidade*. Em relação aos agentes sociais, destaca-se a ação dos sujeitos que tiveram maior relevância “na construção da cidade e na organização da sociedade”, com destaque para os processos econômicos e políticos, mas sem esquecer outras dimensões da vida social, como a cultura (VASCONCELOS, 2002, p. 20). No que se refere ao desenvolvimento territorial da cidade, são analisados “os períodos de expansão da cidade; o desenvolvimento espacial das partes da cidade, resultante de um contexto histórico e papel dos agentes no quadro espacial dado. Aqui a prioridade é dada à geografia urbana” (VASCONCELOS, 2002, p. 20).

A articulação entre períodos, escalas, agentes sociais e a espacialidade apontam para outro princípio metodológico fundamental, que é a totalidade, compreendida, na perspectiva de Milton Santos, como “a realidade na sua integralidade” (SANTOS, 1996, p. 116).

A maior contribuição, a nosso ver, está no plano metodológico. É aqui que encontramos uma formulação original, complexa, consistente e coerente com o arcabouço teórico. A explicitação dos elementos que constituem a estrutura metodológica é crucial para sua eficácia e apropriação por outros pesquisadores. A partir de Braudel e das periodizações o autor apresenta os instrumentos para a historicização do espaço, que é apropriado da obra de Milton Santos, o geógrafo que mais avançou na articulação entre espaço e tempo. Além disso, a explicitação das diferentes escalas de

processos e fenômenos que se articulam é elemento crucial para dar ainda mais consistência a este enquadramento. Por fim, os sujeitos, ou, nas palavras do autor, os agentes sociais, sem os quais tempo e espaço não possuem conteúdo em uma perspectiva crítica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. 1987. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 - 1700). Rio de Janeiro: Andrea Jakobson.

_____. Escritos sobre espaço e história. In: FRIDMAN, Fania e HAESBAERT, Rogério (orgs.). Rio de Janeiro: Garamond. 2014

ARANTES, Paulo Eduardo. “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori e ARANTES, Paulo Eduardo. **O Sentido da formação: três estudos sobre Antônio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa**. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da história** Vol. I: Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes. 2011

_____. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis: Vozes. 2013.

BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de Geografia: uma abordagem contextual**. São Paulo: Perspectiva. 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, v. 3: O tempo do mundo**. São Paulo: Martins Fontes. 2009.

_____. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva. 2013.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp. 2011a.

_____. **História e teoria social**. São Paulo: Unesp. 2011b.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo. 1975.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. "Origens e evolução da Geografia Histórica". **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS – nº 23 – Ano 13**. 2016.

_____. 2018. "Questões teóricas e tendências da Geografia Histórica". **Geographia**. Niterói, vol. 20, nº 42.

CLAVAL, Paul. "The historical dimension of French geography". **Journal of Historical Geography**, 10(3).1984.

DARBY, Henry Clifford. "Sobre as relações entre geografia e história". **Confin** nº. 44. 2020.

ESTAVILE, Lawrence. "Organizing time in historical geography". In GREEN, D. **Brooks. Historical Geography: A methodological portrayal**, ed. D. Brooks Green. Savage, MD: Rowman & Littlefield. 1991.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola. 1992.

MORAES, Antonio Carlos Robert. "Historicidade, consciência e construção do espaço: notas para um debate". **Boletim de Geografia Teórica**, v. 14. 1984.

_____. "Geografia, história e história da geografia". **Terra Brasilis**, v. 2. 2000.

_____. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec/Annablume. 2002.

_____. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume. 2005.

_____. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume. 2011.

_____. "Geografia, interdisciplinaridade e metodologia". **GEOUSP (Online)**, v. 18, n. 1, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec. 1996.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp.2002[1978].

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp. 2007[1982]

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp. 2008[1985].

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. . **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record. 2001

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. "O trabalho irregular urbano". In. FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio de Filgueira (orgs.). **Cidade e História**. Salvador: MAU/UFBA. 1993.

_____. "Cultura, Religião e Escravidão na Bahia (1549-1888)". **Espaço e Cultura (UERJ)**, Rio de Janeiro, v. 4. 1997a.

_____. “Os agentes modeladores das cidades brasileiras do período colonial”. In: CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997b.

_____. “Como estudar a cidade na longa duração (A noção do tempo na Geografia)”. **Formação**, Presidente Prudente, v. 6. 1999a.

_____. “Questões metodológicas na geografia urbana histórica”. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida.; MELLO e SILVA, Sylvio Bandeira (Orgs.). **Novos estudos de Geografia Urbana brasileira**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. 1999b.

_____. “Categorias e conceitos para a compreensão da cidade brasileira no período escravista”. In: Sposito, Maria Encarnação Beltrão (Org.) **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**. São Paulo: Unesp. 2001.

_____. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus. 2002.

_____. “Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração”. **Geosp**, v. 20. 2006.

_____. “Complexidade histórica e questões raciais em Salvador, Bahia”. **Biblio 3w** (Barcelona), v. 12. 2007.

_____. “Complexidade racial: mitos e realidades em duas freguesias de Salvador em 1775”. **Cadernos CRH**, v. 22. 2009.

_____. “Geografia Histórica: campo disciplinar e questões de pesquisa”. In: **3º Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e 1º Encontro Nacional de Geografia Histórica**. Rio de Janeiro. Palestra. 2012.

_____. “Os efeitos do Colonialismo em Salvador (Brasil) - 1549-1808/1823”. In: Garcia Alvares, Jacob.; Garcia, João Carlos (Org.) **História da Geografia e Colonialismo**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; União Geográfica Internacional. 2014.

_____. “Da evolução urbana à geografia histórica do Rio de Janeiro: uma análise da produção de Mauricio de Almeida Abreu”. In. OLIVEIRA, Francisco Roque de. (org.) **Cartógrafos para toda a Terra - produção e circulação do saber cartográfico ibero-americano: agentes e contextos**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. 2015.

_____. “De redes a territórios: o império colonial português”. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, Lisboa, 10. 2016.

_____. “A Geografia Histórica no contexto da História do Pensamento Geográfico e suas relações com as Ciências Humanas”. **Revista Geografares**, v. 23. 2017.



_____. “Cidades brasileiras no Século XIX e inícios do Século XX”. In Sposito, Maria Encarnação Beltrão; Fernandes, José Alberto Rio (Org.) **Brasil e Portugal vistos desde as cidades: as cidades vistas desde o seu centro**. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2018.

_____. Fontes para a Geografia Histórica no Brasil e em Portugal. In. OLIVEIRA, Francisco Roque de. e PAIVA, Daniel (orgs.). **Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX**. Lisboa: C.E.G./Universidade de Lisboa. 2019.

_____. “A Igreja Católica como agente estruturadora da cidade de Salvador no período colonial”. **Revista Geografares**, 31, 2020.

MAURICIO DE ALMEIDA ABREU E A GEOGRAFIA HISTÓRICA: CONTRIBUIÇÕES AO CAMPO DE PESQUISA NO BRASIL

Patrícia Gomes da Silveira¹
Deborah da Costa Fontenelle²

RESUMO

Mauricio de Almeida Abreu (1948-2011) foi um dos mais importantes geógrafos históricos da América Latina. Ao longo de sua carreira acadêmica, dedicou-se aos temas da Geografia Urbana e Geografia Histórica - com ênfase na cidade do Rio de Janeiro. Neste artigo, apresentamos as principais contribuições institucionais e acadêmicas do professor Mauricio Abreu para o estabelecimento e valorização da Geografia Histórica no Brasil nas duas últimas décadas. A partir da análise do acervo documental de Abreu depositado na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/RJ), pretende-se resgatar sua agenda teórico- metodológica, bem como suas conexões com pesquisadores e redes de pesquisa nacionais e internacionais a fim de explorar a contribuição destas conexões para a construção de sua pesquisa em Geografia Histórica.

Palavras-chave: Mauricio Abreu, Biografia, Arquivo pessoal, Geografia Histórica, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Mauricio de Almeida Abreu (1948-2011) was one of the most important historical geographers in Latin America. Throughout his academic career, he focused on Urban Geography and Historical Geography - with an emphasis on the city of Rio de Janeiro. In this paper we present the institutional and academic contributions of Professor Mauricio Abreu to the establishment and preservation of Historical Geography in Brazil in the last two decades. Based on the analysis of Abreu's documentary collection deposited at the Casa de Rui Barbosa Foundation (FCRB/RJ), we intend to rescue his theoretical-methodological agenda, as well as his connections with researchers, and national and international research networks in order to explore the contribution of these connections to the construction of his research on Historical Geography.

Keywords: Mauricio Abreu, Biography, Personal archive, Historical Geography, Rio de Janeiro.

¹ Departamento de Geografia do Colégio Pedro II. Contato: silveirag.patricia@gmail.com;

² Departamento de Ciências Humanas e Filosofia do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ). Contato: fontenelle.deborah@gmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo Mauricio de Almeida Abreu, sua entrada no campo de pesquisas da Geografia Histórica, a partir da década de 1980, foi como autodidata. No Brasil, não havia ainda a mesma tradição em Geografia Histórica encontrada, especialmente no Reino Unido, nos Estados Unidos e na França. Em diversas entrevistas, Mauricio Abreu relatou o processo lento, complexo e muitas vezes solitário que precisou enfrentar ao mergulhar na literatura internacional para entender melhor as metodologias, conceitos, temas e desafios da pesquisa dedicadas ao estudo das geografias do passado (ABREU, 2012). Como reconheceu Abreu,

depois de todo esse esforço, estou convencido de que a minha caminhada foi bem-sucedida: de um lado, porque entrei no passado (sobretudo do Rio de Janeiro), com questões novas, ainda não formuladas pelos historiadores, para o entendimento do processo de produção do espaço carioca e fluminense (ABREU, 2012, p. 20).

A Geografia Histórica de Mauricio Abreu esteve centrada no Rio de Janeiro a partir de uma intensa e demorada pesquisa em instituições de memória dentro e fora do Brasil. O primeiro passo na formação dessa linha de pesquisa foi circunstancialmente dado com as discussões travadas no relatório produzido sobre a implementação de políticas públicas na área metropolitana do Rio de Janeiro (Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, 1978); ele acarretaria na publicação do livro *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* (1987), cujo primor é reconhecido por pesquisadores dos campos, por exemplo, da História e Arquitetura. Efetivado como professor de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na década de 1980, Abreu decidiu enriquecer sua análise, começando o mergulho nos arquivos ainda nesta década. Uma das inspirações de sua linha de pesquisa em Geografia Histórica do Rio de Janeiro foram as obras da “geografia carioca” que articulavam conhecimentos da Geografia e da História e valorizavam o uso de fontes primárias nos estudos geográficos, caso dos trabalhos de Nilo Bernardes, Lysia Bernardes e Maria Therezinha de S. Soares (FONTENELLE; SILVEIRA; ALVES, 2021).

O presente texto analisa o professor e pesquisador Mauricio de Almeida Abreu (1948- 2011) em sua relação com o campo da Geografia Histórica. A metodologia empregada consiste na consulta ao acervo documental de Mauricio Abreu depositado na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/RJ). O artigo busca contribuir para os estudos de

Geografia Histórica no Brasil, investigando as contribuições institucionais e acadêmicas de Mauricio Abreu para o estabelecimento e valorização desse campo de pesquisa no país nas últimas duas décadas (Figura 1). Ao mergulhar em seu arquivo pessoal, esperamos poder prestar homenagem ao docente, pesquisador e orientador, além de manter sua memória viva na Geografia brasileira³.

Figura 1: Mauricio Abreu e a paixão pelo trabalho arquivístico: marca de sua Geografia Histórica



Fonte: <https://mauricioabreu.com.br/galeria?id=4>. Acesso em: 14 Jul. 2024.

O PROFESSOR E PESQUISADOR MAURICIO DE ALMEIDA ABREU

A carreira profissional de Mauricio Abreu foi marcada por sua atuação como professor do Departamento de Geografia da UFRJ por quase quatro décadas (1977-2011)⁴. Neste departamento desenvolveu pesquisas relacionadas à Geografia Urbana e Geografia Histórica, lecionou na Graduação e Pós-Graduação, e orientou trabalhos acadêmicos de diversas gerações de geógrafos no âmbito de seu grupo de pesquisa dedicado ao estudo

³ Em 2012, o 3º Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e 1º Encontro Nacional de Geografia Histórica (ENHPG/ENGH), realizado no Rio de Janeiro, teve como homenageado o Prof. Mauricio Abreu.

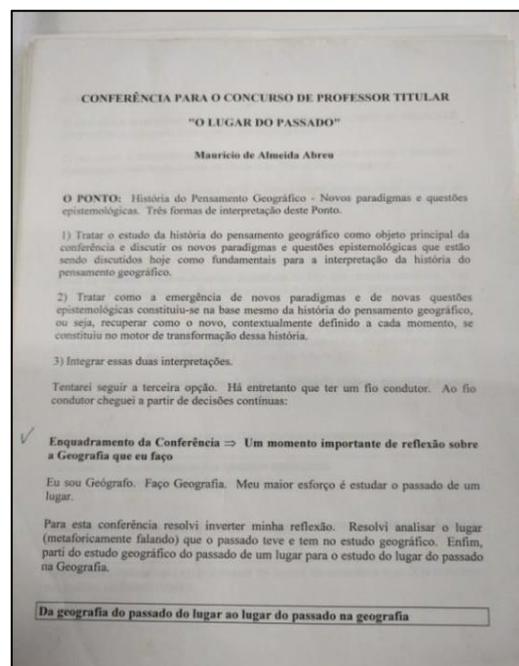
⁴ Abreu também teve relevante atuação em comissões dedicadas ao ensino e pesquisa no Brasil, caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nos quais foi representante das áreas de Ciências Humanas e de Geografia.

das “geografias do passado”⁵. Neste grupo, a partir de uma perspectiva que valorizava a dimensão histórica, o emprego de fontes primárias e a análise de processos, agentes, escalas e períodos, Abreu foi construindo sua Geografia Histórica Urbana a partir de pesquisas que priorizavam as seguintes temáticas: habitação popular, produção do espaço urbano do Rio de Janeiro e conquista e apropriação do território do Rio colonial – temáticas tradicionalmente trabalhadas no campo da História e no caso da Geografia, com enfoque na dimensão atual da questão urbana (OLIVEIRA, 2011; GOMES, 2016).

Em 1997, quando Abreu realizou o concurso para Professor Titular da UFRJ o tema de sua conferência foi “O lugar do passado” – reafirmando sua opção teórico-metodológica de trabalhar com a Geografia Histórica (Figura 2). Como o próprio defendeu em sua conferência:

“Eu sou geógrafo. Faço geografia. Meu maior esforço é estudar o passado de um lugar. (...) Parti do estudo geográfico do passado de um lugar para o estudo do lugar do passado na geografia” (ABREU, 1997, p.1/FCRB).

Figura 2: Texto da conferência de Abreu para Professor Titular da UFRJ (1997)



Fonte: Arquivo Mauricio Abreu - FCRB.

O minucioso, cuidadoso e criativo trabalho de Mauricio Abreu com fontes

⁵ Mauricio Abreu orientou 25 trabalhos de conclusão de curso (1982-2008); 31 dissertações de mestrado (1981- 2008); e sete teses de doutorado (1999-2008)

primárias na construção de sua narrativa histórico-geográfica, bem como o trabalho com temáticas de grande relevância para a compreensão de fenômenos urbanos, sociais e ambientais na cidade do Rio de Janeiro, contribuiu para que o reconhecimento de sua pesquisa ultrapassasse os limites acadêmicos da UFRJ. Mauricio atuou como professor e consultor em programas oferecidos por institutos e órgãos de planejamento urbano e ambiental do Rio de Janeiro, como a Secretaria de Planejamento.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi organizada em duas etapas: (1): Levantamento bibliográfico de obras que abordam aspectos teórico-conceituais e metodológicos da Geografia Histórica; e (2) Consulta ao arquivo Mauricio Abreu na FCRB

A primeira etapa da pesquisa começou com um levantamento bibliográfico dos estudos em Geografia Histórica, especialmente os que abordam aspectos teóricos deste campo (BUTLIN, 1993; BAKER, 2003), bem como aos ligados à metodologia de pesquisa em arquivo (BAKER, 1997; HARRIS, 2001; MOORE, 2010). Recorremos a estes trabalhos, sobretudo da Geografia Histórica britânica, a fim de compreender melhor as bases teórico-conceituais da Geografia Histórica e como Abreu foi construindo sua metodologia de pesquisa nessa sub-disciplina da Geografia ao longo de sua carreira.

No longo período em que Mauricio foi professor da UFRJ, a ampla e diversificada documentação reunida por ele nos permite juntar as peças de um quebra-cabeça sobre a sua formação acadêmica como docente e pesquisador do campo da Geografia Histórica. Após o falecimento do professor Abreu, a família doou todo o seu acervo à FCRB – instituição de memória dedicada ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e cultura nas áreas de História, Literatura, Direito e Políticas Culturais. Após os trâmites burocráticos, em 2014 o acervo de Abreu foi finalmente incorporado à instituição. A partir deste ano a equipe técnica da FCRB começou o trabalho de higienização, conservação, levantamento e catalogação da vasta documentação pessoal, institucional e acadêmica de Abreu, no entanto devido à pandemia de Covid-19, os trabalhos foram interrompidos, somente retornando em 2021.

A segunda etapa da pesquisa consistiu no levantamento da documentação

arquivística de Abreu, cuja documentação pessoal e institucional está reunida em 53 caixas na FCRB. Ao nos depararmos com o grande volume de documentos, em grande parte deles originais e inéditos, sabemos que temos pelos próximos anos um trabalho lento e desafiador, mas igualmente prazeroso e fascinante. Como bem ressaltou Arlette Farge (2017, p. 15):

O arquivo age como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível como também o vivo. Fragmentos de verdade até então retidos saltam à vista: ofuscantes de nitidez e de credibilidade. Sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte.

No primeiro levantamento realizado na FCRB em junho de 2022, identificamos na *documentação pessoal* do professor Abreu os seguintes materiais: fotografias, correspondências com amigos e família, convites, cartões postais e cartões comemorativos. A respeito da *documentação institucional*, de maior interesse nesta pesquisa, temos registros para três períodos importantes de sua carreira: graduação, pós-graduação e docência na UFRJ. Nesta documentação encontramos: certificados de participação de bancas (mestrado e doutorado), programas de eventos acadêmicos no Brasil e no exterior, ementas das disciplinas da graduação e pós-graduação, rascunhos de artigos e projetos de pesquisa.

Ao longo de 2022 continuamos a pesquisa arquivística e selecionamos na documentação pessoal de Abreu as fotografias com colegas de trabalho a fim de mapear as redes de sociabilidade de Abreu e também as fotos que registram sua participação em eventos no Brasil e no exterior, especialmente na França, Inglaterra e Portugal.

Na documentação institucional, grande parte dos materiais ainda não foi publicada, ressaltando a importância desta pesquisa para investigar a construção da base conceitual e metodológica de Mauricio Abreu no campo da Geografia Histórica. Dentre os materiais disponíveis, selecionamos: resumos de textos clássicos da geografia histórica (C. Sauer, H. Darby, A. Baker), notas de leituras, esboços de artigos, materiais de aula e programas de eventos.

Além da contribuição do acervo pessoal de Abreu para um melhor entendimento da consolidação e promoção dos estudos de Geografia Histórica no Brasil, ressaltamos que parte da história da Geografia Brasileira pode ser melhor compreendida e explorada a partir desta documentação, que abarca programas de eventos científicos no Brasil e no

exterior; pareceres de avaliação de projetos de pesquisa; declaração de participação em bancas de defesa de dissertações e teses nas áreas de Geografia, História Social e Planejamento Urbano, no Brasil e no exterior; e certificados de composição de comissão avaliadora de concursos para professor em diversos programas de Geografia pelo Brasil.

ARQUIVO MAURICIO ABREU: PRIMEIRAS LEITURAS

A compulsão de Abreu pela informação e seu espírito arquivístico levaram-no a reunir e conservar documentos que nos ajudam a entender a construção de sua linha de pesquisa em Geografia Histórica e de sua gênese como geógrafo urbano histórico a partir de 1980; seu diálogo com outros campos do conhecimento, como História, Arquitetura e Planejamento Urbano; suas conexões internacionais com instituições, pesquisadores e redes de pesquisa situadas nos EUA, França, Portugal e Inglaterra. Nestas conexões, destacamos a realização dos cursos de Pós-Doutorado na *Ebehard Kars Universität*, em Tübingen, Alemanha (1993- 1994), e no *Institut de Recherche des Sociétés Contemporaines* do *Centre de Sociologie Urbaine*, em Paris, França (1994-1995).

Mauricio tinha lido sobre a existência de fontes históricas relevantes e inéditas sobre o Rio de Janeiro colonial, mas estas fontes estavam espalhadas em diferentes arquivos no Brasil e no exterior (ABREU, 2012). Na França, Abreu teve a privilegiada oportunidade de pesquisar em bibliotecas e arquivos franceses os relatos de viajantes que visitaram a cidade do Rio no período colonial. Nesse período, aproveitou sua estadia na Europa e incluiu os arquivos portugueses em sua pesquisa, caso do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), nos quais obteve material inédito sobre os primórdios do Rio de Janeiro – material que seria posteriormente usado na escrita do célebre e ambicioso livro “Geografia Histórica do Rio de Janeiro, 1502-1700” (2010)⁶. Mauricio se empenhou em desenvolver uma metodologia que valorizasse o diálogo entre arquivos internacionais em busca de registros históricos notáveis, de modo que “era possível entrar nesse passado distante do Rio de Janeiro do século XVII, a partir das informações dispersas nos diversos fundos documentais. Precisavam, de certa forma, serem colocadas juntas,

⁶ Mauricio Abreu relatou ter encontrado cerca de 300 caixas de documentos (um montante de 20 mil documentos) relativos ao Rio colonial nos arquivos portugueses consultados por ele (ABREU, 2010)

porque elas se encaixavam!” (ABREU, 2012, p. 22).

Na constituição de sua “Geografia Histórica carioca”, destacamos a formação do Núcleo de Pesquisa de Geografia Histórica (NPGH/UFRJ). Importante grupo de pesquisa e divulgação da Geografia Histórica no Brasil e no exterior, o NPGH contribuiu na formação acadêmica de diversas gerações de estudantes que se dedicaram ao estudo das geografias do passado (OLIVEIRA, 2011; GOMES, 2016). Em 2006, no processo para a formalização do NPGH no Departamento de Geografia da UFRJ, Mauricio destacou a produção acadêmica do grupo e sua relevância na pesquisa em Geografia:

De início caracterizado como simples projeto isolado, financiado pela FINEP, a atividade de investigação em Geografia Histórica transformou-se com os anos, em verdadeira linha de pesquisa. Com produção contínua e de qualidade, essa linha de pesquisa precisa agora ser melhor formalizada no âmbito do departamento, para que possa projetar-se ainda mais, tanto no Brasil como no exterior. Por essa razão, solicito a criação do referido núcleo (ABREU, 2006, p. 1/FCRB).

Abreu estruturou o NPGH para que ele funcionasse como um núcleo de estudo e pesquisa, através de discussão de textos clássicos da Geografia Histórica, realização de seminários de pesquisa e oficinas de leitura paleográfica. A documentação arquivística (material cartorial, iconográfico e cartográfico) coletada e catalogada por Abreu e seus orientandos a partir da pesquisa nos acervos do Rio de Janeiro foi disponibilizada ao público interessado (formato digital), constituindo-se em um importante banco de dados sobre o Rio de Janeiro do passado.

No arquivo de Abreu na FCRB, também encontramos notas pessoais que estruturam e organizam o seu pensamento, tais como: Por que estudar o passado? Quais são os temas de pesquisa em Geografia Histórica? Como organizar o tempo nos estudos em Geografia Histórica?

Lendo este material inédito, encontramos a discussão teórica e a visão de Mauricio Abreu sobre a Geografia Histórica, para quem o estudo do passado deve analisar processos, ações, escalas e agentes. Geografia Histórica não era uma mera descrição do passado ou somente a investigação sobre a morfologia das cidades (ABREU, 2000). Encontramos também apontamentos que abordam o panorama da Geografia Histórica brasileira, os principais temas de pesquisa sobre o Brasil colonial, os desafios enfrentados pelos geógrafos e os diálogos com as redes internacionais de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legitimidade da Geografia Histórica de Mauricio Abreu baseou-se no seu rigor teórico-metodológico, na habilidade meticulosa e acurada com as fontes arquivísticas, na compreensão plena do tempo que tal trabalho exige, mas também por sua preocupação pedagógica em suas aulas.

Mauricio Abreu insistia na importância de se descobrir o arquivo com o olhar do geógrafo, fazendo novas perguntas, com base em fontes não publicadas. Mauricio teve a grande preocupação de combinar teoria e prática na análise da paisagem durante os trabalhos de campos com os alunos, revelando a mesma preocupação em sua pesquisa ao procurar explicar os processos formativos dos lugares analisados. Reconhecemos o importante papel desempenhado pelo NPGH em formar novos geógrafos históricos e difundir a produção em Geografia Histórica (produzida no âmbito do Departamento de Geografia da UFRJ) para outras universidades e grupos de pesquisa no Brasil e no exterior.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida Abreu. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

_____. Construindo uma Geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **Geosp**, 7, p. 13-25, 2000.

_____. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.

_____. Duas ou três precisões em torno da “última” entrevista de Maurício Abreu. Entrevistador Laurent Vidal. **Revista Espaço Aberto**, 2(2), p. 17-32, 2012.

BAKER, Alan. The dead don't answer questionnaires: researching and writing historical geography. **Journal in Higher Education**, vol. 21, nº 2, 1997.

_____. **Geography and history: bridging the divide**. Cambridge University Press: UK, 2003.

BUTLIN, Robin. **Historical Geography: through the gates of space and time**. England: E. Arnold, 1993.

FCRB. Fundação Casa de Rui Barbosa. **Arquivo Mauricio de Almeida Abreu** –

documentos diversos.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2017.

FONTENELLE, Deborah da Costa; SILVEIRA, Patrícia Gomes da; ALVES Vitor de Araujo. Resenha de Evento: Encontro Mauricio de Almeida Abreu: Memória, Trajetória e Perspectivas. **Revista Espaço Aberto**, 11(1), p. 171-174, 2021.

GOMES, Angela Nunes Damasceno. **Mauricio de Abreu: uma história com muitas geografias**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2016.

HARRIS, Cole. Archival fieldwork. **Geographical Review**, nº 91, p. 328-334, 2001.

MOORE, Francesca. Tales from the archive: methodological and ethical issues in historical geography research. **Area**, vol. 42, nº 3, p. 262-270, 2010.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. Obituary: Mauricio de Almeida Abreu, 1948-2011. **Journal of Historical Geography**, v. 4, n. 37, p. 502-504, 2011.

Site Mauricio Abreu. Disponível em: <https://mauricioabreu.com.br/>. Acesso em 14/07/2024

LÉA GOLDENSTEIN (1924-2018): GEOGRAFIA DO RIO PARA SÃO PAULO – NOTAS BIOGRÁFICAS

Rogério Silva Bezerra¹

RESUMO

Este ensaio contém informações biográficas sobre a vida e a carreira de Léa Goldenstein, geógrafa, nascida no Rio de Janeiro, que desempenhou papéis importantes em instituições centrais da geografia no Rio e em São Paulo. O escrito apresenta, principalmente, os resultados da coleta documental realizadas junto ao Arquivo Geral da Universidade de São Paulo. Léa Goldenstein participou do Conselho Nacional de Geografia (CNG), instituição na qual ajudou a dirigir, entre outras coisas, as Tertúlias Geográficas, atividade em que realizava seminários e publicações de textos que obtiveram grande influência na orientação metodológica e profissional das(dos) geógrafas e geógrafos no Brasil, publicados no Boletim de Geografia do IBGE, um dos periódicos mais importantes e de maior circulação da história da geografia nacional. Em São Paulo Léa se inseriu na USP, universidade em que realizou seu doutoramento e passou a lecionar, tornando-se, posteriormente, livre-docente e professora titular. Com Ary França e Pasquale Petrone, seus parceiros de vida acadêmica, e trabalhando por um longo período junto a cátedra de Geografia Humana e ao Instituto de Geografia (IG), Goldenstein deu grande contribuição para o desenvolvimento e afirmação da geografia uspiana. Na USP ela foi parte da direção do IG e coordenou importantes ações - como seminários com Pierre George - que ampliaram as discussões entorno da geografia aplicada e do uso de métodos quantitativos naquele departamento. Ela teve também relevante papel na consolidação da pós-graduação em geografia uspiana, orientando perfis que se tornariam líderes da geografia brasileira nos anos 1970-1980.

Palavras-chave: Léa Goldenstein, Conselho Nacional de Geografia, USP, Mulheres na Ciência.

ABSTRACT

This essay contains biographical information about the life and career of Léa Goldenstein, a geographer born in Rio de Janeiro, who played significant roles in key geography institutions in Rio and São Paulo. The writing mainly presents the results of documentary collection conducted at the General Archive of the University of São Paulo. Léa Goldenstein participated in the National Council of Geography (CNG), an institution where she helped direct, among other things, the Geographical Gatherings, which held seminars and published texts that had great influence on the methodological and professional orientation of geographers in Brazil, published in the Geography Bulletin of IBGE, one of the most important and widely circulated journals in the history of national geography. In São Paulo, Léa joined USP, where she completed her doctorate and began teaching, later becoming an associate professor and full professor. Alongside Ary França and Pasquale Petrone, her academic partners, and working for a

¹ Universidade de São Paulo (USP) e Instituto Federal da Paraíba (IFPB), rogerio.bezerra@usp.br.

long period with the Chair of Human Geography and the Institute of Geography (IG), Goldenstein made a great contribution to the development and affirmation of USP's geography. At USP, she was part of the IG's management and coordinated important actions - such as seminars with Pierre George - which expanded discussions around applied geography and the use of quantitative methods in that department. She also played a significant role in the consolidation of postgraduate studies in geography at USP, guiding profiles that would become leaders in Brazilian geography in the 1970s-1980s.

Keywords: Léa Goldenstein, National Council of Geography, University of São Paulo, Women in Science.

INTRODUÇÃO

Léa Goldenstein foi uma importante geógrafa brasileira, atuante entre as décadas de 1940 e 1980, quando trabalhou e/ou participou em instituições centrais para a modelagem do discurso geográfico no Brasil, como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - mais precisamente no Conselho Nacional de Geografia (CNG) -, e na Universidade de São Paulo (USP)².

No texto que se segue, abordamos elementos da vida e da carreira de Goldenstein, divididos em três subtópicos. No primeiro – “No Rio de Janeiro (1924-1948)”, enfocamos a origem familiar, formação escolar, graduação e primeiras atividades profissionais no IBGE. Neste tópico o destaque é a proximidade de Léa com Francis Ruellan e sua participação nas Tertúlias Geográficas do IBGE/CNG. Este momento, como veremos, foi decisivo para formação de Goldenstein e para os trabalhos e atividades que desenvolveria na fase “paulista” de sua carreira.

No segundo tópico – “Do Rio para São Paulo” -, descrevemos a mudança de Léa para a “terra bandeirante” e seu engajamento na USP. Léa Goldenstein foi uma das responsáveis pela introdução de mudanças epistemológicas que ajudaram na recomposição/reestruturação da tradição da academia paulista, talhada originalmente sob a tutela da geografia francesa de matriz lablachina. Na USP a geógrafa carioca produziu pesquisas e diálogos amplos, com os métodos os mais diversos, desde as formas mais próprias do planejamento soviético e das influências marxistas de Pierre George,

² As informações aqui apresentadas foram retiradas do Arquivo Geral da USP, processos nº 532/78, 1539/65, 599/75, 1973/57, 4262/61, 4973/57 e 1120/58.

passando pela geografia tropical de Pierre Gourou, até a geografia quantitativa-teórica de William Bunge e Peter Haggett.

No terceiro subtópico apresento algumas informações sobre o trabalho da geógrafa carioca no Programa de Pós-Graduação em Geografia da USP. Após o fim do *primeiro ciclo francês* na geografia bandeirante, junto com Pasquale Petrone e José Ribeiro de Araújo Filho, Léa foi uma das geógrafas empenhadas no desenvolvimento e consolidação do Programa de Pós-graduação em Geografia, abrindo espaços para formar a “prata da casa” que viria a assumir a direção dos rumos da academia paulista de geografia nos anos 1970-1980³.

As informações que ora apresento são resultados parciais alcançados em minha pesquisa de tese junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. As principais fontes utilizadas foram os processos institucionais existentes no Arquivo Geral da USP, complementados por pesquisas e levantamentos documentais e bibliográficos nas bibliotecas físicas e digitais da USP, AGB e IBGE.

NO RIO DE JANEIRO (1924-1948): ORIGEM FAMILIAR, FORMAÇÃO ESCOLAR, GRADUAÇÃO E PRIMEIRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Léa Goldenstein, cujo sobrenome de solteira era Lerner, nasceu em 8 de fevereiro de 1924, no então Estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro. Era filha do comerciante Tuli Lerner e Tatiana Lerner, família que possuía ascendência judia-alemã. Ela cursou o ensino primário e o secundário no Colégio Anglo-Americano, concluindo o primeiro em 1934 e o segundo em 1939. Léa foi casada com Chaím Goldenstein⁴, teve quatro filhos: Lídia, Hélio, Stela e Pedro. Morreu com 94 anos, viúva, em abril de 2018 de Alzheimer⁵.

³ Chamo de *primeiro ciclo francês na geografia paulista* o intervalo marcado pelas passagens e contribuições de Pierre Deffontaines (1934), Pierre Monbeig (1935-1946), Emmanuel de Martonne (1937), Roger Dion (1947) e Pierre Gourou (1948-1949) (AZEVEDO; SILVEIRA, 1949, p.80). Um *segundo ciclo francês* na geografia uspiana seria marcado por Jean Tricard, Michel Rochefort, Pierre George, Bernar Kayser, Raymond Guglielmo, Yves Lacoste e o agrupamento da “geografia ativa”.

⁴ O industrial Chaím Goldenstein tinha por apelido “Jayme”, faleceu em outubro de 1994.

⁵ Aparentemente Léa Goldenstein tinha de uma família de classe média ou média alta, visto ser esse o perfil da clientela do colégio Anglo-Americano. Essas informações, no entanto, precisam de melhor confirmação.

Goldenstein realizou sua primeira formação superior na então Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)), concluindo sua graduação e se tornando Bacharel em Geografia no ano de 1942, aos 18 anos. No ano seguinte (1943) ela adquiriu também a Licenciatura em Geografia na mesma universidade. Como estudante das primeiras turmas da recém fundada universidade carioca, teve a possibilidade de conviver com mestres destacados da geografia, como Francis Ruellan, Antoine Bon, Arthur Ramos, Delgado de Carvalho, Josué de Castro, professores franceses e brasileiros que foram marcantes para sua formação.

As classes com poucos alunos permitiram uma convivência aproximada e ativa com os professores e aumentaram as oportunidades de aprendizado e trabalho no campo da geografia, que durante os anos 1930 tinha renovado e ampliado sua maquinaria territorial com a fundação da USP, da Universidade do Brasil, do CNG e do IBGE. A ampliação da maquinaria estatal levou, de forma correlata, a emergência de novos lugares de elaboração do discurso geográfico/ “geografizante” e a novos postos de trabalho para geógrafas e geógrafos.

Durante a graduação Léa Goldenstein foi engajada no trabalho geográfico por Francis Ruellan. Destaca-se nesta fase o interesse pelo trabalho de campo e, sob orientação de Ruellan, um maior empenho na formação sobre a geografia física. Já em 1942 foi assistente do curso de “Leitura e Interpretação de Cartas, Cartografia, Estatística e Morfologia Prática” do CNG no Rio de Janeiro. Concluída a licenciatura em 1943, Goldenstein abre outro “flanco” de sua formação, com um curso de “Psicodiagnóstico de Rorschach”, realizado entre agosto e setembro de 1944 na Faculdade Católica de Filosofia, Guanabara. Sem se despreocupar com a formação como geógrafa, ela fez ainda minicursos de geografia rural, sociologia urbana e rural, estatística e aspectos financeiros para o planejamento municipal.

Entre 1943 e 1948 foi *geógrafa auxiliar* do Conselho Nacional de Geografia (CNG) do IBGE. No CNG/IBGE Goldenstein desempenhou o papel de auxiliar técnicas das *Tertúlias Geográficas* em 1943/44. As Tertúlias eram publicadas no Boletim de Geografia da Revista Brasileira de Geografia (RBG), pertencente ao IBGE, o que as alçava a um elevado patamar de circulação e consumo entre os que pertenciam ou se interessavam pelas temáticas da geografia brasileira. Segundo Almeida (2005,

p.455):

Uma Tertúlia era, antes de tudo, um fórum técnico onde eram debatidos os principais projetos de pesquisa do CNG, principalmente aqueles que implicavam em grandes trabalhos de campo, que incluíam aplicação de questionários, análise da paisagem, coleta de material (vegetal, mineral, animais etc.). Tudo era debatido à exaustão e cada projeto era avaliado por seus pares, e em alguns casos, por profissionais de outras instituições de governo (o segmento militar participava com muita frequência dos debates, principalmente quando os projetos envolviam regiões detalhadas por expedições militares anteriores).

A reuniões das Tertúlias impulsionaram o diálogo entre perfis ideológicos e técnicos diversos no âmbito da geografia sudestina, com formulações direcionadas à geografia aplicada e ao planejamento territorial. Esses “verdadeiros seminários de geografia” (BARCKHEUSER, 1943, p.08) eram resumidos e publicados pelo IBGE em seu Boletim de Geografia e possuíam uma metodologia de trabalho:

Alguém propõe o estudo de um tema, por exemplo, para citar alguns dos trazidos ao tablado; a correlação entre chuvas e terrenos florestados, o formador principal de um rio, a hipótese de trabalho em geografia, o plano de campanha de uma região pouco conhecida do Brasil. O tema é exposto por quem haja sido designado pelo presidente. E' exposto objetivamente em curtas palavras, sem floreios retóricos. Nada de gestos oratórios, de tremores de voz. É como uma sessão da Academia Brasileira de Ciências. Depois da exposição, um curto silêncio. Para a meditação. E especia a primeira dúvida, o primeiro pedido de esclarecimento, de algo que não ficou bem claro. Depois outro, outro, e mais outro. Em calma. Sem interrupções intempestivas como nos parlamentos. Os à partes são raros. Ouve-se e pensa-se. Reflete-se. Só fala quem tem alguma cousa nova a propor. E o interpelado responde, esclarece, vai ao quadro negro, elucida. Afinal, a palavra do chamado coordenador. Resume os debates, sublinha as divergências, põe os pontos nos is. As vêzes um ou outro ainda agita algum ponto deixado obscuro (BARCKHEUSER, 1943, p.08).

Como comentado por Barckheuser, essas reuniões e os escritos delas decorrentes, surgiram em 1942 como parte da “Proclamação aos Geógrafos do Brasil”, realizada por José Carlos de Macedo Soares, que presidiu o IBGE de 1936 a 1951. A “Proclamação” tinha relação com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, a *política de esforço de guerra* que foi estabelecida e a adesão do Brasil aos aliados ocidentais. As Tertúlia Geográficas eram regulamentadas pela resolução IBGE 117/42 e, por sua origem, estavam inseridas na dinâmica de expansão da *geografia aplicada* e suas linhagens metodológicas. Esse foi, por tanto, o campo inicial de atuação profissional de Léa Goldenstein e marcou grande parte de sua trajetória posterior.

Goldenstein acumulou a partir de 1944 a função de assistente estagiária da

Cadeira de Geografia do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Atuou de 1943 e 1945 como assistente técnica do Prof. Francis Ruellan no Curso de Geomorfologia promovido pelo CNG. Em 1946 foi contratada pela Fundação Getúlio Vargas.

O primeiro trabalho como docente ocorreu em 1945-1946, quando trabalhou como professora de geografia dos colégios Pio Americano e em 1947 no colégio Andrews. Todas essas atividades ainda no Rio de Janeiro. Em 1946 torna-se sócia cooperadora da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-RJ). Esses parecem ter sido os últimos vínculos institucionais contraídos por Léa em terras cariocas.

Concluída a etapa *ibgeana* e carioca de sua carreira, Léa se mudou para São Paulo e logo começou a frequentar e estudar na USP. Aproximou-se de Ary França, titular da cátedra de Geografia Humana e de Pasquale Petrone, assistente de França. Com esses dois docentes Goldenstein manteve uma profícua relação na academia, dando origem a diversas atividades relevantes para a história do Departamento de Geografia da USP, em particular para a expansão dos diálogos com a variada gama de métodos e princípios da *geografia aplicada*, desde Pierre George, até os métodos “quantitativistas”.

DO RIO PARA SÃO PAULO: A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA NA USP

Exonerada a pedido do IBGE em 1949, Léa Goldenstein se mudou para São Paulo em 1949, por força de sua aprovação em concurso para o magistério da rede estadual de ensino, na condição de Geografia geral e do Brasil. Primeiro ela atuou no Colégio Estadual Conselheiro Crispiniano em Guarulhos (1949), mudando em seguida para o Colégio Estadual Presidente Roosevelt (1950-1954) no bairro da Liberdade.

Em 1951 ela foi contemplada com uma bolsa de estudos do governo francês, para realizar um curso de “Geografia Urbana” ministrado por Pierre George no Institut de *Géographie* de Paris, onde permaneceu de março a abril daquele ano. O contato com George seria retomado em anos vindouros e tornou-se de grande valia quando Goldenstein lecionou na USP.

Antes de se vincular a USP, Léa passou a participar de uma série de encontro geográficos, como a *Semana de Estudos Geográficos de Sorocaba* (1955), realizada na Faculdade de filosofia, ciências e Letras de Sorocaba; o *XVIII Congresso Internacional*

de Geografia da União Geográfica Internacional, realizado na cidade do Rio de Janeiro (1956); e da XIII Assembleia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros realizada na cidade de Santa Maria (1958) no Rio Grande do Sul.

Neste mesmo ano de 1958, ela esteve na XIV Assembleia Geral dos Geógrafos Brasileiros realizada na cidade de Viçosa, Minas Gerais. Neste evento, participou das sessões culturais, com a equipe de pesquisa que, sob a direção do Prof. Ary França, estudou a área urbana de Ponte Nova (MG). Como citado anteriormente, Ary era regente da cátedra de geografia humana da USP e tinha entre seus assistentes/pupilos Pasquale Petrone. O encontro com a dupla uspiana traria vigorosas implicações para a trajetória de Goldenstein.

Em 1958 estabeleceu seu primeiro vínculo junto ao Departamento de Geografia da FFLCH da USP, como comissionada junto a cátedra de Geografia Humana. Aprovada em concurso, Léa passou a exercendo a função de professora de geografia no Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP até 1960. Neste último ano ela participou como membro do Grupo de Trabalho organizado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, para o aperfeiçoamento dos métodos de ensino de geografia no nível secundário. No mesmo ano (1960) começou sua atividade como instrutora de ensino junto à cátedra de Geografia Humana do Departamento de Geografia, condição em que se manteve até 1970.

Posicionada no corpo docente da USP, Léa Goldenstein participou de grande número de encontro de geografia durante as décadas seguintes:

Quadro 1: Participação de Léa Goldenstein em Encontros e Seminários (1961-1978)

Ano	Descrição	Local
1961	Participou da XVI Assembleia Geral da AGB	Londrina, PR
1962	Participou da XVII Assembleia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros realizada na cidade de	Penedo – AL
1965	Participou do II Congresso Brasileiro de Geógrafos - AGB	Rio de Janeiro, RJ
1965	Coordenadora de pesquisa no “2º seminário para professores de geografia” promovido pelo IG/USP	São Paulo, SP
1966	Participou da XXI Assembleia Geral da AGB	Blumenau, SC
1971	Participou do Colóquio Internacional sobre “Desigualdades regionais” da UGI	Vitória, Espírito Santo.
1972	Participou do I Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), AGB	Presidente Prudente, SP
1973	Participou da XXV Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	Rio de Janeiro, RJ

1974	III Congresso Brasileiro de Geógrafos da AGB ⁶	Belém, PA
1974	1º Encontro de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Secretaria de Economia e Planejamento – SP.	São Paulo, SP
1976	Participou do II Encontro Nacional de Geógrafos da AGB	Belo Horizonte, MG
1976	Membro do XXIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional (UGI)	Moscou, URSS
1977	Participou da XXIX Reunião Anual da SBPC	São Paulo, SP
1977	Participou do IV Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos	São Paulo, SP
1978	Participou do 3º Encontro Nacional de Geografia Agrária da AGB	Aracajú, Sergipe
1978	Milton Santos Participou da XXX Reunião da SBPC ⁷	São Paulo, SP

Fonte: Arquivo Geral USP. Diversos Processos.

Entre os variados lugares e eventos que participou, vale destacar sua estadia em Moscou e o trabalho de investigação que realizou a partir da sua passagem na capital da então União Soviética em 1976. Neste evento Léa tomou parte no “*Simpósio sobre Influências da Urbanização Contemporânea nas Áreas Rurais*” em Kiev. Depois foi para uma excursão à Ásia Central (República do Uzbequistão). Segue em visita a Kolkoses, Sovkhozes e a regiões desérticas de agricultura irrigada. Em seguida visitou o Departamento de Geografia da Universidade de Haifa e Universidade Hebraica de Jerusalém em Israel. Seu objetivo era conhecer as formas de organização dos institutos e departamentos de geografia, assim como os novos métodos e técnicas de planejamento.

A geógrafa carioca-uspiana conservou constante preocupação com sua capacitação, mantendo-se em uma trajetória de formação e atualização contínua, como demonstra o quadro de cursos seguinte:

Quadro 2: Cursos Realizados por Léa Goldenstein (1963-1975)

Ano	Descrição do Curso	Local
1963	Geografia Regional do México Problemas: Agrários nas Regiões Tropicais e Geografia Regional da França ⁸	FFLCH da USP
1964	Geografia Urbana e Planejamento Regional ⁹	IG-USP
1965	Fitogeografia ¹⁰	IG-USP
1968	Geografia Regional da África do Norte e Problemas Urbanos ¹¹	IG-USP
1971	Dinâmica Populacional Aplicada à Saúde Pública da	Fac de Saúde Públ.- USP
1972/73	Estágio no Laboratoire de Géographie Humaine de l'Université de	Paris-FR

⁶ Neste ENG de 1974 Léa Goldenstein trabalhou com Alexandre Diniz Felizola, com quem desenvolveu posteriormente outros trabalhos.

⁷ Nessa oportunidade participou de trabalhos com Milton Santos.

⁸ Ministrados pelo Prof. Pierre Monbeig.

⁹ Com aulas do Prof. Phillippe Pinchemel.

¹⁰ Ministrado pelo Prof. Guy Lassere do Centre d'Études de Géographie Tropicale de Bordeaux.

¹¹ Realizado em Parceria com Pierre George (Sorbonne - Paris). Neste período Léa era diretora da Divisão de Cultura do IG-USP e realizou outros seminários com o professor francês.

	Paris I ¹²	
1973	Estágio na Universidade de Bordeaux Centre d'Étude de Géographie Tropicale (CEGET)	Bordeaux-FR
1973	Bases Metodológicas e Técnicas Quantitativas na Geografia” promovido pela AGB na XXV Reunião SBPC.	Rio de Janeiro-RJ
1974	Introdução à Quantificação em Geografia na AGB-SP ¹³	São Paulo-SP
1975	Conferências sobre “Tipos de vida rural na América Latina” e “Problemas geográficos do mundo tropical” ¹⁴	São Paulo-SP

Fonte: Arquivo Geral USP. Diversos Processos.

Os cursos realizados por Léa demonstram seus campos de interesse, suas relações e sua evolução. Ainda que exista a presença pontual de cursos em diversas áreas, fica clara sua inclinação para *geografia do planejamento* como tema predominante de sua carreira. Aparece com clareza também sua aproximação com Pierre George e o grupo que se tornaria conhecido no Brasil como “*geografia ativa*”. Por outro lado, vê-se que a partir da década de 1970, Goldenstein desenvolveu um firme interesse pela geografia quantitativa, agregando os métodos dessa corrente ao seu portfólio de geografia aplicada.

Em 1965 Léa se inscreve na especialização sob orientação de Ary França, na qual pretendia elaborar pesquisa sobre “Problemas de Localização na Indústria Automobilística”. Neste ano ela assumiu a direção da Revista “Orientação” do Instituto de Geografia da USP, onde permaneceu até 1966. Esse periódico destinava-se aos profissionais da geografia e visava divulgar métodos, técnicas e bibliografias, experiências pedagógicas, assim como a atualização de dados estatísticos, perspectiva parecida com a das *Tertúlias Geográficas*.

Goldenstein se tornou especialista em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) em 1966, momento em que decide iniciar sua pesquisa na Baixada Santista. Neste mesmo ano, ficou encarregada do planejamento e organização do Simpósio sobre “Região e Regionalização”, promovido pelo Setor Cultural do Instituto de Geografia da USP. A ação teve como finalidade o debate de trabalhos elaborados por geógrafos do IBGE

¹² Nessa atividade Goldenstein teve a oportunidade de trabalhar com Michel Rochefort, Pierre George, Raymond Guglielmo, Y. Beaujau-Garnier e Bernard Kayse. Esse ciclo deu origem as bases para a tese de livre-docência de Goldenstein.

¹³ Em 1974, Goldenstein se filiou na Associação de Geografia Teórica e ao Centro de Estudos Rurais e Urbanos.

¹⁴ Ministrados pelo Prof. Pierre Monbeig.

para o EPEA (Escritório de Planejamento de Economia Aplicada): “*Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços polarizados*” e “*Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas regiões homogêneas*”. Foram convidados professores de Geografia, especialistas de outras disciplinas e órgãos estaduais, que tratavam do tema regionalização: técnicos da Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo e arquitetos do Centro de Pesquisas Urbanísticas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Essa atividade foi, em grande parte, preparada por Léa em parceria com Pierre George e contou com a presença dos geógrafos Jean Labasse, presidente da Comissão de Equipamento Urbano do Plano Francês e Michel Rochefort, diretor do Laboratório de Geografia Humana da Universidade de Paris I (Sorbonne). Estes últimos itens das atividades de Léa, significaram avanço na divulgação e utilização em São Paulo, de conceituações que vinham sendo desenvolvidas em outros centros. Paralelamente, significaram a identificação de todo um campo de ação governamental e das ligações possíveis de serem entabuladas entre Universidade e Estado. Significaram, ainda, o entabulamento de amplo e estimulante diálogo interdisciplinar, para cuja continuidade a geógrafa dedicou permanentes esforços. Esse seminário, de certa forma, também tinha as feições e a dinâmica das Tertúlias Geográficas do CNG, atividade que Léa conheceu de perto no princípio de sua carreira como geógrafa, ainda no Rio de Janeiro.

O doutoramento de Léa Goldenstein ocorreu em 1970 na USP, com a tese intitulada “*Estudo de um Centro Industrial Satélite: Cubatão*”. Em sua banca examinadora estiveram presentes Pasquale Petrone – como orientador – e como examinadores Ary França, Antônio Olívio Ceron, Jurgen Richard Langenbuch e Orlando Valverde. Na tese dedicada ao pai Tuli Lerner, existem agradecimentos especiais a Michel Rochefort e Pasquale Petrone¹⁵.

NA PÓS-GRADUAÇÃO DA USP

Léa Goldenstein passou à professora e orientadora do curso de pós-graduação da FFLCH na área de geografia humana e econômica, credenciada pela Câmara de Pós-

¹⁵ A tese foi republicada em 1972 pelo IG da USP sob o título “*A Industrialização da Baixada Santista: estudo de um centro industrial satélite*”.

Graduação da USP em outubro de 1972. Um rápido levantamento dos trabalhos de pós-graduação que ela orientou, demonstra que vários dos personagens que se tonaram lideranças na geração seguintes, foram formadas no programa de pós-graduação em geografia da própria USP e com a participação de Léa Goldenstein. Para citar alguns nomes: Léa Francesconi (1978), Pontuschka Nidia Nacib (1979), Odette Carvalho Seabra (1980 e 1987), Arlete Moysés Rodrigues (1981), Wanderley Messias da Costa (1982), Sandra Lencioni (1985), Ana Fani Carlos (1986), conhecidos autores da geografia brasileira, participantes do *movimento de renovação* dos anos 1970-1990 e líderes da segunda geração da geografia uspiana.

Coerente com seu campo principal de estudos, suas orientações possuíram grande aproximação com a geografia econômica, urbana e industrial, ao tempo que eram bastante abertas e possuía grande leque de aportes teóricos e técnicas de pesquisa. Verificou-se ainda que grande parte de suas orientações eram realizadas com mulheres, o que indica uma liderança na recomposição de gênero das posições superiores do ensino de geografia, tradicionalmente mais ocupadas por homens.

Em 1975 foi aprovada em concurso de provas e títulos como Livre-Docente para disciplina de Geografia Industrial, com a tese *“Aspectos da Reorganização do Espaço Brasileiro Face Novas Relações de Intercâmbio: uma análise geográfica do reflorestamento e da utilização da madeira por indústrias de celulose”*. Na banca examinadora estiveram José Ribeiro de Araújo Filho, Pasquale Petrone, Manuel Correia de Andrade, Manoel Tosta Berlinck e Orlando Valverde.

Ela se inscreveu no concurso para professor adjunto em dezembro de 1978, na área de geografia humanas e econômica, sendo mais uma vez aprovada. A banca foi composta por Ary França, Antônio Ceron, Alice Canabrava e Orlando Valverde. Finalmente, tornou-se professora titular em 1983, ocupando a vaga que surgiu em decorrência da aposentadoria de Dirceu Lino de Mattos em 1981.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi possível ainda identificar com precisão no material examinado até aqui, o ano em que a longeva professora Léa Goldenstein se aposentou. O último material que encontrei vinculado ao seu trabalho acadêmico, foi a orientação de Ana Fani em

1986, período em que aparentemente estava quase exclusivamente dedicada a pós-graduação. Isso indica que possivelmente ela tenha permanecido em atividade até a proximidade do final da década de 1980 ou início dos 1990.

A carreira de Léa na USP pode ser periodizada como parte do momento de transição entre a *primeira geração da academia paulista e a segunda: a primeira geração uspiana* (1946- 7 à 1972-3 mais ou menos), liderada pelos catedráticos João Dias da Silveira (Geografia Física criada em 1939), Aroldo de Azevedo (Geografia do Brasil criada em 1942), Ary França (Geografia Humana fundada em 1939, mas que passou a ser ocupada em 1951 por Ary França) e Dirceu Lino de Mattos (Geografia Econômica criada em 1947) e seus assistentes - herdeiros e parceiros diretos, ao menos inicialmente “não catedráticos” (AZEVEDO; SILVEIRA, 1949, p. 78-80); e a *segunda geração da academia paulista de geografia* (1974-5 até 2000), cuja alguns dos nomes mais notórios foram Manoel Seabra, Armando Corrêa da Silva, Ariovaldo Umbelino, Wanderley Messias da Costa, Amélia Damiani, Carlos Robert de Moraes, Ana Fani Carlos, Sandra Lencioni e Milton Santos, dentre outros e outras^{16 17 18}.

Ao menos nessa primeira aproximação, a impressão que se retira da trajetória acadêmica de Goldenstein – do Rio para São Paulo - expressa na documentação compilada, é que sua atuação foi centrada na *geografia aplicada* ou *geografia do planejamento*, com uma variedade de influências e relações de afinidade que se apresentaram em momentos específicos de sua carreira: durante a graduação, ainda no Rio (1942-1949) – com a geografia física, o CNG/IBGE, as tertúlias e a proximidade com Francis Ruellan; em São Paulo (1949-1973) – contato com Ary França e Pasquale Petrone, a Cátedra de Geografia Humana, a USP, o IG, a relação com Pierre George; a Geografia Quantitativa e a Pós-graduação (após 1973) – o interesse pela geografia quantitativa-teórica e a busca pela renovação teórica e metodológica e a dedicação as orientações na pós-graduação.

¹⁶ A Cátedra de Geografia Econômica pertencia a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA).

¹⁷ Os nomes mais conhecidos e sobre os quais se encontram mais publicações e registros de trabalho foram: Renato da Silveira Mendes, Elina de Oliverira Santos, Nice Lecocq Muller, Maria de Lourdes Pereira de Souza Radesca, Aziz A'bsaber, Maria da Conceição Vicente de Carvalho, José Ribeiro de Araújo Filho, Antônio Rocha Penteadó e Pasquale Petrone

¹⁸ Alguns/algumas, como Renato Mendes e Elina Oliveira, nunca alcançaram a posição de catedráticos(as). Outros e outras, com o fim do regime de cátedras e sua substituição pelo sistema encabeçado pelos “Titulares”, como A'bsaber, Pasquale e Léa, atingiram o topo da carreira, se tornando Professores Titulares.

Muito ainda poderia ser dito e explicitado sobre a carreira e a produção acadêmica de Léa Goldenstein, como acerca das dezenas de orientações e bancas de mestrado e doutorado que ela participou ou das outras dezenas de artigos e materiais publicados. Caberia ainda falar das posições de direção que ocupou, como na direção do IG-USP, da AGB, como consultora da Editora Abril ou na direção da elaboração do Atlas de São Paulo (65-67). Esses são temas para futuras publicações complementares sobre a autora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Ensinando Geografia aos Geógrafos: recordações do treinamento de campo nos contextos do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 2005, p. 540-551.

AZEVEDO, Aroldo e SILVEIRA, João Dias da Silveira. O Ensino de Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, nº3. Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), 1949, p. 76-83.

BARCKHEUSER, Everaldo. Tertúlias Geográficas. In: **Boletim do Conselho Nacional de Geografia, Seção “Comentário do Mês”**, Ano I, nº2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Rio de Janeiro, 1943, p.5-8).

GOLDENSTEIN, Léa. **Estudo de um Centro Industrial Satélite: Cubatão**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), 1970.

_____. **Aspectos da Reorganização do Espaço Brasileiro Face a Novas Relações de Intercâmbio: uma análise geográfica do reflorestamento e da utilização da madeira pro indústrias de celulose**. Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), 1975.

O PROJETO GEOGRÁFICO DE ERIC DARDEL E A ESCOLA FRANCESA DE GEOGRAFIA: PERMANÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS

Francyjonison Custodio do Nascimento¹
Francisco de Assis do Nascimento Júnior²

RESUMO

Nas últimas décadas, a obra do geógrafo francês Eric Dardel tem sido revisitada por pesquisadores preocupados com as questões espaciais, seja para compreender a própria obra ou para ser fonte de novas abordagens geográficas. Nesse movimento de busca pela obra geográfica de Eric Dardel, há uma certa proeminência dos estudos relativos às bases filosóficas da produção dardeliana, apontando a primazia do Existencialismo e da Fenomenologia. Contudo, as construções teórico-metodológicas da ciência geográfica, incluindo o projeto dardeliano de Geografia, são formadas por inovações e permanências. Este artigo, então, tem como objetivo estabelecer as conexões entre a concepção geográfica dardeliana e a ciência geográfica vigente de sua época, de inspiração vidaliana, discutindo as continuidades da Escola Francesa de Geografia na obra de Eric Dardel. Desse modo, o artigo é composto por uma revisão bibliográfica e uma construção teórica acerca da obra geográfica de Eric Dardel, frisando o livro *O Homem e a Terra*. Constatou-se que temas permanecem na obra dardeliana, tais como a liberdade humana, a descrição da superfície terrestre e o apelo literário.

Palavras-chave: Epistemologia; Eric Dardel; Escola Francesa de Geografia.

ABSTRACT

In recent decades, the work of French geographer Eric Dardel has been revisited by researchers concerned with spatial issues, either to understand the work itself or to be a source of new geographic approaches. In this movement of searching for Eric Dardel's geographical work, there is a certain prominence of studies related to the philosophical bases of Dardel's production, pointing out the primacy of Existentialism and Phenomenology. However, the theoretical-methodological constructions of geographic science, including the Dardelian Geography project, are formed by innovations and permanence. This article, then, aims to establish the connections between the Dardelian geographic conception and the current geographic science of his time, of Vidalian inspiration, discussing the continuities of the French School of Geography in the work of Eric Dardel. Thus, the article is composed of a bibliographical review and a theoretical construction about the geographical work of Eric Dardel, highlighting the book *Man and the Earth*. It was found that themes remain in Dardelian work, such as human freedom, the description of the earth's surface and literary appeal.

Keywords: Epistemology; Eric Dardel; French school of geography.

¹ SEEC-RN

² SEEC-RN

INTRODUÇÃO

Natural da comuna francesa de Montagirs, Eric Dardel (1899-1967) nasceu numa família de teólogos e foi um professor de Geografia do ensino secundário. Com vivência acadêmica, ele tinha a formação em Geografia e História, comum na França de sua época, com publicações de textos em assuntos diversos e uma tese em Geografia da Pesca (PINCHEMEL, 2015). Com efeito, pontua Besse (2015a), o geógrafo francês é considerado um outsider do mundo da ciência geográfica do seu tempo, tanto por ter dedicado sua vida docente ao ensino secundário como também pelo fato de a maioria de seus textos serem artigos que orbitam em volta do campo mítico-religioso, com inúmeros textos em semanários de cunho filosófico-religioso – tais como *L'Homme dans l'Univers Mythique e L'esthétique comme mode d'existence de l'homme archaïque* (DARDEL, 1955, 1965). Não obstante a isso, Eric Dardel produziu livros sobre História e Geografia, propondo modos específicos de construir conhecimentos científicos em ambas as áreas.

Nas últimas décadas, Dardel tem sua obra revisitada por geógrafos, filósofos do espaço, arquitetos e outros interessados nos estudos espaciais. No caso de *O Homem e a Terra*, livro publicado em 1952 no qual Dardel reflete sobre as realidades geográficas, o interesse tem se intensificado, com publicações buscando o livro como fonte para inovação do fazer geográfico como também investigando as raízes do pensamento dardeliano na intenção de compreender a obra e sua recepção na ciência geográfica (LÉVY, 1996; BÉDARD, 2011; FERRETTI, 2023). Com efeito, mesmo com a recepção tardia da obra dardeliana, recorrer a ela tem sido uma tarefa de muitos geógrafos, sobretudo porque a obra tem sido uma espécie de fiadora – ou, para alguns, até mesmo fundadora – de uma abordagem mais humanista na ciência geográfica, sobretudo na chamada abordagem cultural da Geografia (BESSE, 2015a; GOMES, 2016).

Nesse movimento de busca pela obra geográfica de Eric Dardel, há uma certa proeminência dos estudos relativos às bases filosóficas da produção dardeliana, apontando as possibilidades que as chamadas filosofias do significado, o Existencialismo e a Fenomenologia, oferecem à ciência geográfica contemporânea, ainda que quase setenta anos depois do lançamento de *O Homem e a Terra* (RAFFESTIN, 1988). Nesse

sentido, as propostas que pensam as influências e os diálogos de Eric Dardel com Martin Heidegger, Emanuel Lévinas e Maurice Merleau-Ponty, por exemplo, são vastas nas últimas décadas (BESSE, 1988; LÉVY, 1996; SOUZA, 2013; FERREIRA, 2016; LIMA, 2018; NASCIMENTO, 2020). Nessa mesma direção, Paul Claval (2014) advoga que o trabalho de Eric Dardel e sua articulação com o Existencialismo e a Fenomenologia seriam uma resposta ao mal-estar presente na Geografia Francesa no pós-Guerra. Entretanto, a bem da verdade, é preciso registrar que alguns trabalhos chegam a mencionar que Dardel é filho de seu tempo e que, por isso, sofreu influências da Geografia Clássica (BESSE, 2015b).

Com efeito, as construções teórico-metodológicas da ciência geográfica não são formadas apenas de inovações. Tais construções, recorda Berdoulay (2017), também têm continuidades de ideias. Assim sendo, toda e qualquer proposição do campo geográfico é formada por coexistências de rupturas e continuidades (CAPEL, 2007). No caso dardeliano, pode-se indicar a forte presença das correntes filosóficas já citadas anteriormente bem como referências da Geografia Clássica. A questão que se põe é que estas últimas são sempre pontuais e necessitam de um maior aprofundamento, posto que, para compreender o projeto geográfico proposto por Eric Dardel, abraçado por tantos, é preciso se debruçar não só nas rupturas com a Geografia de sua época, mas também urge compreender as continuidades que sustentaram o vigor do seu trabalho.

Partindo desses pressupostos, este artigo objetiva estabelecer as conexões entre a concepção geográfica dardeliana e a Escola Francesa de Geografia de inspiração vidaliana, discutindo as continuidades da segunda na primeira. Assim, o artigo é composto por uma revisão bibliográfica e uma construção teórica acerca da obra geográfica de Eric Dardel, frisando o livro *O Homem e a Terra* e dialogando com comentadores da obra dardeliana bem como apresentando, de forma contextualizada, as relações da obra com o pensamento estabelecido pela Escola Francesa da Geografia.

DIÁLOGOS ENTRE ERIC DARDEL E A ESCOLA FRANCESA DE GEOGRAFIA

Para compreender a obra geográfica de Eric Dardel e, portanto, seu legado geográfico para a atualidade é necessário compreender também o seu círculo de afinidade.

Com efeito, cada autor possui um círculo de afinidade, um grupo com o qual se intercomunica do ponto de vista intelectual. Tais intercomunicações provocam influências na produção intelectual do referido autor. De fato, aponta Berdoulay (2017), no seio da ciência geográfica, a “comunidade científica” não se restringe a geógrafos e pode ser formada por autores de outros campos do saber. Assim, como já comentado, a comunidade científica de Eric Dardel é constituída por autores das mais diversas filiações de pensamento. De filósofos da Fenomenologia e do Existencialismo, passando por historiadores e literatos, até membros do seu seio familiar, como é o exemplo do seu sogro, o etnólogo Maurice Leenhard, a lista é extensa (PINCHEMEL, 2015).

Além de autores de outros campos do saber, as referências de *O Homem e a Terra* permitem dizer que a comunidade científica de Eric Dardel (2015) é formada por geógrafos como também por historiadores preocupados com questões geográficas. De fato, a maioria das referências geográficas do livro supracitado são de autores da Escola Francesa de Geografia, como se verá. Em suas citações, pode-se encontrar Vidal de La Blache (1845- 1918), precursor da referida Escola, e de inúmeros de seus “discípulos”, tais como Albert Demangeon (1872 – 1940), Emmanuel de Martonne (1873 – 1955), André Siegfried (1875 – 1959), Raoul Blanchard (1877 – 1965), Lucien Febvre (1878 – 1956) e Roger Dion (1896 – 1981).

Além do mais, partindo da compreensão de Claval (2014) e Berdoulay (2017) a qual afirma que a Escola Francesa dialogou vividamente com a Geografia de inspiração germânica por meio da leitura de Carl Ritter (1779 – 1859) e de Alexander von Humboldt (1769 – 1859), as referências a estes dois autores na obra dardeliana também podem ser creditados à influência da Geografia Francesa em Eric Dardel.

Entretanto, a influência da Escola Francesa de Geografia na obra geográfica dardeliana não se restringe a uma mera citação de autores. Essa compreensão seria deveras pobre. Outros pontos podem fortalecer a tese de que Dardel (2015) foi influenciado pela Escola Francesa, a saber: o apelo literário, a liberdade humana, a descrição da superfície terrestre e a relação Homem-Terra. Pode-se citar, então, como o referido geógrafo francês se deteve nos trabalhos de La Blache, Roger Dion e Albert Demangeon por perceber nelas certa vivacidade literária na descrição das paisagens bem como metáforas espaciais interessantes para elucidar a relação Homem-Terra, postula Lévy (1996). No próprio livro *O Homem e a Terra*, Febvre, Demangeon e Dion são

evocados por Dardel (2015) para manifestar a força das tonalidades afetivas e das ligações existenciais com paisagens. Inclusive, na argumentação sobre a proximidade entre a linguagem do poeta e a do geógrafo, uma das grandes contribuições dardelianas, é uma citação acerca da floresta do Vosges de Vidal de La Blache que inicia a discussão. Com efeito, no projeto geográfico de Dardel, o aspecto da linguagem não é secundário. Em tal projeto,

[...] a linguagem do geógrafo sem esforço transforma-se na do poeta. Linguagem direta, transparente, que fala sem dificuldade à imaginação, bem melhor, sem dúvida, que o discurso objetivo do erudito, porque ela transcreve fielmente ao “texto” traçado sobre o solo. O rigor da ciência não perde em nada ao confiar sua mensagem a um observador que sabe admirar [...] (DARDEL, 2015, p. 3).

Assim, para Dardel (2015), há a necessidade de dirimir as barreiras entre a linguagem da Geografia e a própria realidade. Dessa maneira, em vista do universo científico, é preciso se enveredar na imaginação poética, que pode reconectar o mundo da ciência ao mundo da existência humana, posto que auxilia a vislumbrar o universo dos significados geográficos (BESSE, 1988). Em resumo, a linguagem poética consegue revelar os significados presentes na realidade geográfica. O argumento de Dardel (2015), sustentado por exemplos de Vidal de La Blache, é que, pela graça do estilo, a compreensão do leitor é muito mais nítida.

Desse modo, o forte aspecto literário dos vidalianos é compreendido como uma espécie de inspiração para fortalecer a crítica ao vocabulário “objetivo” da ciência contemporânea a Dardel (2015). Na visão deste, a escrita literária permite maior expressividade – o que seria vital para compreender os significados geográficos e as relações entre os humanos e a Terra. E esses aspectos estão no âmago da proposta de Dardel (2015) para a ciência geográfica, como atesta Besse (2014; 2015a).

A influência da Escola Francesa na obra dardeliana, contudo, não se resume ao aspecto “formal”, ainda que este seja muito importante. Como dito, outros aspectos também ganham relevo. Pode-se mencionar a já citada relação Homem-Terra, a ideia de liberdade humana e a descrição geográfica.

De fato, a proposta de ciência geográfica de Eric Dardel (2015), assim como a Geografia Clássica de inspiração vidaliana, está baseada, entre outras coisas, na descrição da terra. Segundo o próprio Dardel, a Geografia “é, segundo a etimologia, a ‘descrição’ da Terra; mais rigorosamente, o termo grego sugere que a Terra é um texto a

decifrar” (DARDEL, 2015, p. 2). Dessa maneira, pensando a Terra como um texto, as sinuosidades da superfície terrestre seriam os seus signos. Com efeito, na conceitualização dardeliana de Geografia, a primazia dos estudos geográficos repousaria na interpretação da fisionomia da Terra. Isso porque, sob a influência das filosofias do significado, Dardel (2015) propõe não só a descrição, mas também a leitura e compreensão da fisionomia da Terra. Dessa maneira, o projeto geográfico dardeliano é associado à Hermenêutica (BESSE, 2015a). Entretanto, o vital é perceber que Dardel (2015) dá continuidade aos pressupostos teórico-metodológicos da Escola Francesa, posto que enfatiza a pertinência e a necessidade da descrição na ciência geográfica.

De fato, a opção dardeliana pelo estudo da superfície terrestre também é uma escolha aliada a Escola Francesa, já que esta optou, entre outras coisas, pelo estudo da fisionomia da Terra (LA BLACHE, 2012). Com efeito, além de La Blache, o geógrafo Jean Brunhes (1869 – 1930), pontua Besse (2014), também atribuiu importância à noção de fisionomia, de superfície. Brunhes(1962) foi mais longe do que La Blache e fez do estudo da fisionomia o objetivo central da Geografia. A bem da verdade, de Humboldt e Ritter, passando por Reclus e Vidal de la Blache, até o próprio Brunhes, todos valorizavam a fisionomia das áreas, conforme aponta Gomes (2017).

Na epistemologia vidaliana, a Geografia estaria totalmente relacionada a ideia de fisionomia; ela seria um dos fatos geográficos. A ciência geográfica, assim, seria o estudo das inscrições, das impressões das ações humanas na superfície terrestre: “[...] a Geografia humana merece esse nome porque estuda a fisionomia terrestre modificada pelo homem; nisso ela é *geografia*.” (LA BLACHE, 2012, p 104). É justamente essa compreensão de ciência geográfica que Dardel (2015) retoma ao enfatizar a leituras dos signos da superfície terrestre. Efetivamente, a feição terrestre é uma das principais preocupações na proposta dardeliana de geografia ao ponto de estar presente na conceitualização da ciência (NASCIMENTO. 2020). Citando Emmanuel de Martonne, Dardel (2015) aponta a superfície terrestre, a fisionomia da Terra, como locus da inquietação geográfica própria do ser humano que, como participação no mundo, é também o que sustenta a ciência geográfica.

Aliás, outro ponto vital do projeto dardeliano advém dessa noção de participação no mundo por parte do humano: a noção de geograficidade. Com efeito, o elo Homem-Terra é fulcral no pensamento dardeliano e a noção supracitada está totalmente ligada a

isso. Para Dardel (2015), a geograficidade diz respeito a um vínculo inescapável entre o ser humano e a Terra; uma espécie de cumplicidade obrigatória que explicita as ligações, de caráter existencial, do ser humano com a Terra.

Desse modo, se cria a concepção de que o humano e o terrestre não podem ser pensados separadamente. Mais do que isso: há uma coexistência imperativa entre ambos. Desse modo, a noção de geograficidade afirma a consciência da existência terrestre do humano. E tal pensamento, apesar de remodelado, não é inédito na história do pensamento geográfico. Trata-se de mais uma continuidade da Escola Francesa na obra dardeliana. Efetivamente, na epistemologia vidaliana, existe a concepção de que a existência humana não se concretiza sobre a terra, mas *nela e por* ela (LA BLACHE, 2012). Assim, um atributo central da epistemologia vidaliana é a total inexistência da dicotomia Homem – natureza / Homem – Terra (GOMES, 2017; RIBEIRO, 2010).

Aliás, essa dicotomia não só não ganha espaço na obra vidaliana como também é combatida por Vidal. Se essa postura é considerada vanguardista em Eric Dardel (2015), sendo evocada ainda recentemente por Ferretti (2023), dirá para La Blache – sobretudo no seio da Modernidade, quando se privilegiava o paradigma cartesiano-newtoniano, o qual, entre outras coisas, separava Homem e natureza, dando proeminência a segunda em detrimento do primeiro (RIBEIRO, 2010). O fato é que, assim como Vidal e os “vidalianos”, Dardel (2015) não cede totalmente ao ideário moderno que era dominante em sua época. Outro ponto, associado aos pontos anteriores, que sugere uma forte influência da Escola Francesa na obra dardeliana é o aspecto da liberdade humana. Tal aspecto é recorrente em *O Homem e a Terra* e, por consequência, no pensamento dardeliano. Sobre ele, Besse (2015) sugere que, ainda que sem uma citação direta, Dardel (2015) teria bebido da filosofia kantiana. Para Besse (2015),

[...] no âmbito da geografia, a relação dos homens com a Terra possui um alcance muito preciso: eles aprendem o ‘domínio real’ em que sua liberdade (que enquanto seres racionais possui um valor incondicional, absoluto) vai poder se efetuar, ou seja, tonar-se uma realidade. (BESSE, 2015, p.123).

Assim sendo, a ênfase na relação Homem – Terra proporcionou a compreensão de que o terrestre é o lugar concreto da existência humana. Consequentemente, é na Terra que os seres humanos exerceriam a sua liberdade. Desse modo, pontua ainda Besse (2015), o sentido real da liberdade humana teria como fonte a consciência terrestre, o saber-se ligado à Terra e, partir dela, desenvolver sua história.

Essa argumentação de Besse (2015) é instigante e faz jus a compreensão kantiana de liberdade. Entretanto, atribuir diretamente a Kant essa influência no projeto dardeliano de Geografia pode ser arrojado por demais, já que, como indica o próprio Besse (2015), não há citações, ainda que indiretas, para comprovar o diálogo. É preferível, portanto, compreender que Dardel (2015) faz eco à discussão em voga na França sobre a liberdade humana.

Com efeito, na história francesa, a ideia de liberdade humana frente à natureza já era discutida nos círculos intelectuais franceses com o historiador Jules Michelet – citado, aliás, em *O Homem e a Terra*. O referido historiador, de fato, na obra *Introduction à L'Histoire Universelle*, propunha a História como o triunfo da liberdade, como parte da eterna luta do Homem contra a natureza, da liberdade contra a fatalidade (MICHELET, 1962). Tal discussão continuou no mundo geográfico francês. Na Escola Francesa de Geografia, de igual modo, se discutia a noção liberdade humana (CAPEL, 2007). Assim sendo, seria mais justo partir da compreensão de que Dardel foi impactado por essa discussão. A bem da verdade, a liberdade humana frente ao mundo na Escola Francesa foi influenciada por esquemas neokantianos (BERDOULAY, 2017). O fato é que isso, indubitavelmente, não coloca Kant no círculo de afinidade de Eric Dardel. Tal lugar cabe aos geógrafos de inspiração vidaliana e ao próprio Vidal. Dessa maneira, é mais coerente defender que a ideia de liberdade humana no projeto geográfico dardeliano advém da Escola Francesa de Geografia.

Um forte argumento para essa compreensão é a citação de Roger Dion que Dardel (2015) faz ao comentar a respeito das paisagens rurais da França. Nela, é reproduzida o mesmo pensamento da Escola Francesa de Geografia sobre a liberdade humana de atuar conforme as leis próprias da natureza. Pensando as diferenças entre as campinas do Norte francês e a região do Midi (Sul), que muitos consideram ser distinções “naturais”, mas que são, na verdade, desdobramentos das formas de agriculturas empregadas, Dardel (2015) recordava que as iniciativas humanas existiam, mas acabavam sendo condicionadas por elementos naturais. Assim sendo, o trabalho de Dion proporcionou a Eric Dardel o seguinte entendimento: “a simples leitura atenta da paisagem rural revela esse fato capital da história econômica e social da França [...]” (DARDEL, 2015, p. 32). Desse modo, a epistemologia dardeliana toma para si duas características da Escola

Francesa: a) a leitura da paisagem na compreensão da história do país e b) a liberdade humana (DARDEL, 2015; BERDOULAY, 2017).

Efetivamente, para Eric Dardel, essa liberdade humana frente ao mundo não permite que o ser humano seja refém, escravo do meio; existe, portanto, uma ideia que “recusa um simples determinismo como o que limita o ser vivo ao seu meio natural” (DARDEL, 2015, p. 35). Há, na verdade, uma via dupla e “a mão do Homem dá a cada lugar uma singularidade em seu aspecto.” (DARDEL, 2015, p. 2). Trata-se da mesma ideia lablacheana de que o ser humano é compreendido muito mais como um sujeito, dotado de iniciativa, que exerce seu papel do que um sujeito que, passivamente, padece perante as influências do ambiente.

Com efeito, aponta Dardel (2015), é na própria realidade material que se inserem a atividade e a liberdade do ser humano. Há, no projeto geográfico de Dardel (2015), assim como na Escola Francesa, a confirmação da iniciativa e da liberdade humana: “A intenção humana se inscreve na Terra [...]” (DARDEL, 2015, p. 29). É justamente por isso que o referido autor francês pensa, mesmo que brevemente, sobre as cidades e a “urbanidade” como decorrência da iniciativa do ser humano no ambiente. Na esteira desse pensamento, a própria urbanização é compreendida como parte da resolução, inventividade e liberdade humanas diante das contingências da natureza: “se ampliam, se desenvolvem: a expansão, a improvisação, a febre por construir e de abrir caminhos [...]” (DARDEL, 2015, p. 28). Daí o pensamento de Dardel (2015) da cidade ser vista como um espaço construído, ao elencar uma tipografia dos espaços e atribuir a ela uma imagem da ação humana que “vence” os acidentes geográficos.

Dessa maneira, na concepção dardeliana, a liberdade pode ser expressada no ato de “triunfar” sobre as distâncias e dificuldades impostas pela configuração do espaço geográfico. Essa concepção seria tão vital na história humana que, segundo o próprio Dardel (2015), teria provocado mudanças significativas:

A liberdade humana se afirma ao suprimir ou reduzir as distâncias. A civilização ocidental fez dessa luta contra as distâncias, compreendida como uma economia de esforços e de tempo, uma de suas preocupações dominantes. A navegação a vapor “aproximou” geograficamente a América da Europa, e a aviação comercial pôs ao alcance de Nova York, ou de Londres todas as terras habitadas. Esse “encurtamento” do mundo perturbou todos os dados políticos e econômicos, criando uma interdependência planetária, ainda mais acentuada pelo telefone e pelo rádio. A intervenção dos Estados Unidos nas duas recentes guerras mundiais pressupõe um mundo reduzido pela tecnologia dos transportes. Certas paisagens terrestres, as

plantações de seringueira na Malásia, ou as explorações petrolíferas no Texas, nasceram da luta contra as distâncias. (DARDEL, 2015, p. 10).

Dessa maneira, Dardel (2015) enxerga na liberdade humana como um elemento central na “luta” entre o ser humano e o meio. É interessante notar que o geógrafo francês utiliza um vocabulário beligerante, provocando o entendimento de que relação Homem-Terra pode ser conflituosa. Com isso, questões extremamente complexas da vida socioeconômica, da geopolítica, incluindo, as consequências do processo de globalização podem ser incluídas no rol das consequências da liberdade humana sobre/na superfície terrestre. Assim, a liberdade humana é uma espécie de lente pela qual Dardel (2015) enxerga o mundo e, em tal lente, o espaço é perspectivado como um cúmplice dos desígnios dos seres humanos.

Não obstante a isso, é preciso salientar que, para Dardel (2015), essa relação entre o espaço e o ser humano não é dotada por uma proeminência de um lado. Assim, a liberdade humana não é soberana; há tanto a “força” dos aspectos físicos como a possibilidade do ser humano exercer a liberdade. Com efeito, se há a liberdade humana, há também a influência do meio:

É sempre uma matéria que acolhe ou ameaça a liberdade humana. [...] o Homem é agenciado pelo ambiente geográfico: ele sofre a influência do clima, do relevo, do meio vegetal. Ele é montanhês na montanha, nômade na estepe, terrestre ou marinho. A natureza geográfica o lança sobre si mesmo, dá forma a seus hábitos, suas ideias, às vezes a seus aspectos somáticos (DARDEL, 2015, p. 8-9).

Assim, na perspectiva dardeliana, há o reconhecimento de que o ser humano pode ser influenciado pelo meio. Dardel (2015), inclusive, ressalta o termo “agenciado” para falar desta relação. Noutro ponto, a acentuação é mais forte: “um mundo contra o homem” (DARDEL, 2015, p. 16). O meio, então, pode ser considerado hostil aos desejos humanos, isto é, destituído de qualquer tipo de acolhimento à vontade humana. Dessa forma, o meio afeta o ser humano. Tal compreensão é tão forte para Dardel que o geógrafo francês propõe que até mesmo aspectos somáticos podem ser modificados pelo meio. Essa compreensão, com efeito, também é encontrada em Vidal de La Blache (2012). Para este e para toda a Escola Francesa, pontua Berdoulay (2017), mesmo que sob o impulso de um movimento entusiasta da liberdade humana, não desconsiderou as influências do meio na humanidade. Na verdade, La Blache (2012), ao tecer

comentários a respeito das migrações, propôs que as configurações fisiográfica das áreas também tinham importantes atribuições nesse processo.

Ademais, o próprio La Blache teve interesse por descobertas de cunho fisiológico sobre a “ecologia humana”, já que, em seu entendimento, elas seriam parte constituinte da compreensão a respeito da influência do meio na humanidade (BERDOULAY, 2017). Nesse mesmo sentido, ao discutir a sua própria expressão “A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens”, La Blache (2019) elucida como a ciência geográfica se atenta aos seres humanos, tanto para investigar quando recebem influência do meio ou quando interferem no próprio meio.

O fato é que, fazendo eco a Geografia Francesa, Dardel (2015) concebe esse caminho de via dupla na influência meio-humano. Isto acontece porque, assim como para Vidal e seus “discípulos”, para Dardel, a realidade geográfica não é um objeto inerte, um mundo reificado: “[...] não é, de forma alguma, uma ‘coisa’ indiferente, fechado sobre ele mesmo, de que se dispõe ou que se pode descartar.” (DARDEL, 2015, p. 8). É, na verdade, “[...] um espaço que se dá e responde, espaço generoso e vivo” (DARDEL, 2015, p. 26). É um organismo vivo e que possui suas próprias dinâmicas, como também é postulado na epistemologia dos vidalianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Francesa inspirou muitos pressupostos teórico-metodológicos ao projeto geográfico dardeliano. Como vimos, os vidalianos fazem parte do círculo de afinidades de Eric Dardel e colaboraram para a seu pensamento. Com efeito, não se trata apenas de referências citadas ou por busca de inspiração, mas, realmente, o pensamento de Eric Dardel, não obstante as inovações filosóficas, foi enriquecido com as contribuições da Escola Francesa de Geografia.

Entre tais contribuições, pode-se indicar a alusão à liberdade humana, a ênfase na observação dos fenômenos geográficos e a sugestão de retomada/aprofundamento do uso de aspectos literários e/ou poéticos nas pesquisas geográficas. Todos estes temas, presentes na proposta geográfica dardeliana, de alguma maneira foram propostas ou consolidadas pela escola vidaliana.

Entender tais permanências da Escola Francesa na obra de Eric Dardel ajuda a desmistificar que o trabalho dardeliano é composto totalmente por rupturas na ciência geográfica do século XX, atribuindo o frescor e a qualidade da obra a postulados filosóficos. Por consequência, auxilia a sedimentar o entendimento de que só é possível compreender uma obra a partir da dupla articulação entre rupturas e continuidades, inovações e permanências.

Além disso, se debruçar sobre as continuidades da escola vidaliana na obra dardeliana favorece o movimento, comum em outras ciências humanas e sociais, de valorizar os autores clássicos e suas contribuições. Do mesmo modo, pode propiciar o desenvolvimento de uma Geografia, plena em potencial, que surge diante das incorporações e reinterpretções das proposições de Eric Dardel.

REFERÊNCIAS

BÉDARD, Mario. Résonances à L'Homme et la Terre d'Éric Dardel dans la géographie culturelle québécoise. **Cahiers de géographie du Québec**, v. 55, n. 155, p. 175-322, 2011.

BERDOULAY, Vincent. **A Escola Francesa de Geografia: uma abordagem contextual**. São Paulo: Perspectiva, 2017. 280p.

BESSE, Jean-Marc. Lire Dardel aujourd'hui. **Espace Géographique**, v. 17, n. 1, p. 43-46, 1988.

_____. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2014. 120p.

_____. Geografia e Existência. In: DARDEL, Eric. O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015a, p. 111-139.

_____. Autour de L'homme et la Terre d'Éric Dardel. In: LUNA, Toni; VALVERDE, Isabel. **Paisaje y emoción: el resurgir de las geografías emocionales**. **Observatorio del Paisaje**. Universitat Pompeu Fabra. Barcelona, 2015b, p. 13-20.

BRUNHES, Jean. **Geografia humana**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

CAPEL, Horacio, **Filosofia e ciência na Geografia contemporânea: uma introdução a Geografia**. Maringá: Massoni, 2007. 169p.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. 407p.

DARDEL, Eric. L'Homme dans l'Univers Mythique: d'après l'œuvre de Maurice Leenhardt. **Revue d'Histoire et de Philosophie religieuses**, ano 35, n. 2, p. 159-173, 1955.

_____. L'esthétique comme mode d'existence de l'homme archaïque. *Revue d'Histoire et de Philosophie religieuses*, ano 35, n. 2, p. 159-173, 1955

_____. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015. 159p.

FERREIRA, R. B. Husserl, mundo-da-vida e geografia. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 22, n. 2, p. 119-126, 2016.

FERRETTI, F. Géographicité, material agency and the thickness of the Earth: rediscovering Eric Dardel beyond 'nature/culture' dualisms. **Cultural Geographies**, v. 31, n. 3, p. 397 - 415, 2023.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 366p.

_____. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017, 158p.

LA BLACHE, Paul Vidal de. A Geografia humana: suas relações com a Geografia da vida. In: **Vidal, Vidais: textos de Geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 99-124.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Sobre o raciocínio geográfico. *Terra Brasilis (Online)*, n.12, 2019. LÉVY, B. Hommage à Dardel: au sujet de quelques sources philosophiques et littéraires de L'Homme et la Terre. **Cahiers de Géopoétique**, v. 5, p. 29-39, 1996.

LIMA, J. S.. Dardel levinasiano? O sentido da hipóstase e a irrupção do sujeito no lugar. **Geograficidade**, v. 8, n. 2, p. 149-160, 2018.

NASCIMENTO, F. C. A paisagem como rosto: uma confluência entre Geografia de Dardel e a Filosofia de Lévinas. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 24, n. 1, p. 104-116, 2020

PINCHEMEL, Phillipie. Biografia de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 155-159.

RAFFESTIN, C. Pourquoi n'avons-nous pas lu Éric Dardel? **Cahiers de Géographie du Québec**, v. 31, n. 84, p. 471-481, 1988.

RIBEIRO, Guilherme. Interrogando a ciência: a concepção vidaliana de Geografia. **Confins (Online)**, n. 8, p. 1-16, 2010.

VI ENHG



IV ENGH

VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

IV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

TRAVESSIAS, INTERCÂMBIOS E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

15 a 18 de Outubro de 2024

Reitoria do IFBA | Salvador - BA

ISBN: 978-65-01-30418-2

SOUZA, M. D. Geografia e Fenomenologia: Merleau-Ponty e sua influência na Geografia Humana. **Caminhos de Geografia**, v. 14, n. 46, p. 265–272, 2013.

A GEOGRAFIA SOCIAL DE ÉLISÉE RECLUS COMO CONTRIBUIÇÃO EPISTEMOLÓGICA PARA A COMPREENSÃO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Walter Luiz Junior¹

RESUMO

A centralidade desse trabalho pretende externar brevemente as contribuições do conceito denominado Geografia Social desenvolvido pelo geógrafo Élisée Reclus (1830-1905) para o debate contemporâneo sobre a degradação ambiental e as mudanças climáticas globais. Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratório-bibliográfica a respeito da Geografia Social, e dos arranjos do autor mediante ao conflito do ser humano com a natureza nos decorreres das eras. Assim sendo, a tese defendida é que a Geografia Social se aflora do anarquismo e pretende uma unicidade epistemológica da ciência geográfica e intenciona um preenchimento na relação homem-natureza, que vai produzir uma espacialidade de libertação frente a dualidade do homem com a natureza concretizada pelo apoio mútuo como fator de evolução e integração humanidade/natureza.

Palavras-chave: Geografia Social; Homem-Natureza; Anarquismo; Degradação Ambiental.

ABSTRACT

The focus of this work is to briefly outline the contributions of the concept of Social Geography developed by geographer Élisée Reclus (1830-1905) to the contemporary debate on environmental degradation and global climate change. To this end, an exploratory- bibliographical study was carried out on Social Geography, and the author's approaches to the conflict between human beings and nature over the ages. Thus, the thesis defended is that Social Geography emerges from anarchism and aims for an epistemological unity of geographical science and intends to fill in the relationship between man and nature, which will produce a spatiality of liberation from the duality of man and nature, concretized by mutual support as a factor of evolution and integration between humanity and nature.

Keywords: Social Geography; Man-Nature, Anarchism; Environmental Degradation.

INTRODUÇÃO

De antemão, se faz significativo salientar que este trabalho se constitui como

¹Bacharel em Geografia pelo Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas, e atualmente mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas, através do Instituto de Geociências, E-mail w199062@dac.unicamp.br.

sendo um recorte de uma pesquisa de mestrado que se encontra em processo inicial de desenvolvimento². Jean Jacques Élisée Reclus (Sainte-Foy-la-Grande – França, 15 de março de 1830 – Torhout – Bélgica, 4 de julho de 1905) foi um geógrafo anarquista francês, que em 1851 viajou à Berlim, na Alemanha, onde foi aluno de Carl Ritter (1779-1859), retornando ainda no mesmo ano à França, visando com outros franceses, impedir o golpe de Estado de Luís Napoleão III. O acerto, obriga Reclus a exilar-se na Inglaterra, pesando o fardo de defender ideias e práticas revolucionárias; foi integrante ativo da Comuna de Paris em 1871 e da Associação Primeira Internacional dos Trabalhadores; foi preso e condenado à deportação para Nova Caledônia com outros *communards*, mas sua pena é comutada para dez anos de banimento da França.

Visitou a América do Norte, a África e a Ásia, e em 1893 realizou sua última grande viagem, conhecendo a América do Sul, como também o Brasil. Ao final do ano mudou-se para a Suíça, e participou da Federação Jurassiana, uma organização operária impulsionada pelos anarquistas, que tinham sido expulsos da Primeira Internacional, como Mikhail Bakunin (1814-1876) e James Guillaume (1844-1916).

Em 1894, Reclus criou raízes em Bruxelas onde através dos frutos e impulsão dos alunos e alunas foi criada a Universidade Nova, além do Instituto de Altos Estudos, no qual ministrou aulas. Antes desse momento, salienta-se que Reclus e outros intelectuais por serem ateus não poderiam ocupar as cadeiras nas Universidades.

Reclus contribuiu em inúmeros jornais, revistas e brochuras, além de ser autor de uma das mais importantes obras para a ciência geográfica, em sua trilogia *La Terre, Description des phénomènes de la vie du globe* (2 volumes), *Nouvelle Géographie universelle* (19 volumes), e *L'Homme et la terre* (6 volumes) em que, nessa última faz a analítica crítica espacial-temporal do homem com o seu meio. Esquecido por um longo tempo na atualidade volta a ser redescoberto por teóricos de diversas áreas do conhecimento.

Nesse caminho, foi pioneiro através de sua geografia a formular o conceito denominado Geografia Social, na sua última obra *L'Homme et la terre* (1905-1908),

² Este trabalho é um recorte feito através da pesquisa de mestrado desenvolvida pelo discente pesquisador Walter Luiz Junior através do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas, intitulada “A Geografia Social no pensamento de Élisée Reclus: a unicidade na relação homem-natureza”, iniciada no ano de 2024, sob orientação do Professor Doutor Antonio Carlos Vitte; bolsista facilitador pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo em convênio com a Universidade Estadual de Campinas.

que se apresenta em três grandes leis gerais segundo o autor, sendo a luta de classes, a busca do equilíbrio e a decisão soberana do indivíduo, no qual, defendia a unicidade da Geografia, não à fragmentando em geografia humana e geografia física, e para Zaar (2015) foi Élisée que fundou as bases de uma geografia social, em que a combinação de vários elementos, move a humanidade entre progressos e retrocessos que se alteram.

Élisée Reclus constituiu um certo número de ferramentas à Geografia, e segundo Anuchin, foi o próprio quem criou o termo “*environnement*” [meio ambiente] geográfico, e para Dunbar (1978) à Geografia Social. Assim, tratou de introduzir no campo da geograficidade como ressalta Yves Lacoste, o conjunto das questões – econômicas, políticas, ecológicas etc, – que se configuravam distantes umas das outras em uma perspectiva de inter- relações sublinhando a problemática natureza/sociedade (ANUCHIN [s.d], DUNBAR, 1978, YVES LACOSTE, 1981 *apud* PELLETIER, 2016).

Além do mais, a concepção conceitual da Geografia Social não pode ser confundida com a proposição da escola francesa, denominada Geografia Humana, visto que o núcleo central da Geografia Social de Élisée Reclus é a defesa da unicidade da Geografia e do compromisso que esta ciência deve ter com a melhoria social (NABARRO, 2022).

Por conseguinte, o objetivo geral desse trabalho visa analisar brevemente quais são as contribuições do conceito final denominado Geografia Social de Élisée Reclus para o conflito contemporâneo de degradação ambiental e mudanças climáticas, devido a acumulação desigual de capital nas sociedades e dos sistemas tecnológicos.

Assim, a relevância em desenvolver este trabalho se consolida em entender a Geografia Social, e como esta pode nos ajudar a pensar uma solidariedade maior entre a natureza e a humanidade; o trabalho se constitui através da abordagem qualitativa, com fontes secundárias, e nesse viés o estudo é de natureza básica.

Nessa direção, objetivou-se um trabalho de cunho exploratório-bibliográfico a respeito do conceito de Geografia Social de Élisée Reclus, da mesma maneira que o aporte de Reclus mediante a degradação da natureza. Juntamente, foi explorado em diversos livros, artigos de autores atuais críticos que discutem as contribuições de Élisée Reclus.

Dessa maneira, o conceito de Geografia Social de Élisée Reclus emerge de uma concepção política através do anarquismo, que pretende uma unicidade epistemológica

da geografia nas relações homem-natureza e meio-sociedade, produzindo uma espacialidade de libertação, estabelecida pelo apoio mútuo entre a humanidade e a natureza, se exibindo, como uma rica fonte para a compreensão do conflito atual de crise ambiental.

A GEOGRAFIA SOCIAL NO PENSAMENTO DE ÉLISÉE RECLUS

Segundo Souza (2017) o interesse de Reclus na sua última obra *L'Homme et la terre*, é sobre os vínculos entre a sociedade e a natureza e os problemas sociais da organização do espaço, de uma perspectiva que ele denomina Geografia Social.

A luta de classes, a busca do equilíbrio e a decisão soberana do indivíduo, tais são as três ordens de fatos que nos revela o estudo da Geografia Social, e que, no caos das coisas, mostram-se bastante constantes para que possamos dar-lhes o nome de leis. Já é muito conhece-las e poder dirigir, segundo elas, sua própria conduta e sua parte de ação na gestão comum da sociedade, em harmonia com as influências do meio, doravante conhecidas e escrutadas. É a observação da Terra que nos explica os acontecimentos da História, e esta reconduz-nos, por sua vez, a um estudo mais aprofundado do planeta, no sentido de uma solidariedade mais consciente de nosso indivíduo, simultaneamente tãopequeno e tão grande, com o imenso universo (RECLUS, 1905, p. 4, tradução nossa).

Desta maneira, o conceito de Geografia Social, representa um significativo avanço em relação ao debate geográfico do final do século XIX, relacionando espaço, tempo, sociedade e indivíduo (NABARRO, 2022). Outrossim, essas leis são compreendidas como princípios gerais, que não podem ser confundidos com simples mecanismos impiedosos, por sua prudência estilística, essas três leis constituem uma imensa contribuição por parte de Reclusa ciência geográfica (PELLETIER, 2016).

No qual, a Geografia está longe de ter explorado todas as incidências da Geografia Social de Reclus, elas traduzem os avanços nas ciências sociais da época e as próprias preocupações de Reclus, indo além da corrente possibilista contra a determinista (PELLETIER, 2016). A pretexto de que:

Seus trabalhos cobrem o conjunto do campo da geografia, tanto em geografia humana quanto em geografia física (o principal é *La Terre, description des phénomènes de la vie du globe*, 1883) pois Reclus defendia a unicidade da geografia. Para ele, os geógrafos não devem fazer um pouco de tudo (portanto, nada), mas, ao contrário, ser capaz de analisar fenômenos que colocam em jogo fatores tanto físicos (o relevo, por exemplo) e naturais (o mundo vegetal e animal), quanto humanos e sociais. [...] É sua vontade de apreender o mundo em sua complexidade (BOINO, 2010, p. 28-29).

Para Élisée (2010) ao se tornar a consciência da terra, o homem digno de sua missão assume por isso mesmo uma parte de responsabilidade na harmonia e na beleza da natureza circundante, fazendo-se o estudo da natureza sua única religião. Nesse sentido, para Souza (2017), o olhar naturalista de Reclus persistiu até o final de sua vida, e o aprofundamento da reflexão principalmente teórica-conceitual e metodológica e do exame sistemático daquilo que, na atualidade é chamado de produção do espaço pela sociedade (práticas espaciais, interações espaciais).

Vista de cima, em suas relações com o Homem, a Geografia nada mais é que a História no espaço, assim como a História é a Geografia no tempo. Herder, falando da fisiologia, já não nos disse que ela é a anatomia agente? Não podemos dizer igualmente que o Homem é a Natureza tomando consciência de si mesma? (RECLUS, 2010, p. 43).

Dessarte, seu conceito de análise se dá pelos três elementos básicos (luta de classes, a busca do equilíbrio e a decisão soberana do indivíduo) e se constitui baseado em uma espécie de dialética que contém a evolução e a revolução, a obra *L'Homme et la terre*, de cunho metodológico, em que faz a análise espacial e temporal da humanidade, é a sua elaboração teórica mais densa e complexa (NABARRO, 2022).

Por conseguinte, de acordo com Pelletier (2016) as três leis de Reclus e a sua visão libertária posicionam o autor contra todos os determinismos sistemáticos e generalizados que atribuem ao fim de contas toda causa e a origem de toda coisa ou ser a um princípio superior único, formulação com caráter religiosa, metafísica e autoritária como Deus ou o Capital. Não totalmente demonstradas, essas leis revelam a tensão sempre do homem com a natureza, sendo a liberdade a única opção que distingue completamente o homem do animal e que culmina nessa escolha tornando impotentes todas as autoridades: o suicídio.

UNICIDADE NA RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA

Conforme Reclus (1905), é dever da Geografia observar a ação combinada da natureza e do próprio homem reagindo sobre a terra que o formou. E para Souza (2017), o “espírito naturalista” de Reclus se constitui de diversas maneiras, sendo teórica e politicamente, na inspiração buscada na natureza, para teorizar e justificar traços do comportamento social, como o apoio mútuo, pedra angular da doutrina de Piotr Kropotkin (1842-1921) compartilhada por Reclus, epistemológica e metodologicamente



na primazia do espaço natural como alicerce de todo o edifício da compreensão da aventura humana sobre a Terra, em que esse aspecto do “espírito naturalista” permaneceu muito importante mesmo na sua última obra *L’Homme et la terre*.

Em conformidade, na concepção de Reclus (2010) não importa qual seja a liberdade relativa conquistada por nossa inteligência e nossa vontade própria, nós não vamos deixar de ser produto do planeta, ligado à superfície como imperceptíveis animálculos, somos arrastados em todos os seus movimentos e dependemos de suas leis; no qual, “o verdadeiro problema para o homem é evitar atentar contra certos laços de interdependência que o liga a seu meio, o que, por efeito de retorno, poderia ser-lhe fatal” (BOINO, 2010, p. 32).

A ação do homem, ao contrário, para Reclus (2010) dá a maior diversidade de aspectos à superfície terrestre, de um lado o homem destrói, de outro melhora, segundo o estado social e progressos de cada povo, contribui ora a degradar a natureza, ora embelezá-la. Desse jeito, a Geografia para Reclus deve ser um meio para interpretar o planeta terra, analisar seus desequilíbrios e tentar circunscrever qual poderia ser o seu respectivo equilíbrio na relação homem-natureza.

Todos os fatos da história explicam-se em grande parte pela disposição do teatro geográfico sobre o qual eles produziram-se: podemos inclusive dizer que o desenvolvimento da humanidade estava de antemão inscrito em caracteres grandiosos sobre os planaltos, os vales e as margens de nossos continentes. Essas verdades, por sinal, tornaram-se quase banais desde que os Humboldt, os Ritter, os Guyot estabeleceram por seus trabalhos a solidariedade entre a terra e o homem. A ideia mãe que inspirava o ilustre autor de *Erdkunde*, quando ele redigia sozinho sua grande enciclopédia, o mais belo monumento geográfico dos séculos, é que a terra é o corpo da humanidade, e que o homem, por sua vez, é a alma da terra. (RECLUS, 2010, p. 52)

Élisée Reclus tem influência direta de Carl Ritter, com a sua dialética histórica e sua geografia comparada, com isso Reclus (2011) sintetiza que a diferença entre a civilização de uma tribo primitiva, pouco influenciada pelas comunidades vizinhas, e pela civilização das grandes sociedades políticas modernas, consiste no caráter simples de uma, e no caráter complexo da outra. As tribos primitivas, para Élisée (2011) com pouco conhecimento ou desenvolvimento científicos, se constituem apenas possuidoras de artes rudimentares, e as configuram com uma vida sem grande variedade, constituíram um estágio de justiça mútua, de bem-estar, solidariedade, e felicidade, e superaram grandemente as características de nossas sociedades modernas, infinitamente

complexas, que foram conduzidas pelos progressos parciais. À vista disso, “podemos ser levados a crer que esses primitivos eram superiores a nós e que regredimos nos caminhos das eras” (RECLUS, 2011, p. 31).

Além do mais, em Reclus (2011) não é a existência pessoal e coletiva que constitui a felicidade, é a consciência de trilhar um caminho para um determinado objetivo, que segundo Élisée queremos e construímos por nossa vontade. Já que, “constituímos um todo, e, de progresso em progresso, bem como de recuo em recuo, a evolução produz-se de uma extremidade do mundo à outra” (RECLUS, 2011, p. 68).

Nesse trâmite, na concepção de Souza (2017), não apenas ecos da *natuphilosophie* do romantismo alemão, particularmente Schelling (1775-1854), em contraposição à Marx (1818- 1883), uma concepção da natureza menos comprometida com o projeto de sua “dominação”. Assim, para Souza (2017) no caso de Reclus, a transformação da natureza não é uma noção que chega a subordinar e esmagar a ideia de humanidade que se destaca, mas jamais inteiramente, da natureza, o homem para ele afeiçoa a natureza e luta para domar as forças naturais, mas pode no processo acabar degradando-a, embora possa às vezes melhorá-la, bem mais nitidamente que em Marx, a possibilidade da degradação e da corrupção do patrimônio “natural” ocupa seus pensamentos.

Populações inteiras parecem se dedicar a atividade de enfiar o território que ocupam, elas mutilam ou torturam as árvores isoladas que ainda restam, transformam o campo em um verdadeiro labirinto de ruelas bordejadas de muralhas, erguem ao acaso construções sem gosto (RECLUS, 2010). E ainda sintetiza, “muito mais industriais do que artistas, eles preferem a força à beleza. Sendo, o que o homem quer hoje é adaptar a terra às suas necessidades e dela tomar posse completa para explorar suas imensas riquezas” (RECLUS, 2010, p. 71). E acrescenta que:

À medida que os povos se desenvolveram em inteligência e em liberdade, eles aprenderam a reagir sobre essa natureza exterior da qual sofriam passivamente a influência; tornados, pela força da associação, autênticos agentes geológicos, eles transformam de diversas maneiras a superfície dos continentes, mudaram a economia das águas correntes, modificaram os próprios climas (RECLUS, 2010, p. 52-53).

Por isso, sobressai para Reclus (2010) que nas contribuições de G. P. Marsh (1801- 1882) que os trabalhos humanos ainda têm infelizmente por resultado fatal

empobrecer o solo, enfeiar a natureza e estragar os climas.

Tais são as mudanças que se operam na geografia física e no aspecto geral das regiões montanhosas em consequência do desmatamento das encostas. Quando as planícies são despojadas de seus bosques, as consequências são menos desastrosas e levam mais tempo para acontecer; mas elas não são menos inevitáveis. A superfície terrestre, desprovida das árvores que faziam sua beleza, é não só enfeada, ela também deve necessariamente empobrecer-se. Segundo o testemunho quase unânime dos geógrafos, parece muito provável que as chuvas anuais diminuam nos países devastados pelos madeireiros e aumentam, em contrapartida, nos territórios reflorestados; todavia, nossos registros meteorológicos não existem há muitos anos para que se seja possível estabelecer esse fato de maneira indubitável. O certo é que os desmatamentos perturbam a harmonia da natureza tornando o escoamento das águas mais desigual (RECLUS, 2010, p. 57).

No sentido que, para Reclus (1905) cada uma dessas formas terrestres tornou-se, desde seu surgimento e continua a ser em todo o curso de sua existência, a causa secundária das mudanças que ocorrem na vida dos seres nascidos na terra, desta forma, uma história infinita pela continuação das vicissitudes tem se desenvolvido de idade em idade sob a influência dos dois ambientes, celeste e terrestre, para todos os grupos de organismos, plantas e animais que fazem germinar o mar e o solo nutritivo. Sendo que “a responsabilidade direta do homem é grande nessas catástrofes, e podemos afirmar que elas seriam prevenidas ou ao menos atenuadas em grande parte pela manutenção das florestas existentes e pelo reflorestamento” (RECLUS, 2010, p. 58).

Nos Estados Unidos e no Canadá as grandes árvores que estupeficaram os primeiros colonos foram em sua maioria abatidas, e ainda recentemente os pioneiros californianos derrubaram, para transformá-las em tábuas, essas gigantescas sequoias que se elevavam a 120, 130 e 140 metros de altura. Essa é uma perda irreparável, talvez, pois a natureza necessita de centenas e milhares de anos para fornecer a seiva necessária a essas plantas enormes, e a humanidade, demasiado impaciente para desfrutar, demasiado indiferente ao destino das gerações futuras, ainda não tem suficientemente o sentimento de sua duração para pensar em conservar preciosamente a beleza da terra (RECLUS, 2010, p. 60-61).

À vista disso, segundo Reclus (1905) foram feitas algumas medições de tempo que fornecem alguns primeiros pontos de apoio para a história do homem nos nossos climas temperados do hemisfério norte e nos Estados Unidos da América, os restos de um depósito glacial, terminado por uma morena frontal, estendiam-se como uma muralha, desde *Long- Island* até às margens de *Ohio* e do *Michigan*, depois para oeste até à fronteira da *Puissance*, no sopé das montanhas rochosas, e contata-se que o

trabalho de erosão que as chuvas e os rios efetuaram através destes montes de detritos, os geólogos fizeram avaliações muitodiferentes da história da humanidade.

Seja como for, para Élisée os períodos de tempo que os observadores da morfologia terrestre nos indicam como tendo decorrido durante as épocas da geologia moderna, o recuo das planícies e a formação dos rios atuais, são muito pouco em comparação com as dezenas e centenas de milhares de anos com que os arqueólogos da pré-história podem dizer-nos, quando nos falam da duração provável dos tempos empregues pelos nossos avós para se elevarem gradualmente do estado de civilização eolítica ao conhecimento das letras, para não dizer que procedem nos seus cálculos como se a natureza se tivesse contentado com uma primeira tentativa de humanidade, para a continuar sem tréguas e sem retoques através da sucessão indefinida dos pitecantropos e dos homens (RECLUS, 1905).

Mas, perante Reclus (1905) quem pode dizer-nos que a energia terrestre não teve de ser remodelada várias vezes para triunfar e levar a um estado viável esta espécie humana que, de progresso em progresso, tomou finalmente consciência de si própria e de tudo o que a rodeia ao ponto de se poder considerar como a alma da terra?

Instruída pela experiência do passado, ela empreende a luta contra as forças da natureza que ela própria desencadeou, e, em muitos pontos, os desastres, advindos por culpa de nossos ancestrais, já foram reparados. Além dos grupos de indivíduos e, inclusive, de povos inteiros, não contentes de restabelecer o antigo equilíbrio na superfície terrestre, trabalham também com sucesso para a útil transformação e o embelezamento de vastas extensões que pareciam outrora sem valor. Durante os últimos séculos, felizes mudanças trazidas à geografia física de várias regiões testemunharam em relação ao que pode fazer a vontade perseverante do homem (RECLUS, 2010, p. 66).

Para Souza (2017), Reclus privilegiou o conceito de meio, chamada de meio telúrico; o meio é entendido como espaço natural, muito embora o capítulo II (*Milieux telluriques*) do livro primeiro de *L'Homme et la terre* contenha a interessante formulação segundo a qual “o próprio homem é um meio para o homem” (Reclus, 1905; Souza, 2017).

Não basta reconhecer de uma maneira geral a influência da natureza sobre o homem, é também necessário estabelecer a parte que cada uma das condições particulares do meio desempenha nessa influencia, e é assim que, durante os tempos modernos, houve estudiosos que se dedicaram à análise mais engenhosa e à investigação mais laboriosa dos fatos, a fim de classificar cada um deles de acordo com a ação determinante mais ou menos considerável que exerce sobre os homens (RECLUS, 1905, p. 40, tradução nossa).

Isto posto, na concepção de Reclus (1905) a escolástica de Le Play (1806-1882) foi diferente sobretudo neste esforço de classificação dos agentes que regulam a atividade humanae M. de Tourville, desenvolvendo o trabalho do seu mestre, formulou a classificação de todos estes agentes, lista que a sua escola considera como um "instrumento de trabalho que deu à ciência social um impulso comparável ao que a química deve à sua nomenclatura", como um "instrumento preciso e completo que permite analisar com precisão e rapidez as sociedades mais complicadas". Isto, para Reclus (1905) é sintetizar que, este instrumento, muito útil nas mãos de quem o utiliza para fazer relatórios sobre grupos sociais já conhecidos, pode ser muito perigoso nas mãos de investigadores que não subordinam a sua utilização a um conhecimento detalhado da geografia e da história locais, porque a importância dos fatos não se apresenta numa ordem regular, sempre igual, ela varia em todos os tempos e em todos os lugares, para cada povo e cada indivíduo.

Aqui, o frio, as tempestades, as ondas são as grandes forças motrizes dos homens; lá, é o sol esplêndido, a brisa suave. A classificação dos fatos sociais devida à M. de Tourville está dividida em vinte e cinco rubricas, e é notável, à primeira vista, que este quadro não faça qualquer distinção entre as condições a que todos os homens estão indiferentemente sujeitos, qualquer que seja o seu estado de cultura, e as que se aplicam apenas ao homem moderno. Há, no entanto, uma distinção nítida a fazer entre os fatos da natureza, que não podem ser evitados, e os que pertencem a um mundo artificial, que podem ser rejeitados ou completamente ignorados. O solo, o clima, o tipo de trabalho e de alimentação, as relações de sangue e de aliança, o modo de agrupamento, são fatos primários que têm a sua parte de influência na história de todos os homens e de todos os animais, enquanto o salário, o patronato, o comércio e a circunscrição do Estado são fatos secundários a que as sociedades não estavam sujeitas nos tempos primitivos (RECLUS, 1905, p. 40-41-42, tradução nossa).

Logo, segundo Souza (2017) Reclus põe em contato um “meio” espaço geográfico originariamente natureza, mas desde o início concebido como “natureza-para-a-sociedade” portanto historicizado como um tempo da sociedade (história), o qual, mais que “atuar” sobre o “meio” passa a fazer parte do mesmo.

E se a indústria já realiza tais maravilhas, o que ela não poderá fazer quando a ciência lhe fornecer outros meios de ação sobre a natureza! É isso que se observa Marsh em algumas palavras eloquentes. “Vários físicos”, diz, “sugeriram a ideia de que seria possível coletar e armazenar para o uso do homem algumas dessas grandes forças naturais que os elementos exibem com espantosa energia. Se pudéssemos apreender e conservar, para fazê-la trabalhar para nós, a força que o sopro contínuo de um furacão das Antilhas exerce num espaço restrito; se pudéssemos apoderar-nos da força de impulsão desenvolvida pelas ondas que se quebram durante um inverno

tempestuoso sobre o dique de *Cherburgo*, ou ainda pelas ondas que arrebatam continuamente nas praias da baía de *Fundy*; se soubéssemos utilizar a pressão de um milha quadrada de água de mar na profundidade de cinco mil braças, os tremores dos terremotos e os movimentos vulcânicos, que obras colossais não tentaria nosso século de trabalho e audácia, ao qual a única virtude da fé já não basta para transportar as montanhas e lança-las no mar?” (RECLUS, 2010, p. 72- 73).

Aliás, Souza (2017) indaga que o senso conservacionista de Reclus, não deve ser confundido com o delírio preservacionista, no estilo *deep green* ou assemelhando, que sonha com uma natureza intocada, pouco importando as necessidades sociais dos indivíduos. O que ele fez acima de tudo, foi transitar de uma primeira natureza, sendo que foi um dos primeiros a utilizar em 1868, ao que tudo indica seguindo as pegadas de Schelling, doestrato originário, para a ideia de uma natureza apropriada pelo homem ao longo da história. Geógrafos contemporâneos, que se alinham com a chamada problemática ambiental, fariam bem em se inspirar na Geografia Social de Reclus a partir de fins do século XIX (SOUZA, 2017).

Contudo, é tão fácil colocar o solo em cultura deixando simultaneamente à paisagem sua beleza natural! Na Inglaterra, esse país onde os agricultores sabe fazer seus campos produzirem colheitas tão abundantes, mas onde o povo sempre teve pelas árvores mais respeito do que as nações latinas, há poucos lugares que não tenham uma certa graça, ou, inclusive, uma verdadeira beleza, seja por causa dos grandes carvalhos isolados exibindo seus galhos acima dos prados, seja por causa dos bosques de espécies diferentes espalhadas com arte em torno das vilas e dos castelos. Na Irlanda e na Escócia, foi por centenas de milhões de árvores que se operou o reflorestamento dos morros, e essas regiões, já muito pitorescas, foram singularmente embelezadas pelo verdor que hoje as cobre. Um distrito do condado de Mayo, no qual, segundo a tradição, as guerras intestinas e a invasão dos conquistadores ingleses não deixaram uma única árvore de pé, oferece atualmente, graças às suas plantações variadas, locais muito mais belos do que o foram, sem dúvida, antes do desmatamento. É que a arte do homem, o que quer que possam pensar certos espíritos pessimistas, tem o poder de embelezar até a natureza livre, dando-lhe o encanto da perspectiva e da variedade, e sobretudo a colocando em harmonia com os sentimentos íntimos daqueles que a habitam. Na Suíça, nas margens dos grandes lagos, diante das montanhas azuis e dos glaciares resplandecentes, quantos chalés e vilas, por seus gramados, suas corbelhas de flores, suas aléias sombreadas, tornam a natureza ainda mais bela e encantam como um doce o sonho de felicidade o viajante! (RECLUS, 2010, p. 70-71).

É necessário reorganizar os continentes, os mares e a própria atmosfera em torno de nós, e “cultivar nosso jardim” terrestre, redistribuir e ajustar os ambientes para favorecer cada vida individual de vegetal, animal ou ser humano, tomar consciência da nossa humanidade solidária, que faz corpo com o próprio planeta, abarcar em nosso

horizonte as nossas origens, o nosso presente, nosso objetivo mais imediato, nosso ideal distante – é nisso que consiste o progresso (RECLUS, 1905-1908 *apud* Souza, 2017).

No pensamento de Reclus (1905), o homem civilizado moderno, cuja vida está infinitamente fragmentada em mil pequenas preocupações, em múltiplas impressões que se desvanecem umas nas outras, mal pode fazer uma ideia da atração, do poder de atração exercido pela visão de uma corrente contínua de água que aparece na natureza como o ser vivo por excelência, e que é ao mesmo tempo o dispensador da vida, entretanto, a influência desse agente de trabalho incessante não deixa de impressionar mesmo aqueles que não estão habituados a uma única paisagem, mas que, pela amplitude das suas impressões e conhecimentos, abraçam o universo e se tornaram cidadãos do mundo inteiro. Todavia, “é preciso dizê-lo, os povos que hoje estão na vanguarda da humanidade preocupam-se em geral muito pouco com o embelezamento da natureza” (RECLUS, 2010, p. 71).

Na visão de Souza (2017), por ser tão sensível à história quanto à natureza, ele percebeu que a influência desta, sendo as feições e dos processos naturogênicos, não se exerce sem mediações, além de ser dinâmica e mutável, e não estática ou inalterável.

Seja como for, as várias adaptações dos povos, sempre complicadas por lutas e brigas, não devem ser consideradas como resultado de uma guerra contra a natureza ou contra outros homens. Quase sempre em total ignorância do verdadeiro significado da vida, falamos de bom grado do progresso como sendo devido à conquista violenta: sem dúvida, a força muscular sempre acompanha a força da vontade, mas não pode substituí-la. Na linguagem comum, usamos as palavras "luta", "vitória", "triunfo", como se fosse possível usar uma vida diferente daquela da natureza para modificar as formas externas: precisamos saber como nos adaptar aos seus fenômenos, aliar-nos intimamente às suas energias e associar-nos a um número crescente de companheiros que a compreendem para fazer um trabalho duradouro (RECLUS, 1905, p. 117-118, tradução nossa).

Com efeito, para Souza (2017) se para Reclus de *La Terre*, a geografia se confundia com a Geografia Física, e se para o Reclus de *Nouvelle Géographie Universelle* a Geografia Física continuava a ser, pelo menos, a Geografia “propriamente dita”, mesmo para Reclus de *L’Homme et la terre*, com uma poderosa proposta de Geografia Social, o conhecimento da natureza permaneceu sendo a fundação sobre qual se assentaria o edifício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, para Reclus é necessário transformar-se em estado igual de vibração harmoniosa com a terra que nos carrega e nutre, o céu que ilumina e associa com as energias do cosmos; assim a sociedade livre, só pode ser estabelecida pela liberdade absoluta dada a cada homem, a primeira célula fundamental, em seu completo desenvolvimento, que então se agrega e se associa como quiser com as outras células da humanidade em transformação (RECLUS, 1905).

Nessa conjectura, o anarquismo na ciência geográfica (Geografia Social) e suas três leis de gestão amplifica nossos espíritos aos pensamentos elevados, e se funde em uma unicidade contemplando a geografia física e a geografia humana, e resulta em uma solidariedade maior da essência humana, incorporando o apoio mútuo como fator de evolução, essa evolução se faz na harmonia humanidade-natureza, no qual, aí se vigora uma forte ferramenta à geografia moderna, para se pensar, teorizar, e atuar de modo mais solidário com a natureza atual, frente ao mundo problemático de consumo e degradação da natureza e dos sistemas tecnológicos que se encontra nossas sociedades ditas avançadas.

Assim sendo, a geografia de Élisée Reclus está diretamente ligada com os fundadores Humboldt (1769-1859) e Ritter, em virtude de, sendo a geografia comparada necessária, porém isso não pode e não deve ser um achado para classe média, ao comparar os ambientes em desequilíbrio não se deve normatizar a degradação do ambiente, bem como a pobreza material e espiritual dos povos, não pode haver uma regularização ou uma estética da miséria; sendo o ser humano a natureza consciente, é sempre necessário pensar uma harmonia com a natureza e uma melhoria social.

Pois, para Reclus (2010) todo saber humano deve ter uma parcela de humanidade, ou seria melhor não ter aprendido nada e conservar nossa inteligência e espírito livre, pronta para absorver novas impressões, do que encher nossas cabeças de um imenso cafuno de coisas sem responder a qualquer ideia.

REFERÊNCIAS

BOINO, Paul. O pensamento geográfico de Élisée Reclus. In: Élisée (Ed). **Da ação**



humana na geografia física / **Geografia comparada no espaço e no tempo**. São Paulo: Editora Imaginário, 2010. P. 9-39.

NABARRO, S. A. Élisée Reclus: pensamento libertário e Geografia Social. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 42, n. 01, 2022.

PELLETIER, Phelippe. Introdução. *In*: RECLUS, Élisée. **Anarquia pela educação**. São Paulo:Hedra, 2016.

RECLUS, Élisée. **Da ação humana na Geografia Física; Geografia comparada no Espaço e no Tempo**. São Paulo: Imaginário, 2010.

_____. **O homem e a terra—Progresso**. São Paulo: Imaginário, 2011.

_____. **L’Homme et la terre – tome I**. Paris: Librairie Universelle, 1905.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

ZAAR, Miriam Hermi. Élisée Reclus e o seu método geográfico. **Biblio 3W-Revista bibliográfica de geografia y ciências Sociales [online]**, vol. XX, nº 1123. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2015, p. 1-35.

JEAN GOTTMANN E A GEOGRAFIA NORTE-AMERICANA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Giovana Monteiro Pavanelli¹
Rita de Cássia Martins de Souza²

RESUMO

Este artigo faz parte de um conjunto de aproximações com a vida e a obra de Jean Gottmann. Com este objetivo em mente, o artigo busca contemplar a análise de 4 artigos de Jean Gottmann acerca da Geografia norte-americana publicados entre 1940 e 1960, que englobam a atuação acadêmica e institucional do geógrafo e suas concepções teórico-metodológicas acerca da ciência geográfica em um contexto de grandes transformações. Utiliza-se dos conceitos de *Círculos de Afinidade* (BERDOULAY, 2017), *Intelectual* (GRAMSCI, 1982) e *Visão de Mundo* (GOLDMANN, 1979) para fundamentar as discussões e as perspectivas de trabalho propostas.

Palavras-chave: Jean Gottmann; História do Pensamento Geográfico; Geografia norte-americana.

ABSTRACT

This article is part of a series of approaches to the life and work of Jean Gottmann. Therefore, the article seeks to contemplate the analysis of 4 articles by Jean Gottmann on North American Geography published between 1940 and 1960, which encompass the geographer's academic and institutional participation and his theoretical-methodological conceptions regarding geographic science in a context of major transformations. The concepts of *Círculos de Afinidade* (BERDOULAY, 2017), *Intelectual* (GRAMSCI, 1982) and *Visão de Mundo* (GOLDMANN, 1979) are used to support the discussions and proposed work perspectives.

Keywords: Jean Gottmann; History of Geographical Thought; North American geography.

INTRODUÇÃO

Jean Gottmann (1915-1994) foi um geógrafo ucraniano, naturalizado francês e com formação acadêmica Lablacheana. Há dois pontos que chamam muita atenção na investigação biográfica do autor: o contato com a Geografia Lablacheana e com a Geografia norte-americana, entre “indas e vindas” pelos continentes, Gottmann

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), contato: giovana.pavanelli@ufu.br. Essa pesquisa, em nível de mestrado, é financiada e apoiada pela CAPES.

² Professora do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, contato: ritacmsou@gmail.com

estabelece uma *visão de mundo* a qual gostaríamos de nos aprofundar. Muscarà (1998) denomina esse movimento de “Atlantic Transumance”, que envolve o movimento migratório juntamente ao movimento acadêmico entre a França e os Estados Unidos da América. Nesse sentido, o artigo demonstra um pequeno recorte do esforço de retomada biográfica, bibliográfica e teórico-metodológica do geógrafo.

Dentre os possíveis recortes espaciais, temporais e temáticos da vida e da obra de Gottmann, Muscarà (1998) define 4 áreas de interesse que se destacam na produção do autor perante a Geografia regional: Palestina/Israel durante as primeiras 3 décadas de sua produção acadêmica; França, incluído na Geografia rural/agrícola, colonial/política e urbana; Estados Unidos desde a década de 40 - Geografia econômica, regional, cultural e urbana e; Europa com evidência para Geografia econômica, regional, cultural e urbana.

O trabalho particulariza o período entre 1940 - 1960 com foco nos seguintes artigos: “*The background of geopolitics*” (1942), “*La géographie aux Etats-Unis pendant la guerre*” (1945), “*Geography and International Relations*” (1951) e “*The Political Partitioning of Our World: An Attempt at Analysis*” (1952), que evidenciam sua atuação política/acadêmica durante a Segunda Guerra Mundial e os desdobramentos para a reestruturação da Nova Ordem Mundial. A abordagem do contexto histórico que o levou a estruturar sua visão de mundo é ponto fundamental, permitindo-nos compreender de que forma o momento histórico foi decisivo para a mudança nas concepções metodológicas na ciência geográfica.

O referencial teórico-metodológico da proposta baseia-se nos conceitos de *Círculos de Afinidade* (BERDOULAY, 2017), *Intelectual* (GRAMSCI, 1982) e *Visão de Mundo* (GOLDMANN, 1979) e utiliza a proposição de Quadro bio-bibliográfico de Anselmo (2000) para levantar e sistematizar os dados pertencentes à vida e a obra de Gottmann.

Partindo do *intelectual* Jean Gottmann, exploram-se as transformações da Geografia nesse contexto e suas influências na produção das obras relacionadas à organização do planejamento territorial perante as Relações Internacionais. Por isso, revisitar um expoente que acompanhou as transformações da Geografia in vivo é importante para construir um panorama sobre os desdobramentos da ciência ao longo do tempo histórico.

CAMINHOS METODOLÓGICOS E ARCABOUÇO TEÓRICO-CONCEITUAL

A pesquisa é embasada pelo entendimento de um universo simbólico que se constitui a partir de um contexto histórico específico. As relações sociais empregadas revelam particularidades significativas para o período e, sendo assim, utiliza-se da análise bio-bibliográfica (ANSELMO, 2000) para compreender o metiê sócio-institucional de Jean Gottmann. Assume-se que, para estudar um Intelectual, como proposto por Gramsci (1982) é necessário compreender a narrativa transmitida, uma vez que esses indivíduos ocupam posições privilegiadas na vida social e exercem papel fundamental na construção de concepções que permeiam a consciência coletiva.

Goldmann (1979) estabelece que a formação das correntes sociais que ocasionam transformações nas concepções de mundo se iniciam nas consciências individuais. É a partir desse princípio que percebe-se a indissociabilidade entre o pensamento e as outras esferas da vida social, que revela uma compreensão ampliada do indivíduo e do seu próprio pensamento. O direcionamento do pensamento do *intelectual* dentro de uma conjuntura social que forma a consciência coletiva evidencia uma determinada *visão de mundo* (GOLDMANN, 1979).

O conjunto de indivíduos que compõem as relações sociais, pessoais ou acadêmicas, é abordado por Berdoulay (2017), no livro “A Escola Francesa de Geografia: uma abordagem contextual”. Com o conceito de *círculos de afinidades*, o autor demonstra o conjunto de associações que constituem uma lógica interna à ciência dentro do contexto ao qual o geógrafo estava inserido. Isso viabiliza melhor domínio das narrativas e dos enredos da ciência geográfica para a compreensão do todo.

A localização (histórica e geopolítica), o conjunto de fatores pessoais, a bibliografia produzida, o *círculo de afinidades* e a própria formação acadêmica são fundamentais à *visão de mundo* e qualificam o *intelectual* dentro de sua importância para os desdobramentos da ciência geográfica. Neste trabalho, os artigos selecionados de Gottmann estão sendo analisados considerando as particularidades relativas ao seu universo simbólico.

A GEOGRAFIA NORTE-AMERICANA NO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL A PARTIR DE GOTTMANN

Serão analisados 4 artigos que abordam a perspectiva de Gottmann sobre a Geografia norte-americana durante e após a Segunda Guerra Mundial. Faremos uma observação preliminar de cada um, destacando pontos importantes para entender o contexto histórico no qual Jean Gottmann estava inserido e, dessa forma, iniciar as discussões que poderão ser desenvolvidas posteriormente ao longo do trabalho.

Quadro 1: Obras escolhidas para serem analisadas

Nº	Ano	Título
1	1942	The background of geopolitics
2	1945	La géographie aux Etats-Unis pendant la guerre
3	1951	Geography and International Relations
4	1952	The Political Partitioning of Our World: An Attempt at Analysis

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

O primeiro artigo “The background of geopolitics”, de 1942, foi publicado pela *Society for Military History*, mais especificamente na revista *Military Affairs*. Trata-se de um trabalho de construção conceitual sobre o que se identifica enquanto geografia política e geopolítica e como diferenciá-las a partir de autores como: Jean Bodin, Montesquieu e Turgot. É expressiva a tentativa de Gottmann de afastar-se da Geopolitik alemã, pela efervescência dos preceitos dos conceitos que alimentaram o III Reich e pela posição do autor enquanto judeu ucraniano. Entre as críticas à pseudociência alemã da época, Gottmann realiza um paralelo entre dois grandes geógrafos do momento: La Blache e Ratzel. O geógrafo afirma que Ratzel foi o primeiro a publicar um “tratado sobre geografia política”, em 1897, porém tece críticas às concepções adotadas pelo autor: “In principle he assumed that all expansion is either by commerce or by war, and that small states, without *Raumsinn*, lack the "sense" of expansion. He apparently ignored the fact that a people may be "small"

before becoming great”³ (GOTTMANN, 1942. p. 202).

Ao trazer à tona sua formação intelectual lablacheana, mais precisamente como orientando de Albert Demangeon, Gottmann afirma: “But the real answer to Ratzel was made by the founder of the French school of geography, Paul Vidal de la Blache.”⁵ (GOTTMANN, 1942. p.202) e segue:

There is a "national personality," said Vidal de la Blache, confirming the statement of the historian Michelet that "France is a person." The state is thus a product of history, a human rather than a natural creation. Vidal's conclusions tended toward modern biology, while Ratzel's led him into metaphysics⁴ (GOTTMANN, 1942. p.202).

Dessa forma, Gottmann estabelece um inventário de situações e proposições que agregaram para a estruturação da geopolítica desde a Primeira Guerra Mundial, chegando aos fatos da Segunda Guerra. Ao final, o geógrafo questiona qual o sentido da geopolítica, e indaga se o termo está condenado para sempre. A conclusão alcançada pelo autor é bem contextualizada pelo seu *círculo de afinidades*: “To call such scholars as Mackinder, Demangeon, Bowman, or Siegfried "geopoliticians" would be an insult; to fail to profit by their teachings in studying present problems in the light of the science of geography would be absurd”⁵ (GOTTMANN, 1942. p. 206).

O segundo artigo “La géographie aux Etats-Unis pendant la guerre”, de 1945, faz uma avaliação da posição dos Estados Unidos durante a Guerra e explora a relação norte- americana com a ciência geográfica. O surgimento das “cadeiras” de Geografia nas Universidades norte-americanas e o grande avanço científico durante o conflito se devem, em muito, aos escritórios de Guerra em Washington, nos quais os geógrafos trabalhavam na produção de relatórios, mapas e cartogramas que colaborassem para a geoestratégia. Nesse contexto, Gottmann aborda a formação geográfica civil e militar de indivíduos para fins bélicos.

³ “No princípio ele assumiu que toda expansão ou seria por comércio ou por guerra, e que os Estados menores, sem Raumsinn, não tinham “senso” de expansão. Aparentemente, ele ignorou o fato de que um povo pode ser “pequeno” antes de se tornar grandioso.” (Tradução livre)

⁴ “Existe uma “personalidade nacional” como fala Vidal de La Bache, confirmando a afirmação do historiador Michelet de que A França é uma pessoa”. Essa afirmação advém de um produto histórico, uma criação humana e não natural. A conclusão de Vidal tende à biologia moderna, enquanto a de Ratzel o levou para a metafísica.” (Tradução livre)

⁵ “Denominar os acadêmicos Mackinder, Demangeon, Bowman ou Siegfried como geopolíticos seria um insulto; falhar em se beneficiar dos seus ensinamentos nos estudos sobre os problemas atuais à luz da ciência geográfica seria um absurdo.” (Tradução livre)

D'une manière générale la guerre aura beaucoup contribué à l'avancement de la documentation géographique dans le monde. Lorsque tous les rapports et toutes les cartes, qui, sont encore aujourd'hui couverts du voile du secret militaire, auront été, à la fin des hostilités, mis dans le domaine public, notre connaissance du globe se trouvera enrichie à beaucoup d'égards⁶ (GOTTMANN, 1945. p.81).

O artigo, além de fazer uma interessante análise sobre a constituição da ciência geográfica norte-americana no período, ainda revela uma escolha do autor, escrever em francês e publicar no *Bulletin de l'Association de géographes français*, um trabalho sobre os Estados Unidos e no ano seguinte (1946) escrever sobre a França, no artigo “French Geography in Wartime” em inglês, para a *Geographical Review*. O conceito de “Transumância Atlântica” elaborado por Muscarà (1998), ajuda-nos a compreender a posição dual que Gottmann desenvolve enquanto intelectual, entre suas migrações para a América e para a Europa.

O terceiro artigo “Geography and International Relations” foi publicado pela Cambridge University Press, na revista *World Politics* no ano de 1951. Ele indica a importância da Geografia em uma perspectiva mais ampla, trazendo à tona a indissociabilidade entre Geografia e Relações Internacionais. O texto começa com a afirmação da posição do autor acerca do papel basilar da Geografia no contexto de organização espacial em que estão latentes as relações globais de produção, circulação e consumo. Além disso, observa-se a preocupação com o reordenamento das Relações Internacionais no pós guerra, em uma tentativa de perceber como se organizaria o sistema- mundo.

The belief is, therefore, very old and quite natural that geography is a potent factor in international relations. At a moment when international organization is beginning to play an outstanding part in the daily affairs of every nation, when the advance of the techniques of transportation would seem to make every event global, every country shrinking, every old partition crumbling-at such a period of history it may be worthwhile to attempt a brief analysis of this geographical factor⁷ (GOTTMANN, 1951. p. 153).

⁶ “De uma maneira geral a guerra contribuiu muito para o avanço da documentação geográfica ao redor do mundo. Quando todos os relatórios e todos os mapas que são, hoje, cobertos pelo véu do segredo militar e utilizados para fins hostis, forem colocados em domínio público, nosso conhecimento sobre o mundo será enriquecido em muitos aspectos.” (Tradução livre)

⁷ “Essa crença é, portanto, muito antiga e natural de que a geografia é um importante fator nas relações internacionais. No momento em que a organização internacional está começando a atuar um papel relevante no cotidiano de cada nação, quando o avanço das técnicas de transporte parecem fazer cada evento global, cada país está ‘diminuindo’, cada antiga compartimentação se despedaçando em tal período da história seja, talvez, valioso considerar uma breve análise desse fator geográfico.” (Tradução livre)

Gottmann explora a relação do ambiente com o “comportamento” das nações, mais especificamente, como cada grupo humano se organiza dentro do território, novamente buscando afastar-se da ideia determinística em relação ao meio. Em uma análise física sobre possíveis atributos naturais de cada espaço e seus respectivos possíveis usos, Gottmann atinge o objetivo de demonstrar como a organização espacial e a utilização dos “recursos” naturais para a produção não é exclusividade de cada Estado.

What seems to us important is that men and things are different from one region to another, from one country to another. There is a natural variety in the space inhabited by men. This natural diversity is much less varied than the political one, and the two do not coincide on the map. The pattern achieved as a result of human action and organization is the most complicated but also the important one to international relations and to the daily life of men⁸ (GOTTMANN, 1951. p.162).

O autor entende que a Geografia se diferencia, portanto, justamente pela leitura do fenômeno não apenas físico, ou cartografado, mas entendendo a rede de relações que compõem o espaço. Sendo assim, cada território deve ser compreendido por suas relações internas, “But this is under the impact of the external environment, formulated through a network of relations, situating the region considered amidst other differentiated units of the global space it participates in”⁹ (GOTTMANN, 1951, p. 170).

A rede de relações externas a qual Gottmann se refere no trecho é um ponto discutido entre os artigos de maneira comum, uma vez que o geógrafo acompanha as transformações que levarão o mundo à globalização. Novamente, Gottmann “convoca” para o debate seus companheiros acadêmicos que circundam sua formação, como: La blache, Demangeon, Jean Bruhnes e Camille Vallaux. Pela segunda vez, o geógrafo aborda a produção de Turgot “*La Géographie Politique*” e exalta a relação entre economia e ciência política feita pelo autor.

Esse artigo é mais denso e complexo em relação aos demais analisados.

⁸ “O que para nos parece importante é que o homem e as coisas diferem de uma região para a outra, de um país para o outro. Há uma variação natural no espaço inabitado pelo homem. Essa diversidade natural é muito menos variada do que a diversidade política, e ambas não se coincidem no mapa. O padrão alcançado com resultado da ação e organização humana é o mais complicado, mas é o primordial para as relações internacionais e para a vida cotidiana do homem.” (Tradução livre)

⁹ “Mas isso está sob o impacto do ambiente externo, formulado por uma rede de relações, situando a região considerada por meio de outras unidades diferenciadas do espaço global na qual está inserida.” (Tradução livre)

Contempla muitas mudanças nas concepções de mundo e faz o esforço de aproximar a Geografia das Relações Internacionais. Esse discurso ficou muito evidente nas atuações institucionais de Gottmann durante a Segunda Guerra, ou seja, na aplicação da Geografia Política para a análise dos lugares, das regiões e para o planejamento estratégico em meio ao conflito bélico.

O quarto artigo, denominado “The Political Partitioning of Our World: An Attempt at Analysis”, por sua vez, foi publicado pela *World Politics*, que se autointitula uma revista de Relações Internacionais. O trabalho faz um apontamento para o futuro nas Relações Internacionais, levando em conta a divisão política dicotômica dos anos 1950 e propõe realizar uma análise sobre as concepções de poder, soberania e movimento.

Nesse ínterim, Gottmann observa que o “mundo político” é limitado. As relações entre os espaços “compartimentados” dentro desse mundo são dependentes da população. É o elemento humano que realiza as interações entre os lugares além dos limites territoriais, como observa: “Relations between one compartment of this space and the others cannot exist unless there is movement across the limits of the territory considered”¹⁰ (GOTTMANN, 1952. p. 515).

Tais relações se baseiam na capacidade de circulação e de interação entre as unidades, ou seja: “The extent of accessibility is determined by an analysis of the existing status of traffic, communications, transportation, and trade”¹¹ (GOTTMANN, 1952, p. 515).

Para o autor é inevitável que esse ambiente de circulação crie fluidez e instabilidade, uma vez que estabelece relações entre as pessoas nos lugares. É sob esse constructo que Gottmann coloca:

An established order, however, normally has a tendency to defend itself, insofar as it is a structure within which those at the upper levels are afraid change may bring them to a different, less enjoyable level. Moreover, any social and political structure has some abstract values to preserve: those on which it is founded¹² (GOTTMANN, 1952, p. 516)

¹⁰ “As relações entre um compartimento do espaço e outro não podem existir se não ocorrerem movimentos através dos limites do território considerado.” (Tradução livre).

¹¹ “A extensão da acessibilidade é determinada pela análise do status do tráfego, das comunicações, do transporte e trocas comerciais.” (Tradução livre).

¹² “Uma ordem estabelecida, entretanto, normalmente tem a tendência de se defender por si só, enquanto é uma estrutura a qual aqueles em níveis maiores têm medo de que a mudança os leve para um nível diferente e menos agradável. Além disso, toda e qualquer estrutura política e social tem valores a se

Gottmann associa a fundamentação da força de um Estado em seu “espírito da nação” e utiliza das “iconografias” religiosas, conforme já mencionado, para afirmar sua proposição de que a circulação e as simbologias criadas por uma “nação” constituem parte de seu poder. Portanto, ele afirma que: “The real partitions, those which are the most stable and the least flexible, are in the minds of men. The worst barriers stem from the diversity of the historical past”¹³ (GOTTMANN, 1951, p. 519). Isso significa que, para além das expressões institucionais de poder, as quais Gottmann retrata em todos os artigos aqui supracitados, há o conectivo entre o mundo político, o indivíduo político e o “espírito na nação” .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jean Gottmann, sem dúvida alguma, revela o contexto histórico ao qual estava inserido. Seus artigos permitem perceber o impacto de suas propostas nas elaborações da Geografia da época. Percebe-se, diante dos trabalhos analisados, que Gottmann sempre esteve posicionado contra a Geopolitik alemã e que, com base nessas informações, podemos realizar maiores investigações acerca do carácter metodológico de seus trabalhos durante seu período de trabalho na América do Norte. Essas observações serão importantes para o processo de reconhecimento da vida e da obra de Gottmann, demarcando sua atuação política e acadêmica em meio à uma potência mundial em ascensão.

O trabalho do geógrafo em meio ao enfrentamento bélico e toda a sua atenção para as mudanças internas na ciência demonstram como Gottmann é um geógrafo preocupado com o escopo da ciência e suas aplicações para a geoestratégia de Guerra. Sendo assim, busca-se ampliar cada vez mais a discussão sobre o trabalho realizado e qual a importância dele em si e para a ciência geográfica como um todo.

Ainda há muito a ser desvendado sobre Jean Gottmann enquanto geógrafo no cenário mundial antes, durante e após a Segunda Guerra Mundial. É essencial atermos a discussão sobre a influência dos elementos históricos na construção da ciência

preservar: aqueles na que é fundada”. (Tradução livre).

¹³ “As reais repartições, que são as mais estáveis e menos flexíveis, estão nas mentes dos homens. As piores barreiras decorrem da diversidade do passado histórico.” (Tradução livre)

geográfica, suas formas e funções ao longo do tempo. Também destaca-se a coerência do autor entre o decorrer do tempo histórico e suas leituras acerca dos acontecimentos que despontam no mundo. Em todos os artigos, percebe-se a minuciosidade com que Gottmann constrói suas narrativas, e agrega ao seu círculo de afinidades dentro dos geógrafos franceses e norte-americanos. Agradecemos à CAPES, pelo incentivo e apoio à esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. **Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira** Everardo Adolpho Backheuser. Rio Claro: IGCE -Cp. de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, 2000.

BERDOULAY, Vicent. **A escola francesa de Geografia: uma abordagem conceitual**. tradução Oswaldo Bueno Amorim Filho, 1ª ed. Perspectiva, 2017.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2o edição.1979.

GOTTMANN, J. **The Background of Geopolitics**. Military Affairs, Vol. 6, No. 4 (Winter, 1942), pp. 197-206. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1982381?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024

_____. La géographie aux Etats-Unis pendant la guerre. In: **Bulletin de l'Association de géographes français**, N°171-172, 22e année, Juin-juillet 1945. pp. 76-83; doi: <https://doi.org/10.3406/bagf.1945.7192> Acesso em: 05 jul. 2024.

_____. Geography and International Relations. **World Politics**, Vol. 3, No. 2 (Jan., 1951), pp. 153-173. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2008950?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024.

_____. The Political Partitioning of Our World: An Attempt at Analysis. **World Politics**, 4, pp 512-519. doi:10.2307/2008963. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/abs/political-partitioning-of-our-world-an-attempt-at-analysis/DECE7BA4EC5902873AB17615DF677CE4?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=copy_link&utm_source=bookmark Acesso em: 05 jul. 2024

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**.4a. Rio de Janeiro: 4ª Ed. Civilização Brasileira, 1982.

MUSCARÀ, L. “The complete bibliography of Jean Gottmann”, **Cybergeo: European Journal of Geography**. Colocado online em 27 de novembro de 1998, consultado em



10 de maio de 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cybergeogeo/39580>;
DOI: <https://doi.org/10.4000/cybergeogeo.39580>

_____. Jean Gottmann's Atlantic "Transhumance" and the development of his spatial theory. *Finisterra*, XXXIII, 65, 1998, pp. 159-172. Acesso em: 13 jun. 2024 Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/28181234_Jean_Gottmanns_Atlantic_Transhumanc_e_and_the_development_of_his_spatial_theory

YVES LACOSTE EM CUBA: *SIERRA MAESTRA*, RÉGIS DEBRAY E GEOGRAFISMO

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior¹

RESUMO

Objetiva discutir o engajamento do geógrafo franco-marroquino Yves Lacoste em Cuba em três dimensões articuladas: (1) sua pesquisa sobre a estratégia do *foco* em *Sierra Maestra*; (2) uma crítica frente à interpretação do filósofo Régis Debray apresentada na obra *Révolution dans la révolution* (1967); e (3) o aparecimento do conceito de geografismo. Para atingir tal objetivo, analisaremos um escrito publicado na revista *Hérodote*, em 1977, que versa diretamente sobre o engajamento lacosteano na nação cubana (LACOSTE, 1977). Enquanto perspectiva metodológica, recorreremos à história intelectual. Nos termos de François Dosse (2006 [2003]), trata-se de um projeto de elucidação das obras dos pensadores na sua historicidade. Dosse (2006 [2003]) nos elucida que a história intelectual tem como ambição fazer com que as obras, autores e contextos sejam expressados simultaneamente. Assim, a investigação toma como base – além do próprio escrito supracitado – uma entrevista e as memórias do geógrafo em tela (LACOSTE, 2010; 2018); bem como determinados escritos acerca da Revolução Cubana (AYERBE, 2004; MONIZ BANDEIRA, 2012). A princípio, um dos principais resultados que a investigação permitiu apontar é que a pesquisa em Cuba é um exemplo da relevância intelectual internacional alcançada por Lacoste ao mesmo tempo em que revela uma posição crítica face a “análise geografista” empreendida por Régis Debray (RIBEIRO JUNIOR, 2023).

Palavras-chave: Yves Lacoste, Revolução Cubana, Sierra Maestra, Régis Debray, geografismo.

ABSTRACT

It aims to discuss the engagement of the French-Moroccan geographer Yves Lacoste in Cuba in three articulated dimensions: (1) his research on the strategy of *foco* on Sierra Maestra; (2) a critique of the philosopher Régis Debray's interpretation presented in *Révolution dans la révolution* (1967); and (3) the emergence of the concept of geographism. To achieve this objective, we will analyse one writing published in the journal *Hérodote* in 1977, which deal directly with Lacoste's engagement in the Cuban nation (LACOSTE, 1977). From a methodological perspective, we turned to *intellectual history*. In the terms of François Dosse (2006 [2003]), this is a project to elucidate the works of thinkers in their historicity. Dosse explains that the ambition of intellectual history is to express works, authors and contexts simultaneously. Thus, in addition to the aforementioned writing, the research is based on an interview and the memoirs of the geographer in question (LACOSTE, 2010; 2018), as well as certain

¹ Instituto Federal do Maranhão – Campus Avançado Porto Franco, contato: jose.ribeirojunior@ifma.edu.br

writings on the Cuban Revolution (AYERBE, 2004; MONIZ BANDEIRA, 2012). At first, one of the main results that the investigation allowed us to point out is that the research in Cuba is an example of the international intellectual relevance achieved by Lacoste at the same time that it reveals a critical position in the face of the “geographist analysis” undertaken by Debray (RIBEIRO JUNIOR, 2023).

Keywords: Yves Lacoste, Cuban Revolution, Sierra Maestra, Régis Debray, geographism.

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 1967, o filósofo francês Régis Debray publica, nas edições François Maspero, uma obra que impacta o Yves Lacoste: *Révolution dans la révolution?* A tese de Debray chama atenção do geógrafo: segundo o filósofo, o sucesso da estratégia revolucionária deveu-se à escolha inicial de formar um *foco* de guerrilha rural com seus primeiros partidários em *Sierra Maestra*. À época, Lacoste ainda acreditava que Fidel tinha tido efetivamente o plano de se implantar na referida Serra.

Na visão de Lacoste (2010), Debray fazia a apologia da estratégia revolucionária dos guerrilheiros entrancheirados na Montanha – no caso *Sierra Maestra* – em oposição à Planície que permanecia sob o controle dos poderes locais. O livro de Debray, que fazia grande caso dos dados geográficos, teve um enorme impacto porque desde a crise dos mísseis (1962) acreditou-se no protagonismo da revolução cubana para todo o terceiro mundo. Será a tese desse livro que o geógrafo em tela irá investigar e criticar quando de seu retorno à Ilha em 1973.

Após a pesquisa em Burkina Faso (1965), os dirigentes cubanos convidaram Yves Lacoste para participar do Congresso Cultural em Havana, ocorrido entre 04 e 11 de janeiro de 1968. Lacoste (2010) atribui o convite, feito em dezembro de 1967, ao sucesso das traduções em espanhol dos livros *Les pays sous-développés* e *Géographie du sous-développement*. O prestígio do geógrafo era grande, pois ele fez parte de uma delegação que contava com Julio Cortázar, Aimé Césaire, Mário Pinto de Andrade, Rodolfo Walsh, André Gunder Frank, Roberto Fernandez Retamar, Jorge Semprún, Georges Condominas, Daniel Guérin, André Gorz, Perry Anderson, Goran Therborn, Cyril Lionel Robert James e Mario Benedetti, apenas para citar alguns nomes.

Ao chegar em Havana, ele foi recebido por aquele que seria seu intérprete: o geógrafo Juan Pérez de la Riva (1913-1976). Lacoste (2010) confessa que participou pouco das reuniões das comissões do Congresso, que tiveram lugar no Hotel Hilton. A atmosfera não era mais aquela do entusiasmo revolucionário tal qual sucedeu na *Primera Conferencia Tricontinental de Solidaridad Revolucionaria*, em janeiro de 1966, que reuniu líderes da África, Ásia e América Latina. O porquê? A morte de Che Guevara, em 09 de outubro de 1967, na aldeia de *La Higuera* – departamento de Santa Cruz, Bolívia. Nas assembleias gerais do Congresso Cultural dificilmente se falava nesse tema. Em uma delas, Lacoste demandou publicamente se os presentes sabiam o que havia acontecido com Che Guevara. É possível deduzir que o geógrafo quisesse chamar a atenção para as *condições geográficas* da morte do revolucionário, mas acreditou-se que ele queria fazer um escândalo. Fidel agradeceu-o por ter colocado a questão em foco e disse não saber ainda o que verdadeiramente teria acontecido.

Em suas memórias, Lacoste (2018) diz que sua intervenção no Congresso Cultural foi, como escrito acima, questionar se os presentes sabiam o que se passou com Che Guevara. Só que nos arquivos do Congresso Cultural consta que a intervenção do geógrafo teve como título *Reflexion sur l'originalité historique de la situation de sous-développement*, apresentada no painel *Culture et Independance Nationale*². O que é mais factível é que Lacoste tenha realizado duas intervenções: uma numa assembleia geral – donde ele questiona sobre a morte de Che – e a outra sendo uma espécie de comunicação, um documento apresentado para discussão, versando sobre um tema que lhe retêm a atenção desde 1959 – publicação de *Les pays sous-développés*.

Entre 1968 e 1973 observa-se um direcionamento cada vez maior de Yves Lacoste em direção à politização da ação dos geógrafos. Exemplo cristalino é sua pesquisa sobre o bombardeamento dos diques do rio Vermelho no Vietnã em 1972. Essa experiência lhe outorga uma relevância intelectual internacional que vai lhe render um

² LACOSTE, Yves. *Réflexion sur l'originalité historique de la situation de sous-développement*. 1968. Congres Culturel de la Havane. Culture et Independance Nationale. Pasta: 10197.007.023. Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade.

convite do governo cubano para que ele retorne à ilha no ano seguinte. Assim, propomos discutir o engajamento do geógrafo em Cuba em três dimensões articuladas: (1) sua pesquisa sobre a estratégia do foco em *Sierra Maestra*; (2) uma crítica frente à interpretação do filósofo Régis Debray apresentada na obra *Révolution dans la révolution?* (1967); e (3) o aparecimento do conceito de geografismo.

O presente escrito vincula-se à história intelectual. Nos termos de François Dosse (2006[2003]), trata-se de um projeto de elucidação das obras dos pensadores na sua historicidade. No espírito lacosteano, adicionamos: de sua *geograficidade*. Sim, pois, como veremos, as reflexões do geógrafo em tela estão grávidas de determinações geográficas que são plasmadas em sua escrita.

Este texto toma como base um escrito publicado na revista *Hérodote* que versa diretamente sobre o engajamento em tela (LACOSTE, 1977), uma entrevista e as memórias do geógrafo (LACOSTE, 2010; 2018); bem como determinados escritos acerca da Revolução Cubana (AYERBE, 2004; CASTRO, 1999; MONIZ BANDEIRA, 2012).

REVOLUÇÃO, ENGAJAMENTO E CRÍTICA

Lacoste (2010) explica que após a tomada do poder por Fidel Castro em janeiro de 1959, a estratégia por ele aplicada em *Sierra Maestra* tornou-se um modelo para muitos movimentos revolucionários na América Latina. Sem embargo, antes dessa estratégia vitoriosa, Fidel tinha considerado outra: o *foco*. Investigar tal estratégia permitiria compreender o fracasso de Che Guevara na Bolívia. Além disso, dois aspectos o inculcavam:

(1) qual a estratégia Fidel tinha previsto e preparado; e (2) como e por que o revolucionário havia conseguido triunfar a partir da montanha. A hipótese: o refúgio em *Sierra Maestra* deveu-se à derrota sofrida em dezembro de 1956, no início da expedição a bordo do iate *Granma* – “barco de transporte de turistas reformado, com capacidade para 25 pessoas” (AYERBE, 2004, p.34). São aspectos que colocam problemas de prática geográfica e de escolha estratégica (LACOSTE, 1977). Então, o geógrafo propõe esses objetos de investigação aos dirigentes cubanos, que terminam por autorizar e conceder os meios de pesquisar em campo.

Destarte, em 1973, Yves Lacoste reencontra Juan Pérez de la Riva e passam a circular em *Sierra Maestra*. Numa localidade ao sopé da montanha, Pérez de la Riva apresenta um cacique, chefe dos camponeses que resistiam – na montanha – aos capangas dos grandes proprietários. Lacoste diz que esse cacique, em dezembro de 1956, concordou em acolher Fidel Castro e seus companheiros que eram então fugitivos após “o ataque devastador no dia 5 de dezembro” das forças de Fulgêncio Batista na Praia dos Colorados (AYERBE, 2004, p.35).

O alvo intelectual do geógrafo era o defensor da estratégia do foco, Régis Debray. Consoante Lacoste, Debray entendia que o triunfo de Fidel contra a ditadura de Fulgêncio Batista repousava na escolha de combater e reagrupar as forças revolucionárias na montanha em detrimento das planícies/cidades. “Toda a experiência americana contemporânea confirma e fortalece esta lei do antagonismo entre as forças da serra e da planície” (DEBRAY, s.d. [1967], p.60). Assim, *Sierra Maestra* tornou-se o principal teatro da operação revolucionária e, conseqüentemente, símbolo do sucesso da luta, do combate. Converteu-se num modelo de ação revolucionária para os países do terceiro mundo até o momento em que fora liquidado pelas forças repressoras.

O livro de Debray expunha a análise das condições econômicas, políticas e sociais no nível de toda sociedade cubana e também das táticas militares, bem como das orientações políticas decididas por Fidel. Todavia, Lacoste critica o anuviamento das condições geográficas, sobretudo as humanas, do oeste da *Sierra Maestra*. Foram condições estratégicas que tornaram possível o triunfo de Fidel. E, em vez dos fatores geográficos provocarem uma análise precisa, ocorreu o contrário: o peso dos argumentos “geografistas” funcionou como a base de um discurso ideológico (LACOSTE, 1977).

Estamos diante de uma concepção que transfigura um conjunto geográfico (montanha, planície, etc.) num agente político-histórico: trata-se de *geografismo*. Em sua visão, incorrer no *geografismo* toldava a necessária precisão sobre quais forças políticas conduziam as ações – “deixando crer que toda população participa” (LACOSTE, 2010, p.104). Evoca-se indiretamente os atores ao designar-se apenas os lugares onde eles estão. A principal consequência do *geografismo* era ocultar as contradições das relações de classe existentes num determinado lugar – o que não era o caso de *Sierra Maestra* (LACOSTE, 1977). Cabe aos geógrafos alertar contra a ilusão dos *geografismos*.

Ao conjurar a oposição montanha e planície, Debray terminava por remover as características particulares de *Sierra Maestra* – em especial a porção ocidental – substituindo por uma montanha abstrata, arquetípica. E mesmo quando a montanha é evocada, faz-se apenas sob o ângulo da geografia física: seus picos, ravinas, florestas. Tais descrições parecem aplicáveis à todas as montanhas e Lacoste (1977) critica Debray por essa perspectiva metafísica-topográfica que oculta a, digamos, geografia humana do território. Na Bolívia, Debray tinha uma tarefa de explorar os lugares onde Guevara poderia instalar o foco guerrilheiro. Podemos deduzir do texto lacosteano que, ao limitar-se à perspectiva metafísica-topográfica da montanha, Debray incorreu num erro com sérias consequências.

No seu livro, Debray não debate seriamente nenhuma das condições estratégicas, poderíamos dizer eminentemente geográficas, que possibilitaram o triunfo de Fidel. Destarte, o geógrafo considera que os problemas geográficos, longe de serem superficiais ou meramente topográficos, são estratégicos (LACOSTE, 1977). Uma guerrilha em Cuba e Bolívia podem apresentar as mesmas vantagens *táticas*, consideradas em grande escala, ou seja: espaços restritos cujas características do combate podem ser similares, implicando determinados procedimentos mais ou menos eficazes. Todavia, a guerrilha em Cuba e Bolívia não apresentavam a mesma dimensão *estratégica*, considerada em pequena escala: ou seja: espaços amplos onde, por isso mesmo, a coordenação militar do combate é muito mais complexa em razão das operações, movimentos, preparos ofensivos e defensivos. Em Cuba, o desconhecimento dos revolucionários das condições geográficas (físicas e humanas) de *Sierra Maestra* foi contrapesado pelo apoio dos camponeses ali encontrado. O mesmo não pode ser dito da experiência de Che Guevara na Bolívia. *Revolução na revolução* esclarecia problemas histórico-políticos, mas aqueles eminentemente geográficos restaram sombreados. E essa foi uma das razões do fracasso de Guevara no país andino. Lacoste chega mesmo a questionar-se se um raciocínio geográfico não teria permitido que os revolucionários agissem pormais tempo e, quem sabe, atingido a vitória.

A pergunta agora é: como *Sierra Maestra* metamorfoseia-se forçadamente em teatro de operações? Lacoste (2010) recua ao episódio do *Granma*. Com uma força expedicionária composta de 82 homens, a embarcação partiu de Tuxpan, México, em 25 de novembro de 1956 com destino à Cuba. O plano dos revolucionários era “promover

um levantamento popular em Santiago no dia 30 de novembro” (AYERBE, 2004, p.35). Mas a força revolucionária sofreu com uma tempestade e atrasou-se por uma queda de um homem ao mar – que precisava ser resgatado, portanto. Como consequência, só desembarcam três dias depois, em 03 de dezembro de 1956. Isso, provavelmente, permitiu a localização pela aviação de Fulgêncio Batista. O que era pra ser um desembarque rápido, tornou-se longo e difícil vez que a embarcação havia encalhado em um banco de areia, no recife de coral do Cabo Cruz – extremo oeste de *Sierra Maestra*. Quando chegaram à terra firme, os soldados já estavam informados e chegando em grande número de caminhão. Impediu-se, portanto, que os guerrilheiros que esperavam Fidel se juntassem aos homens que desembarcaram do *Granma*. Sem guia, os revolucionários se dirigem para o leste, onde foram atacados pela força aérea e cercados pelo exército de Batista. Trata-se do desastre de *Alegría de Pío*: “70 homens foram feitos prisioneiros ou mortos em vários lugares nos dias que se seguiram. 12 sobreviventes, depois de vagarem isolados por um longo tempo, não puderam se reagrupar até o dia 13 de dezembro na casa de Mongo Perez, em Los Corales, perto de Pilon” (LACOSTE, 1977, p.23). Os revolucionários refugiam-se na montanha, sob o abrigo de camponeses armados e do cacique que decidiu recebê-los. Serão esses, diz Lacoste, que se tornarão os primeiros combatentes do *foco*, lar da Revolução Cubana.

Assim, como já vimos, a hipótese de Lacoste é que a estratégia de *Sierra Maestra* não foi decidida de antemão, mas sim uma ausência de alternativas. Na montanha, os revolucionários recebem a ajuda preciosa do irmão de Mongo Perez, Crescencio (1895-1986). Crescencio Perez ajudou a guerrilha direcionando-a para o leste, na região mais alta e arborizada de *Sierra Maestra*. Tornou-se, portanto, um importante agente revolucionário, tal como reconheceu Che: “Um dos heróis da nossa luta, o Comandante Crescencio Pérez, entrou na Serra com sessenta e cinco anos e era na época um dos homens mais úteis da tropa” (GUEVARA, 2004, p.30). Sem embargo, a falta de preparação material e política nesta região fez com que Fidel e os revolucionários enfrentassem dificuldades que iam desde a falta de suprimentos e a desconfiança dos camponeses (LACOSTE, 1977). E a mediação de Perez foi decisiva para que os habitantes da Montanha se aliassem a Fidel.

O geógrafo deslinda que o território de *Sierra Maestra* já era defendido por Crescencio Perez e, por isso mesmo, era pouco controlado pelo governo de Batista. Os

camponeses já estavam engajados em ações armadas de maior ou menor dimensão com o fito de impedir que grandes proprietários *da planície* se apropriassem *da montanha*. Aliam-se rapidamente à guerrilha. Na avaliação de Lacoste, Fidel conferiu aos camponeses objetivos maiores e implementou outra forma de organização – a guerrilheira, notadamente. Aliás, Crescencio já estava em contato com os militantes do Movimento 26 de julho em cidades como Niquero e Manzanillo, sendo um verdadeiro líder nesses espaços (LACOSTE, 1977).

Em Cuba, os camponeses armados se aliam à Fidel Castro. Mas na Bolívia a situação foi diferente para Che Guevara. Este, que desejou reproduzir a estratégia do *foco*, não recebe ajuda dos camponeses bolivianos e foi mesmo denunciado. Para Lacoste (2010), esse era o exemplo de que a tese de Debray era falha, ou seja, toda a montanha não é um espaço potencialmente revolucionário. Daí a necessidade, sentida pelo geógrafo, de analisar metodicamente as condições (objetivas e subjetivas) do triunfo dos revolucionários.

O geógrafo busca então compreender a origem do povoamento de *Sierra Maestra* – que algumas décadas antes estava ainda coberta de florestas compactas. Parte das montanhas cubanas conheceram, desde o século XIX, um duplo processo de povoamento/valorização e repressão da população. A luta geográfica entre planície e montanha era expressão de uma luta de classes entre grandes proprietários (da planície) e camponeses (da montanha). Na aurora do século XX, a maioria das montanhas de Cuba – que não estavam abandonadas – eram controladas por grandes proprietários. Era o caso da parte oriental de *Sierra Maestra*, nas proximidades de Santiago de Cuba, no qual plantações de café estavam estabelecidas há muito tempo. Em contrapartida, na parte oeste de *Sierra Maestra*, a montanha ainda estava quase deserta, coberta de florestas, tinha sido povoada há apenas quinze anos e não era controlada (LACOSTE, 1977).

Com a ajuda de Pérez de la Riva, Yves Lacoste busca entender o que ocorreu tanto na grande planície ao norte de *Sierra Maestra*, quanto na montanha em si. Clarifica: durante séculos se estendiam grandes campos de criação e plantações de cana-de-açúcar nas imediações das refinarias. A planície estava dividida em várias propriedades, mas apenas uma parte era efetivamente cultivada. A força de trabalho, à época, era escassa e os grandes proprietários de terra aceitavam a migração camponesa

para trabalhar nas terras.

A partir dos anos 1920, a relativa escassez de força de trabalho desaparece como consequência do crescimento populacional – oriundo da migração. Duas consequências: (1) O desemprego aumenta; e (2) o mercado se amplia em virtude da comercialização de açúcar para os EUA, mas também do crescimento da população urbana cubana.

Nos anos 1930, o progresso da mecanização fez com que os grandes proprietários tivessem menos necessidade de força de trabalho, enquanto a população crescia. A partir dos anos 1940, desenvolve-se uma grande rizicultura mecanizada para atender as necessidades cubanas que, devido a Segunda Guerra Mundial, não pode importar o arroz da Ásia (LACOSTE, 2010).

A mecanização aumenta a produtividade; as extensões das fazendas também se avolumam – engolfando os terrenos baldios, pastagens e pequenas propriedades até então toleradas. Contudo, a força de trabalho necessária diminui enquanto sequebra a mecanização. É a época em que as famílias camponesas que forneciam aos grandes proprietários a força de trabalho necessária – em troca do usufruto de uma parcela da terra – foram informados que esse sistema estava caduco e que os jovens deviam partir. Sem direitos, os camponeses são expulsos – as vezes militarmente. Parte dos jovens se instala na cidade; outros se refugiam nos *realengos*, “espaços que se encontravam entre as grandes propriedades” (LACOSTE, 1977, p.26). Tais espaços era o que restava das terras ditas reais, cuja maior parte tinha sido atribuída aos grandes proprietários desde o início da colonização espanhola.

Sem embargo, nem todos jovens se instalaram na cidade ou se refugiaram nos *realengos*. Na até então província de Oriente, onde as expulsões aconteceram mais tardiamente, os camponeses resistiram e se defenderam sendo apoiados por intelectuais das cidades – em especial por militantes de Bayamo e Manzanillo, berço do Partido Comunista Cubano. Esse vínculo entre os camponeses – expulsos da planície – e os habitantes da cidade foi um ativo muito importante para futura guerrilha, reconhece Lacoste (1977c). Ele destaca essa ligação entre as cidades e a serra, vez que é na cidade que estão os médicos, são feitas as compras, onde estão parte das famílias, os intelectuais, etc.

Isto posto, nessa região ao pé de *Sierra Maestra*, durante a luta contra o ditador Machado – em 1934 – camponeses, operários de refinarias de açúcar e soldados

constituíram o que foi chamado de “soviete de Mabay” (LACOSTE, 1977, p.27). Também, a partir de 1940, os vales de *Sierra Maestra* começaram a ser povoados pelos camponeses expulsos das planícies. Os que se refugiam na citada montanha – ainda deserta e coberta de florestas – desbravaram clareiras, cultivaram alguns alimentos e criaram numerosas plantações de café (LACOSTE, 2010).

As plantações de café despertaram a cobiça dos grandes proprietários, que discutiam antigos documentos históricos, recrutavam mercenários para expulsar os camponeses que valorizavam as terras. A estes foi dada uma escolha: ir embora ou manter apenas uma pequena parte da colheita. Os camponeses escolhem outra alternativa: começam a resistir, de forma armada, contra as investidas dos soldados da guarda rural ou os capangas dos proprietários.

Lacoste (1977) também destaca outro perigo que os camponeses enfrentavam. O perigoera propriamente ambiental. Expliquemos: os camponeses haviam limpado áreas cada vez maiores em decorrência do crescimento demográfico na montanha. A floresta protegia uma grande espessura de rochas da erosão – ocasionada pelo clima tropical quente e úmido, notadamente. Com a floresta destruída, ravinas nas encostas íngremes destruíam progressivamente os campos e, ocasionalmente, enormes deslizamentos de terra carregavam casas e plantações, engolfando as aldeias abaixo. Destarte, quanto mais o crescimento demográfico ocorria, mais era necessário desmatar a floresta, mais a erosão se agravava. A erosão devorou os campos à medida em que eles abriam a floresta. Os camponeses estavam diante de outro imbróglio: ir para as cidades, onde o desemprego e a corrupção aguardavam, ou retornar para a planície. Uma conclusão se lhes impõe: as emboscadas contra os capangas dos proprietários não eram suficientes, logo era a sociedade que tinha que sofrer mudanças no nível estrutural – no acesso à terra. Agora compreende-se porque os camponeses se interessam pelos projetos políticos de Fidel Castro. O líder da revolução cubana, sem se referir ao socialismo, fala de uma sociedade justa e da reforma agrária (LACOSTE, 1977).

O programa de reforma agrária de Fidel, a ser implantado após a derrubada de Fulgêncio Batista, seduziu os camponeses. A Primeira Lei da Reforma Agrária, datada de 17 de maio de 1959, “fixou em 27 hectares a área mínima para uma família camponesa de cinco pessoas e, outorgou-lhe o direito de propriedade sobre essa terra” (OLIVEIRA, 2007, p.79). Além disso, “estabelecia em limite máximo para todas as

propriedades não estatais de terra em 30 *caballerías* (400 hectares)” (NOVACULTURA.INFO, 2019, p.51). Lacoste (2010) imputa a esse fato o desencadeamento do conflito com as companhias estadunidenses que realizavam grande parte da produção de açúcar – donde a crise com os EUA em 1961. Tal crise englobava diversos fatores: rompimento de relações diplomáticas (03/01); bombardeamento de quartéis e aeroportos (15/04); e invasão da baía dos porcos (17/04).

Percebemos que Yves Lacoste se incomoda com a generalização da estratégia do *foco* e o *geografismo* a ela atrelado. Nem toda montanha é *Sierra Maestra*, nos diz – nas entrelinhas – Lacoste. E seguindo o raciocínio do geógrafo, Che Guevara errou ao implantar um foco na Bolívia por julgar que ali encontraria situação geográfica e política comparável àquela que Fidel e ele encontraram em Cuba. Na Bolívia, a evolução histórica das relações planície-montanha era outra e as populações não tinham motivos para apoiar estrangeiros que arriscavam os envolver em assuntos perigosos (LACOSTE, 2010).

Se *Sierra Maestra* não era o plano inicial de Fidel, então qual era? Essa é a pergunta que Yves Lacoste faz. Após diversos testemunhos, a resposta que o geógrafo oferece é a seguinte: a escolha do desembarque no oeste de *Sierra Maestra* e dos preparativos numa fábrica de açúcar em *Niquero* – cujos padrões Fidel conhecia – indicavam que não era para ir à montanha. Por quê? Porque não havia estrada para transportar os revolucionários. Estes fogem para a montanha. O geógrafo considera que, provavelmente, a estratégia de Castro era atacar *Pilon*; depois o pequeno quartel de *Niquero*, para levar as armas; juntar-se na propriedade de *la Demajagua*; continuar para *Manzanillo* – atacando as forças de Batista ali; e, em tendo sucesso, Fidel pretendia assumir o controle de *Bayamo* (LACOSTE, 1977).

Ademais, o geógrafo não deixa de levar em conta o aspecto simbólico acerca da escolha da região Manzanillo-Bayamo enquanto teatro de operações revolucionárias. Essas regiões foram berço de duas lutas pela independência: a primeira sendo protagonizada por Carlos Manuel de Céspedes, em 1868, proprietário do engenho *la Demajagua*, perto de Manzanillo; ea segunda aquela de José Martí e Maximo Gomez, em 1895, cujo o primeiro foco foi mais à leste – a província de Oriente (LACOSTE, 1977). Foi de Manzanillo e de Bayamo que pequenos grupos partiram levando novos guerrilheiros para Fidel, bem como armas e munições. Assim, em seguida aos

camponeses de Crescencio Perez, foram os habitantes dessas duas cidades que se juntaram à guerrilha. Na sua maioria, eles eram militantes do movimento 26 de julho que foram impedidos de se juntarem à Fidel após o desastre do *Granma*. Tais cidades faziam a mediação, bastante importante, do líder revolucionário com o resto de Cuba.

Existe uma razão para Lacoste salientar esse papel da cidade, ou melhor, dos movimentos urbanos no desenvolvimento da guerrilha. Em *Revolução na revolução*, Debray (s.d. [1967], p.58) os subestima com vituperações de cunho moral: “[...] a montanha proletariza os burgueses e camponeses e a cidade pode aburguesar até os proletários”. O geógrafo adverte que esse tipo de julgamento era reflexo do clima de corrupção e depravação que reinava em Havana, e nas diferenças que opunham Fidel aos líderes de outros movimentos urbanos desejosos de fazer prevalecer soluções políticas (LACOSTE, 1977).

Com o insucesso do “plano Demajagua”, Fidel e os revolucionários refugiam-se em *Sierra Maestra*. Permanecem dois anos, de 1957 a 1958, vendo todas as tentativas das tropas de Fulgêncio Batista falharem – vez que este não conseguiu que os EUA vendessem aviões de bombardeamento para poder destruir as bases rebeldes. É nessa época, precisamente em agosto de 1957, que Fidel lança a palavra de ordem: “Tudo pela *Sierra*” (LACOSTE, 1977, p.30).

Como explicar essa palavra de ordem? Consoante o geógrafo, ela refletia a preocupação do líder revolucionário em manter afastados os militantes do Movimento 26 de julho e reunir o maior número de opositores à Fulgêncio Batista em torno do movimento mais radical e o único a granjear uma base camponesa. Durante esse tempo, conta Lacoste (2010), Fidel assentava sua notoriedade com o auxílio de uma estação de rádio montada num dos picos da montanha – cujo sinal poderia ser captado em Havana. O geógrafo está se referindo à “Rádio Rebelde, inaugurada em 24 de fevereiro de 1958” (MONIZBANDEIRA, 2012, p.209).

As relações entre Fulgêncio Batista e os EUA vão tornando-se cada vez mais insuportáveis, até o momento em que Batista deixa clandestinamente Cuba, no final de 1958, levando parte de sua fortuna. Fidel faz uma entrada triunfal em Havana. Após esse evento, Lacoste refletiu ser desnecessário e inoportuno discutir os planos iniciais dos revolucionários. Afinal, a revolução havia triunfado. Como consequência, a palavra de ordem “Tudo pela *Sierra*” converteu-se na expressão de uma estratégia deliberada.

Vimos que o geógrafo recusa essa interpretação. A seu ver, Fidel não decidiu com antecedência lutar na montanha: isso foi resultado das circunstâncias – de desastre do *Granma* até o apoio recebido dos camponeses. Isso, obviamente, não diminui o “gênio político e militar de Fidel” (LACOSTE, 1977, p.31). Por quê? Em razão da percepção que as condições objetivas da luta haviam mudado e, de agora em diante, era necessário permanecer e lutar na *Sierra* e não mais buscar chegar às cidades antes que a situação política em toda Cuba fosse transformada pela existência da guerrilha. Lacoste atribui aos guerrilheiros a simplificação de uma situação política enredada em múltiplas complicações. Simplificação no sentido de ter tornado *menos complexo* o aparecimento, e futuro enfrentamento, de duas forças distintas e opostas: a de Batista, em Havana, e a de Fidel, na *Sierra* – cuja liderança envolve o povo na revolta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Yves Lacoste esteve dois momentos em Cuba. A primeira em 1968 participando do Congresso Cultural de Havana. Esta foi resultado direto do sucesso de suas obras *Les pays sous-développés* e *Géographie du sous-développement*. O geógrafo especialista em subdesenvolvimento galga gradativamente reconhecimento intelectual internacional – exemplificado nos importantes intelectuais que estiveram participando do evento.

A segunda vez data de 1973 pesquisando especificamente a estratégia do *foco* em *Sierra Maestra*. Este segundo engajamento é resultado direto de sua investigação sobre o bombardeamento, feito pela Força Aérea dos Estados Unidos da América – dos diques do rio Vermelho no Vietnã. A repercussão da pesquisa lhe confere maior relevância intelectual internacional ainda, permitindo-o criticar Régis Debray e extrair o conceito de georafismo.

Assim, para Yves Lacoste, a estratégia do *foco* em *Sierra Maestra* foi mais um resultado das circunstâncias histórico-geográficas do que um “teatro de operações voluntariamente escolhido”. Ele condena a análise georafista de Debray não somente por este transformar em lei o antagonismo entre montanha e planície, mas também porque anuviava as condições geográficas que vão permitir a vitória de Fidel, bem como removia as características particulares de *Sierra Maestra*.

De fato, é possível dizer que o engajamento de Yves Lacoste em Cuba não deixa de ser uma resposta, em retrospecto, do porquê a guerrilha de Che Guevara foi derrotada na Bolívia. Como as condições geográficas são variadas – seja nas montanhas, seja nas planícies – tentar reproduzir a estratégia do foco no país andino foi um erro. Por essa via, Lacoste politiza não só a ação do geógrafo – como havia feito no Vietnã – mas a própria Geografia, vista como um saber político.

REFERÊNCIAS

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DEBRAY, Régis. **Revolução na revolução**. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: CentroEditorial Latino Americano, s.d. [1967].

DOSSE, François. **La marcha de las ideas. Historia de los intelectuales, historia intelectual**. Traducción Rafael F. Tomás. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2006 [2003].

LACOSTE, Yves. Fidel Castro et la Sierra Maestra. Un théâtre d'opérations volontairement choisi ? **Hérodote**, Paris, n.5, janvier-mars, 1977, pp.7-33.

_____. **La géopolitique et le géographe** : entretiens avec Pascal Lorot. Paris : Choiseul, 2010.

_____. (2018) **Aventures d'un géographe**. Paris : Équateurs, 2018.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NOVACULTURA.INFO (org.). **História da revolução cubana**. Edições NOVA CULTURA, 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. **Descolonização, subdesenvolvimento e terceiro mundo: etapas de formação do pensamento geográfico de Yves Lacoste (1959- 1985)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. São Paulo, 2023, 830 f.

MULHERES CIENTISTAS NA REVISTA DO IGHB (1894-2022)

Dáfne Grazielle Oliveira dos Santos¹

Gabriela de Almeida Lopes²

André Nunes de Sousa³

RESUMO

Desde a sua criação, em 1894, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) publica o seu periódico de forma ininterrupta, divulgando as contribuições e produções de pesquisadores de Geografia e História, bem como outras áreas do conhecimento. Através da publicação da sua revista, o IGHB se notabilizou como uma das principais instituições responsáveis pela produção e divulgação científica na Bahia, através de um registro histórico que possibilita a investigação e compreensão sobre o desenvolvimento da ciência no estado, e particularmente no tocante à Geografia, permitindo a construção de um panorama e análise sobre os principais autores, temáticas, recortes espaciais e fundamentações teóricas e metodológicas presentes nos textos que fundamentam os trabalhos acadêmicos presentes no periódico. O objetivo deste trabalho é identificar as principais autoras que publicaram no periódico da agremiação e suas contribuições para a produção científica na Bahia, observando suas presenças no correr dos 130 anos de existência do Instituto.

Palavras-chave: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Revista do IGHB; Geografia; Mulheres

ABSTRACT

Since its establishment in 1894, the Geographical and Historical Institute of Bahia (IGHB) has continuously published its journal, disseminating the contributions and works of researchers in Geography and History, as well as other fields of knowledge. Through the publication of its journal, IGHB has become notable as one of the main institutions responsible for scientific production and dissemination in Bahia, providing a historical record that enables the investigation and understanding of the development of science in the state, particularly concerning Geography. This has allowed the construction of an overview and analysis of the main authors, themes, spatial frameworks, and theoretical and methodological foundations present in the texts that underpin the academic works in the journal. The objective of this study is to identify the main female authors who have published in the association's journal and their contributions to scientific production in Bahia, observing their presence throughout the 130 years of the Institute's existence.

¹ Discente do curso de Licenciatura em Geografia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

² Graduada em Licenciatura em Geografia pelo IFBA; Mestranda em Geografia na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

³ Professor do Departamento de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

Keywords: Geographical and Historical Institute of Bahia; IGHB Journal; Geography; Women.

INTRODUÇÃO

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) tem se notabilizado ao longo dos seus 130 anos de existência como uma das principais instituições responsáveis pela produção científica na Bahia. A publicação anual e ininterrupta do seu periódico garante um registro histórico e a possibilidade da investigação e compreensão sobre o desenvolvimento da ciência no estado, particularmente no tocante à Geografia, permitindo, desse modo, a construção de um panorama sobre os principais autores, temáticas, recortes espaciais e fundamentações teóricas e metodológicas presentes nos textos publicados na Revista do IGHB.

Pensando nesses termos, o objetivo deste trabalho é identificar as principais autoras que publicaram no periódico da agremiação e suas contribuições para a produção científica na Bahia, observando suas presenças no correr dos 130 anos de existência do Instituto. Este trabalho surgiu a partir do projeto de pesquisa principal do professor orientador, desdobrado em planos de trabalho de iniciação científica no curso de graduação em Geografia. No âmbito desse projeto, o grupo de pesquisa se propôs a reunir fatos e documentos com o objetivo de compreender o desenvolvimento da história da ciência geográfica na Bahia.

Nesse contexto, surgiu a proposta da catalogação das revistas publicadas pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia desde a sua criação até a atualidade. Através da publicação de suas revistas, o IGHB se destacou como uma das principais instituições responsáveis pela produção científica na Bahia, registrando artigos fundamentais que abordam diferentes temáticas e que nos ajudam a compreendermos o próprio desenvolvimento da disciplina no estado da Bahia. No trabalho ora apresentado, buscamos levantar preliminarmente dados referentes às revistas publicadas pelo IGHB, identificando as autoras e as suas principais contribuições, construindo subsídios para pesquisas futuras mais aprofundadas sobre o tema.

A revista do IGHB ainda carece de estudos mais sistematizados por parte dos geógrafos. Ao analisar os trabalhos publicados nas revistas, tentamos observar suas

contribuições para o desenvolvimento da Geografia no tocante a temas variados. Através da leitura dos artigos publicados nas revistas, foi feito um levantamento e organização de dados com o intuito de buscar a disponibilização para a comunidade acadêmica, assim, podendo ser utilizados em futuras pesquisas, como essa que começamos a esboçar. Para este artigo, todavia, como dissemos, centremos mais a atenção na presença das mulheres nas publicações da revista do IGHB, buscando compreender como se deu o início dessa participação feminina e como ela se realizou ao longo do tempo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo como foco a sistematização mais geral dos temas presentes na Revista do IGHB, a pesquisa foi dividida em três fases ao longo de seis meses inicialmente, interrompida pela pandemia da Covid-19, e prosseguida por mais um ano logo após o fim da pandemia. Para fins de catalogação de todos os textos publicados na revista e diferentes temas que dali poderiam ser extraídos, trabalhamos sistematicamente sob supervisão do orientador.

A primeira fase foi destinada ao levantamento dos números e volumes da Revista do IGHB. Para tanto, procedemos com idas às terças e quintas-feiras até a sede da agremiação na Praça da Piedade, no centro antigo de Salvador, para pesquisa em sua biblioteca. Após realizarmos o extenso levantamento do material por cerca de quatro meses, foram realizadas leituras das revistas e a sistematização de informações pré-selecionadas pelo orientador, para assim podermos melhor examiná-las nas etapas seguintes.

Após interrupção da pandemia da Covid-19, na fase posterior à realização das leituras, sistematizamos e tabelamos informações referentes aos nomes dos(as) autores(as) presentes em todas as publicações; ano de publicação; número de páginas; o recorte espacial de cada texto; o número de edições das revistas; área do conhecimento correspondente (Geografia, História, Antropologia etc); subárea da Geografia; além de algumas observações não previstas na organização prévia pensada para a tabulação.

A partir dessa sistematização foi possível identificar elementos relevantes no tocante à formação e desenvolvimento da Geografia na Bahia. Paralelamente, foram

construídos gráficos e a composição e estruturação do banco de dados pelo Excel dos anos iniciais da revista até o ano de 2022. Por ora, para o presente texto, conforme dito, nos concentraremos nas informações referentes à presença de mulheres autoras no periódico da agremiação.

PRODUÇÃO GLOBAL E A PRESENÇA FEMININA NA REVISTA DO IGHB

Através do progresso da pesquisa, particularmente a identificação das informações relevantes, buscamos sintetizar da melhor forma possível todas as informações coletadas, conforme descrito na metodologia. Referente ao cronograma original houve uma alteração, como também dissemos. Essa parada forçada e certo distanciamento dos dados nos ajudou a pensarmos com calma os dados, embora tenha também trazido prejuízos ao andamento dos trabalhos. A interrupção dos trabalhos também acarretou a mudança de bolsista que, se por um lado, requereu uma volta ao início das primeiras etapas de pesquisa, por outro, possibilitou a troca de experiências entre duas discentes para a construção deste trabalho.

De modo para contribuir com a sistematização da pesquisa, ao passo em que a leitura das revistas era feita *in loco*, foi sendo construído um banco de dados através do *software* Excel, tendo como base critérios/elementos pré-definidos conjuntamente com o orientador. Para a construção dessa planilha, foi levantado 100% dos textos publicados na revista do IGHB entre 1894 e 2022, entre trabalhos científicos, notas e relatórios oficiais e afins.

Figura 1: Banco de Dados

VOLUME	ANO	PUBLICAÇÃO	EDICAÇÃO FACSIMILAR	OS SEIS PRIMEIROS VOLUMES SÃO DE EDIÇÕES FACSIMILAR. O VOLUME 1 FOI ORIGINALMENTE LANÇADO EM 1894	REVISÃO	PÁGINAS	TÍTULO	OBSERVAÇÕES
1	1894	REVISTA DO INSTITUTE	EDICAÇÃO FACSIMILAR	OS SEIS PRIMEIROS VOLUMES SÃO DE EDIÇÕES FACSIMILAR. O VOLUME 1 FOI ORIGINALMENTE LANÇADO EM 1894				
MARTINS, OLIVEIRA	A DESCOBERTA DA AMERICA: TENTATIVAS PRE-COLUMBIANAS	HISTÓRIA	HISTÓRIA DA AMERICA	149-154	RELATO HISTÓRICO			
ANTONIO ENNES	O DESCOBRIMENTO DO BRAZIL PELOS FRANCESES	HISTÓRIA	HISTÓRIA DO BRASIL	155-161	RELATO HISTÓRICO			
GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO	O BRAZIL	HISTÓRIA	HISTÓRIA DO BRASIL	164-166	RELATO HISTÓRICO			
JOSE DE VASCONCELOS	A DESC OBERTA DO BRAZIL E DO ESTADO DA BAHIA	HISTÓRIA	HISTÓRIA DO BRASIL E DA BAHIA	167-179	RELATO HISTÓRICO			
GAZETA DE NOTÍCIAS	A VIAGEM DE CARRAIL SEGUNDO SEU COMPANHEIRO	HISTÓRIA	HISTÓRIA DO BRASIL	181-183	RELATO HISTÓRICO			
PERO VAZ DE CAMINHA	CARTA DE PERO VAZ	HISTÓRIA	HISTÓRIA DO BRASIL	185-205	RELATO HISTÓRICO			
DR. J.B. DE SA OLIVEIRA	OS INDIOS CAMACANS: ESTUDOS DE ETHNOLOGIA	ANTROPOLOGIA/ETNOGRAFIA	ETNOGRAFIA	207-226	EMPERICO			
DOMINGOS ALVARES BRANCO MUNIZ	FORTALEZA DO MORRO DE S. PAULO: CARTA DO SARGENTO-MOR	HISTÓRIA	HISTÓRIA DA BAHIA	227-239	RELATO HISTÓRICO			
JÃO TORRES	CURIOSIDADES NATURAIS: A LAPA DA MANGUEIRA	GEOGRAFIA	GEOLOGIA/GEOMORFOLOGIA	241-245	EMPERICO			
NÃO DETERMINADO	A NAVEGAÇÃO A VAPOR DO RIO S. FRANCISCO E SEUS AFLUENTES	GEOGRAFIA	HIROGRAFIA/TRANSPORTE	247-253	EMPERICO			
PERÍODICO DO INSTITUTO	CONTINUAMENTO DOS APONTAMENTOS HISTORICOS SOBRE O ANTIGO INSTITUTO DE 1836			255-285	REGULAMENTO, NORMAS E DOCUMENTOS			
JOÃO DE BRITO E LIMA	POESIAS BAHIANAS			287-289	POESIA			
NÃO DETERMINADO	JOSÉ ANTONIO TEIXEIRA			291-295	BIOGRAFIA			
PERÍODICO DO INSTITUTO	ACTA DAS SESSÕES			297-308	REGULAMENTO, NORMAS E DOCUMENTOS			
NÃO DETERMINADO	A NOSSA REVISTA: JUZO DA EMPRESA	VARIADOS		309-316	NOTÍCIAS			
NÃO DETERMINADO	BIBLIOGRAFIA E NOTICARIO	VARIADOS		317-325	NOTÍCIAS			
NÃO DETERMINADO	VAREDADES	VARIADOS		327-333	NOTÍCIAS			
PERÍODICO DO INSTITUTO	RELAÇÃO DOS SOCIOS			334-336	REGULAMENTO, NORMAS E DOCUMENTOS			

Fonte: Pesquisa de campo dos autores, 2019-2023.

A tabulação de dados para digitalização foi a melhor forma de organização de todo conteúdo armazenado, tal como pode se ver na Figura 1. Essa forma de sistematização nos garante um panorama da produção de mais de um século, agilizando

a consulta e, conseqüentemente, o acesso a textos de relevância historiográfica para a Geografia de modo geral e/ou as suas subáreas.

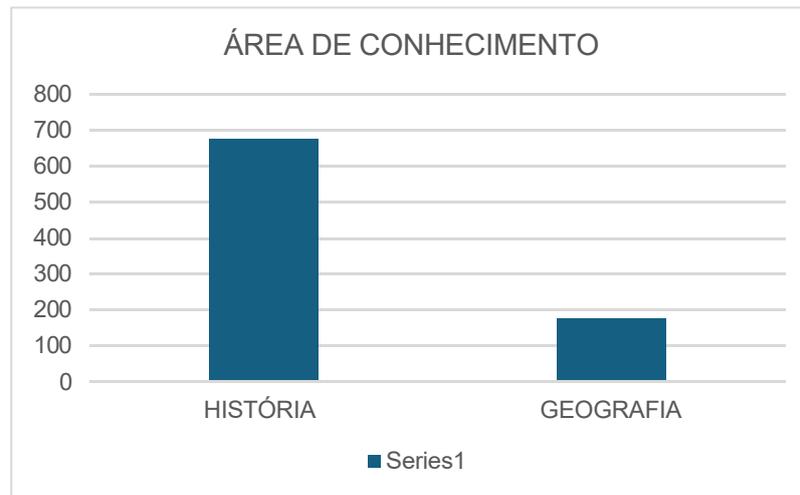
Analisando a planilha, é importante perceber alguns elementos presentes nas revistas do IGHB para além de temas: é o caso dos conceitos, teorias, presença de determinados autores na produção ou citados nos textos etc. Esses elementos quando somados a outros como a presença/ausência feminina, contribui para facilitar a busca de futuros pesquisadores e professores em materiais antigos, que auxiliam na compreensão acerca para do desenvolvimento de pesquisas sobre a história e, conseqüentemente, a epistemologia da Geografia.

Outro fato importante a destacar refere-se à disponibilização recente dos acervos digitalizados pelo site oficial do Instituto, fundamental para a efetivação do trabalho, haja vista que o site fornece as publicações em formato pdf dos anos de 1894 até 1952 e outra parte dispendo de 2005 a 2022, sendo as outras edições faltantes encontradas no próprio Instituto em acervo analógico. Assim, as idas ao Instituto foram fundamentais para a realização de leituras complementares do acervo, onde também se dispõe de retratos, manuscritos e documentos cartográficos elaborados por autores que se dedicaram aos estudos geográficos na Bahia desde a última década do século XIX aos dias atuais e que também publicaram na revista do IGHB.

Ao sistematizar essas informações, o IGHB se torna um dos maiores bancos de dados existentes sobre a história da ciência na Bahia (LEITE, 2011). Como destaca Sousa (2015), o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia possui um grande acervo bibliográfico e documental com produções de pesquisadores que tiveram seus nomes marcados durante gerações, muitos hoje pouco lembrados ou mesmo esquecidos, possibilitando assim aos pesquisadores registros significativos que podem ser utilizados para a compreensão do desenvolvimento do pensamento geográfico.

Inicialmente, vale observar na análise da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, entre 1894 e 2022, uma predominância de trabalhos de História sobre os geográficos (Gráfico 1) entre os trabalhos publicados tanto por homens quanto por mulheres, o que talvez mascare um pouco a presença expressiva de mulheres na produção “global” da disciplina no estado da Bahia, tomando-se como referencial principal a universidade e seus cursos de graduação e pós-graduação e não só a Revista do IGHB.

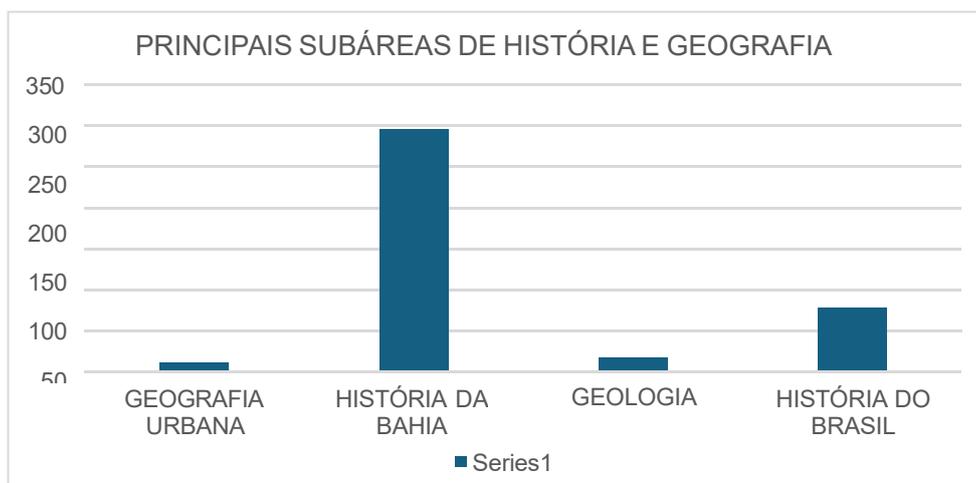
Gráfico 1: Área de concentração dos textos publicados na Revista do IGHB.



Fonte: Pesquisa de campo dos autores, 2019-2023.

Já o gráfico 2 apresenta as principais subáreas de produção na Revista do IGHB. Durante toda a análise da revista, foram encontrados muitos volumes dedicados a homenagens e datas comemorativas, o que recaiu na porcentagem final configurada. Soma-se a isso o fato de os primeiros artigos publicados terem se dedicado à uma ideia proteção da memória nacional, bem típico do nascimento da República, com muitos textos referenciando o descobrimento do Brasil, a Independência e a Proclamação da República, ou seja, dando uma maior ênfase ao campo da história.

Gráfico 2: Principais subáreas dos textos da Revista do IGHB.

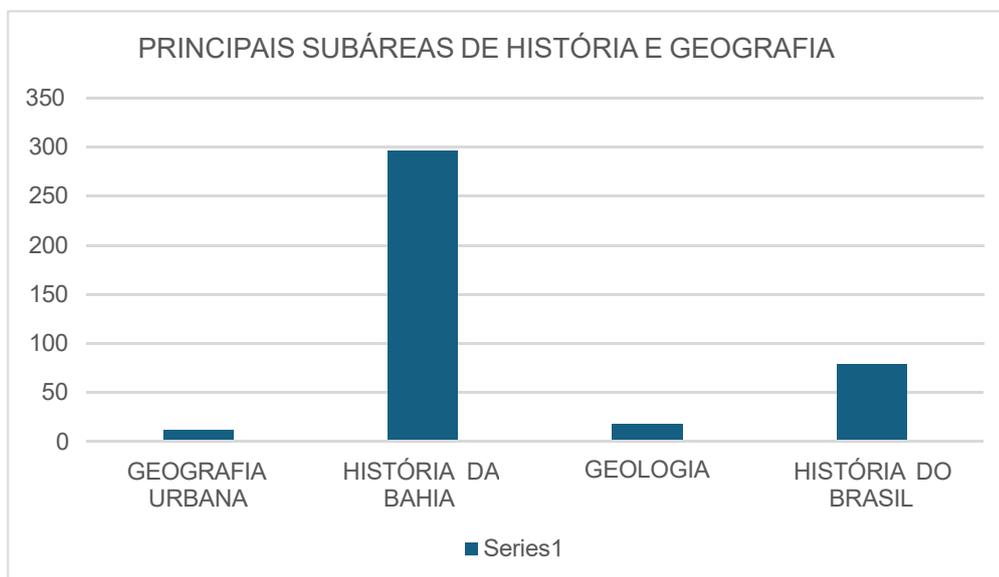


Fonte: Pesquisa de campo dos autores, 2019-2023.

Dentre os materiais coletados, abrangendo mulheres e homens, a área de conhecimento da Geografia apresentou um menor número de trabalhos divulgados em

comparação com a História. Contudo, apesar dessa discrepância, alguns textos publicados são de grande relevância historiográfica para o campo geográfico. Em termos mais específicos de Geografia, a geografia urbana se destaca em termos gerais somando-se mulheres e homens. Esse dado está ligado à produção das monografias municipais iniciadas na segunda década do séc. XX e, mais tarde, às pesquisas e textos produzidos no âmbito do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, que existiu entre as décadas de 1950 e 1970 e contou com um grande número de pesquisadoras mulheres.

Gráfico 3: Produção global da Revista do IGHB.



Fonte: Pesquisa de campo dos autores, 2019-2023.

Por fim, no Gráfico 3, é possível observar a produção global da Revista do IGHB, onde tanto os trabalhos publicados por homens como a categoria “outros (atas, notas de falecimento e documentos em geral) superam quantitativamente a presença de mulheres, sobretudo se fizermos um corte temporal dividindo o período pré e pós criação da universidade no estado em 1946.

Em termos gerais, observamos os tipos de textos que eram produzidos dentro da área da Geografia, e tomando-se como base os textos dos homens e das mulheres, concluímos que tanto os textos teóricos quanto aqueles mais empíricos tiveram grande destaque, seja por conta da presença de textos discutindo a teoria da geografia, particularmente a partir da década de 1910, seja por conta das monografias regionais descritivas publicadas a partir de 1916. No tocante às mulheres que publicaram na

revista, observamos a presença repetida de alguns nomes que também marcariam a história da disciplina em termos de ciência produzida na Universidade, como no caso de Maria Auxiliadora da Silva, marcando presença significativa na produção da ciência tanto no Instituto quanto na universidade desde meados do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse esforço preliminar por identificar as mulheres pesquisadoras que publicaram na Revista do IGHB deve ser continuado a fim de podemos “mergulhar” em suas biobibliografias. Entender quem eram/são essas mulheres, quais os contextos de suas produções, temas, métodos e recortes de pesquisa de pesquisa que revelem os meandros de suas presenças/ausências na produção global da disciplina no estado.

Através do levantamento bibliográfico e das leituras das revistas, foi possível contribuir com o levantamento de informações acerca de diferentes autores, recortes espaciais, áreas e subáreas publicadas nas revistas do IGHB, de modo que auxiliou na tabulação de dados para pesquisas futuras. Ademais, a confecção do banco de dados contribuiu de forma essencial para analisar a busca de autoras baianas e suas contribuições em perspectivas local, nacional e internacional entres os anos de 1894-2022 e, por conseguinte, fomentar o entendimento sobre diversos estudos realizados na história da Geografia.

Levando-se em conta todos esses aspectos, a possibilidade de vivenciar as idas ao IGHB foi fundamental para a análise de retratos históricos presentes naquele espaço, produções bibliográficas, manuscritos e documentos cartográficos elaborados por autores(as) que se dedicaram para o conhecimento e estudos geográficos e históricos da Bahia desde o século XIX, além de contribuir para a formação de duas discentes em Geografia como professoras- pesquisadoras. Logo, o viés científico trouxe para o nosso aprendizado um amplo acesso de materiais importantes de cunho histórico referente ao território baiano.

REFERÊNCIAS

BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de Geografia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2017.

CERAVOLO, Suely Moraes. Colecionando “homens e cousas: por um perfil do Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894 a 1927). **Rev. IGHB**, Salvador, v. 112, p. 97-134, jan/dez. 2017.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **Memória e identidade no instituto geográfico e histórico da Bahia (1894-1923): origens da casa da Bahia e celebração do 2 de julho**. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/88/88>
Acesso em: 08/02/2019.

SANTANA, Geferson; SANTANA, Rogério Barreto. O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e os debates sobre a nação e a raça no Brasil. **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cachoeira, v. 4, n. 8, p. 108-117, 2017.

SOUSA, André Nunes de. **Percurso Historiográfico do Campo Disciplinar Geográfico na Bahia e em São Paulo: Contribuições da Universidade Federal da Bahia e da Universidade de São Paulo**. 2015. 202 f. (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2015.

O PENSAMENTO GEOGRÁFICO E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE: CONTRIBUIÇÕES DO PERÍODO COLONIAL

Amanda Salles de E. G. Acruchi¹
 Antônio Cordeiro Feitosa²
 Ronaldo Barros Sodré³

RESUMO

O conhecimento geográfico possui grande influência na trajetória histórica de todo o mundo e na transformação do espaço. Na história do Maranhão não é diferente, pois esse estado brasileiro conta com grande diversidade no que tange aos seus aspectos geográficos. T tamanha multiplicidade motivou a elaboração de documentos de cunho geográfico durante o período colonial que fundamentaram a organização do território maranhense atual em todas as suas vertentes. Com esse trabalho revela-se as principais produções sobre a geografia do estado e seus autores através da pesquisa desses registros e de sua análise epistemológica. Assim, traça um breve histórico apontando as principais contribuições teóricas e práticas para o conhecimento da região e a formação de seu espaço.

Palavras-chave: Maranhão, pensamento geográfico, autores, espaço.

ABSTRACT

Geographical knowledge has a significant influence on the historical trajectory of the entire world and on the transformation of space. In the history of Maranhão, it is no different, as this Brazilian state boasts great diversity in its geographical aspects. Such multiplicity motivated the creation of geographical documents during the colonial period that laid the foundation for the current territorial organization of Maranhão in all its facets. This work reveals the main productions on the state's geography and their authors through the research of these records and their epistemological analysis. Thus, it outlines a brief history highlighting the main theoretical and practical contributions to the understanding of the region and the formation of its space.

Keywords: Maranhão, geographical thought, authors, space.

¹Graduanda em Geografia na Universidade Federal do Maranhão – UFMA. amanda.salles@discente.ufma.br . O trabalho apresentado é fruto de pesquisa financiada pela Universidade Federal do Maranhão, no projeto “Fundamentos espaço-temporais da formação espacial maranhense: Contribuições críticas do/para o pensamento geográfico”.

²Doutor em Geografia, professor na Universidade Federal do Maranhão – UFMA. antonio.cf@ufma.br .

³Doutor em Geografia, professor na Universidade Federal do Maranhão – UFMA. ronaldo.sodre@ufma.br .

INTRODUÇÃO

O pensamento geográfico ostenta grande relevância no curso da história mundial uma vez que contribuiu e continua a contribuir na transformação dos espaços, territórios, paisagens e lugares modelados originalmente pelas forças da natureza. Os grandes marcos históricos são alicerçados em concepções da Geografia Cultural (CLAVAL, 1997, p. 89; ROSENDAHL e CORRÊA, 2001) ora adquiridas empiricamente, ora apuradas em estudos científicos. Como teriam sido desenvolvidos todos os movimentos de expansão territorial que ocorreram no mundo, as Cruzadas, as Grandes Navegações e todas as guerras sem o conhecimento geográfico? Da mesma maneira pode se pensar na formação do território maranhense.

Com um peculiar sistema de marés e correntes marinhas, bacias com rios caudalosos, topografia diversa com áreas de planícies litorâneas, serras, planaltos e chapadas; e biomas diversos, o pensamento geográfico foi se formando através das incursões no território e oferecendo base para a construção do estado. Sendo assim, esse pensamento é de suma importância para a compreensão da realidade maranhense atual.

Diante dessa prerrogativa, no presente trabalho se debruçou em pesquisa sobre os primeiros e mais relevantes autores que se dedicaram a escrever sobre a geografia do Maranhão, analisando também os resultados práticos que tal conhecimento promoveu. Dessa maneira, objetiva promover a importância do pensamento geográfico maranhense e seus autores, além de expor a forma como ele foi sendo construído através do tempo.

Vale destacar que muitos desses textos foram elaborados antes do estabelecimento da Geografia enquanto ciência, que se consolidou somente no século XIX, e de sua plural compartimentação (ANDRADE, 1987, p. 12). Destarte, os registros analisados ocasionalmente se encontram em obras sem o emblema geográfico, mas que imergem ricamente em seus objetos de estudo. São cartas, mapas, diários, relatórios, estudos e livros que descrevem o espaço com todos os seus elementos, comentam suas territorialidades, costumes, conflitos, economia entre outros aspectos mesmo que redigidos de forma despretensiosa e prática (RODRIGUES e FEITOSA,

1999, p. 152).

Contribuindo com esse percurso, traça-se aqui um breve histórico do pensamento geográfico maranhense produzido durante o período colonial destacando autores e obras que contribuíram para o desenvolvimento da ciência geográfica no estado. Apontam-se também as principais contribuições teóricas e práticas para o conhecimento da região e formação do espaço atual. Além disso, reflete-se sobre as perspectivas futuras, apontando os desafios e lacunas.

A história de um espaço deve ser transmitida. É urgente a popularização do conhecimento geográfico e a valorização de seus autores, uma vez que essa ciência analisa componentes fundamentais para a conscientização do ser humano enquanto parte do espaço e agente de sua transformação, podendo assim gerar cidadania e um ambiente mais igualitário e sustentável.

BREVE HISTÓRICO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO MARANHÃO

Apesar da extensão desse estado brasileiro já ter sido cenário para diferentes nações há milhares de anos, com os primeiros habitantes, representantes dos Tupi-Guarani, chegando ao Maranhão entre o Período Terciário Superior ou Quaternário (FEITOSA, 2014, p. 79), a tradição da história oral desses habitantes faz com que encontremos somente registros geográficos a partir da chegada dos europeus, deixando os vestígios de um longo passado sob a investigação dos cientistas modernos e suas teorias. Os registros dos costumes e conhecimentos dos povos indígenas do período de Cabral e séculos subsequentes encontram-se somente em documentos redigidos pelo velho mundo. Porém, vale salientar que os nativos desse período tinham grande conhecimento geográfico descrito em vários textos dos colonizadores.

Destaca-se um de vários comentários de d'Évreux (1614), capuchinho francês que esteve em solo maranhense no início do século XVII.

A essa astronomia de orientação correspondeu logicamente entre os aborígenes brasileiros uma aguda consciência do espaço geográfico e a capacidade para representar. Dessa arte de expressão cartográfica do território, semelhante à dos outros povos primitivos, não nos restam testemunhos diretos do século quinhentos. Mas as referências de Yves d'Évreux [...], aos tupinambás do Maranhão, que acabavam de perfazer um imenso movimento migratório, reportam-se, é evidente, a uma velha herança

cultural, fruto de experiências seculares e reavivada na tribo, durante o século anterior. (CORTESÃO, 1958, p. 30).

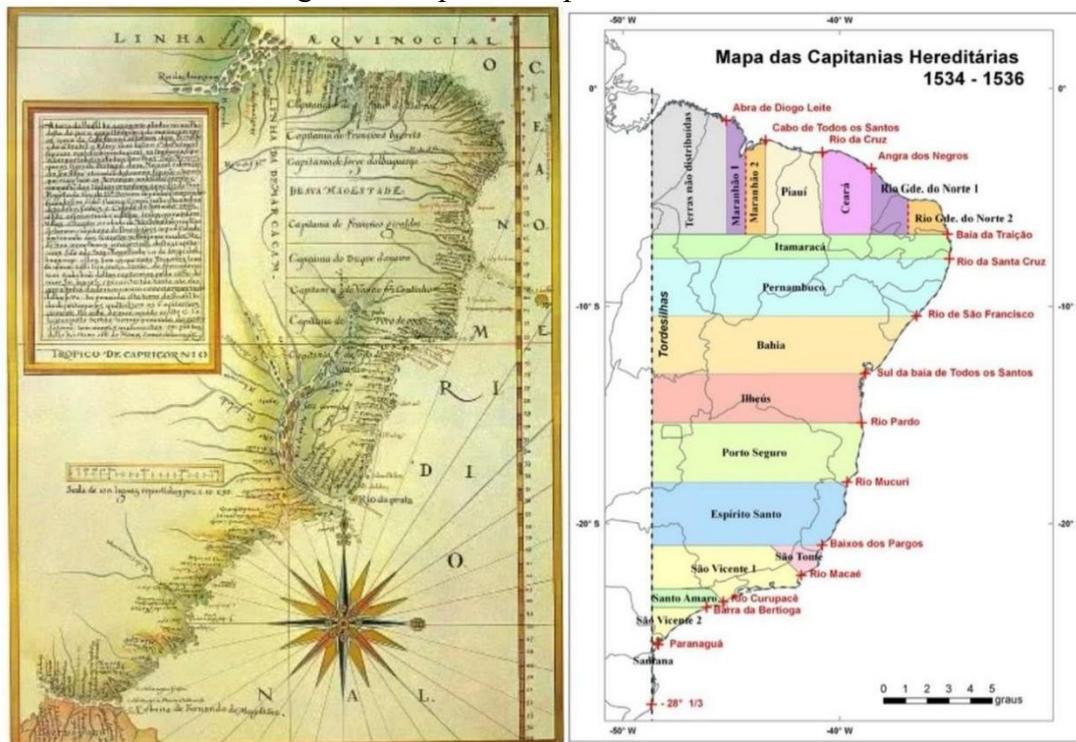
Em um mundo contemporâneo que se busca rever os olhares tradicionais da Geografia, faz-se necessário levantar esta perspectiva e o adensamento dos estudos sobre este atributo do pensamento geográfico, assim como aquele produzido pelos povos da diáspora africana que muito influencia na geograficidade brasileira (LIMA-PAYAYÁ et al, 2021, p. 02).

Voltando ao levantamento histórico, importa observar que existem diversas lacunas entre os registros encontrados pela descontinuidade dos processos, com pausas presentes em vários recortes temporais. No entanto, ainda carregam grande riqueza de informações que devem ser apreciadas e vasculhadas.

Os primeiros documentos encontrados sobre a geografia maranhense foram elaborados por viajantes e exploradores que passaram pelo território e descreveram o que lá encontraram (CORTESÃO, 1944). Alguns cosmógrafos participavam das esquadras marítimas como a de Duarte Pacheco Pereira (1498) e produziam as primeiras cartografias da região (GANDRA E SILVEIRA, 2000, p. 67).

Apesar desses relatos e do conhecimento do território, o Maranhão permaneceu inexplorado por quase todo o século XVI. Mesmo com a relevância da divisão das Capitanias Hereditárias em 1535, que trouxe pela primeira vez representações desse território, não localizou-se nenhum outro registro com conteúdo significativo à geografia nesse primeiro momento da colônia, a não ser o mapa de João Teixeira Albernaz de 1574 que expõe o mapa do Brasil pós Tordesilhas, sendo parte da obra Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão Magalhães, onde descreve os limites das capitanias e, ainda que primariamente, o Maranhão com a baía de São Marcos e reentrâncias litorâneas. Recentemente, Jorge Cintra propôs alterações no desenho tradicional das capitanias hereditárias após identificar que os documentos primários indicaram uma série de erros no antigo traçado (Figura 1). Nele, identificamos as delimitações das capitanias maranhenses de forma mais fidedigna.

Figura 1: Mapa das Capitânicas Hereditárias



Fonte: João Teixeira Albarnaz, 1574: disponível em <https://www.historia-brasil.com/bibliografia/albarnaz.htm>. e Jorge Pimentel Cintra, 2013: Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/80840> Acesso:05/07/2024.

A primeiras tentativas de colonização resultaram em fracassos sucessivos dos donatários, retornando a capitania aos domínios da Coroa Portuguesa por cerca de 60 anos (FEITOSA, 2014) entre 1555 e 1615, período marcado por forte inatividade, o que resultou nas visitas e instalação de aventureiros de várias nacionalidades, notadamente franceses e culminou com a instalação da França Equinocial, em 1612.

Somente no início do século XVII inauguram-se os registros mais contundentes sobre o pensamento geográfico maranhense, pois neste centenário o Maranhão foi palco de diversos empreendimentos colonizadores. Porém, antes de aprofundarmos nos relatos locais, não se pode deixar no esquecimento o tradicional mapa da América Meridional de Mercator (1606), o qual também evidencia detalhes das terras do Maranhão (Figura 2).

A primeira incursão marcante em território maranhense nesse século foi realizada pelos franceses, que tentaram instituir colônia em 1612 produzindo nos anos seguintes diversos textos descritivos da geografia local e de seus habitantes. Os padres Claude d'Abbeville (1614) e Yves d'Évreux (1614) descrevem em suas cartas e

relatórios diversos aspectos da Geografia local enquanto registravam suas viagens por esse torrão. Tais documentos são até os dias atuais imensamente utilizados como fonte de pesquisa de diversos ramos dessa ciência.

Figura 2: Mapa da América Meridional



Fonte: Gerhard Mercator, 1640: disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acesso:05/07/2024.

Embora sua permanência tenha sido breve, foi suficiente para a elaboração de diversos registros, assim como da reconquista portuguesa do território, que gerou relatórios contendo informações da hidrogeografia e topografia da Baía de São Marcos. Diogo de Campos Moreno escreveu *Jornada do Maranhão* (1614) onde comenta o processo de reintegração do domínio lusitano, além dos elementos anteriormente mencionados. Além desse autor, é de se observar o trabalho do líder do exército português Alexandre de Moura (1615), que relatou uma expedição à ilha maranhense (MARQUES, 2014, p. 05). No ano seguinte, Francisco Frias de Mesquita elabora o projeto da primeira traça urbana de São Luís (MEIRELES, 2001, p. 60).

Ainda nesse século ocorreu forte corrente de migração açoriana, que acelerou o povoamento do estado adentrando o interior. Essa empreitada trouxe mais registros da sua geografia. O açoriano Simão Estácio da Silveira escreveu a *Relação Sumária das Cousas do Maranhão*, documento para atrair colonos para o Maranhão (LEITE FILHO,

2021, p. 08).

As décadas 1620 e 1630 contaram com alguns registros por ocasião desse processo de povoamento. O frei Cristóvão de Lisboa escreveu sobre a biogeografia maranhense. João Teixeira Albernaz produziu mapas da região com várias informações relevantes ainda não descritas, especialmente da ilha Upaon Açu, e o mapa do território dos Tremembés, abrangendo o litoral do Ceará e parte da costa maranhense (publicados em seu atlas em 1640).

Na década seguinte houve a breve ocupação holandesa que, apesar de ter sido por curto período, resultou em um capítulo do livro de Gaspar Berléu, *História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau* (1636 – 1644). Posteriormente, já instituído Estado do Maranhão e Grão-Pará, produziu-se alguns textos, relatórios, plantas baixas e diários descrevendo toda a peculiar geografia do Maranhão e todo o processo de ocupação e modificação do espaço. Um deles foi do Padre Antônio Vieira escreveu texto relatando sua jornada de São Luís até Ibiapaba no Piauí (MEIRELES, 2001)⁴. Esta narrativa dispõe sobre igarapés, nascentes, ventos e muitos outros fatores que encontrou.

Depois de um século abundante em produções, o subsequente não seguiu o mesmo fluxo. O século XVIII conta com poucos registros de teor geográfico que se têm conhecimento. Todavia, encontra-se datado em 1755 o *Directório dos Índios*, documento resultado do conflito entre jesuítas e a oligarquia local, que visava rechaçar a escravização indígena praticada pelos religiosos (MEIRELES, 2001).⁵ Este normativo, publicado em 1757, dispunha sobre o aldeamento e o procedimento de aculturação dos nativos da região.

Além dessa lei, o único registro de conteúdo geográfico relacionado ao Maranhão que se tenha conhecimento é um mapa da cidade de São Luís (FIGURA 3) de autoria desconhecida datado em 1789, localizado na Torre do Tombo, em Lisboa. O mapa conta com informações sobre edificações e arruamentos, além de descrever o relevo e a hidrografia da cidade (PFLUEGER, 2021, p.13).

Após esse último registro, foram encontrados textos da geografia maranhense

⁴ Relação da Missão da Terra do Ibiapaba.

⁵ Directório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário

com datação apenas de 1815, período em que a coroa portuguesa estava no Brasil. Tais textos, redigidos com muita propriedade por pelo capitão do exército Francisco de Paula Ribeiro, descrevem as características do sertão maranhense encontrado em sua jornada, sendo intituladas *Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão, Roteiro da viagem de fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815;* e *Descrição de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão* (1819).

Outra obra de grande importância no pensamento geográfico maranhense desse período é o livro de Johann Baptist von Spix e Carl Friederic von Martius, *Viagem pelo Brasil* (1817 – 1820), que faz observações do espaço e potencial econômico do estado. Ainda em 1818 foi temos *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*, de Raimundo José de Souza Gayoso. No ano seguinte Manuel José de Oliveira Bastos escreveu *Roteiro das capitanias do Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia pelos seus caminhos e rios centrais por Manuel José d'Oliveira Bastos* onde esmiuçou as vias de deslocamento e a hidrografia do espaço percorrido.

Figura 3: Mapa da Cidade de São Luís



Fonte: Reis Filho, 2000.

Ao fim do período colonial, ainda deve-se destacar de maneira especial o livro de Antônio Bernardino Pereira de Lago (1821), considerada a primeira obra geográfica do Maranhão: *Roteiro da Costa da Província do Maranhão desde Jericoacoara até a Ilha de São João, e da entrada e saída pela Bahia de São Marcos*. O militar ainda teceu outras obras de relevância, além de algumas plantas, cartas e mapas enquanto Coronel do Real Corpo de Engenheiros⁶. Nessas enumerações, teve como fiel contribuinte de Joaquim Cândido Guilhobel, 1º Tenente graduado do mesmo corpo, o qual faz-se questão de notabilizar.

Com semelhante importância, destaca-se a obra do Almirante Albin Rossin (1626), para a navegação nas águas costeiras do Brasil, contendo a representação das cotas batimétricas imprescindíveis para a navegação, notadamente em áreas de grande turbidez com as do Maranhão, responsáveis por muitos naufrágios dos primeiros colonizadores portugueses.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO DO MARANHÃO COLONIAL

Diante do material analisado, é possível observar que várias dessas obras foram de grande relevância para a estrutura espacial maranhense atual. Seja no que tange ao espaço físico, ou nas perspectivas econômicas e sociais. Vários desses textos ainda hoje reverberam em produções acadêmicas de todos os campos.

Os textos mostram uma Geografia formada por viajantes, cronistas e naturalistas assim como ocorreu nos demais estados brasileiros “em seu afã de apreender o significado do país nascente desde o primeiro século da colonização” (MOREIRA, 2010). Assim, a maioria desses trabalhos de reconhecimento da terra e do povo que ali vivia serviram de subsídio para a implementação de políticas de povoamento e exploração, modificando drasticamente o espaço. Territorializando e

⁶ Mappa da Ilha de São Luís do Maranhão levantada por Antônio Bernardino Pereira do Lago, Coronel do Real Corpo de Engenheiros (1820); Nova carta reduzida da costa da Província do Maranhão por observações astronómicas e trigonométricas = A new reduced chart of the coast of the Province of Maranhão from astronomical and trigonometrical remarks / levantada e construída pelo Coronel de Real Corpo de Engenheiros Antônio Bernardino Pereira do Lago em comissão na sobredita Província (1821); Mapa de parte da Costa do Maranhão desde os Mangues Verdes até S. Marcos, ou entrada do Porto que em 1812 levantou A.B.P. do Lago Coronel do R.C. de Engenheiros (1822); Mapa de parte da Costa do Maranhão desde os Mangues Verdes até S. Marcos ou entrada do Porto que em 1820 levantou Antônio Bernardino Pereira do Lago, Coronel do Real Corpo de Engenheiros (1822);

desterritorializando, inserindo novas práticas, novas técnicas agrícolas, novas espécies de cultivares, novas economias, novas culturas e fazendo o Maranhão ser o estado que é.

Os autores desses séculos foram importantes fontes de informações sobre a topografia, hidrografia, biogeografia e sobre os povos indígenas da região. Esses textos, majoritariamente descritivos em seu conteúdo, fornecem a possibilidade de uma análise geográfica do passado e um comparativo com a geografia atual.

d'Évreux (1614), por exemplo, fala das marés e do relevo costeiro:

O mar, pelas suas marés, não é o mesmo que o do restante do mundo. [...] Explica-se isto observando-se que o Brasil está cercado de milhares de inflexões ou voltas, formadas umas por bancos e coroas de areia, e outras por voltas de pontas de terra e baías. Acrescente-se ainda terem todas estas terras as saídas mui retalhadas, que impossibilitam o desembocar da maré com toda a sua força para os rios salgados e portos e barras, como acontece noutras partes.

Ainda contribui para a compreensão, resgate e preservação da cultura indígena e o olhar geográfico dos povos locais, o que torna-se valioso ao passo que a tradição oral destes e seu posterior esmagamento ancestral (com políticas como o *Directório dos Índios* citado anteriormente) dificultaram seu reconhecimento.

São registros sobre suas civilidades, conhecimentos empíricos sobre os vegetais e animais, técnicas agrícolas, noções de astronomia, localização, marés e correntes marinhas, entre muitos outros. Ribeiro (1815), embora impregnado pelo comportamento colonizador, observou muitos fatos importantes e curiosos sobre diferentes povos nativos da região, como o fragmento citado a seguir, que menciona o nomadismo e a agricultura tupinambá.

Vagam errantes pelo distrito que lhes pertence todo o enxuto tempo do verão, sendo nesta estação que mais utilizam as caças e os frutos dos seus terrenos. Ao anúncio das primeiras chuvas marcham para as povoações, que até então haviam ficado com pouca gente guardando, e servindo os seus inválidos; preparam então a pouca terra que costumam plantar de batatas, mendubis, e milho caitité ou zaburro, e entretanto que cresce e sazona a plantação, comem eles, a coberto das invernadas, os gêneros que ficaram reservados em paióis particulares, que cada família guardou escondidamente para si.

Ademais é necessário dar um enfoque especial a toda a cartografia desenvolvida à época como os exemplos expostos acima. Encomendada em sua maioria para viabilizar a chegada e inserção no território e interiorização de tropas e frentes de povoamento, propiciando a instituição de empreendimentos econômicos da agricultura

e mineração, além da urbanização dos espaços.

PERSPECTIVAS FUTURAS E DESAFIOS PARA A GEOGRAFIA MARANHENSE

Ano após ano, o pensamento geográfico maranhense foi ganhando mais contribuições e diversificando seu conteúdo. No entanto, somente na década 1920 as obras foram se avolumando e ganhando relevância na sociedade. Cabe aqui comentar que tais obras já foram influenciadas pelos autores da colonização.

Conforme as relações internacionais foram se estreitando, a sociedade e a economia foram se modificando. Consequentemente a Geografia foi ganhando novos estudos e servindo de aporte para a construção do Maranhão atual, porém, ainda configurando-se como uma ciência acessória e dependente de outras áreas de estudo.

O surgimento dos cursos de graduação na segunda metade do século XX e o aprofundamento das pesquisas em seus plurais segmentos através da academia deram a essa ciência mais reconhecimento, apesar de ainda ser desafiador propagar seu protagonismo ao público geral.

Sendo o estado do Maranhão detentor de uma rica e secular história, grande biodiversidade, diversas economias, povos, palco de diversos conflitos territoriais, regime de marés e terrenos costeiros singulares, entre tantos outros elementos objetos de estudo geográfico, torna-se pungente a produção exponencial desse pensamento, além da promulgação das obras dessa geografia histórica (ACRUCHI et al, 2023).

É necessário conhecer e preservar o passado para encontrar as respostas para a situação atual e projetar o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a presente pesquisa foi se desenvolvendo, observou-se a grande dificuldade em acessar e descobrir certos registros que encontram-se dispersos em diferentes repartições. Isso evidencia a demanda por uma compilação desse acervo e a necessidade de difundi-lo para que possa ser preservado para as futuras gerações.

Também evidencia a possibilidade dessa bibliografia ser ainda maior, podendo estar em arquivos ainda não localizados, carecendo de uma continuidade da pesquisa.

Tal fato demonstra o pouco investimento público nesse zelo e a falta de interesse em fazê-lo. Muitas obras encontradas estavam em péssimo estado de conservação, faltando materiais e especialistas para sua restauração. Muitos fragmentos eram indecifráveis dado o estado avançado de deterioração, o que denuncia séculos de omissão.

Tratando-se da esfera maranhense, é notório o desinteresse acadêmico nessa área de pesquisa. Pouco se investe nessa frente de estudo e muitos referenciais teóricos da geografia maranhense estão caindo do esquecimento. Desta forma, importa transmitir esse pensamento na tentativa de perpetuar a história das nossas origens geográficas, pois não há como se falar de futuro sem conhecer e compreender o passado.

REFERÊNCIAS

ACRUCHI, Amanda Salles de E. G. et al. **A Formação do Pensamento Geográfico Maranhense**. In: FREITAS, Flávio Luís de Castro et al, (org.). XVII Encontro Humanístico da UFMA: Ciências, Humanidades e Reconstrução Democrática. São Luís: EDUFMA, 2023. p. 129 - 149. ISBN 978-65-5363-335-3. E-book.

ALBERNAZ, João Teixeira. **Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará**. [S. l.: s. n.], 1629. 1 atlas. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart555828/cart555828.htm. Acesso em: 26 maio 2023.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987. ISBN 85-224-0285-X.

CINTRA, Jorge Pimentel. **Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 11–45, 2013. DOI: 10.1590/S0101-47142013000200002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/80840>. Acesso em: 21 jul. 2024.

CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 89-118. ISBN 85-286-0626-0.

CORTESÃO, Jaime. **Cabral e as origens do Brasil: Ensaio de Topografia Histórica**. Rio de Janeiro: MRE, 1944.

_____. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Volume 1, Portugal: Portugália Editora, 1958.

CPRM. **Geodiversidade do estado do Maranhão**. Brasília: CPRM, 2018.

d'ABBEVILLE, Claude. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

d'ÉVREUX, Yves. **Viagem ao Norte do Brasil**: Feita nos anos 1613 a 1614. 3. ed. rev. São Paulo: Siciliano, 2002. ISBN 85-267-0882-1.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. **Condicionantes ambientais à formação do território maranhense**: primeira fase da colonização. Actas: XIV Colóquio Ibérico de Geografia. Guimarães (PT). Departamento de Geografia da Universidade do Minho, 11 a 14 de novembro de 2014.

_____. **O Maranhão Primitivo: Uma tentativa de reconstituição**. São Luís: Augusta, 1983.

FEITOSA, Antonio Cordeiro; RODRIGUES, Zulimar Márta Ribeiro. **O pensamento geográfico maranhense**. I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, Rio Claro, p. 152-156, 12 dez. 1999.

GANDRA, Edgar Avila; SILVEIRA, Marcos Borges da. **A viagem de Duarte Pacheco Pereira**. BIBLOS, Rio Grande, v. 12, p. 65-73, 2000.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. **Conhecendo a arqueologia de São Luís**. São Luís: UEMAnet, 2021. ISBN 978-65-89787-55-6. *E-book*.

LIMA-PAYAYÁ, Jamille da Silva; SILVA, Luíza Cristina Silva; CORDEIRO, Paula Regina de Oliveira. **PENSAMENTOS GEOGRÁFICOS AFRICANOS E INDÍGENAS**. Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, São Luís, ed. 10, p. 1-5, 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa>. Acesso em: 30 mar. 2024.

MARQUES, Guida. **En los confines del imperio hispano-portugués**: La conquista del Marañón y del Gran Pará durante la unión ibérica, in *España y Portugal en el mundo (1581- 1668)*, Madrid, Ediciones Polifema, 2014, p.249-278. ISBN: 978-84-96813-94-6
MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. São Paulo: Sciliano, 2001.

MERCATOR, Gerhard. **Mapa da América Meridional**. [S. l.: s. n.], 1640. 1 mapa. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acesso em: 5 jul. 2024.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras. São Paulo: Contexto, 2010. v. 3. ISBN 978-85-7244-479-8.

MORENO, Diogo de Campos. **Jornada do Maranhão**: Por ordem de Sua Majestade feita no ano 1614. 5. ed. rev. São Paulo: Siciliano, 2002. ISBN 85-267-0875-9.

PFLUEGER, Grete Soares. **Conhecendo a história e a cartografia urbana de São Luís**. São Luís: UEMAnet, 2021. ISBN 978-65-89787-56-3. *E-book*.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens do Brasil colonial**. Edusp, 2000. REVISTA DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA. São Luís: n. 6, 1961. Anual.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias dos sertões maranhenses**. São Paulo: Siciliano, 2002. ISBN 85-267-0876-7.

ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (Org's). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

ROUSSIN, Albin René. **Le Pilote du Brésil**: description des côtes de L'Amérique Méridionale, situées entre l'Île Santa-Catarina et Celle de Maranhão instructions pour naviguer dans les mers du Brésil. Paris: L'Imprimerie Royale, 1826.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Trad. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968; 3 vols.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO “PARADIGMA DA FORMAÇÃO” NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO NORDESTE

Lucas Gabriel Lima de Oliveira¹
Thiago Adriano Machado²

RESUMO

Este trabalho se baseia na problemática do “paradigma da formação”, gestado no Pensamento Social Brasileiro para lidar com os processos históricos de formação de uma sociedade nacional. Entretanto, desde meados do século XX, a Geografia brasileira tem se ocupado de tal conceito e passa a adotá-lo para explicar a formação territorial do Brasil, levando em consideração o mesmo paradigma, mas o adaptando para explorar a dimensão espacial ou territorial da formação social. A nossa investigação parte da hipótese de que o campo disciplinar da Geografia brasileira passa a institucionalizar o “paradigma da formação” por meio da criação de componentes curriculares voltados a essa área de estudos. Para isso, foi realizada uma análise de conteúdo dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Geografia nas instituições públicas de ensino superior do Nordeste, examinando as ementas e as bibliografias dos componentes curriculares dedicados à formação territorial ou socioespacial. Como resultado, identificamos a relevância de componentes curriculares que se dedicam direta ou indiretamente ao estudo da formação territorial em múltiplas escalas, o recurso a uma literatura geográfica sobre o tema e o diálogo proposto com autores de outros campos disciplinares também dedicados ao estudo da formação nacional.

Palavras-chave: Formação territorial, Geografia do Brasil, Paradigma da formação.

ABSTRACT

This paper is based on the problem of the "paradigm of formation", which was developed in the social sciences to deal with the historical processes of the formation of a national society. However, since the middle of the 20th century, Brazilian Geography has dealt with this concept. It has adopted it to explain the territorial formation of Brazil, considering the same paradigm, but adapting it to explore the spatial or territorial dimension of social formation. Our investigation is based on the hypothesis that the disciplinary field of Brazilian Geography is institutionalizing the "formation paradigm" by creating curricular components focused on this area of study. To this end, we carried out a content analysis of the Pedagogical Projects of Geography

¹Discente do Curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Caicó-RN, lucas.gabriel.120@ufrn.edu.br. Pesquisador de iniciação científica no projeto de pesquisa “Sertão, nação e território: o conceito de ‘formação’ nos estudos geográficos do Brasil”.

²Professor Adjunto do Departamento de Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOCERES), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Caicó-RN, thiago.machado@ufrn.br.

Courses at public higher education institutions in the Northeast, examining the syllabuses and bibliographies of the curricular components dedicated to territorial or socio-spatial formation. As a result, we identified the relevance of curricular components dedicated directly or indirectly to the study of territorial formation on multiple scales, the use of geographical literature on the subject, and the proposed dialogue with authors from other disciplinary fields also dedicated to the study of national formation.

Keywords: Territorial formation, Geography of Brazil, Paradigm of formation.

INTRODUÇÃO

O problema de pesquisa aqui desenvolvido leva em consideração a existência de uma “tradição” intelectual de reflexão sobre a realidade nacional que parte da mobilização do conceito de “formação” em suas múltiplas variantes. Vinculada ao compromisso de interpretação do país, a ideia de “paradigma da formação” tem sido reconhecida por pesquisadores dedicados ao estudo do Pensamento Social Brasileiro, ainda que para tensionar sua pertinência ou eventualmente apontar sua crise ou esgotamento (BOTELHO, 2020; SANTIAGO, 2014; NOBRE, 2012). A Geografia brasileira produziu desde a década de 1970 trabalhos que acionaram o conceito de “formação” como recurso para o desenvolvimento teórico- metodológico do campo disciplinar, a exemplo das elaborações produzidas por Milton Santos (1977) e Ruy Moreira (1982), que sugeriam o estudo das *formações socioespaciais* ou *espaciais*, respectivamente, como subsídio ao desenvolvimento teórico do conceito de *espaço geográfico*. Por outro lado, trabalhos foram elaborados com vistas a operacionalizar o conceito de formação, em suas múltiplas variantes geográficas, para o estudo do território brasileiro: *formação socioespacial* (SANTOS; SILVEIRA, 2001), *formação espacial* (MOREIRA, 2024; 2020; 2018; 2013; 2011), *formação territorial* (MORAES, 2011a; 2011b; 2005), ou *formação territorial e econômica* (ANDRADE, 2007; 2004).

No entanto, a diversidade da produção geográfica sobre o tema não tem tido repercussão abrangente nos estudos sobre o “paradigma da formação” no âmbito do Pensamento Social Brasileiro, o que indica uma posição marginal da Geografia no campo interdisciplinar em questão. Por outro lado, os desdobramentos internos à Geografia do uso de tais conceitos parece sugerir uma recepção disciplinar do referido paradigma expressa no empenho de operacionalização conceitual para distintos

contextos e escalas geográficas. Desse modo, o presente artigo tem por objetivo investigar a repercussão do “paradigma da formação” nos cursos de graduação em Geografia a partir da análise dos componentes curriculares que mobilizam variantes geográficas do conceito de “formação” (espacial, socioespacial ou territorial) nos seus respectivos títulos e/ou ementas. Parte da hipótese de que a presença de componentes curriculares desenhados para tal temática reflete um processo de institucionalização do paradigma da formação no campo disciplinar da Geografia.

Para tanto, o trabalho foi delimitado espaço-temporalmente no recorte regional do Nordeste e na oferta contemporânea de componentes curriculares nos cursos de Geografia das instituições públicas de ensino superior. A fonte documental de pesquisa foi os Planos Pedagógicos dos Cursos (PPC), a partir dos quais foram analisados os nomes dos componentes curriculares, o conteúdo das ementas e das bibliografias recomendadas. Ainda que tais procedimentos metodológicos não permitam fazer generalizações para outros contextos regionais, tampouco recuperar o processo histórico de implementação de tais componentes curriculares, consideramos que oferecem um quadro atual do modo como o estudo da formação territorial tem feito parte da *formação* profissional de professores e bacharéis em Geografia, consolidando uma maneira de pensar o país em contato com um campo intelectual diverso e interdisciplinar. Desse modo, a pesquisa constrói uma análise bibliométrica para avaliar como o “paradigma da formação” tem estado presente no ensino superior de Geografia ao incorporar conceitos, temas e teorias que apresentam aos discentes o cânone do Pensamento Social Brasileiro ou que realizam a conversão geográfica do conceito de “formação”.

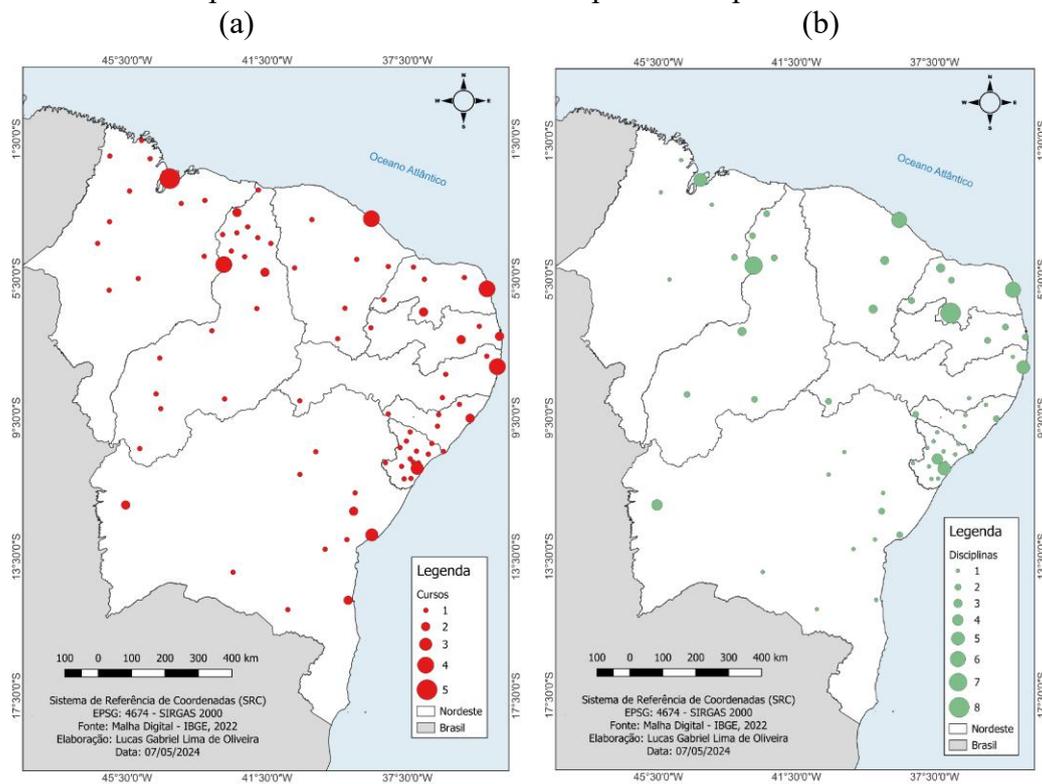
ANÁLISE DOS COMPONENTES CURRICULARES

A análise de conteúdo foi realizada por meio da construção de um banco de dados, abrangendo os nove estados do Nordeste brasileiro, no qual sistematizamos o nome dos respectivos componentes curriculares; o tipo de habilitação do curso (bacharelado ou licenciatura); a modalidade de ensino (presencial ou à distância); a descrição da ementa; a obrigatoriedade ou não do componente curricular; a carga horária teórica e prática; o período em que é ofertada; e, por fim, a bibliografia básica e

complementar.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos foram as principais fontes de pesquisa e os sítios eletrônicos dos cursos serviram para acessá-los e para revisar e confirmar as informações. Para tanto, o exame dos documentos foi precedido pelo levantamento dos cursos de graduação em Geografia em todas as instituições públicas de ensino superior do Nordeste brasileiro. A partir desse levantamento, foram identificados os cursos com componentes curriculares que atendiam ao nosso critério de seleção, ou seja, nos quais o conceito de “formação” (em suas manifestações mais variadas) fosse localizado no título do componente curricular ou na sua respectiva ementa. Na figura 1, pode-se visualizar a localização dos cursos de Geografia de IES públicas do Nordeste brasileiro e o seu predomínio em *campi* nas capitais dos estados.

Figura 1:(a) Quantidade de cursos de Geografia no Nordeste por município; (b) Quantidade de componentes curriculares válidos por município



Fonte: (a) elaborado pelos autores a partir de INEP (2022) e pesquisa complementar nos sítios eletrônicos das instituições públicas de ensino superior (b) Elaborado pelos autores a partir dos Planos Pedagógicos dos Cursos.

Conforme indicado na Figura 1, foram identificados 112 cursos de graduação

em Geografia ofertados por 32 instituições públicas de ensino superior, distribuídos em 83 municípios nordestinos. Destes, 83 cursos, ou 74,11%, apresentaram componentes curriculares válidos para o critério de seleção adotado. Nota-se que a distribuição espacial dos cursos reproduz as heranças territoriais de concentração das atividades de ensino superior nas cidades litorâneas, sobretudo nas capitais dos estados. Porém, tendências de interiorização do ensino superior nas duas últimas décadas apontam para certa capilaridade dos cursos de graduação em Geografia em municípios do Semiárido, em especial licenciaturas, atendendo às demandas regionais por formação de professores.

Do universo analisado, foram identificados 127 componentes curriculares válidos. É importante, no entanto, fazer a ressalva de que foram contabilizados por cada curso e campus (ou polos, no caso da oferta EAD), o que pode gerar algumas sobreposições, a exemplo da oferta da licenciatura à distância pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), distribuída em 14 polos, resultando em grande recorrência do componente curricular “História Econômica Geral e do Brasil”. Casos mais comuns são aqueles em que o mesmo componente curricular é ofertado para ambos os cursos (licenciatura e bacharelado) de um mesmo campus. Ainda que muitas vezes ofertados pelo mesmo docente, optamos por manter o cômputo por curso, respeitando as particularidades de cada tipo de habilitação profissional.

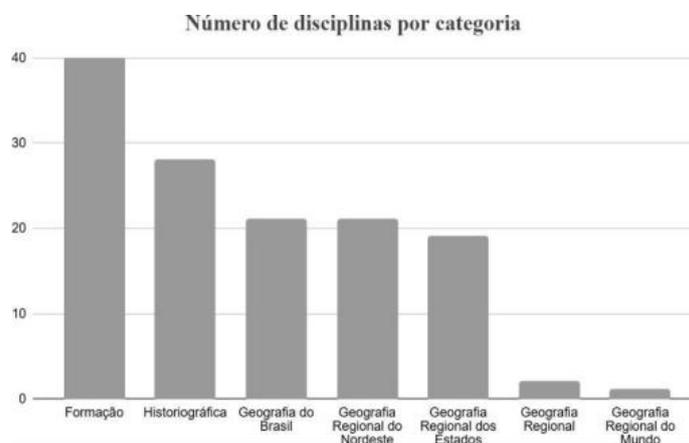
ANÁLISE DOS COMPONENTES CURRICULARES

Os títulos dos componentes curriculares validados pela pesquisa foram categorizados de forma a construir um quadro geral que nos permita compreender a diversidade de temas que mobiliza o conceito de formação territorial. A primeira categoria diz respeito aos componentes curriculares nos quais o termo “formação” é explicitado no título. A maior ocorrência foi a “Formação econômica e territorial do Brasil” (16), seguida de “Formação territorial do Brasil” (5) e outras expressões similares: “Formação territorial e econômica do Brasil” (4); “Formação e dinâmica territorial do Brasil” (4); “Formação Sócio-Territorial do Nordeste e de Pernambuco” (3); “Formação do espaço geográfico brasileiro” (2); “Formação social, econômica e política do Brasil” (2); “Formação econômica do Brasil” (1); e “Formação

socioespacial do Brasil e do Maranhão” (1). Nota-se, portanto, um predomínio da vinculação entre o “territorial” e o “econômico”, priorizando temas como as atividades econômicas do período colonial e suas repercussões na ocupação do território, de modo que a ideia de formação indique um processo evolutivo que passa pela economia colonial, a industrialização e urbanização do território até atingir a integração territorial por meio da formação de um mercado nacional.

Em termos de escala geográfica, quase todos os componentes curriculares da categoria Formação são dedicados à escala nacional, o que reforça o território nacional como recorte espacial prioritário. O tema da escala geográfica da formação socioespacial ou territorial é, de certo modo, controverso, variando de interpretações que reclamam uma dimensão supranacional (CARLOS; LENCIONI, 1982), sua vinculação ao Estado-nação (MOREIRA, 2016; SANTOS, 2014; MORAES, 2011a), ou que buscam operacionalizar o conceito a contextos regionais ou locais (CASARIL, 2017; CORRÊA, 2000). O predomínio da escala nacional, no entanto, reflete a opção de lidar com uma história territorial que se dá de modo particularizado (MORAES, 2011a) e na qual a formação socioespacial/territorial cumpre o papel de mediação entre o lugar e o mundo (Santos, 1996). No entanto, há componentes curriculares da categoria Formação que se dedicam a mais de uma escala geográfica, a exemplo de “Formação socioespacial do Brasil e do Maranhão” e “Formação sócio-territorial do Nordeste e de Pernambuco”. Nestes casos, as dinâmicas entre as partes e o todo são postas em evidência, o que será ainda mais destacado nas categorias referentes aos componentes curriculares que priorizam os recortes regionais ou estaduais.

Figura 2: Gráfico das categorias atribuídas às disciplinas



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos Planos Pedagógicos dos Cursos

A escala nacional é também priorizada nos componentes curriculares vinculados à categoria Historiográfica, ou seja, cujos títulos expressam o termo “história”, muitas vezes sendo ofertados nos cursos de Geografia por departamentos de História. A maior ocorrência é o da “História econômica e geral e do Brasil” (18), sobrevalorizado por sua oferta em múltiplos polos de educação à distância da Universidade Federal de Sergipe. Há também os componentes curriculares nomeados “Eventos fundadores do Estado-nação brasileiro” (4), “História econômica, social e política do Brasil” (4), “História social, política e econômica do Brasil” (1), e “História geral e formação econômica do Brasil” (1). Tal categoria ressalta o conteúdo histórico-político intrínseco ao estudo da formação territorial a partir do recurso generalizado de recorrer ao passado para compreender os processos correntes. Além disso, permitem situar a discussão em torno do debate historiográfico entre modelos explicativos concorrentes da história colonial, o Antigo Sistema Colonial (NOVAIS, 2019) e o Antigo Regime nos Trópicos (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001).

A terceira categoria mais importante é aquela que nomeamos de Geografia do Brasil, na qual predominam os componentes curriculares homônimos e outros cujo recorte espacial se refere ao território brasileiro sem, no entanto, apresentar o termo “formação”, a saber: “Geografia do Brasil” (12), “Fundamentos de Geografia Humana do Brasil” (4), “Organização do espaço brasileiro” (3), “Estudos socioeconômicos do Brasil” (1) e “Geografia regional do Brasil” (1). Neles, a formação territorial ou socioespacial cumpre um papel metodológico de estudo sistemático da ocupação do território, de sua modernização e dinâmica inter-regional, ou serve para delimitar uma preocupação introdutória com os processos territoriais do período colonial. Contudo, tais componentes curriculares tendem a adotar como momentos decisivos da história territorial brasileira o seu processo de modernização na segunda metade do século XX e o período contemporâneo de integração à globalização. Além disso, o tema das regionalizações e divisões regionais do território nacional é destacado, buscando compreender as sucessivas divisões territoriais do trabalho com especial atenção às dinâmicas regionais e territoriais contemporâneas.

Duas outras categorias (Geografia regional do Nordeste e Geografia regional dos estados) se referem a recortes regionais do território, generalizando para o estudo dos subespaços do território nacional procedimentos metodológicos adotados nos

componentes curriculares destinados ao estudo do Brasil. Operam, desse modo, com o exame do processo histórico-territorial de ocupação produtiva da região ou do estado, suas atividades econômicas mais relevantes e as possibilidades de regionalização. No caso da categoria Geografia regional do Nordeste, identificamos três componentes curriculares: “Geografia do Nordeste” (14), “Geografia do Nordeste brasileiro” (4) e “Geografia do Nordeste e Ceará” (1), esta última uma sobreposição das duas categorias regionais. Destaca-se o tema da questão regional e do papel do Estado por meio das políticas de planejamento regional implementadas para lidar com as desigualdades socioespaciais. Já para a categoria Geografia regional dos estados, identificamos em todos os nove estados os seguintes componentes curriculares: “Geografia do Piauí” (4), “Geografia de Sergipe” (3), “Geografia do Rio Grande do Norte” (3), “Geografia da Bahia” (2), “Geografia da Paraíba” (2), “Geografia de Alagoas” (1) e “Geografia de Pernambuco” (1), além das sobreposições já mencionadas da “Formação sócio-territorial do Nordeste e de Pernambuco” (3), “Formação socioespacial do Brasil e do Maranhão” (1) e “Geografia do Nordeste e Ceará” (1).

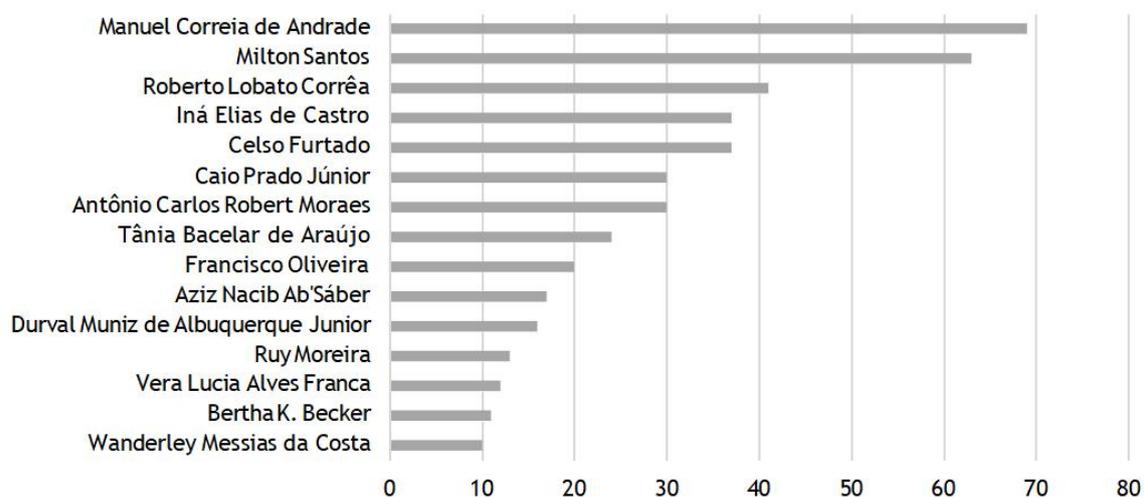
Um único componente curricular foi categorizado como Geografia regional do mundo, o “África-Brasil e o Mundo Atlântico”, ofertado pelo curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e desenhado a partir da obra do historiador Luiz Felipe Alencastro (2000) intitulada *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, tomando o recorte espacial do Atlântico Sul como referência para o estudo do papel da diáspora africana na formação territorial, política e cultural do Brasil. Ainda que as relações étnico-raciais estejam presentes nas ementas de vários componentes curriculares de outras categorias, sobretudo as de Formação e Geografia do Brasil, este é o mais destacado no tratamento desse tema. Por fim, o componente curricular “Organização regional e do território” (2) compõe a categoria Geografia regional, sem recorte espacial definido e de natureza mais conceitual.

ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas podem nos indicar tendências relevantes em relação a obras e autores que têm sido mobilizados no estudo da formação territorial. Ainda que não haja espaço para uma análise detida de cada categoria de componentes

curriculares, exploramos aqui as linhas gerais do material pesquisado. Dentre os autores mais mencionados nas bibliografias recomendadas destacam-se alguns conjuntos intelectuais: (i) aqueles geógrafos que produziram de modo sistemático uma reflexão teórica e operacional do conceito de formação (Manuel Correia de Andrade, Milton Santos, Antônio Carlos Robert Moraes e Ruy Moreira); (ii) aqueles que se dedicaram à produção geográfica sobre o Brasil (Roberto Lobato Corrêa, Iná Elias de Castro, Bertha Becker, Wanderley Messias da Costa, Aziz Ab'Saber, Josué de Castro etc.); (iii) autores vinculados à reflexão regional do Nordeste (Francisco Oliveira, Tânia Bacelar Araújo, Durval Muniz Albuquerque Júnior etc.); (iv) clássicos do Pensamento Social Brasileiro (Celso Furtado, Caio Prado Jr., Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, e Gilberto Freyre); e (v) autores relevantes à construção do campo disciplinar em âmbito estadual (José Borzacchiello da Silva, Vera Lúcia Alves França, José Lacerda Alves Felipe etc.).

Figura 3: Gráfico dos autores mais mencionados nas bibliografias recomendadas



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos Planos Pedagógicos dos Cursos

Nota-se a existência de clivagens importantes entre o estudo da formação territorial e o da questão regional, dado que esta é por si um tema que deriva de (e repercute) processos territoriais de fragmentação e integração decorrentes das particularidades da divisão territorial do trabalho a cada período histórico. Desse modo, dentre as obras mais indicadas nas bibliografias recomendadas estão várias daquelas que

priorizam a dimensão regional no exame da formação nacional diante do impasse do desenvolvimento econômico via modernização industrial, a exemplo de *Formação econômica do Brasil* (Furtado, 2007), *Elegia para uma re(li)gião* (Oliveira, 1981) e *A terra e o homem no Nordeste* (Andrade, 1980). Tais autores combinam obras que se voltam mais detidamente à realidade nordestina a outras destinadas ao exame da realidade nacional, caso de Manuel Correia de Andrade, que, além do seu clássico estudo sobre o Nordeste, publicou *A questão do território no Brasil* (2004) e *Formação territorial e econômica do Brasil* (2007), dentre outros. Dada a sua diversa obra sobre as realidades regionais do Nordeste e do Brasil, Andrade é o autor com maior volume de obras mencionadas nas bibliografias recomendadas, atingindo o total de 22 publicações entre livros e artigos.

Tabela 1: Vinte obras mais indicadas nas bibliografias recomendadas

Ano	Autor(es)	Título	Total
1959	Celso Furtado	Formação econômica do Brasil	34
2001	Milton Santos e Maria Laura Silveira	O Brasil: território e sociedade no início do século XXI	28
1996	Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa (Orgs.)	Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território.	21
1977	Francisco Oliveira	Elegia para uma Re(li)gião	17
1963	Manuel Correia de Andrade	A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste	17
1945	Caio Prado Júnior	História Econômica do Brasil	16
1999	Durval Muniz de Albuquerque Junior	A invenção do Nordeste e outras artes	16
1993	Bertha K. Becker e Cláudio Antônio Gonçalves Egler (Orgs.)	Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo	15
1999	Antônio Carlos Robert Moraes	Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI.	14
1942	Caio Prado Júnior	Formação do Brasil contemporâneo	14

1996	Milton Santos	A urbanização brasileira	14
1995	Darcy Ribeiro	O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil	10
2001	Wanderley Messias da Costa	O Estado e as políticas territoriais no Brasil	10
2003	Aziz Nacib Ab'Saber	Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas	9
2002	Antônio Carlos Robert Moraes	Território e história do Brasil	8
1988	Antônio Carlos Robert Moraes	Ideologias geográficas	8
2008	Jurandyr Luciano Sanches Ross	Geografia do Brasil	8
1995	Manuel Correia de Andrade	A questão do território no Brasil	8
2014	Ruy Moreira	Formação espacial brasileira	8
1982	Argemiro Jacob Brum	O Desenvolvimento Econômico Brasileiro	7

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos Planos Pedagógicos dos Cursos

No entanto, é importante destacar o papel dos trabalhos que operacionalizam variantes geográficas do conceito de “formação” e os diálogos possíveis e efetivos com o cânone do Pensamento Social Brasileiro. Ainda que procedimentos metodológicos complementares sejam relevantes (análise de planos de curso e entrevista com docentes responsáveis pelos componentes curriculares), é factível apreender que os componentes curriculares analisados têm se apropriado da literatura geográfica sobre a formação do Brasil, o que redundava num processo de afirmação do “paradigma da formação” dentro do campo disciplinar da Geografia. Os trabalhos de Milton Santos, Ruy Moreira, Antônio Carlos Robert Moraes e Manuel Correia de Andrade constituem, assim, um núcleo dinâmico de exploração do paradigma da formação na Geografia brasileira e se fazem pertinentes em contextos regionais como o nordestino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O material analisado nos sugere um processo de institucionalização do “paradigma da formação” no campo disciplinar da Geografia brasileira ao se verificar

que a formação acadêmica nos cursos de graduação tem combinado autores e obras do cânone do Pensamento Social Brasileiro (reduzido “natural” do referido paradigma) a um debate crítico e criativo desenvolvido no próprio campo disciplinar e que se vale de problemas de pesquisa similares, mas desenhados a partir da dimensão territorial ou espacial.

Além disso, o manejo de múltiplas escalas revela as habilidades que geógrafos e geógrafas têm demonstrado ao explorar a “rentabilidade discursiva” (Botelho, 2020) do paradigma da formação. Destaque aqui para a operação metonímica entre parte e todo, na medida em que a dinâmica regional auxilia em elucidar os movimentos da totalidade concreta que é a formação socioespacial/territorial.

Por fim, compreende-se a necessidade de explorar outras nuances do material recolhido, a exemplo das particularidades de cada categoria atribuída aos componentes curriculares selecionados, com destaque para aqueles que explicitam o termo “formação” em seu título. Importante também investigar os mesmos problemas de pesquisa em contextos regionais distintos, dado que o modo como o campo disciplinar da Geografia opera no Nordeste não pode ser extrapolado para o resto do país, ainda que aponte tendências significativas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Fundaj, 2007.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.

BOTELHO, André. “Um certo ar de família”: formação, inserção, linhagens, sequências. In: SAES, A. M.; BARBOSA, A. F. (Orgs.) **Celso Furtado e os 60 anos de Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: BBM, SESC, 2020, pp. 23-55.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LENCIONI, Sandra. A categoria “formação econômica da sociedade” na análise geográfica. **Borrador – Teoria e Método da Geografia**, AGB – São Paulo, nº 1, 1982, pp. 11-18.

CASARIL, Carlos Cassemiro. Formação sócio-espacial sudoeste paranaense. **Mercator**, vol. 16, 2017.

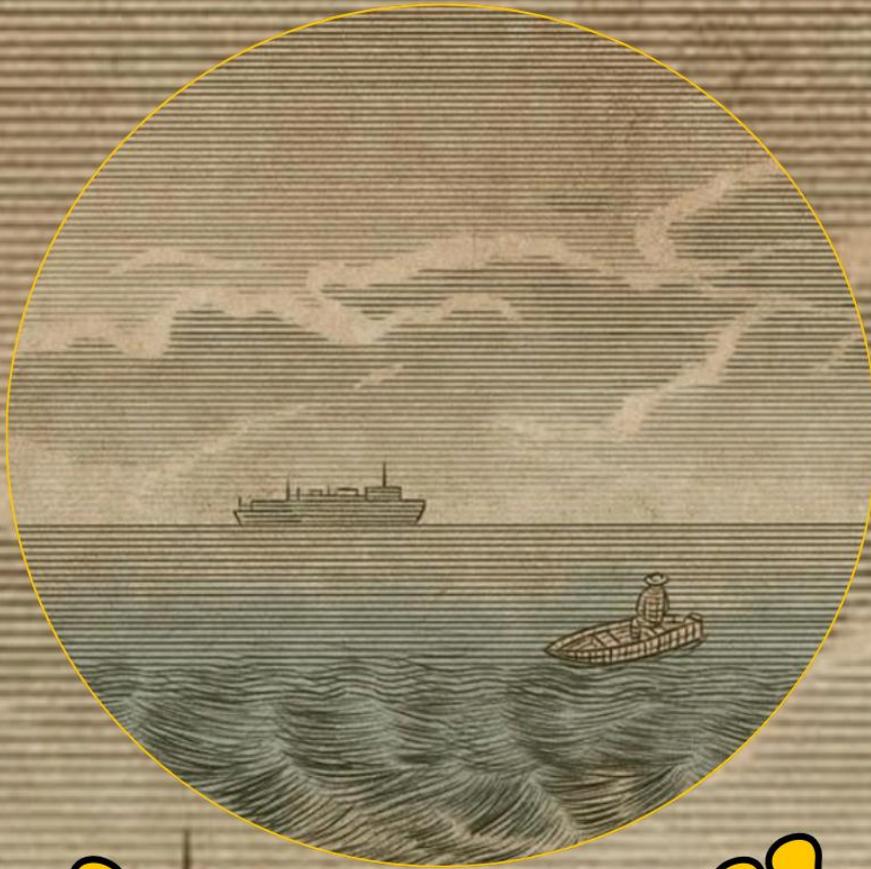


CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial - uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, ano V, nº 8, 2000, pp. 121-129.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003 [1933].

VI ENHC



IV ENGH

GRUPO DE TRABALHO (GTs) - N° 3
História do ensino de Geografia e da
Geografia escolar

OS MARCOS TEÓRICOS, EPISTEMOLÓGICOS E DIDÁTICOS DO TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA

Thiago Manhães Cabral¹

RESUMO

O artigo tem como objetivo compreender os principais marcos teóricos, epistemológicos e didáticos do trabalho de campo na Geografia, considerando suas vertentes acadêmica e escolar. O texto se organiza em torno da discussão, em diferentes momentos epistemológicos da Geografia, de dois aspectos fundamentais ao trabalho de campo na análise geográfica dos fenômenos: a observação e o registro. Tais princípios são discutidos à luz de suas características próprias em meio às abordagens empírico-analíticas, crítico-dialéticas e fenomenológico-hermenêuticas da geografia. Argumentamos que observação e registro são significantes atravessados por diferentes momentos teóricos e epistemológicos da geografia, o que confere ao trabalho de campo suas diferentes e coexistentes características teórico-metodológicas, a partir da relação sujeito-objeto/sujeito-fenômeno que se estabelece em diferentes movimentos paradigmáticos da análise e do ensino geográfico.

Palavras-chave: Trabalho de campo; Observação; Registro; Epistemologia da Geografia; História da Geografia Escolar

ABSTRACT

This paper aims to understand the main theoretical, epistemological and didactic frameworks of fieldwork in Geography, considering its academic and school aspects. The text is organized around the discussion, in different epistemological moments of Geography, of two fundamental aspects of fieldwork in the geographic analysis of phenomena: observation and register. Such principles are discussed in their own characteristics in empirical-analytical, critical-dialectical and phenomenological-hermeneutic approaches to geography. We argue that observation and register are signifiers crossed by different theoretical and epistemological moments of geography, which gives to fieldwork its different and coexisting theoretical-methodological characteristics, from the subject-object/subject-phenomenon relationship that is established in different paradigmatic movements of geographic analysis.

Keywords: Fieldwork; Observation; Register; Epistemology of Geography.

INTRODUÇÃO

Longa é a tradição da geografia como campo de conhecimento que se utiliza do trabalho de campo como ferramenta de análise dos fenômenos espaciais. Diversas

¹Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP - Instituto das Cidades - Campus Zona Leste). Contato: thiago.manhaes@unifesp.br

são as produções acadêmicas na área que revelam a importância dessa metodologia de trabalho. Em termos didático-pedagógicos, além de uma ferramenta analítica, o trabalho de campo se revela como caminho metodológico para a construção dos conceitos e da cognição geográfica ao longo da formação desse campo de conhecimento – a geografia.

Salientando esse último aspecto – as características e especificidades do trabalho de campo no ensino geográfico –, este texto tem como objetivo compreender os aspectos teórico- metodológicos que permeiam, do ponto de vista geohistórico, o trabalho de campo em suas específicas características no âmbito da educação geográfica e da formação da geografia como campo do saber. Desenvolver esse objetivo se articula à estruturação outros três objetivos, mais específicos: (I) reconhecer os elementos demarcadores do papel do trabalho de campo na educação geográfica, destacando suas características e especificidades no trato da compreensão da realidade espacial e da formação da formação de conceitos por crianças e jovens escolares; (II) compreender as diferentes concepções e abordagens de trabalho de campo como ferramenta de análise geográfica em diferentes momentos históricos e epistemológicos da geografia e da geografia escolar; e (III) analisar o cenário de possibilidades e desafios do ensino de geografia mediado por práticas de campo, considerando atuais demandas, a complexidade dos fenômenos geográficos em suas dimensões multiescalares, os fundamentos educacionais e a formação de conceitos geográficos.

CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DO TRABALHO DE CAMPO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

O trabalho de campo é, do ponto de vista epistemológico, uma das bases fundadoras da análise geográfica dos fenômenos. Paulo César da Costa Gomes, por exemplo, em textos como “Quadros Geográficos: a geografia é uma forma de ver, é uma forma de pensar” e “O Lugar do Olhar” já nos sinaliza que a observação *in locu*, a sistematização do olhar e das informações espaciais, assim como o exercício da síntese na forma da linguagem geográfica inteligível (descrições, mapas, croquis etc) são componentes fundamentais da produção do campo científico que é a geografia.

Paulo Alentejano e Otávio Rocha Leão (2006) ressaltam que “o trabalho de campo é uma ferramenta geográfica” que transita pela história da geografia e seus diferentes momentos históricos e epistemológicos. Os autores apresentam, ainda nesse

mesmo texto, as contradições e diferentes concepções de construção do conhecimento geográfico que giram em torno do trabalho de campo como método de pesquisa e ensino.

Em termos da educação geográfica no âmbito da educação básica, Nídia Pontuschka, Tomoko Paganelli e Núria Cacete (2009) destacam o trabalho de campo, primeiramente, como metodologia de ensino interdisciplinar que é fundamental para a construção de conhecimento – e, sobretudo, de conceitos – sobre a “complexidade de um espaço determinado, extremamente dinâmico e em constante transformação”. Em segundo lugar, as autoras destacam o trabalho de campo como processo de pesquisa e formulação de interrogações, mediado pela apreensão do espaço geográfico em suas múltiplas dimensões a partir da *observação e registro*. Aqui estão sendo salientados dois aspectos fundantes da compreensão dos fenômenos a partir da sua dimensão espacial. Observação e registro são, afinal, os dois elementos primordiais da sensibilidade geográfica perante os fenômenos espaciais, seja qual for a vertente teórico-metodológica, objetivo ou realidade apreendida pelo pesquisador ou professor de geografia.

Nesse contexto, as autoras ainda destacam os momentos e ações do trabalho de campo como metodologia de ensino: (I) o encontro com os aspectos naturais e/ou com os sujeitos no espaço; (II) a necessidade de se construir, no âmbito didático-pedagógico, uma visão preliminar sobre o fenômeno e a opção pelo percurso a ser estudado; e finalmente (III) o planejamento, em que se definem os objetivos a serem alcançados e os mecanismos de avaliação, momentos nos quais também se delineiam os fundamentos educacionais e as diferentes linguagens a serem mobilizadas no âmbito da observação e registro das informações espaciais levantadas e/ou experienciadas.

Entretanto, observação e registro, tidos neste texto como elementos fundamentais da cognição geográfica a partir do trabalho de campo em quaisquer níveis educacionais, são preenchidos de significado a partir de diferentes momentos históricos e epistemológicos da geografia e de seu ensino. Queremos, com isso, dizer que diferentes correntes teórico-metodológicas da geografia atribuem à observação e ao registro em campo diferentes concepções de apreensão dos fenômenos espaciais. Essa será a segunda seção do texto, desenvolvida a seguir.

TRABALHO DE CAMPO E CORRENTES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA GEOGRAFIA: UM DEBATE APLICADO AO ENSINO GEOGRÁFICO

Uma vez traçado um panorama sobre as características e especificidades do trabalho de campo para a geografia e, especialmente, para a educação geográfica, avançaremos com uma reflexão que buscará desenvolver os trânsitos do trabalho de campo como caminho metodológico do ensino geográfico em seus diferentes momentos epistemológicos.

Neste momento do texto, nos interessa reconhecer os aspectos constituintes do trabalho de campo como ferramenta de ensino da geografia em três momentos fundamentais da História do Pensamento Geográfico e, mais especificamente, da História da Geografia Escolar: (I) o trabalho de campo e as correntes empírico-analíticas da geografia; (II) O trabalho de campo e as correntes crítico-dialéticas; e (III) o trabalho de campo e as correntes fenomenológico-hermenêuticas.

No campo da análise geográfica mediada pelas correntes empírico-analíticas, alguns pressupostos de ação se destacam, dentre as quais se destacam, segundo Sposito (2004):

- A obtenção de dados secundários, questionário e entrevistas
- A neutralidade axiológica de método científico e a imparcialidade do pesquisador
- As técnicas de coleta e descrição
- O controle da situação, fenômeno ou clientela estudada;
- A preferência por uma linguagem matemática ou positivista, pela percepção empírica e pelos modelos espaciais como critérios de validação da prova científica.

Tal abordagem (de caráter empírico-analítico) e suas reverberações sobre o trabalho de campo como metodologia de ensino aparecem, no contexto brasileiro, primeiramente na geografia escola, num processo de renovação do ensino geográfico que ocorre nas três primeiras décadas do século XX, período esse que antecede o próprio processo de institucionalização da geografia acadêmica brasileira.

Em *Methodologia do Ensino Geographico* (1925), Delgado de Carvalho, um dos precursores da modernização do ensino da geografia no Brasil, já anuncia o papel da

excursão geográfica mediada pela experiência direta do educando, formulando problemas e vivenciando experiências por meio da abordagem empírico-analítica. O texto da Reforma Francisco Campos (1931) também é enfático ao destacar o papel da experiência direta, da vivência e da prática como elementos fundamentais da educação geográfica mediada pelo trabalho de campo. Em *Práticas de Geographia* (1930), o professor Raja Gabaglia destaca que se é possível “construir para um fenômeno um modelo, eu compreendo. Se não, não compreendo”, salientando a primazia dos pressupostos empírico-analíticos da geografia já presentes em obras didáticas ou orientações curriculares da geografia escolar.

Para Alentejano e Rocha-Leão (2006), essa ênfase ao trabalho de campo que se destaca, sobretudo, no ensino geográfico a partir de pressupostos educacionais escolanovistas (experiência direta, vivência, prática, aluno como sujeito do processo de ensino-aprendizagem), não encontra os mesmos caminhos de prestígio na geografia acadêmica de orientação teórico-quantitativa. Se por um lado, o contexto de fundação da geografia acadêmica brasileira tenha sido marcado por um imenso prestígio do trabalho de campo, sobretudo para o levantamento de informações territoriais, por outro lado a corrente teórico-quantitativa negligenciou o trabalho de campo na medida em que se privilegiou o uso das tecnologias e a construção de modelos espaciais pautados na linguagem matemática, acabando por criar uma geração a quem Ruy Moreira atribuiu o nome de “geógrafos de escritório”.

Já a corrente crítico-dialética chama atenção para outros aspectos constituintes da análise geográfica, destacados por Sposito (2004):

- Técnicas não qualitativas de análise;
- Histórias e análises do discurso;
- A incorporação de dados contraditórios e dos conflitos de interesse;
- Postura crítica, marcada pela articulação da realidade (não vista como estática) e as categorias de análise da geografia;
- O resgate da dimensão histórica e da possibilidade de transformação da realidade
- A ciência como categoria histórica que considera os fenômenos em suas contradições.



Tal abordagem epistemológica, na visão de Alentejano e Rocha Leão (2006), conferiu ênfase à teoria e pouca importância ao trabalho de campo. Ainda nesse contexto, destaca-se que a renovação crítica da geografia se encontra, segundo Straforini (2004), num “casamento com as teorias da aprendizagem” também de cunho crítico-dialético. Assim, o trabalho de campo passa a ser encarado como o momento da apreensão dos fenômenos geográficos a partir da realidade mediada pela totalidade-mundo de orientação multiescalar.

Já a corrente fenomenológico-hermenêutica encara a produção de conhecimento geográficos a partir dos seguintes princípios, também apontados por Sposito (2004):

- Técnicas qualitativas;
- Histórias de vida e discurso próprio;
- Incorporação da informação a partir da postura do investigador;
- Pesquisa participante a partir das vivências, relatos, observações, emoções e suas espacialidades;
- Individualidade do fenômeno;
- Controle da leitura e interpretação pelo pesquisador.

Essa é uma vertente que vem sendo fortalecida sobretudo para o ensino da geografia na contemporaneidade, fortalecendo o trabalho de campo como método de compreensão das experiências (em suas dimensões histórico-geográficas), práticas espaciais e territorialidades dos sujeitos.

Desse modo, o trabalho de campo se revela como metodologia fundamental do trabalho docente em geografia, uma vez que se revela como processo de articulação teoria prática mediado por conceitos geográficos e por uma leitura multiescalar da espacialidade dos fenômenos (ASCENÇÃO E VALADÃO, 2017). Nesses caminhos, o texto da Base Nacional Comum Curricular BNCC destaca quatro elementos fundamentais da educação geográfica na contemporaneidade: a situação geográfica, os princípios geográficos, o pensamento geográfico e os conceitos da geografia. A próxima seção do texto se dedica ao trabalho de campo à luz desse atual debate.

DESAFIOS E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DO ENSINO GEOGRÁFICO: UM DEBATE APLICADO AO TRABALHO DE CAMPO

Após um panorama sobre as concepções de trabalho de campo ao longo da história da geografia e do ensino geográfico, este texto avança com um debate sobre as tarefas da educação geográfica em campo, destacando os desafios e possibilidades do trabalho de campo perante as questões contemporâneas enfrentadas pela educação geográfica em seus saberes, fazeres e práticas.

Para Lana Cavalcanti (2019, p. 86), “a geografia é o conjunto de conhecimentos vinculados pela prática docente, com o objetivo da formação escolar dos alunos da escola básica, para que eles, por sua vez, como cidadãos, possam também compreender e analisar o mundo em sua dimensão espacial. Nesses caminhos, o trabalho de campo se mostra como um caminho possível da construção de conhecimento na medida que explora (ou apresenta potencial para) a problematização, sistematização e síntese dos fenômenos geográficos (CAVALCANTI, 2019) para a formação de Funções Mentais Superiores (segundo uma perspectiva vigotskiana) que tem como ponto de partida a situação geográfica, segundo o que diz a BNCC inspirada na obra de Maria Laura Silveira (1999).

Para a autora, a situação geográfica se revela por meio de um conjunto de relações, pautado na busca de características fundamentais de um lugar na sua relação com outros lugares. A situação geográfica se revela, assim, na posição relativa os objetos no espaço e no tempo, e a compreensão dessa relação se dá por meio da análise da realidade espacial sendo mediada pelos princípios geográficos (localização, analogia, extensão, conexão, diferenciação e ordem), segundo o que também apresenta a BNCC geografia.

Fontinha destaca a potencialidade do trabalho de campo como prática interdisciplinas em que os alunos desempenham um papel ativo na descoberta de problemas e de suas resoluções. Assim, na visão da autora, se destacam a autonomia discente e a socialização como elementos socioemocionais alinhados à prática de campo. Ainda nesse contexto, e partindo de uma análise que relaciona o campo ao pensamento geográfico, Lemos (2021) discute os limites da tradição calcada na pressuposição da

neutralidade e da objetividade da observação direta. O autor contrapõe a tradição de base positivista às chamadas “epistemologias críticas” que consideram o campo como um “conhecimento situado” sobre processos, pessoas e lugares, fechado aprioristicamente e que é meramente observável. Ao centralizar a discussão no caráter pedagógico do campo, Lemos (2021) ainda problematiza a falsa dicotomia existente entre “conhecimentos acadêmicos” e “conhecimentos escolares”, defendendo a necessidade da construção de uma nova abordagem para o trabalho de campo no ensino regular, a fim de transformá-lo numa experiência educativa potente e significativa.

Desse modo, mesmo diante das dificuldades em produzir, executar e avaliar uma atividade de campo no cotidiano escolar, essa metodologia ainda se mostra potente quando explora, segundo Cavalcanti (2019), a paisagem como domínio do visível e de todos os sentidos, que expressa a dimensão das formas que revelam os movimentos da natureza e da sociedade em suas relações. O trabalho de campo torna-se, assim, a expressão da observação e compreensão dessas formas em seus aspectos objetivos e subjetivos. A sistematização e síntese dessas informações promovem o exercício da compreensão da realidade espacial e, portanto, de uma cidadania mais consciente e participativa, a partir do estímulo ao raciocínio geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o trabalho de campo na geografia não só enriquece a análise dos fenômenos espaciais, mas também fortalece a formação educacional dos estudantes de todos os níveis educacionais que precisem mobilizar saberes e conceitos geográficos. Ao longo da história, diferentes correntes teórico-metodológicas destacaram a importância dessa prática, variando desde enfoques empírico-analíticos até abordagens fenomenológico-hermenêuticas. Cada uma dessas perspectivas oferece diferentes métodos de observação e registro, mas todas convergem na valorização da experiência direta com o espaço geográfico e da importância da análise empiricizada dos fenômenos espaciais. No contexto educacional, o trabalho de campo transcende a simples coleta de dados, incentivando a construção de conceitos fundamentais para a formação de alunos críticos e conscientes de sua realidade espacial.

Diante das demandas contemporâneas, o ensino de geografia mediado por

práticas de campo enfrenta desafios, como a necessidade de planejamento rigoroso e a integração de diversas disciplinas. No entanto, a história da geografia como campo de conhecimento reforça a importância dessa metodologia ao destacar elementos essenciais da educação geográfica, como a situação geográfica e os princípios geográficos. Através do trabalho de campo, os estudantes não apenas desenvolvem habilidades analíticas e de síntese, mas também constroem suas identidades como sujeitas e sujeitos geógrafos e professores de geografia, o que fortalece sua capacidade de interpretar e agir sobre o mundo. Portanto, o trabalho de campo permanece uma ferramenta pedagógica vital, capaz de transformar a percepção dos alunos sobre o espaço geográfico e sua complexidade.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, Otávio R. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 84, p. 51-67, 2006.

ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque; VALADÃO, Roberto Célio. Complexidade conceitual na construção do conhecimento do conteúdo por professores de geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 14, p. 5-23, jul./dez., 2017.

BRASIL. **BNCC geografia**. Brasília: Ministério da Educação, SEB, 2017.

CARVALHO, Delgado de. **Methodologia do ensino geographico**: introdução aos estudos de Geografia Moderna. Petrópolis, Typografia das Vozes de Petrópolis, 1925

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia**: ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

FONTINHA, Filipa. Saídas de Campo no ensino da Geografia: uma metodologia ainda atual? **Revista de Educação Geográfica/UP**, n. 1, p. 79-91, 2017.

GABAGLIA, Fernando Antônio Raja. **Práticas de Geographia**, para uso no Colégio Pedro II e no ensino secundário e normal. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

LEMONS, Linovaldo M. O trabalho de campo como experiência educativa em geografia. **GEOgraphia**, v. 23, n. 50, 9 jun. 2021.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Y.; CACETE, Núria H. **Para ensinar e Aprender Geografia**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2009.



SILVEIRA, Maria Laura. Situação geográfica: do método à metodologia. **Revista TERRITÓRIO**, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar Geografia**: O desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.

O RACISMO NOS MANUAIS ESCOLARES DE GEOGRAFIA DO PERÍODO DE 1930-1945

Leandro Salvador¹

RESUMO

Posicionado no campo das relações entre a história da geografia e o racismo científico, o objetivo deste artigo é analisar como foram desenvolvidas as políticas eugênicas e de superioridade branca nos manuais escolares entre 1930 e 1945, na cidade do Rio de Janeiro, buscando assimilar os desejos, objetivos e resultados do governo Vargas e das elites cariocas ao utilizar a recente educação republicana para disseminar tais políticas. A organização do texto está estruturada em dois momentos: (I) análise dos manuais escolares; (II) reflexões e impactos das produções nos anos seguintes. Como resultados, o artigo traz recortes dos manuais investigados, que foram amplamente utilizados no ensino primário e secundário. Nas considerações finais, explicita-se que o racismo está estruturalmente vinculado ao atual sistema educacional e que, de forma perversa, estamos colhendo os frutos dessas políticas racistas elaboradas no final do século XVIII e XIX.

Palavras-chave: manual didático, geografia escolar, racismo científico

ABSTRACT

Positioned in the field of relations between the history of geography and scientific racism, the objective of this article is to analyze how eugenic and white superiority policies were developed in school textbooks between 1930 and 1945, in the city of Rio de Janeiro, seeking to assimilate the desires, objectives and results of the Vargas government and Rio elites when using recent republican education to disseminate such policies. The organization of the text is structured into two moments: (I) analysis of school manuals; (II) reflections and impacts of productions in the following years. As a result, the article brings excerpts from the manuals investigated, which were widely used in primary and secondary education. In the final considerations, it is made clear that racism is structurally linked to the current educational system and that, perversely, we are reaping the fruits of these racist policies developed at the end of the 18th and 19th centuries.

Keywords: school manual, school geography, scientific racism.

¹ Mestrando em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF), contato: leandropalhares585@gmail.com. Pesquisa financiada pelos programas PIBIC e PET, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

INTRODUÇÃO

Antes do contexto político analisado nesta pesquisa, o Brasil vivia uma significativa alternância de poder, desde o fim do período imperial até 1930. A política do café com leite dominava o governo federal, alternando entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Nesse cenário, as elites estavam mais preocupadas com seus próprios benefícios do que com a política nacional, tornando a queda desse sistema inevitável. Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul, assumiu como chefe interino do governo provisório.

Durante as três fases de seu governo, Vargas atuou em diversos interesses, como a tentativa de distanciar o Brasil de uma imagem arcaica e investir fortemente na industrialização, além de implantar uma identidade nacional que deveria ser seguida pela população. Essa identidade estava alinhada aos interesses hegemônicos e eurocêntricos desejados pelas elites. A classe dominante buscava manter sua concepção de superioridade racial, enquanto promovia, para a comunidade internacional, a imagem de uma nação baseada no mito da "democracia racial". Vargas, então, almejava uma educação moral, orientada por noções eugênicas, o que setornaria, na prática, uma forma de perpetuar preconceitos. Desde cedo, o estudante seria exposto à concepção de superioridade racial do tipo caucasiano sobre os demais, principalmente em relação aos pardos, pretos e indígenas. Nesse sentido, a educação eugênica era incentivada, conforme estipulado pela Constituição de 1934².

Diante disso, surge a necessidade de uma pesquisa que identifique essas políticas públicas, produções didáticas e construções sociais que afetaram e ainda afetam a realidade brasileira. Primeiramente, foi necessário buscar exemplares físicos de manuais didáticos em bibliotecas e sebos, bem como exemplares disponibilizados virtualmente, para analisar suas produções de conteúdo.

Quanto aos manuais escolares, o artigo traz recortes selecionados sobre a classificação de figuras como o preto, o indígena e outros povos, rotulados como bárbaros, selvagens e geneticamente inferiores aos povos da Europa Ocidental. Essas produções foram feitas por autores como Mario da Veiga Cabral e Fernando Antônio

² Artigo 138, alínea b: “estimular a educação eugênica” (BRASIL, 1934).

Raja Gabaglia, professores que ocuparam cargos de grande prestígio regional e nacional, tanto na educação quanto na produção de material didático de geografia escolar.

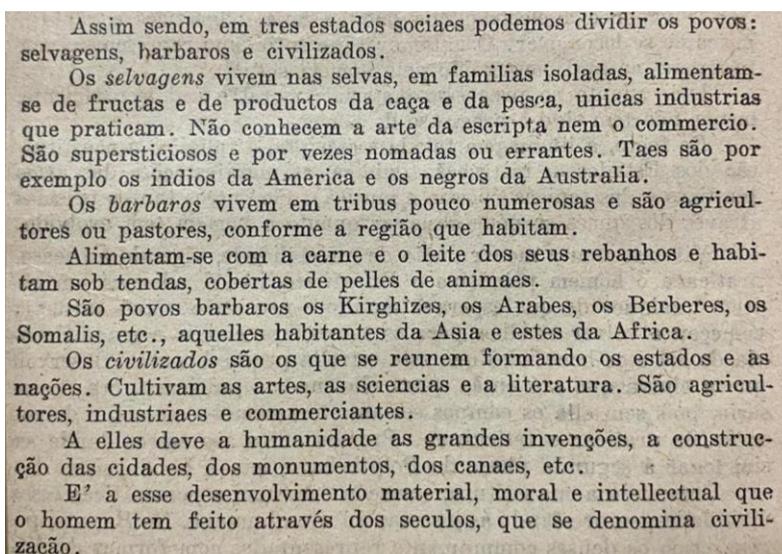
O Brasil adotou as teses defendidas pelo movimento eugenista, que buscava “melhorar” as características fenotípicas e genotípicas humanas, sustentadas por práticas consideradas científicas. Esse movimento ganhou muita força ao promover a ideia de que certas raças eram superiores a outras, e que era necessário “melhorar” a população por meio de políticas de controle social e biológico.

Nesse contexto, Sueli Carneiro afirma que “a essência do racismo, enquanto pseudociência, foi buscar legitimar, no plano das ideias, uma prática e uma política sobre os povos não-brancos” (CARNEIRO, 2005, p. 29). A escola tornou-se, então, um veículo oportuno para a disseminação dessas políticas. Ou seja, para a “produção de privilégios simbólicos e/ou materiais para a supremacia branca que o gerou” (CARNEIRO, 2005, p. 29).

INTRODUÇÃO

Em manuais didáticos, como no *Curso de Geographia Geral* — 16ª edição, de 1943, de Mario da Veiga Cabral —, podemos observar uma série de desinformações descritas pelo autor, como a classificação das populações do mundo em povos selvagens, bárbaros e civilizados.

Figura 1: Formas Sociais segundo Noções de Anthropogeographia.



Fonte: CABRAL, Mario da Veiga. *Curso de Geographia Geral*. 16.ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, 1943.p. 107.

O autor destaca, na Figura 1, os povos "selvagens", representados pelos indígenas da América e da Austrália, como sendo "sem arte ou cultura, sem comércio e vivendo à base de pesca e caça". Aos povos "bárbaros", o autor classifica árabes e somalis como tribais, enquanto o povo "civilizado" é caracterizado como aquele que conseguiu formar estados-nações, cultivar a arte, a ciência e a literatura, além de desenvolver atividades agrícolas, industriais e comerciais, e o intelecto moral.

Figura 2: Características da raça branca segundo Noções de Anthropogeographia.

Assim sendo, em tres estados sociaes podemos dividir os povos: selvagens, barbaros e civilizados.

Os *selvagens* vivem nas selvas, em familias isoladas, alimentam-se de fructas e de productos da caça e da pesca, unicas industrias que praticam. Não conhecem a arte da escripta nem o commercio. São supersticiosos e por vezes nomadas ou errantes. Taes são por exemplo os indios da America e os negros da Australia.

Os *barbaros* vivem em tribus pouco numerosas e são agricultores ou pastores, conforme a região que habitam.

Alimentam-se com a carne e o leite dos seus rebanhos e habitam sob tendas, cobertas de pelles de animaes.

São povos barbaros os Kirghizes, os Arabes, os Berberes, os Somalis, etc., aquelles habitantes da Asia e estes da Africa.

Os *civilizados* são os que se reúnem formando os estados e as nações. Cultivam as artes, as sciencias e a literatura. São agricultores, industriaes e commerciantes.

A elles deve a humanidade as grandes invenções, a construção das cidades, dos monumentos, dos canaes, etc.

E' a esse desenvolvimento material, moral e intellectual que o homem tem feito através dos seculos, que se denomina civilização.

Fonte: CABRAL, Mario da Veiga. *Curso de Geographia Geral*. 16.^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, 1943.p. 110.

Figura 3: Características da raça amarela segundo Noções de Anthropogeographia.

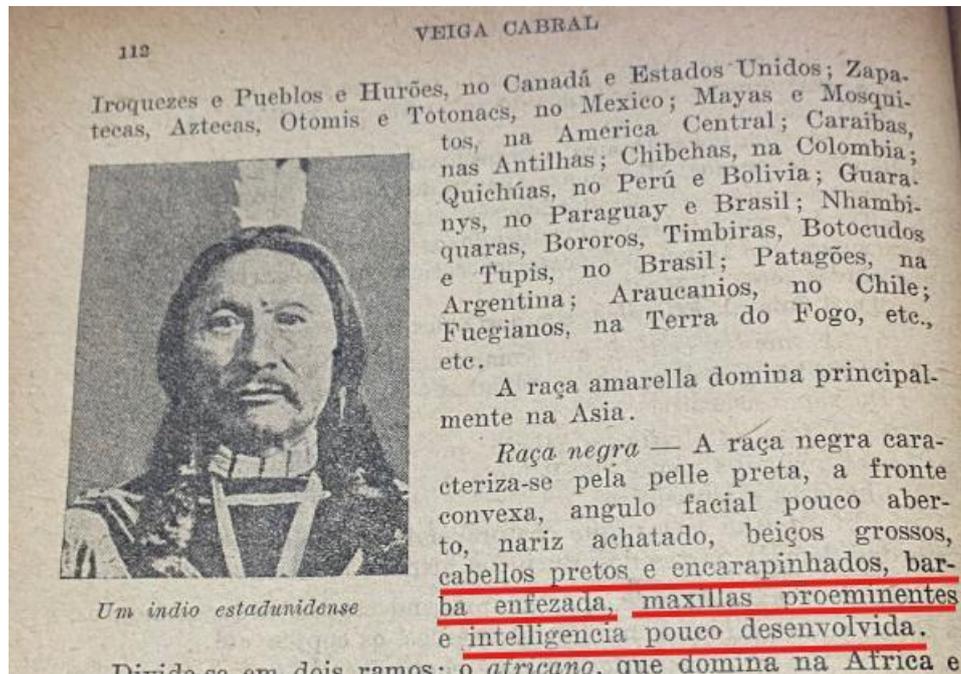
tralia.

Raça amarella — A raça amarella, ou mongolica, caracteriza-se pela pelle amarella, rosto largo e achatado, maxillas salientes, olhos pouco abertos e obliquos em forma de amendoa, apresentando nas palpebras a chamada presilha mongolica, cabellos negros, asperos e brilhantes, nariz largo e achatado, pescoço curto, pouca barba e angulo facial menos aberto que o da raça branca.

A raca amarella comprehende os ramos *tartaro, chinéz, ma-*

Fonte: CABRAL, Mario da Veiga. *Curso de Geographia Geral*. 16.^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, 1943.p. 111.

Figura 4: Características da raça negra segundo Noções de Anthropogeographia.



Fonte: CABRAL, Mario da Veiga. *Curso de Geographia Geral*. 16.^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, 1943.p. 112.

O professor ainda classifica as raças, exaltando as características fenotípicas da raça branca e afirmando a "superioridade" de sua inteligência (Figura 2), enquanto compara o rosto e o crânio da raça amarela ao da branca, numa tentativa de posicionar os povos asiáticos como menos desenvolvidos intelectualmente (Figura 3). Além disso, inferioriza as características fenotípicas da raça negra (Figura 4), afirmando ser uma raça de "inteligência pouco desenvolvida" (Cabral, 1943, p. 111-112). Mario da Veiga Cabral foi docente de geografia e diretor do Instituto de Educação, atualmente Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), durante a década de 1930.

Nesse contexto, esse racismo científico continuou a ser reproduzido por outros autores, como Fernando Antônio Raja Gabaglia, professor de geografia que, por mais de uma década, foi diretor do Colégio Pedro II (1933-1945). O sobrenome Raja Gabaglia pertence a uma família antiga e poderosa, de grande influência e prestígio. Antônio, por exemplo, foi membro da Academia de Ciências e Educação, integrante do Conselho Nacional de Educação e Secretário Geral de Educação e Cultura entre 1945 e 1946. Isso significa que, além de ocupar uma posição em uma instituição de elite intelectual, ele também formulou e avaliou política nacional de educação.

Raja Gabaglia produziu manuais didáticos, principalmente para serem utilizados

no Colégio Pedro II e em outras escolas de ensino secundário. Alguns exemplos encontrados no *Curso de Geografia 2ª Série*, 4ª edição, de 1939, incluem descrições mais veladas de racismo:

Figura 5: Raças e Povos da África.

RAÇAS E POVOS DA AFRICA —
Dá-se comumente à África o epíteto de **continente negro**, mas é necessário não se acreditar que ela está unicamente povoada de negros. Sem contar os **leucodermas arabo-berberes** e os **xantodermas bochimãos-hotentotes**, pôde-se constatar que a população da África oferece uma **variedade de tipos e de raças bem mais complexa** do que se cuidava outróra.

Fonte: GABAGLIA, F. A. Raja. *Curso de Geografia*. 2.ª série, 4.ª ed. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1939. p. 100.

Figura 6: População da África.

POPULAÇÃO DA AFRICA — A população é avaliada em 143 milhões de habitantes e tem a **densidade média de 5 habitantes por km. quadr.** E' um continente **fracamente povoado** em relação à sua enorme superfície, e a distribuição dessa população é irregularíssima: **os desertos são verdadeiros despovoados**, ao passo que **os oasis abrigam formigueiros humanos.**

Fonte: GABAGLIA, F. A. Raja. *Curso de Geografia*. 2.ª série, 4.ª ed. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1939. p. 100.

Figura 7: Negritos ou Pigmeus

POPULAÇÃO DA AFRICA — A população é avaliada em 143 milhões de habitantes e tem a **densidade média de 5 habitantes por km. quadr.** E' um continente **fracamente povoado** em relação à sua enorme superfície, e a distribuição dessa população é irregularíssima: **os desertos são verdadeiros despovoados**, ao passo que **os oasis abrigam formigueiros humanos.**

Fonte: GABAGLIA, F. A. Raja. *Curso de Geografia*. 2.ª série, 4.ª ed. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1939. p. 100.

Contudo, nas Figuras 5, 6 e 7, o preconceito do autor ao comparar a população europeia com a africana é evidente. Produzir um material didático de geografia humana sem atacar, humilhar e desprestigiar qualquer etnia ou cultura que fugisse dos padrões da Europa Ocidental parecia ser um verdadeiro desafio.

Ao abordar a geografia urbana, ambos os professores utilizaram termos como "formigueiros humanos" (Figura 6) para designar regiões africanas densamente povoadas. Os conceitos geográficos ligados à geografia da população foram alterados para propositalmente demonstrar a "desigualdade" entre brancos e pretos, entre brancos e indígenas, e entre brancos e outros povos orientais. Isso fazia parte de um projeto cujo objetivo era proliferar o racismo em todos os âmbitos institucionais e estruturais.

REFLEXÕES E IMPACTOS DAS PRODUÇÕES NOS ANOS SEGUINTE

É necessário refletir sobre os impactos gerados por esses conteúdos e pensar nos professores, pesquisadores e autores cujas obras tiveram várias edições relançadas ao longo das décadas de 1960. Isso comprova o quanto esses materiais eram populares, mesmo com o fim da Era Vargas, permanecendo em circulação durante a Quarta República e a Ditadura Militar. Os alunos tiveram contato com esses conteúdos, e muitos professores, ao se basearem nesse racismo científico, perpetuaram danos graves à geografia enquanto disciplina e ciência.

Quando procuramos compreender a educação de um indivíduo, a escola ganha protagonismo, pois é, muitas vezes, a maior fonte de expectativas quanto à construção de um futuro mais justo e à superação das desigualdades. No entanto, há uma contradição no papel do processo educacional formal, especialmente para certos grupos. A escola pode se apresentar também como um espaço de exclusão.

Esse aspecto se torna visível quando analisamos a presença significativa de alunos negros nas chamadas "classes especiais", um reflexo da desigualdade racial que permeia a sociedade brasileira e está impregnada na estrutura de diversas instituições. A própria estrutura da escola brasileira, historicamente construída, exclui alunos negros e pobres. Essa exclusão se concretiza de maneiras diversas, seja no tratamento dispensado a esses alunos, seja na ausência ou superficialidade da discussão sobre a questão racial.

A construção dessa exclusão tem muitas vezes sua origem fora do ambiente escolar, como a ausência de um currículo que aborde a formação de professores/as sobre questões raciais, e a existência de preconceitos que baixam as expectativas em relação aos estudantes negros. Um conceito de aluno ideal, baseado em critérios ditados pela classe média branca, pelo mercado e pelo vestibular, ainda permeia o cotidiano de

muitos professores. Esses critérios desconsideram a produção individual de alunos negros e de outros grupos étnico-raciais. Como destaca Gomes (2002, p. 41), "os professores elegem um padrão ideal de aluno a ser seguido por todos, a partir de critérios ditados pela classe média branca, pelo mercado e pelo vestibular, sem considerar a produção individual do aluno negro".

A raça é um elemento central para a compreensão das relações sociais no mundo moderno, sendo a base de um projeto colonialista de poder que foi fundamental para a consolidação do sistema capitalista. Esse sistema é estrutural e estruturante na formação da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular (GOMES, 2012). A mobilização da categoria "raça" e a compreensão de suas origens auxiliam no entendimento das questões sociais, culturais, históricas, políticas e econômicas em muitas sociedades de passado colonial, incluindo a brasileira. Como observa Nilma Lino Gomes³ (2012, p. 730) a empreitada colonial pode ser definida então como educativa e civilizatória, que esteve impregnada da ideia de raça.

A noção de que o racismo não é apenas um fenômeno individual, mas está enraizado nas estruturas e instituições sociais, é crucial para a compreensão das suas manifestações. Entender as complexidades do preconceito, especialmente no contexto brasileiro atual, onde o discurso racializado é frequentemente negado e o mito da "democracia racial" persiste, é essencial (ALMEIDA, 2018).

No contexto das teorias liberais sobre o Estado, a questão racial não recebe a devida relevância. O pensamento liberal tende a focar no indivíduo, transferindo a responsabilidade de combater o racismo para a sociedade civil, enquanto o Estado se distancia dessa função, o que perpetua a desigualdade racial (ALMEIDA, 2018).

“O Brasil se destaca como uma das maiores sociedades multirraciais do mundo e abriga um contingente significativo de descendentes de africanos dispersos na diáspora” (GOMES, 2010, p. 110). De acordo com dados do Censo Demográfico do

³ Pedagoga/UFMG, mestra em Educação/UFMG, doutora em Antropologia Social/USP e pós-doutora em Sociologia/Universidade de Coimbra e em Educação pela UFSCAR. Professora Titular Emérita da Faculdade de Educação da UFMG. Foi Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -SEPPIR - (2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016) do governo da presidenta Dilma Rousseff. É membro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC). Fonte: CNPQ, LATTES, acesso em 05 de setembro de 2024.

IBGE (2022), 43,5% dos brasileiros se autodeclararam brancos, 45,3% pardos, 10,2% pretos, 0,4% amarelos e 0,6% indígenas.

Essa diversidade racial é resultado da formação socioeconômica brasileira, o que explica a maciça presença de descendentes de africanos. Contudo, ao lado dessa diversidade, estão as profundas desigualdades que se manifestam entre a população negra. Entre as várias formas de desigualdade, a racial ocupa um lugar central neste estudo, pois está intrinsecamente relacionada ao processo de formação socioeconômica e política do Brasil.

A história revela que a formação socioeconômica brasileira impôs à população negra e indígena níveis extremos de vulnerabilidade econômica e social. Para entender como esse “sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (HALL, 2003, p. 42), se organiza e se perpetua nas relações sociais no Brasil, é importante analisar a historicidade desse processo de desumanização que os povos não brancos vivenciaram por mais de quatro séculos e que, de forma persistente, continua a ser refletido na ciência geográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções apresentadas, denominadas manuais, foram concebidas para serem empregadas nas aulas, com a intenção de servir como suporte escrito ao ensino de uma disciplina escolar (CHOPPIN, 2000, p. 210). Esses materiais foram amplamente divulgados para a comunidade escolar republicana, atingindo as primeiras gerações que não faziam parte da elite, mas que estavam iniciando seu letramento e inserção no conhecimento geográfico institucionalizado.

Ao analisar essas produções, revela-se uma profunda imersão das políticas eugenistas e das teses científicas de superioridade racial branca, que refletiam os interesses eurocêntricos e hegemônicos do período. Os conteúdos desses manuais perpetuaram e institucionalizaram o racismo científico, influenciando gerações de estudantes e professores. A categorização das populações entre raças e povos como bárbaros, selvagens e civilizados, juntamente com a aclamação das características fenotípicas e genotípicas da raça branca, evidencia os objetivos de inferiorizar pretos, indígenas e outros grupos e povos não-brancos. O uso contínuo desses manuais até as

décadas de 1960 e 1970 revela a persistência de um sistema que contribuiu para a exclusão e marginalização de estudantes negros e indígenas.

A escola precisa tornar-se um espaço aberto para a superação dessas desigualdades. Este artigo reforça como o racismo persiste com raízes profundas nas instituições. A compreensão histórica do racismo e suas manifestações é essencial para construir e elaborar estratégias que combatam essa exclusão e promover uma educação verdadeiramente inclusiva e justa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2018.
- BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Riode Janeiro, 1934.
- CABRAL, Mario da Veiga. **Curso de Geographia Geral**. 16.^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, 1943.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CHOPPIN, Alain. Pasado y presente de los manuales escolares. In: BERRIO, J. R. **La culturaescolar de Europa**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. p. 107-221.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc., Campinas**, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 97-110.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria: revista de estudos de literatura**, v. 9, p. 38-47, 2002.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: população total e cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo2022/populacao-total-cor-raca>. Acesso em: 29 jul. 2024.

A IMPORTÂNCIA DA CARTOGRAFIA PARA A COMPREENSÃO DE FENÔMENOS ESTUDADOS NA GEOGRAFIA ESCOLAR

Camila dos Reis Serra Santos¹
Ricardo Vagner de Jesus Tosta Neto²

RESUMO

O presente artigo articula a importância da cartografia no desenvolvimento dos estudos da Geografia no âmbito escolar, articulando as nuances históricas das próprias produções cartográficas e o seu desenvolvimento e utilização no mundo. A problemática está na insuficiência do uso de materiais e produções cartográficas na sala de aula, sendo um recurso de caráter imperativo para desenvolver nos alunos a noção de espacialização de muitos fenômenos. O artigo tem como objetivo demonstrar a importância e a relevância da cartografia para o desenvolvimento da Geografia Escolar. Para desenvolver o artigo, faz-se uma revisão bibliográfica atrelada à vivência do estágio supervisionado. Ademais, conclui-se que a cartografia proporciona qualidade no processo de ensino-aprendizagem, tornando as aulas mais dinâmicas e inclusivas ao refletir com mais propriedade a realidade dos alunos.

Palavras-chave: Cartografia; Geografia Escolar; Ensino-aprendizado.

ABSTRACT

This article articulates the importance of cartography in the development of Geography studies at school, articulating the historical nuances of cartographic productions themselves and their development and use in the world. The problem lies in the insufficient use of cartographic materials and productions in the classroom, being an imperative resource to develop in students the notion of spatialization of many phenomena. The article aims to demonstrate the importance and relevance of cartography for the development of School Geography. To develop the article, a bibliographical review was carried out linked to the experience of the supervised internship. Furthermore, it is concluded that cartography provides quality in the teaching-learning process, making classes more dynamic and inclusive by more accurately reflecting the students' reality.

Keywords: Cartography; School Geography; Teaching-learning.

¹Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Salvador, contato: camillareis2@gmail.com.

²Graduando do curso de Licenciatura em Geografia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Salvador, contato: ricardotosta3@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa em andamento, partindo de uma problemática central ancorada na insuficiência do uso de materiais e produções cartográficas na sala de aula para auxiliar na formação da educação básica. A pesquisa tem como referencial as análises teóricas tanto de autores do ensino de Geografia como Cavalcanti (2012), Carvalho (2008), Callai (2003) e Kaercher (2003) quanto da Cartografia em si, a exemplo de Martinelli (2021), Joly (2013) e Fitz (2008). Utilizamos como fonte primordial e embasamento metodológico da nossa pesquisa, a experimentação do estágio supervisionado (Experimentação realizada no primeiro semestre de 2024), o qual consistiu na elaboração de uma atividade prática dividida em três etapas para alunos do ensino fundamental II (9º ano) no Colégio Estadual Francisco da Conceição Menezes. A atividade teve como objetivo desenvolver conceitos relacionados ao tema de “problemas ambientais” e, posteriormente, a elaboração de mapas do espaço vivido dos alunos com a sinalização de aspectos relacionados ao tema principal. A área escolhida para a construção do mapa foi o entorno do próprio colégio. A 1º etapa da atividade foi ancorada em uma abordagem conceitual da temática de problemas ambientais com suporte de um texto referente ao assunto abordado; a 2º etapa consistiu em observação, os alunos foram deslocados para a área externa da instituição com o intuito de observar o entorno e analisar a paisagem,, além de captar diversos pontos que serviriam de suporte para elaboração dos mapas; a 3ª e última etapa foi a confecção dos mapas com a identificação dos problemas ambientais observados pelos alunos.

Ademais, o artigo necessitou desta metodologia para conseguir articular o ensino de Geografia com a Ciência Cartográfica, explicitando a relação histórica extremamente imbricada de ambos, para reiterar a urgência de uma Geografia Escolar entrelaçada à Cartografia, tendo em vista o mapeamento do espaço vivido do aluno, estimulando-o a uma aprendizagem mais significativa e sólida. A justificativa da pesquisa está veiculada à necessidade de compreender a relevância da temática para o ensino de Geografia e, por conseguinte, a sua importância para os alunos da educação básica, explicitando o protagonismo dos mapas para o ensino da ciência geográfica. O artigo tem como

objetivo aprofundar e elucidar a apropriação de metodologias que estimulem o pensamento cartográfico na educação geográfica que se oficializa nas instituições de ensino.

Em síntese, as pesquisas referentes à confecção do trabalho explanaram a interconexão entre a Geografia Escolar e a Cartografia durante a suas respectivas histórias de formação como campos sistematizados. Dessa maneira, percebemos que não há como separá-las por completo quando analisamos o trajeto que a educação institucionalizada de Geografia se estruturou no Brasil, no fim do século XIX e início do século XX (SOUSA; VAZ, 2019). Os resultados atingidos, através da pesquisa bibliográfica e experimentações práticas em sala de aula solidificaram a compreensão da necessidade da instrumentalização cartográfica no ambiente escolar. Por sua vez, propiciou aos alunos uma interpretação rica do espaço geográfico nas mais diversas escalas. Isso garantiu uma aprendizagem crítica e fácil de ser entendida pelo discente, tornando a Geografia Escolar mais interessante e dinâmica.

CARTOGRAFIA: CIÊNCIA IMPRESCINDÍVEL PARA A GEOGRAFIA ESCOLAR

A Cartografia tem uma narrativa histórica no mundo ocidental que se confunde com a própria história da Geografia, e conseqüentemente, com a história da humanidade, visto que os geógrafos sempre se apropriaram da confecção de mapas para o seu ofício (MARTINELLI, 2021). Outrossim, a ciência cartográfica se constitui também como arte, uma arte de produzir representações do espaço geográfico, confeccionando mapas, plantas, cartas e croquis³ de determinado espaço a partir de uma concepção política, cultural e intelectual do autor da representação (JOLY, 2013).

Na Geografia é imperativo que se aproprie dessa arte do espaço geográfico para que se efetue uma interpretação mais totalizante a partir de um recorte temático. A partir disso, a Cartografia Temática entra em cena. Fitz (2008, p. 48) afirma que “De maneira geral, diz-se que a Cartografia temática preocupa-se com o planejamento, a execução e a impressão final, ou plotagem de mapas temáticos, que são aqueles que possuem um tema principal a ser representado”. Por conseguinte, o profissional que trabalha com a

³ Na obra “*Cartografia básica*”, Fitz (2008) define “croqui” como uma representação de um rascunho topográfico de pouca precisão sobre uma determinada localidade.

Geografia vê nos mapas temáticos uma exímia ferramenta para ilustrar o seu trabalho de maneira direta e sem ruídos de comunicação para com o fenômeno espacial estudado.

Na Geografia Escolar a realidade não é diferente, os mapas são instrumentos comumente utilizados nas escolas, as representações do espaço geográfico são essenciais para a interpretação da realidade de maneira didática e palatável para as pessoas de maneira geral, especialmente, crianças. Martinelli (2021) salienta que o mapa é um instrumento próprio do geógrafo. Além disso, os mapas temáticos trazem e explicitam um tema/recorte específico do total (espaço geográfico) para que este “pedaço de realidade” possa ser trabalhado com objetividade analítica, desde um trabalho escolar com mapas de vegetação até o mapeamento de um bairro para planejamento urbano.

Devemos reiterar neste trabalho que a Geografia Escolar é indissociável da institucionalização da Geografia acadêmica no contexto periférico brasileiro, na qual houve uma “modernização da educação formal” tardia em comparação ao norte global. Sousa e Vaz (2019) explicam que desde o século XIX e XX, as produções científicas da ciência geográfica tinham influência direta sobre o ensino de geografia. Um exemplo de material seria o Atlas elementar de Geografia, de João Estanislau da Silva Lisboa (1877), que continha um rico teor cartográfico, funcionando como um alicerce para o professor de Geografia, solidificando uma visão de mundo eurocêntrica e auxiliando na construção de um nacionalismo no, ainda jovem, Brasil. No tocante a importância e significado do Atlas elementar de Geografia, Sousa e Vaz (2019) salientam: “[...] o Atlas se caracteriza pelas imagens acrescentadas à obra como recurso pedagógico, intimamente associadas à preocupação, compartilhada com Sodré Pereira, acerca da renovação didática do ensino de Geografia nos liceus do Brasil.”

Por conseguinte, a Geografia encontrada nas escolas brasileiras tem uma longa história simbiótica com a Cartografia, apesar de serem ramos científicos distintos, as ciências citadas têm um processo histórico de retroalimentação, não estão isoladas, mas são frutos de uma sociedade com objetivos e valores que são refletidos diretamente sobre as produções cartográficas que, por sua vez, moldam o ensino de Geografia no país, mostrando a uma geração inteira, ilustrações e realidades geográficas parciais.

ENSINO DE GEOGRAFIA ATRAVÉS DA CIÊNCIA CARTOGRÁFICA

Como mencionado anteriormente, o uso de mapas nas aulas permite ao aluno compreender o espaço vivido e as diversas realidades presentes no espaço geográfico. A utilidade de mapas ultrapassa a simples conotação de localização e registro em diferentes escalas das paisagens, possibilitando a visualização de conceitos presentes na ciência geográfica.

A linguagem cartográfica auxilia no desenvolvimento e compreensão da espacialidade de diversos fenômenos, sendo eles naturais ou sociais, permitindo um contato mais próximo da realidade, contribuindo com a formação dos alunos.

A linguagem cartográfica interage através da simbologia para além da simples visualização, tornando-se um material de comunicação universal e análise de fenômenos em diferentes escalas, assim como expressa Fernand Joly (2013):

Uma vez que uma linguagem exprime, por meio do emprego de um sistema de signos, um pensamento e um desejo de comunicação com outrem, a cartografia pode, legitimamente, ser considerada como uma linguagem. Linguagem universal, no sentido em que utiliza uma gama de símbolos compreensíveis para todos, com o mínimo de iniciação. (JOLY, 2013, p.11).

Desse modo, é possível observar que a utilização de mapas permite uma comunicação mais intrínseca entre conceitos e sua aplicabilidade. Diversos conceitos podem ser explorados e desenvolvidos através das representações cartográficas, como lugar, região, escala, dentre outros. Ademais é possível desenvolver nos alunos um olhar crítico a diversos assuntos.

Segundo Callai (2003) “a geografia é uma ciência social. Ao ser estudada, tem de considerar o aluno e a sociedade em que vive.”. Ao trabalhar a Geografia em sala de aula, faz se necessário inserir as distintas realidades e a utilização de mapas para conseguir reproduzir e problematizar tais aspectos, desse modo compreende-se a eficiência das produções cartográficas no auxílio a uma educação mais significativa e, sobretudo, inclusiva. A cartografia permite e alicerça a construção segura do conhecimento, além de conectar conceitos mais “abstratos” com situações mais “palpáveis”.

Entender que o ensino da Geografia ultrapassa a colocação conteudista, concede

um ensino-aprendizado mais eficaz, gerando resultados mais satisfatórios, pois propicia ao discente ações ativas sobre os assuntos ministrados em sala. Nesse sentido, Libâneo (1994) menciona o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos através da criação de condições e meios para total assimilação do conhecimento.

Ademais, o ensino da Geografia através da ciência cartográfica viabiliza sistematizar os conteúdos de forma mais criativa, oportunizando um ensino mais rico e participativo, demonstrando que o uso de construções visuais dinamiza as propostas de aprendizagem, tornado as aulas mais interativas e didáticas para os alunos, viabilizando um ensino mais proveitoso.

METODOLOGIAS PARA O ENSINO CARTOGRÁFICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os mapas podem apresentar diversas utilidades dentro da sala de aula e, conseqüentemente, abordar uma gama considerável de conteúdos, o auxílio através de produções cartográficas é admitido como um recurso didático prático e válido no processo de ensino.

Cavalcanti (2012) aborda uma discussão sobre propostas de ensino e a necessidade de abordagens mais didáticas e elucidativas, as quais devem atender às demandas educacionais: “Propostas mais recentes desse ensino são pautadas na necessidade de trabalhar com conteúdos escolares sistematizados de forma crítica, criativa, questionadora, buscando favorecer sua interação e seu confronto com outros saberes.” Dessa maneira, compete às escolas e profissionais da área dedicar-se a uma atuação mais efetiva no ensino da ciência geográfica, podendo ser atrelada a outras áreas do conhecimento.

Diversas metodologias podem ser utilizadas para práticas em sala de aula como o emprego de mapas que é uma opção viável para compreender assuntos específicos. Desse modo, aplicamos uma abordagem mais ativa durante a experimentação do estágio supervisionado para alunos do ensino fundamental II, com a finalidade de interagir com maior profundidade com a realidade dos discentes. A atividade consistiu em análise e interpretação do espaço vivido e, por conseguinte, na confecção dos mapas. A produção permitiu que os alunos discutissem de maneira mais abrangente e entendessem a sua participação no espaço. Abaixo é possível conferir o resultado de

alguns mapas elaborados durante esse processo:

Figura 1: Mapa do espaço vivido



Figura 2: Mapa do espaço vivido



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2024.

Desse modo, a representação do espaço geográfico através do mapeamento instrumentaliza o professor de Geografia e auxilia no entendimento do conteúdo do discente. É imperativo ressaltar também as habilidades intrínsecas no uso geral de mapas. Tal perspectiva é justificada pela narrativa de Martinelli (2021), ao abordar o uso de mapas na Geografia:

O uso de mapas em geral, bem como na Geografia, consiste no processo de transposição do mapa como representação, de volta para uma imagem mental da realidade. Compreende três atividades básicas: leitura, análise e interpretação, não necessariamente operadas de maneira interdependente. (MARTINELLI, 2021, p.133).

O autor refere-se a pontos básicos da formação, como interpretação e leitura, os quais devem ser obrigatoriamente trabalhados em sala de aula, sendo a utilização de mapas um instrumento para esse desenvolvimento pleno. Ademais, a corrente cognitivista da psicologia balizada por Vygotsky (1987, apud Lampreia, 1999) irá afirmar o lugar da intuição escolar como um importante meio de socialização, meio no qual os alunos dependerão de um meio (escola) que os instigue e os sociabilize no contexto da linguagem mais científica e abstrata, mais especificamente na interpretação de uma complexa realidade espacial.

Os mapas podem e devem ser introduzidos em diversas análises e planos de ensino, sendo possível abordar diversas escalas de observação, desde à microescala, mesoescala até a macroescala, tornando-se uma técnica de uso indispensável na educação básica, ou seja, na formação de crianças e jovens. As estratégias podem variar da análise individual ou comparativa, até a confecção de mapas simples.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cartografia se estabelece como uma grande e imprescindível ferramenta para o ensino de Geografia que se propõe a explicitar de forma visual (ou até mesmo tátil) os diversos recortes temáticos que a ciência geográfica se debruça, auxiliando alunos e professores a compreenderem o espaço geográfico a partir das suas mais diversas representações. Os mapas temáticos, em especial, são instrumentos que fomentam uma aprendizagem mais dinâmica e compreensível dos diversos fenômenos que assolam o mundo globalizado, mundo no qual cabe a Geografia Escolar desmistificar e interpretar para os discentes da educação básica.

Além disso, os mapas podem proporcionar para as aulas de Geografia um ambiente de aprendizado mais rico e proveitoso no que se refere a construção de uma visão crítica e reflexiva da espacialidade a ser explorada pelo educador. Cabe salientar que não se faz necessário uma grande quantidade de recursos materiais para a confecção, demonstração e/ou visualização de produções cartográficas, ficando a responsabilidade aos critérios do docente aplicar uma metodologia que protagonize a Cartografia para com os estudantes.

Destarte, reitera-se que o ensino de Geografia possibilita um embasamento e criticidade do exercício da cidadania e autonomia crítica do indivíduo. Desta forma, ela se solidifica como um componente curricular importante para a educação básica formal e institucionalizada do país. Por isso, surge a necessidade de tornar esta importante disciplina algo prazeroso para o aluno e a Cartografia a partir dos seus mapas temáticos se estabelece como grande “arma” para transformar o processo de ensino-aprendizagem de qualquer fenômeno espacial.

REFERÊNCIAS

CALLAI, Helena Copetti. **O ensino da geografia: Recortes espaciais para análise.** Geografia em sala de aula: práticas e reflexões/org. Castrogiovanni (org). 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CARVALHO, E. A. de ARAÚJO, P.C. de **Literaturas cartográficas e interpretações estatísticas I: Geografia.** Natal: EDUFRN, 2008. 248 p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino da geografia na escola.** Campinas: Papyrus, 2012. p. 45-47.



FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. JOLY, Fernand. **A cartografia**. 15ª ed. Campinas: Papirus, 2013.

KAERCHER, Nestor André. **A geografia é o nosso dia-a-dia**. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões/org. Castrogiovanni (org). 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

LAMPREIA, Carolina. **Linguagem e atividade no desenvolvimento cognitivo: algumas reflexões sobre as contribuições de Vygotsky e Leontiev**. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 12, n 1, p. 225-240, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. p.241-243.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6ª ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

SOUSA, André Nunes; VAZ, Caroline Bulhões Nunes. **A Geografia no alvorecer da República: contribuições à história da ciência geográfica no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2019.

OS CAMINHOS PERCORRIDOS NA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA ENQUANTO ESTUDANTE DA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Denis Harmony da Silva¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo evidenciar as experiências didático-pedagógicas realizadas e adquiridas no Programa de Residência Pedagógica, de responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir do subprojeto aprovado e coordenado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), no curso de Licenciatura em Geografia, entre 2018 e 2020. Neste ínterim, buscar-se-á expor as vivências do PID – Proposta/Projeto de Intervenção Didática, realizado na turma do 2º ano do Curso Técnico em Logística, na modalidade EPI (Educação Profissionalizante Integrada ao Ensino Médio), com 15 (quinze) estudantes regularmente matriculados, do Centro Estadual de Educação Profissionalizante em Gestão Severino Vieira, em Salvador/Bahia, no mês de novembro de 2018, sob formato de Café Geo-filosófico, visando à promoção de debates e discussões sobre as questões de identidade, de pertencimento e de valorização do ser (negro) social; tendo enquanto fundamentação teórica a abordagem afroperspectiva (NOGUERA, 2011/2012).

Palavras-chave: Residência Pedagógica, Educação, Afroperspectiva, Geografia.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo resaltar las experiencias didáctico-pedagógicas realizadas y adquiridas en el Programa de Residencia Pedagógica, a cargo de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES) a partir del subproyecto aprobado y coordinado por el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Bahía (IFBA), en la Licenciatura en Geografía, entre 2018 y 2020. Mientras tanto, buscaremos exponer las experiencias del PID – Propuesta/Proyecto de Intervención Didáctica, realizado en la promoción de 2º año de la Curso Técnico en Logística, en la modalidad EPI (Educación Profesional Integrada en la Escuela Secundaria), con 15 (quince) estudiantes de matrícula regular, del Centro Estatal de Educación Profesional en Gestión Severino Vieira, en Salvador/Bahía, en noviembre de 2018, en el formato de Café Geo-filosófico, con el objetivo de promover debates y discusiones sobre cuestiones de identidad, pertenencia y valoración del ser social (negro); teniendo como fundamento teórico el enfoque de la Afroperspectiva (NOGUERA, 2011/2012).

¹Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Cultura Negra (PPGEAFIN), pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor Substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Campus Santo Amaro. Professor de Geografia, em regime de contrato, do Município de Lauro de Freitas. Contato: harmony.denis.23@gmail.com

Keywords: Residência Pedagógica, Educación, Afroperspectiva, Geografia.

INTRODUÇÃO

Tendo como objetivo principal a promoção de vivências e experiências formativas na trajetória universitária da/s e/ou do/s discente/s dos Cursos de Licenciaturas, estabelecendo à articulação entre a teoria e a prática da/do profissional da Educação e, concomitantemente, a ampliação e consolidação da relação entre a Instituição de Ensino Superior e a/s escola/s, o Programa de Residência Pedagógica, fomentado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior), se fez presente no Centro Estadual de Educação Profissionalizante em Gestão Severino Vieira, vinculado a Secretária de Educação e Cultura do Estado da Bahia (SEC-BA), através do Subprojeto aprovado da Residência Pedagógica em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Campus Salvador.

A proposta do Subprojeto da Residência Pedagógica em Geografia do IFBA visava promover o desenvolvimento de etapas dos ciclos de ações – tais como: ambientação; observação e planejamento; atuação em sala de aula, como supervisão e orientação e socialização das práticas realizadas – definidos e articulados, conjuntamente, entre a coordenação geral/institucional, a coordenação de área, as/os preceptores e os discentes, atendendo as questões e problematizações a respeito das mediações didático-pedagógicas; referenciais teórico-metodológicos, temas e conteúdos do ensino de Geografia.

Em conformidade com o projeto, as atividades desenvolvidas no, chamado, 1º Ciclo de Residência, foram subdivididas em três (grandes) etapas: Ambientação; Observação e planejamento; e, Intervenção Didática e/ou Regência Pedagógica. A ambientação consistia em conhecer o ambiente (interno e externo) e corpo (gestão, apoio, professores e estudantes) escolar. Já a observação e planejamento, correspondia em observar uma turma, durante um período, e, conjuntamente com o/a professor/a titular, planejar uma sequência didática para fortalecimento do trabalho já desenvolvido ao longo do ano letivo. Por último, a intervenção didática, com atuação direta da/s ou do/s

residente/s, mas sob supervisão do/a preceptor/a e acompanhamento da coordenação de área.

Dentro dessa perspectiva, foi proposto, enquanto atividade programada, um PID – Proposta/Projeto de Intervenção Didática – sob formato de Café Geo-filosófico, na tentativa de criar polidialogos sobre as culturas, as manifestações e as expressões negras no Brasil, em conformidade aos conteúdos programáticos da unidade. Além de contemplar a Lei nº10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, pelo Presidente da República Federativa do Brasil Luís Inácio Lula da Silva, que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana e Afro- Brasileira em todos os currículos escolares. Viabilizando, com isso, discussões plurais e visibilidades das éticas, estéticas, expressões e culturas africanas, afro-brasileiras e afro-baianas.

SOBRE O CEEP EM GESTÃO SEVERINO VIEIRA

O Centro Estadual de Educação Profissionalizante em Gestão Severino Vieira, surgiu em 21 de junho de 1948, inicialmente como uma das três seções ginasiais, empreendida pelo então Secretário da Educação e Saúde do Governo de Otávio Mangabeira, Anísio Teixeira, sendo denominada apenas de ‘Seção Ginásial do Bairro de Nazaré’; sendo caracterizado pelo processo de descentralização do ensino do Colégio Estadual da Bahia (conhecido atualmente como Colégio Central).

Vale ressaltar que, nesse mesmo ano, além da Seção de Nazaré, Anísio Teixeira inaugurou a Seção de Itapagipe (futuro Ginásio e Colégio João Florêncio Gomes) e a Seção do bairro da Liberdade (futuro Colégio Duque de Caxias). Em decorrência do aumento significativo do público escolar nas dependências do Colégio Estadual da Bahia. O Ginásio Estadual Severino Vieira, só foi desvinculado ao atual Colégio Central, em 1950, especificamente, no Decreto 16.961, de 30 de novembro de 1957; passando a ter uma maior autonomia junto a Secretária de Educação.

Através da Portaria 15.285/2009, o Colégio Estadual Severino Vieira é transformado em CEEP – Centro Estadual de Educação Profissionalizante, adotando, assim, o ensino técnico-integrado. É importante destacar, inclusive poucos estudantes sabem, mas, a área ocupada pelas duas instituições de ensino que levam o mesmo nome, foi, no passado, residência do Dr. Severino dos Santos Vieira, emérito

governador do Estado da Bahia.

Do ponto de vista estrutural, o CEEP possui um pátio arborizado e iluminado, uma grande área de livre acesso e circulação para os estudantes; salas amplas; sala de audiovisual; cantina; biblioteca; quadras poliesportivas; laboratórios de Química, Física e Biologia e auditório. Além disso, os ambientes internos (salas, equipamentos e tecnologia) estão em bom estado de conservação. Contudo, o ambiente carece de estruturas e aparelhos de acessibilidades para os portadores de necessidades especiais, como rampas de acesso e de banheiros adaptados e bem localizados. O PPP (Projeto Político-Pedagógico), aprovado em 2017, e, com vigência até 2020, comunga com o processo e desenvolvimento dialógico, reflexivo e socioculturais para formação cidadã dos estudantes.

O CEEP possui três cursos técnico-profissionalizantes – Curso Técnico em Logística, em Administração e em Edificações; disponibilizados em três modalidades distintas - EPI (Educação Profissionalizante Integrado ao Ensino Médio), Tempo Integral e ProEJA (Educação de Jovens e Adultos integrado à Educação Profissional). Todos com uma média de 2.400h de carga horária para os componentes curriculares da Base Comum (disciplinas propedêuticas, como Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Filosofia, etc.). Outro aspecto importante, para ser destacado, é o diálogo interdisciplinar realizado pelos professores, como forma de instrumentalizar uma formação plural, na tentativa de uma educação emancipadora.

OBSERVAÇÃO E PLANEJAMENTO

Parafraseando Jane Soares de Almeida (1995), a Residência Pedagógica deve ser compreendida e realizada em três etapas: Observação, Participação e Atuação Pedagógica; sendo indispensável, em todas as etapas, o planejamento individual e coletivo, articulado conjuntamente com a coordenação de área e o/a preceptor/a. A observação é, ou, pelo menos, deveria ser, o primeiro contato dos estudantes das licenciaturas em sala de aula, enquanto formadores em formação. Entretanto, Madalena Freire (1996), ressalta que:

Observar não é invadir o espaço do outro, sem pauta, sem planejamento nem devolução e muito menos sem encontro marcado [...]. Observar uma situação pedagógica é olhá-la, fitá-la, mirá-la, admirá-la, para ser iluminado por ela. Observar uma situação pedagógica não é vigiá-la, mas sim fazer vigília por

ela, isto é, estar e permanecer acordado por ela, na cumplicidade da construção do projeto, na cumplicidade pedagógica (FREIRE, 1996, n.p.).

Ora, a observação na Residência Pedagógica não tem como objetivo invadir o espaço do professor-preceptor, nem tão pouco, deixar os estudantes numa situação desconfortável. Na verdade, essa etapa dispõe/propõe a atenção ativa e afetuosa do residente em parceria e cumplicidade com os demais atores envolvidos no projeto. Pois, é incapaz desta experiência “aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre” (BONDÍA, 2002, p.25).

Após o período de ambientação, a observação foi realizada na turma do 2º ano, do Curso Técnico em Logística, na modalidade EPI (Educação Profissionalizante Integrada ao Ensino Médio), no turno matutino, composta por 15 (quinze) estudantes. A turma era heterogênea, mista e com faixa etária diversificada. Além disso, e, apesar de serem majoritariamente negros, foi possível perceber que os estudantes, em sua maioria, não apresentavam nenhum tipo de referência e/ou pertencimento com a cultura negra, mesmo sendo consumidores dela. Neste sentido, foi planejado intervenções didático-pedagógicas, com exibição de filme e rodas de conversas sobre ser-negro numa sociedade racista e desigual como o Brasil, como forma de enegrecer, pois “reconhecimento do eu se dá no momento em que aprendemos a nos diferenciar do outro” (BOCK, 2008, p. 208); e, para celebrar os 15 anos da Lei nº 10.639/2003.

PID – PROPOSTA/PROJETO DE INTERVENÇÃO DIDÁTICA: CAFÉ GEO-FILOSÓFICO

Antes de mais nada, é necessário ressaltar que “toda estreia merece comemoração! Nossa participação neste festejo em favor de uma educação plural, intercultural, policêntrica, ciente das multiparcialidades presentes numa sociedade democrática e de maioria negra é muito relevante” (NOGUERA, 2017, p. 15). Dito isto, o Café Geo-filosófico apresentado enquanto intervenção didática do projeto de Residência Pedagógica foi realizado também em torno as comemorações aos 15 e 10 anos, respectivamente, das Leis nº10.639/2003 e nº11.645/2008, que tornou e reiterou a inclusão e a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todo o currículo escolar do país.

O PID foi organizado em encontros de rodas de conversa (poli)dialógicas, participativas e provocativas, nas aulas de Geografia, com intuito de estimular o pensamento reflexivo, promover inquietações filosóficas, e, contextualizar assuntos, temas e temáticas a partir do Denegrir da Educação (NOGUERA, 2012).

[...] denegrir é definido como regeneração. Ou seja, tornar-se negra, tornar-se negro significa revitalizar a existência [...] O que aqui denominamos pelo enunciado, “denegrir a educação” pode ser elucidado pela ideia – cunhada nas tramas da filosofia afroperspectivistas – de pedagogia da pluriversalidade. [...] A pedagogia da pluriversalidade reconhece as modificações e reacomodações das relações de poder e do modo como atores e atrizes entram em cena nas disputas em torno dos cânones, dos currículos, dos critérios de exame e afins. (NOGUERA, 2012, p.67-71)

Deste modo, o termo/verbo denegrir é sinônimo de enegrecer, de ressignificar, de possibilitar a criação e a renovação do ‘Ser’, em constante formação. A proposta apresentada está interconectada com a abordagem afroperspectiva, ou seja, uma abordagem filosófica e doconhecimento que pensa a partir de um território epistêmico e epistemológico do diálogo, dos múltiplos diálogos, do polidiálogo e da interação em dialogicidade com a africanidade e a afrocentralidade (NOGUERA, 2012). “A afroperspectiva deve ser uma abordagem inter-trans- multi-disciplinaridade, sendo adaptada ao espaço-tempo do lugar, da instituição e dos atores (professores e educandos) envolvidos” (SILVA; SOARES, 2021, p. 161).

A afroperspectiva que circunda o trabalho desenvolvido no CEEP em Gestão Severino Vieira dialoga com o pensamento marginal e antidogmático, estabelecendo uma visão reflexiva sobre o racismo, as diversas formas de intolerância e de violências, que pensa o Brasil e seus territórios de cultura e de pluralidade (NOGUERA, 2015). Neste íterim, o Café Geo-filosófico foi realizado, entre os dias 07 e 30 de novembro de 2018, com seterodas de conversa, com temas e dinâmicas diferentes, mas, respeitando os conteúdos programáticos da unidade letiva – População, Migração e Fluxos Imigratórios no Brasil e no Mundo.

Ora, pensar população, processos migratórios e fluxos de imigrantes no Brasil é recontar a História do Brasil a partir da invasão, conquista e dominação do território brasileiro pelos portugueses, desde 1500. Houve a oportunidade perfeita para intercalar os conteúdos pragmáticos com os assuntos abordados no PID; pois, como bem relata Ronilda Iyakemi Ribeiro (1998), “o corpo do Brasil é multicolorido, sua alma não poderia ser monocromática” (RIBEIRO, 1998, p. 51).

No dia 31 de outubro, a convite da professora-preceptora houve uma breve introdução a respeito da história e cultura negra, em formato de aula expositiva-participativa, com o tema ‘Migração no Brasil: de 1500 aos anos 2000’, fazendo alusão aos 500 anos do mito fundador do País. Pois, “agora, quando já não falta mais nenhum dia para os “500 anos do Brasil” [...], talvez seja a hora de refletir sobre os sentidos possíveis de uma educação pela memória que seja, também, um educar-se para a cidadania (NEVES, 2000, p. 09). Neste sentido, fora apresentado os desmontes sociais, políticos, econômicos e culturais realizados pelos portugueses na terra brasileira, bem como, os fluxos e refluxos do tráfico negreiro (VERGER, 2002).

O Café Geo-filosófico estava previsto para iniciar no dia 07 de novembro, mas é necessário entender que nenhum planejamento é estático, pois que o ambiente escolar é dinâmico. Planejar, avaliar e replanejar são movimentos presentes na vida docente. Nesse dia, a professora-preceptora reservou a aula para finalizar as apresentações dos seminários dos estudantes, enquanto atividade avaliativa da unidade. Desse modo, as rodas de conversas foram realizadas nos dias 14, 21, 23, 28 e 30. No primeiro encontro, intitulado de **A influência das línguas africanas na Língua Portuguesa: as territorialidades no país continental**, onde foi possível fazer uma viagem histórica sobre as palavras africanas (caçula, calunga, tanga, torô, etc.) que estão presentes na Língua Portuguesa do Brasil, além de traçar o território de origem de cada palavra trabalhada.

No segundo, **A África que habita em mim! O museu das memórias e das realidades**, o momento foi reservado para compartilhar e ouvir dos estudantes as experiências, percepções e concepções dos corpos negros e moradores, em sua maioria, da periferia de Salvador. Nessa roda a África foi compreendida a partir do processo escravista, das manobras de dominações e submissões impostas pelos colonizadores e, posteriormente, pela dita elite brasileira, e das marginalidades socioculturais existentes no Brasil. O terceiro, **Luiz Gonzaga em um nordeste brasileiro**, foi escolhido trabalhar com um símbolo brasileiro que trouxesse as narrativas desse Brasil desigual, que fosse a representação do ser-negro e do ser-nordestino, além de entender que a música é uma linguagem de emoção e encanto.

O quarto, **Axé-Music ou Música Axé: uma análise do cenário musical do Carnaval de Salvador**, versou pela linguagem de emoção e encanto, mas

trabalhando os aspectos afro- religiosos apropriados pelo cenário musical da Bahia, consumido mundialmente, mas marginalizado fora do âmbito cultural/carnavalesco. Já, o quinto, e, último, foi intitulado de **Somos todos imigrantes!**, estabelecendo uma discussão acerca dos povos originários desse País, socialmente esquecidos e consciente ou inconscientemente invisibilizados na história e na cultura desse povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste ensaio não é ensinar uma metodologia afrodiaspórica, nem, tão pouco, apresentar um planejamento didático-pedagógico a ser seguido. Mas, expor um relato de experiência de uma atuação formativa na trajetória de um licenciado em Geografia. Seguindo o conselho do saudoso professor Vivaldo da Costa Lima (2009), ao afirmar que não tinha a pretensão de esgotar o assunto, tendo em vista que quem pretende esgotar o assunto acaba esgotando o leitor/ouvinte (LIMA, 2009), em suma, é possível afirmar que o maior resultado do trabalho realizado no PID foi ter os olhares e ouvidos atentos dos estudantes em cada encontro.

Ocorreram mudanças e alterações em relação ao projeto inicial proposto, mas que não diminuíram a potencialidade do trabalho que foi desenvolvido, nem deixou de perceber o movimento dos atores envolvidos. Neste sentido, também, é necessário considerar que embora não se possa afirmar efetivamente que tenha ocorrido um aproveitamento de assimilação e compreensão das discussões realizadas no Café Geofilosófico, por parte de todos os estudantes, essa intervenção possibilitou a ressignificação de olhares frente a si e aos outros; promoveu o interesse e a participação dos estudantes em sala de aula; trouxe, ainda, a possibilidade do enegrecer de forma consciente, crítica e reflexiva, criando e recriando afroperspectivas do sujeito que é múltiplo e plural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. Cad. Pesquisa, nº93. (pags. 22-23), maio de 1995.

BOCK, Ana Mercês Bahia (org.). **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. –14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**.

Tradução de João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação, Nº 19: p.20- 28, jan/abr, 2002.

FREIRE, Madalena. **Observação, registro e reflexão – Instrumentos metodológicos I**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

LIMA, Vivaldo da Costa. O Candomblé no Centro Histórico - p.289-339. _In: Museu Eugênio Teixeira Leal. **Memória da Bahia: palestras**. Vol. I. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2009.

NEVES, Margarida de Souza. **A educação pela memória**. Revista Teias, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 10 pgs; 2000.

NOGUERA, Renato. **Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade**. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Nº18: p.62-73, mai/out, 2012.

_____. **Afroperspectividade: por uma filosofia que descoloniza**. [Entrevista cedida a Tomaz Amorim]. Portal Geledés, 2015.

_____. **Contra o (maior) tabu da Filosofia: Ensino de Filosofia e os 10 anos da Lei nº 10.639/03**. In: **A Lei nº 10.639/03: pesquisas e debates**. Wilma de Nazaré Baía Coelho (org.). São Paulo: Editora Livraria de Física, 2017.

RIBEIRO Ronilda Iyakemi. **De boca perfumada a ouvidos dóceis e limpos: Ancestralidade Africana, tradição oral e cultural brasileira**. Itinerários, Araraquara, nº 13, 51-66, 1998.

SILVA, Denis Harmony Santos da; SOARES, Cecília Conceição Moreira. **O ensino afroperspectivista em sala de aula: por um olhar outro da educação**. ReDoC – Revista Docência e Cibercultura. Rio de Janeiro, v. 5, nº 2, maio/ago 2021.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX**. Tradução: Tasso Gadzanis. 4ªed.rev. Salvador: Corrupio, 2002.

FORMAÇÕES EVANGELIZADAS DE PROFESSORES (AS) DE GEOGRAFIA NA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ (1958-1971)

Pedro Henrique Teixeira Carvalho¹
Raimundo Jucier Sousa de Assis²

RESUMO

A geografia acadêmica no Piauí nasce a partir da montagem de uma instituição chamada Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI), fundada pelo arcebispo de Teresina da época, Dom Avelar Brandão Vilela. Com isso, o presente trabalho tem por objetivo descrever a organização curricular do curso de geografia da FAFI, tendo em vista suas relações com os primeiros cursos de geografia no Brasil, assim como, compreender quem eram seus docentes, e principais referências intelectuais, entre os anos de 1958 e 1971. Além disso, esse trabalho abre espaço para se discutir a relação entre história da geografia e religião, com que denominamos de formações evangelizadas, a partir do momento em que o curso foi ofertado em uma instituição católica, com alguns docentes sendo padres e disciplinas como Teologia e Doutrina Social da Igreja permeando todo o curso. Para encontrarmos pistas sobre essa história fizemos uso de pesquisas bibliográficas e documentais, além de entrevistas com ex- alunos do curso. Como resultados encontrados estão a articulação do currículo da FAFI com o currículo da USP e a inserção de disciplinas ligadas à interpretação das materialidades do território, como Geografia Regional e Geografia do Piauí. Acrescenta-se ainda que a maioria dos professores do curso faziam parte de outras instituições da cidade de Teresina, como é o caso do Liceu Piauiense, possuindo formações em áreas médicas, de engenharia e de advocacia. Entre algumas das referências utilizadas estavam Emmanuel De Martonne, Aroldo de Azevedo e Pedro Pichas Geiger.

Palavras-chave: História da Geografia, Piauí, FAFI, formações evangelizadas.

ABSTRACT

Academic geography in Piauí was born from the establishment of an institution called the Catholic Faculty of Philosophy of Piauí (FAFI), founded by the archbishop of Teresina at the time, Dom Avelar Brandão Vilela. With this in mind, the aim of this paper is to describe the organization of the FAFI's geography course curriculum, taking into account its relationship with the first geography courses in Brazil, as well as to

¹Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí – UFPI Professor da Secretaria Estadual da Educação e Cultura do Piauí (SEDUC-PI). Contato:: pedro201543@outlook.com. Texto retirado a partir dos resultados da dissertação de mestrado intitulada “A história da geografia no Piauí: currículos, referências intelectuais e “formações evangelizadas” de professoras e professores de geografia na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (1958 – 1971)” defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí (PPGGEO/UFPI).

²Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Contato: raimundojucier@ufpi.edu.br

understand who its teachers and main intellectual references were between 1958 and 1971. In addition, this work opens up space to discuss the relationship between the history of geography and religion, with what we call evangelized formations, from the moment the course was offered in a Catholic institution, with some teachers being priests and subjects such as Theology and the Social Doctrine of the Church permeating the entire course. To find clues about this history, we used bibliographical and documentary research, as well as interviews with former students of the course. The results found include the articulation of the FAFI curriculum with the USP curriculum and the inclusion of subjects linked to the interpretation of the materialities of the territory, such as Regional Geography and Geography of Piauí. In addition, most of the teachers on the course were from other institutions in the city of Teresina, such as the Liceu Piauiense, with backgrounds in medicine, engineering and law. Among the references used were Emmanuel De Martonne, Aroldo de Azevedo and Pedro Pichas Geiger.

Keywords: History of Geography, Piauí, FAFI, evangelized backgrounds.

INTRODUÇÃO

A história da geografia deve ser construída a partir da compreensão que a sociedade e seus processos se dão em torno de certa “sociabilidade do valor”. Dessa forma, os documentos devem ser vistos para além da sua literalidade, buscando-se “[...] dessacralizá-los, retirá-los da condição de monumentos e inscrevê-los em uma história feita à contrapelo, negativamente e que, enfim, possibilite deles partamos para sua destruição [...]” (SOUSA NETO, 2020, p. 133).

A institucionalização da geografia no Brasil vai além dos “muros” do Colégio Pedro II da USP, sobretudo do eixo Rio-São Paulo. Na tradição brasileira se constrói uma história da geografia irradiando desses centros, colocando outros institutos, outros documentos, pesquisadores e regiões na condição de subalternos ou, muitas vezes, na condição que inexistiu produção de conhecimentos geográficos diversos, em um mesmo período, no território nacional.

A partir disso, negamos que a história da geografia possa ser feita partindo desse únicocentro, mesmo que este possa ser importante para entender a projeção de poder que a região Sul-Sudeste tem sobre o território nacional a partir das suas instituições acadêmicas. A história da geografia pode ser construída pelos mais diversos espaços de pesquisas e frações materiais do território nacional, com outros documentos, a partir de perspectivas distintas, entre as mais diversas “latitudes e

longitudes” do país. Sobretudo servindo para fazer uma história com que também não anule as particularidades, desde os projetos de modernização, ou mesmo, das expropriações, com sangue e poeira (SOUSA NETO, 2020).

A desgraça da história do pensamento geográfico ou da geografia entre nós foi o de autonomizar, a partir de uma história romantizada ou positiva das ideias, as leituras de mundo que essa sociabilidade do valor necessitou criar para justificar a si. Desse modo, fomos contando, montando narrativas auto-justificadas, respaldadas apenas no que os documentos nos autorizavam contar e, às vezes, talvez por nossa imensa culpa judaico-cristã, fazendo algumas poucas denúncias casuais e pontuais, para nos inscrevermos como arautos, legitimadores, guardiões, promotores dessa violência que agora podemos denunciar confortavelmente à distância como coisa necessária naqueles presentes históricos de acumulação originária ou de rediviva razão sangrenta. É por esse motivo que podemos tratar os documentos com certa cumplicidade assassina (SOUSA NETO, 2020, p. 132-133).

Dessa forma, um dos melhores caminhos interpretativos para os estudos das ideias e suas instituições esteja em não as separar das materialidades que elas se retroalimentam na formação de pesquisadores e professores. Uma “história da geografia” que dialogue diretamente com uma “geografia histórica do capitalismo”, em outras palavras, uma “história da geografia na geografia histórica do capitalismo” permitindo, além de uma “especialização das ideias”, suas vinculações com processo de acumulação de capital, o contexto das modernizações dos territórios, com as políticas estatais, os momentos ideológicos do país - regional e estadualmente -, uma possibilidade do diálogo escalar sobre a produção do conhecimento como parte da necessidade da valorização do valor ou sua crítica (SOUSA NETO, 2020).

Com isso, o presente trabalho tem por objetivo descrever a organização curricular do curso de geografia da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, tendo em vista suas relações com os primeiros cursos de geografia no Brasil, assim como, compreender quem eram seus docentes, e principais referências intelectuais, entre os anos de 1958 e 1971.

Cabe destaque o fato de o curso ser ofertado em uma instituição católica, onde durante todo o curso os alunos tinham de cursar disciplinas ligadas a essa religião, como Teologia e Doutrina Social da Igreja. Além disso, muitos dos docentes eram padres, o que leva a inferir sobre a existência do controle da ciência e do intelectual pela fé, gerando o que denominamos de “formações evangelizadas”.

Para isso, buscamos levantar dados a partir de diversas fontes bibliográficas

como os trabalhos de Abreu e Araújo (2018) e Araújo (2012) que tratam da FAFI como parte da raizda trajetória da geografia moderna em solo piauiense; Freitas Filho (2003) que aborda, em linhas gerais, a história da FAFI e sua relação com a história da ciência no Piauí; Frota (2020) desdobra sobre a formação docente em específico, além de Melo (2006), Pereira (2003), Rêgo e Magalhães (1991), Sousa, Bonfim e Pereira (2002), Silva (2015) e tantos outros que tratam da FAFI.

Além dessas fontes bibliográficas, buscamos informações a partir de um questionário aplicado com duas alunas daquele curso. Também foram importantes as pistas dadas a partir de um documento intitulado dossiê da FAFI. Esse dossiê trata-se de um conjunto de provas realizadas pela ex-aluna do período que ingressou no curso, até as últimas disciplinas que cursou. As questões são distribuídas em formato de perguntas dissertativas, objetivas, de completar lacunas, etc. A partir das perguntas e respostas é possível verificar o conteúdo trabalhado em cada uma das disciplinas do curso de geografia da FAFI, pois as avaliações são sínteses dos conteúdos trabalhados em sala de aula, e trazem os objetivos de aprendizagem que se quer alcançar dos alunos.

OS CURRÍCULOS DO CURSO DE GEOGRAFIA DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ

A formação de profissionais de geografia no Piauí iniciou-se a partir da fundação de uma faculdade pela Igreja Católica. Essa faculdade foi criada em 1957, atendendo aos anseios de um grupo que almejavam pela criação de outra faculdade no estado, pois na época já existia uma Faculdade de Direito no estado.

Esse anseio se alinhou às perspectivas do novo arcebispo de Teresina, que chegara ao estado em meados da década de 1950. Dom Avelar Brandão Vilela passa então a intervir na cidade e no estado como um todo, carregando consigo o lema “Humanizar e Evangelizar” (FREITAS FILHO, 2003). O novo arcebispo encontra um estado com muita pobreza, com a população carente de serviços nas áreas da saúde, moradia, energia, educação, etc. A partir desse quadro passa a se articular com o Governo Federal, indo inúmeras vezes ao Rio de Janeiro, em busca de verbas para o estado. Na época, dos estados do Nordeste, o Piauí era um dos mais esquecidos pelo Governo. O arcebispo era considerado o representante do Piauí perante o Governo

Federal, ganhando mais prestígio que o próprio governo do estado (Zachariadhes, 2018).

Dentro disso, entre os seus projetos estava a criação de uma faculdade no Piauí. Foi com isso que o mesmo cria uma instituição denominada Sociedade Piauiense de Cultura, que em seu regimento constava a criação de uma faculdade de filosofia no estado. Assim, após resolver os trâmites burocráticos existidos pelo MEC, que em 1957 foi criada a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, mais conhecida como FAFI. Essa faculdade inicia suas atividades em 1958, ofertando os cursos de História e Geografia, Letras Neolatinas e Filosofia.

Portanto, foi a partir da FAFI que se inicia a formação acadêmica de Geógrafos e Geógrafas bacharéis e licenciados. Cabe destaque o fato de que se tem um conjunto de criação de faculdades de filosofias em vários estado do Brasil, que embasaram seus currículos de acordo com o da USP e da Faculdade Nacional de Filosofia (SILVA, 2015).

Veja no quadro 01 as cátedras referente à primeira grande curricular da USP de 1934 a 1952 (a partir de 1952 foram criadas as disciplinas pelo departamento de geografia).

Quadro 1: Cátedras do curso de Geografia e História da USP (1934 – 1952)

CURSO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA 1934-1952	
CADEIRAS	
Elementos de Geologia (Geologia e Paleontologia)	2º assistente Josué C. Mendes.
Geografia Física	Prof. João Dias da Silveira
Geografia Humana	Prof. Pierre Monbeig
Geografia do Brasil	Prof. Aroldo de Azevedo
História da Civilização Antiga e Medieval	Prof. Eurípedes S. de Paula
História da Civilização Moderna e Contemporânea	Prof. Jean Gagé
História da Civilização Brasileira	Prof. Alfredo Ellis Junior
Etnografia e Língua Tupi-Guarani	Prof. Plínio Ayrosa
História da Civilização Americana	Prof. Astrogildo R. de Melo
Antropologia	Prof. Emilio Willems

Fonte: Camargo (2016)

A FAFI inicia seu curso de geografia integrado ao de história, formando bacharéis. Abaixo segue o quadro 02 a seguir com o primeiro currículo do curso de geografia naquela instituição.

Quadro 2: Disciplinas do Curso de Geografia e História da FAFI de acordo com regimento da instituição

PRIMEIRA SÉRIE	SEGUNDA SÉRIE	TERCEIRA SÉRIE
Geografia Física	Geografia Física	Geografia do Brasil
Geografia Humana	Geografia Humana	História Contemporânea
Antropologia	História Moderna	História do Brasil
História da Antiguidade e da Idade Média	História do Brasil	História da América
Introdução à Filosofia	Etnografia	Etnografia do Brasil
Introdução à Teologia	Teologia Dogmática	Teologia Moral

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Regimento da Faculdade de Filosofia do Piauí, disponível em Rêgo e Magalhães (1991, p. 40).

Quando analisamos esse currículo observamos que o currículo de geografia seguia em grande parte o que vinha sendo difundida como as bases da “geografia científica” no início do século XX. Em relação ao currículo da USP apresentado mais acima, a FAFI era criada sobre o prisma de geografia comum, com as mesmas bases temáticas e curriculares, seguindo quase na totalidade os principais eixos e orientações para a formação de geógrafos e geógrafas, de professores e de professoras em geografia acadêmica no Brasil. Além disso, cabe destaque a relação da geografia com outras ciências sociais, como história, antropologia e etnografia, originária da própria formação da geografia enquanto ciência.

Dessa forma, ao analisar o currículo acima, percebe-se a presença de cinco disciplinas ligadas à Geografia e uma presença mais forte de disciplinas ligadas à História. Além disso, principalmente, verifica-se a divisão e a estrutura dessas disciplinas em Geografia Humana e Geografia Física, mostrando a presença da dualidade da Geografia que se desdobrava desde o início do século XX.

A partir de 1964, em conformidade a lei nº 2.594, de 8 de setembro de 1955, o curso de história e geografia da FAFI foi desmembrado em duas formações distintas, passando a formar licenciados em geografia e licenciados em história (Freitas Filho, 2003; Silva 2015). Observe o quadro 03 abaixo, o currículo do curso de licenciatura em geografia da FAFI, após as reformas de 1963 e 1964.

Quadro 3: Currículo do Curso de Licenciatura em Geografia da FAFI, após as reformas de 1963 e 1964

PRIMEIRO PERÍODO	SEGUNDO PERÍODO
Teologia	Teologia
Introdução à Filosofia	Geografia Humana
Geografia Física	Geografia Regional
Geografia Biológica	Antropologia Física
TERCEIRO PERÍODO	QUARTO PERÍODO
Teologia	Doutrina Social da Igreja
Psicologia Educacional	Didática Geral
Geografia do Piauí	Administração Escolar
Geografia do Brasil	Cartografia
Antropologia Cultural	Geografia Regional do Brasil
	História Econômica Geral e do Brasil

Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores com base em Abreu e Araújo (2018).

Um processo de adaptação curricular ocorre tanto do ponto de vista nacional como local. Conforme Max Sorre (2003) a geografia se estrutura como um campo formado a partir em uma tríade entre física, biológica e humana. Além disso, no novo currículo foi inserida a disciplina de Geografia Regional, que havia guiado praticamente a formação da geografia da USP, com base na geografia Regional francesa, e também a Geografia Regional do Brasil, desdobrando uma tentativa de se ler a particularidade do território brasileiro e suas divisões internas.

Uma nova disciplina também passa a compor o novo currículo, a disciplina de Geografia do Piauí. Abre-se uma brecha para se refletir sobre a construção de uma adaptação também local das teorias da geografia moderna que eram já adaptadas pela geografia brasileira em outras regiões e estados. Entre os conteúdos da disciplina de Geografia do Piauí destacam-se o estudo da bacia do rio Parnaíba, a produção econômica para exportação (cerade carnaúba, babaçu e gado bovino), as serras e suas localizações, os limites do Piauí, Piauíno cenário nacional do ponto de vista econômico, relação entre São Paulo e Piauí no que se refere as migrações e trocas econômicas, desenvolvimento Regional da região sul, recursos econômicos do nordeste,

desenvolvimento comercial do nordeste e estradas nordeste.

Um pensamento colonizado, de certa forma, também foi elaborado na geografia da FAFI, sobretudo em relação ao preconceito que existia sobre esse estado, quando comparado ao estado de São Paulo. Essa era uma das ideologias da época, que entendia o Piauí como estado atrasado e de miséria. Evidenciava-se na disciplina de Geografia do Piauí, que querer igualar o Piauí com São Paulo seria “tolice”. Existia um discurso que via o Piauí como um estado de povo pobre, sem cultura e que não sabia aproveitar as possibilidades existentes no estado, sendo São Paulo o grande centro de civilidade e desenvolvimento (DOSSIÊ DA FAFI, 1967).

De alguma forma, o currículo nos serve também para afirmar como se deu o processo de institucionalização da geografia como ciência moderna, sobretudo, dos conhecimentos de uma geografia triádica (física, biológica e humana), mesclada com as influências da geografia regional francesa e ligada a fundação dos cursos de Geografia, na USP, e as instituições de planejamento, como IBGE, Sudene, Sudam, em processo de consolidação.

OS DOCENTES, PRINCIPAIS REFERÊNCIAS INTELLECTUAIS E “FORMAÇÕES EVANGELIZADAS” NO CURSO DE GEOGRAFIA DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ

Dentre os professores de geografia da época destacam-se alguns como Álvaro Alves Ferreira, Valter Alencar Rebelo, João Alfredo Ferreira, João Gabriel Baptista, José Camilo da Silveira Filho e Delfina Borralho Boavista.

Abreu (2020) ainda pontua, referindo-se aos professores da FAFI, que estes “eram o que de melhor havia nos meios intelectuais do Piauí”. De alguma forma, os professores de geografia faziam parte da elite letrada de médicos, padres, advogados, agrônomos, cirurgiões-dentistas, engenheiros e outras formações eruditas que detinham leitura e formação em áreas distintas das humanidades e das linguagens.

Além disso, percebe-se que as profissões dos docentes da FAFI giravam em torno de áreas como medicina, engenharia e advocacia. Essas profissões como estão entre as primeiras ciências institucionalizadas no Brasil no século XIX. Edmundo Campos Coelho denomina essas áreas como “profissões imperiais”, uma vez que

demonstra a consolidação dessas áreas no Brasil Império, bem como suas articulações com os Estado, sua regulamentação, a formação de associações, e o aligeirado crescimento no número de formados dessas áreas no Brasil dos oitocentos (Coelho, 1999).

De acordo com os dados do questionário, o geógrafo Emmanuel de Martonne se destacava como referência mais utilizada e como referência estrangeira, estudado na disciplina de Geografia Física. Aliás, este autor havia “influenciado decisivamente a geomorfologia brasileira da época através de cientistas como João Dias da Silveira, Aziz Nacib Ab’Sáber e Fernando Flávio Marques de Almeida” (MARQUES NETO, 2012, p. 1).

Outras referências utilizadas eram Aroldo de Azevedo e Pedro Pinchas Geiger. Este primeiro, como uma das principais lentes da Universidade de São Paulo (como professor de 1946-1967), tendo como mentor Pierre Monbeig, teve grande influência da geografia francesa. Segundo Sandra Lencioni (2012) Aroldo de Azevedo, além de membro da AGB e do Boletim Paulista, torna-se um geógrafo importante para se compreender o processo de formação da geografia brasileira.

No que se refere ao geógrafo Pedro Pinchas Geiger, alguns dos debates traçados pelo geógrafo se encontravam diretamente com o currículo e as matérias dispostas para o curso de geografia, como evolução da ocupação humana, a estrutura urbana, as divisões regionais e regionalização do território brasileiro, as cidades nordestinas e sua análise, a estrutura espacial do Brasil, a industrialização e a agropecuária, etc. Temas que se encontravam com uma geografia nacional neopositivista que também evoluía para o debate do planejamento regional e atuação estatal (ALVES E PINTO, 2012).

Além disso, tendo sido organizada a geografia acadêmica no Piauí no âmbito de uma instituição católica, isso revela até mesmo um caráter derivado da Geografia Tradicional. Um dos representantes dessa Geografia Tradicional, conforme coloca no Moraes (2007), foi Karl Ritter (1779-1859). Para esse pensador clássico da geografia, os lugares possuíam uma ordem estabelecida por Deus. Acreditava que o papel da geografia seria estudar a organização dos lugares, pois os mesmos manifestavam os desígnios de Deus. “[...] Assim, a Geografia é, em última instância, um caminho para se penetrar nos mistérios da „essência divina no globo“ [...]” (MORAES, 1989, p. 166).

Portanto, essa geografia de caráter religioso se manifestava a partir da inserção



da disciplina de Teologia no currículo do curso de geografia da FAFI. A presença dessa disciplina mostra um controle que a religião procura ter sobre a ciência. Era uma ciência pautada pelos ditames da fé, no sentido manter um *status* conservador e afastar o ateísmo do pensamento do seu alunado. Ensinar geografia na FAFI seria, portanto, uma forma de levar os alunos ao conhecimento do divino pelo viés da ciência, sendo importante salientar que os professores dessas disciplinas eram padres.

De acordo com o documento Dossiê da FAFI, entre os conteúdos estudados nas disciplinas de Teologia, uma vez que a mesma estava presente em mais de uma série do curso, destacavam-se: a encarnação de Jesus Cristo, Cristo e a natureza divina, a redenção por Jesus, a unidade da igreja, a apostolicidade de igreja, igreja e restauração da sociedade pelo trabalho, liberdade religiosa, a vida do próximo, a família, a missa, liberdade e consciência e a igreja como instituição de Cristo. Dessa maneira, percebemos que os bacharéis e licenciados em geografia da FAFI eram, sobretudo, “profissionais evangelizados”. Isso refletiu até mesmo no exercício de suas profissões, uma vez que foram ensinados a terem uma postura mais calma, respeitosa, de resignação e subserviência, sendo, portanto, comportamentos requeridos aos seguidores da religião cristã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo descrever a organização curricular do curso de geografia da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, tendo em vista suas relações com os primeiros cursos de geografia no Brasil, assim como, compreender quem eram seus docentes, e principais referências intelectuais, entre os anos de 1958 e 1971.

Destacou-se também o fato de o curso ser ofertado em uma instituição católica, onde durante todo o curso os alunos tinham de cursar disciplinas ligadas à essa religião, como Teologia e Doutrina Social da Igreja. Além disso, muitos dos docentes eram padres, o que leva a inferir sobre a existência do controle da ciência e do intelectual pela fé, gerando o que denominamos de “formações evangelizadas”.

O currículo do curso de geografia da FAFI era clássico, humanista e de caráter positivista. Carregava consigo forte teor da geografia francesa, que influenciou a

geração dos geógrafos da USP e do IBGE, na década de 1930. O currículo em questão passou por mudanças decorrentes da implantação de disciplinas pedagógicas, com acréscimo de mais um ano de curso. As disciplinas se estruturavam, inicialmente, a partir da tríade formada pela geografia física, humana e biológica.

Posteriormente se inserem os estudos regionais, tendo a região como a interação entre o homem e meio, uma singularidade espacial que dava a geografia um sentido científico mais pragmático. Além disso, surgem as disciplinas de Geografia do Brasil, com forte caráter determinista, e a Geografia do Piauí, que privilegiava os aspectos físico-naturais, em detrimento das reflexões sociais, sendo também uma geografia que produzia um discurso neocolonial do Piauí em relação a centralidade, internamente, de São Paulo e, no exterior, da Europa como centros evoluídos mundialmente.

Desse modo, a estrutura do curso de Geografia montada sob as bases de uma Geografia Física, Biológica e Humana parecem também dialogar bastante com as definições que Max Sorre e parte da geografia francesa, ligada ao domínio da técnica sobre o meio, como propõe as análises sobre os gêneros de vida. Contudo, vimos que um conjunto de singularidades parecem despontar, como o ajuste disso para pensar a região nordeste e o planejamento regional, a geografia do Piauí e as modernizações sobre o território, a cidade e o campo.

A FAFI formava professores e professoras para entender a natureza, o território, o desenvolvimento regional, o mundo letrado, as identidades nacional, regional e local, de certa forma, acessar a difusão da ciência nacional. Da mesma maneira, formava um professor e uma professora obediente às orientações da Igreja Católica, ligados politicamente aos preceitos religiosos cristãos.

REFERÊNCIAS

ABREU, I. G. Entrevista especial. [entrevista concedida a] **Humana Res**. Teresina. v. 1, n. 2, p. 175 – 181, jan./ jul. 2020.

ABREU, I. G.; ARAÚJO, J. L. L. Trajetória do curso de graduação em geografia da UFPI, no Piauí, em seus 60 anos: Um pouco da trajetória do curso de geografia da UFPI, desde a FAFI, e seus primeiros momentos naquela instituição (mesa redonda). *In: Ciclo de Estudos em Geografia, Análise Ambiental e Educação*. Teresina. 22 e 23 nov. 2018. (Texto não publicado).

ALVES, C. G.; PINTO, H. G. A trajetória intelectual de Pedro Pinchas Geiger segundo suas obras na revista brasileira de geografia. *In. III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico I Encontro Nacional de Geografia Histórica*, 2012, Rio de Janeiro. História da Geografia no Brasil, 2012.

ARAÚJO, R. de C.. **A constituição do corpo docente e do ensino secundário no Piauí (1942- 1982)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2012.

CAMARGO, L. dos S. **Percursos da geografia regional do curso de Geografia da Universidade de São Paulo, 1934-2014**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

COELHO, E. C. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930**. São Paulo. Record, 1999.

FREITAS FILHO, B. R. **História da Faculdade de Filosofia do Piauí**. Teresina. Graf. Ibiapina, 2003.

FROTA, T. R. **“SOB AS ASAS DA CORUJA”**: A Faculdade Católica de Filosofia do Piauí e a formação docente no estado (1958-1971). 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPHGB) da Universidade Federal do Piauí(UFPI). Teresina, 2020.

LENCIONI, S. Aroldo de Azevedo: um geógrafo da Universidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 92, p. 37-49, 2012.

MARQUES NETO, R. Contribuição dos geógrafos franceses para o desenvolvimento da geografia física brasileira na primeira metade do século vinte: Emmanuel de Martonne e as superfícies de erosão. **Revista de Geografia**. Juiz de Fora – MG. V. 2, n. 1, p. 01 -13, 2012.

MELO, A. M.V.V. de. **Os alicerces da educação superior no Piauí**: Uma avaliação das experiências das faculdades de Direito e Católica no Piauí (1930 – 1970). 2006. Dissertação (Mestrado em educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2006.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo. Annablume, 2007.

_____. **A gênese da geografia moderna**. São Paulo. Hucitec-Edusp, 1989.

PEREIRA, M. das G. M. R. **O Curso de Filosofia da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI) no período de 1957 a 1970**. 2003. Dissertação (Mestrado em educação). Programa de Pós-graduação em educação. Universidade Federal do Piauí. Teresina,

2003.

RÊGO, M. P. S. N. N.; MAGALHÃES, M. S. R. **O curso de Letras da UFPI: um fio daFAFI.** Teresina. EDUFPI, 1991.

SILVA, F. das C. R. da. **Organização do currículo e construção do conhecimento:** uma análise da licenciatura em Geografia da UFPI. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

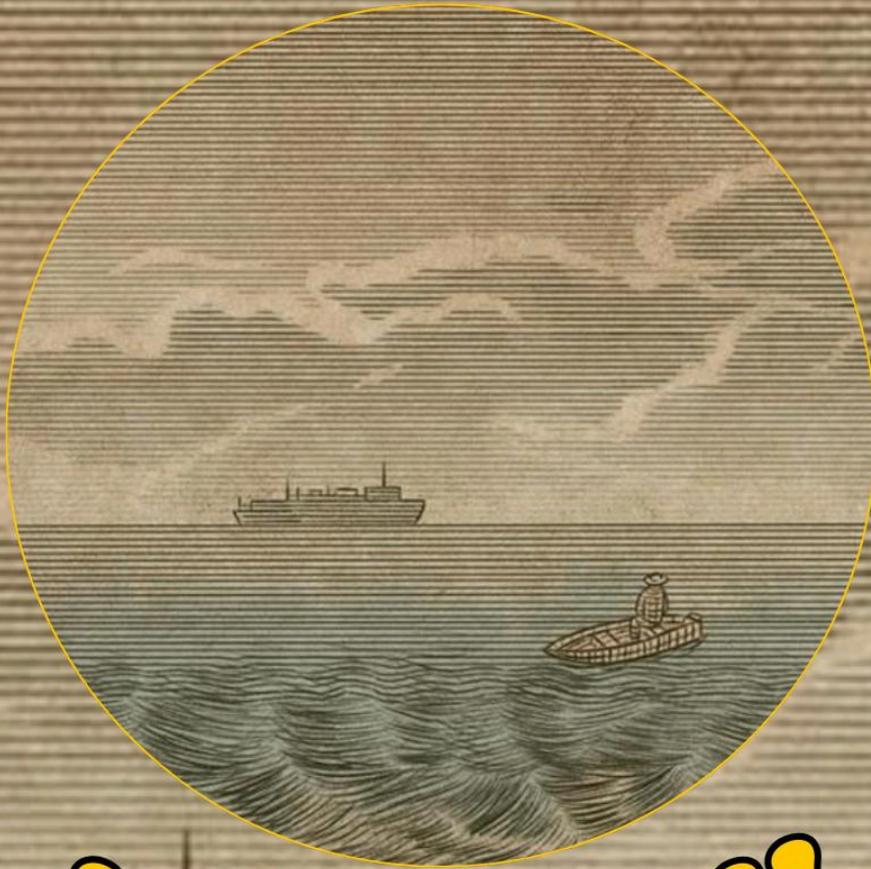
SOUSA, M. F. de; BOMFIM, M. do C. A. do; PEREIRA, M. das G. M. R. (org.). **Anais do Seminário Presente do Passado:** a Faculdade Católica de Filosofia na história da educação do Piauí. Teresina. EDUFPI, 2002.

SOUSA NETO, M. F. de. Narrativas em História da Geografia na Geografia Histórica do Capitalismo. In. LIRA, L. A. de; SOUSA NETO, M. F. de; DUARTE, R. B. **Geografia das ciências, dos saberes, e da história da Geografia.** São Paulo. Alameda, 2020, p. 129-134.

SORRE, M. A geografia humana (introdução). **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.137 – 149, 2 dez. 2003.

ZACHARIADHES, G. C. **Diálogo, modernização e conflito:** uma biografia do Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela. 2018. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2018.

VI ENHC



IV ENGH

GRUPO DE TRABALHO (GTs) - N° 4
Geografia Histórica das cidades, dos
espaços rurais e do planejamento
territorial

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE CARTOGRAFIA E MEMÓRIA ENQUANTO POSSIBILIDADES PARA SE PENSAR O RACISMO E AS RELAÇÕES RACIAIS NA HISTÓRIA DAS CIDADES BRASILEIRAS

Albert Milles de Souza¹

RESUMO

O presente trabalho é um esforço preliminar que tem por objetivo estabelecer caminhos e reflexões para se analisar as cidades brasileiras e sua história a partir de uma perspectiva racial enegrecida, tendo a cartografia e a memória enquanto um repertório possível. Metodologicamente, estabeleço uma sistematização de literatura sobre as categorias de raça e racismo, a cartografia, e a história urbana e memória. Parto de um referencial teórico crítico que aciona as categorias de Modernidade e Colonialidade enquanto possibilidades analíticas e explicativa para compreender a história urbana de modo racializado. Enquanto sínteses encontradas, percebo que a articulação entre a memória e repertório dos sujeitos no espaço urbano e a cartografia possibilitam um (i) reconhecimento, espacialização, visualização, divulgação, e posteriormente, compreensão, visão e problematização das espacialidades negras na cidade, bem como contribui no processo de reconstrução, atualização e transgressão das tradicionais leituras e estudos sobre o espaço urbano, permitindo associadamente um (ii) exercício teórico-epistêmico-metodológico de reflexão sobre quais possibilidades espaciais podem sair da memória dos sujeitos negros na cidade e auxiliar os estudos urbanos na (re)construção de uma história das cidades enegrecida.

Palavras-chave: Relações Raciais; Racismo; História Urbana Enegrecida; Cartografia.

ABSTRACT

This work is a preliminary effort that aims to establish paths and reflections for analyzing Brazilian cities and their history from a black racial perspective, using cartography and memory as a possible repertoire. Methodologically, I establish a systematization of literature on the categories of race and racism, cartography, and urban history and memory. I start from a critical theoretical framework that activates the categories of Modernity and Coloniality as analytical and explanatory possibilities to understand urban history in a racialized way. As syntheses found, I perceive that the articulation between the memory and repertoire of the subjects in the urban space and cartography enables a (i) recognition, spatialization, visualization, dissemination, and later, understanding, vision and problematization of black spatialities in the city, as well as contributing to the process of reconstruction, updating and transgression of traditional readings and studies on urban space, allowing in association a (ii) theoretical-epistemic-methodological exercise of reflection on what spatial possibilities can come out of the memory of black subjects in the city and assist urban studies in the

¹ Doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (IPPUR/ UFRJ).

(re)construction of a blackened history of cities.

Keywords: Race Relations; Racism; Blackened Urban History; Cartography.

INTRODUÇÃO

Pensar a história das cidades na atualidade nos impõe considerar uma série de elementos enquanto possibilidade analítica. Do ponto de vista teórico-conceitual, um conjunto de noções, conceitos e categorias já estabelecidos determinam e enredam percursos e caminhos de interpretação nesses estudos. E pensando seus procedimentos metodológicos o leque se amplia, multiplica-se em uma miríade de possibilidades que não cabe, nem é nosso objetivo, enumerá-las aqui. Todavia, partindo do lugar de pesquisadores, ao me debruçarmos sobre a história urbana, como compreender a conformação desse espaço em sociedades historicamente marcadas pelo racismo? E quando indago “como”, provoco em dois sentidos. Primeiro, à lentes teóricas que muitas das vezes ao colocar a um plano secundário as dimensões corpóreas, da cultura, da ação e agências; acabam por desconsiderar a raça enquanto elemento constituinte das relações sociais e que engendra o espaço, espacialidades urbanas e a sua história (SANTOS, 2012; SANDERCOCK, 1998). Segundo, devido ao caráter estruturante dessas dimensões ao qual advogamos, questiono quais ferramentais podemos – precisamos – criar, quais teorias sociais e geográficas que envolvem os estudos urbanos possibilitam refletir as relações raciais enquanto constituintes das relações socioespaciais; quais repertórios, metodologias e procedimentos metodológicos podem contribuir para esse processo, num movimento em direção tanto de renovação teórico-analítica, quanto de percepção, levantamento e obtenção, registros de fontes.

É a partir de tais questionamentos que objetivo estabelecer caminhos e reflexões para se analisar as cidades brasileiras e sua história urbana a partir de uma perspectiva racial enegrecida, tendo a cartografia e a memória enquanto repertórios possíveis. Cabe ressaltar que esse trabalho consiste em um esforço preliminar de construção de possibilidades investigativas a serem operadas no processo de trabalho e elaboração de tese, mas que de certo modo também contribui para instigar reflexões e questionamentos entorno de convencionais metodologias e pesquisas sobre o urbano, e de aberturas de agendas de pesquisa futuras de caráter metodológico.

Metodologicamente, estabeleço uma revisão e sistematização de literatura sobre a temática. Uma articulação entre leituras que tencionem concepções tradicionais e estruturalistas do real com uma bibliografia de raça, a partir de leituras assentadas em uma perspectiva descolonial, que considera a raça e o racismo enquanto constituinte social e processos inerentemente espaciais. Após, em um exercício de síntese construo um diálogo entre a cartografia – como repertório investigativo (ferramenta política e linguagem) – enquanto possibilidade metodológica, ancorada na memória enquanto elemento de consideração e análise, de leituras de distintas e as vezes sobrepostas temporalidades, que longe de serem estáticas podem se condensar e possibilitar uma série de reflexões analíticas. Isso porque, compreendo que a memória pode ser uma dimensão, um recurso acionado para o processo de mapeamento e espacialização de referenciais negros – dinâmicas espaciais pretéritas, patrimônio e lugares – na cidade.

Assumindo que o racismo promove invisibilização e apagamentos, expressos espacialmente, viso contribuir para a construção de possíveis caminhos e indicadores da presença e de agências negras no espaço urbano, promovendo uma base de uma visualização e espacialização, visando uma cartografia negra da história das cidades brasileiras.

POR QUE DESCOLONIZAR E RACIALIZAR LEITURAS SOBRE O ESPAÇO URBANO?

De modo direto, faz-se necessário questionar determinados preceitos teóricos interpretativos, essencialismos sobre o espaço urbano, complexificando e também descolonizando suas leituras. Advogamos que as experiências sociais negras podem e devem se transformar em princípios de análise e compreensão do urbano, pois contribuem para uma contribuição ampla, na medida em que revelam processos até então incompreendidos, velados e/ou apagados (THOMAS, 1994); auxiliam a superar o que Adichie (2019) definiu como “o perigo de uma história única”, da construção de narrativas constituídas a partir de um único lócus de enunciação, em geral: absoluto, universal, e historicamente moderno-colonial. Como já demarcamos na introdução, ao observarmos as formas de produção e sistematização do conhecimento no Brasil constatamos que estas foram e ainda são historicamente marcadas por uma abordagem de um (i) padrão colonial e racial e (ii) que desconsidera a dimensão do corpo e das

agências enquanto estruturadas, mas também estruturantes dos processos sociais (BOURDIEU, 1989).

Compreendo que isso se deve ao fato de que, tanto o espaço urbano quanto as análises sobre este – o que envolve a relação sujeito de análise e sujeito analisado – se constituiu(iram)sobre uma perspectiva moderno-colonial. Um modo de ver, experienciar e intervir sobre o mundo de tendência universalista, hegemônica e padronizadora, que sistematizam, organizam e delimitam uma forma de conhecimento, e também hierarquizam e subalternizam seus diferentes tipos (QUIJANO, 2005). Essa dimensão, também tomada como lógica – forma de ler, conceber e raciocinar sobre o mundo –, estabelece qual será o olhar válido e os seus elementos a serem considerados e qual o estatuto de cientificidade. Ela define quem é digno de produzir esse conhecimento e ser reconhecido por tal ação, e ainda quais sujeitos e quais práticas são merecedores ou não de serem reconhecidas e valorizadas no espaço urbano.

Em suma, a forma com que esse padrão de conhecimento foi reproduzido sinaliza a complexidade e profundidade das limitações e insuficiências teórico-interpretativas que nos situamos quando vamos olhar o urbano sob a ótica racial. Temos um saber crítico, mas de lentes importadas e/ou obsoletas que analisam de forma insuficiente nosso urbano e age sobre ele e seus sujeitos de forma equivocada, para não dizer colonial e excludente.

Considerando as insuficiências teórico-analíticas em debate, destacamos e acusamos tendências de abordagem que privilegiam um olhar sobre os processos e estruturas que produzem o espaço urbano em detrimento da dimensão do corpo e das agências, como se fossem dimensões desassociadas ou que a segunda fosse imutavelmente subordinada a primeira. Estabeleço tal crítica pois, primeiramente compreendo que há uma tendência de assimilação dos grupos sociais – da classe, ou a despeito da definição, do conjunto de indivíduos analisados – como um bloco homogêneo, sem compreender a complexidade das relações de poder envolvidas – econômica, mas também racial, cultural, de gênero – em suma, as relações e estratégias de dominação e subalternização para além da exploração econômico-material (SMITH, 1996). Segundo, pois analiticamente também perdem de vista o modo constituinte dessas estruturas, que entendo serem atravessadas pelo *habitus*, um modo de ser, pensar e agir no e sobre o mundo que engendram – e dialogicamente são engendrados – as

relações concretas e suas representações (BOURDIEU, 1996). Chamamos por *habitus* o (um) princípio gerador e sobretudo unificador que vai sistematizar, unificar e traduzir as características intrínsecas, como práticas, bens – capitais – e estilo de vida – de um agente singular ou de uma classe de agentes. Que estabelece relações de poder e dominação na medida em que é, são diferenciados, distintos e também diferenciador(es), é (são) operadores de distinções. Assim, princípios geradores de práticas distintas e distintivas, esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão, que se tornam diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira *linguagem*.

Por isso defendemos que muito embora chamada estruturada – condicionada a processos históricos e/ou sociais mais alicerçantes, perenes e que organizam a vida social – a dimensão racial também é estruturante na medida que condicionam as relações sociais, e inerentemente espaciais, em curso e com isso engendram nossos processos, eventos, espacialidades, dinâmicas (SANTOS, 2012). São dialógicos, e assim, ao nosso ver também estruturais – estruturados e estruturantes (BOURDIEU, 1989). E atravessada por um *habitus* que foi constituído em uma sociedade marcada racialmente e pelo racismo, compreendemos por efeitos geram-se apagamentos e invisibilizações de uma multiplicidade de dimensões – como a da raça – e dos eventos e de processos que a constituem, seja do/no ponto de vista teórico-analítico, seja social, no cotidiano. Poderíamos assim dizer de um racismo estrutural que se estabelece dialogicamente.

Pensando nas espacialidades urbanas, a raça se constitui enquanto um fator, elemento, dimensão, fundamental para se compreender a cidade nas sociedades modernas e ainda coloniais, pois ela foi, e ainda é um crivo ordenador das relações que vai conformar nossos *habitus* – na medida em que estes evocam práticas socioespaciais calcadas numa maneira de ser, que envolvem dominação, poder, classificação e inculcação de valor. Nesse sentido podemos considerar a modernidade enquanto o “motor promotor” da constituição de um *habitus* colonial e racista, por se consubstanciar enquanto um projeto societário que, já desde os séculos XV e XVI, constituiu o racismo enquanto um sistema de dominação em que as relações de poder se dão a partir da classificação social que é racial (QUIJANO, 2005). Os elementos que serão valorados ou não, e com isso que classificarão e hierarquizarão os sujeitos na cidade se dão a partir da raça. Elementos fenotípicos, como a estética, traços corpóreos faciais e a cor da pele; e genotípicos como a ancestralidade e herança genética; e ainda elementos

socioculturais, como religião, tradição, modos de vida e saberes, constituíram essa base classificatória. Uma dupla dimensão biomaterialista e bioculturalista (TAGUIEFF, 1997).

Desse modo, o racismo enquanto condição basilar e também constituinte moderno-colonial vai estabelecer práticas e dinâmicas espaciais que engendram estruturalmente uma produção espaço-racial, sendo a cidade, o lócus por excelência dessa realização da modernidade, colonial e racista. Através da raça opera estratégias de ordenação e produção espacial, calcadas em mecanismos de classificação e hierarquização de corpos não-brancos, produzindo segregação e exclusão, gerando consequentemente uma construção racista de cidade. Portanto, ela, a raça se constituiu e ainda se constitui enquanto um constructo fundamental na formação e organização das cidades, especialmente, mas não apenas, as periféricas. Confirmamos isso ao se observar a formação das cidades brasileiras, tanto em sua forma colonial, nos espaços destinados a negros, como os pelourinhos por exemplo, quanto na sua forma moderna, quando a partir de um projeto modernizador importou um padrão de cidade, e de espacialidade, europeia e alijando negro das áreas centrais da cidade. Tais processos podem ser expressos na reforma urbana do início do século XX da cidade do Rio de Janeiro, a Reforma Pereira Passos.

Corroborando com nossas reflexões, ao analisar os estudos urbanos de perspectiva crítica dos últimos tempos, Smith (1996) nos provoca e argumenta que as respostas sobre a crise do urbano desse mundo em mutação perpassam antes por uma reflexão sobre as análises sobre essa crise. Ao seu ver, as leituras predominantes, hegemônicas, não dão conta de explicar essa realidade pois, devido a uma operacionalização demasiadamente abstrata de alguns de seus conceitos, não conseguem inquirir, compreender quais processos produzem e se reproduzem nesse urbano. Perdem, por exemplo, a dimensão que as questões raciais e de gênero engendram espacialidades. Ao invisibilizar outros lócus de enunciação, os “estudos críticos tradicionais” promovem um apagamento dos contextos de produção social, de conhecimento, e suas transformações em curso.

Por isso é inadiável refletir sobre outros olhares, categorias e métodos de análise para pensar o urbano. Muito embora dissertamos destacadamente sobre o racismo, não se pode falar dele sem um antirracismo, pois apesar de apontarmos e denunciarmos uma

estrutura social constituída e pautada em um projeto societário violento e subalternizador, esse projeto não se faz sem resistências e contraposições. Através das agências, de formas de vida, dos seus saberes, da forma de se reproduzirem, da cultura, que os sujeitos negros se reinventaram, resistiram e disputaram seus espaços, corpos, epistemes e modo de vida, sua própria existência.

E, pensando o espaço na história, as existências e presenças de grupos socioculturais, através da sua produção, edificações e relações, deixaram e deixam marcas cristalizadas no espaço geográfico (SANTOS, 1991), tanto na paisagem quanto nas práticas espaciais, impressões e heranças, que existem e re-existem ao apagamento produzido (PORTO- GONÇALVES, 2014). Dessa forma, identificar determinados locais de ações-resistências (GUIMARÃES, 2014) e as estratégias negras de liberdade (MATTOS, 2008) no espaço urbano, é essencial no processo de disputa da produção do conhecimento e interpretações sobre o espaço urbano no Brasil atual. São lugares e territórios que configuram, resguardam e conservaram práticas culturais, saberes, memória e agências, em suma um patrimônio da população negra em diáspora.

POR QUE A CARTOGRAFIA?

A despeito do conjunto de definição e caracterização do que a cartografia consiste, entendemos- a enquanto um repertório, forma e linguagem, uma representação que se constitui um instrumento de comunicação e criação de uma imagem espacial. Assim, a propomos enquanto possibilidade de resgatar, preservar e promover a memória negra do e no espaço urbano, as grafias dessa memória. Isso pois, mapear-se significa, expressar minhas formas de representação e percepção, possibilita exprimir sua territorialidade, autodeterminação, soberania e também autonomia, assim, minha existência. Na medida em que esta nos possibilita ampliar as leituras oriundas de raciocínios centrados no espaço, vai se constituir em um potente repertório no processo de reconhecimento e construção de memória e visibilização dos sujeitos negros suas e práticas espaciais na história do espaço urbano.

É importante ressaltar que, tamanha a relevância da cartografia, não por acaso ao longo da história ela se estabeleceu como uma prática e instrumento fundamental na constituição do atual sistema-mundo, auxiliando os grupos hegemônicos na formação

dos estados-nação, na expansão territorial destes (LACOSTE, 1988) e no processo de colonização do sul-global. Os mapas cumpriram um papel substancial para a formação de um projeto moderno-colonial, na medida em que o saber cartográfico em desígnio, sob ideais de progresso e modernidade (i) definiu, impôs e controlou as formas de representação do espaço, constituindo então uma representação espacial eurocentrada; (ii) engendrou e conformou um ato de olhar para o próprio lugar, para a vida e para a sociedade pautado em lógicas imitativas, como de progresso e atraso, moderno e arcaico (HARLEY, 2009). Em consequência, essa articulação entre cartografia e modernidade se disseminou e planetarizou, construindo um modo de olhar - pensar, planejar e constituir - o espaço urbano a partir do modelo europeu, sua forma, seus modos, seu *ethos*, produzindo um padrão imitativo social, o espaço urbano da modernidade.

Depreende-se então que a cartografia é um produto e prática social, que foi e é engendrada a partir de estruturas e relações de poder, modernamente racializadas, que historicamente construiu apagamentos e invisibilizações, olhares enviesados, histórias cartografadas únicas. Assim, mapa enquanto um resultado desta não é um reflexo passivo da realidade, porque age sobre ela criando imaginários e discursos, que irão conseqüentemente, também dar origem, criar ações e intervenções. Com isso, compreendemos então a capacidade de produção e transformação de imaginações espaciais da cartografia, que essa forma-ferramenta-representação está em disputa em múltiplas dimensões (SANTOS, 2011) e pode auxiliar em uma compreensão de espaço urbano mais enegrecida. Pode expor e elucidar outros elementos no/do espaço, “espaços em branco” que historicamente uma tendência cartográfica de visão eurocêntrica, rígida e canônica, desconsiderou ou tornou inaceitável (HARLEY, 1991).

Por isso, ensejamos novas possibilidades de compreender o espaço urbano, disputando suas tradicionais representações e propondo outros elementos: os, sujeitos negros e suas práticas espaciais, seus fluxos, suas dinâmicas de interações e marcas grafadas historicamente na cidade. Constituir do mesmo modo outros referenciais temáticos, e até então sub-categorizados. Pois, para além da leitura do passado, essas representações espaciais podem e devem orientar nossas formas de ler o presente e a possibilidade de projetar o futuro.

ELEMENTOS PARA UMA CARTOGRAFIA NEGRA NO/DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DA MEMÓRIA

Intenta-se a partir dessa relação cartografia e memória indicar algumas possibilidades metodológicas para a construção de indicadores espaciais negros para uma cartografia negra. Nossa proposta para cartografia consiste em: visibilizar os sujeitos, seus patrimônios e suas práticas apagadas, isso a partir da memória das pessoas, que serão expressas em suas narrativas, possibilitando assim uma espacialização de tais registros para com isso estabelecer possibilidades. Por memória, em uma dimensão individual entende-se enquanto uma categoria biológica/psicológica que diz respeito à capacidade de armazenagem e conservação de informações. Contudo compreendendo que esta tem uma dimensão coletiva, e a cidade é uma aderência que liga os indivíduos, coletivos e grupos sociais (ABREU, 2013). Assim, partindo da concepção do mesmo autor, a memória de uma cidade se refere “ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade” (ABREU, 2013, p. 31), e é específica àquele contexto sócio-histórico e aquela base material.

A partir do exposto, propõe-se uma cartografia que elucide dinâmicas e espacialidades, presenças e elementos negros na cidade, mas também que possibilite aos sujeitos – que poderão ser entrevistados e/ou cartografados – serem protagonistas nesse processo, tanto operacional quanto de representação, como por exemplo estabelecendo suas próprias iconografias, a partir de suas imaginações espaciais. Entendemos que os estoques de lembranças se fazem a partir de múltiplas dimensões para além da paisagem, arquivos ou instituições de memória.

Dito isso, para identificar elementos negros no espaço urbano almejando uma (re)construção de uma memória mais enegrecidas das cidades brasileiras de início indicamos dois exercícios de olhar teórico-analítico. Primeiro, compreender e considerar que corpo e território para além de deixarem registros e marcas no espaço geográfico também são produtores e constituintes de memórias - e também são marcados por ela, pois, nossa performance e nossas ações criam repertórios (TAYLOR, 2013), em processos de exercício da corporeidade e constituição de territorialidade. Como exemplo de tais processos podemos elencar as rodas de capoeira, jongo, rodas de

samba, mais recente o hip-hop, em suma, práticas culturais que grafam o espaço mais do que pela presença e territorialidade, mas também pelo sentido de pertencimento, unidade, conexão e com isso manutenção de uma tradição, de uma forma social negra, assentada – e em constante transformação no tempo – em princípios civilizatórios afro-diaspóricos (SODRÉ, 1988). Nesse ínterim, a memória vai ser uma substância que permitirá a perpetuação de um legado e patrimônio e com isso o lugar constituído dessas espacialidades será marcado simbolicamente, evocando lembranças e recordações, concebendo aos sujeitos ou grupos sociais que ali se reproduzem cotidianamente significados, pertencimento e vínculos, constituindo-se enquanto lugares geossimbólicos (BONNEMAISON, 2002).

Em segundo lugar, compreender que essa memória se comunica conosco também a partir do que se define por gramáticas espaciais urbanas, expressões, elementos que compõem a cidade e que constroem uma imagem e narrativa sobre ela, comunicam, informam, ecolonizam imaginários sobre o seu espaço urbano (MARTINS, 1997; DE CERTEAU, 1994; JACQUES, 2008). Expressam-se em múltiplos elementos do espaço como na criação toponímia – como ruas, pontes, prédios e etc. –; nos monumentos e símbolos presentes; e – como já apresentado acima – na corporeidade, tradições e cultural e patrimônio imaterial dos sujeitos que nele vivem.

Nesse sentido, todos os processos, sujeitos, formas e dinâmicas expostos se constituem enquanto elementos possíveis de mapeamento. Entendendo que a memória de uma cidade é distinta de uma memória urbana em si, pois é oriunda de um processo constitutivo próprio (ABREU, 2013) caberá ao sujeito quem está pesquisando construir seu percurso e arcabouço metodológico, investigando, sistematizando e classificando os elementos mais adequados para sua cartografia.

Abreu (2013) reforça a relevância da memória enquanto ferramenta para se acionar em uma regressão ao passado, pois há uma dificuldade de encontrar vestígios materiais do passado nas cidades brasileiras devido ao caráter relativamente recente das mesmas no geral. Entendendo que nossa paisagem, lugares e territorialidades são constituídos por uma constante imposição de um padrão-projeto hegemônico que historicamente invisibilizou e apagou a presença negra e suas formas de comunicação e reprodução, a memória pode (n)os possibilitar um fortalecimento dos mesmos nesse espaço de disputa. Há nos conjuntos de lugares, símbolos, signos e significados, de

práticas, performances e repertórios na cidade um estoque de materialidade histórica negra, e, portanto, um acervo a ser cartografado, resgatado, desvelado e elucidado.

Nessa perspectiva, compreendendo a importância e potência da cartografia para a compreender a história das cidades sob uma perspectiva racial enegrecida, propomos duas possibilidades cartográficas. A primeira, consiste em uma elaboração, qualificação e/ou atualização² de *cartografia racial de caráter convencional*, que denominaremos de tradicional. Propomos estabelecer uma identificação e espacialização de dados e indicadores sociais - como localização, renda, escolaridade, ocupação, expectativa de vida e acessos a serviços públicos - que nos permita um panorama, um quadro racial do espaço urbano a ser analisado e para além, estabelecer uma primeira identificação, no presente, de lugares negros na cidade.

A segunda possibilidade a proposta é construir uma “*cartografia dos elementos negros na cidade*”. Partindo da premissa de que “se apropriar de um saber espacial é se apropriar também do uso desse espaço”³ (informal verbal), ressaltamos o papel da memória, dos lugares geossimbólicos e das gramáticas espaciais urbanas para construir essa outra cartografia. Identificar e inventariar toponímias, presenças e territorialidades negras. Heranças como patrimônio material (construções, locais de culto religiosos, clubes sociais) e imaterial (como práticas culturais), lugares públicos de sociabilidades, e com isso, tentar reconstruí-las.

Na medida em que pode indicar pistas de elementos e presença negra nesses espaços no passado, esse mapeamento negro na/da cidade possibilita metodologicamente uma reconstituição e revelação e reconstrução imagética e das narrativas da história, dando assim maior possibilidade de entendimento de suas dinâmicas e processos. Compreendendo o espaço como vivo, a partir de uma localização prévia da cartografia tradicional poderá se visualizar as dinâmicas de interação, redes e atividades - culturais e familiares - que atravessaram o tempo, inquirir pistas para essa releitura da cidade. Por conseguinte, propõe-se partir para uma imersão no lugar, o diálogo com as pessoas presentes para a partir da oralidade estabelecer um resgate da memória. A elaboração desses mapas pode auxiliar a construção e reconstrução de dinâmicas até então apagadas. Apesar de um apagamento

² Colocamos dessa forma, pois há ainda muitos municípios que não possuem uma organização e espacialização de dados raciais em seu banco de dados.

e/ou transformações sofridas, as espacialidades que foram historicamente constituídas podem ter se mantido, não imutáveis, mas conservadas nesses registros históricos não tradicionais, mas que conservam lembranças, repertórios de ação, práticas e costumes, (re)existências.

Complementando, compreendo que o estabelecimento de uma “cartografia convencional” do tempo presente nos possibilita também construir a posteriori uma sobreposição e comparação entre a cartografias dos elementos negros na cidade. A partir disso, novas análises acerca das territorialidades existentes, das transformações das espacialidades e fluxos e das condições da população negra podem surgir, possibilitando ainda um novo produto, uma nova cartografia mais elaborada e acabada da população negra na cidade. Ressalto por fim que ao construirmos o processo cartográfico múltiplas formas de mapeamento podem ser utilizadas, não se restringindo às técnicas tradicionais e uma tecnologia digital. A proposta é que a metodologia se defina a partir do processo de diálogo e reflexão com todos os sujeitos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visamos com esse exercício teórico-epistêmico-metodológico refletir sobre nossa construção de conhecimento, sob uma perspectiva estrutural, mas dialógica, que assuma outras dimensões do real como estruturantes das relações socioespaciais, como a raça e o racismo. Tencionamos essa renovação a partir de procedimentos metodológicos de espacialização de elementos oriundos da memória e oralidade dos sujeitos negros na cidade. Se hoje, as formas e dinâmicas urbanas expressam gramáticas e narrativas espaciais colonizada e colonizadora, cabe a nós evocar outros sujeitos-vozes-experiências para a construção de uma história à contrapelo urbano (SANDERCOCK, 1998). Embasada em outras dinâmicas espaciais, trajetórias pretéritas, mas que resguardam possibilidades, caminhos futuros, na medida que aludem, expressam, contam uma outra narrativa da cidade, revelando, resgatando e preservando experiências, memórias e histórias do povo negro; dinâmicas mais horizontais e circulares.

A cartografia pode ajudar nessa busca, reconhecimento, espacialização, visualização, divulgação, e posteriormente, compreensão, visão e problematização das

espacialidades negras na cidade. Contribuí no processo de reconstrução, atualização e transgressão das tradicionais leituras e estudos sobre o espaço urbano. Sua articulação com dimensões da memória indica a importância de se repensar nossas lentes e metodologia, nossas formas de levantamento de fontes, e principalmente de consideração do que pode ou não ser fonte, do que pode ou não carregar registros. Cabe salientar que a proposta não visa estabelecer um guia sobre cartografia e memória, mas sugerir-las como possibilidade de linguagem e subsídio, condensadores da expressão de formas e experiências pretéritas de (re)produção do espaço urbano e suas (des)continuidades e permanências. Promover outros olhares analíticos: outros tipos de imaginação, tanto outras espaciais, mais racializadas, quanto outras raciais, menos quantitativista, abstratas e sem sujeito.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de. Sobre a Memória das Cidades in: **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

BONNEMAISON, Joël. – Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia Cultural: Um Século (3)**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. 311 p.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas-SP: Papirus, 1996. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Das ações resistências às ações afirmativas: lei 10639/2003. In: SANTIAGO, Ana Rita; MACÊDO, Marluce Lima (Org.) **Entre narrativas e metáforas: direitos educação e populações negras no Brasil**. Cruz das Almas: EdUFRB, 2014. p. 7-15

HARLEY, John Brian. A nova história da cartografia. **O Correio da Unesco**, 19 (8): 4-9, 1991.

HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. In: **Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia**, nº 5, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5724.html>>.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias Urbanas. In **anais: IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura-UFBA**. Salvador, 2008.

LACOSTE, Yves. **A Geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. Campinas:Ed. Papirus, 1988.

MARTINS, Leda. **Afrografias da memória**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MATTOS, Hebe Maria. **História oral e comunidade: reparações e culturas negras**. São Paulo, Letra e Voz, 2018.

MCKTTRICK, Katherine. *On plantations, prisons, and a black sense of place*. In: **Social & Cultural Geography**, 12:8, 947-963, DOI: 10.1080/14649365.2011.624280. 2011

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (2014) A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Argentina. Programa OSAL. 288 p. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf>> Acesadoem: 14 abr. 2014.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. In: Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANDERCOCK, Leonie. **Making the invisible visible: a multicultural planning history**. California studies in critical human geography. Berkeley: University of California Press, 1998

SANTOS, Milton. O presente como espaço: conferência pública proferida por ocasião do 150º aniversário da Universidade de Toronto em 03/12/1977. In: SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991. P. 9-35.

SANTOS, Renato Emerson. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: Renato Emerson dos Santos. (Org.) **Questões urbanas e racismo**. 1ed. Petrópolis: DP et Alii, 2012, v. 1, p. 36-66.

_____. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL**, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-17.

SMITH, Susan. Geografia urbana num mundo em mutação. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana: Sociedade, espaço e ciência**



social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a formação social negro-brasileira. Rio de Janeiro, Vozes: 1988.

TAGUIEFF, P. A. **O racismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Editora UFMG, 2013.

THOMAS, June Manning. Planning history and the black urban experience: Linkages and contemporary implications. **Journal of Planning Education and Research** 14 (1), 1-11, 1994.

GEOGRAFIAS ATLÂNTICAS: UMA PROPOSIÇÃO PARA PENSAR O BRASIL ANTES DO BRASIL.

Mariane de Oliveira Biteti¹

RESUMO

Geografias Atlânticas para pensar o Brasil antes do Brasil é parte de uma pesquisa ainda em fase inicial, que tem como objetivo principal tratar o processo de formação socioterritorial e ambiental brasileiro a partir das relações atlânticas com o continente africano, no período colonial. Partindo das referências da chamada História Atlântica, compondo com algumas reflexões filosóficas, pretendemos apresentar algumas possibilidades teórico-metodológicas da Geografia, ligadas sobretudo à espacialidade do movimento e da relação, para pensarmos os desafios epistemológicos e ontológicos da compreensão da formação do Brasil, não só ligado à terra, ao solo cultural, às culturas ditas nacionais, ou raízes, mas ao mar e à vida marítima, que se movimenta em fluxos e refluxos pelo Oceano Atlântico, fazendo surgir culturas e ambientes diversos nas margens continentais.

Palavras-chave: Geografias Atlânticas, Período Colonial, Atlântico Sul, Epistemologia, Ontologia.

ABSTRACT

Atlantic Geographies to think about Brazil before Brazil is part of research still in its initial phase, whose main objective is to address the process of Brazilian socio-territorial and environmental formation based on Atlantic relations with the African continent in the colonial period. Starting from references from the so-called Atlantic History, combined with some philosophical reflections, we intend to present some theoretical-methodological possibilities in Geography, linked above all to the spatiality of movement and relationship, to think about the epistemological and ontological challenges of understanding the formation of Brazil, not only connected to the land, to the cultural soil, to the so-called national cultures, or roots, but to the sea and maritime life, which moves in ebbs and flows across the Atlantic Ocean, giving rise to diverse cultures and environments on the continental margins.

Keywords: Atlantic Geographies, Colonial Period, South Atlantic, Epistemology, Ontology.

INTRODUÇÃO

Esse artigo é parte de um projeto em fase inicial intitulado Geografias Atlânticas e questão colonial. O nosso objetivo mais ampliado é propor uma abordagem do

¹ Professora Associada da UERJ – Faculdade de Formação de Professores, bitetimariane@gmail.com

Atlântico como condição existencial da formação socioterritorial e ambiental brasileira. O ponto de partida para tal proposição, sem dúvidas, provém de um acúmulo de estudos da chamada “História Atlântica”, campo que reúne muitos pesquisadores que se dedicam, sobretudo, aos estudos do mundo Atlântico no período da modernidade, tendo em vista o incremento das relações entre povos e lugares, no contexto de mudanças técnicas, econômicas e políticas que rearranjam o espaço em escala planetária nesse período.

Não é novidade para nós que o mundo dito moderno coexiste com a colonialidade, nesse sentido, há muitas abordagens que visam compreender a dimensão da coexistência e da complementaridade, tal como podemos ver em livros como “Capitalismo e Escravidão” escrito por Eric Williams nos anos de 1940, em “Bahia e a Carreira da Índia” escrito por José Roberto do Amaral Lapa nos anos de 1960, que mencionamos aqui a título de exemplos, diante de uma produção enorme de textos, escritos antes da emergência dos chamados estudos descoloniais, cuja tônica também é esta. Diante das vastíssimas referências que alimentam as nossas pesquisas sobre as relações atlânticas, não exclusivamente na História, mas também em outras áreas do conhecimento, cabe a nós tentarmos definir o que entendemos como Geografias Atlânticas.

Isso não se faz sem o reconhecimento do papel que o saber geográfico, antes mesmo da constituição da ciência geográfica, teve nas viagens atlânticas dos “descobrimientos” e das expedições, mas o presente texto não pretende desenvolver esse ponto por hora. O que pretendemos expor aqui é uma reflexão inicial e ensaística, sobre as possibilidades epistemológicas e ontológicas de uma abordagem geográfica que olhe, ao mesmo tempo, para Brasil e África desde o Atlântico, como forma de compreender processos e dinâmicas que acontecem nesse espaço do entre, e tocam as margens territoriais complexificando a nossa leitura do protoespaço brasileiro (MOREIRA, 2024) do período colonial.

POSSIBILIDADES DE LEITURA DAS GEOGRAFIAS ATLÂNTICAS

Uma das possibilidades das Geografias Atlânticas é deslocar de uma perspectiva centrada nos limites territoriais, sem, no entanto, abrir mão desta, para partir do

Atlântico como uma escolha que objetiva compreender as dinâmicas do movimento, dos contatos, dos “contágios” (GILROY, 2017), dos conflitos e, sobretudo, das coexistências. Trata-se de um desafio teórico-metodológico, pois, tal como diz Alencastro (2000, p. 9): “nossa história colonial não se confunde com a continuidade do nosso território colonial”. Tal argumento afirma a formação do Brasil no contexto das relações que se davam no Atlântico Sul, inclusive para desconstruir a ideia de que as relações coloniais sempre foram triangulares, envolvendo a metrópole (no caso Portugal), a colônia (Brasil) como fornecedora de matérias-primas quando do regime das plantations, e as feitorias no continente africano (Angola, Benin, Guiné, por exemplo) como fornecedores de africanos para serem escravizados. Segundo Alencastro (2000), a intensidade das negociações e a complementaridade dentro de um mesmo sistema, eram flagrantes no Atlântico Sul, tal como podemos ver quando o autor declara como seu objetivo:

Desde o final do século XVI, surge um espaço ateritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil do século XVIII. Não se trata, ao longo dos capítulos, de estudar de forma comparativa as colônias portuguesas no Atlântico. O que se quer, ao contrário, é mostrar como essas duas partes unidas pelo oceano sem complementam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo (ALENCASTRO, 2000, p. 9).

Compartilhamos do propósito expresso na citação, mas partindo disso, nos interessa pensar, do ponto de vista teórico-metodológico, o que também podem ser Geografias constituídas pelo movimento, algo que podemos ver, por exemplo, na teorização dos fixos e fluxos, em Santos (2002), mas considerando oferecer outros elementos à leitura do movimento na Geografia, além do reconhecimento das formas e objetos espaciais que se comunicam por meio dos fluxos. Supomos que essa visão possa embasar perspectivas que tendam a identificar origem e destino, partida e chegada, algo que em nossa abordagem pretendemos relativizar. Entendemos que a leitura do movimento em sua expressividade espacial, demande de nós a percepção dos “fluxos e refluxos” (VERGER, 2021), no sentido do reconhecimento das temporalidades da escala (CORRÊA, 2018) e das escalaridades (GRANDI, 2023).

Ou seja, de dinâmicas escalares que metodologicamente possamos identificar como tendências via repetição ou reprodução a partir da frequência, da intensidade ou

da direção, por exemplo (CORRÊA, 2018), mas que também nos ajude a entender que há certos “rastros da escalaridade” em “articulações”, “alcances” negociações, “projetos” (Grandi, 2023). Tais perspectivas abrem a possibilidade de qualificarmos o teor político e geopolítico presente nas relações entre agentes diversos, com interesses igualmente diversos, que marcam o período colonial. Linebaugh e Rediker (2000) situam certas relações que só podem ser percebidas ao considerarmos um conjunto de agentes que circulavam no espaço atlântico e cuja existência como seres sociais é marcada por isso, caracterizando o que chamam “A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos e plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário”.

Seria no mínimo audacioso, mas muito mais arriscado, tentar dar conta do período colonial como um todo, mesmo porque sabemos que há muitas diferenças, algumas mudanças e inúmeras especificidades dentro do que chamamos de período colonial. De fato, não há uma uniformidade de projeto, não há uma generalidade das práticas e, ao longo do tempo, há muitos desvios e conflitos. O nosso foco não é o detalhamento dos fatos históricos desse extenso período, isso seria impossível ao escopo desse texto. Mas, tomando por base as relações atlânticas implicadas no tráfico de escravizados, contribuir com um olhar geográfico para a formação, ao mesmo tempo, do espaço e da população brasílica, num primeiro momento, e brasileira posteriormente.²

Há que se considerar a relevância do estabelecimento de recorte temporal, além de um recorte espacial, que sejam representativos das dinâmicas escalares que pretendemos aludir. A título de apresentação, consideramos a existência de dois grandes períodos, marcado por uma transição com a chegada da Corte no Brasil e a abertura dos portos em 1808 (LAPA, 1968). Sendo assim, há dinâmicas específicas dos contatos estabelecidos entre os séculos XVI e XVII, que sofrem alterações significativas nos séculos seguintes.

Ainda que estejamos querendo argumentar sobre a importância de deslocar, no entanto, reconhecemos que as margens impulsionadoras do movimento estão situadas, de um lado, nos recôncavos da Bahia e da Guanabara, respectivamente portos de Salvador e do Rio de Janeiro, e do outro, no Golfo da Guiné (atual Gana), sobretudo na

² O historiador Luiz Felipe de Alencastro propõe uma distinção na hora de definir a população, denominando brasílico aqueles colonos portugueses totalmente integrados à cultura daqui, e brasileiros para os nascidos aqui. Ainda nos chama atenção para o uso do sufixo em brasileiro, que denota nome das mercadorias de *commodities*.

Costa da Mina, e em Angola. Sendo as duas grandes rotas atlânticas do tráfico de escravizados, a rota da Mina e rota de Angola. Mas é muito importante destacar que os mencionados portos, entrepostos e as rotas estabelecidas, eles próprios fazem parte de uma dinâmica ampliada de relações que se espalham e se interiorizam, que temos interesse em desenvolver. Considerando, talvez, que os fixos são fluxos, os portos e entrepostos são espaços privilegiados para considerarmos isso numa perspectiva escalar. E diante disso, nos colocamos como questão até onde vai a fronteira brasileira. Será que ela se limita à margem continental? Se estamos pensando em possibilidades das Geografias Atlânticas, uma delas é dimensionar os sujeitos atlânticos por meio de suas corporeidades em trânsito. Como as corporeidades constituem os fluxos e como são constituídas por eles?

Considerando que esse artigo é parte de uma pesquisa, a nossa intenção com ele é apresentar algumas possibilidades de abordagem e de análise geográficas, ainda que preliminarmente, diante disso propomos fazer algumas reflexões filosóficas de sentido geográfico que perpassam o mundo marítimo e que podem nos levar a considerar dimensões outras, presentes nas imagens, imaginários, simbolismos, nos mundos que nos constituem, como partes fundamentais das Geografias que produzimos. Trata-se, sem dúvidas, de uma inflexão de método, e a princípio pode parecer uma desobediência epistemológica, mas a nossa reflexão teórica que visa fazer o debate da modernidade-colonialidade no Atlântico Sul, é espectralizada pela dimensão filosófica das relações marítimas, pelo Oceano em sua espacialidade de entre, algo que desestabiliza o nosso olhar para aquilo que é fixo, que descentra e permite estabelecer aberturas para que, de fato, possamos incorporar as travessias, os movimentos e as alteridades em nossas análises geográficas do mundo.

ALTERIDADES GEOGRÁFICAS ATLÂNTICAS

Iniciaremos, assim, refletindo sobre o oceano como travessia, em que “o real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio” como diria o personagem Riobaldo, de Guimarães Rosa. A relação Brasil-África nos séculos XVI e XVII é marcada pela encruzilhada atlântica, não à toa, Beatriz Nascimento (1989) diz que a nossa viagem é Atlântica, nós somos atlânticos. Diz ela: “A Terra é circular. O sol é um disco. Onde está a dialética? No mar. Atlântico mãe! (...) Eu sou Atlântica” (Nascimento,

1989). Nessa perspectiva, Gilroy (2012) nos apresenta “O Atlântico negro”. O navio negreiro é compreendido por Rediker como uma “estranha e poderosa combinação de máquina de guerra, prisão móvel e feitoria” (REDIKER, 2020, p.17).

Insistimos em dizer que pensar o Atlântico traz a possibilidade de deslocamento do olhar sobre a formação brasileira, e assim, novas escalas surgem mediadas pelas interações. E a compreensão do movimento em suas múltiplas escalas, passa a ser uma perspectiva espacial possível que complexifica aquilo que mais tradicionalmente se entende por espaço (objeto da ciência geográfica), e espaço (tema ou dimensão filosófica). Visto que há uma dificuldade, para ambos, em se considerar a espacialidade como dinâmica e movimento, diante da produção filosófica e científica que penetra na Geografia por meio das perspectivas do espaço como extensão em Descartes, do espaço absoluto em Newton ou do espaço empírico em Kant. Obviamente essas três referências não esgotam tudo àquilo que se pensou sobre o conceito de Espaço, mas ganham projeção na Geografia, assim como gozam de reconhecimento na Filosofia e na Física Modernas.

As travessias do Atlântico - esse lugar do entre, de encontros e de cruzos, de caminhos e desvios, encruzilhadas, sobretudo – projetam um sentido de espacialidade que nos desafia em nossa epistemologia, mas que supomos esteja presente em nossa ontologia, como modos de existência que se realizam nos cruzos atlânticos e que participam da dinâmica da formação socio-ambiental-cultural-territorial brasileira, considerando a “contaminação líquida do mar, que envolve tanto mistura como movimento”, como diria Paul Gilroy (2017), um intelectual transatlântico.

Eis o desafio de compreender a formação do Brasil, não só ligado à terra, ao solo cultural, às culturas nacionais, raízes, mas ao mar e à vida marítima, que se movimenta e que cruza o oceano atlântico, fazendo surgir culturas mais fluidas, menos fixas. Também fazendo surgir ambientes diversos, a vida como um todo se complexifica: os mangues, as restingas, a mata (atlântica), os rios, e em relação a isso uma rede de complexos culturais das formas de vida possíveis: orgânicas e humanas.

As margens atlânticas entre Brasil e África, dotadas de toda uma dinâmica própria e localizada de ventos (ainda que exista uma circulação geral atmosférica, a diferença de temperatura e pressão entre o mar e o continente, produz e faz circular os ventos), isso explica, como diz Alencastro (2000), que durante muito tempo o Brasil

acontece no Atlântico. Alencastro, para pensar as relações coloniais, enquanto historiador, lança mão da Geografia e, considerando a dinâmica circular dos ventos atlânticos, os ventos alísios, afirma existir uma autoestrada oceânica, de fato. Considerando que por muito tempo não havia estradas no Brasil, a circulação marítima é algo preponderante na dinâmica colonial.

Qual é o sentido de pensar em Geografias Atlânticas, senão compreender os agenciamentos de naturezas e culturas inscritas na formação do território brasileiro enquanto um empreendimento colonial. Acontecemos como Brasil nesse espaço entre Stuart Hall (2016) afirma que a noção de *differance* nos ajuda a entender a impossibilidade de definir a cultura brasileira a partir de um conceito binário de diferença e seus desdobramentos, como uma oposição fixa entre nós e eles, assim como o dentro e o fora, ou seja, tudo aquilo que essencializa ao estabelecer limites rígidos às identidades do eu e do outro.

Nesse sentido, as Geografias Atlânticas que pretendemos apresentar, obviamente não como uma novidade, mas como um projeto de um fazer geográfico, são constituídas pelos processos históricos, privilegiando as dinâmicas dos movimentos, considerando a escalaridade dos processos espaciais, incorporando as dimensões ambientais das vidas que se encontram, entendendo o caráter crítico e conflitivo das relações, visando compreender que os corpos também se escalarizam no movimento, são essas as questões e dimensões que apontam para a nossa abordagem que privilegia, em última instância, as alteridades espacializadas.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BITETI, Mariane de Oliveira. **O em-si-para-o-outro-para-si: o ôntico e o ontológico como dimensões do ser geográfico**. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2014.

BITETI e GRANDI, Matheus. **O Corpo-Escala e as Estratégias Espaciais do Margear: proposições preliminares**. *Espaço e Cultura* (51), 2022.

CORRÊA, R. L. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço. In: CARLOS, A. F. et al. (org): **A Produção do Espaço Urbano: Agentes, Processos, Escalas e**

Desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Caminhos Paralelos e Entrecruzados.** São Paulo: Editora Unesp, 2018.
GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência.** Rio de Janeiro: editora 34, 2017.

GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GRANDI, Matheus. **Escala e Geografia: politização da escala geográfica e luta no movimento dos sem-teto.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023.

HALL, Stuart. **Diásporas, ou a lógica da tradução cultural.** VII Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada, 2016, Salvador. São Paulo: Edusp. P. 47-58.

KLEIN, Herbert S. **O Tráfico de Escravos no Atlântico.** São Paulo: FUNPEC Editora, 2004.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MORAES, Marcelo José Derzi. Rosas negras para uma filosofia desde o Brasil. Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Helena Theodoro. In: AMITRANO, Geórgia e HADDOCK-LOBO, Rafael. **Rosas e Pensamentos Outros.** Rio de Janeiro: Editora Ape'ku, 2020. P. 253-263.

MOREIRA, Ruy. **Brasil, Espaço e Tempo.** São Paulo: Contexto, 2024. MBEMBE, Achilles. **Brutalismo.** São Paulo: n-1 edições, 2021.

ÔRÍ. Direção de Raquel Gerber. Brasil: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda, 1989, vídeo (131 min).

REDIKER, Marcus. **O Navio Negroiro: uma história humana.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Edusp, 2002.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade: A Forma Social Negro-Brasileira.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

TOMICH, Dale W. **Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial.** São Paulo: Edusp, 2011.

VI ENHG



IV ENGH

VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

IV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

TRAVESSIAS, INTERCÂMBIOS E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

15 a 18 de Outubro de 2024

Reitoria do IFBA | Salvador - BA

ISBN: 978-65-01-30418-2

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo: do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos-os-Santos, do século XVII ao XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão.** Rio de Janeiro: Editora Americana, 1975.

ACERVO NOSSO SAGRADO: ESPACIALIDADE DAS PRÁTICAS RELIGIOSAS AFRO-BRASILEIRAS A PARTIR DA LOCALIZAÇÃO DOS OBJETOS APREENDIDOS PELA POLÍCIA CIVIL (1889-1946) NO RIO DE JANEIRO

Paula Fernandes da Silva¹

RESUMO

A coleção Nosso Sagrado é composta por 519 peças capturadas pela Polícia Civil em templos religiosos de matriz africana, e compuseram a “Coleção da Magia Negra” tombada patrimônio etnográfico em 1938. O contexto de sua criação e salvaguarda remete a um período de perseguição religiosa após a abolição da escravidão no Brasil (1889- 1946), quando práticas culturais da população afro-brasileira foram criminalizadas. A análise geográfica dos inquéritos policiais vinculados a cada uma das peças permite reconhecer a localização das casas religiosas que operavam na clandestinidade, a recorrência de batidas policiais a estes endereços, os depoimentos e argumentos de defesa dos religiosos, e as estratégias espaciais destes e seus algozes, indicando dinâmicas de contenção, coerção e resistência dos grupos no espaço urbano. O presente artigo é fruto do início de pesquisa doutoral e pretende apresentar os resultados parciais da investigação sobre o Acervo: a identificação das fontes de pesquisa, grupos, e instituições envolvidos no contexto de apreensão das peças, e o levantamento bibliográfico que subsidia a sua interpretação.

Palavras-chave: Acervo Nosso Sagrado, práticas culturais afro-brasileiras, expansão urbana, inquéritos policiais.

ABSTRACT

The Nosso Sagrado (Our Sacred) Collection is made up of 519 items captured by the Civil Police from religious temples of African origin, which made up the "Black Magic Collection", listed as an ethnographic heritage site in 1938. The context of its creation and safeguarding refers to a period of religious persecution after the abolition of slavery in Brazil (1889-1946), when cultural practices of the Afro-Brazilian population were criminalised. The geographical analysis of the police enquiries linked to each of the pieces allows us to recognise the location of the religious houses that operated underground, the recurrence of police raids on these addresses, the testimonies and arguments in defence of the religious, and the spatial strategies of these and their tormentors, indicating the dynamics of containment, coercion and resistance of the groups in the urban space. This article is the result of the start of doctoral research and aims to present the partial results of the investigation into the Our Sacred Collection: the identification of research sources, groups and institutions involved in the context of the seizure of the pieces, and the bibliographical survey that subsidises their interpretation.

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9604-6270> . Email: paulaa.fern@gmail.com

Keywords: Nosso Sagrado Collection, Afro-Brazilian Cultural Practices, Urban Expansion, Police Inquiries.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende organizar em forma de revisão bibliográfica as investigações iniciais da pesquisa de doutorado intitulada “Macumba boa é macumba longe: expansão urbana, afrorreligiosidades e os caminhos das Pequenas Áfricas do Rio de Janeiro no pós-abolição”. Como um primeiro esforço, aqui será apresentada a sistematização de temas que diferentes autores elaboraram sobre atores, instituições, processos de colecionamento e mapeamento das batidas policiais no início do século XX. A pesquisa mais ampla pretende investigar os inquéritos criminais como uma fonte geográfica. O registro produzido por instituições do Estado contém dados georreferenciados, descrição de sujeitos (entre vítimas, réus, testemunhas de acusação e defesa, e os próprios *inquisidores*), além das narrativas que se contrapõem. Este conjunto de documentos torna possível elaborar cenários urbanos e práticas espaciais de então.

O objeto da pesquisa é vinculado ao Acervo Nosso Sagrado, coleção composta por 519 artefatos religiosos capturados pela Polícia Civil em templos religiosos de matriz africana desde 1889 até 1946. O contexto de sua criação e salvaguarda remete a um período de perseguição religiosa após a abolição da escravidão no Brasil, quando práticas culturais da população afro-brasileira foram criminalizadas. Associados a crimes de “falsa medicina”², “espiritismo, magia e sortilégios”³ e “curandeirismo”⁴, as casas de santo eram recorrentemente invadidas, enquanto seus líderes e objetos sagrados eram detidos. Os objetos apreendidos formaram o Acervo da Magia Negra que, junto às Armas

² Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos (BRASIL, 1890).

³ Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica (BRASIL, 1890).

⁴ Art. 158. Ministrasr, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fôrma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro (BRASIL, 1890).

Branças, Toxicologia, Jogos de Azar e Objetos de Magia, compuseram o Museu do Crime. Tombado patrimônio etnográfico pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN) em 1938, estiveram em exposição no Museu da Polícia sob este nome até o ano de 1999.

Inicialmente organizada como subsídio para formação de inspetores da Academia de Polícia do Rio de Janeiro, a coleção era apresentada como “suporte museológico e cenográfico para a preservação improvisada de cenas de crimes e delitos” (CORRÊA, 2014). Desde os anos de 1970 ela é centro de mobilização de lideranças religiosas descendentes das comunidades aviltadas. Em busca por reparação dos bens, a comunidade religiosa, o movimento negro e intelectuais do patrimônio, pleitearam por décadas a libertação dos itens sagrados e a mudança da nomenclatura racista que identificava a coleção. Em 2020 ocorreu sua transferência para a reserva técnica do Museu da República e a pauta por reparação se tornou ainda mais evidente. Os grupos protagonistas deste movimento apresentam alguns sentidos de reparação histórica (PEREIRA, 2017), e dentre eles, reforça-se a necessidade de construir uma exposição pública sobre os crimes que o Estado cometeu contra a população afro-brasileira. Para alcançar este objetivo foi instalado um grupo de trabalho (POSSIDÔNIO e VERSIANI, 2022) de técnicos auxiliados pelas lideranças religiosas no trato dos objetos a serem conservados e restaurados, além da identificação dos estabelecimentos de onde foram retirados, e a disponibilização pública para análise das informações vinculadas aos inquéritos policiais.

A documentação tem sido analisada a partir do cruzamento de dados midiáticos e de registros policiais, capazes de reconstruir a dinâmica política da cidade do início do século XX. Ao analisar os mapas elaborados inicialmente por Valle (2020)⁵, pode-se reconhecer semelhanças com outros profundamente conhecidos nos estudos urbanos da cidade do Rio de Janeiro. É o caso da obra de Maurício Abreu (1987), que apresenta a expansão da malha urbana da capital na direção do eixo viário de trens e bondes.

A partir destas referências o trabalho pretende apresentar leituras e associações

⁵ Devido à indisponibilidade dos dados do Acervo na época, até 2020 sob guarda da Polícia Civil, estes trabalhos se debruçaram sobre registros de jornais sobre a campanha “anti-magia” promovida pela mídia em parceria com a polícia.

iniciais como forma de promover um debate no campo da Geografia Histórica, sugerindo uma fonte histórica potente para pesquisa e articulando-a com bibliografia canônica da disciplina. O artigo se divide em duas partes: a primeira apresenta um panorama geral de bibliografia sobre o Nosso Sagrado, através de trabalhos de antropólogos, historiadores e museólogos que investigaram a fonte estudada num período em que o acesso à documentação policial era restrita. Estes pesquisadores levantaram conceitos, categorias e processos relevantes para compreender a conjuntura da apreensão, colecionamento, patrimonialização; assim como as mobilizações por reparação histórica do acervo após um século de tutela policial. A segunda parte propõe uma perspectiva geográfica para a investigação das fontes, considerando a riqueza de detalhes descritivos, narrativos e espaciais da documentação policial. Dessa forma, defende-se seu uso para ampliar investigações sobre as cidades do passado. Arthur Valle (2020) elaborou mapeamento a partir de outra fonte – as notícias de jornais – e, ressaltadas as especificidades técnicas entre ambos, é possível comparar os dados da dispersão das batidas policiais ao longo da primeira metade do século XX com mapas da expansão viária da metrópole fluminense. Mesmo retomando ações do tempo presente, este trabalho pretende iniciar uma discussão sobre o potencial que as fontes recentemente publicizadas possuem para investigações em Geografia Histórica.

MOBILIZAÇÕES EM TORNO DO SAGRADO: PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA, PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA

Segundo Yvonne Maggie (1975; 1979; 1985; 1992), os estudos sobre a Coleção remetem aos anos 1970, desde as mobilizações estudantis na UFF visando a devolução das peças e a dificuldade de acessar o “arquivo morto” da Polícia Civil. A partir de 1983 o acesso aos microfilmes dos tombos de livros de ocorrência da polícia tornou possível investigar a relação entre Estado, Polícia e religiões mediúnicas. Em *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil* (1992) a autora examina processos criminais do início do século XX e materiais etnográficos remanescentes acessíveis. A partir destes, elabora a trama de regulamentação das acusações da “caça aos feiticeiros” e os discursos dos personagens envolvidos nos processos. Através da análise dos autos contidos na documentação, Maggie constrói visões sobre a magia, o perfil dos “feiticeiros” e sugere que o *feitiço* é um elemento central no imaginário da sociedade carioca, apesar desta se

pretender científica e moderna na virada do século XIX para o XX.

Já o antropólogo Alexandre Corrêa (2005; 2014) pontua que o primeiro tombamento etnográfico do SPHAN não possuía relatórios ou documentação mais elaborada que identificasse as 126 peças tombadas em 1938, tampouco descrição ou justificativa para sua patrimonialização. O autor admite que o contexto de tombamento reflete os primórdios da ideia de etnografia no pensamento brasileiro, apresentando uma visão folclorista característica do início do movimento modernista (CORRÊA, 2005). Os primeiros tombamentos etnográficos ficaram conhecidos por sua vocação museológica, em que elaborava-se uma narrativa externa à cultura apresentada. Essas coleções utilizavam argumentos que propunham um olhar “exótico” sobre as peças, expondo artefatos de sociedades que possivelmente entrariam em extinção.

O Museu do Crime foi criado para ajudar na formação de inspetores da Academia de Polícia do Rio de Janeiro, formado a partir da guarda, apreensão, coleta e reserva de materiais recolhidos pelas batidas policiais.

Continha seções temáticas (nomeadas individualmente como museus) sobre jogos de azar, armas brancas, artefatos tóxicos, entorpecentes, e os objetos religiosos apreendidos ao longo de 50 anos. Corrêa intitula este último como um “museu mefistotélico”, devido à apresentação pejorativa dos artefatos sagrados, expostos como uma representação do mal a ser combatido pela sociedade. Seu processo de colecionamento, classificação e exposição tendia a representar o olhar do algoz, desinteressado em identificar a diversidade étnica do contexto em que foram retirados. Segundo o antropólogo, “além do signo de peças e objetos considerados afro-brasileiros, católicos, cristãos, europeus, indígenas [e muçulmanos], [é possível compreender] que o conjunto museológico ao qual dedicávamos atenção era atravessado por linhas do imaginário que jamais poderiam ser restritas a um suporte étnico exclusivo” (CORRÊA, 2014).

Ainda que não se tratasse explicitamente de raça nos termos da lei, outros historiadores que atualmente investigam as *afroreligiosidades* (GUIMARÃES, 2020; SOUZA, 2020; 2021) descrevem uma distinção entre os grupos criminalizados, expostos e presos sob os artigos 156, 157 e 158, afirmando que estes incidiam majoritariamente sobre a população afro-brasileira. Pedro Souza (2020; 2021) diferencia abordagens entre espiritismo e feitiçaria nos jornais, sendo o primeiro defendido publicamente pela *União*

Spirita a partir de seus praticantes brancos, letrados e de classe média, mobilizados em distinguir-se do “baixo espiritismo”, “feitiçaria” ou “magia negra”, comumente associados a sacerdotes negros. Para o autor é imprescindível que o “debate acerca das práticas de magia, e do lugar social de sacerdotes ligados a cultos considerados como “feitiçaria” no Rio de Janeiro da primeira República perpassasse, não apenas a ideia de crime como também a ideia de raça” (SOUZA, 2020).

Ao longo de visitas (2023 e 2024) à reserva técnica do Museu da República mediadas pelo diretor do museu Mário Chagas, pelo historiador e museóloga responsáveis pelo tratamento do Acervo, Eduardo Possidônio e Emanuelle Rosa, e liderança religiosa do Comitê Gestor do Nosso Sagrado, Tata Songele, questionou-se a possibilidade das peças “multiétnicas” condicionadas no Acervo fazerem parte dos cultos de onde sofreram invasões. Em diferentes falas considerou-se tratar de um registro sobre o contato entre diferentes culturas presentes na cidade de então. O ogã Tata Songele considera comum entre religiões afro-brasileiras o acolhimento de clientes, visitantes e consulentes provenientes de diferentes matrizes culturais, e a troca de objetos – sagrados ou não – de valor simbólico para a comunidade é comum na forma de presentes. Essa prática justificaria a presença de artefatos cristãos, judaicos e budistas na coleção.

As práticas de coerção e colecionamento policial de religiões mediúnicas foram datadas desde o Império (ALMEIDA, 2017), e se intensificaram a partir das políticas de normatização da cidade na Primeira República. Luiz Alves (2021) afirma que a reforma da cidade foi acompanhada pela modernização e profissionalização da polícia com o objetivo de pensar a sociedade brasileira a partir de novos prismas. Este processo teve apoio da imprensa e foi simultâneo ao desenvolvimento de teorias científicas que associavam o determinismo geográfico ao racismo científico, como a criminologia⁶. O colecionamento dos objetos apreendidos construiu a importância do Museu da Polícia, primeiramente como uma “sala de troféus” que raptaram o Sagrado e representaram-no como o Mal.

Alves questiona os sentidos da patrimonialização da Coleção. Ele acredita que o tombamento nacional representou a relevância da memória policial, afirmando o papel da

⁶ Segundo Lília Schwarcz (1993), os estudos médicos sobre perfis criminais no Brasil estabeleciam relações entre criminalidade e degeneração racial, influenciados pelas teorias da Frenologia e Craniometria.

instituição para a construção da identidade nacional durante a República Velha. A Polícia, inscrita através de uma das coleções mais relevantes de seu museu, teria sido reconhecida como órgão fundamental para a garantia da ordem, da segurança e da unidade simbólica da capital, representada através da coerção a práticas que não coadunavam com valores difundidos na época.

A segunda metade do século XX, após a descriminalização das práticas religiosas não-católicas e da proibição de batidas policiais em cultos e templos⁷, registrou articulações políticas em torno do Sagrado. Pâmela Pereira (2017) abordou as dimensões de reparação histórica a partir da memória dos grupos aviltados, como a trajetória de Mãe Meninazinha da Oxum, líder religiosa do terreiro Ilê Omolu e Oxum e descendente direta de comunidades roubadas e processadas pelo Estado. Em suas falas dois argumentos fundamentam a perspectiva de reparação: de que “criminoso é o Estado”; e da importância da “história que podem contar nossas coisas”. As mobilizações em torno do Sagrado reposicionam as noções de crime, do papel que instituições do Estado como a Polícia e o Serviço de Patrimônio Histórico desempenharam, e as representações veiculadas sobre as afroreligiosidades. Reparação nesse sentido é o conjunto de estratégias, negociações e discursos mobilizados pelos religiosos em conjunto com intelectuais no processo de retomada dos objetos em posse da Polícia Civil; não uma ação benevolente da mesma. Dentre estas ações, destaca-se a mudança do nome para Nosso Sagrado, reconhecendo que a denominação anterior perpetuava o racismo religioso. Também entende-se a necessidade do desenvolvimento de novas metodologias junto às lideranças religiosas para salvaguarda e exposição respeitosa dos objetos sagrados (POSSIDÔNIO e VERSIANI, 2022).

O Acervo Nosso Sagrado é apresentado por rede de pesquisadores⁸, instituições públicas e movimentos sociais⁹ como registro material que torna possível narrar um período da história em que o Estado reprimiu grupos sociais, promovendo o que hoje

⁷ O deputado federal Jorge Amado propôs emendas para a Constituição de 1946 que se refletiram nos artigos 31 e 141, garantindo a liberdade religiosa e proibindo a privação de direitos por convicção religiosa. (BRASIL, 1946)

⁸ Visita à reserva técnica do Acervo Nosso Sagrado e debate com participantes do Comitê de Gestão Compartilhada inserida como parte da programação da 1ª Conferência Internacional de Museologia Social, em março de 2024. Disponível em: <https://museologia-portugal.net/noticias/1a-conferencia-internacional-museologia-social-rio-janeiro-20-23-marco-2024>

⁹ A campanha Libertem Nosso Sagrado culminou na produção de um documentário (QUIPROCÓ FILMES, 2017; 2021) e inúmeras reportagens têm sido noticiadas sobre as mobilizações em curso (IBIRAPITANGA, 2021; DPU, 2023; GELEDES, 2023; ILÊ OMOLU E OXUM, 2023)

consideramos violações de direitos básicos. Por isso o Nosso Sagrado deveria estar aos olhos da sociedade, para que o debate sobre intolerância religiosa esteja vivo e não se repita. Dessa forma, as falas de Mãe Meninazinha iluminam um duplo potencial para o Acervo. Por um lado, expõe a criminalização de práticas religiosas como forma de disciplinar a sociedade – uma vez que o Código Penal, mesmo sem racializar sujeitos criminosos, incidiu intensamente sobre a população afro-brasileira. Atualmente a ressignificação do que era interdito reposiciona sujeitos antes criminosos como sujeitos violados, num contexto em que a prática do crime foi promovida pelo Estado através das instituições jurídicas e penais.

Por outro lado, o reconhecimento de relevante valor inscrito na coleção estava atrelado a reconhecer a repressão policial como parte da constituição da nação: musealizar expressões culturais “exóticas” ao mesmo tempo em que coibia o que não condissesse com valores da ciência, higiene e progresso. Nessa perspectiva, entende-se que a repressão é parte da trajetória da população negra no Brasil, e não pode ser esquecida para que não se repita. *Visibilizá-la* também é afirmar a “história que nossas coisas podem contar”. Apresentar as resistências e recriações do povo de santo e população afro-brasileira em geral, apesar das instituições normatizadoras. É possível pensar em histórias e geografias de uma cidade do passado, uma cidade negra que resistiu às reformas, remoções e repressão e se recriou em diversos territórios conforme a expansão da metrópole.

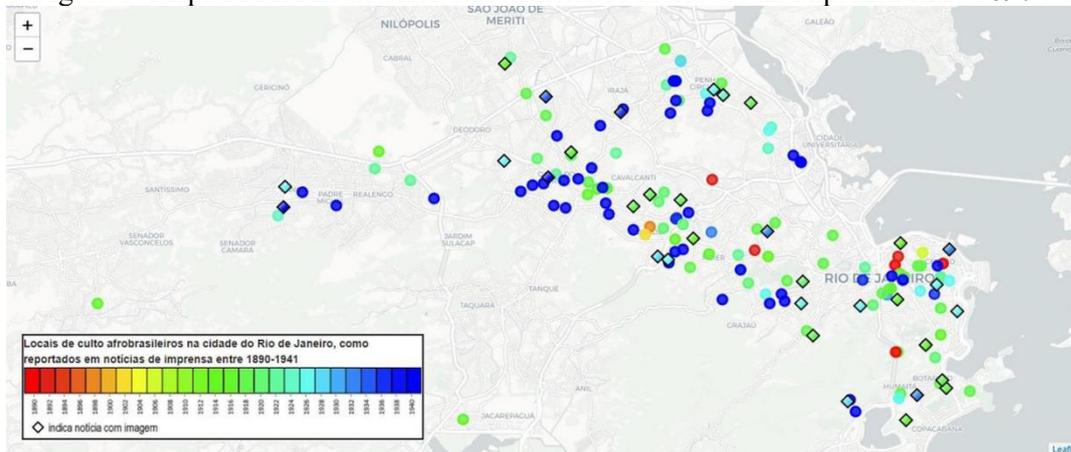
EM BUSCA DAS “CIDADES NEGRAS”: TERRITORIALIDADES AFRO-BRASILEIRAS PARA ALÉM DA PEQUENA ÁFRICA

A pesquisa de Arthur Valle (2020) se destacou durante este levantamento bibliográfico pelo cruzamento de metodologias de investigação em hermerotecas e sistemas de informação espacial, elaborando um mapeamento dos locais de culto afro-brasileiros a partir de notícias publicadas na imprensa¹⁰. Ao utilizar os termos macumba e candomblé como palavras-chave para a pesquisa, ele considera que, além de sinônimos, são também conotações pejorativas testemunho do racismo e violência à religião, uma das estratégias de genocídio que permaneceram após a abolição.

Apesar do crime ser definido pelas classes dominantes, o autor reconhece as práticas religiosas como resistências, “formulação de políticas de vida” que driblavam a

condição de exclusão (p.8). As reportagens sobre incursões policiais e denúncias contra locais de culto permitiram o reconhecimento de padrões de distribuição na cidade, possíveis pistas para investigações sobre práticas afro-brasileiras e suas estratégias espaciais. Ele acredita que nem sempre a repressão policial ocorreu nos subúrbios, mas foi consequência da dispersão urbana resultante do “bota-abixo” na primeira década do século XX. Periodizando as notícias encontradas (Figura 1), Valle percebeu haver uma concentração de eventos no período entre 1916 e 1929, enquanto o ano de 1941 foi excepcionalmente marcado pela “devassa policial” em que aconteceram inúmeras batidas numa mesma noite.

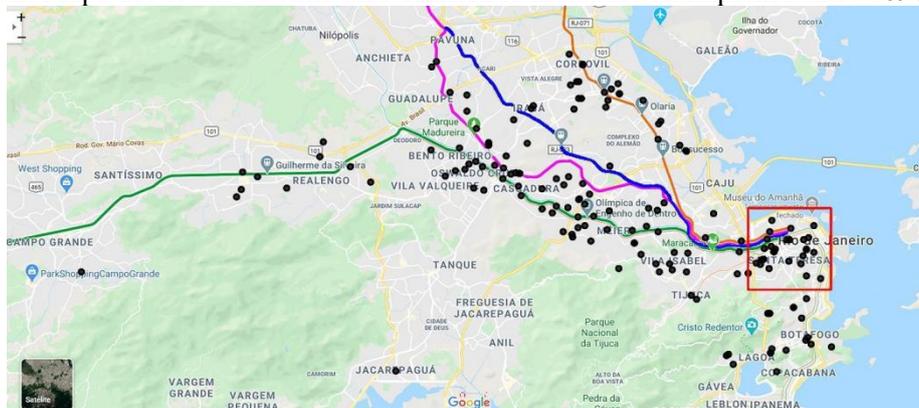
Figura 1: Mapa dos locais de culto afro-brasileiros indicados na imprensa entre 1890 e 1941



Fonte: Valle, 2020, http://www.dezenovevinte.net/asab/locaisdeculto_1890.1941.html

Em termos espaciais (Figura 2) nota-se uma primeira concentração na área tradicionalmente associada ao centro do Rio de Janeiro, as freguesias mais antigas da Candelária, Espírito Santo, Sacramento, Santana, Santa Rita, São José e Santo Antônio; destacadas pelo quadrado vermelho.

Figura 2: Mapa dos locais de culto afro-brasileiros indicados na imprensa entre 1890 e 1941



Fonte: Valle, 2020, http://www.dezenovevinte.net/asab/locaisdeculto_1890.1941.html

Eventos mais antigos, representados no Mapa 1 por pontos vermelhos, datam da década de 1890 e coincidem com a área central, seguidos pelo Cosme Velho (com 1 evento) e outros dois nas freguesias rurais do Engenho Velho e Inhaúma. Há um segundo adensamento na Zona Sul, nas freguesias da Glória e Lagoa, já valorizadas na virada do século XX. Mas a grande maioria dos locais de culto se encontra distribuída ao longo do conjunto de ferrovias fluminenses construídas na época, relação que o próprio autor estabelece com os estudos de evolução histórica da cidade desenvolvidos por Maurício Abreu (1987):

A concentração majoritária de locais de culto ao longo das ferrovias e longe do centro do Rio caracteriza as práticas religiosas afro-brasileiras no período aqui em questão como um fenômeno ligado sobretudo aos subúrbios da cidade. Se por hora deixarmos de lado as significativas diferenças existentes entre as diversas áreas periféricas do Rio, vale notar que a identificação entre subúrbios e religiões afro-brasileiras é com frequência referida, de modo racista, em nossas fontes. (VALLE, 2020, p.11).

Arthur Valle compara o mapeamento das batidas policiais com os mapas produzidos por Maurício Abreu, reconhecendo a expansão urbana como desdobramento do processo de separação *dos usos e das classes* na cidade e, conseqüentemente, a dispersão de práticas religiosas de matriz africana a partir da busca por solo urbano mais barato. Acreditamos que a investigação nas fontes policiais pode ir além, ampliando a possibilidade de análise dos grupos sociais atingidos pela ação policial e suas práticas espaciais, permitindo imaginar a dinâmica urbana e organizações socioculturais através das narrativas presentes nos processos-crime. A este ponto nos questionamos: que organizações afro-brasileiras descritas nos processos foram recriadas? Quais formas de existir (e resistir) no pós-abolição podem ser desvendados a partir desses inquéritos?

A historiografia (KARASCH, 1987; SILVA, 1988; SOARES et al., 2005; MOREIRA et al., 2006; CHALHOUB, 2011) reconhece as práticas espaciais da população afro-brasileira como estruturantes para o contexto escravista, e inúmeras investigações sugerem a existência de *Cidades Negras*, entre elas o Rio de Janeiro. Investigações que direcionam para articulações entre territorialidades e etnicidade, apesar da dificuldade de precisar as experiências de resistência que necessitavam ser invisíveis aos olhos do Estado.

Em estudos prévios (SILVA, 2019a; 2019b; 2023) reconhecemos que as práticas religiosas reprimidas durante o Império possuíam fundamental relevância para fugas e

libertações, além de cumprirem papel de coesão social anti-escravista. A legislação imperial (MOREIRA et al., 2006) proibia “ajuntamentos coletivos” de pessoas negras, livres ou escravizadas, denominados *zungus*. Estes figuravam como uma forma urbana que amalgamava moradia coletiva, local de alimentação dos trabalhadores urbanos, espaço religioso e ponto estratégico do “labirinto urbano” (SOARES et al., 2005) para *fugas e seduções*. Com o estatuto da liberdade, os *zungus* saem da legislação penal e dos noticiários, mas outros aspectos que possibilitavam a coesão social da população afro-brasileira tomam espaço no Código de 1890. Em trabalhos anteriores (SILVA, 2019a; SILVA, 2023) sinalizamos a diferença entre o combate aos *zungus* e cortiços a partir da punição vinculada ao grau de perigo representado para a sociedade. Há uma transição na estrutura de controle das habitações urbanas: conforme os cortiços passam a ser perseguidos, os *zungus* somem da legislação.

Ainda assim, existiu uma continuidade na proibição de práticas de aglomerações negras através da perseguição que permaneceu na figura das casas de santo e capoeiras. Por um lado, a renovação urbana, promovida a partir da varredura da cidade colonial (africana e escravista), por outro a coerção de práticas que incidem sobre a população afro-brasileira,

mapear as formas negras de reconstrução da cidade num período de supremacia racial tão explícita restringe parte do nosso trabalho aos arquivos policiais. A maioria das práticas que produzissem coesão social e solidariedade negras ou reconstruíssem formas de existência africanas eram categorizadas senão como crimes, infrações de posturas. Os registros policiais identificavam o grupo étnico-racial dos contraventores, enquanto as infrações de postura identificavam e localizavam quais práticas eram contravenção e onde eram realizadas. Esses registros possibilitam delinear por alto os campos negros que se formaram e transformam a cidade. Ainda assim eles não dizem tudo, uma vez que a grande estratégia das práticas de resistência negras era justamente não serem conhecidas (SILVA, 2023).

É nesse contexto que a pesquisa se insere: *a investigação sobre as geografias do passado que as peças restituídas podem contar*. Acreditamos que existam possibilidades de leituras geográficas do Nosso Sagrado, uma vez que inúmeras peças possuem referência geográfica de onde foram apreendidas, a descrição dos religiosos detidos na ação policial, o inquérito narrado pelos inspetores na condução do caso, e as falas de defesa dos réus cujo processos foram judicializados. Essas referências descritivas, narrativas e georreferenciadas podem ser tratadas de maneira classificatória de modo a identificar o crime como uma *informação geográfica* (GOMES, 2017),

tornando possível reconhecer padrões espaciais de concentração e dispersão do dado criminal durante o período em que as peças foram apreendidas. O exercício de classificar informações geográficas permitiria a elaboração de um Sistema de Informações Geográficas, onde a categoria “operação policial” seria um sistema classificatório e a sobreposição destas poderia identificar a “mancha criminal”, resultante do cruzamento entre localização e crime, configurando sua posição na área estudada. Este exercício de estabelecer as relações entre as informações que foram colocadas juntas permite interpretar as posições do conjunto de ocorrências (crimes por grupo social) e as possíveis relações destes com práticas sociais desenvolvidas na área. A capacidade de classificar as áreas a partir das ocorrências policiais possibilita a identificação de conjuntos, seja a concentração de crimes no espaço ou a sua dispersão, mas também a identificação de grupos que mais os praticam, e assim reconhecer se há um padrão espacial relacionado. Entendemos que a legislação penal e as normativas urbanas sobre o uso da cidade podem ser analisadas como indicadores das práticas espaciais pretéritas pois definem o que é o crime e quais práticas são interditas. Por outro lado, a recorrência dessas ações indica transgressões de grupos sociais, que podem se repetir nas mesmas áreas de ocorrência ou se deslocar evitando novas apreensões. Acreditamos que estudar a repressão estatal através dos registros policiais, itens apreendidos, infrações de postura, normativas urbanas e legislação penal é um caminho para mapear as territorialidades do passado.

Ao contrário do que se imaginava, o mapeamento realizado sobre as notícias de jornal demonstrou que as invasões a casas de santo foram registradas em estabelecimentos próximos às estações de trem da Zona Norte a partir da década de 1910. Essa dispersão espacial coincide com mapas já consagrados da expansão urbana como os de Abreu (1987), ao contrário de uma suposta concentração de população afro-brasileira na área central. A hipótese inicial era que as batidas policiais estariam concentradas na área hoje compreendida como Pequena África, território da cidade do Rio de Janeiro mobilizado como instrumento político na construção de um discurso de afirmação étnico-racial (GUIMARÃES, 2019). A afirmação deste ser um território negro tomou força a partir da patrimonialização de diversos sítios de memória sensível da escravidão e herança africana no Brasil, como o Circuito Histórico Arqueológico da Pequena África, criado pelo Decreto Municipal 8105 de 20/09/2018 que “contempla

áreas, espaços, paisagens, personagens históricos, roteiros e qualquer outro elemento que retrate a cultura de matriz africana e dos afrodescendentes presentes”. Desde a segunda década dos anos 2000 até hoje têm havido mobilizações no sentido de ampliar o reconhecimento da área que compreende parte dos bairros do Centro, Saúde e Gamboa para demais sítios que ativem a identidade africana e afro-brasileira, como o Morro da Providência (primeira favela reconhecida do país), o bairro do Santo Cristo (bairro de moradia de muitos trabalhadores da estiva), a Cidade Nova (arredores onde a Praça Onze foi destruída) e até mesmo o Estácio pela fundação da primeira escola de samba.

Dessa forma, o cruzamento entre informações georreferenciadas permitiu elaborar outras questões que serão investigadas ao longo da tese. Ao contrário das narrativas em torno de uma única Pequena África, concentrada na área central entre a Praça Onze e o Cais, pode-se questionar a criação de diversos núcleos que articulavam identidade, território e resistência ao racismo no pós-abolição cujo centro irradiador/aglutinador eram as afroreligiosidades. Ao invés de pensar numa Pequena África originária da cultura africana, poderíamos investigar diversas recriações afrocaríocas ao longo da expansão da metrópole do Rio de Janeiro articulando identidade, território e religião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A libertação do Nosso Sagrado é uma conquista do povo de santo, intelectuais, mandatos estaduais e municipais e tem sido valorizado por instituições nacionais (para além do próprio IPHAN), como os Ministérios dos Direitos Humanos e Igualdade Racial, por contar uma história de repressão à população afro-brasileira. Fruto da luta política, guarda também fontes históricas sobre estes eventos. Não verdades absolutas, vestígios sobre as narrativas “de então”. Assim, as disputas em torno do Sagrado possuem potencial de reconhecer e georreferenciar territorialidades do passado. Além da opressão institucional, articulações entre identidade, território e religião podem ser tratadas como pistas para investigar as ações e recriações da população afro-brasileira no pós-abolição.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar Editor, 1987.

ALMEIDA, Carolina. **Da Polícia ao Museu: a formação da coleção africana do Museu Nacional na última década da escravidão**. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

ALVES, Luiz G. **Liberte Nosso Sagrado: as disputas de uma reparação histórica**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

BRASIL. **Código Penal de 1890**. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm impressao.htm Acessado em 16 jul 2024.

_____. **Constituição de 1946**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada pela Assembléia Constituinte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html> Acessado em 18 jul 2024.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

CORRÊA, Alexandre. A coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: o primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. **Revista de Humanidades**, v.7, n.18, out/nov, 2005.

_____. **O Museu Mefistofélico e a distabuzação da magia: análise do tombamento do primeiro patrimônio etnográfico do Brasil**. São Luis: EDUFMA, 2009.

_____. Um museu mefistotélico: museologização da magia negra no primeiro tombamento etnográfico no Brasil. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p.33-51, mai, 2014.

DPU. **Nosso Sagrado: DPU visita o acervo junto com lideranças religiosas, pesquisadores e MDHC**. 2023. Disponível em: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/nossosagrado-dpu-visita-o-acervo-junto-com-liderancas-religiosas-pesquisadores-e-mdhc/>. Acessado em 18 jul 2024.

GELEDES. **Lideranças lutam pela reparação de itens sagrados para o candomblé**. 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/liderancas-lutam-pela-reparacao-de-itens-sagrados-para-o-candomble/>. Acessado em 18 jul 2024.

GOMES, Paulo. **Quadros Geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GUIMARÃES, Roberta. Os sentidos da Pequena África: políticas patrimoniais e conflitos urbanos no Riode Janeiro. In: TAMASO, GONÇALVES, VASSALO. **A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

IBIRAPITANGA. **Palavras ancestrais: uma história sobre o Nosso Sagrado**. 2021. Disponível em: <https://www.ibirapitanga.org.br/historias/palavras-ancestrais/> Acessado em 18 jul 2024.

ILÊ OMOLU E OXUM. **Axé, justiça e reparação**. 2023. Disponível em: <https://ileomolueoxum.org/imprensa/> Acessado em 18 jul 2024.

KARASCH, Mary. **Slave life in Rio de Janeiro: 1808-1850**. Princeton University Press, 1987.

MAGGIE, Yvonne. **O Medo do Feitiço: Relações entre Magia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MOREIRA, Carlos et al. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.

PEREIRA, Pâmela. **Novos olhares sobre a coleção de objetos sagrados afro-brasileiros sob a guarda do Museu da Polícia: da repressão à repatriação**. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Memória Social, 2017.

POSSIDÔNIO, Eduardo; VERSIANI, Maria Helena. “Nosso Sagrado Collection: Paths of Research”. **The IJournal: Student Journal of the Faculty of Information, Toronto**, n. 7, v. 3, 2022. p 8–22. <https://doi.org/10.33137/ijournal.v7i3.39321>

QUIPROCÓ FILMES. **Nosso Sagrado**. 2017. Disponível em: <https://www.quiprocofilmes.com.br/portfolio/nosso-sagrado>. Acessado em 18 jul 2024.

_____. **Respeita Nosso Sagrado**. 2021. Disponível em: <https://www.quiprocofilmes.com.br/portfolio/respeita-nosso-sagrado>. Acessado em 18 jul 2024.

SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Pensamento Racial no Brasil: 1870-1930**. Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Marilene. **Negro na rua: A nova face da escravidão**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Paula. **Raça e cidade: a produção do espaço urbano sob a ótica das relações raciais na cidade do Rio de Janeiro - século XIX**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós Graduação em Geografia, Niterói, 2019a.

_____. Raça e cidade: a produção do espaço urbano sob a ótica das relações raciais na cidade do Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do XIII Encontro Nacional da ANPEGE**. São Paulo, 2 a 7 de setembro de 2019b.

_____. Rio de pequenas Áfricas e Paris tropical: Reflexões sobre a importância da biopolítica na reconfiguração das geografias negras da cidade do rio de janeiro no início do século XX, **Continentes**, Revista de Geografia da UFRRJ. v. 1, n. 21, p. 56-73, mar. 2023. ISSN 2317-8825.

SOARES, Carlos; GOMES, Flavio; FARIAS, Juliana. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

VALLE, Arthur. Mapeando o sagrado: arte sacra e locais de culto afro-brasileiros em notícias sobre repressão policial no Rio de Janeiro, 1890-1941. **Revista de História da Arte e da Cultura**. Campinas, v.1, n.2, jun-dez, 2020.

ESPAÇOS DE AQUILOMBAMENTO E LUTA CONTRA ESCRAVIDÃO DE AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES EM SALVADOR NO SÉCULO XVIII: RESISTÊNCIA E PODER

Daniele Santos de Souza¹

RESUMO

Esta comunicação investiga a ocupação e a construção de espaços de luta e resistência africana em Salvador no século XVIII. A análise busca identificar quilombos e comunidades de negros em luta contra a escravidão que circundavam o centro urbano da Cidade da Bahia, como Salvador era conhecida à época, bem como espaços de exercício do trabalho e autonomia de africanos e seus descendentes inseridos dentro da urbe. A investigação perscruta acervos históricos digitalizados disponíveis em sítios na web, em especial, a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa publicizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro através do Projeto Resgate.

PALAVRAS-CHAVE: Salvador, espaços urbanos, quilombos, resistência.

ABSTRACT

This article investigates the occupation and construction of spaces of African struggle and resistance in Salvador in the 18th century. This analysis seeks to identify quilombos and black communities fighting against slavery that surrounded the urban center of the City of Bahia, as Salvador was known at the time, as well as spaces for exercising work and autonomy for Africans and their descendants within the city. Our investigation examines digitized historical collections available on websites, in particular, the documentation from the The investigation examines digitized historical collections available on websites, in particular, the documentation from the Lisbon Overseas Historical Archive published by the Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro through the Projeto Resgate..

Keywords: Salvador, urban spaces, quilombos, resistance.

INTRODUÇÃO

Por volta de 1694, quando chegaram à Cidade da Bahia (como Salvador era conhecida) as primeiras notícias a respeito da descoberta de ouro pelos paulistas no interior do Brasil, a capital do Estado do Brasil possuía um núcleo urbanístico bem delimitado, predominantemente circunscrito ao que hoje denominamos de Centro Histórico/Pelourinho. Somava-se, ainda, a estreita faixa de terra litorânea às margens da

¹ Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Contato: daresouza@gmail.com.

Baía de Todos-os- Santos, encrustada à falésia que caracteriza a topografia de Salvador. Neste espaço, encontravam-se casarões, armazéns e trapiches contíguos à Igreja de N^a S^a da Conceição da Praia, onde se debruçava o porto da cidade.

Apesar de um circunscrito núcleo urbanizado, a cidade, por volta de 1700, possuía seis freguesias, que dividiam o espaço urbano de acordo com a igreja matriz de cada território (NASCIMENTO, 2007). A Sé constituía-se como a principal freguesia, sendo o centro político e administrativo da cidade, onde estava localizada a Câmara, o palácio do governador-geral, a Igreja da Sé e o palácio arcebispal. Abaixo desta freguesia, encontrava-se a de N^a S^a da Conceição da Praia, onde estava abrigado o porto da cidade, àquela altura principal eixo exportador de açúcar para Europa e ponto de chegada de navios que realizavam o tráfico transatlântico de africanos escravizados (VERGER, 1988 e WEHLING, 1994).

Contígua à freguesia da Sé, havia a Vitória, criada em 1561, a de São Pedro Velho, a de Santana do Sacramento, ambas instituídas em 1679. Inclui-se, ainda, a freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, estabelecida em 1646, que transitava entre o ambiente urbano e rural. No século XVIII, foram criadas quatro novas freguesias, a de Santíssimo Sacramento da Rua do Passo e N^a S^a de Brotas, em 1718, e Pilar, desmembrada da Conceição da Praia, instituída em 1720 e, por fim, N^a S^a da Penha, na atual Cidade Baixa, fundada em 1760. (NASCIMENTO, 2007)

Durante o período em que estas novas freguesias foram instituídas, Salvador foi o principal porto negreiro das Américas, sendo superada pelo Rio de Janeiro somente na virada para o século XIX. Estes espaços foram palcos de graves crimes contra a humanidade, resultantes da escravização e do comércio de milhares de seres humanos. Neste período, locais como Rio Vermelho, Cabula e Brotas eram regiões rurais e/ou de mata fechada e, por isso, constituíam espaços privilegiados de formação de comunidades negras em luta pela liberdade, conhecidas à época como mocambos e, posteriormente, como quilombos (SOUZA, 2010). Ao mesmo tempo, no centro no núcleo urbano, sobretudo na freguesia da Conceição da Praia e, posteriormente, no Pilar, onde efervescia o comércio da capitania, constituía-se uma expressiva comunidade formada por africanos e seus descendentes livres, libertos ou submetidos à escravização. Estas personagens eram responsáveis por todo o trabalho logístico do qual dependia a navegação de longo curso atlântica, em direção à Lisboa e aos portos da África, assim

como com a Ásia, em especial a Índia. Estes trabalhadores, em sua maioria africanos, transportavam mercadorias entre os armazéns, trapiches e lojas e os navios estacionadas no porto, além de fornecerem mão de obra para os navios negreiros (SOUZA, 2018). Ademais, cabia aos africanos, sobretudo às mulheres africanas, a condução do pequeno comércio de alimentos para o abastecimento local, desde a venda de peixe, frutas, verduras e hortaliças, passando pela farinha de mandioca, considerada pelos portugueses o pão da terra, assim como alimentos preparados como carne moqueada, mingaus, acará, cozidos e demais quitutes. Sobrados, lojas, armazéns e trapiches eram equipamentos que caracterizavam aquele espaço urbano da Conceição e do Pilar. Havia naquela freguesia edificações como os Cobertos Grandes e Pequenos da Conceição, hoje desaparecidos, onde todo o pequeno comércio de abastecimento de alimentos era realizado e onde também se encontrava parte das lojas que comercializavam homens, mulheres e crianças escravizadas recém-chegadas da África (SOUZA, 2023).

Esta pesquisa, portanto, através da análise de documentos disponibilizados na internet, em especial a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, publicizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro através do Projeto Resgate (onde se encontra mais de seis mil documentos sobre a Capitania da Bahia) visa investigar a elaboração de espaços de autonomia, trabalho, resistência e aquilombamento da população negra em Salvador setecentista. Através da análise deste acervo, busca-se um novo olhar sobre a ocupação e construção do espaço urbano de Salvador e como este processo se relaciona com o regime de plantation escravocrata imposto pelo colonialismo português, mas também reflete a resistência e a pujança cultural e religiosa de povos vitimados pela violência deste projeto colonizador.

UM CAMPO NEGRO NOS ARREDORES DA CIDADE

Desde o final da década de 1980, a historiografia sobre a escravidão no Brasil avançou nas discussões de temas como: resistência, família, demografia, religiosidade, manumissão dos escravizados, utilização da justiça por parte deles como forma de assegurar direitos e experiências de liberdade negra. Além disso, sobretudo nos últimos anos, tem crescido os trabalhos sobre trajetórias de libertos, com a publicação, inclusive, de biografias dessas personagens, a exemplo das abordagens desenvolvidas por João Reis, Marcus Carvalho, Flávio Gomes, Júnia Furtado, Luiz Mott, Eduardo Silva, Zephyr

Frank, Regina Xavier dentre outros. Esta pesquisa segue o caminho que vem sido trilhado pelos historiadores da denominada nova historiografia da escravidão no Brasil, desde a publicação por João Reis e Eduardo Silva do livro *Negociação e Conflito*, em 1989. Uma das características desta perspectiva analítica perpassa, ao lado da pesquisa empírica de documentos históricos em arquivos e bibliotecas, a visão de que africanos e seus descendentes no Brasil foram protagonistas e atuaram politicamente na construção da sociedade colonial (REIS, 2003; SCHWARTZ, 2001).

Flávio Gomes, em seu trabalho sobre comunidades quilombolas no Recôncavo da baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, percebeu como africanos e seus descendentes interagiam com a sociedade escravista. Desafiavam o poder senhorial, mas também constituíam relações de troca comercial e parcerias com determinados segmentos. Esta experiência levou o historiador a elaborar o conceito de campo negro, tendo em vista a forma sob a qual quilombolas dominaram e reconfiguraram espaços, não apenas geográficos, mas sociais e políticos no entorno do Recôncavo da Guanabara (GOMES, 2006). João José Reis, por sua vez, – há décadas pesquisando sobre a escravidão urbana na Bahia ao longo do século XIX, sobretudo a luta e resistência ao cativo – demonstra como africanos e seus descendentes inseridos no trabalho escravista conseguiram forjar espaços de autonomia (REIS, 2019).

A escravidão urbana era marcada pelo trabalho de ganho, sistema no qual o/a cativo/a prestava serviços a terceiros nas ruas da cidade ou comercializava mercadorias, como alimentos, “ganhando dinheiro”. No final do dia ou da semana, pagava ao seu senhor um valor previamente estabelecido, caso obtivesse uma quantia a mais, poderia embolsá-la (SOUZA, 2010; REIS, 2019). Isto conferia maior autonomia ao escravizado(a), ao mesmo tempo, resultou na construção de espaços próprios e autônomos de trabalho, denominados à época, segundo o Reis, de cantos de trabalho. Esta pesquisa propõem-se, tendo por base a perspectiva analítica abordada por estes autores, investigar a existência de locais de autonomia, luta e resistência forjados pela população escravizada de origem africana em Salvador setecentista, demarcando espaços geográficos e discutindo a sociabilidade e o protagonismo histórico deste grupo.

A fuga foi um expediente de rebeldia presente durante todo o período escravista no Brasil. É da Bahia que se tem notícia do primeiro ajuntamento de negros fugitivos, por volta de 1575 e na década seguinte já havia quilombos no sul do Recôncavo baiano

(GOMES, 2005). No século XVII, surgiria no Brasil um dos maiores quilombos das Américas, Palmares. Este grande mocambo modificou de maneira drástica a forma com que senhores e autoridades tratavam o problema das fugas, levando ao aperfeiçoamento senhorial dos mecanismos de repressão, sendo responsável pela profissionalização do cargo de capitão do mato. O governo-geral do Brasil e o Conselho Ultramarino em Lisboa instituíram o cargo de capitão mor das entradas e assaltos, no século XVII e início do XVIII. De acordo com as determinações régias, o capitão mor das entradas e mocambos de negros fugidos ficava encarregado de organizar as ações armadas contra quilombos, prender escravos fugidos, dispunha de autoridade sobre outros capitães-do-mato e ainda podia requerer, durante suas ações, auxílio aos oficiais das ordenanças e às Câmaras (LARA, 1996).

No entanto, de acordo com a documentação do Conselho Ultramarino, a administração colonial parecia compreender que a organização de escravos fugidos em quilombos era endêmica e dificilmente teria fim, pelo menos enquanto a escravidão persistisse. É possível imaginar, contudo, que governadores e senhores acreditassem que as ações dos fugitivos pudessem ser postas em um nível tolerável.

Em 1726, a Câmara de Salvador emitiu normas, denominadas à época de “posturas” que estabeleciam os valores a serem pagos de acordo com o local em que o escravo fosse apanhado, quanto mais longe do centro urbano da cidade maior a quantia. O objetivo disto era evitar confusões e contendas entre senhores e capitães-do-mato. Se o cativo em fuga fosse aprisionado “pelos sítios da Soledade, Forte de São Pedro ou Água de Meninos” o capitão-do-mato receberia o prêmio de \$320 réis. Caso fosse capturado na região da Barra, Rio Vermelho e Brotas \$480 réis. Mas se o

escravo levasse a fuga ainda mais longe, alcançando uma légua de distância da cidade, o apanhador ganharia \$740 réis. E se o capitão-do-mato investisse contra escravos quilombolas e salteadores receberia do senhor de cada cativo 10\$000 (dez mil réis) após o encaminhar à cadeia. Para assegurar a lisura do trabalho e impedir fraudes e armações, os vereadores determinaram que “os capitães-do-mato investigassem com pessoas fidedignas os lugares onde foram capturados os escravos” para só assim procederem o recebimento do prêmio.²

² *Repertório de fontes sobre a escravidão existentes no Arquivo Municipal de Salvador. As Posturas (1631/1889)*. Fundação Gregório de Matos, Prefeitura Municipal de Salvador, 1988, p. 37-38 e 40.

Em 1733, a Câmara de Salvador modificou as posturas publicadas em 1726. Alguns valores dos prêmios pagos aos captores foram reajustados e novos parâmetros geográficos incluídos. Sinal de que os africanos e seus descendentes estavam transformando os arrabaldes de Salvador num espaço tomado por quilombos. O documento determinava “que o capitão do mato receberia a quantia de \$320 réis pela captura de escravos fugitivos dentro dos limites da cidade até a Soledade, Forte de São Pedro e Água de Meninos. Para Barra, Rio Vermelho e Brotas mantinha-se o valor \$480 réis. Diminuía-se o valor pago pelos fugitivos apanhados a uma légua da cidade, de \$740 para \$640 réis. Em contrapartida, estipulava-se 1\$280 (hum mil duzentos e oitenta réis) para a captura de escravos a três léguas da casa do senhor ou na região de Itapuã. O documento, ou melhor, os escravos iam ainda mais longe, chegando a alcançar a região da foz do rio Joanes (atual divisa entre os municípios de Lauro de Freitas e Camaçari), onde o prêmio por apanhá-los subia para 2\$000 réis. O valor pago pela prisão de cativos assaltando estradas ou organizados em mocambos permanecia 10 mil réis (SOUZA, 2010).

Numa leitura a contrapelo este documento revela como africanos e seus descendentes escravizados haviam construído uma verdadeira geografia da fuga e da resistência à escravidão na Cidade da Bahia e seus arredores. Ao mesmo tempo, a proximidade de comunidades fugitivas do espaço urbano central, a exemplo dos mocambos nas freguesias da Vitória e de Brotas, que abarcavam os territórios da Barra e do Rio Vermelho, demonstram como negros e negras aquilombados estavam em contato direto com a sociedade escravista. Isto era fundamental para sobrevivência destas comunidades, tanto para aquisição de insumos, como alimentos, ferramentas e armas, venda de mercadorias (produzidas localmente ou tomadas de assalto), quanto para obter apoio, colhendo informações sobre possíveis investidas e ações militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É lícito supor que africanos aquilombados mantivessem contato e quiçá construíssem redes de solidariedade junto a outros em cativeiro, sobretudo com aqueles que trabalhavam nas ruas das cidades, no sistema de ganho, na região portuária e também na Sé, a mais populosa das freguesias e onde se encontrava os poderes

administrativos da Capitania da Bahia. Esta pesquisa, ainda em andamento, pretende discutir como o espaço urbano de Salvador setecentista foi construído e caracterizado a partir do trabalho, da luta e resistência de africanos escravizados e seus descendentes.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Gustavo e MENZ, Maximiliano M. “Resgate e Mercadorias: uma análise do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII)”, *Afro-Ásia*, nº 37, (2008), pp. 43-73.

ALENCASTRO, Luiz Filipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da Cidade do Salvador**. Salvador: ed. Itapuã, 1969.

FLEXOR, Maria Helena Ochi, **Oficiais mecânicos na cidade de Salvador**. Salvador, Prefeitura Municipal de Salvador, 1974

_____. “Os ofícios mecânicos e o negro no espaço urbano de Salvador”, **Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano**, pp. 811-833.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.), **O Brasil Colonial**, volume 3, (ca. 1720 – ca.1821) (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014)

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (século XVI-XIX)**. São Paulo: UNESP, Ed. Polis, 2005.

_____. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. Ed. Fac-similar, São Paulo, Hucitec, Unicamp, 2000.

LARA, Sílvia, “Do Singular ao Plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”, in: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 81-109.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira do. **Dez freguesias da cidade do Salvador – aspectos sociais e urbanos do século XIX**, 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2007.

REGINALDO, Lucilene. **O Rosário dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista**. São Paulo: Alameda/FAPESB, 2011.

REIS, João José SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no**

Brasil escravista, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835.** Edição Revista e Ampliada, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

_____. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RUSSELL- WOOD, A. J. R. **Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa de Misericórdia na Bahia, 1550-1755.** Brasília, Ed. UNB, 1981.

SCHWARTZ, Stuart B e LOCKHART, **A América Latina na época colonial**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Bauru – SP: EDUSC, 2001.

_____. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Sociedade e Burocracia no Brasil Colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus Juízes: 1609-1751**, São Paulo, Perspectiva, 1979.

SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia, anotadas por Braz do Amaral**, vol 1, Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

SOUSA, Avanete Pereira. “Cidade, poder local e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)”, (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2003).

_____. **“Poder local e cotidiano. A Câmara de Salvador no século XVIII”**, (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1996).

SOUZA, Daniele Santos de. **“Entre o serviço da casa e o ganho”: escravidão em Salvador na primeira metade do século XVIII.** Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2010.

_____. **Tráfico, escravidão e liberdade na Bahia nos “anos de ouro” do comércio negreiro (c.1680-c.1790).** Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2018.

_____. “Escrava para todo o serviço’: experiência de ganhadeiras na Bahia colonial”, IN: COSTA, Valéria e VIANA, Iamara. **Mulheres Afro-atlânticas e ensino de História.** Rio de Janeiro: Ed. Malê, 2023, pp. 21-54.

SOUZA, Cândido Eugênio Domingues de. “Tráfico, tempo e lucro: capitães negreiros e redes comerciais da Bahia setecentista”. IN: SAMPAIO, G. R.; CASTILHO, L.; ALBUQUERQUE, W. R. **Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e**

liberdade (séc. XVIII-XIX) (Salvador: Edufba, 2014), p. 21-59.

_____. “Perseguidores da espécie humana’: capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII”. Dissertação de Mestrado em História, UFBA, 2011. 1998).

VASCONCELOS, Albertina. “**Ouro: conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão –Bahia do século XVIII**” (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.

VERGER, Pierre F. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: século XVII ao XIX**, São Paulo: Corrupio, 1987.

_____. **Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos na Bahia no século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1992.

VIANA FILHO, Luiz. **O negro na Bahia: (um ensaio clássico sobre escravidão)**, 4ª edição, Salvador: EDUFBA, Fundação Gregório de Mattos, 2008.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M., **Formação do Brasil Colonial**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. “**Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos 1750-1808**” (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2012).

LIMITES E POSSIBILIDADES DE USO DO TEXTO LITERÁRIO NA GEOGRAFIA HISTÓRICA

Adriano Bittencourt Andrade¹

RESUMO

O uso de produção literária na pesquisa em Geografia Histórica necessita de embasamento conceitual e clareza metodológica. Objetiva-se nesse artigo estabelecer análises possíveis sobre dinâmicas territoriais pretéritas a partir de análises de obras de Mia Couto e Jorge Amado. Apresenta-se assim um caminho metodológico a ser trilhado no uso desse tipo de recurso para a pesquisa em Geografia Histórica.

Palavras-chave: Geografia Histórica, Metodologia, Literatura, Mia Couto, Jorge Amado.

ABSTRACT

The use of literary texts in Historical Geography research requires conceptual foundation and methodological clarity. The aim of this article is to present possible analyzes of past territorial dynamics from analyses of the works of Mia Couto and Jorge Amado. This presents a possible methodological path to follow when using this type of source for research in Historical Geography.

Keywords: Historical Geography, Methodology, Literature, Mia Couto, Jorge Amado.

INTRODUÇÃO

O vínculo entre a Geografia e a Literatura tem se tornado contumaz em estudos acadêmicos² e, certamente, esta díade analítica não se dá ao acaso. A análise sobre a dinâmica do espaço geográfico, mormente os vinculados à Geografia Histórica, carece de fontes em tempos mais recuados, especialmente as que deem pistas sobre relações sociais espacializadas. Os textos literários, feitas as ressalvas ao estilo e liberdade autoral, podem se constituir em significativas referências à pesquisa. Nesse sentido, Suzuki (20jan2024) faz uma exposição sintética do desdobrar histórico e crescente volume de obras vinculadas à Geografia produzida no Brasil (textos de eventos, publicações, dissertações e teses) que vincula os estudos sobre a dinâmica do espaço geográfico às obras da literatura nacional e estrangeira.

¹ Mestre em Geografia e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA, com estágio de pós-doutoramento em Geografia pela UNB. Professor do IFSP (Instituto Federal de São Paulo). Contato: adriano.andrade@ifsp.edu.br.

² A exemplo de Pinheiro e Silva (2004), Monteiro (2002), Grossmann *et al.* (1993), dentre outros.

Propugna-se aqui, como de resto nos textos que sustentam os fortes laços entre a Geografia e a Literatura, que esses dois campos disciplinares se debruçam sobre uma dinâmica que se dá num dado território e sobre variadas perspectivas temporais, entretanto, apresentam diferentes formas de “ver” os processos socioespaciais. O escrito geográfico exposto em texto sujeito às normas da academia e, de outro lado, a liberdade poética que envolve a Literatura apresentam visões complementares sobre uma mesma, pretensa, realidade.

Esse contexto suscita a questão geradora desse artigo: quais as possibilidades e limites de uso do texto literário como fonte de pesquisa para a Geografia Histórica?

À luz dessa problemática, objetiva-se fazer a análise de duas obras literárias, exatamente para entender que há um rol de possibilidades de leituras combinadas entre a Geografia e a Literatura a partir de olhares cruzados, com aproximações e distanciamentos, sobre os Tempos e Espaços trabalhados em livros que “dialogam” entre si.

Os romances selecionados são “Capitães da Areia”, de 1937, do autor brasileiro Jorge Amado e “Terra Sonâmbula”, de 1992, do moçambicano Mia Couto. No banco de teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), disponível para acesso na Internet (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>), há uma miríade de estudos que tem como objeto uma das obras aqui trabalhadas, todavia, essa análise, vinculada à Geografia Histórica, parece-nos uma nova contribuição ao diálogo entre a Geografia e Literatura, especialmente no tocante ao uso desta como possibilidade de pesquisa para aquela.

Dentro da perspectiva teórica frugalmente apresentada, a escolha dessas obras se justifica sobre diversas nuances: são ficções apoiadas em eventos vividos (menores moradores de rua na cidade de Salvador e guerra civil pós-independência em Moçambique, respectivamente), porém, distantes no tempo e no espaço; possuem diferenciadas abordagens espaço-temporais, abrindo ampla possibilidade de discussão sobre as categorias analíticas supramencionadas; possibilitam o enlaçar das histórias de Brasil e Moçambique (ambos os livros refletem heranças pós-coloniais); os dois livros trazem o protagonismo de crianças em situação de fragilidade social, apresentando assim uma preocupação social comum aos autores.

Com o intento de suscitar traços metodológicos na análise e estabelecer relação entre as obras selecionadas e os estudos na Geografia Histórica, optou-se metodologicamente, por fragmentar o texto, com óbvia inter-relação entre as partes, em quatro seções interiores além desta introdução e das considerações finais. São elas: (1) A dimensão temporal das obras; (2) Contextos territoriais e variáveis sociais; (3) O espaço geográfico como produto e condição social; (4) Atualidade das formações espaciais expostas nas obras.

Com os auspícios que um diálogo entre Jorge Amado e Mia Couto tende a resultar numa leitura instigante e abrir um campo de possibilidades de uso das mesmas como fonte de pesquisa, seguimos com as análises anunciadas.

A DIMENSÃO TEMPORAL DAS OBRAS

Nos dois livros os personagens são retratados na composição do conjunto da obra. Eles são construídos à medida que os protagonistas são apresentados, tanto nas relações que sustentam os romances, quanto a complexa dinâmica socioespacial da qual são produtores e resultantes.

Em “Terra Sonâmbula” acontecem diversas histórias cruzadas que enredam os personagens no cenário da Guerra Civil em Moçambique pós-independência (1975). “Um Velho [Tuahir] e um miúdo [Muindinga]...” (COUTO, 2015, p.09) são os personagens do narrador onisciente que vai desdobrando a história dos dois. Os protagonistas tentam estabelecer estratégias de sobrevivência no cenário de Guerra Civil que se apresenta após a independência do país. Essa narrativa é intercalada, em cada um dos onze capítulos, por um outro recorte temporal que está presente nas leituras que Muindinga faz de um caderno que encontrou e que conta a história de um outro personagem, o Kindzu que intenta “pôr os tempos, em sua mansa ordem, conforme esperas e sofrências” (COUTO, p.14) e apresenta a perspectiva de como a guerra mudou a sua vida.

Em “Capitães da Areia” as narrações são concomitantes num mesmo período (primeira metade do século XX) e seguem a linearidade cronológica diacrônica. É exposto, no desenrolar do texto, um desfile alinhavado dos personagens (Pedro Bala, Dora, João Grande, Sem Pernas, Professor, Pirulito, Gato, Dalva, Boa Vista, Barandão, Volta Seca, Almiro, Ezequiel, Querido de Deus, Padre João Pedro): crianças, homens e

mulheres excluídos numa sociedade segregada, mas tratados por Jorge Amado sem vitimização. Destaca-se que cada personagem reflete histórias pessoais dentro do emaranhado da obra “Capitães da Areia”, reforçando assim as diversas vivências diacrônicas que se dão naquele momento ficcional.

Nas duas obras os personagens que vivem naquele tempo social se deparam com entidades e tempos metafísicos, seja na abordagem realista mágica (ou maravilhosa) que Mia Couto faz das tradições africanas – a exemplo de quando escreve sobre uma conversa com um fantasma português (COUTO, p.139-142) –, seja na apresentação que Jorge Amado faz dos Orixás, divindades afro-brasileiras que “vivem” como companheiros de batalha dos negros pobres da Bahia; eles são “encarnados” como personagens do romance, como quando Dora é jogada ao mar para encontrar Yemanjá (AMADO, 1995, p.212).

Tanto em “Terra Sonâmbula” como em “Capitães da Areia”, diversos tempos sincrônicos se encontram em histórias paralelas e enredadas. A linearidade predominante nas duas obras é “interrompida” por reminiscências de memórias ou relatos dos narradores, além da ancestralidade dos seres divinos, num entrecruzamento do tempo social com o metafísico. Destaca-se que no fechamento das duas obras há uma perspectiva de devir.

Ainda sobre a dimensão temporal, é fundamental identificar o tempo do autor e do narrador proposto na obra.

Nos livros aqui analisados, percebe-se em “Terra Sonâmbula”, duas perspectivas de narração, o narrador onisciente que desdobra a obra entre o tempo do velho Tuahir e de Muindinga em contraponto com Kindzu (narrador protagonista) que “narra”, nas páginas do seu diário lidas pelo menino, a Guerra da Independência em Moçambique sob a suaperspectiva pessoal.

“Terra Sonâmbula” foi lançado em 1992, após o cenário de guerra no qual se desenrola a trama construída por Mia Couto. O autor viveu dramas familiares (envolvimento do pai, como jornalista, na vida política do país) e essas experiências pessoais, bem como o fato de viver em Moçambique, estão irremediavelmente atreladas aos seus personagens e enredos de livros, como já revelou em palestras e entrevistas³.

³ A exemplo da conferência no encerramento da Semana Universitária (14 a 18 de outubro de 2019), feito pelo Mia Couto, na ocasião em que esteve na UnB para receber o título de Doutor Honoris Causa

Em “Capitães da Areia”, lançado em 1937⁴, a guerra do cotidiano dos excluídos na Bahia revela nuances de um narrador onisciente numa clara denúncia social de Jorge Amado, que foi eleito deputado federal por São Paulo, em 1946, pelo Partido Comunista Brasileiro. Curioso verificar que o comunista Jorge Amado era um fervoroso defensor do Candomblé que aparece nas suas obras, notadamente em Capitães da Areia, e foi mote para uma emenda constitucional que propugnava liberdade religiosa no Brasil.

“Capitães da Areia” é escrito na terceira pessoa. Jorge inicia o texto com recortes de jornais da época e usa desse recurso ao longo de todo o romance, situando a ficção no “mundoreal”. Essa opção literária também dá um caráter de realismo à obra e reverbera o “grito social” presente nas estratégias de sobrevivência dos meninos pobres nas ruas de Salvador.

Ratifica-se aqui que a busca por fontes é um desafio constante nas pesquisas que se propõem analisar dinâmicas espaciais pretéritas, assim, a ansiedade gerada pelo “encontro” de uma referência pode suscitar o uso de textos literários como documentos de época. Nesse sentido, é fundamental cotejar o texto literário com base documental e outras fontes secundárias. Esse é um cuidado metodológico que deve acompanhar o pesquisador no estabelecimento de vínculos entre o tempo do autor e do narrador da obra utilizada, a exemplo do exercício feito nessa seção, com o objeto espaço-temporal da sua pesquisa.

Entende-se assim que a perspectiva temporal é fator estruturante nos estudos de Geografia Histórica, conforme orientações basilares presentes em Green (1991), nesse sentido, buscar os enlaces entre os tempos que atravessam a obra trabalhada e o próprio contexto têmporo-espacial em que ela foi produzida é premissa para o uso da mesma no estabelecimento de “diálogos” nesse campo de pesquisa.

CONTEXTOS TERRITORIAIS E VARIÁVEIS SOCIAIS

Ambas as obras apresentam as variáveis sociais e o contexto territorial como elementos decisivos na construção dos seus enredos. No caso de “Terra Sonâmbula” o

⁴ Faz-se aqui uma necessária menção a edição da obra trabalhada, sobretudo por considerar que o intervalo de mais de cinquenta anos entre as primeiras edições das obras indicadas implica em importante nuance a ser observada no uso do texto literário como fonte histórica.

romance se dá no contexto de guerra pós-independência e o autor destina diversos fragmentos para situar o leitor no processo de descolonização que tomou o continente africano e, especificamente, o seu país, Moçambique, na segunda metade do século XX (COUTO, 2015, p.9 e 193-194, por exemplo). A expulsão dos portugueses (colonizadores) impôs conflitos internos pelo poder e Mia Couto trabalha com essa bruta realidade da guerra apresentando peculiaridades locais – muitas delas sustentadas em valores e relações de poder endógenas às comunidades moçambicanas.

Em “Capitães da Areia”, Jorge Amado também apresenta a dura realidade socioterritorial que assomava aos garotos pobres, alguns órfãos, que viviam nas ruas da cidade de Salvador na década de 1930. Distante de uma guerra aberta, como a que é expressa no romance de Mia Couto, mas com elementos cotidianos de imensa perversidade que vitimava osoteropolitanos mais carentes.

Percebe-se que, apesar da distância no tempo e espaço, a perspectiva da pobreza para Jorge Amado parece similar à que Mia Couto apresenta em outro livro seu:

Em algumas línguas de Moçambique não existe a palavra ‘pobre’. Um pobre é designado como sendo chiswana, expressão que quer dizer órfão. Nessas culturas, o pobre não é apenas o que não tem bens, mas é sobretudo o que perdeu a rede das relações familiares que, na sociedade rural, serve de apoio à sobrevivência. O indivíduo é pobre quando não tem parentes. A pobreza é a solidão, a ruptura com a família. (COUTO, 2011, p.20).

Diversas considerações filosóficas sobre a guerra feitas pelo Mia Couto poderiam dizer respeito às “guerras” urbanas da extrema violência a qual são submetidos os mais vulneráveis, a exemplo de falas como: “Deixa a guerra, filho. A morte só ensina a matar” e “Graças a Deus sou cega. Lá fora, o mundo está pior. Por causa dessa guerra, já ninguém se compaixona por ninguém” (COUTO, 2015, p.29 e 127). O autor ainda faz uma longa exposição sobre o papel dos mais frágeis no cenário de guerra (COUTO, p.108 a 111).

Além dessa óbvia aproximação relacionada com a exposição da população pauperizada às diversas formas de violência física e simbólica (especialmente as crianças que protagonizam ambas as obras), pode-se observar, no tocante à produção e ao uso histórico do território, diversas menções feitas pelo Mia Couto que “tocam” a história vivida no Brasil, por exemplo, quando o autor moçambicano trata das Missões (COUTO, p.77): “Ficou lá, na Missão”, possivelmente aludindo às missões

evangélicas e remetendo, na nossa análise, às Jesuíticas que participaram efetivamente da produção do território colonial brasileiro até a sua expulsão em 1759, no período Pombalino.

Também quando escreve sobre os “Tempos da Independência” (COUTO, p.139) e destaca a lavoura de algodão produzida para atender aos interesses do colonizador português e a miscigenação forçada (português que “era viciado em donas de escuras peles escuras”), duas situações recorrentes na história brasileira e que repercutem, ainda hoje, na configuração socioterritorial de ambos os países, conforme análises na última seção deste artigo.

É lúdico, assim, reconhecer esses vínculos supracitados e outros tantos na análise da dinâmica territorial que envolve as duas obras. Acredita-se que o uso das mesmas, confrontadas com outras fontes documentais permitam ao pesquisador traçar elementos da formação espacial do “presente de então”, conforme Abreu (2000, p.18).

O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO PRODUTO E CONDIÇÃO SOCIAL

Toma-se aqui Espaço Geográfico como resultado concreto e simbólico de relações territorializadas entre homem e meio (natureza e sociedade), assim, um cumulativo e imbricado processo histórico de sistemas de ações e sistemas de objetos (SANTOS, 1997a) que são mediados pelas técnicas e ganham materialidade e sentido coerente com cada momento social (temporalidade). Posto desta forma, é impossível entender o espaço como mero receptáculo ao acontecer cotidiano. Muito mais que isso, ele alinhava e determinava comportamentos sociais. Para muito além de uma mera visão determinista de imposição da natureza sobre o comportamento humano, o espaço que é fruto da dinâmica social, também é, numa relação dialética, condição a esta mesma dinâmica.

Definitivamente, não há como “entender”/ler “Capitães da Areia” sem os trapiches, saveiros, cais, docas, castelos (casas de prostituição, jogo e festas), bares, bondes, ladeiras e terreiros de candomblés de Salvador. A leitura da obra de Jorge Amado, com destaque a que aqui analisamos, é um ensinamento sobre como se dava a vida na cidade de Salvador de 1937, mormente para os mais pobres. Uma cidade

mononuclear, cabeça de uma rede regional (articulada à sua hinterlândia a partir da circulação ferroviária e fluviomarítima), que na escala intraurbana era acessada por deslocamento pedestre ou, para bairros mais distantes, por bondes.

Nesse contexto, é curiosa a recorrente menção aos trapiches, antigos portos/docas marítimas que, no caso de Salvador, caíram em desuso ou ficaram em ruas interiores da cidade após a respectiva modernização do porto e o aterro feito no bairro do Comércio/Calçada no início do século XX (ANDRADE e BRANDÃO, 2009, p. 74). No tempo vivido no romance o trapiche ocupa um papel central no enredo, visto que é ali que se dá a vida dos capitães da areia. O próprio título do livro carrega consigo a forte dimensão espacial que acompanha a trama, visto que a “Areia” era a praia do entorno do trapiche e os “capitães” eram os “donos” daquele mundo, cerca de cem meninos que circulavam e sobreviviam com liberdade e vigilância pelos becos e ladeiras da capital baiana.

Também em *Mia Couto* o espaço é condição social para o desenrolar da novela. Destaca-se, primeiramente, a importância que o autor dá à circulação para a ocupação, uso e fuga do território, como, por exemplo, nos fragmentos abaixo:

Qualquer coisa vai acontecer qualquer dia e essa guerra vai acabar. A estrada já vai- se encher de gente, camiões. Como no tempo de antigamente. [...]Mas na estrada quem passa são os bandos. [...]Bar do Ferroviário. [prostituição para os portugueses e menção ao modal de transportes para escoamento das riquezas interiores...] O velho se lembrava, olhos quiméricos. Recordava o trem resfolegando pela savana, trazendo boas simpatias de muito longe, os mineiros que chegavam carregados de mil ofertas [...] Há quanto tempo os comboios tinham parado de espalhar seus fumos mágicos? (COUTO, 2015, p. 13, 10, 73 e 133).

Os títulos dos capítulos de *Mia Couto* (2015) sugerem que o espaço geográfico não é mero palco, ao contrário, induz comportamentos sociais. No corpo do texto o autor estabelece diálogos, dentro do seu estilo literário, entre os protagonistas e a história do território, como na menção que faz às casas que resistiram à guerra, apesar da população ter fugido ou morrido:

A guerra crescia e tirava dali a maior parte dos habitantes. Mesmo na vila, sede do distrito, as casas de cimento estavam agora vazias. As paredes, cheias de buracos de balas, pareciam a pele de um leproso. Os bandos disparavam contra as casas como se elas lhes trouxessem raiva. Quem sabe alvejassem não as casas mas o tempo, esse tempo que trouxera o cimento e as residências que duravam mais que a vida dos homens. (COUTO, 2015, p. 22).

Nesse fragmento, fica evidente o entendimento que a produção de

objetos/formas, como as casas, se dá dentro de um determinado domínio técnico, porém, as coisas construídas têm relativa inércia espaço-temporal e resistem às mudanças da própria sociedade, permanecendo como rugosidades de tempos passados, coerentes com os novos usos ou abandonos que a sociedade do presente a impõe. Além de marcas concretas de um passado vivido naquele espaço, as casas e a vila tem uma representação e um papel social importante para a dinâmica social do presente, visto que alvejá-las e destruí-las é, na perspectiva simbólica, exercer um novo domínio sobre as relações de poder que ali se territorializam.

Tanto no Brasil como em Moçambique, fruto de um processo de colonização voltado para a exploração do território, os principais entrepostos e, por conseguinte, cidades, estão/estavam localizados na faixa costeira. Daí que, essa relação entre o mar e os sertões do interior aparecem nas duas obras aqui analisadas, bem como a influência externa nas mazelas sociais vividas no tempo-espaço de cada história.

Em Terra Sonâmbula (COUTO, 2015), o autor trabalha com as noções de distância e alcance espacial quando comenta que “a paisagem chegara ao mar” (COUTO, 2015, p. 188). Antes ele faz considerações sobre o que representava o mar para aquela sociedade, vinculando o homem à terra, quando escreve que “só mora no mar quem é do mar” (COUTO, 2015, p. 31). Posteriormente (COUTO, 2015, p. 53), configura um quadro socioterritorial no qual o interior é “ocupado” pelos matadores (grupos revoltosos ao poder estabelecido após as Guerras de Independência) e o “Mar”, ou proximidade do mesmo, se apresenta como única saída. Assim também, Jorge Amado (1995) faz um dos capitães da areia voltar à sua origem nos sertões do Nordeste do Brasil e escreve que ele “aprendeu que não era só no sertão que os homens ricos eram ruins com os pobres” (AMADO, 1995, p. 233), relativizando assim a localização ante a perversidade das relações socioeconômicas entre os homens. De forma bastante dura, Amado ainda faz uma analogia entre os capitães da areia, os maloqueiros de Aracaju (AMADO, 1995, p.232) e os cangaceiros do Sertão, escrevendo que nas “caatingas do sertão [...] crianças que estudam para cangaceiro na escola da miséria e da exploração do homem” (AMADO, 1995, p.234). Sem o risco de banais ilações, o autor vê na exploração do homem pelo homem a origem das mazelassociais, seja nos Sertões ou na capital. Também Mia Couto parece ter esse entendimento de que a guerra é uma produção derivada da exploração, ainda que numa outra dimensão escalar,

quando afirma que ela é uma “confusão vinda de fora” (COUTO, 2015, p.15).

ATUALIDADE DAS FORMAÇÕES ESPACIAIS EXPOSTAS NAS OBRAS

Não obstante a distância temporal das duas obras aqui analisadas e a maior aproximação da nossa contemporaneidade do texto do Mia Couto (2015), faz-se agora um breve registro histórico que redundou no contexto socioespacial dos enredos e, num esforço de síntese, atualiza-se as obras a partir do entendimento das dinâmicas territoriais hodiernas. A contextualização de um dado período histórico é contumaz nos estudos de Geografia Histórica e aparece como referência na proposta metodológica apresentada por Vasconcelos (2016).

Na análise das obras aqui apresentadas, inicia-se esse exercício de contextualização por Moçambique. Sustentado nos trabalhos de Mazrui e Wondji (2010) e de Figueiredo e Coelho (2013), pode-se afirmar que, após ser “tocado” pelo colonizador português, no périplo africano feito por Vasco da Gama, em 1498, o atual território moçambicano passou a ser produzido a partir de demandas externas e da imposição de uma política mercantil/colonial que desarticulou estruturas territoriais ancestrais.

O longínquo processo de colonização, intensificado no contexto imperialista dos séculos XIX e XX, foi interrompido apenas pela Guerra da Independência e pela formalização da mesma em 25 de junho de 1975, no desenrolar do processo abrangente da descolonização africana e da própria Guerra Fria, que acontecia num mundo ideológica e militarmente bipartido entre as esferas Capitalista e Socialista. Nesse interregno assumiu um governo comunista e a antiga cidade de Lourenço Marques foi transformada na capital Maputo.

Segundo Mazrui e Wondji:

em junho de 1962, estes dois partidos [União Democrática Nacional de Moçambique – UDENAMO – e União Nacionalista Africana de Moçambique – MANU] fundiram-se para formar a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sob a direção do Doutor Eduardo Chivambo Mondlane. (MAZRUI e WONDJI, 2010, p.315).

Ressalva-se que chegada da FRELIMO ao poder, já representado pelo presidente/revolucionário Samora Moisés Machel, não foi pacífica e, mesmo depois,

enfrentou uma duradoura resistência em conflitos abertos com diversas guerrilhas interiores.

A diversidade étnica do território moçambicano ocupada por bantos, suailis e imigrantes árabes, indianos e, evidentemente, portugueses, além de diversos grupos minoritários, se encontrou num “novo” país completamente fragmentado e sob um comando que não era universalmente reconhecido. Daí a severa guerra civil enfrentada de 1977 a 1992 (contexto do livro *Terra Sonâmbula*) com mais de um milhão de mortos e 1,7 milhões de refugiados.

Desde 1992, Moçambique tem permanecido sob supervisão das Nações Unidas. Debalde o esforço para manter o “jogo” democrático e alcançar índices de crescimento econômico acima da média africana, há a resistência de seculares problemas sócio estruturais – a exemplo da corrupção nas mais altas esferas políticas e judiciárias – e a presença de novos atores da globalização neoliberal, a exemplo dos chineses, que trazem consigo velhos e novos problemas como a exploração de recursos naturais para fins exógenos e o recrudescimento do processo de exclusão social.

No caso de Salvador, capital da Bahia, e cidade onde se passam as histórias dos capitães da areia, o exercício de atualização da obra a partir da análise da dinâmica socioespacial revela um quadro perversamente engessado, não obstante as diversas transformações infraestruturais que a cidade passou ao longo de quase um século da escrita do romance aos nossos dias.

A Salvador do início do século XX, segundo Vasconcelos (2016), era uma cidade de uma única centralidade, o “Pelourinho” ou, de forma mais abrangente, o “Centro Histórico”.

Essa área da cidade, na atualidade, além do espaço turistificado, envolve um entorno ocupado por população pauperizada e se retrata como o ambiente de ação dos novos capitães da areia.

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Salvador, que anteriormente tinha sido a capital do Brasil e viveu por séculos a experiência de ser o porto mais movimentado da colônia e uma das mais desenvolvidas cidades do Brasil imperial e republicano, vivia uma situação de letargia econômica que ficou conhecida como “o enigma baiano”. Segundo Sampaio:

De um modo geral, essa problemática do chamado ‘enigma baiano’, a rigor, nasce das próprias dificuldades da Bahia numa fase letárgica do seu desenvolvimento econômico, cuja gênese primariamente decorre de sua descapitalização, desde a crescente deterioração da indústria do açúcar na região, aliada ao deslocamento do eixo das decisões centrais do país. (SAMPAIO, 1999, p. 74).

Isso certamente ajuda a entender a vivência dos capitães da areia num confronto cotidiano entre a extrema escassez e a ostentação de uma pequena elite pseudo-branca soteropolitana.

A forte herança escravagista é um canal interpretativo para a presença dominante de negros na sociedade baiana, especialmente no Recôncavo da baía de Todos os Santos (principal domínio das lavouras canavieira, fumageira e mandioqueira). Também ajuda a entender o ranço discriminatório e a quantitativa imposição da pobreza aos negros que agregam os piores indicadores na principal região urbana da Bahia.

Em tom errático de fechamento dessa seção, vale a indicação que o Mia Couto faz sobre a africanidade da obra de Jorge Amado. O autor moçambicano afirma que:

Jorge não escrevia livros, ele escrevia um país. E não era apenas um autor que nos chegava. Era um Brasil todo inteiro que regressava a África [...] Descobríamos essa nação num momento histórico em que nos faltava ser nação. O Brasil – tão cheio de África, tão cheio da nossa língua e da nossa religiosidade – nos entregava essa margem que nos faltava para sermos rio. [... José Craveirinha disse:] “E toda a nossa literatura passou a ser um reflexo da Literatura Brasileira. Quando chegou o Jorge Amado, nós tínhamos chegado a nossa própria casa”. (COUTO, 2011, p. 64-67).

É inegável o “contato” da história territorial dos dois países e o inevitável traço cultural que se assemelha em diversas nuances. Essa aproximação, sob a perspectiva espacial, com dois autores tão produtivos, cria uma possibilidade auspiciosa para os diálogos que seguem para além desse artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais são necessariamente espaciais (o corpo, a casa, o lugar, a região, a nação, o mundo). Nessas variadas escalas, onde se territorializa o acontecer social derivado de relações desiguais de poder, o universal e o particular se enredam num contínuo processo do qual decorrem bases concretas e simbolismos que dão

significado histórico e atual aos territórios usados. Dada à imensa possibilidade de repercussão dos eventos⁵, deve-se estar sempre alerta ao fato de que a seleção de um de seus desdobramentos para explicar a realidade é, na melhor hipótese, reducionista, visto que não leva em conta a sua pluralidade e tende a deixar pessoas, hábitos e lugares excluídos de visibilização histórica.

Nesse sentido, diversificar fontes e buscar na microhistória a revelação de dinâmicas territoriais complexas que deem visibilidade a outros agentes na produção do espaço de outrora, se constitui numa ação subversiva de confrontar as memórias individuais e coletivas, sob variadas perspectivas, de uma determinada expressão social, e assim possibilitar outras “leituras” da complexa dinâmica territorial.

Essa é a ideia central que movimentou a construção do texto desse artigo e de parte da produção científica que procura vincular a Literatura à Geografia Histórica. Ressalva-se que, mais que uma leitura comparativa dos livros trabalhados (“Terra Sonâmbula”, de Mia Couto e “Capitães da Areia”, de Jorge Amado), intencionou-se com este texto fazer considerações teóricas e metodológicas sobre as possibilidades do uso de tal recurso de pesquisa.

Esses possíveis diálogos interdisciplinares são fundamentais na revelação de práticas, hábitos e costumes que, por vezes, permanecem obscurecidos nas fontes primárias tradicionais (documentação, cartografia e iconografia históricas). Parece ser uma alternativa profícua para romper com a produção de saberes fragmentados de um espaço amnésico, destituído de suas qualidades humanas.

Deve-se, fundamentalmente, estar alerta ao axioma para o pesquisador da Geografia Histórica de que não há verdades consolidadas. O texto produzido expressa “uma” verdade, no entanto, também deriva de seleções, intencionalidades e, principalmente, interpretações. Assim, a crítica à ficcionalidade do texto literário, visto que reflete uma representação do real, derivado do caráter imagético do autor, em alguma escala, também está presente na leitura interpretativa que se faz de fontes históricas que, habitualmente, tomam uma possibilidade diante de uma miríade de outras omitidas. Não se trata de descartar as fontes primárias ou secundárias, mas de relativizar o seu uso e, quando possível, confrontar com outras referências.

⁵ Segundo Santos (1997b, p.129): “flecha do tempo” que encontra diferencialmente o espaço, empiricizando-o.

Não obstante as lacunas aqui assinaladas no “contato” entre a Geografia História e a Literatura, e os riscos de ausências na análise de obras e autores tão complexos como os dois que foram trazidos nesse texto, entende-se que, para a continuidade do debate, a proposta aqui apresentada de estabelecer um diálogo com Jorge Amado e Mia Couto em duas obras pontualmente selecionadas mostra um rol de possibilidades de análises cruzadas entre a Literatura e a Geografia e, principalmente, apresenta pistas metodológicas para o uso de textos literários nos estudos da Geografia Histórica. Ainda mais, estimula a leitura e a continuidade do debate.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de A. Construindo uma geografia do passado. Rio de Janeiro – cidade portuária. **Geosp**, vol. 7, p. 13-25, 2000.
- AMADO, J. **Capitães da Areia**. 77ª Ed. São Paulo: Record, 1995. [1ª Ed. De 1937].
- ANDRADE, A. B.; BRANDÃO, P. R. B. **Geografia de Salvador**. 2ª Ed. Salvador/Ba: Edufba.2009.
- COUTO, M. **E se Obama fosse africano?** Ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- _____. **Terra Sonâmbula**. São Paulo: Cia de Bolso, 2015. [1ª Ed. de 1992].
- FIGUEIREDO, F. B.; COELHO, M. V. S. D. **História da África**. Salvador: Programa A Cor da Bahia, FFCH/UFBA, 2013.
- GREEN, D. Brooks (org.). **History geography: a methodological portrayal**. Savage: Rowman& Littlefield. 1991.
- GROSSMANN, J. ; MALARD, L. ; CARVALHAL, T.F. ; CASTELLO, J. A ; HATOUM, M.(orgs.). **O espaço geográfico no romance brasileiro**. Salvador/BA : Fundação Casa de JorgeAmado, 1993.
- MAZRUI. A. A.; WONDJI. C. (ed.). **História geral da África**. Vol. VIII. África desde 1935. Brasília/DF: UNESCO, 2010.
- MONTEIRO, C. A. de F. **O mapa e a trama**. Ensaios sobre o conteúdo geográfico em criaçõesromanescas, Florianópolis: EdUFSC, 2002.
- PINHEIRO, D. J. F.; SILVA, M. A. **Visões imaginárias da cidade da Bahia**. Salvador/BA: Edufba, 2004.
- SAMPAIO, A. H. L. **Formas Urbanas: Cidade Real & Cidade Ideal**. Contribuição ao

estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto Editora / PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1997a.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.

SUZUKI, J. C. Geografia e Literatura: abordagens e enfoques contemporâneos. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**. Nº 5, setembro 2017. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/e5e7f714/f8ed/443d/b048/0b3a58e284cc.pdf>. Acesso em: 20jun2024.

VASCONCELOS, P. de A. **Salvador Transformações e Permanências (1549 – 1999)**. 2ª Ed. rev. amp. Salvador/BA: Edufba, 2016.

POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS: UMA PROPOSTA DE FERRAMENTA ANALÍTICA PARA NOMEAÇÃO DOS LUGARES

Kairo da Silva Santos¹
Matheus da Silveira Grandi²

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise das políticas escalares toponímicas, propondo uma ferramenta analítica para o estudo das mudanças nos nomes dos lugares. A metodologia inclui uma revisão bibliográfica ampla e sistemática sobre a toponímia e a geografia, além de um estudo de caso empírico focado na cidade de Petrópolis (RJ). O referencial teórico baseia-se nos conceitos de escala, escalaridade e políticas escalares, destacando como a nomeação dos lugares reflete e molda identidades e narrativas espaciais. Os resultados mostram que a nomeação dos lugares é influenciada por contextos históricos e políticos específicos, com ações de nomeação, renomeação, apagamento e manutenção desempenhando papéis cruciais na construção e reconstrução das memórias urbanas. Em Petrópolis, observou-se como as mudanças toponímicas refletiram transições de poder e novas narrativas políticas ao longo do tempo. Conclui-se que as políticas escalares toponímicas são ferramentas analíticas eficazes para compreender a (re)produção do espaço urbano, revelando as relações de poder e disputas simbólicas presentes na configuração espacial das cidades.

Palavras-chave: Escala; Políticas escalares toponímicas; Nomes geográficos; nomeação dos lugares; Petrópolis.

ABSTRACT

This article presents an analysis of toponymic scalar politics, proposing an analytical tool for studying changes in place names. The methodology includes a comprehensive and systematic literature review on toponymy and geography, as well as an empirical case study focused on the city of Petrópolis (RJ). The theoretical framework is based on the concepts of scale, scalarity, and scalar politics, highlighting how place naming reflects and shapes identities and spatial narratives. The results show that place naming is influenced by specific historical and political contexts, with actions of naming, renaming, erasure, and maintenance playing crucial roles in the construction and reconstruction of urban memories. In Petrópolis, it was observed how toponymic changes reflected power transitions and new political narratives over time. It is concluded that toponymic scalar politics are effective analytical tools for understanding the (re)production of urban space, revealing power relations and symbolic disputes present in the spatial configuration of cities.

¹ Doutor em Geografia (UFRJ), Mestre em Ciências - Geografia (UFRJ). Professor do Ensino Superior na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Carangola. Contato: kairo.geo@gmail.com

² Doutor em Geografia (UFRJ), Mestre em Geografia (UFRJ), Professor associado do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: mtsgrandi@gmail.com

Keywords: Scale; Toponymic Scalar Politics; Place Names; Place Naming; Petrópolis.

INTRODUÇÃO

O processo de nomeação do espaço geográfico é um tema que vem ganhando notoriedade nas últimas décadas no campo da geografia e da toponímia. A toponímia, que estuda os nomes dos lugares, não apenas reflete aspectos culturais e históricos, mas também desempenha um papel central na construção de identidades e na imposição de narrativas espaciais. Nesse sentido, é relevante salientar que o “modo” como pensamos o espaço afeta diferentes esferas da vida social e não é possível descolá-lo da dimensão simbólica e cultural (GREGORY, 1995). Quando pensamos como nomes e nomeações impactam estas dimensões, estamos atentando para como diferentes narrativas são impostas e construídas espacialmente. Portanto, podemos propor uma ferramenta analítica para identificar como as ações de nomeação do espaço se entrelaçam em diferentes contextos espaço-temporais e escalares?

Na direção de responder a esta questão, o objetivo deste artigo é fornecer uma contribuição metodológica para o estudo das mudanças toponímicas por meio da apresentação da ferramenta analítica das políticas escalares toponímicas, utilizando como estudo de caso a cidade de Petrópolis (RJ). A escolha de Petrópolis se justifica pelo seu rico contexto histórico e pelas transformações significativas em sua toponímia ao longo do tempo, especialmente durante períodos de grande agitação política e social no cenário nacional.

O desenvolvimento do trabalho consiste em uma discussão teórico-conceitual sobre os conceitos de escala, escalaridade e políticas escalares toponímicas. A tipificação proposta para estas políticas escalares toponímicas está conjugada com a elaboração de um quadro de análise, que tem como base uma periodização temporal sobre diferentes contextos históricos da área estudada, assim como das mudanças espaciais inerentes à ela.

O artigo busca, em um primeiro momento, contextualizar os estudos sobre os nomes geográficos e a nomeação do espaço no âmbito da geografia, resultado de ampla e sistemática revisão bibliográfica. Em um segundo momento, a noção de políticas escalares toponímicas é apresentada com base no conceito de escala e escalaridade,

propondo uma tipificação das ações de atores sociais no espaço ao nomear um lugar. Do ponto de vista empírico, a cidade de Petrópolis será o cenário onde o quadro toponímico e suas políticas escalares de nomeação serão analisadas à luz da proposição levantada. Isso foi possível a partir do trabalho de identificação e sistematização de mapas históricos recolhidos e digitalizados a partir dos arquivos da Biblioteca do Museu Imperial, do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, da Casa de Cultura Arthur Dalmasso (Teresópolis), entre outros acervos. Ao nosso ver, essa abordagem permite uma compreensão mais abrangente de como os nomes geográficos são utilizados como ferramentas simbólicas e políticas, refletindo e moldando as relações de poder e identidade no espaço urbano.

ESTUDOS TOPONÍMICOS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao longo da história, as sociedades desenvolveram diversos sistemas para identificar elementos cruciais do cotidiano. Nas sociedades modernas, a nomeação oficial de lugares é regulada pelo Estado. Contudo, isso não impede o uso de nomes populares, em especial por quem habita ou frequenta assiduamente os locais. A observação, o registro e a análise dos nomes dos lugares e suas implicações evoluíram ao ponto de apontarem para a constituição de uma área científica específica e consolidada. Com uma vasta gama de autores e abordagens, o estudo dos topônimos se apresenta como um campo promissor para a Geografia e outras ciências humanas correlatas.

Nesse contexto, o estudo bibliográfico realizado por SANTOS (2022; 2023) apontou que as pesquisas sobre a toponímia, que se concentram na análise dos nomes dos lugares, têm mostrado um cenário diversificado e em crescimento dentro da Geografia. A pesquisa, baseada em uma amostra de 284 periódicos ibero-americanos, revelou a presença de 158 artigos relacionados ao tema, com a toponímia sendo o termo mais frequentemente encontrado nesses artigos (50,6% deles).

A sistematização dos artigos selecionados (49 no total) mostrou uma predominância da abordagem clássica da literatura histórico-culturalista, que utiliza a toponímia para descrever a difusão da ocupação, ideais religiosos e a construção de paisagens históricas. Em contrapartida, uma abordagem crítica, que incorpora outras teorias e métodos das ciências sociais, ainda é minoritária, indicando um potencial de

crescimento para estudos que explorem novas questões e metodologias.

Dentre os estudos críticos destacados, Albuquerque e Ribeiro (2018) exploram a toponímia como um campo de disputa política em Nilópolis-RJ, enquanto Lobato, Brum e Menezes (2018) analisam a presença de topônimos em letras de funk carioca, revelando a multiescalaridade dos nomes geográficos. Vélez (2018) aborda a reivindicação territorial dos indígenas Qom na Argentina através da cartografia social, demonstrando a importância dos mapas toponímicos na luta por terras.

Esses exemplos ilustram a diversidade de abordagens dentro do campo da toponímia. De forma mais ampla, os temas debatidos nessa literatura foram classificados em cinco categorias principais: origem toponímica, toponímia e cultura, toponímia e geografia histórica, toponímia e teoria, e toponímia como parte do estudo. Na categoria de toponímia e cultura, trabalhos como o de Teixeira, Brito e Melo (2015) investigam a consolidação de cidades através dos nomes dos espaços públicos. A toponímia e a geografia histórica destacam-se em estudos que utilizam a toponímia para reconstruir paisagens passadas, como os trabalhos de Membrado-Tena e Iranzo-García (2017) e Garau e Sebastián (2013). Na toponímia e teoria, debates como os de Bastiani *et al.* (2018) propõem a ampliação semântica e conceitual da noção de lugar nos estudos toponímicos.

Enquanto a abordagem clássica domina o campo, há um espaço significativo para o desenvolvimento de perspectivas críticas e interdisciplinares que possam enriquecer a compreensão da toponímia como parte da (re)produção do espaço e das práticas sociais. O avanço teórico e metodológico nesse campo é essencial para responder a novas questões contemporâneas e incorporar debates sobre gênero, raça e classe na análise toponímica. Diante desta lacuna, a proposta de incorporar as noções de escalaridade e políticas escalares toponímicas se torna um ponto de partida para avançar em discussões teóricas e metodológicas sobre a análise de nomeação de um lugar.

Ao considerar a nomeação dos lugares como uma prática socialmente construída e (re)produzida, é possível desvendar as relações entre os nomes geográficos e os contextos históricos, políticos e culturais em que estão inseridos. Estudos críticos, como os de Albuquerque e Ribeiro (2018) e Vélez (2018), demonstram como a toponímia pode ser um campo de disputa política e um

instrumento de reivindicação territorial. Assim, a análise das políticas escalares toponímicas oferece uma perspectiva rica e explicitamente contextualizada, permitindo explorar o papel que a nomeação de lugares desempenha no conjunto de estratégias acionadas por diferentes atores sociais em meio aos processos conflituosos de produção de determinadas ordenações do espaço sociopolítico - incluindo aí as disputas pelas narrativas espaciais e pela condução da conduta das populações.

Portanto, incorporar o debate de escala, escalaridade e políticas escalares toponímicas nas pesquisas sobre toponímia é promissor para avançarmos em discussões teóricas e metodológicas, enriquecendo a compreensão da toponímia como parte da (re)produção do espaço e das práticas sociais, além de promover uma análise crítica que considera as dimensões simbólicas, políticas e sociais dos nomes geográficos como sendo profundamente produzidas por meio da articulação entre diferentes recortes do espaço.

AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS: UMA BREVE DISCUSSÃO

A pluralidade nas diferentes abordagens da temática da escala na geografia não impediu que um consenso específico fosse alcançado nas últimas décadas: a escala geográfica deve ser vista como produto de uma construção social, resultado da ação social sobre o espaço. Essas inter-relações humanas sobre o espaço são capazes de articular não apenas níveis aparentemente distintos de ação de um fenômeno, mas também como aparentes fragmentos se articulam em diferentes dimensões. Além disso, essas ações contribuem para que a interação entre espaço, processos e formas esteja alinhada a interesses específicos.

A nomeação dos lugares é um fenômeno que perpassa múltiplas dimensões da vida social. As noções de escalaridade e políticas escalares são ferramentas úteis para elaborarmos e respondermos novas questões sobre esse processo de maneira a complexificar a compreensão sobre suas dimensões simbólicas, políticas e sociais. Isso porque o debate da escala permite a incorporação de ferramentas analíticas capazes de iluminar questões novas no campo da geografia e da toponímia.

Ao nos debruçarmos sobre o espaço urbano e observarmos os diferentes processos de nomeação dos logradouros e bairros ao longo do tempo, fica evidente que

esta ação possui uma dimensão escalar conjugada a partir de práticas e discursos instituídos em um contexto histórico. Em Petrópolis, durante a década de 1940, diferentes veículos de imprensa defendiam que ruas da cidade deveriam ser renomeadas. Esta ação tinha como base o contexto da Segunda Guerra Mundial e o desenrolar daquele conflito. Cada grupo simbolizava a defesa de um conjunto de valores sociais e de mundo que, na perspectiva de Neiva (1942), não podiam figurar nas ruas da Cidade Imperial. Por quê?

Esse exemplo da cidade de Petrópolis ilustra como os nomes geográficos são formas simbólicas espaciais, articulando significado e significante, e transmitindo uma mensagem cujo sentido busca estar ancorado no contexto em que são inseridos (CORRÊA, 2007). Assim, esses nomes articulam fragmentos simbólicos de diferentes lugares (partes) a contextos históricos maiores (totalidades), sendo capazes, assim, de influenciar diretamente aqueles que nele estão inseridos – sobretudo por seus vínculos com aquele local específico. A ação de nomear mostra sua relevância, pois ao instituir práticas e discursos, instaura nos lugares compreensões sobre o que, no mundo, merece ser gravado no espaço. Aprender assim tais ações é que nos permite identificá-las como parte de um conjunto de políticas escalares toponímicas.

As políticas escalares de nomeação estão ligadas a uma noção importante: a escalaridade, cerne para a compreensão das práticas dos grupos sociais na nomeação do espaço. O que consideramos como escalaridade? A escalaridade emerge a partir da ação humana na produção do espaço com sua prática de divisão e articulação do espaço (GRANDI, 2016; 2023). Assim, as políticas escalares toponímicas podem ser pensadas como um componente atuante nos processos de diferenciação socioespacial e de dotação de sentido a tal diferenciação. Grupos sociais podem dividir áreas de forma concreta (articulando uma divisão física, como limites administrativos) e simbólica (onde o nome carrega um determinado conjunto de significados para esse novo recorte), articulando esses recortes – e a forma como os nomeiam – a conjuntos de processos e práticas locais ou de outros espaços.

Portanto, na nomeação do espaço, diferentes grupos e atores sociais podem dividir e articular o espaço a partir da elaboração de políticas escalares. Esta é a dimensão escalar da prática que, por sua vez, nos permite falar da escalaridade que qualifica a ação política (MACKINNON, 2010; GRANDI, 2021, 2023) – algo

diferente do que uma prática atuante em diferentes escalas, como apontada por Mandsfield (2005) e conhecida como *política de escalas* na literatura.

O processo de nomeação do espaço pode ser pensado a partir desta noção de escalaridade, relacionando partes e todo (parte-todo) em um conjunto que se torna incompreensível se não for considerado de forma integrada. É possível incorporar na análise do processo de nomeação do espaço esta noção, identificando o que nomeamos aqui de políticas escalares de nomeação na produção do espaço. A contribuição fundamental aqui é discutir a escalaridade como dimensão necessária ao estudo da toponímia urbana. É a partir dela que é possível analisar as políticas escalares toponímicas do espaço em um determinado tempo, como estas privilegiaram discursos e memórias por meio da nomeação do espaço, trazendo a reflexão sobre novas possibilidades de interpretar os imaginários geográficos (GREGORY, 1995) produzidos por tais ações e de, a partir daí, também pensar novas políticas que considerem a diversidade cultural e identitária.

A noção de políticas escalares é importante para entender a escala no estudo da toponímia urbana não como um elemento fixo, mas como uma categoria socialmente construída, (re)produzida e, portanto, em constante disputa, mudança e constituição. Moore (2008) argumenta que as políticas de escalas investigam como governos, empresas e grupos sociais implementam conceitos escalares para promover objetivos socioespaciais. Ele propõe que, em vez de eliminar a escala da geografia humana – como afirmavam algumas reflexões provocativas (MARSTON; JONES; WOODWARD, 2005) –, deveríamos considerar como as escalas são institucionalizadas e se tornam categorias práticas e cognitivas. Neste estudo, destacamos as políticas escalares toponímicas como uma das formas por meio das quais as escalas se institucionalizam por meio da nomeação dos lugares.

De forma semelhante, Jonas (1994) sugere que a linguagem da escala é poderosa e que podemos falar de uma política de escalas espaciais. Grupos ou comitês responsáveis pela nomeação de localidades operam dentro de configurações escalares específicas, influenciadas pelas regras, legislações e valores predominantes em suas esferas de poder, como cidades ou estados, refletindo uma política de escalas em suas escolhas toponímicas.

Hagen (2011) reconhece a importância de considerar a dimensão escalar em

estudos toponímicos, observando que análises anteriores poderiam ter se beneficiado de um enfoque mais atento às articulações entre a nomeação de lugares e as políticas públicas, por exemplo. Ele sugere que a consideração das políticas escalares permite novas possibilidades de estudo, especialmente na relação entre nomes geográficos e investimentos políticos, oferecendo uma perspectiva mais rica e contextualizada para a toponímia urbana.

Igualmente ao ato de nomeação, que é político em última instância, a construção das diferentes escalas também passa por essa esfera. Como aponta Hagen (2011, p. 26), “o estudo da escala também pode beneficiar-se de uma maior atenção ao ato de nomeação, porque essas práticas são parte integrante de processos mais amplos pelos quais espaço, lugar e escala são socialmente construídos e contestados.”

Na direção da noção de políticas escalares, pode-se pensar que os mais distintos agentes sociais empreendem esforços para legitimar e empoderar seus discursos a partir da nomeação do espaço. Para Hagen (2011), o ato de nomear um lugar pode ser interpretado como uma prática pela qual as pessoas, organizações e movimentos sociais tentam construir e atuar em certas configurações escalares, com o objetivo de legitimar ou desafiar determinadas ordenações do espaço sociopolítico.

Assim sendo, pensar em um estudo que trabalha a perspectiva de políticas escalares toponímicas é buscar investigar os processos por meio dos quais os grupos e atores sociais constroem significados com base em uma ação escalar, a fim de sedimentar diferentes memórias e os valores culturais presentes nos nomes geográficos. Promovem, de tal maneira, inúmeras narrativas sociais, políticas e/ou culturais.

Para propor uma tipificação das políticas escalares toponímicas, partimos da discussão de Giraut, Houssay-Holzschuch e Guyot (2008) e Giraut, Houssay-Holzschuch (2016) que argumentam que nomes de lugares são produzidos em diferentes escalas, áreas geográficas e contextos. Nesse sentido, muitas interpretações encaram a escala como algo dado. Mesmo que levasse em consideração o movimento de construção social da escala, os nomes são geralmente vistos como produtos destas, mas não como sendo também seus produtores. A contribuição dos autores dá-se na apresentação de uma grade contextual e interpretativa que busca dar conta das mais diversas situações – contextos – dos processos de nomeação dos lugares. As modalidades definidas seriam: a revolução e erradicação; a restituição e restauração; e

por último, a revelação e construção.

Cabe salientar que a proposta dos autores enfoca a mudança do estudo do nome para o estudo do processo de nomeação de lugares, entendendo-o como um dispositivo no sentido foucaultiano. A noção de dispositivo, conforme utilizada por Foucault, combina discursos, regulamentos, artefatos materiais e estratégias dos atores, permitindo uma compreensão abrangente das variadas formas de nomeação de lugares. Esse quadro teórico é composto por três elementos principais: contextos geopolíticos, tecnologias comuns e a esfera dos atores, com ênfase especial nos contextos geopolíticos e nas tecnologias aqui.

Os contextos geopolíticos abordam os momentos históricos em que a nomeação de lugares se torna uma prioridade política. A pesquisa dos autores identifica quatro contextos principais: conquista, revolução, emergência e comoditização. Esses contextos são interligados com outros elementos do quadro teórico, permitindo uma análise mais profunda das práticas de nomeação. A nomeação de lugares é vista como um meio de construir e manter uma identidade coletiva, definindo o corpo político e inscrevendo essa identidade no espaço, frequentemente de forma coercitiva, para alcançar objetivos políticos específicos.

A reflexão sobre a nomeação de lugares como um dispositivo foucaultiano é crucial para a proposição deste artigo, pois oferece um marco teórico significativo para a toponímia crítica. A sistematização teórica apresentada pelos autores Giraut e Houssay-Holzschuch (2016) fornece um caminho metodológico para interpretar a nomeação do espaço em relação a outros processos simultâneos. Ao entender a nomeação como uma racionalidade que pode ser guiada por objetivos traçados conscientemente, a análise se torna mais robusta e integrada às dinâmicas políticas e sociais que influenciam a toponímia urbana.

As políticas escalares toponímicas são ações sistemáticas que intervêm no espaço através da toponímia, nas quais diferentes agentes (re)produzem significados baseados nas memórias dos nomes geográficos valendo-se de suas articulações com processos de outros espaços. A partir de estudos empíricos e da revisão de literatura, foram delineadas quatro políticas escalares toponímicas: nomeação, renomeação, apagamento e manutenção. A política escalar de **nomeação** envolve a criação de novos nomes para feições recém-criadas, como bairros e ruas, seja por escolha popular ou

imposição dos grupos mais influentes junto ao poder estatal. A **renomeação** refere-se à alteração de nomes dentro do mesmo contexto geopolítico, mantendo a memória ou significado original, como exemplificado pela mudança de Avenida Silva Xavier para Avenida Tiradentes em Petrópolis. Já os **apagamentos** ocorrem em rupturas entre antigos e novos regimes, eliminando memórias associadas ao regime anterior, como a substituição de nomes ligados à monarquia pela república. Por fim, a **manutenção** de nomes ocorre quando não há mudanças, mesmo após rupturas políticas ou sociais, sugerindo a resistência de certos nomes – e narrativas espaciais – através do tempo.

Por fim, essas políticas não são vias únicas de interpretação, mas sim formas de materializar o processo de nomeação segundo a ação dos grupos e agentes envolvidos. Quando analisadas isoladamente, elas podem parecer permeáveis e suscetíveis a dúvidas sobre onde enquadrar determinadas nomeações. Por isso, é essencial considerá-las dentro do contexto específico para construir uma análise baseada nas múltiplas dimensões e na coexistência das políticas escalares toponímicas. Esse referencial teórico permite interpretar as modificações toponímicas ao longo do tempo e entender a dimensão simbólica que os nomes inscrevem no espaço, revelando os significados e mensagens que se almeja transmitir por meio dessas formas simbólicas espaciais.

PETRÓPOLIS, O QUADRO TOPONÍMICO E SUAS POLÍTICAS ESCALARES DE NOMEAÇÃO

O quadro toponímico é uma ferramenta gráfica analítica crucial para a interpretação crítica das políticas escalares toponímicas, envolvendo a coleta e análise sistemática de dados sobre nomes de lugares, ruas, praças e outros logradouros. Ele permite compreender a distribuição e evolução bem como fazer correlações importantes que auxiliem a refletir sobre aspectos como os processos que os originaram, os significados que os rodeiam e as políticas e contextos históricos que os influenciam. A interpretação do quadro toponímico está alinhada à discussão apresentada em Santos (2023) sobre espaço, tempo e significados como conceitos-chave na compreensão da nomeação dos lugares. O espaço, reunião da dimensão simbólica e material da (re)produção social, é multifacetado, expressando formas configuradas espacialmente como um mosaico resultante de diversos processos. Essa ferramenta é valiosa para analisar como os nomes

dos lugares refletem e influenciam a organização espacial, as dinâmicas sociais e as relações de poder.

A partir da discussão proposta em Santos (2023), destacam-se quatro elementos fundamentais para esta análise:

Narrativas Históricas: A análise do quadro toponímico permite identificar eventos, figuras e períodos históricos importantes e como essas memórias são distribuídas espacialmente. Isso revela quais narrativas históricas são valorizadas em diferentes contextos.

Mudanças Políticas: As alterações nos nomes de logradouros podem indicar transições políticas e ideológicas, como a troca de regimes ou de governo, e ajudam a entender como diferentes períodos históricos influenciam a configuração do espaço urbano.

Relações de Poder: O quadro toponímico revela quem tem o poder de nomear e renomear os lugares, refletindo as relações de poder dentro da sociedade. Pode-se analisar como diferentes grupos sociais, políticos ou econômicos influenciam a produção do espaço através da nomeação.

Visibilidade e Invisibilidade: A escolha de certos nomes em detrimento de outros pode destacar ou obscurecer determinadas memórias e identidades. Isso ajuda a entender quais narrativas são privilegiadas e quais são marginalizadas no espaço urbano.

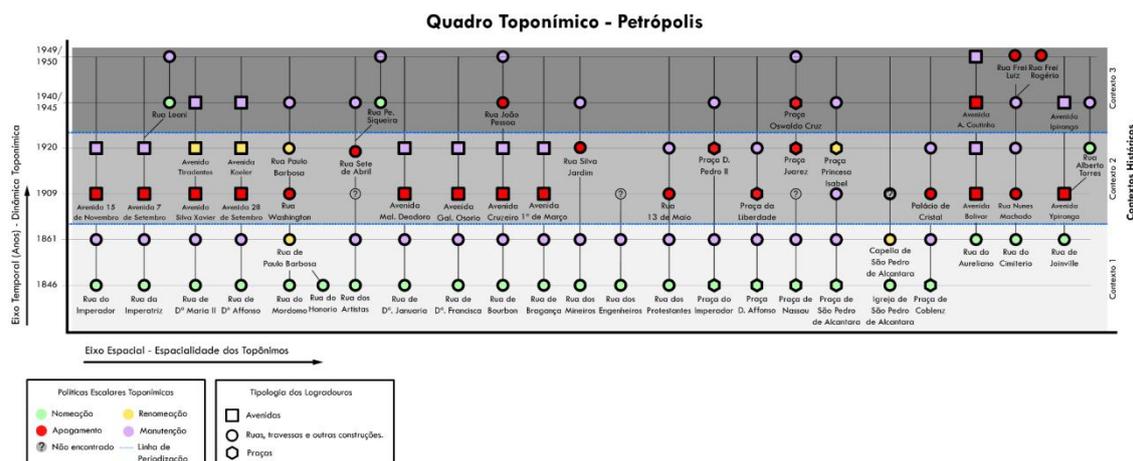
Como caso empírico para utilização desta ferramenta, a cidade de Petrópolis apresenta um contexto peculiar ao nos debruçarmos sobre o estudo da nomeação dos lugares, em particular de logradouros e bairros. Dentre os diferentes contextos levantados em Santos (2023), o primeiro contexto que podemos citar é aquele do estreito laço com a Família Imperial, entre 1846 a 1889. A cidade foi sede do Palácio de Verão da Família Imperial até a referida data, e sede do governo ao longo dos meses de verão. O segundo contexto, marcado pelo início do regime republicano no Brasil, promoveu inúmeras modificações do ponto de vista simbólico e material na infraestrutura da cidade. Por último, a Era Vargas consolidou na cidade os valores de um certo ideal progresso, mas também o resgate de elementos compreendidos como parte da identidade nacional. Por isso, museus e elementos ligados à cultura indígena passam a figurar na paisagem da cidade, aliadas às modificações percebidas no contexto anterior.

Analisando o processo de nomeação da cidade de Petrópolis, o quadro toponímico

abaixo apresenta algumas características do sítio inicial da cidade desde 1845.

O primeiro contexto representado no quadro toponímico marca a fundação da cidade de Petrópolis, em 1846, até o fim do Brasil Império em 1889. A escalada da construção de uma colônia agrícola, centrada no Palácio de Verão do Imperador, foi o primeiro passo do ideário social de se fundar ao longo do Brasil inúmeros núcleos com esse caráter. Economicamente a ascensão do setor industrial têxtil em Petrópolis, apoiada e financiada pelo Estado, foi o braço econômico para sustentar a chegada de novos migrantes, alternativa viável para superar o fracasso da implementação das colônias agrícolas.

Figura 1. Quadro toponímico da cidade de Petrópolis, apresentando a dinâmica de nomeação do centro histórico da cidade.



Fonte: Adaptado de Santos (2023).

O período em questão pode ser compreendido como um **período denso**³, pois representa grandes transformações que irão desembocar em um **evento de ruptura** importante para a história do Brasil e que se reflete no âmbito da cidade de Petrópolis – inclusive no que tange à toponímia de seus logradouros. Esse evento é a Proclamação da República em 1889.

Ao observarmos as políticas escalares toponímicas neste primeiro contexto, nota-se que o conjunto de nomes designados em 1846 permaneceu quase inalterado até 1889. A nomeação foi a principal política escalar, marcando o surgimento da cidade planejada a partir do decreto n. 1555 e criando cerca de 20 logradouros nomeados.

³ No sentido discutido por Vasconcelos (2009) e empregado em Santos (2023).

A maioria dos nomes nas primeiras ruas entre 1846 e 1861 menciona pessoas ligadas à imagem da Monarquia. A praça Koblenz leva o nome de cidade alemã na confluência de dois rios, o Mosela e o Reno, e há referência a profissões diretamente envolvidas na construção da cidade: engenheiros, mineiros e artistas.

Em uma perspectiva sincrônica, no primeiro contexto há uma narrativa produzida em torno do regime monárquico e que busca consolidar a vinculação de um imaginário de ares europeus à cidade de Petrópolis a consolidação. A presença de nomes ligados ao cenário político e social do Brasil Império é marcante, constando o Imperador (D. Pedro II), a Imperatriz (Tereza Cristina), demais familiares e membros da Corte como parte dos topônimos. Essa coexistência é um dos alicerces simbólicos para a construção da narrativa da chamada “Cidade Imperial”. Nesse sentido, do ponto de vista da escalaridade, os topônimos locais articulam-se e empregam valores à cidade de Petrópolis a partir de imagens específicas – seletivas (e também construídas) – da Europa. Assim, os topônimos demonstram como naquele momento Petrópolis era diretamente vinculada a espaços europeus específicos.

O segundo contexto, inaugurado com a Proclamação da República em 1889, é marcado por profundas mudanças nos nomes dos logradouros da cidade em um duplo movimento de renomeação e resignificação das memórias por meio da toponímia urbana. As políticas escalares de apagamento e renomeação foram processos nitidamente presentes neste período.

Entre 1889 e 1930 o Brasil viveu o período conhecido pela historiografia como República Velha. A Província do Rio de Janeiro, enquanto palco que abrigou uma série de eventos, foi impactada pelas transformações econômicas (como os surtos industriais), pela chegada de novos migrantes e pela ruptura da política do café com leite em 1930 com o golpe de Estado proferido por Getúlio Vargas.

Entre o evento de ruptura, no ano de 1889, e o mapa de 1909, observa-se que os nomes ligados à imagem do Brasil Império foram apagados da toponímia urbana da cidade. Em seu lugar, a homenagem a políticos, militares (às vezes com dupla função) e outros personagens que demonstraram total apoio à República ganharam espaço na paisagem textual da cidade. Notadamente, aqueles que se rebelaram contra o domínio ibérico na América também passaram a fazer parte desta memória inscrita no espaço, sendo exemplo Bolívar (referência a Simón Bolívar) e San Martín – ambos responsáveis

por movimentos de libertação da América Espanhola frente ao domínio da Espanha.

A ata da Câmara Municipal de Petrópolis, em 5 de dezembro de 1889, relata que o presidente da referida casa apresentou uma relação de nomes pelos quais têm de ser substituídos os das ruas e praças da cidade. Submetida ao governador do Estado, o documento declara a relação de 17 logradouros públicos que teriam seus nomes alterados. Essa relação diverge em 2 nomes quando contrastada com os mapas apresentados no período, mas que são apresentados no quadro toponímico com asterisco para diferenciação. Ao demonstrar apoio, o Governo do Estado retribuiu tal gesto com “o auxílio de 10:000\$000 de réis para o cemitério, Palácio de Cristal e a substituição dos nomes atuais das ruas” (PETRÓPOLIS, 1889, p. 1296).

O **último contexto** analisado, ainda que partindo de um ponto de ruptura, nos apresenta poucos indícios de mudanças na toponímia local. As mudanças e permanências observadas sugerem que os valores agregados aos topônimos da cidade não diferem tanto da proposta empregada anteriormente. Em outras palavras, no campo simbólico e das narrativas sobre a imagem da cidade, o segundo e o terceiro contextos compartilham muitos valores sobre o que se pretende construir enquanto narrativa espacial de Petrópolis.

Do ponto de vista econômico e urbanístico, entre 1930 e 1950 Petrópolis experimentou um significativo crescimento populacional impulsionado por um boom econômico e produtivo, que atraiu muitos migrantes devido à demanda por mão de obra industrial. A proximidade com a capital, a função de entreposto para outros estados e uma eficiente malha de transportes foram fatores essenciais para transformar a cidade em um polo de atração. Além disso, o clima ameno durante o verão consolidou Petrópolis como um destino turístico. Apesar dessa dualidade industrial-turística, a imagem da cidade produzida por sua toponímia permaneceu mais associada ao turismo e aos "heróis políticos", com referências limitadas à atividade industrial nos nomes dos lugares e logradouros.

Entre os documentos históricos de 1929 a 1949/1950, observamos que a permanência da toponímia dos logradouros centrais de Petrópolis foi massiva. Isto evidencia que a política escalar toponímica de manutenção foi a principal ação dos atores políticos do período. Alguns pontos fora deste padrão foram a rua João Pessoa, a praça Oswaldo Cruz e a Avenida Aureliano Coutinho, todos assumindo o lugar de nomes estrangeiros ou alheios ao período republicano mais recente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apontamos para o papel central da toponímia e das políticas escalares toponímicas na nomeação dos lugares, destacando como essas práticas não apenas refletem, mas também moldam as identidades e narrativas espaciais. Através do estudo de caso de Petrópolis, foi possível explorar como a escalaridade e as políticas escalares toponímicas se manifestam em diferentes contextos históricos e políticos, oferecendo uma visão das dinâmicas de poder e significados simbólicos associados aos nomes geográficos.

Os resultados encontrados indicam que a nomeação dos lugares é uma prática profundamente enraizada a contextos históricos específicos, sendo influenciada por eventos políticos e sociais significativos. Em Petrópolis, observamos como os nomes dos logradouros foram alterados em resposta a mudanças de regime

nacionais, refletindo as transições de poder e as novas narrativas que se buscava promover. A proposição das políticas escalares toponímicas como ferramenta analítica possibilitou a interpretação de como as ações de atores sociais específicos desempenharam um papel crucial na construção e reconstrução das memórias e identidades urbanas.

Em resposta à questão central do artigo — como as ações de nomeação do espaço se entrelaçam em diferentes contextos espaço-temporais e escalares —, concluímos que as políticas escalares toponímicas são ferramentas analíticas eficazes para complexificar o entendimento sobre a (re)produção do espaço urbano. Essas políticas, ao articularem espaços por meio de significados e memórias consolidadas pela nomeação dos lugares, revelam as relações de poder e as disputas simbólicas presentes na configuração espacial das cidades.

Perspectivas futuras de discussão incluem a necessidade de aprofundar a análise crítica da toponímia, incorporando debates sobre gênero, raça e classe, e explorando como diferentes grupos sociais utilizam a nomeação dos lugares como forma de reivindicação territorial e construção de identidade. Além disso, a aplicação da noção de escalaridade em outros contextos urbanos pode oferecer novos insights sobre as dinâmicas de poder e as práticas espaciais, contribuindo para um entendimento mais amplo e complexo da toponímia e suas implicações sociais e políticas.

Assim, este trabalho não apenas avança na compreensão das políticas escalares toponímicas, mas também abre caminho para novas pesquisas que possam explorar as múltiplas dimensões simbólicas, políticas e sociais dos nomes geográficos, enriquecendo o campo da geografia crítica e da toponímia urbana.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Enderson Alceu Alves; RIBEIRO, Miguel Angelo. **O poder de nomear e o interesse político em renomear: conflitos toponímicos em Nilópolis-RJ.** Revista de Geografia (Recife), v. 35, n. 5, p. 190-208, 2018.

BASTIANI, Carla; ANDRADE, Karylleila dos Santos; PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch. Toponímia e Geografia: diálogos possíveis no contexto da teoria da interdisciplinaridade. Revista Caminhos de Geografia, v. 19, n. 65, p. 109-124, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. Formas Simbólicas e Espaço: Algumas considerações. **Revista GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 1-18, 2007.

GARAU, Antoni Ordinas; SEBASTIÁN, Jaume Binimelis. La caracterización del paisaje de Menorca a través de la toponimia. **Investigaciones Geográficas**, n. 60, p. 155-169, 2013.

GIRAUT, Frédéric Giraut.; HOUSSAY-HOLZSCHUCH, Myriam.; GUYOT, Sylvain. Au nom des territoires!: Enjeux géographiques de la toponymie. **Espace géographique**, v. 37, n. 2, p. 97, 2008.

GIRAUT, Frédéric; HOUSSAY-HOLZSCHUCH, Myriam. Place Naming as Dispositif: Toward a Theoretical Framework. **Geopolitics**, v. 21, n. 1, p. 1-21, 2 jan. 2016.

GREGORY, Derek. Imaginative geographies. **Progress in Human Geography**, 19(4), 447-485. 1995.

GRANDI, Matheus da Silveira. **Escalaridade: Notas sobre a divisão e a articulação do espaço.** Anais do IV Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico & II Encontro Nacional de Geografia Histórica. Belo Horizonte: AGB, 2016.

_____. Más allá de la vivienda: la metamorfosis de la lucha y la escalaridad del movimiento de los sem-teto brasileño. **Tabula Rasa**, (39), 1-24. 2021.

_____. **Escala e geografia: politização da escala geográfica e luta no movimento dos sem-teto.** Rio de Janeiro: Consequência. 2023.

HAGEN, Joshua. Theorizing Scale in Critical Place-Name Studies. **ACME: an International E- journal for Critical Geographies**, v. 10, n. 1, p. 23-27, 2011.

JONAS, Andrew E. G. The Scale Politics of Spialiality. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 12, p. 257–264, 1994.

LOBATO, Rodrigo; BRUM, Jean Lucas Silva; MENEZES, Paulo Márcio Leal de. Mapeando as formas simbólicas espaciais do funk carioca das décadas de 1990 e 2000: simbolismo do lugar e a identidade nas músicas. **Geograficidade**, v.8, número especial, p.175-187, 2018.

MACKINNON, Danny. Reconstructing scale: Towards a new scalar politics. **Progress in Human Geography**, v. 35, n. 1, p. 21–36, 2010.

MANSFIELD, Becky. Beyond rescaling: reintegrating the “national” as a dimension of scalar relatlons. **Progress in Human Geography**, v. 29, n. 4, p. 458–473, 2005.

MARSTON, Sallie A; JONES, John Paul; WOODWARD, Keith. Human geography without scale. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 30, n. 4, p. 416–432, 2005.

MEMBRADO-TENA, Joan Carles; IRANZO-GARCÍA, Emilio. Los nombres de lugar como elementos evocadores del paisaje histórico. Análisis de la toponimia de los núcleos de población de la cuenca del Vinalopó. **Investigaciones Geográficas**, n. 68, p. 191-207, 2017.

MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. **Progress in Human Geography**, v. 2, n. 32, p. 203–225, 2008.

NEIVA, Venâncio F. Apelo ao sr. Prefeito sobre nomes de ruas. **Jornal de Petrópolis**, Petrópolis, 22 fev. 1942.

PETRÓPOLIS. **Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis**. Petrópolis, RJ, 1889.

SILVA-SANTOS, Kairo da. Por onde andam os nomes na geografia?: Abordagens e caminhos da toponímia Ibero-Americana. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 66, n. 2, p. 215–228, 28 abr. 2022.

SANTOS, Kairo da Silva **Toponímia e Geografia: novos caminhos para o estudo crítico da nomeação dos lugares**. Tese de doutorado—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão; BRITO, João Fernando Barreto de; MELO, Cleópatra de. A cidade por seus nomes: a consolidação da cidade potiguar pela nomenclatura dos espaços públicos. **Confins**, n. 23, p. 1-18, 2015.

VASCONCELOS, P. DE A. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, v. 5, n. 2, 2009.

VI ENHG



IV ENGH

VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

IV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

TRAVESSIAS, INTERCÂMBIOS E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

15 a 18 de Outubro de 2024

Reitoria do IFBA | Salvador - BA

ISBN: 978-65-01-30418-2

VÉLIZ, Claudio Contreras. “Qaralamaxat Qarma’ – Nuestros lugares”, toponimia y oralidad como medio de reivindicación territorial en el Chaco argentino. Revista de Geografía Espacios, v. 8, n. 15 p. 21- 45, 2018.

UMA FRENTE DE URBANIZAÇÃO ENTRE A BAÍA DE CAMAMU E O RIO DE CONTAS (BAHIA, 1757-1808)

Marcelo Henrique Dias¹
Pedro Sarro Gomes²

RESUMO

Esta pesquisa procura conceber as linhas gerais do processo de urbanização dos territórios compreendidos entre a baía de Camamu e o rio de Contas, na zona costeira do Baixo Sul baiano, entre 1757-1808. Adota-se aqui o conceito de frente de urbanização para incluir assentamentos de distintos níveis de urbanização (vilas, povoados, aldeamentos, arraiais), buscando analisar os papéis que exerciam na lógica de uma rede urbana em gestação na costa sul-baiana. Busca-se, também, restituir o traçado das estradas e das vias fluviais e marinhas. O contexto histórico em questão compreende um período positivo para o movimento de colonização e urbanização naquela zona, moldado pelos efeitos das políticas mercantilistas pombalinas na virada do século XVIII. A base documental é constituída pela literatura de viajantes, memórias de autoridades, documentos administrativos, notariais, paroquiais e um conjunto digitalizado de mapas do período. A análise busca apreender das fontes as narrativas da urbanização e as representações cartográficas daquele processo para reconstruir a rede urbana no tempo, contanto com ferramentas de georreferenciamento de dados.

Palavras-chave: Urbanização; Baixo Sul Baiano; Conjuntura Atlântica, Séculos XVIII-XIX.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the general lines of the urbanization process of the territories between Camamu Bay and the Contas River, in the coastal zone of Bahia's Southern Lowlands, between 1757-1808. The concept of urbanization front is used here to include settlements at different levels of urbanization (municipalities, villages, indigenous villages), seeking to analyze the roles they played in the logic of an urban network in development on the southern coast of Bahia. The aim is also to restore the layout of roads and river and sea routes. The historical context comprises a positive period for the colonization and urbanization movement in that area, shaped by the effects of Pombaline mercantilist policies at the turn of the 18th century. The documentary base consists of travelers' literature, memories of authorities, administrative, notarial and parish documents and a digitized set of maps from the period. The analysis seeks to learn from the sources the narratives of urbanization and

¹ Doutor em História (UFF). Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, Ilhéus-Bahia) e do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) da mesma Universidade. Contato: mhdias@uesc.br. Esse trabalho é resultado parcial do projeto de pesquisa “A rede urbana sul-baiana e as projeções do Atlântico no século XIX” (UESC-2023-2025). Coordenação do Prof. Dr. Marcelo H. Dias/financiamento da PROPP-UESC.

² Graduando em História (Licenciatura) e bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-UESC) com o plano de trabalho “A rede urbana portuária do Baixo Sul baiano no século XIX – territórios entre Valença e Barra do Rio de Contas (Itacaré)”; Contato: psgomes.his@uesc.br.

the cartographic representations of that process to reconstruct the urban network over time, using data georeferencing tools.

Keywords: Urbanization; Low South Bahia; Atlantic Situation, 18th-19th Centuries.

INTRODUÇÃO

Na dinâmica do processo de colonização da capitania de Ilhéus, ao longo dos seus três primeiros séculos, a primeira rede urbana foi instalada no litoral, respondendo, assim, aos desígnios da política de colonização metropolitana. Na segunda metade do século XVIII, os núcleos urbanos portuários funcionaram como pontas de expansão, aproveitando-se das vias fluviomarinhas. Nesse movimento, as vilas de Camamu e Barra do Rio de Contas desempenharam importante papel.

Em vista disso, do ponto de vista espaço-temporal, o objeto dessa pesquisa se apresenta como uma história regional dentro de um contexto atlântico. Essa abordagem, que David Armitage conceitua como história cis-atlântica, perfaz um meio de integrar histórias nacionais e regionais em perspectivas mais amplas, definindo singularidades como o resultado da interação entre particularidades locais e uma rede mais ampla de conexões (2014, 213).

Essa abordagem não se limita a investigar somente os pontos literais de contato, como as praças portuárias, mas objetiva explicar transformações, experiências e eventos a partir de condições decorrentes da localização de um determinado lugar em um mundo mais amplo, interconectado pelo Atlântico (ARMITAGE, 2014, 213). Afinal, as cidades portuárias de nossa costa não existiam em um vácuo, como nos alerta o historiador Russel-Wood, mas em estreita relação com as regiões geográficas contíguas do interior, com o Brasil e com o mundo (2021, 142).

No contexto da segunda metade do século XVIII, sob os efeitos econômicos das políticas mercantilistas pombalinas e da crise que reduziu drasticamente a produção açucareira no Caribe, novas economias surgiram para atender a novas demandas, projetando-se na América portuguesa para além da sua costa atlântica. No Sul da Bahia, despontaram assentamentos e caminhos a moldar uma frente de urbanização que faria seus primeiros movimentos em direção às terras interioranas.

Pode parecer problemática à primeira vista a adequação do emprego dos

conceitos de urbano e de rede urbana para se referir a pequenos núcleos encravados na floresta atlântica. Mas é preciso ter em conta que, no Brasil, atividades propriamente urbanas, exercidas por uma população especificamente urbana, independente da zona rural, afora nos maiores núcleos coloniais, como Salvador, Rio de Janeiro e Recife, ou nalgumas poucas vilas das Minas do ouro, só ocorrerá de fato no século XX. Portanto, quando se investiga o processo de urbanização no tempo de longa duração, entre os períodos colonial e imperial, não se pode operar numa fronteira conceitual que oponha urbano e rural. Ao contrário, é justamente a interdependência entre o mundo rural e o urbano que confere sentido ao surgimento de diversos assentamentos integrados numa rede que ligava fazendas e sítios a mercados próximos ou distantes.

Seguindo a perspectiva teórica de Bueno para os estudos da urbanização no Brasil colonial e imperial, entendemos que o conceito de núcleo urbano deve ser ampliado, incluindo no horizonte lugares de economia que não se limitavam à lógica da subsistência. A rede urbana, por sua vez, apresenta-se como uma frente de urbanização, na qual se incluem povoações, capelas, aldeamentos, arraiais, portos, enfim, lugares de residência que operam como pontos nodais relacionados às vilas, às cidades e ao Atlântico. O estudo da rede urbana é conduzido, deste modo, pela apreensão das lógicas antrópicas de enraizamento e mobilidade (BUENO, 2017).

Nossa pesquisa busca identificar os núcleos e suas conexões, acompanhando no tempo as transformações na tessitura da frente de urbanização que vai configurando uma rede urbana. Na perspectiva da Geografia Histórica, e com o auxílio de textos e mapas, procura apreender as vias por onde circulavam pessoas e mercadorias, os meios de transporte e o porquê da opção por certos caminhos e por determinados lugares de assentamento. A paisagem, assim, é configurada e reconfigurada no tempo, considerando que as vocações antrópicas se realizam plenamente no quadro oferecido pela natureza, nos limites da técnica. É justamente no confronto entre os fatos humanos e a natureza que a Geografia Histórica encontra sua razão de ser, afinal, o meio físico constitui sempre o assento e muitas vezes a razão de ser dos fatos humanos, como nos lembra o geógrafo italiano Gaetano Ferro (1979, 19-20).

Trata-se, portanto, de uma tentativa de reconstituição da paisagem humanizada, entendendo paisagem a partir da distinção estabelecida por Milton Santos em relação ao espaço. Enquanto este compreende formas e atividades de modo indissociável e

contínuo, a paisagem é definida como o conjunto de formas que pode ser captado pela visão num dado momento: “em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas”. Essas formas geográficas herdadas são as rugosidades, que correspondem ao “que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2006, 91-92). Dos testemunhos textuais e cartográficos coligidos desse meio século correspondente ao nosso recorte são apreendidos diferentes momentos do passado, cerne de rugosidades que chegam a nossos dias.

Para o georreferenciamento das informações extraídas dos documentos históricos, inicialmente foi organizada a base cartográfica da área em estudo a partir da manipulação, em ambiente de Sistema de Informações Geográficas, mais precisamente com a utilização do software QGIS (QGIS, 2024), de arquivos *shapefile* contendo informações vetoriais planimétricas dos principais rios e seus afluentes, de estradas e acessos, de pontos representativos das cidades e ocupações rurais e de limites municipais, com acurácia de informações compatíveis com a escala 1:100.000. Estes arquivos foram obtidos por *download* no portal de geoinformações da SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2024). Já para o conhecimento da distribuição das formas de relevo na paisagem da área foi utilizado arquivo *raster* do modelo digital do terreno “Copernicus Global DSM 30m, obtido do *plugin* do QGIS “*Open Topography DEM Downloader*”, com acurácia de dimensão de *pixel* de 30m, compatível com os dados 1:100.000 da base cartográfica.

Em seguida, partiu-se para análise dos documentos históricos. As informações, quando registradas em fontes textuais, foram analisadas tendo em vista a identificação de elementos e características citadas no texto, com os elementos da paisagem atual representadas em ambiente de SIG. Citamos como exemplo referencias como nome de rios e riachos, atracadouros, localidades de ocupação, vilas, capelas, acidentes geográficos como pontais, barras etc. Por sua vez, as informações registradas na forma de mapas foram interpretadas no sentido de comparação entre elementos da paisagem histórica, presentes nas peças cartográficas, com elementos da base cartográfica digital atual organizada em ambiente de SIG. A disposição e características de rios, córregos, enseadas, quedas d’água, foz, ilhas etc. são importantes atributos para a correlação dos registros históricos com a realidade da paisagem atual. Por fim, o mapa gerado em

ambiente de SIG apresenta em sua legenda as diferentes tipologias históricas georreferenciadas e espacializadas na área em estudo.

O TERRITÓRIO COSTEIRO ENTRE A BAÍA DE CAMAMU E O RIO DE CONTAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Os jesuítas do Colégio da Bahia iniciaram as ações de catequese nos territórios do norte da capitania de Ilhéus ainda no século XVI. Após fundarem os aldeamentos de Camamu e Taperoá, em 1562, receberam do então governador geral Mem de Sá uma enorme sesmaria de sua própria possessão. Grosso modo, incluía os territórios situados entre o rio da Almas (antigo Jequié) e a margem sul do rio de Contas, sesmaria que ficou conhecida como o Fundo das Doze Léguas ou Terras do Camamu. Para viabilizar a ocupação produtiva, os jesuítas passaram a aforrar glebas para produtores de farinha, o que resultou na consolidação de uma zona de abastecimento interno e no surgimento de diferentes núcleos de urbanização (DIAS, 2021).

Nos três primeiros séculos de colonização, a sobrevivência dos primeiros núcleos dependia da simbiose com os indígenas, que compunham a maior parte da população local. Além de Camamu e Taperoá, outros núcleos também surgiram como aldeamentos e foram se convertendo no tempo em povoações e vilas portuguesas, a exemplo de Maraú e Barra do Rio de Contas (atual Itacaré). Com a ampliação da lavoura mercantil e escravista de alimentos, a presença cada vez maior de escravizados africanos e seus descendentes conferiu uma singular combinação étnica e cultural àquela população, com alto nível de miscigenação.

Até meados do século XVIII havia apenas duas vilas (municipalidades) naquele território: Camamu e Barra do Rio de Contas. O Diretório dos Índios, de 1758, elevou àquela condição duas antigas missões: São Miguel e Santo André de Sirinhaém foi elevada à vila de Santarém (atual Ituberá) e Nossa Senhora das Candeias se converteu na vila de Barcelos (hoje Barcelos do Sul, distrito de Camamu). Já a povoação de Maraú passou a município somente em 1761 (DIAS, 2021).

À saída forçada dos jesuítas, em 1759, somaram-se outros efeitos da política pombalina que impactaram sobremaneira a economia e o movimento de urbanização daquela frente. Novas lavouras de abastecimento e de exportação, sob uma demanda estimulada por medidas mercantilistas do governo português, intensificaram o avanço da

fronteira agrícola pelas florestas costeiras. No final do século XVIII, aquelas paisagens já se viam pontuadas por lavouras de algodão, cacau e café.

As vilas indígenas criadas no Diretório de 1758 – Santarém e Barcelos - se viram acrescidas de moradores portugueses, que pagavam foros para lavrarem e habitarem as suas terras férteis. Marau se tornou importante polo de produção de aguardente, enquanto Camamu se afirmava como a principal vila portuária a conectar toda àquela frente de expansão ao *hinterland* de Salvador, consolidando, assim, sua vocação atlântica. Já em Barra do Rio de Contas as lavouras de mandioca avançavam para além de quatro léguas (24 km) no interior (LISBOA, 1915 [1802], 13-18).

A saída dos jesuítas também abriu caminho para a expansão de atividades madeireiras pelas matas da antiga sesmaria das 12 Léguas, onde floresceram novos núcleos de urbanização. A povoação de Jequié, que se tornaria vila de Nova Boipeba em 1811 (atual Nilo Peçanha), situou-se no lugar de passagem do rio, onde indígenas, condutores de madeiras e tropeiros transitavam em demanda dos lugares de extração e das serrarias, situadas entre as povoações de Taperoá e N. S. do Amparo do Rio Una (núcleo original de Valença). Outros povoados também surgiram justamente nos limites navegáveis dos rios que se conectavam com a baía de Camamu, de modo a tirar o maior proveito das matas em redor, a exemplo de Igrapiúna e Taberoê (DIAS, 2021).

Um evento atlântico ocorrido nas últimas décadas do setecentos, a crise da produção açucareira no Caribe, abriria um imenso mercado externo a ser suprido. O território da antiga sesmaria jesuítica ainda tinha muita terra florestada e lugares propícios para a instalação de engenhos, que logo passaram a compor a paisagem e a aparecer na cartografia de então.

Na virada para o século XIX, a frente de expansão urbana contava com núcleos de diferentes níveis de urbanização e estatuto jurídico-administrativo.

Tabela 1: Núcleos de urbanização na zona costeira da baía de Camamu ao rio de Contas, Bahia, 1800.

NÚCLEO ORIGINAL	LOCALIZAÇÃO	DENOMINAÇÃO E ESTATUTO JURÍDICO EM 1800	ATUAL
Aldeamento de Macamamu ou Camamu (1562); freguesia de N. S. da Assunção de Camamu em 1570; vila de Camamu em 1623.	Baía de Camamu	Vila de Camamu	Cidade de Camamu

Aldeamento no século XVII; freguesia de São Miguel da Barra do Rio de Contas em 1718; vila de Barra do Rio de Contas em 1732.	Vila de Barra do Rio de Contas	Cidade de Itacaré
Aldeamento no início do século XVIII; freguesia de São Sebastião de Maraú em 1718; vila de Maraú em 1761.	Península do Maraú, na baía de Camamu.	Vila de Maraú Cidade de Maraú
Aldeamento de Santo André e S. Miguel de Sirinhaém no início do século XVII; vila de Santarém em 1758.	Baía de Camamu, rio de Sirinhaém.	Vila de Santarém (dos Índios) Cidade de Ituberá
Aldeamento de N. S. das Candeias em meados do século XVII; vila de Barcelos em 1758.	Baía de Camamu	Vila de Barcelos (dos Índios) Distrito de Barcelos do Sul, cidade de Camamu
Aldeamento de N. S. dos Remédios dos Índios Gueréns, por volta de 1723.	Rio de Contas, a 18km da foz	Aldeia (aldeamento) de N. S. dos Remédios Zona rural de Itacaré; ruínas da igreja de N. S. dos Remédios
Serrarias de Taberoê na segunda metade do século XVIII; capela em 1800.	Baía de Camamu, no rio Taberoê	Capela de Taberoê Zona rural de Ituberá
Serrarias de Igrapiúna na segunda metade do século XVIII.	Baía de Camamu, no rio Igrapiúna	Povoação de Igrapiúna Cidade de Igrapiúna

Fonte: informações coligidas das diversas tabelas presentes em Dias (2021)

1808: A ABERTURA DOS PORTOS E A ESTRADA REAL

Em 1808, além do decreto que abriu os portos brasileiros para o comércio com outras nações, o príncipe regente D. João emitiu uma ordem para que se abrisse um caminho por terra entre Salvador e o Rio de Janeiro.

Para o trecho entre a Vila Nova de Valença e o rio Doce foi encarregado da empreitada o então ouvidor da comarca de Ilhéus, Baltazar da Silva Lisboa, que conhecia como poucos aquele território. No cumprimento da missão, o ouvidor Lisboa produziu um documento singular para conhecermos as paisagens e os níveis de urbanização daquele território - onde se inclui nosso recorte - o qual guiará nossa narrativa nos parágrafos a seguir (LISBOA 1808).

No percurso que trilhou, saindo de Valença rumo ao sul, o ouvidor percorreu uma estrada que há tempos rasgava a “terra dura” paralela à linha da costa, cruzando diversos rios nos seus estreitos de passagem. Caminho provavelmente ancestral, havia se consolidado na segunda metade do século XVIII, pela ação dos estradeiros indígenas à serviço da real feitoria de madeiras de Cairu. Passava pelas diversas

capelas setecentistas que ainda hoje margeiam a BA-001, entre Valença e Taperoá. Nesse longo trecho, até chegar ao arraial de Jequié (núcleo original de Nilo Peçanha), a estrada já existia e o ouvidor só teve o trabalho de alargar a via, construir algumas pontes e colocar canoeiros de passagem, geralmente nativos.

Mais ao sul, a partir do arraial de Taberoê, onde havia uma serra d'água em operação, seria possível chegar à vila de Camamu em seis horas, seguindo pelo rio homônimo que dava acesso à baía. No entanto, a missão do ouvidor Lisboa o levaria para o lado da terra firme, em demanda da vila de Santarém. O caminho terrestre, aberto pelos indígenas daquela vila que trabalhavam nos cortes do rio Jequié (atual rio das Almas), passava pela povoação da Finca, hoje extinta, localizada no cume do tabuleiro que emoldura a planície. Dali, pela linha de cumeada, por onde se transitava com mais conforto, chegava-se à vila indígena de Santarém.

Num tempo em que se contava somente com as próprias pernas, cavalos, burros e jumentos para se transitar, o jeito era evitar as zonas costeiras de restingas, com seus alagados e vegetação rasteira muitas vezes densa e repleta de répteis peçonhentos. Somente escravizados em fuga optavam por essas áreas de difícil acesso. Não por coincidência, as zonas de restinga com seus pântanos abrigariam quilombos, a exemplo do Boitaraca, que aparece na cartografia da virada do XVIII com a denominação de “Fugidos” (TEIXEIRA, 1800).

Voltando à Memória do ouvidor, naquele início do século XIX, a vila de Santarém se resumia ao lugar da atual vila de Santo André, núcleo original da cidade de Ituberá. Somente no decorrer do século XIX, o adensamento da presença de portugueses com seus escravizados iria expandir o núcleo em direção à planície. A atual ladeira de Nossa Senhora da Conceição perfazia justamente a continuidade da Estrada Real, em demanda da Cachoeira Grande e da povoação de Igrapiúna.

Apesar de não se constituir em uma municipalidade, a população de Igrapiúna perfazia mil “almas de confissão”, que se empregavam no corte e beneficiamento da madeira nas lavouras de mandioca, arroz, café, e cana-de-açúcar para a produção de aguardente, gêneros que se exportavam para a Bahia. Na passagem do ouvidor, a igreja de Nossa Senhora das Dores estava completamente concluída.

A estrada seguia pelo caminho “aperfeiçoado e alargado” por duas léguas

(12km), em direção à vila de Camamu. A produção agrícola dessa vila, somada às rendas das madeiras vindas de Igrapiúna, atingia o valor de 40 contos de reis anuais, fazendo dela a principal vila portuária do litoral baiano, ao lado de Valença e Caravelas.

Em 1808, as velas e os remos das mais diversas embarcações ainda mobilizavam a maior parte do trânsito de gente e mercadorias daquelas paragens, pois tudo se voltava para o Atlântico. Mas, agora, iniciava-se um programa de abertura de estradas para conectar por terra as vilas e povoações que nasceram no bojo das demandas atlânticas e viam seu entornoprodutivo se expandir, ao ponto de demandar estradas para o trânsito dos tropeiros.

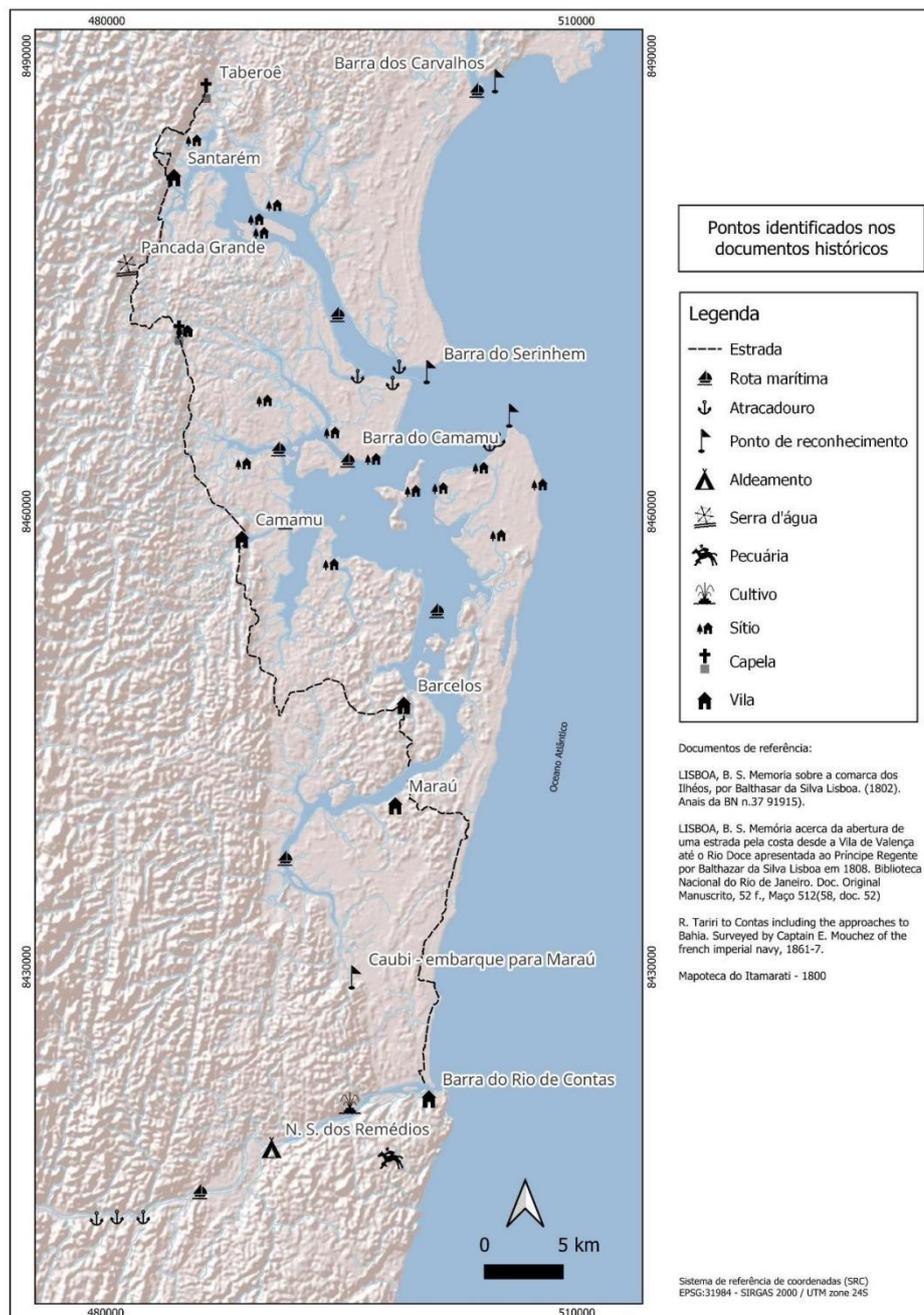
Àquela altura, já era possível seguir pelo “novo caminho” que o ouvidor abriu da vila de Camamu até um certo cais, por onde se passavam os animais “em pequeno nado” e os passageiros em canoas. Dalí, transitava-se por terra, na “boa estrada” que o próprio ouvidor abria, com suficiente largura, numa distância de quatroléguas, até a vila de Barcelos, que concentrava a população nativa integrada à colonização. A pequena vila tinha apenas um edifício de pedra e cal edificado no alto de um monte, justamente a igreja de Nossa Senhora das Candeias, uma antiga casa dos jesuítas, como informa o ouvidor.

Saindo de Barcelos, rumo ao sul, se pegava o novo caminho “já preparado”, por umadistância de 1 légua (6km), até a vila de São Sebastião de Maraú. Dessa vila, transitava-se por três léguas (18km) em uma “estrada larga” preparada pelo ouvidor no interior da mata, até chegar à costa do mar. Uma via alternativa era utilizada desde meados do século XVIII, a qual seguia de Maraú pelo rio homônimo rumo ao sul, até o rio Caubi, de onde se transitava por terra para o litoral, chegando à margem do rio de Contas (LISBOA, 1915 [1802]; COMARCADE ILHÉOS E DA BAHIA, s/d [1757]). Ali havia uma canoa para atravessar os viajantes e do outrolado figurava a vila de Barra do Rio de Contas.

Em 1808, essa vila já era a segunda maior produtora de farinha da Bahia, perdendo apenas para Camamu. Isso implicava na presença predominante de africanos e descendentes na paisagem humana local. O ouvidor Lisboa observou que o número de brancos representava apenas a décima parte de uma população de dois mil habitantes. Apesar da dificuldade de se navegar no rio de Contas, devido à

sequência de corredeiras no seu curso para o interior, recortes de caminhos terrestres viabilizavam o trânsito e o assentamento de colonos, indígenas e quilombolas. A partir do antigo aldeamento de N. S. dos Remédios, situado a aproximadamente três léguas da foz (18 Km), uma série de pequenos portos se enredavam com os caminhos terrestres, formando uma via de trânsito que buscava o interior.

Figura 1: Pontos identificados nos documentos históricos



Fontes: Elaborado pelos autores com base em Lisboa (1802; 1808), Mouchéz (1861-7) e Itamarati (1800).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na costa sul-baiana entre a baía de Camamu e o rio de Contas, vilas, povoações, capelas e aldeamentos configuravam uma rede de lugares hierarquicamente integrados. Ao longo do período analisado, se projetaram como uma frente de urbanização que se consolidaria no tempo. Efetiva-se, desse modo, o preceito teórico estruturante de Nestor Goulart Reis Filho que alicerçou a história da urbanização no Brasil, segundo o qual, é a rede que confere sentido ao fato urbano (REIS FILHO, 1968).

Considerados os desígnios coloniais que orientou o processo de urbanização na costa brasileira em vista do Atlântico, as vilas de Camamu e Barra do Rio de Contas atuaram como precursoras do movimento de urbanização que se ampliou seguindo a linha costeira e se projetou para interior, na virada para o século XIX.

A partir daquelas vilas atlânticas, a frente urbana, em grande medida, deveu a sua origem ou o seu desenvolvimento às condições da rede viária no passado, às técnicas do transporte então em uso e à logística das vias de comunicação, tendo em vista as dificuldades naturais a vencer. Os locais da atividade madeireira – nos limites navegáveis dos rios, locais de passagem e portos naturais –, assim como os lugares estratégicos para a política indigenista dos aldeamentos, foram decisivos para a instalação de assentamentos que evoluíram no tempo para cidades que chegaram aos nossos dias, a exemplo de Ituberá, Igrapiúna e Marauí.

Esta pesquisa aponta para a permanência na longa duração dos antigos núcleos enraizados no espaço conforme a política colonial de urbanização, mas também dos caminhos cujos traçados obedeceram de forma mais impositiva as determinações da topografia e da hidrografia. Desse modo, se revelam no presente paisagens marcadas por rugosidades que a Geografia Histórica se credencia a compreender.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, L. F. As três eras do Atlântico Sul. In: **Revista USP**. São Paulo, n. 123, p 13-28, out/nov/dez, 2019.

ARMITAGE, D. Três conceitos de história atlântica. In: **História Unisinos**. São Leopoldo, n. 18(2), Maio/Agosto, 2014, p. 206-217.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. In: **Labor & Engenho**, v. 11, 2017, 242-262. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/labore.v11i13.8649556> Acesso em: 25/06/2024.

COMARCA DE ILHÉOS E DA BAHIA. **Mapa, Arquivo do Exército (RJ)**, s/d (aproximadamente 1757), loc. 02-02-254.

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, sociedade e paisagens da capitania de Ilhéus**. Ilhéus: Editus, 2019. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786586213249> Acesso em: 25/06/2024.

FERRO, Gaetano. **Sociedade e ambiente no tempo: temas e problemas de geografia histórica**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1979.

FREIRE, José Joaquim. Mapa que mostra a costa da Bahia entre o Morro de São Paulo e o Rio Piracanga, 1800. In **MAPA: imagens da formação territorial brasileira / pesquisa, texto e seleção cartográfica de Isa Adonias; fotografias e organização de Bruno Furrer**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

LISBOA, Baltazar da Silva. Memória sobre a comarca de Ilhéos por Balthazar da Silva Lisboa (1802). **Anais da Biblioteca Nacional**, Vol. 37, 1915, p. 1-22. https://memoria.bn.gov.br/pdf/402630/per402630_1915_00037.pdf . Acesso em: 25/06/2024.

LISBOA, Baltazar da Silva. **Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a Vila de Valença até o Rio Doce apresentada ao Príncipe Regente por Balthazar da Silva Lisboa em 1808**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Doc. Original Manuscrito, 52f., Maço 512 (58, doc. 52).

PONTES, Antonio Pires da Silva. **Nova charta do recôncavo marítimo da enseada da Bahia de Todos os Santos e parte da Costa do Oceano Brazílico**. [1800]. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Localização: Cartografia - cart325614.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/USP, 1968.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Histórias do Atlântico português**. (2ªEd.) São Paulo: Ed. Unesp, 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, Manuel Roiz. **Planta topographica em que se comprehende parte da comarca dos Ilheos, 1800**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Cartografia, ARC.004, 08,008.

O “MUSEU É O MUNDO”: OUTRA CARTOGRAFIA DO SANTO ANTÔNIO ALÉM DO CARMO

Catiane Rocha Passos de Souza¹

Solange Maria de Souza Moura²

Maria Lucileide Mota Lima³

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo refletir um aspecto da geografia histórica e do planejamento do bairro Santo Antônio Além do Carmo, centro histórico da cidade de Salvador - Bahia, a partir da perspectiva de museu a “céu aberto”. A metodologia se constitui com enfoque multirreferencial, formativo e inclusivo, que considera a trilha apontada por Hélio Oiticica, artista neoconcretista - o Museu é o mundo, nas experiências cotidianas da Arte. Nesse sentido, o museu é compreendido como possibilidade de espaço convidativo de partilha de conhecimentos, democrático e lugar de saber mais. Os resultados apontam para uma cartografia do espaço museal em que se interseccionam os saberes sobre a estética do cotidiano pelas ruas do bairro, sobre os museus de Arte Sacra e sobre os espaços alternativos - museu do vivido, estúdios e galerias. As reflexões apresentadas foram desenvolvidas durante a execução do Projeto “Produção de Materiais Didáticos a partir dos Caminhos Culturais do Entorno do IFBA Campus Salvador”². Esse projeto resultou na produção da Coletânea Isise - Materiais Didáticos interdisciplinares Caminhos Culturais - que reúne 16 volumes, no prelo para publicação em breve. As oficinas e materiais apresentados na Coletânea Isise são um dos fios da incubadora Mapa Cultural (<https://portal.ifba.edu.br/cultura>) que, desde 2020, acolhe projetos interdisciplinares de pesquisa, ensino e extensão voltados ao território histórico e urbano da capital baiana, em especial, aos bairros Barbalho, Lapinha e Santo Antônio Além do Carmo.

Palavras-chave: Espaço Museal, Centro Histórico, Arte, Cartografia.

ABSTRACT

This work's main objective is to reflect an aspect of the historical geography and planning of the Santo Antônio Além do Carmo neighborhood, the historic center of the city of Salvador - Bahia, from the perspective of an “open sky” museum. The methodology is based on a multi-referential, formative and inclusive approach, which considers the path pointed out by Hélio Oiticica, neoconcretist artist - the Museum is the world, in the everyday experiences of Art. In this sense, the museum is understood as the possibility of an inviting space for sharing knowledge, democracy and and a place to

¹ Doutora em Cultura e Sociedade (UFBA), Professora no Instituto Federal da Bahia (IFBA), Contato: catirochapasso@gmail.com

² Mestra em Educação (UFBA). Professora no Instituto Federal da Bahia (IFBA) Contato: solangemariasmoura@gmail.com

³ Doutora em Educação (UFBA), Professora no Instituto Federal da Bahia (IFBA), Contato: mlmarialucileide@gmail.com

find out more. The results point to a cartography of museum space in which knowledge about the aesthetics of everyday life in the neighborhood streets, about Sacred Art museums and about alternative spaces - museum of lived experience, studios and galleries - intersect. The reflections presented were developed during the execution of the Project “Production of Teaching Materials based on the Cultural Paths of the IFBA Campus Salvador Surroundings”. This project resulted in the production of the Isise Collection - Interdisciplinary Teaching Materials Caminhos Culturais - which brings together 16 books, in press for publication soon. The workshops and materials presented in the Isise Collection are one of the threads of the Mapa Cultural incubator (<https://portal.ifba.edu.br/cultura>) which, since 2020, has hosted interdisciplinary research, teaching and extension projects focused on the historical and urban area of the capital of Bahia, especially the Barbalho, Lapinha and Santo Antônio Além do Carmo neighborhoods.

Keywords: Museum Space, Historic Center, Art, Cartography.

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos reflexões desenvolvidas no planejamento e nas aplicações práticas da Oficina Caminhos dos Museus. Essa oficina faz parte do Volume 03 da Coletânea Isise⁴ - Materiais Didáticos interdisciplinares Caminhos Culturais. O objetivo principal das oficinas é difundir e partilhar materiais didáticos e estratégias pedagógicas, que possibilitam vivências inter e transdisciplinares, a partir dos saberes e conhecimentos culturais do entorno do IFBA Campus Salvador, sobretudo das comunidades dos bairros Barbalho, Lapinha e Santo Antônio Além do Carmo. Parte desses saberes e conhecimentos estão também apresentados nos quinze audiovisuais - curtas documentários - que constituem o projeto Caminhos Culturais, pretexto da criação dos materiais. A série documental de 16 vídeos está publicada no <https://portal.ifba.edu.br/cultura>.

As oficinas têm como público-alvo principal as escolas, as associações e demais instituições ou coletivos dos bairros acima citados. No entanto, são propostas que podem interessar a educadores, agentes culturais, artistas e ao público em geral. As oficinas são diálogos de formação humana escolar e não escolar. Elas abrangem o desenvolvimento tecnológico e a inovação na oferta de materiais didáticos voltados ao

⁴ Isise é uma palavra de origem Iorubá, que significa Ateliê. Nossa perspectiva de ateliê se ancora na visão de artista da tradição em África, sobretudo sacerdote, em que o fazer é consciente dos sentidos e significados daquele artefato para a comunidade.

(re)conhecimento das culturas e fomentando as relações comunitárias e dialógicas entre o IFBA, Campus Salvador, e as populações de seu entorno, bem como, as populações de lugares diversos.

Na oficina Caminhos dos Museus, nosso objetivo é colaborar para tornar mais democrática e acessível a participação do público na relação com o lugar, compreendido aqui a partir das palavras de Milton Santos (2005, p. 159) “tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional”. Na experiência com o espaço museal, esse se torna um lugar na medida em que se movem emoções e afetos, provocando reflexões sobre os sistemas de valores e referenciais históricos entre os sujeitos e a paisagem.

A oficina se formula em três eixos: (1) a apresentação e apreciação do espaço museal na perspectiva de Hélio Oiticica, o museu é o mundo, descrita por Salomão (1996), com as experiências da arte no cotidiano que estão presentes nas ruas, “a céu aberto”; (2) a reencenação de histórias e memórias objetificadas nas diferentes imagens do acervo e da própria arquitetura dos museus das igrejas da região, com destaque para o conjunto da obra de Francisco Chagas (O Cabra)⁵; e (3) tratar dos espaços-museus alternativos - Solar Museu Santo Antônio, Estúdio AGÁ e o Ateliê de Fotografia Mário Edson⁵ - nas suas potências como equipamentos culturais da Arte Educação. E, por último, ensejamos posicionar a ideia de museu no seu caráter formativo.

Para este trabalho, uma cartografia do lugar foi gestada pelas trilhas percorridas no bairro do Santo Antônio Além do Carmo, considerando os três eixos citados para um saber mais democrático, dialógico e acessível dos espaços museais apresentados. O que significa essa cartografia? Significa ter, ao mesmo tempo, um diálogo com o real apresentado em um dado espaço geográfico histórico e se abrir para a experiência das processualidades. Nesta última, nos permitimos, como na arte, um diálogo e encontro com a singularidade da experiência em cada espaço museal apresentado e com seus atores. Esta cartografia também refaz a percepção da paisagem, pois a produção de conhecimentos vai se constituindo no caminhar.

Sendo assim, o conceito de cartografia que adotamos neste trabalho se distingue do sentido tradicional, como ciência da criação e leitura de cartas, mapas e de seus pontos cardeais. Também não se trata de “cartografia social”, ramo dessa ciência voltado

⁵ Os espaços citados são localizados no Bairro Santo Antônio Além do Carmo.

às questões sociais. Ressaltamos que a apropriação da cartografia como método tem como referência a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari, em *Mil Platôs* (AGUIAR, 2010). Nesse sentido:

A cartografia busca, em diferentes regiões, as especificidades para compor um olhar, ou seja, não visa construir um mapa que sirva de guia para todos os olhares - até porque cada olhar é único e muda com as vivências do observador - mas, nesse caso busca perceber as dinâmicas, os fluxos e as intensidades que se mostram nos objetos. Diferente de métodos rígidos, a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas processualidades (AGUIAR, 2010, p. 13).

Na postura dialógica assumida, a pesquisa se deu de forma coparticipativa, instigando reflexões e ouvindo as falas dos moradores, comerciantes, artistas, alunos, educadores, dentre outros agentes presentes nas visitas. Essa postura está sustentada na compreensão da condição de inter-relação, integração e interdependência do ser humano e dos saberes e pode ser potencializada através da ideia de que o conhecimento implica processo de reconstrução e envolve os lugares de experiências dos seus atores.

O MUSEU A CÉU ABERTO

Ao caminhar pelas ruas do bairro Santo Antônio Além do Carmo, nosso olhar passeia por diversas imagens capturadas. No ritmo frenético da cidade e de nossas vidas, muitas vezes não damos oportunidade a uma experiência de sentir e perceber formas naturais e ou produzidas pelos humanos e que estão ali em nossos caminhos: em uma pintura, no colorido das frutas, na fachada da arquitetura, na escultura. Nessa paisagem, o olhar nos convida a desacelerar e apreciar.

O bairro é localizado na parte alta da cidade e engloba, junto com Pelourinho e outros bairros do Centro histórico, o conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico, inscrito na Lista do Patrimônio Mundial do Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Unesco, desde 1984, devido a importância de seus edifícios dos séculos XVI ao XIX, com destaque aos conjuntos monumentais da arquitetura religiosa, civil e militar.

Além das edificações, o calçamento de pedras ovais, em boa parte ainda preservado, é compreendido como um espaço de resistência às transformações da

paisagem urbana, em que o cimento e o asfalto já dominam. Andar pelo bairro é mergulhar numa atmosfera de museu a céu aberto. Etimologicamente, a palavra museu derivada do grego *mouseion* significa originalmente “templo dedicado às nove Musas”. Essas musas eram filhas de Zeus com Mnemósine e tinham a função de guardar as ciências, as artes e os tesouros da cultura (MARTINS, 2013). A Lei 11.904/2009, que institui o Estatuto de Museus, aborda a conceituação em seu primeiro artigo:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Parágrafo único: Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades (BRASIL, 2009).

O território do Santo Antônio Além do Carmo é contemplado nessa conceituação do Estatuto de Museus tanto por reunir conjuntos e coleções de valor histórico, quanto por possibilitar processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural, visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades. Um exemplo disso, a partir de nossa experiência, são as diversas aulas de campo realizadas no bairro, pelo Mapa Cultural do IFBA, com objetivos diversos que dizem respeito aos conhecimentos do cotidiano escolar - como Brasil colônia, barroco, relações étnico-raciais, dentre outros – ou à contemplação de aspectos estéticos, como a arte urbana presente na Travessa José Bahia⁶.

O museu é um espaço que, geralmente, nos solicita uma mudança de postura permeada de mais sensibilidade, para que a percepção e os sentidos possam atuar. Ao passear nossos olhares sobre seus objetos, exige-se uma maior atenção. Nesse momento, com a completude de nosso corpo paramos para observar e interagir. O espaço, na sua proposta curatorial, organiza cores, luzes, temperatura, entre outros elementos, para que

⁶ Um elemento que compõe a paisagem do Bairro Santo Antônio Além do Carmo é a arte urbana, observada nas intervenções artísticas nos muros e paredes das casas. Grafites, pichações e lambe-lambes (arte nordestina de colagem em lugares públicos) funcionam, na maioria, como manifestos políticos quanto às causas da vida contemporânea ou sobre referências aos processos históricos e identitários. Na Travessa José Bahia, trecho que liga a Rua dos Carvões à Rua Direita de Santo Antônio, encontra-se uma maior concentração de intervenções artísticas. Isso deve-se a mobilizações provocadas, em boa medida, por artistas que residem ou frequentam o bairro. Alguns desses artistas são famosos, como o designer Rafa Moo, Eder Muniz e Flos (Flávio Oliveira), morador do Bairro Santo Antônio, que faleceu em 2020 vítima da Covid-19

possamos caminhar na contramão do fluxo cotidiano: mais devagar e abertos para um mergulho na singularidade do que ali se apresenta. O museu pode provocar no público uma experiência estética, cultural e histórica.

Essas sensações e esse estado de atenção para o seu cotidiano têm acontecido em aulas de campo, caminhando pelas ruas do bairro, inclusive com moradores do próprio bairro, quando os envolvidos param para observar detalhes que nunca havia reparado, ou observar algo que “torna-se novo” ao ser compreendido pelo seu valor histórico e cultural.

Ao afirmar que “o museu é o mundo, é a experiência cotidiana”, o artista Hélio Oiticica traduziu sua própria forma de criação e concepção da arte, ao mesmo tempo que problematizou o espaço, muitas vezes, inacessível do museu. Algumas de suas obras nascem de suas andanças pelo Morro da Mangueira, no Rio de Janeiro, além de outros espaços ditos periféricos. São nesses espaços cotidianos que a sua vivência com a arte se realizava. O próprio acontecimento no mundo físico e social torna-se alimento para uma arte conceitual e intervencionista.

Oiticica apropriou-se dos objetos do cotidiano, atribuindo-lhes novos sentidos e significados, transformando-os em objetos artísticos. Os objetos eram levados para os espaços de arte – galeria, exposições, mas também podiam permanecer ali e o público era levado até eles. Nesses momentos, o mundo e a experiência no cotidiano torna-se museu.

Um de seus trabalhos de arte é o “Bólido Lata” (1966) que nasceu de uma lata de óleo encontrada, na qual utilizou óleo para produzir fogo e iluminar as ruas. Para o artista, a obra para nascer só precisava de um toque, que se relacionava à expressão (como um sopro), enquanto a matéria ele preferia mantê-la (SALOMÃO, 1996). A ideia de sopro pode ser observada, também, concretamente no interesse estético em que foram conjugados em “Bolíde”: forma, calor, movimento e o contraste da luz do fogo com a escuridão da noite.

A obra “Bólido Lata” foi mantida no seu lócus e o público pode apreciá-la como arte. A rua ou qualquer parte do mundo torna-se, então, um espaço da arte, um museu, em que a experiência de apropriação das cenas e dos objetos do cotidiano podem dar novos significados a esses: a arte também se realiza através do olhar do outro. Todos podem experimentar as ruas como um *flâneur*.

O SAGRADO COMO MUSEU, SEUS PARADOXOS E O MUSEU ITINERANTE

O bairro Santo Antônio Além do Carmo traz nas edificações e no cotidiano as marcas do Catolicismo, base do Brasil colônia. A Igreja Católica funcionou como braço direito do Estado desde a chegada dos portugueses em 1500 até o final do Império, quando até os registros civis (nascimentos, casamentos e mortes), o gerenciamento de escolas, hospitais e cemitérios eram atividades de religiosos católicos. Nesse período, a religiosidade não era só uma questão de fé, mas refletia-se nos comportamentos e atos sociais. As práticas religiosas católicas giravam também em torno de festas como procissões, romarias e culto aos santos.

No território, essas práticas são muito frequentes ainda hoje, como também é bastante comum encontrar imagens de santos/santas fixadas nas fachadas das casas, além das edificações religiosas: sete igrejas católicas, dois conventos e o oratório Cruz do Pascoal⁷. Das igrejas, três recebem visitação como museus de arte-sacra, sendo elas: A Igreja do Carmo, a Igreja da Terceira Ordem do Carmo e a Igreja do Santíssimo Sacramento, todas localizadas mais próximas ao Pelourinho. No Museu do Carmo, há uma belíssima pintura ilusionista dos painéis do teto da Sacristia, com trabalho de douramento com seus relevos e que descem pelas paredes em formas florais e geométricas.

Uma das características da produção artística do período barroco do Brasil era o aspecto coletivo do trabalho e o anonimato. Mobiliário, esculturas sacras em madeira, prataria compõem parte das peças entalhadas e esculpidas pelas mãos afro-brasileiras, principalmente. No Museu do Santíssimo Sacramento, Rua do Passo, que passou por uma reforma concluída em 2018, o destaque vai para a escultura do Senhor Morto que contrasta, pela ausência de movimento e de força expressiva, com a escultura de mesmo nome do artista Francisco das Chagas, da Ordem Terceira do Carmo. No Museu da Igreja do Passo, há em exposição peças doadas por Oscar Santana - diretor do filme O Pagador de Promessas.

⁷ Oratório construído em 1743 por Pascoal Marques de Almeida, um português de Lisboa que se tornou morador do local, muito devoto de Nossa Senhora do Pilar. Para proteção do monumento, em 1874, foi colocado um gradil de ferro. O Monumento é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 17 de junho de 1938.

A visita ao Museu da Ordem Terceira do Carmo inclui apreciar o início de um túnel subterrâneo que cortava a antiga cidade, um caminho incerto e paradoxal sobre as histórias que o túnel guarda. Especula-se que o túnel esteja fechado desde o século XVII. Mas afinal, qual a função desses túneis em arquiteturas de igrejas do centro antigo? Uma pista nos leva para a arquitetura no Brasil Colônia, cujas raízes são medievais, caracterizada pelo seu aspecto defensivo. Esse estilo pode ser visto nas construções militares e religiosas. Nas ordens religiosas e mosteiros há uma dupla defesa: dos possíveis invasores a que estavam sujeitos os territórios litorâneos, como há uma informação de que os túneis serviram de esconderijos durante a invasão holandesa; e, por outro lado, a defesa do secular e tentador mundo exterior. Mas, esses subterrâneos serviam de passagem para quem ou do quê? Em Salvador, podemos citar além do túnel do Museu da Ordem Terceira, o da Igreja do Rosário dos Pretos e da Faculdade de Medicina. Há informações que eles serviam de passagem entre as igrejas católicas.

Em visitas ao Museu da Ordem Terceira do Carmo é comum ter um guia ali presente - geralmente, alguém com vínculo religioso, um leigo carmelita que acompanha turistas, estudantes e visitantes em geral. Em apresentações dos espaços que compõem a grandiosa construção, o guia destaca, no subterrâneo, um espaço rotulado de “senzala de acolhimento”. A informação é completada, através de outras fontes, com os argumentos de que a “senzala de acolhimento” foi um espaço, no qual os carmelitas davam guarida aos escravos que fugiam; e, após a abolição, foi um espaço para dar suporte e abrigar aqueles que estariam vivendo nas ruas.

Em diversas vezes e com grupos distintos, é possível observar o quanto a expressão gera espanto, mesmo em quem pouco conhece o histórico de escravidão no Brasil. É a sensação de falta de lógica na expressão “senzala de acolhimento” que gera o espanto, pois, na formulação discursiva coerente, não há como congregiar dois termos com sentidos tão desarmônicos no mesmo campo semântico. Não é apenas adicionar adjetivo ao substantivo para especificar um tipo de senzala: senzala feminina, senzala de quilombolas, etc. A expressão senzala, acompanhada do adjetivo que incomoda os ouvidos de quem conhece a história da escravidão, segue com breve explicação do guia: as senzalas eram abafadas, sem janelas, portanto sem ventilação, enquanto que àquela, em demonstração no Museu da Ordem Terceira do Carmo, tem o teto alto por se tratar dos escombros da construção, cuja

estrutura se estabelece em grandes arcos de tijolos vermelhos de barro e tem o fundo voltado para um quintal com muros que chegam à Avenida Baixa dos Sapateiros.

Entretanto, vale destacar que, embora passados mais de um século do fim da escravidão oficializado no país, os escombros apresentados pelo guia em nada tem de acolhedor até hoje, ambiente sem nenhuma condição adequada para abrigar com humanidade, impossível ser ambiente de acolhimento. Enfim, apesar dos esforços do guia, o termo senzala continuará ecoando, com sua formação ideológica, nas mentes dos visitantes mais críticos. E em especial, nos subterrâneos da Terceira Ordem do Carmo, a existência de uma senzala nos leva a refletir acerca da enorme contribuição da Igreja Católica para a escravidão de africanos e afro-brasileiros, não apenas a defendendo em prol do desenvolvimento do país e de seus interesses próprios, como a evangelização, mas também e principalmente, porque foi uma das maiores responsáveis, aqui no Brasil, pelos mecanismos de doutrinação da consciência da população, em sua maioria, para aceitação e naturalização da escravidão por quase quatro séculos.

Nesse museu é possível visualizar algumas esculturas atribuídas a Francisco das Chagas (O Cabra), inclusive a mais famosa delas, “Senhor Morto”. Obras barrocas que apelam aos nossos sentidos ao expressar, através do Cristo em seu calvário as próprias angústias e dores do ser humano daquele contexto e, mais ainda, a dor de viver a escravidão⁸. A obra “Senhor Morto” sai em procissão na Sexta Feira da Paixão e performatiza um museu itinerante.

É importante ressaltar que a estética barroca despontada a partir do período seiscentista, desdobra-se em sintonia com as diferenças no Brasil: uma sociedade marcada por baixas densidades demográficas, pela distância da metrópole, pelo trabalho escravo, pela estratificação racial, pelo latifúndio, pelas diferenças entre litoral e sertão e por uma Igreja livre da tentação protestante e pautada no trabalho da catequese.

As obras das cidades litorâneas tiveram uma maior influência portuguesa do que as do interior, cujas peças eram rústicas e artesanais. As mais requintadas são as esculturas feitas na Bahia e no Rio de Janeiro. Enquanto em todos os estados a madeira era o material preferido dos escultores barrocos, em São Paulo predominou o barro com

⁸ No museu do Carmo, encontra-se a escultura Cristo Atado à Coluna, de O Cabra. A escultura traz Cristo atado ao tronco, um pelourinho, com o corpo bastante açoitado e expressão de dor análoga às situações vividas pela população negra escravizada na época.

expressiva rusticidade. No Rio Grande do Sul e na região Norte, por exemplo, as imagens modeladas nas missões jesuíticas trazem a influência espanhola e os traços indígenas dos escultores Guaranis. Já o barroco mineiro apresenta absorções do estilo Rococó, explicadas pelo apogeu da mineração, que favoreceu o acolhimento daqueles padrões de luxo e riqueza.

A Cidade da Bahia, antiga capital, concentrava o intercâmbio comercial entre a metrópole e a Colônia. Da Velha Bahia, que nunca perdeu sua majestade, zarparam riquezas locais/nacionais em direção a Portugal; e depois retornavam com os comerciantes europeus, que traziam produtos e passageiros do Velho Continente. Não podemos deixar de mencionar que o Barroco brasileiro se fez presente também nas festas promovidas pela igreja e pelo Estado. Todo aparato festivo causava impacto e tinha um cunho político de afirmação de poder. Algumas festas, presentes até os dias atuais no Santo Antônio Além do Carmo, embaladas por fantasias, procissões, cavalcadas, músicas, carros alegóricos e autos; e outras, com ar carnavalesco, batuques e demais códigos culturais negro-africanos penetraram e atravessaram os códigos festivos que vieram de Portugal.

O TERRITÓRIO DOS ESPAÇOS MUSEAIS ALTERNATIVOS

No Santo Antônio Além do Carmo, há a presença de espaços diversificados com objetivos de apreciação artística, de trocas e partilhas de saberes: alguns considerados museu “casa”, espaços coletivos, colaborativos ou particulares, frutos do ato de colecionar; e, outros concebidos pelo trajeto da curadoria como exercício de arte educação. Esses espaços são compreendidos dentro de uma variação histórica da noção de museu. Segundo a qual há uma maior aproximação com o público, criando certo sentido de pertencimento na experiência:

O sentir-se em casa é experimentado ao visitar uma Casa-Museu. Mesmo que por experiências próprias aquele modelo de lar não tenha nenhuma coincidência com a situação real do indivíduo, o visitante é posto a imaginar, ainda que apenas no decorrer do tempo de visita, como seria morar naquele espaço (AFONSO E SERRES, 2014, p. 5).

Um desses espaços, com destaque em nossas observações, é a Casa Solar Museu Santo Antônio, criada e administrada por Dimitri Ganzelevitch, localizada na Rua Direita. Em visita ao espaço, Dimitri nos revelou que aos seis anos de idade fez de seu quarto

um museu, para expor sua primeira peça que encontrou quando visitava ruínas romanas - uma moeda. Seu olhar rememora cada peça que ali se encontra e que foram garimpadas desde os seus 17 anos, quando inicia seu ritual de colecionador: fotografias de familiares, amigos e personagens das histórias e culturas do mundo; arte popular; esculturas, cerâmicas, máscaras e entalhes de África e de outros continentes, pinturas, gravuras, *assemblages*, *ready made*, e mobiliários.

Como um *griot*, Dimitri nos conta a história de cada peça quando indagado. O “museu do vivido”, como ele mesmo denomina, é um espaço dos afetos recolhidos no tempo e na história de vida desse ativista e produtor cultural, que compreende a função da arte, no espaço museal, no seu sentido de ir para a vida e não de estar em um museu como cemitério. Além das peças, a própria casa mantém a volumetria de sua construção inicial, possui ainda um amplo espaço de encontro com a natureza e um anfiteatro.

Afora os espaços museais, buscamos refletir sobre o trabalho político pedagógico de curadoria - espaços de saberes e conhecimento - e que podem também nortear práticas pedagógicas em sala de aula. A curadoria, assim compreendida, atua na perspectiva da Arte Educação. Compreendemos a arte educação no entranhamento entre essas duas áreas e, ao mesmo tempo, por concebemos-a enquanto arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre um aspecto da geografia histórica e do planejamento territorial do Bairro do Santo Antônio Além do Carmo, a partir da perspectiva de museu a “céu aberto”, é possível pensar uma nova forma de relação com o espaço, além daquela que define o lócus de concretude dos museus ali presentes. Tal forma se desenha nas diversas possibilidades de trilhas que podem ser constituídas pela cartografia territorial como uma experiência de processualidades que interseccionam uma diversidade de espaços museais.

A compreensão do bairro Santo Antônio Além do Carmo como museu a “céu aberto” rompe, em certa medida, as barreiras que, no Brasil, são impostas no acesso aos bens culturais. Ao caminhar pelas ruas do bairro, conhecendo seus significados, suas histórias e sua importância, as edificações assim como as pedras do calçamento

ganham novos sentidos, se constituem como arte e como patrimônio.

Também, o museu a “céu aberto” se tomado como uma metáfora aliada a ideia de que “o museu é o mundo”, a partir do encontro entre objeto e sujeito que o recria sem deslocá-lo do seu lócus, nos leva a considerar a possibilidade de dissolver as portas (fronteiras) que separam o espaço externo e interno dos museus/casas/galerias trilhadas e torná-los todos a “céu aberto”. Tal metáfora possibilita pensar nas relações históricas e de reapropriações entre esses espaços e os objetos que os constituem e o olhar não ordinário (extraordinário) do sujeito que o reatualiza, realizando um movimento dinâmico de trocas de conhecimentos e saberes. Nesse sentido, as processualidades da cartografia do espaço museal no Santo Antônio Além do Carmo torna-o um museu a “céu aberto”. Nessa configuração, destacamos a necessidade ainda do planejamento de políticas públicas mais dedicadas à proteção desse imenso patrimônio, que vem sendo ameaçado não apenas pelas ações do tempo, mas, sobretudo, por processos como a gentrificação que vem expulsando os moradores locais, principais guardiões desse nosso tesouro.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Micheli Martins Afonso e SERRES, Juliane Conceição Primon. **Casa-museu, Museu-Casa ou Casa Histórica? Uma contronversa Tipologia Museal. Contribuciones a las Ciencias Sociales.** Noviembre, 2014. Disponível em https://www.eumed.net/rev/cccs/30/casa-museu.html#google_vignette. Acesso em 06 jul 2024.

AGUIAR, Lisiane Machado. As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2010, Caxias do Sul. **Anais [...] Caxias do Sul: Intercom,** 2010. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-1897-1.pdf>. Acesso em 06 jul 2024.

BRASIL. **Lei N° 11.904, de 14 de Janeiro de 2009.** Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11904.htm. Acesso em 06 jul 2024.

MARTINS, Luciana Conrado (org.). **Que público é esse? Formação de públicos de Museus de Centros Culturais.** São Paulo: Percebe, 2013. Disponível em https://www.percebeeduca.com.br/files/uploads/downloads/download_4.pdf. Acesso em 27 mar 2024.

A URBANIZAÇÃO PERNAMBUCANA NA PRIMEIRA METADE DO OITOCENTOS: A FUNDAÇÃO DE VILAS E CIDADES

Tiago Cargnin Gonçalves¹

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de urbanização de Pernambuco durante a primeira metade do século XIX. Objetiva compreender a lógica de fundação de vilas e cidades, com suas funções político-administrativas, como um elemento explicativo desse processo. Baseia-se em seis fontes que indicam a existência de 13 comarcas, 4 cidades, 18 vilas, 56 freguesias e 80 povoações e lugarejos em 1849. O período é marcado pela consolidação das áreas ocupadas desde o primeiro século de colonização portuguesa, com destaque para uma rede adensada de núcleos urbanos estruturada em torno da atividade açucareira na Zona da Mata e no litoral, e pela emergência de novas povoações ligadas às fazendas de gado e a antigos aldeamentos indígenas no Sertão e no Agreste, área destinada à pecuária e à produção de algodão. Destaca-se o caráter urbano dessas aglomerações que, por meio das atividades que desempenhavam, contribuíam para a acumulação de riquezas e a circulação de pessoas, mercadorias e ordens.

Palavras-chave: Urbanização; Vilas; Cidades; Pernambuco; Século XIX.

ABSTRACT

Este trabajo analiza el proceso de urbanización de Pernambuco durante la primera mitad del siglo XIX. Se pretende comprender la lógica detrás de la fundación de villas y ciudades, con sus funciones político-administrativas, como elemento explicativo de este proceso. Se basa en seis fuentes que indican la existencia de 13 comarcas, 4 ciudades, 18 villas, 56 parroquias y 80 pueblos y aldeas en 1849. El período está marcado por la consolidación de áreas ocupadas desde el primer siglo de la colonización portuguesa, con énfasis en una densa red de centros urbanos estructurados en torno a la actividad azucarera en la Zona da Mata y en la costa, y en el surgimiento de nuevos asentamientos vinculados a explotaciones ganaderas y antiguas aldeas indígenas en el Sertão y Agreste, área destinada a la ganadería y producción de algodón. Destaca el carácter urbano de estas aglomeraciones que, a través de las actividades que realizaban, contribuían a la acumulación de riqueza y a la circulación de personas, bienes y órdenes.

Keywords: Urbanización; Pueblos; Ciudades; Pernambuco; siglo XIX.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado do seu autor, ainda em curso. O

¹ Professor de Geografia no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); doutorando em Geografia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). tiago.cargnin@ufsc.br.

artigo analisa o processo de urbanização da primeiramente capitania, depois província, de Pernambuco durante a primeira metade do século XIX², quando sua população era de cerca de um milhão de habitantes, dos quais 609 mil eram livres (Villiers de L'ile-Adam, 1848).

Objetiva compreender a lógica de fundação de vilas e cidades em Pernambuco, no período em análise, como um elemento explicativo do processo de urbanização.

Apesar da centralidade de Pernambuco no contexto regional e a existência de trabalhos referentes a outras porções do território brasileiro, chama a atenção a ausência de pesquisas que tratem da urbanização da província durante o Oitocentos. Merecem destaque pelas suas contribuições pontuais, os trabalhos de Arraes (2012; 2017), que aborda os chamados Sertões do Norte, região que engloba o interior pernambucano; o apanhado geral da história e da geografia pernambucanas feito por Andrade (2004); e os trabalhos clássicos de Andrade (1979; 1982) e Prado Júnior (1986a [1942]; 1986b [1945]), que, em que pese o enfoque nas questões econômicas e políticas, lançam luz sobre diversos aspectos do povoamento do Nordeste, de uma forma geral, e de Pernambuco, em particular.

A virada do Setecentos para o Oitocentos foi um momento de retomada da atividade agrícola na colônia, o que se deu em função da decadência da mineração e da proibição de atividades manufatureiras em seu território. Como no passado, Pernambuco seguiu se destacando na produção de açúcar, beneficiado no litoral, e se firmou como um dos principais exportadores de algodão, o qual era produzido consorciado à atividade pecuária no interior, atendendo às demandas da produção industrial inglesa de tecidos. A então capitania contava com diversos núcleos urbanos (cidades, vilas, freguesias, arraiais, povoações etc.) espalhados pelo seu território, os quais se conectavam por uma série de estradas, caminhos e cursos d'água por onde circulavam não só mercadorias como também pessoas, capitais, ordens políticas e decisões da justiça e da igreja. Pretende-se mostrar como este quadro avançou no decorrer do Oitocentos, especialmente no que diz respeito à fundação de vilas e cidades.

Parte-se da perspectiva de urbanização apresentada por Reis Filho (1968), que a

² A mudança de capitania para província se deu 1821, em função das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ocorridas entre 1821 e 1822.

define como um processo social percebido por meio de suas características estruturais e dos seus mecanismos de mudança. Para o autor, a urbanização também possui um sentido físico, expresso por meio de dois níveis organizacionais: os núcleos e a rede, que juntos constituem um complexo urbano. A rede urbana é, portanto, um conjunto de respostas ao processo de urbanização, e os núcleos urbanos só podem ser compreendidos quando referenciados ao seu contexto mais amplo, ou seja, à própria rede.

Os dados aqui apresentados fundamentam-se em três fontes de pesquisa coevas ao período analisado (primeira metade do século XIX), por meio das quais foram identificados os núcleos urbanos e os dados estatísticos aqui apresentados. Também foram acessadas três fontes mais recentes, as quais foram fundamentais para validar e/ou contrapor as fontes mais antigas³. São elas:

- o *Dicionário Histórico, Geográfico e Descritivo do Império do Brasil* (Saint-Adolphe, 2014 [1845]);
- a *Carta Topográfica e Administrativa das Províncias do Pernambuco, Alagoas e Sergipe* (Villiers de L'île-Adam, 1848);
- o *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco* (Mello, 1979[1852]);
- a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (IBGE, 1958);
- o portal *Cidades@*, (IBGE, c2017); e
- o *Atlas Digital da América Lusa* (LHS, [2011?]).

O esforço aqui empreendido foi o de colocar em perspectiva as seis fontes, a fim de reconhecer as concordâncias e contradições observadas entre elas e, assim, reconstituir o conjunto de nucleações urbanas existente naquele momento, suas nomenclaturas, naturezas (político-administrativa, judiciária ou eclesiástica) e informações estatísticas. O Quadro 1 apresenta o quantitativo de núcleos urbanos indicado em três das fontes citadas, expondo a falta de regularidade de algumas informações. Finalmente, destaco a utilização da ferramenta *Google Maps* para a

³ Embora publicados em meados do XIX, esses trabalhos foram produzidos por longo período, chegando a alcançar 26 anos de elaboração, como no caso do Saint-Adolphe (2014[1845]). Portanto, as fontes não retratam, exatamente, a configuração urbana de Pernambuco em 1849, tendo em vista que podem apresentar dados de décadas anteriores.

verificação de localizações até então desconhecidas.

Quadro 1: Núcleos urbanos existentes em Pernambuco no final da primeira metade do século XIX de acordo com as três fontes históricas consultadas

	<i>Dicionário Histórico, Geográfico e Descritivo do Império do Brasil (1845)</i>	<i>Carta Topográfica e Administrativa das Províncias do Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1848)</i>	<i>Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco (1852)</i>
Comarcas	11	13	13
Cidades	3	3	4
Vilas	14	18	15
Freguesias	18	57	54
Povoações/Lugarejos/Aldeias/Capelas	35*	Inúmeras**	87***

*Inclui 27 povoações, seis lugarejos e duas aldeias; **O autor indica a existência de inúmeras capelas, mas não as quantifica; ***Inclui povoações, das quais 27 eram sedes de freguesia, havendo 60 povoações sem esse título.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Saint-Adolphe (2014 [1845]), Villiers de L'île-Adam (1848) e Mello (1979 [1852]).

Este trabalho está dividido em três partes: esta introdução, em que se apresentou a problemática, o objetivo e os procedimentos metodológicos adotados; um tópico referente à fundação de vilas e cidades em Pernambuco durante a primeira metade do XIX; e, por fim, as considerações finais, com algumas conclusões da pesquisa em curso.

A FUNDAÇÃO DE VILAS E CIDADES EM PERNAMBUCO DURANTE A PRIMEIRA METADE DO OITOCENTOS

Na província de Pernambuco do final da primeira metade do Oitocentos, é possível identificar a existência de 13 comarcas, 4 cidades, 18 vilas, 56 freguesias e 80 povoações e lugarejos (Mapa 1). Esse conjunto de nucleações evidencia a existência de uma rede urbana ampla e que alcançava todo o território pernambucano, embora mais adensada na Zona da Mata canavieira. Como destacado por Azevedo (1992 [1956]) ao tratar das vilas e cidades coloniais, esses aglomerados urbanos tinham como principais funções as atividades político-administrativa, jurídica, comercial e religiosa, as quais podem ser estendidas ao período analisado. Também é possível reconhecer relações hierárquicas entre essas nucleações. Tais relações dependiam não só das funções desempenhadas como também do status atribuído a cada núcleo. Neste artigo, será explorada a função político-administrativa dos núcleos urbanos. As demais funções foram tratadas em Gonçalves (2023).

No século XIX, a rede de núcleos pernambucanos com função político-administrativa se adensou de forma significativa em relação aos séculos anteriores, ampliando sua presença no sertão. Ela abrangia tanto vilas quanto cidades, as únicas nucleações que constituíam a sede de uma jurisdição territorial, à época chamada de termo, e eram responsáveis pela gestão das demais nucleações existentes nesse território (ABREU, 1997). Durante o Oitocentos, aproximando-se do conceito de município utilizado atualmente, as palavras municipalidade e município passaram a ser empregadas para designar as vilas e cidades e seus respectivos termos. Nesse sentido, uma vila ou cidade era a sede de um município.

Em 1849, Pernambuco contava com quatro cidades e 18 vilas (Quadro 2 e Figura 1). Dentre as cidades estavam Olinda, elevada a essa condição em 1676, quando a então vila se tornou sede do Bispado de Pernambuco, e Goiana, Recife e Vitória, todas elevadas à cidade justamente na primeira metade do Oitocentos. Recife e Goiana eram núcleos urbanos importantes desde os séculos anteriores, situando-se em pontos estratégicos do território tanto em função da exportação do açúcar quanto do escoamento da pecuária oriunda dos sertões. Recife, instalada como vila por carta régia de 1709, foi elevada à categoria de cidade por carta imperial de 1823, pouco tempo antes de substituir Olinda como capital da província em 1825⁴.

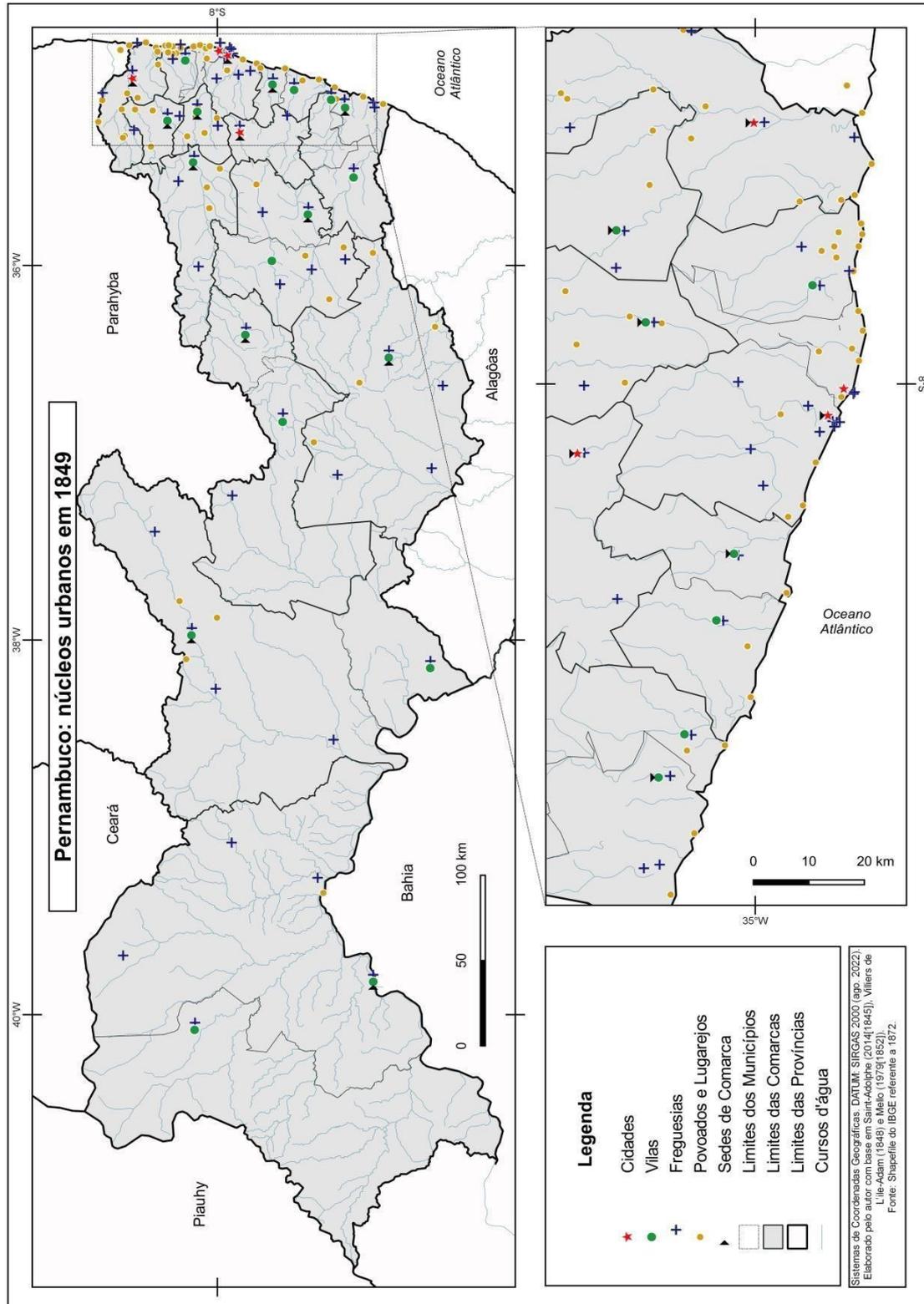
Goiana, por sua vez, era vila desde 1685, quando ainda fazia parte da capitania de Itamaracá, e foi elevada à cidade por lei provincial de 1840. Vitória, diferentemente das cidades anteriores, alcançou autonomia política no século XIX, embora fosse freguesia⁵ desde 1712, tendo em vista a importância da povoação para a atividade pecuária e a produção de açúcar. Foi elevada à condição de vila com o nome de Santo Antônio em 1811 e tornou-se cidade de Vitória por lei provincial de 1843. Vitória encontrava-se às margens do Rio Tapacurá e, segundo Andrade (2004), fazia parte de uma das rotas de ocupação do interior da capitania de Pernambuco, a chamada Rota do Ipojuca, que saía do Recife em direção à Vitória, descia para Buíque, Tacaratu e

⁴ A elevação das vilas que eram capitais de províncias à condição de cidade representou, segundo Fridman (2022), um fortalecimento da unidade territorial pela política imperial. Além de Recife, passaram pelo mesmo processo Ouro Preto, Natal, Desterro (Florianópolis), Fortaleza, Porto Alegre e São Cristóvão (substituída por Aracaju).

⁵ As freguesias cumpriam um papel central na organização da sociedade, pois elas eram responsáveis pelos registros de nascimento, casamento e óbito de um determinado território, à época chamado de distrito.

alcançava o rio São Francisco em Boa Vista, seguindo até a barra do rio Carinhanha.

Figura 1: Núcleos urbanos da província de Pernambuco em 1849



Fonte: elaborado pelo autor com base em Saint-Adolphe (2014 [1845]), Villiers de L'ile-Adam (1848), Mello (1979 [1852]), Azevedo (1992 [1956]) e IBGE (1958; c2017).

Quadro 2: Vilas e cidades da província de Pernambuco em 1849

Nome	Data de criação		Nome atual
	Vila	Cidade	
OLINDA	1537	1676	Olinda
Igarçu	1550(?)	-	Igarassu
Formosa do Sirinhaém	1627	-	Sirinhaém
GOIANA	1685	1840	Goiana
RECIFE	1709	1823	Recife
Flores de Ribeira do Pajeú	1810	-	Flores
Cabo	1811	-	Cabo do Santo Agostinho
Garanhuns	1811	-	Garanhuns
Limoeiro	1811	-	Limoeiro
Paudalho	1811	-	Paudalho
VITÓRIA	1811	1843	Vitória de Santo Antão
Brejo da Madre de Deus	1833	-	Brejo da Madre de Deus
Nazaré	1833	-	Nazaré da Mata
Rio Formoso	1833	-	Rio Formoso
Pesqueira	1836	-	Pesqueira
Boa Vista	1838	-	Santa Maria da Boa Vista
Bonito	1839	-	Bonito
Água Preta	1846	-	Água Preta
Caruaru	1848	-	Caruaru
Ipojuca	1849	-	Ipojuca
Ouricuri	1849	-	Ouricuri
Tacaratu	1849	-	Tacaratu

Fonte: elaborado pelo autor com base em Saint-Adolphe (2014 [1845]), Villiers de L'île-Adam (1848), Mello (1979 [1852]), Azevedo (1992 [1956]) e IBGE (1958; c2017).

Em relação às vilas, das 18 existentes na província de Pernambuco em 1849, 16 foram criadas na primeira metade do XIX. É possível reconhecer três momentos de maior intensidade na criação das vilas. O primeiro entre 1804 e 1811, quando foram estabelecidas Flores da Ribeira do Pajeú, Garanhuns, Cabo, Paudalho e Limoeiro, além de Vitória. O segundo de 1833 a 1839, quando foram criadas Brejo da Madre de Deus, Nazaré, Rio Formoso, Pesqueira e Boa Vista; enquanto o terceiro momento corresponde ao período de 1846 a 1849, no qual Bonito, Água Preta, Caruaru, Ipojuca, Ouricuri e Tacaratu foram instituídas.

O primeiro momento de criação de vilas (1810-1811) ocorreu durante o governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1804-1817). Segundo Mello, (1979 [1852]), ofícios encaminhados pelo governador entre 1805 e 1809 reivindicavam a criação de novas vilas e de mais uma comarca⁶ no território pernambucano, a fim de garantir a

⁶ As comarcas correspondiam a um “[...] número de vilas com seus territórios, cuja justiça é administrada pelo Corregedor, e mais ministros, que residem na cabeça da Comarca, que é cidade, ou vila notável”

presença da Justiça e da Coroa nas áreas até então pouco acessadas pela estrutura burocrática da colônia. A resposta veio com a fundação da mais interiorana das vilas, a de Flores da Ribeira do Pajeú, estabelecida por alvará real de 1810. Freguesia desde 1783, foi elevada à condição de vila juntamente com a criação da Comarca do Sertão de Pernambuco, que abrangia não só o sertão pertencente ao atual estado como também o território correspondente ao atual oeste da Bahia, desmembrado de Pernambuco em 1824.

Em 1811, no âmbito das mesmas reivindicações do governador, mais cinco vilas foram criadas: Garanhuns, situada em terras altas do Agreste dedicadas à pecuária, por meio de carta régia que elevou o então julgado⁷ e freguesia à condição de vila; e Cabo, Limoeiro, Paudalho e Santo Antão, todas pelo mesmo alvará real. A povoação do Cabo possuía freguesia constituída desde 1622 e situava-se no litoral sul da capitania, em área de intensa produção de açúcar. Paudalho, também associado aos engenhos de cana-de-açúcar, formou-se a partir do início do século XVIII e foi constituída freguesia em 1799. Situava-se às margens do rio Capibaribe, que configurava a segunda rota de ocupação do interior do território pernambucano, atravessando o planalto da Borborema e alcançando o rio Pajeú já no sertão (ANDRADE, 2004). Assim como Paudalho, Limoeiro situava-se às margens do Capibaribe, só que em um ponto mais alto, onde antes existira um aldeamento indígena. Constituiu-se como freguesia algumas décadas antes de tornar-se vila, em 1779.

Após esse primeiro momento, Pernambuco ficou mais de vinte anos sem nenhuma nova vila. No âmbito local, a capitania/província enfrentava uma série de revoltas internas e perdia do seu território as comarcas de Alagoas e do São Francisco, respectivamente, em 1817 e 1824⁸.

(COMARCA, 1789). Eram responsáveis pela manutenção da justiça no território e, no Brasil, tinham como autoridade a figura do ouvidor. Abrangiam um ou mais municípios, sendo o único ou o mais importante a cabeça (sede) da comarca.

⁷ Os julgados consistiam em uma “povoação sem pelourinho, nem privilégio de vila, posto que tenha juiz, e justiça própria.” (JULGADO, 1789). Arraes (2017) argumenta que, durante o período colonial, a criação de julgados foi uma estratégia adotada para garantir a presença da justiça nos lugares distantes, sem que isso implicasse a concessão de poder e autonomia administrativa às elites locais por meio da criação de vilas.

⁸ Pernambuco passou por diversos movimentos separatistas durante a primeira metade do Oitocentos. Os mais expressivos deles – a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824) – possuíram caráter republicano e conseguiram a adesão de algumas capitanias/províncias vizinhas, resultando na fragmentação do território pernambucano como forma de retaliação. Pernambuco perdeu a comarca de Alagoas em 1817 e o oeste da Bahia que, chamado de comarca do São Francisco desde 1820,

No plano nacional, o Brasil passava pelo processo de independência da Coroa portuguesa, o qual foi seguido por uma centralização política em torno da figura do Imperador, representada pela Constituição de 1824 e pela lei de 1º de outubro de 1828, que alterou as atribuições das câmaras municipais. Para Cigolini (2015), com a promulgação da lei de 1828, as câmaras se tornaram corporações meramente administrativas, cujas decisões eram remetidas ao governo provincial para aprovação ou revogação.

O segundo momento (1833-1839) foi marcado pela criação casada de vilas e comarcas, havendo apenas uma exceção, a vila de Pesqueira. Nacionalmente, o período era de descentralização, tendo em vista a promulgação do Código do Processo Criminal, em 1832, que autorizava a criação de novas comarcas, as quais eram associadas à criação de novas vilas, e o Ato Adicional de 1834, que criava as Assembleias Provinciais e atribuía a elas a competência para a criação de municípios⁹.

Em 1833, Brejo da Madre de Deus, Nazaré e Rio Formoso foram elevadas à condição de vila ao mesmo tempo que se tornaram sedes das suas respectivas comarcas. Rio Formoso e Nazaré situavam-se em áreas produtoras de cana-de-açúcar. Rio Formoso na porção sul da capitania, próximo ao rio de mesmo nome e a engenhos que remontam à primeira metade do XVII; e Nazaré na porção norte da capitania, nas proximidades do Rio Tracunhaém. Brejo da Madre de Deus, por sua vez, teve sua ocupação iniciada mais tardiamente, em meados do Setecentos. Freguesia desde 1797, situava-se nas proximidades do alto curso do rio Capibaribe.

A vila de Pesqueira foi instalada em 1836. Sua origem remonta à criação da vila de Cimbres, em 1762, umas das três vilas “de índio” estabelecidas em Pernambuco durante o governo do Marquês de Pombal¹⁰. Cimbres situava-se no alto da Serra do Ororubá, no Agreste, e foi construída sobre um antigo aldeamento que, desde 1660, já era uma freguesia. Por lei provincial de 1836, a sede do município de Cimbres foi transferida da antiga vila para a povoação de Santa Águeda de Pesqueira, formada em

foi incorporado ao território da província de Minas Gerais em 1824, passando, em 1827, ao domínio da Bahia (ANDRADE, 1971; 2004).

⁹ Sobre os impactos territoriais da legislação imperial, ver Cigolini (2015) e Fridman (2022).

¹⁰ As demais vilas foram Santa Maria da Boa Vista e Assunção, criadas em ilhas do médio curso do São Francisco em 1761, no âmbito de um projeto normatizador direcionado às populações autóctones que elevou diversas aldeias às categorias de povoação e de vila (FLEXOR, 2017). Essas vilas não são mencionadas nos documentos consultados referentes ao século XIX, diferentemente da vila de Cimbres.

torno da fazenda de gado Poço do Pesqueira, instalada na região em 1800. Segundo Neves (2003), a transferência ocorreu em função do acelerado desenvolvimento de Pesqueira e da localização pouco estratégica e de difícil acesso de Cimbres, considerada distante da estrada por onde circulavam as boiadas.

Ainda na década de 1830 foram criadas as vilas de Boa Vista e Bonito. Freguesia desde 1762, Boa Vista se originou de uma fazenda de gado e situava-se às margens do Rio São Francisco. À época de sua criação, era a vila mais interiorana da província e foi instituída juntamente com a comarca de mesmo nome, da qual se tornou sede em 1838. Bonito, por sua vez, foi instituída como freguesia e vila por lei de 1839,

tornando-se sede da comarca de mesmo nome. Bonito situava-se no Agreste Meridional, em uma área serrana que, no passado, fora abrangida pelo Quilombo dos Palmares.

O terceiro momento de criação de vilas (1846-1849) se deu após a promulgação da Lei n.º 105, de 1840, que restabeleceu a centralização de poder em torno do governo imperial, ainda que a criação de vilas permanecesse sob responsabilidade das assembleias provinciais. As cinco vilas criadas estavam distribuídas entre a Zona da Mata, o Agreste e o Sertão, o que contribuiu para interiorizar a rede de núcleos com função político-administrativa por todo o território, além de adensá-la nas áreas de ocupação colonizadora progressiva. Cigolini (2015) reconhece a mesma tendência para o vasto território nacional durante o período imperial, evidenciando um processo de dispersão concentrada dos municípios criados e suas sedes, assim como uma maior institucionalização de regiões antigas de ocupação em relação às novas.

Água Preta e Ipojuca localizavam-se na Zona da Mata. A primeira foi elevada à condição de freguesia em 1809 e situava-se às margens do rio Una, em área de intensa produção açucareira, apesar de distar cerca de 50 quilômetros do litoral. Tornou-se vila por lei provincial de 1846. Já Ipojuca, situada à margem do rio de mesmo nome, era uma povoação bastante antiga, com freguesia anterior à invasão holandesa. A antiga freguesia de São Miguel de Ipojuca recebeu o título de vila por lei provincial de 1849, após a transferência da sede que, desde 1846, estava na povoação de Nossa Senhora do Ó, situada mais próxima do litoral.

Caruaru, no Agreste da província, originou-se de uma fazenda de gado e situava-se às margens do rio Ipojuca, uma das principais rotas de interiorização da ocupação da antiga

capitania. Recebeu, por lei provincial de 1848, tanto o status de vila quanto o de freguesia. Tacaratu e Ouricuri, ambas no sertão pernambucano, foram estabelecidas por leis provinciais de 1849. Ouricuri, já próxima do limite com as províncias do Piauí e do Ceará, originou-se de fazendas de criação e recebeu o título de freguesia pouco antes de se tornar vila, em 1844. Já Tacaratu situava-se às margens do São Francisco e configurava-se, desde o século XVII, como um ajuntamento de índios. Em 1761 foi elevada à freguesia.

Faz-se necessário mencionar outras quatro vilas criadas no final da década de 1840 e logo suprimidas. Situadas no sertão e cujas freguesias foram instauradas na virada do século XVIII para o XIX, Floresta e Exu foram instituídas como vilas em 1846 e substituídas, respectivamente, por Tacaratu e Ouricuri como sedes de município em 1849. Já Bom Conselho e Correntes, ambas no Agreste meridional, nas proximidades da vila de Garanhuns, foram estabelecidas em 1848 e suprimidas um ano depois, em 1849.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado por Fridman (2022) ao analisar as urbanizações brasileiras durante o século XIX, a urbanização consiste em um processo de longa duração que apresenta diversos ritmos temporais e diferentes escalas. Na província de Pernambuco, assim como acredita-se que tenha ocorrido em outras províncias do Nordeste do Brasil, a primeira metade do século XIX foi marcada pela consolidação das áreas ocupadas desde o primeiro século de colonização portuguesa, com destaque para a Zona da Mata e o litoral, onde uma rede adensada de núcleos urbanos foi estruturada em torno da atividade açucareira, presente na região até os dias de hoje. Nessa área bastante povoada, comarcas foram desmembradas, algumas vilas foram elevadas ao status de cidade, novas vilas foram criadas a partir de antigas freguesias, inúmeras freguesias foram instaladas sobre povoações existentes, assim como uma miríade de povoações e lugarejos menores se firmou como nós da rede urbana.

Já no Agreste e no Sertão, cuja ocupação colonizadora se consolidou no decorrer do século XVIII, embora tenha se iniciado após a expulsão dos holandeses no século anterior, a primeira metade do Oitocentos representou a emergência de povoações ligadas às fazendas de gado, ao escoamento do algodão e a antigos aldeamentos indígenas, muitas delas elevadas à condição de vila e/ou freguesia, as quais

localizavam-se distantes umas das outras se comparadas às da Zona da Mata. A região também passou a contar com a presença da Justiça e da administração pública de forma mais efetiva, tendo em vista a criação de comarcas com sedes instaladas em suas respectivas vilas.

Este trabalho buscou aprofundar a análise sobre os núcleos urbanos existentes na província pernambucana no final da primeira metade do século XIX, especialmente os que detinham função político-administrativa. A esta função somavam-se a judiciária e a eclesiástica, tendo em vista que, na maioria dos casos, as vilas e cidades eram também cabeças de comarca e abrigavam diversas freguesias. O que se pretende destacar é o caráter urbano dessas aglomerações, que ocupavam lugares estratégicos no território da província e, por meio das atividades que desempenhavam, contribuíam para a circulação de pessoas, mercadorias e capitais e para a acumulação de riquezas almejada, primeiramente, pela administração colonial e, no final do período analisado, pelo governo imperial.

Para além da existência dos núcleos urbanos, a compreensão da urbanização demanda, necessariamente, a apreensão dos fluxos e conexões percebidos entre os nós que integram uma rede urbana. Neste trabalho, o foco esteve sobre as vilas e cidades, as quais evidenciam o processo de urbanização, nos termos de Reis Filho (1968), sob um de seus dois vieses. Entretanto, a perspectiva da rede ficou secundarizada na análise, assim como a consideração de núcleos que não dispunham desse status. Sabe-se que uma interpretação considerando essas dimensões permitiria a compreensão da urbanização de uma forma mais ampla e complexa. De todo modo, essa limitação do texto, cuja responsabilidade é inteiramente de seu autor, apresenta-se não só como um indicativo da necessidade de avanço da pesquisa aqui apresentada como também um convite a novas investigações sobre a urbanização de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. A apropriação do território no Brasil Colonial. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.p. 197- 243.

ANDRADE, M. C. **Movimentos nativistas em Pernambuco**: setembrizada e novembrada. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971.

_____. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste.** Recife: Sudene, 1979.

_____. **História econômica e administrativa do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1982.

_____. **Pernambuco: cinco séculos de colonização.** João Pessoa: Grafset, 2004.

ARRAES, D. E. A. **Curral de reses, Curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX.** 2012. 502 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. **Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c.1666-1820.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

AZEVEDO, A. Vilas e cidades no Brasil colonial (ensaio de Geografia Urbana retrospectiva). **Terra Livre**, n. 10, p. 23-78, jan./jul. 1992[1956].

CIGOLINI, A. Ocupação do território e a criação de municípios no período imperial brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 7-19, jan./abr. 2015.

COMARCA. In: **DICIONÁRIO da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro.** Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. v. 1.

FLEXOR, M. H. Vilas do Brasil no século XVIII: plano escrito ou plano desenhado? In: FRIDMAN, F. (Org.). **Espaço urbano latino-americano: ensaios sobre história e política territorial.** Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 37-62.

FRIDMAN, F. Urbanizações brasileiras no século XIX. In: ALMICO, R. C. S.; PEREIRA, W. L. (Org.). **História econômica do Brasil Império.** Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2022. p. 216-260.

GONÇALVES, T. C. A urbanização pernambucana na primeira metade do século XIX: as redes político-administrativa, judiciária e eclesiástica de núcleos urbanos. In: FRIDMAN, F.; FERREIRA, C. H. C. (Org.). **Urbanizações Brasileiras. 1800-1850.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. p. 106-126.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. XVIII.

_____. **Cidades@.** c2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso: 14 jun. 2022.

JULGADO. In: **DICIONÁRIO da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de**

Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. v. 1.

LHS. Universidade de Brasília. **Atlas Digital da América Lusa**. [2011?]. Disponível em: <https://lhs.unb.br/atlas/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

MELLO, J. M. F. **Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco**. Recife: Conselho Estadual de Cultural, 1979 [1852].

NEVES, A. L. **Estudo morfológico de cidades do Agreste Pernambucano – séculos XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986a [1942].

_____. **História econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986b [1945].

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao Estudo da Evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira; EDUSP, 1968.

SAINT-ADOLPHE, J. C-R. M. **Dicionário Histórico, Geográfico e Descritivo do Império do Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014[1845].

VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. **Carta Topográfica e Administrativa das Províncias do Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. Rio de Janeiro: Firmin Didot Irmaos, Belin le Prieur e Morizot, 1848. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925.htm. Acesso em: 31 maio 2022.

URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO TERRITORIAL NO SUL DO BRASIL: PROPOSIÇÕES DA GEOGRAFIA HISTÓRICA DE SANTA CATARINA NO SÉCULO XIX

Gustavo Rodrigo Faccin A. de Souza¹
André Souza Martinello²
Felipe de Souza Cardoso³

RESUMO

Trata-se no presente texto, de comentários e proposições do início da rede urbana em Santa Catarina, discutindo os primórdios da urbanização, articulado ao processo de construção territorial. A geografia histórica e o relato de viajantes (no caso aqui, do geógrafo francês Saint-Adolphe), contribui na compreensão dos aspectos da construção do território, articulada à escolha das sedes de municípios, a constituição dirigida de rede urbana e seus aspectos da urbanização no século XIX. Mobilizou-se, para tanto, a discussão da literatura de formação territorial, da urbanização e história urbana.

Palavras-chave: História da Urbanização em SC; Rede Urbana Catarinense; Geografia Histórica de Sc; Construção Territorial.

ABSTRACT

This text comments on and proposes the beginnings of the urban network in Santa Catarina, discussing the early stages of urbanization combined with the process of territorial construction. Historical geography and travelers' reports (in this case, those of the French geographer Saint-Adolphe) enhance to understanding aspects of the construction of the territory, related to the choice of municipal seats, the directed constitution of the urban network and its urbanization aspects in the 19th century. This was done by mobilizing the discussion of literature related to territorial formation, urbanization, and urban history.

Keywords: History of Urbanization in SC; Santa Catarina's Urban Network; Historical Geography of SC; Territorial Construction.

INTRODUÇÃO

Dedicamos o presente texto em memória da Prof^a Laura Machado Hubener, 1939–2024

A utilização dos relatos de viajantes é de farto reconhecimento e relevância para

¹ Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Arquiteto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul (IPHAE). Contato: guto.fa.souza@gmail.com

² Professor no Departamento de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Doutor em Geografia Humana (USP). Contato: andre.martinello@udesc.br

³ Graduando em Geografia (UDESC). Iniciação científica no Projeto de Pesquisa: “Geografia histórica em Santa Catarina” com coordenação do Dr. André S. Martinello. Contato: felipecdoso02@gmail.com

as ciências humanas. Muito já se afirmou da importância e das possibilidades dos usos das impressões e descrições desses que passaram pelo Brasil e pela América do Sul desde o período colonial. Em especial, no caso da Geografia, antes da sistematização como campo disciplinar formalizado, é possível recorrer a um vasto campo das descrições e demais *corografia* de viajantes: produtores de informações geográficas, sobretudo, em épocas antecedentes do saber geográfico sistematizado e institucionalizado. (MORAES, 1991; MARY, 2010; CARDOSO, 2013).

No caso do *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil* de autoria de J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe (2014), – publicado originalmente em 1845, – tem-se potencial como fonte fundamental para Geografia histórica, tais como as discussões de: formação territorial, dos processos de urbanização e de integração espacial. Ou ainda, de análises através de métodos toponímicos associadas a cartografia histórica, e muitas das discussões que levem em conta espaço e tempo, como as formações e construções socioespaciais e afins. Os dois volumes deste *Dicionário* de Saint Adolphe (2014) serviram recentemente como uma das fontes prioritárias para analisar urbanização na transição do Brasil colônia para o Brasil independente, no livro: “*Urbanizações brasileiras 1800-1850*”; obra organizada pelos pesquisadores Fania Fridmann e Carlos H. C. Ferreira (2023). A própria reedição do texto de Saint-Adolphe (1845) e sua publicação (em formato *facsimilar*) em 2014 pelo IPEA/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pela Fundação João Pinheiro, reforçam a relevância do material colidido por Saint-Adolphe no século XIX, pois mais que provincial, o geógrafo e militar-francês acabou por congregiar descrições ampliadas, com ambição de amplitude do território brasileiro.

Neste texto elencamos um panorama dos primórdios da rede urbana de Santa Catarina, relacionada à construção territorial. Mencionamos alguns desses aspectos a partir de Saint Adolphe, analisando essa obra em conjunto com o referencial teórico e bibliográfico que trata sobre os processos de urbanização e construção do território de Santa Catarina, ao longo do século XIX. Em termos metodológicos, defendemos uma articulação entre o estudo dos processos de formação territorial e a história da urbanização, sobretudo, da constituição das redes urbanas nos períodos colonial e imperial no Brasil, tema que merece ainda mais discussão, principalmente para os casos do Sul brasileiro. Nesse sentido, apostamos na pertinência dos topônimos descritivos de

Saint Adolphe, que podem ser muito bem relacionados à metodologia da arqueologia da paisagem, em que se privilegia o cruzamento de fontes cartográficas e descritivas para compreensão das formas espaciais do passado, suas origens e transformações.

Em outro trabalho já propusemos a possibilidade de compreender a formação da rede urbana até parte do século XIX, tendo como guia o *Dicionário* de Saint Adolphe e em associação com outros trabalhos (MARTINELLO; SOUZA, 2023). A reconstituição dos núcleos urbanos e algumas infraestruturas oitocentista fazem parte, nesse texto, de uma aproximação da história da urbanização em Santa Catarina.

ENTRE A HISTÓRIA DA URBANIZAÇÃO E A GEOGRAFIA HISTÓRICA

Na definição proposta pelo professor Nestor Goulart Reis Filho na obra *“Evolução Urbana do Brasil 1500-1720”*, a urbanização é entendida enquanto processo social que se dá nos níveis dos núcleos e da rede urbana (REIS FILHO, 1968). Um processo que se desenvolve a partir da divisão social do trabalho e deve ser interpretado por meio da análise do que esse autor chamou de “sistema social do global”, que tem como seus componentes as formações urbanas. No estudo desse sistema, importam as formas de organização administrativa e judiciária, os aspectos socioeconômicos e a política levada a nível regional ou nacional para transformação dos núcleos urbanos, chamada de política urbanizadora.

Beatriz Bueno (2017; 2021) vem destacando o potencial das pesquisas em história da urbanização na releitura de uma suposta colonização “arquipelágica” e nas críticas à ideia de “fragmentação” da rede urbana, pois seria possível evidenciar uma diversidade de fluxos e nucleações que ajudam a repensar os supostos sertões vazios, tão recorrentes em abordagem tradicional. Nessas pesquisas, a diversidade de núcleos urbanos, infraestruturas e elementos naturais que se extraem das fontes, permite conhecer a urbanização brasileira para além das vilas e cidades, dos núcleos oficializados que possuíam câmara municipal. Uma rede urbana ampliada que inclui “pousos, bairros rurais, fazendas, feiras, passagens, registros e demais pontos nodais relacionados às cidades, vilas, capelas, freguesias, julgados e aldeamentos missionários” (BUENO, 2017, p.243), que poderia incluir, ainda: fortes, colônias de

imigrantes, colônias militares, armações e demais tipos de ocupação, nas quais encontra-se concentrações humanas e atividades com características urbanas. Esses elementos são fundamentais para o caso de Santa Catarina, sobretudo a partir do início do século XIX. A análise ampliada das redes percursoras permite interpretar as lógicas das políticas de urbanização adotadas, colocando restrições à tese do processo de urbanização “espontâneo” e desarticulada dos demais núcleos existentes, ou como se insignificante pela economia agrária de então.

Em trabalho recente Fania Fridman (2023) tratou da urbanização do Brasil no século XIX, caracterizando-a como “um processo de longa duração com vários ritmos e diferentes escalas” que ocorreu de forma diferenciada entre as diferentes localidades e “deveu-se ao domínio territorial de seus protagonistas e às transformações econômicas, políticas e sociais no contexto global e nacional” (FRIDMAN, 2023, p.403-404). Em outras palavras, urbanizações, no plural, porque derivadas de processos desiguais, ainda que relacionados aos marcos de ordem política e econômica que atravessaram a construção do Império. As Províncias, nesse contexto, tornaram-se agentes incontornáveis das políticas urbanizadoras porque assumem, ao longo do século XIX, as prerrogativas de controlar as divisões administrativa, judiciária e eclesiástica, e são responsáveis pela implantação de infraestruturas e pelos programas de colonização.

Além das referências ligadas à história da urbanização, acreditamos num frutífero diálogo com o campo da Geografia Histórica, sobretudo, da formação territorial do Brasil de Santa Catarina (MARTINELLO, 2012, 2016; SILVA, 2009; MORAES, 2018). Para

Antônio Carlos Robert de Moraes (2011), a formação de um território consiste num processo histórico de valorização do espaço relacionado a uma formação econômico-social específica. No caso de Santa Catarina, reforçamos a concordância com a perspectiva de Augusto da Silva (2009) que a localiza como sendo inicialmente uma capitania subalterna a dar apoio aos espaços de maior valorização da América portuguesa. E cabe destacar também como em Santa Catarina foi muito recorrente a ideia dos sertões, como vazios: no sentido de território a ser preenchidos por população de origem europeia sediadas em núcleos coloniais. As desqualificações dos espaços ocupados por populações não brancas conformaram ideologias geográficas que deram

base para projetos futuros e estratégias de expansão territorial em Santa Catarina (MORAIS, 2011; MARTINELLO, 2012; MARTINELLO 2016).

FORMAÇÃO TERRITORIAL E DA URBANIZAÇÃO DE SANTA CATARINA ATÉ 1856

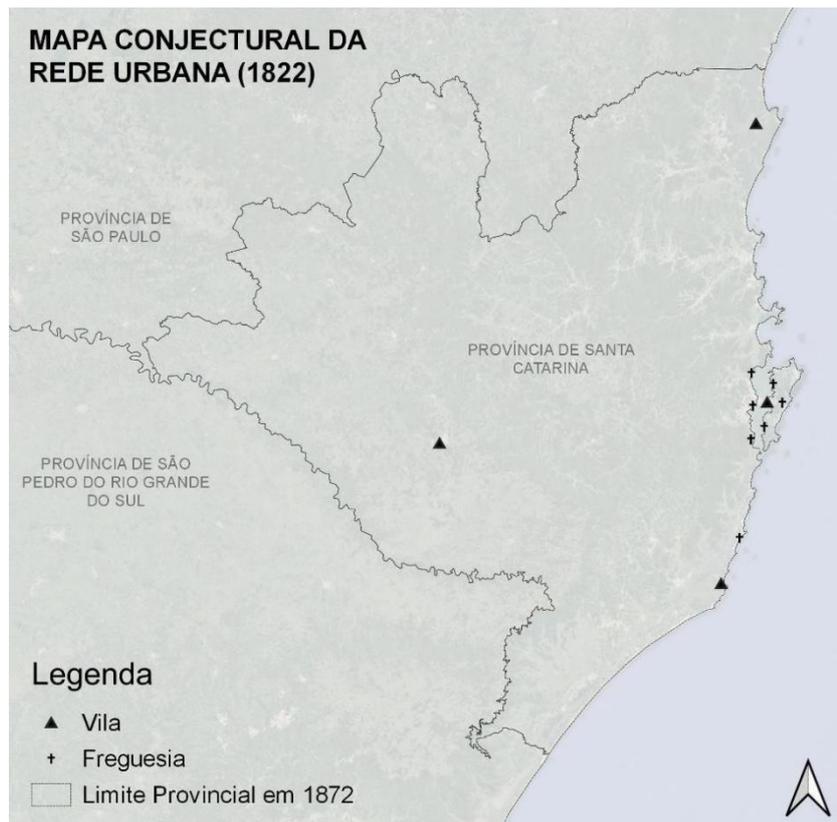
A antiga Capitania de Santa Catarina tem sua origem num contexto de expansão da fronteira do Império Português no século XVII. Trata-se da fronteira meridional e, mais especificamente, da margem setentrional da foz do Rio da Prata, cujo desejo de controle comercial levou os portugueses a instalar a Colônia de Sacramento em 1680. Nessa época, como parte da mesma estratégia, foram três os povoados fundados por bandeirantes partindo de São Paulo e São Vicente no atual litoral de Santa Catarina: *Nossa Senhora das Graças do Rio de São Francisco do Sul* (1658), *Santo Antônio dos Anjos de Laguna* (1682) e *Nossa Senhora do Desterro* (1675). Ainda no século XVI, o primeiro foi elevado à condição de vila, o que aconteceria com os outros dois nas primeiras décadas do século XVIII.

Após 1709, todo o território ao sul da colônia passou a fazer parte da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, com exceção da Colônia de Sacramento, vinculada ao Rio de Janeiro (SILVA, 2009). Como bem explica Augusto da Silva (2009), a Coroa Portuguesa estava reorganizando a administração da colônia, incorporando os territórios estratégicos que estavam com donatários ao domínio real e subdividindo as capitanias em gerais e subalternas. A criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina em 1738, como território subalterno primeiro à Capitania de São Paulo e, posteriormente, ao Rio de Janeiro, foi mais um passo nessa reforma administrativa. Tratou-se da criação de um ponto de apoio para a defesa da Colônia de Sacramento, da Capitania de São Pedro do Rio Grande, das missões jesuíticas e da própria Ilha (SILVA, 2009).

Ao nível do processo de urbanização, a criação da capitania deu o início a uma política urbanizadora na Ilha e na chamada terra firme ainda no século XVIII. Com o programa de imigração de açorianos adotado a partir de 1748, foram criadas 2 novas freguesias na Ilha e três no continente, além de 4 fortalezas e 5 fortes até o fim dos setecentos. Os limites da capitania também se expandiram, incorporando a Vila de Laguna e a de São Francisco do Sul, respectivamente, em 1742 e 1750. Ao final do

século XVIII, deu-se início a construção de uma estrada em direção à vila de Lajes partindo da Vila de São José. Com a construção da estrada, aumentaram as tensões sobre a quem deveria pertencer o território dos campos de Lages, o que “foi resolvido” por carta régia em 1820, com a incorporação da vila à Capitania de Santa Catarina.

Figura 1: Vilas e freguesias de Santa Catarina em 1822⁴



Autoria: Gustavo R. Faccin Araujo de Souza (2024).

A incorporação de Lages é um marco importante para o processo de urbanização da então Capitania Subalterna e futura província, indicando um esforço de consolidação do território entre o litoral e o planalto. Com base em Saint Adolphe (1845), Coelho (1856) e Cabral (1970), contabilizamos 3 vilas e 9 freguesias⁵ na Capitania até 1820. Trinta e seis anos depois, em 1856, essa rede urbana oficial chega a um conjunto de 3 cidades, 4 vilas e 23 freguesias (MARTINELLO; SOUZA, 2023). Esse processo é ainda mais intenso quando consideramos a implantação de 13 colônias no mesmo período,

⁴ Utilizamos para referência, neste e nos demais cartogramas, os limites provinciais de 1872 (IBGE, 2011). Para o ano de 1822, após a incorporação de Lajes e criação das províncias do Império Brasileiro, foi necessário pontuar a inexistência da Província do Paraná, criada apenas em 1853.

⁵ Sem considerar as freguesias localizadas na sede das vilas ou cidades, pois se trata de uma “mesma jurisdição urbana”

ainda que nem todas tenham concretizado o projeto de maneira a prosperar, e 8povoados citados pelo viajante.

A condição de subalternidade da Capitania de Santa Catarina se materializa na situação da urbanização dos seus principais núcleos urbanos. De acordo com Saint-Adolphe, percebe-se a situação de incipiência presenciada na rede urbana catarinense. A Cidade de Desterro, capital da Província, apresentava as “ruas mal alinhadas, por calçar e com poucas casas” (SAINT-ADOLPHE, 2014, p.276). As diversas infraestruturas da cidade de Desterro eram consideradas insatisfatórias tal como o hospital “pequeno e possui poucos cômodos” (SAINT-ADOLPHE, 2014, p. 276). O palácio do presidente e a casa da câmara, que deveriam demonstrar a magnitude do Império, “pouco se diferenciam das demais construções” (SAINT-ADOLPHE, 2014, p.276).

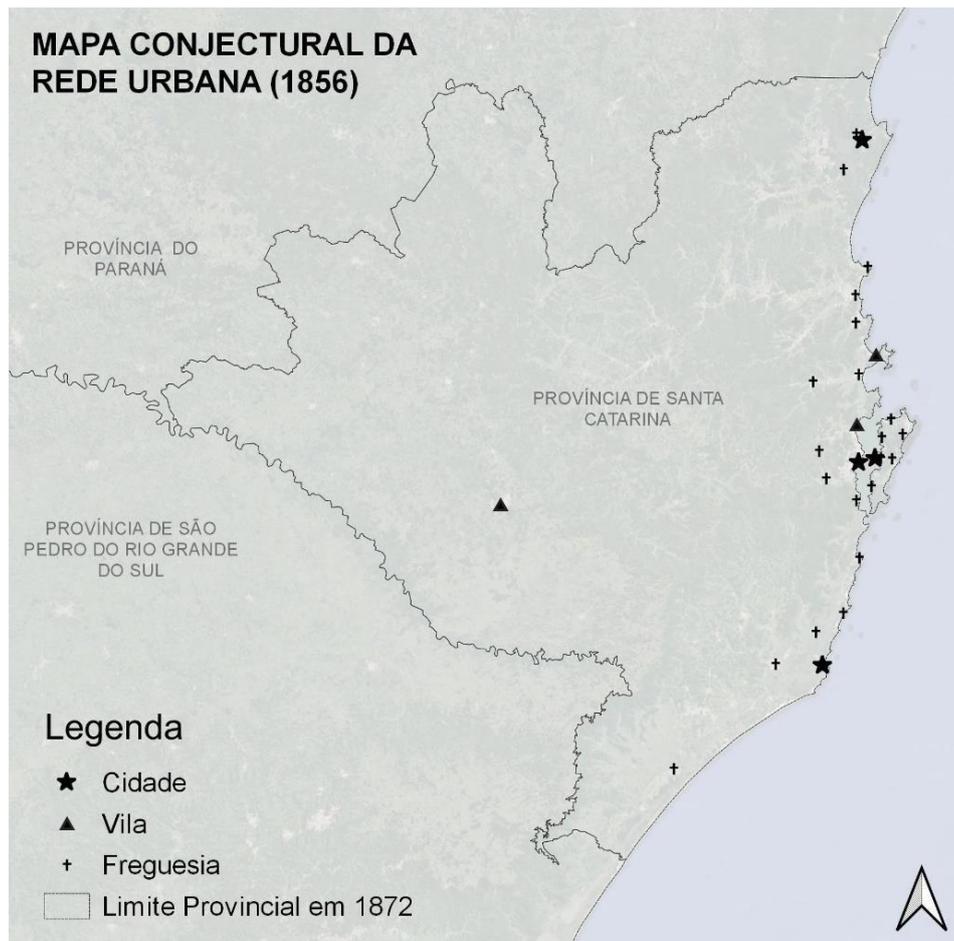
O viajante francês também menciona a condição das infraestruturas de defesa na Província. Com relação a capital, Saint-Adolphe afirma que o arsenal é de pouco valor e que “poderia ser melhor” (SAINT-ADOLPHE, 2014, p.276), de tal modo que enfatiza a capitulação da Ilha de Santa Catarina diante dos espanhóis no ano de 1777 (que resultou na assinatura do Tratado de Santo Ildefonso no ano posterior), demonstrava o baixo orçamento destinado a esse propósito.

Com relação às outras nucleações urbanas, Saint-Adolphe não deixa de tecer suas críticas. Para o viajante, a Vila de Laguna se apresenta como medíocre, contudo, não deixa de ser a mais considerável da Província de Santa Catarina (SAINT-ADOLPHE, 2014, p.435). A mediocridade deriva, principalmente, da simplicidade e escassez de infraestruturas. Apresenta apenas uma igreja e uma praça que contém a casa da câmara, cuja loja serve de cadeia. As casas são constituídas majoritariamente de pedras e poucas apresentam sobrados, e a malha viária é pouco extensa, constituída de um “quadrilátero formado por três ruas paralelas as quais são cortadas por muitas outras” (SAINT-ADOLPHE, 2014, p.436).

Situação contrária é analisada na Vila de Lages, descrita como sendo um “distrito vasto, porém pouco povoado, e estende-se fazendo uma ponta rumo do poente, entre as províncias de São Paulo e São Pedro do Rio Grande” (SAINT-ADOLPHE, 2014, p.432). Poucas infraestruturas significativas para uma urbanização relativamente desenvolvida são descritas, sendo representada como uma nucleação majoritariamente agrária, associada a produção e comercialização de “bois, couros e mate” (SAINT-ADOLPHE,

2014, p. 432). Entretanto, Saint-Adolphe salienta que “a dificuldade do transporte para um porto de mar faz que sejam inúteis tão preciosas produções, e que a povoação, em vez de ir em aumento, se conserva quase no mesmo ser” (SAINT- ADOLPHE, 2014, p. 432).

Figura 2: Cidades, Vilas e Freguesias na constituição da rede urbana em SC (1856)⁶



Autoria: Gustavo R. Faccin Araujo de Souza (2024).

Verifica-se, desse modo, como aponta Fania Fridman (2023), a diversidade de ritmos e escalas da urbanização, nesse caso, no interior da própria Província de Santa Catarina, considerada relativamente isolada. Os núcleos urbanos localizados na faixa litorânea, agrupando a maior parte das nucleações da Província, apresentam uma presença de infraestruturas mais significativas, em um processo urbano relativamente evoluído (ainda que incipiente), quando comparados aos núcleos localizados no planalto catarinense, mesmo que grande parte dessas infraestruturas se mostrem insatisfatórias.

⁶ Observa-se as primeiras cidades em sentido longitudinal no litoral de Santa Catarina.

APONTAMENTOS PARA A SEGUNDA METADE DOS OITOCENTOS

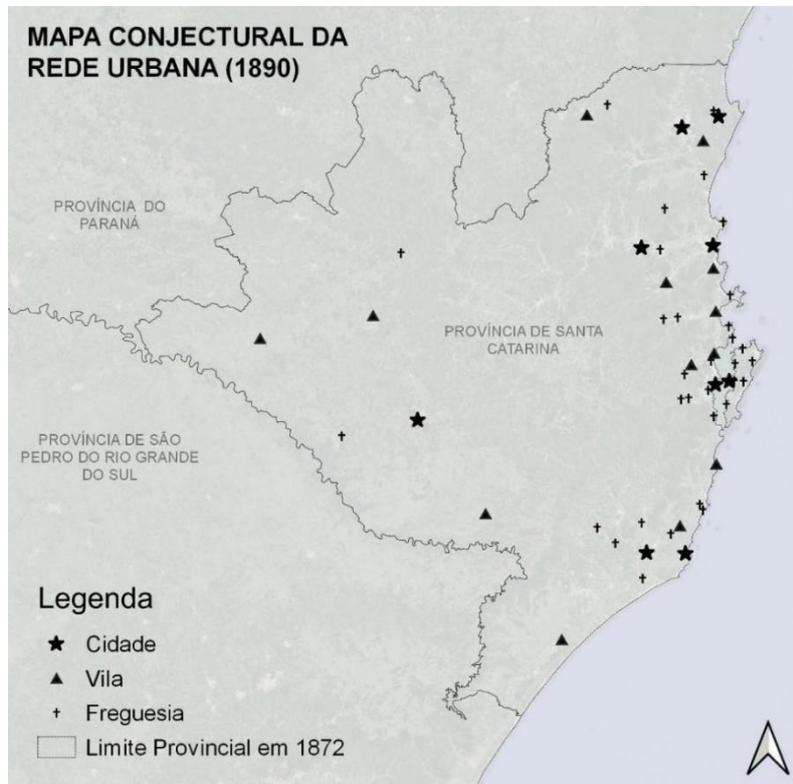
Os dados para a segunda metade dos oitocentos apontam para uma interiorização da ocupação urbana por meio da criação e expansão de núcleos urbanos. Em 1872, conforme dispõe o Censo, em Santa Catarina: eram 11 municípios e 27 freguesias (BRASIL, 1872), com acréscimos nas três direções: ao norte Joinville, ao sul Tubarão e a oeste Curitibanos. Ao final do século XIX, eram 27 municípios, sendo Blumenau⁷ o município mais populoso do Estado (35 mil habitantes), tendo ultrapassando a capital Florianópolis (32 mil habitantes) (BRASIL, 1900)⁸. Entre 1907 e 1913, houve a criação dos núcleos coloniais de Anitápolis, Esteves Junior e Rio Branco pelo Governo Federal (PIAZZA, 1976), denotando a evidente estratégia de (re)ocupação dos espaços em sentido oeste, com uma assumida política de atração de imigrantes, para fins de colonização e integração territorial.

Desde 1850 ensaiava-se uma expansão maior a oeste, com a criação das colônias militares e de uma nova coletoria de impostos na área dos Campos de Palmas, onde hoje estão as regiões oeste e extremo oeste do Estado (PRETOLI, 2024). As colônias militares foram implantadas primeiramente no meio do caminho entre São José e Lajes (como a Colônia Santa Teresa, por exemplo), e posteriormente no oeste com as Colônias de Chapecó e Chopim. Tratava-se, nesses últimos dois casos, de consolidação territorial, numa área que também seria palco de litígio entre o Brasil e a Argentina – os Campos de Palmas – que mais tarde também estaria envolto no litígio entre as províncias de Santa Catarina e Paraná (PRETOLI, 2024; MARTINELLO, 2016).

⁷ Provavelmente o destaque de Blumenau se deve a política de colonização e atração imigrantista na Colônia Blumenau (que é emancipada como município, em 1883). Vale lembrar a interessante discussão proposta de Paul Singer (1968, p.88), quando apresenta o destino de imigrantes como propulsor de atração de mais imigrantes. “Quanto maior fosse o número de habitantes do núcleo colonial, maior seria o subsídio recebido, mais rápido seria o seu desenvolvimento econômico (e conseqüente valorização das terras) e mais depressa se ultrapassaria o perigoso estágio inicial da colonização. Daí a feroz concorrência pelo imigrante, que se desenvolve entre os agentes recrutadores das diversas companhias de colonização.” (SINGER, 1968, p.89).

⁸ A partir da República, as freguesias deixaram de constar como divisão administrativa dos Municípios e indicativo dos núcleos menores existentes, razão pela qual podemos considerar que, a partir de 1900, há uma quantidade povoados e sedes de distritos que certamente ultrapassa o número de municípios.

Figura 3: Cidades, Vilas e Freguesias na constituição da rede urbana em SC (1856)⁹



Autoria: Gustavo R. Faccin Araújo de Souza (2024), a partir de Brasil (1890).

O litígio pelo Campos de Palmas esteve em torno do arbitramento em 1895, que deu ganho de causa ao Brasil, e, de certa forma, “continuou” como área em disputa judicial até 1916, entre Santa Catarina e Paraná. Com o fim da Guerra do Contestado e o acordo de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina (assinado no Palácio do Catete em 1916), afirma-se a configuração do território atual. No ano seguinte, em 1917, após o fim do conflito e a consolidação dos limites do território catarinense, quatro novos municípios foram criados, dois na fronteira norte (Mafra e Porto União), e dois a Oeste (Joaçaba e Chapecó), contabilizando no território catarinense ao final daquele ano de 1917, o total de 32 municípios. A partir de 1917, o processo de implantação de núcleos urbanos por empresas colonizadoras no oeste do Estado deu início a um novo período da urbanização catarinense, com a atração de descendentes de imigrantes vindos

⁹ Optou-se por utilizar o levantamento de 1890, ao invés daquele realizado em 1900, por haver informação das freguesias, além dos Municípios. Das 55 freguesias listadas, apenas uma não foi localizada: a freguesia Nossa Senhora do Amparo dos Campos de Palmas, ligada ao Município de Campos Novos.

do estado vizinho, Rio Grande do Sul.

Dentro do recorte temporal considerado há processos em que a implantação dos núcleos urbanos parece funcionar como estratégia de fronteira contra os ocupantes das áreas interioranas (caboclos e indígenas) ou contra os governos que reivindicavam *as mesmas terras como seus territórios*. A implantação e oficialização dos núcleos urbanos, associada à implantação de infraestruturas, foi utilizada para fins de consolidação do território, tanto naquele já delimitado como nas áreas de fronteira. E o aumento dos núcleos urbanos identificado foi coordenado pelos agentes da Província, relacionados com os conflitos territoriais que atravessaram o período.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Santa Catharina. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. V. 11.

BRASIL. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Typ. De Estatística, 1905.

BRASIL. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. **Labor e Engenho**. 11, 3, p. 242–262, 2017.

BUENO, Beatriz P. S.; BARRETO, Alice P.; DIAS, Guilherme S. Cultura material e práticas sociais no Caminho do Viamão: paisagens toponímicas, arqueologia do cotidiano das viagens, perfil e bagagem dos tropeiros (séculos XVIII e XIX). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 29, p. 1–87, 2021.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Laudes, 1970.

CARDOSO, Luciene P. Carris. **O lugar da geografia brasileira: A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945**. São Paulo: Ed. Annablume, 2013.

COELHO, Manuel Joaquim de Almeida. **Memória histórica da Província de Santa Catarina**. Desterro: Typografia de J. J. Lopes, 1856.

FRIDMAN, Fânia. *As urbanizações brasileiras no século XIX*. In: FRIDMAN, F. (Orga). **Quem planeja o território?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022, p. 403-434.

IBGE. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010** (Documentos para

Disseminação - Memória Institucional). Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia Rio de Janeiro: IBGE. 2011.

MARTINELLO, André S.; SOUZA, Gustavo Rodrigo F. A. de. Território e rede urbana em Santa Catarina: compreensões na geografia histórica de Saint-Adolphe. In: FRIDMAN, Fania ; FERREIRA, Carlos H. C. **Urbanizações Brasileiras 1800-1850**. Rio de Janeiro: editora Letra Capital, 2023. p. 253-267.

MARTINELLO, André S. **Geografia histórica, discursos espaciais e construção territorial em Santa Catarina**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARTINELLO, André S. **Insulares Santa Catarina: construção territorial, vínculos de pertencimento e discursos da desintegração (1950-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

MARY, Cristina Pessanha. **Geografias Pátrias: Portugal e Brasil 1875/1889**. Niterói: EdUFF, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia**, São Paulo: Ed. Annablume, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil*. **Rev. Estudos históricos** Rio de Janeiro, v. 4 n. 8. Julho-Dez 1991: (dossiê História e Natureza. p.166-176).

MORAES, Cristina de. **Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar: a formação territorial do Oeste catarinense (1880/1940)**. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho/UNESP, 2018. Rio Claro/SP.

PIAZZA, Walter F. Introdução à história da propriedade rural em Santa Catarina. In: PAULA, Eurípedes, S. de. (Org.) **A Propriedade Rural**. São Paulo: Coleção da Revista de História, Vol. II, 627-680, 1976.

PRETOLI, Francimar I. da S. *Fronteiras, fundos territoriais e colônias militares no sul do Império*. In: VANIN, Alex A; TEDESCO, João C. (Org.) **As Sentinelas dos Sertões: as colônias militares do império do Brasil**. Passo Fundo: Acervus, 2024. p. 499-528.

REIS FILHO, Nestor G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil, 1500-1720**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

SAINT-ADOLPHE. J. C. R. Milliet de. **Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014 [1845].

SILVA, Augusto da. **A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme:** estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807). Tese de Doutorado em História Econômica - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SINGER, Paul. *Blumenau*. In: **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Ed.Nacional e Editoria da USP/EdUSP, 1968. p.81-140.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Les agents de la formation des villes coloniales bresiliennes*. In: DIAS, Leila Christina; RAUD, Cécile (Organizadoras). **Villes et régions au Brésil**. Paris: L'Harmattan, 2000. p.79-92

O ESTUDO DE UM ESPAÇO ORIENTADO POR SUA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA – O CASO DE SÃO BERNARDO

Luiz Fernando Silva Loschiavo dos Santos¹

RESUMO

Trata-se de investigação quanto à produção do espaço de São Bernardo no período de 1877 a 1960. Mais especificamente, buscou-se realizar uma interpretação da formação espacial do município a partir de uma visão que articula as condições de seu sítio e os movimentos locais com as múltiplas determinações nacionais e internacionais que se projetam no processo de produção do espaço, em especial, dentro da inserção de São Bernardo no sistema situacional São Paulo-Caminho do Mar-Santos e no movimento de ascensão da capital São Paulo como núcleo dinâmico da economia paulista. Adotou-se como base metodológica a geo-história braudeliana, concepção que proporciona a análise da produção do espaço a partir da articulação de estratos temporais e espaciais envolvidos em tais determinações. Integrou-se a essa base metodológica elementos teóricos de uma tradição de pesquisa do espaço de marca interdisciplinar, com aportes da Geografia Urbana, da História e da Economia Política. Com base nessas articulações, as conclusões da pesquisa indicam que o processo de produção do espaço de São Bernardo no período foi marcado por um movimento de valorização situacional, subordinando este espaço às dinâmicas de um sistema espacial em que São Bernardo ocupou, na maior parte do tempo, posição semiperiférica, exercendo a função de caminho entre os demais polos, de modo que as demandas próprias do espaço foram sempre subordinadas às demandas do sistema São Paulo - Caminho do Mar – Santos.

Palavras-chave: Geo-história, História Urbana, São Bernardo do Campo. Urbanização, Produção do espaço.

ABSTRACT

This research focused on the analysis of the production of São Bernardo's space between 1877 and 1960. More specifically, we sought to interpret the spatial formation of the municipality articulating the conditions of its site and local dynamics with the multiple national and international determinations that impact the production of space, in particular, within the insertion of São Bernardo in the São Paulo-Caminho do Mar-Santos situational system and in the rise of the capital São Paulo as a dynamic nucleus of the State's economy. The methodological basis adopted was the Braudelian geohistory, a conception that enables the analyses of the production of space based on the articulation of temporal and spatial strata involved in such determinations.

Theoretical elements from a tradition of interdisciplinary research were also integrated into the methodological basis, with contributions from Urban Geography, History and Political Economy. Based on these articulations, the research conclusions indicate that

¹ Mestrando do Programa Cultura e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - IEB/USP. Graduado em Direito (USP). Contato: luizloschiavo11@gmail.com

the process of producing the space of São Bernardo in the period was marked by a movement of situational valorization, subordinating this space to the dynamics of a spatial system in which São Bernardo occupied, for most of the time, a peripheral position, acting as a path between the other poles, so that the demands of the space were always subordinated to the demands of the São Paulo- Caminho do Mar–Santos system.

Keywords: Geohistory. Urban history. São Bernardo do Campo. Urbanization. Production of space.

INTRODUÇÃO

Como estudar um espaço que manifesta em sua história uma marcada função de passagem entre áreas que apresentavam uma dinâmica de trocas constantes? Como interpretar a história da produção de um espaço que, por ter emergido como meio do caminho entre centralidades, teve evidentes determinações transmitidas por tais espaços?

Essa característica fundamental marca a história da produção do atual município de São Bernardo do Campo, vizinho da capital São Paulo em sua banda sudoeste, e que foi alçado como unidade administrativa autônoma no final do ano 1944. Todavia, seu surgimento como um espaço de características urbanas inicia-se cerca de cinquenta anos antes, dentro das relações entre as atividades surgidas dentro de um projeto de núcleo colonial agrícola instalado em tal área em 1877 e a transformação das técnicas de transporte utilizadas para o exercício de sua função como eixo de ligação entre dois polos que dinamizavam uma região maior da província e depois do estado de São Paulo.

Essa história do espaço de São Bernardo foi objeto da minha pesquisa dentro do Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros- USP, defendida em junho de 2024 como dissertação de mestrado sob o título: “São Bernardo no sistema situacional São Paulo-Caminho do Mar-Santos (1877-1960): uma geo- história”.

De partida, um primeiro elemento mais geral que propus para a resposta às perguntas inicialmente colocadas neste texto foi a utilização do enquadramento geohistórico. Tratar-se- ia então em realidade de uma proposta de geo-história da produção do espaço de São Bernardo, de uma observação da dinâmica de desenvolvimento do espaço ao longo de um determinado período de tempo, tendo como pressuposto a noção de que o exame do desenvolvimento dos espaços está eminentemente intrincado na

constante relação entre as dimensões sociais e físicas. O estudo geo-histórico proporcionaria dessa maneira a proposição de sínteses entre as características do território que possibilitam, potencializam e restringiram as ações humanas e a série de desenvolvimentos técnicos propostos pela sociedade na busca de adaptação, superação e dominação do meio físico (BRAUDEL, 2015). No caso de São Bernardo, tal lente de análise possibilitou uma leitura de seu desenvolvimento histórico no período estudado eminentemente relacionado às constantes mudanças das técnicas de transporte que foram instaladas em sua região, as quais se beneficiavam da sua posição favorável entre a capital São Paulo e o porto de Santos.

Um segundo elemento estruturante para a resposta ao questionamento metodológico está na reflexão quanto a ideia da produção do espaço, originária de um movimento crítico da geografia em reação à uma abordagem mais naturalista e positivista que predominava no estudo da disciplina. Em linhas gerais, a ideia da produção do espaço considera o processo de construção do território como intimamente conectado à formação e a reprodução da própria sociedade, de forma que o trabalho intencional do homem na reorganização do território atua como mediador ou como parte essencial do processo de produção do espaço e da própria reprodução social (CARLOS, 1986). Assim, o espaço pode ser visto como uma síntese entre a sociedade e o território, sendo moldado, regulado e contido por formas que expressam as características técnicas da própria sociedade.

Faltava, contudo, um enquadramento de tal estudo que considerasse de forma direta a característica central que o espaço de São Bernardo possuía a época, a sua função de passagem. Para tanto, parti da leitura desenvolvida por Caio Prado Júnior em seu artigo “Contribuição para a Geografia Urbana da Cidade de São Paulo”, publicado em 1941 (PRADO JUNIOR, 1969). Em tal texto, o autor desenvolve a ideia do chamado Sistema São Paulo-Caminho do Mar-Santos. No seu esforço em explicar a centralidade que o município de São Paulo possuía na província, o Prado propõe uma interpretação das dinâmicas observadas a partir da articulação das características físicas desses três polos: São Paulo, como centro natural de uma rede hidrográfica da região, o que lhe dava condição para funcionar como centro que agregava as atividades das diferentes unidades topográficas da província. O Caminho do Mar: como caminho mais ameno para a passagem do planalto ao litoral, e que tinha em São Bernardo seu

principal ponto de pouso para as tropas, e Santos como espaço que apresentava melhores condições para funcionar como porto da região.

O historiador propunha assim a ideia de formação de um sistema espacial, inicialmente estruturado a partir das possibilidades e restrições físicas, e que coordenaria as lógicas produtivas na região no esforço de comercialização com o mercado externo. Dentro deste modelo, a produção do espaço de São Bernardo poderia ser interpretada a partir dos estímulos que esse sistema maior em que estava inserido lhe concedia. No trabalho, propus um prolongamento desse conceito para os tempos do Brasil independente e da economia do café, considerando a permanência das características do desenvolvimento brasileiro, ou o chamado por Caio Prado, sentido da colonização, que reforçava as características da organização espacial dessa área em sua atuação voltada ao exterior (PRADO JUNIOR, 1972).

Entendi que o par conceitual “sítio e situação”, originário dos estudos da geografia regional, funcionaria como referencial compatível ao conceito de Caio Prado e ao exame do trabalho como um todo. De forma bastante resumida, enquanto a ideia de sítio delimita a observação das características físicas de um determinado local, a situação a complementar, envolvendo a análise das relações que tal localidade possuía com o seu entorno (SILVEIRA, 1999). Utilizando-se desse ferramental e considerando as fontes levantadas acerca do desenvolvimento da cidade, bem como a já aludida função de passagem que São Bernardo possuía dentro desse macro- espaço da província, ou do chamado Sistema São Paulo-Caminho do Mar-Santos de Caio Prado Júnior, propus a ideia de que a produção do espaço de São Bernardo poderia ser melhor entendida a partir da compreensão de sua valorização enquanto espaço pertencente a um sistema maior, que, de certa maneira, coordenava a organização territorial na consecução do empreendimento cafeeiro dentro do intervalo de tempo analisado.

O sistema São Paulo-Caminho do Mar-Santos, era assim um fator que provocava uma valorização e organização do espaço de forma predominantemente situacional, isto é, o sistema visto como um coordenador do espaço, valorizando as suas áreas tributárias a partir de sua posição dentro de uma rede espacial e atribuindo-lhe funções considerando a sua relação com seu elemento dinamizador: a produção e exportação de gêneros agrícolas. Dentro deste quadro pude responder as perguntas inicialmente feitas neste texto, bem como definir a questão central da minha pesquisa: como se deu a

produção do espaço de São Bernardo, dentro das lógicas do Sistema São Paulo-Caminho do Mar-Santos, no período de 1877 a 1960?

Para a obtenção das fontes, realizei uma revisão bibliográfica de trabalhos que possuem relações com o tema e passei por uma série de arquivos do poder executivo e legislativo local e estadual, de centros de memória e museus. Dada a abordagem pensada pro trabalho, busquei coletar documentos de ordem político-administrativa, dados econômicos e elementos que evidenciassem as alterações intra-urbanas e as relações inter-urbanas para ir compondo essa história da produção do espaço de São Bernardo².

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE SÃO BERNARDO

Dentro do exame de fontes que realizei no trabalho, a marca da valorização situacional na produção do espaço mostrou-se enquanto grande constante no período, o que motivou a própria estruturação do trabalho em cortes temporais que evidenciaram diferentes formas de produção que predominavam na organização daquele território. São Bernardo, que teve diferentes definições político-administrativas no período, não possuía grande afinidade com a produção cafeeira, de modo que os incentivos dados por esse sistema espacial foram no sentido de promover o exercício de funções secundárias, e de suporte à produção e exportação do café.

A primeira delas foi o projeto da Província de São Paulo do estabelecimento de núcleos coloniais em áreas vizinhas à capital, visando principalmente mitigar a escassez de alimentos, fruto do padrão monocultor que dominava os espaços que orbitavam dentro do Sistema São Paulo-Caminho do Mar-Santos. A partir da pesquisa em arquivos municipais e estaduais, pude obter indícios que tal política não obteve êxito na consecução de seus objetivos, tendo em vista principalmente a baixa qualidade e o despreparo do solo para da então Freguesia de São Bernardo para a produção de alimentos a serem vendidos na capital. Há uma série de relatos dos colonos e dos

² Além da revisão de bibliografia, a pesquisa contou com a utilização de fontes contidas nos seguintes acervos: Centro de Memória de São Bernardo do Campo, Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, Câmara Municipal de Santo André, Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Acervo do Museu da Cidade de São Paulo, Fundação Energia e Saneamento e Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

responsáveis pelo acompanhamento da iniciativa que sinalizam nesse sentido (SEC AGR. COM OBR. PUB. EST. SP, 1898). A tentativa de valorização situacional daquele espaço demonstrava inconsistências, sendo possível observar o reforço de produtos já historicamente comuns explorados na região, como o caso da madeira e do carvão vegetal foram impulsionados dentre de outros patamares de possibilidade advindos do novo meio técnico de transporte. A valorização situacional, não relacionada às características do próprio sítio provocava, assim, um movimento de regressão à atividade extrativista, mais comum e mais valorizada com o aumento da demanda por tais bens na capital.

A nova realidade fundiária advinda do parcelamento do solo para o início dos núcleos coloniais possibilitou também a formação de um mercado imobiliário, que ascendia dentro da falta de perspectivas com a produção alimentícia e a crescente dificuldade em se achar terrenos disponíveis na capital.

A inserção dessa localidade de forma mais profunda nas lógicas do sistema situacional com a introdução da linha ferroviária na região na metade do século XIX provocou também a mudança de sua centralidade, até então coordenada pela estrada de tropas, a Caminho do Mar, que passava no centro da Freguesia de São Bernardo, para os bairros de Santo André e São Caetano, tendo em vista que esses recebiam estações secundárias da São Paulo Railway. Foi possível observar como a combinação de terrenos mais baratos do que os da capital com a presença da via ferroviária em sua área possibilitou o prolongamento do impulso industrial que a capital recebia no período até os chamados bairros-estação da Freguesia de São Bernardo.

Na região da cidade que contava com ramais da Estrada de Ferro Jundiaí-Santos, sobretudo as estações de Santo André e São Caetano, observou-se a instalação de empresas de grandes dimensões, que também se aproveitavam do considerável contingente populacional que habitava a região e do apoio do nascente poder municipal, que rapidamente se consolidou em torno das demandas industriais (LANGENBUCH, 1971). Nesse sentido, foi possível identificar como esses processos encadearam o início de um considerável ritmo de crescimento urbano, puxado essencialmente pelo núcleo do sistema São Paulo-Caminho do Mar-Santos que mais atraía aquele espaço para responder suas demandas no novo contexto de rápida urbanização, a capital São Paulo.

O processo de produção do espaço de São Bernardo rompia com o projeto

estadual de núcleos agrícolas e passava-se a valorizar, primordialmente, cultivando a sua proximidade com a capital, polo mais dinâmico do sistema. Sua valorização, contudo, se associava sempre a partir das características que qualificava sua inserção no sistema, notadamente sua função de passagem. Maior exemplo disso estava na localização restrita às beiradas da ferrovia que as grandes empresas escolheram para se instalar no já autônomo município nos primeiros anos do século XX. Dentro deste tema, identifiquei a formação de dois padrões diversos de produção, os quais tinham evidentes determinantes espaciais em sua diferenciação.

O primeiro padrão de produção de espaço ligava-se às regiões mais próximas à linha ferroviária, e orbitava em torno do meio técnico que materializava a função de passagem que São Bernardo exercia, funcionando como um prolongamento do impulso industrial da capital. Esse padrão aproveitou-se da mão de obra disponível com o esvaziamento da iniciativa agrícola e do investimento de empresários no estabelecimento de indústrias de considerável porte. O melhor aproveitamento econômico desses empreendimentos garantiu rapidamente a obtenção do nascente poder municipal, que se consolidou em torno das demandas industriais. Foi possível observar, também, o paralelismo da formação do operariado de São Bernardo em termos similares com os observados em São Paulo, evidenciado pelas más condições de trabalho em grandes obras públicas.

O segundo padrão de produção do espaço que se desenvolveu no período estava mais atrelado às regiões distantes das linhas férreas, com destaque para o distrito de São Bernardo, até então sede do município. A maior distância de tais regiões com as demais partes do Sistema São Paulo-Caminho do Mar-Santos permitiu o desenvolvimento de atividades produtivas com características próprias do sítio, com a proliferação de pequenas e médias fábricas de mobiliários que se aproveitaram da grande cobertura de Mata Atlântica que a região ainda tinha para a obtenção de sua matéria prima. Essa forma de produção foi marcada por certa fragilidade em suas iniciativas, pelo uso do emprego familiar e de relativa ascensão dos operários, que muitas vezes criaram seus próprios negócios após dominarem a técnica de produção, dada a pequena proporção das fábricas e dos investimentos.

Notei, assim, uma diferença significativa das formas de inserção dos trabalhadores no trabalho fabril dessa região com aqueles inseridos nas dinâmicas dos bairros-estação, já mais inseridos na lógica típica de exploração do recém-surgido operariado. Do ponto de vista político, foi possível observar a perda de centralidade do até então núcleo sede do município,

dada as menores proporções dos seus negócios em comparação aos da região das estações ferroviárias.

Os dois padrões destinavam a grande maioria de seus produtos para a capital por meio da linha ferroviária, reforçando a subordinação da cidade à São Paulo, processo de longa duração que marcou a produção de espaço de São Bernardo. Isso porque a capital, em franco processo de urbanização, demandava maiores insumos de suas áreas tributárias e, no caso do município de São Bernardo, São Paulo impulsionou o crescimento de sua área urbana por meio do desenvolvimento de atividades industriais.

Com o desenvolver da capital a partir do grande sucesso do empreendimento cafeeiro sustentado pelo Sistema São Paulo-Caminho do Mar-Santos, o processo de valorização predominante situacional de São Bernardo ganhava novos capítulos. Em 1925 a cidade recebia a construção dos reservatórios de água para servir a usina hidrelétrica de Cubatão, projeto de geração de energia feito para suprir a ascensão da demanda energética na urbanizada cidade de São Paulo. Para São Bernardo, as características situacionais favoreceram o implante de tal iniciativa, que, todavia, não trouxe benefícios claros para a sua população, tendo em vista que levou ao alagamento de grande parte da região sul da cidade, inviabilizando considerável porção de suas terras agrícolas e de suas dinâmicas em uma rede hidrográfica que a conectava com São Paulo.

Durante o período estudado, a inserção de São Bernardo dentro da rede de demandas do Sistema São Paulo-Caminho do Mar-Santos passa por uma nova e significativa requalificação após as mudanças nas estruturas política e econômica do país a partir de 1930. Com a centralidade obtida pela atividade industrial dentro de um mercado nacional em formação, a produção do espaço em São Bernardo agora será marcada pelos impulsos da grande indústria automobilística. O setor beneficiava-se com a articulação dos benefícios de uma ampla política industrial do Governo Federal, o pujante mercado consumidor paulista e as condições favoráveis para a sua instalação no município, ainda com grandes quantidades de terras rurais e agora conectado pela mais moderna auto-estrada do país, a Rodovia Anchieta, que tinha parte do seu trecho realizando um corte leste-oeste no município. A inserção de São Bernardo do Campo no centro da dinâmica econômica nacional era assim beneficiada pela sua condição pretérita de semi-periferia dentro do Sistema São Paulo-Caminho do Mar-Santos, que proporcionava espaços em boas condições para a expansão industrial.

Nesse sentido, foi possível observar a partir da análise das fontes, o desenvolvimento de um processo contraditório gerado por essa nova rodada de valorização situacional do espaço de São Bernardo do Campo, com a produção concomitante de unidades de produção que representavam a face mais moderna e dinâmica da produção industrial nacional em conjunto com a produção de espaços com graves desajustes urbanos (VILLAÇA, 1964), diferença que se mostrava de difícil solução para a recém-criada municipalidade, principalmente pelo ritmo e escala em que essa nova valorização se deu. A valorização situacional do espaço parecia assim sempre atuar no sentido da produção de um espaço com substantivas discrepâncias e desequilíbrios na relação das infraestruturas instaladas com os meios e as dinâmicas da realidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pude concluir com esse exercício de pesquisa que o rápido desenvolvimento de São Bernardo no intervalo de cerca de 80 anos de uma região de núcleos coloniais agrícolas para a instalação de um polo automobilístico se pautou por sua forte relação com o sucesso da economia que dinamizava tal sistema e de seu polo central, a capital São Paulo, que comandou um sistema regional de grande sucesso de agroexportação entre o final do século XIX até por volta de 1930 e, sob os ditames de uma produção de base industrial, passou a liderar o processo de formação de um considerável mercado nacional no país a partir de tal período.

A interpretação do processo de produção do espaço de São Bernardo através de sua inserção dentro do que chamamos de um sistema situacional mostrou-se proveitosa para captar as constantes determinações que tal espaço recebeu, desde a sua função como caminho entre os núcleos do sistema, passando pela instalação de grandes infraestruturas para sustentação do crescimento do principal polo do sistema e até o prolongamento das atividades industriais de São Paulo. Esse padrão de valorização do espaço se mostrou como gerador de instabilidades na estruturação do espaço da cidade, tendo em vista a constante desconsideração de suas dinâmicas locais e a imposição de elementos que provocam substantivas transformações em suas lógicas, sem o necessário proveito interno de seus benefícios.

Dentro deste contexto, São Bernardo, dentro das relações de suas características físicas, das dinâmicas próprias do seu espaço com tais impulsos, se desenvolveu enquanto centro urbano de grande importância para a economia paulista e nacional, apresentando, todavia, um percurso marcado pela inconstância e por uma série de discontinuidades, características que refletiam o caráter situacional do processo de produção de seu espaço. A perspectiva geo-histórica proporcionou assim, a partir da análise pela dimensão espacial, entender de que forma e com quais características São Bernardo ao final do período analisado se inseriu dentro das dinâmicas centrais da economia capitalista brasileira.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Newton Ataliba Madsen. **Origem e os fatores que tiveram influência para o processo do desenvolvimento industrial em S.B.C.** São Bernardo do Campo: Secretaria de Planejamento e Economia do Município de São Bernardo do Campo, 1960.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. **Civilização material, economia de capitalismo: séculos XV-XVIII: o tempo do mundo, v.III.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CALDEIRA, Joao Netto. **Álbum de São Bernardo.** São Paulo: Organização Cruzeiro do Sul; Bentivegna e Netto, 1937.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do Espaço Urbano: o caso de Cotia. 1986.** 438 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

JACOBINE, Jorge Henrique Scopel. **Início da indústria moveleira em São Bernardo: cronologia estatística (1895-2009).** São Bernardo do Campo: Centro de Memória da Secretaria de Cultura e Juventude de São Bernardo do Campo, 2013.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana.** Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

MONBEIG, Pierre. O Estudo Geográfico das Cidades. In: **Revista Cidades**, 1(2). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/481>. Acesso em: 11 mar. 2024.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena história crítica.** 20. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e Outros Estudos**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

_____. **História e Desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da Evolução Urbana do Brasil: 1500/1720**. São Paulo: Edusp, 1968.

RIBEIRO, Guilherme. A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geohistória e a longa duração. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 22, n. 2. [S.l.]: FapUNIFESP (SciELO), 2015, p. 605-611. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702015000200008>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Fernand Braudel e as Ciências Humanas**. 1.ed. Londrina:Eduel, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Espaço e Método**. 5ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. **Relatório da Agricultura**. 1898. São Paulo: Arquivo Público do Estado de SP. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/bibliografico_periodico/relatorios_agricultura. Acesso em: 11 mar. 2024.

_____. **Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração. 1898. Ofícios endereçados pelo Encarregado do Núcleo Colonial de São Bernardo ao Inspetor de Terras, Colonização e Imigração**: Ofício nº 6, de 4 de janeiro de 1898; Ofício n. 7 de 4 de janeiro de 1898; Ofício n. 9 de 5 de janeiro de 1898; Ofício n. 33, de 12 de julho de 1900; Ofício n. 37 de 12 de julho de 1900. Disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma Situação Geográfica: Do método à metodologia. In: **Território**, v. 6, n. 6. Rio de Janeiro: 1999, p. 21-28.

SMITH, Roberto. **Propriedade da Terra e Transição: Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

SOUZA, Claudia Virginia Cabral de. **Planejamento Reformista-Progressista, Instrumentos Urbanísticos e (Re)Produção do Espaço em Tempos de Neoliberalização: uma exploração a partir do caso de São Bernardo do Campo (São Paulo)**. 2018. 230 f. Tese (Doutorado) – Curso de Planejamento e Gestão de Território, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2018.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. **Políticas Públicas em São Bernardo do Campo no pós- guerra: 1945-1964**. 2002. 248 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Do litoral ao planalto: a conquista da serra do mar**. In: Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. [S.l.]: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i8p150-167>.

VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. O estabelecimento das plantas montadoras de veículos no Brasil e na China: o GEIA e os Planos Quinquenais. Temporalidades. In: **Revista de História**, v. 8, n. 2. Belo Horizonte: mai. 2016, p. 12; 82-104.

VILLAÇA, Flávio. **A implantação urbana de São Bernardo do Campo**, v.1. São Paulo: 1964.

URBANIZAÇÃO DE MACAÉ (RJ): DE ENTREPOSTO COMERCIAL À BALNEÁRIO TURÍSTICO

Júlia Venancio Lima¹

RESUMO

Neste trabalho, temos como objetivo analisar os fundamentos do processo de urbanização de Macaé, desde o surgimento da função portuária-comercial, em meados do século XIX até o início do desenvolvimento da função turística, na segunda década do século XX. Nossa pesquisa busca combinar as metodologias de periodização de Milton Santos e a observação das continuidades e descontinuidades, conforme proposto por Henri Lefebvre. Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico e de notícias jornalísticas. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, observamos diversas transformações no núcleo de Macaé atreladas à economia açucareira. As inovações produtivas desse setor culminaram na construção de um canal e de uma ferrovia que conectavam Macaé ao principal produtor regional. Influenciada pela implementação de serviços tipicamente urbanos, há uma mudança de função exercida pela cidade, que antes era somente de entreposto comercial e passa a ser turística.

Palavras-chave: Macaé (RJ), Urbanização, Gênese.

ABSTRACT

In this article, our objective is to analyze the foundations of the urbanization process in Macaé, from the emergence of the port-commercial function in the mid-19th century to the beginning of the development of the tourist function in the second decade of the 20th century. Our research aims to combine the periodization methodologies of Milton Santos with the observation of continuities and discontinuities, as proposed by Henri Lefebvre. To this end, we conducted a literature review and gathered journalistic news. Throughout the 18th and 19th centuries, we observed several transformations in the core of Macaé linked to the sugar economy. Productive innovations in this sector culminated in the construction of a canal and a railway that connected Macaé to the main regional producer. Influenced by the implementation of typically urban services, there was a change in the function that the city performed, transitioning from merely being a commercial hub to becoming a tourist destination.

Keywords: Macaé (RJ); Urbanization; Genesis.

INTRODUÇÃO

“O presente se desenrolou e o futuro se construiu a partir de uma sólida base material e espiritual herdada de outros tempos. Em outras palavras, o passado

¹ Bolsista da CAPES, Mestranda em Geografia do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: juliavenancio.2111@gmail.com.

acompanhou *pari passu* o processo de desenvolvimento da sociedade; ele sempre fez parte do presente e da ideia de futuro” (ABREU, 1998, p. 8-9).

A relação tempo e espaço é um tema constante na Geografia, trabalhado por inúmeros geógrafos de distintas correntes de pensamento. A epígrafe deste trabalho pode ser relacionada com a dialética das continuidades e descontinuidades observadas ao longo do processo de urbanização. Lefebvre ([1968] 2023) expõe que não existem descontinuidades absolutas, mas sim descontinuidades relativas, e isto porque não se apagam todas as marcas de um processo quando se institui um novo. Sendo assim, sempre teremos continuidades dentro das descontinuidades, na mesma medida em que teremos descontinuidades dentro das continuidades.

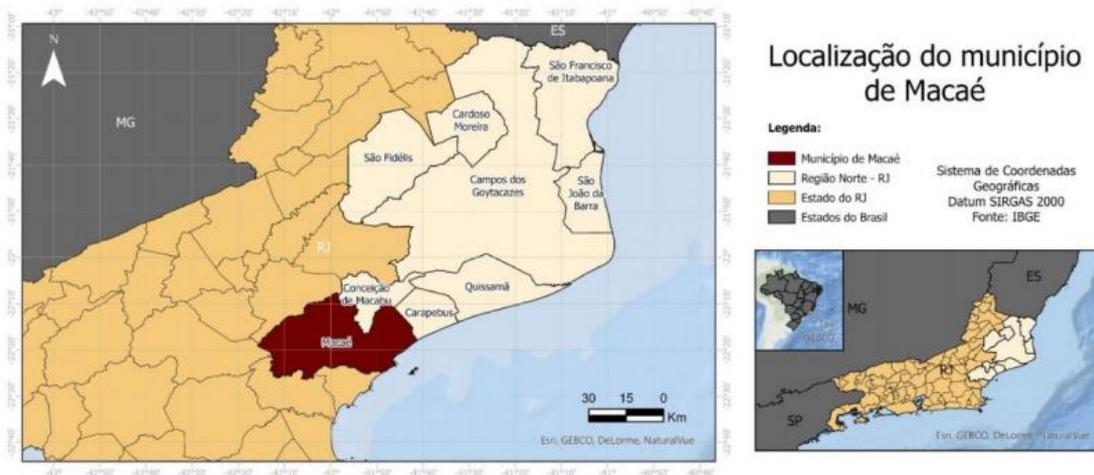
Ao propor a metodologia da periodização para dividir o tempo em períodos, Milton Santos (2008) apreende também essa noção. Ele traz que os “períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas” (SANTOS, 2008, p.34). Ou seja, podemos definir os períodos a partir das continuidades de estruturas. Em mesma medida, temos o início de um novo período a partir de um ponto de inflexão, ou ruptura, que representa uma descontinuidade. Utilizar essa metodologia nos permite reconhecer um processo histórico mais geral.

Compreender o processo de urbanização, tal qual Lefebvre (2002) propõe, é também recuperar a história do urbano e também a história das cidades para que, como aponta Maurício de Abreu (1998), possamos “contextualizar os processos sociais no tempo e no espaço” (p.19). Podemos fazer uma junção das duas ao recuperar “a história daquela determinada cidade [...]. Ela é a síntese de como aquelas duas histórias se empiricizaram, como materialidade e como ação humana” (ABREU, 1998, p. 19, grifo do autor). A partir disso, o objeto da nossa pesquisa se concentra na história de uma determinada cidade, na história da cidade de Macaé.

Macaé é um município litorâneo do norte do estado do Rio de Janeiro (Figura 1), com uma população de 246.391 habitantes (IBGE, 2023). Seu desenvolvimento esteve durante séculos atrelado ao escoamento da produção açucareira do Norte fluminense. Ao longo do século XX, torna-se um importante balneário turístico, atraindo população de cidades vizinhas e do estado de Minas Gerais. A partir da década de 1970, passou a desenvolver em seu território atividades relacionadas à exploração de petróleo, com a instalação de uma base operacional da Petrobras para

extração dessa *commodity* na Baía de Campos.

Figura 1: Localização de Macaé (RJ)



Fonte: IBGE, 2023. Elaboração própria.

Seguindo a proposta de Santos (2008), para os objetivos desse trabalho também dividimos a história em períodos. Para essa exposição, escolhemos trazer aquela que se refere ao fundamento histórico-dialético do nosso objeto. Sendo assim, nosso objetivo é analisar os fundamentos do processo de urbanização de Macaé, desde o surgimento da função portuária- comercial, em meados do século XIX até o início do desenvolvimento da função turística, na segunda década do século XX. Para tal, cabe contextualizarmos primeiramente o que estamos adotando como fundamento histórico-dialético. Como traz Matheus Bartholomeu (2021):

Primeiramente, fundamento diz respeito àquilo que funda algo, servindo-lhe de sustentação para o que se construirá a seguir. [...] Em segundo lugar, o fundamento também se refere àquilo que determina a existência de algo, sem o qual este algo seria radicalmente diferente. [...] Esses dois significados se imbricam e se articulam e devem ser considerados em termos histórico-dialéticos (BARTHOLOMEU, 2021, p. 65- 66).

Para esse trabalho, utilizamos a metodologia de análise da forma, função e estrutura, organizada por Lefebvre ([1968] 2023), para compreender as transformações espaciais de Macaé que fundamentaram o processo de urbanização na cidade. Essa metodologia se pauta na teoria crítica marxista. Sendo assim, escolhemos por utilizar essas três noções fundamentais de maneira indissociável, colocando-as em pé de igualdade.

Para garantir uma maior compreensão sobre a construção deste trabalho, faz-se

necessário que detalhemos os procedimentos de investigação realizados para obtenção dos nossos resultados. Começamos com um levantamento bibliográfico em repositórios acadêmicos digitais, recorreremos também ao auxílio dos materiais bibliográfico disponíveis no acervo municipal de Macaé. Como o estudo se concentra em acontecimentos históricos, realizamos um levantamento de matérias jornalísticas para compreensão de como tais fatos foram retratados pela mídia. Esse levantamento aconteceu em etapas, à medida que as questões iam surgindo na pesquisa. Utilizamos o acervo de jornais digitalizados da Biblioteca Nacional Digital.

Este trabalho está dividido em três seções. Na primeira, justificaremos a escolha do nosso marco inicial com o surgimento da função portuária-comercial, em meados do século XIX, bem como também apresentaremos a forma e estrutura que conformavam a dinâmica local na época. Na segunda seção, abordaremos as inovações produtivas na economia açucareira, e, na terceira, como o aumento da produção decorrente dessas inovações influenciou na transformação da forma, função e estrutura da cidade, apresentando indícios do processo de urbanização.

O SURGIMENTO DA FUNÇÃO PORTUÁRIA-COMERCIAL

A ocupação portuguesa do território que hoje corresponde ao município de Macaé começou junto à colonização do Brasil, como forma de evitar o contrabando de pau-brasil. Segundo Alberto Lamego (1958) a Coroa Portuguesa realizava expedições contra piratas ingleses e franceses e contra a população nativa, formada por indígenas dos povos tamoio e goitacás. A exploração do território foi facilitada pela navegabilidade do Rio Macaé e pelos portos naturais que proporcionavam abrigo para as embarcações na Enseada da Concha e na Enseada de Imbetiba.

Maria Franco ([201?]) nos apresenta que os conflitos entre portugueses e indígenas dificultavam a administração das terras da região e, por consequência, qualquer desenvolvimento territorial almejado pelos colonizadores lusitanos. A autora ainda aponta que os padres da Companhia de Jesus solicitaram, em 1630, posse dessa terra, a fim de tentar acabar com os conflitos e tornar a terra produtiva, atendendo os anseios da colonização. Os jesuítas foram os responsáveis pela criação dos dois primeiros engenhos, que originaram os núcleos de povoamento colonial na área: a Fazenda de Santana e a

Fazenda de Imboassica (KNAUSS, 2001).

Sheila Faria (1998 apud FRANCO [20--]) aponta que a partir do século XVIII, há uma mudança na lógica produtiva, na atual Região Norte Fluminense, associada à substituição da cultura de alimentos e da pecuária, que abasteciam o mercado interno, para canaviais para exportação de cana-de-açúcar. A autora ainda aponta que houve um crescimento no número de engenhos a partir do referido século, associados à transferência da capital para o Rio de Janeiro, o que proporcionou um maior dinamismo ao interior da província de mesmo nome, e, adicionalmente, à própria decadência da produtividade do açúcar no Recôncavo da Guanabara.

Segundo publicação do IBGE (1958, p. 229), “embora aí [em Macaé] se tivessem instalado um certo número de engenhos, essa zona nunca chegou a reproduzir o progresso ocorrido na baixada campista”. Entretanto, Macaé se destacava por se situar a meio caminho entre o principal produtor regional, Campos dos Goytacazes, e a capital, Rio de Janeiro. Não somente isso, mas “Macaé possuía condições melhores para o desenvolvimento portuário, pois, na baía de Imbetiba se encontra o melhor ancoradouro de todo o litoral fluminense ao norte de Cabo Frio” (IBGE, 1958, p. 229-230). Dessa maneira, passou-se a desenvolver, de maneira incipiente, a função portuária, por meio do escoamento da produção campista através do porto de Macaé e de Imbetiba, sendo o primeiro mais próximo à foz do Rio Macaé e o segundo na enseada costeira de mesmo nome. Então, Macaé servia de entreposto comercial no transporte desse produto.

Em meados do século XVIII, quando os jesuítas foram expulsos do país e suas terras, redistribuídas, surgiram novos espaços de produção e, com eles, novos núcleos de povoamento (KNAUSS, 2001). Segundo João Sayd (2015), o aumento da produção de cana-de-açúcar na região ao longo das décadas seguintes intensificou o fluxo de pessoas e mercadorias no porto. Dessa forma, “o povoado às margens do estuário cresceu em importância” (SAYD, 2015, p. 8).

Apesar da projeção que se dava, Macaé não possuía nenhuma autonomia administrativa, sendo totalmente subordinada a Cabo Frio. Em 1813, todavia, já houve a elevação ao título de vila. Paulo Knauss (2011), conta que esse processo procedeu de maneira incomum em relação às práticas da época, já que “Macaé se tornou vila antes de se tornar freguesia” (p. 86). Lamego (1958) aponta que essa promoção estava relacionada a um apelo da população local por mais autonomia. Sendo assim, ele expõe:

Para dissipar as inconveniências e vexames, que sofriam os seus moradores, por falta de pronta administração da justiça [...]; eles pediram ao Príncipe Regente a graça de erigir a vila de Macaé, criando-lhe justiça e ofícios, para o que se ofereciam a construir por próprias custas: pelourinho; casas da Câmara, de audiência e da cadeia; bem como tudo o mais que necessário fosse. (LAMEGO, 1958, p.66).

Com a elevação, a vila passou a carregar no nome, então, uma homenagem ao monarca, chamando-se Vila de São João de Macaé. No litoral, conservaram-se a atividade comercial, relacionada à exportação canavieira, e o transporte de pessoas, enquanto no seu interior havia a atividade canavieira. Para que a vila fosse elevada a cidade foi necessária uma série de “melhoramentos”, sendo um deles um “projeto que definisse os limites territoriais e traçado das ruas” (MACAÉ, 2010).

De acordo com Knauss (2001), em 1837, um engenheiro foi contratado para desenvolver um projeto urbanístico que traçasse os limites territoriais de Macaé e definisse um plano de arruamento, para que a vila pudesse ser elevada à condição política de cidade. No ano seguinte, o projeto foi aprovado e a partir da Lei Provincial n. 364, de 15 de abril de 1846, a vila foi elevada a cidade, passando a se chamar apenas Macaé (MACAÉ, 2010). O plano de arruamento correspondeu também “aos anseios dos moradores da vila de verem Macaé urbanizada” (MACAÉ, 2010, p.9). Sobre o projeto, Knauss (2001) explica:

três grandes ruas paralelas que acompanhavam o sentido da foz do rio, junto ao mar, e que cortavam a área urbana de modo longitudinal. Estas três vias — a rua da Praia, junto à foz do rio; a rua principal chamada de Direita; e a rua Formosa, que se dirigia ao interior — eram cortadas por ruas transversais, formando as ligações do mar ou do rio com o interior. O projeto se completava ainda com a criação de duas praças colocadas nos extremos da área urbanizada: a praça da Alegria, junto à foz do rio; e a praça da Matriz (KNAUSS, 2001, p. 30).

Para este trabalho, consideramos de extrema importância a execução do plano urbanístico e a elevação da vila à condição de cidade. Percebemos em ambos uma preocupação em começar a delimitar esse espaço que começa a se diferenciar do espaço tipicamente agrícola da região. O plano urbanístico foi proposto para estabelecer os limites dentro dos quais aquele núcleo se constituía, com ruas asfaltadas e praças. O marco político-administrativo acontece em decorrência do anseio da população local por ainda maior autonomia administrativa, dada a relevância que Macaé adquirira pelas atividades econômicas desenvolvidas.

Temos, portanto uma mudança de forma que acompanhou a mudança de função: o início da concentração demográfica mais próximo ao litoral, em função do despontamento da atividade portuária e de entreposto comercial de escoamento de cana-de-açúcar. O que começamos a observar é a estruturação de uma organização na cidade para atender as demandas regionais. O plano urbanístico e a elevação à condição de cidade demonstram o início de um desejo de diferenciar o espaço que estava se constituindo, a cidade, do seu entorno, rural. Aqui, inaugurou-se um processo de transformações que seguiram essa mesma lógica ao longo do século XIX e início do século XX.

AS INOVAÇÕES PRODUTIVAS NA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE

Como vimos, o início do plantio da cana, o beneficiamento do açúcar nos engenhos e a comercialização desse produto dinamizaram a economia regional. Apesar de Macaé não possuir grandes engenhos, a cidade exercia uma importante função no escoamento da produção de outras localidades na atual Região Norte Fluminense.

Durante o século XIX, a economia açucareira fluminense ganhou ainda mais destaque em relação aos períodos anteriores, devido ao aumento da produção a partir da modernização do processo de beneficiamento do açúcar. Como comentamos, Macaé exercia a função entreposto comercial e não possuía uma produtividade representativa comparada a Campos dos Goytacazes. Porém, a função que exercia era diretamente afetada pela produção de cana-de-açúcar das demais localidades. Sendo assim, faz-se necessário que compreendamos como se deu esse processo de modernização e suas repercussões no território macaense.

Segundo, Paulo Paranhos (2006, p.4), o auge da produção açucareira de Campos dos Goytacazes aconteceu durante o século XIX, “com a introdução de novas técnicas no fabrico do açúcar, além da entrada vultosa de capitais para o aprimoramento dos primitivos engenhos que se transformavam em engenhos centrais e em usinas”. Em 1823, foi noticiado o primeiro engenho a vapor da região. Lamego (1945) comenta sobre as consequências da introdução do maquinário a vapor que fez com que os engenhos a vapor substituíssem os antigos engenhos mecânicos:

o pequeno senhor de engenho vai tornar-se impotente. Toda a sua floresta de chaminés vai ser aos poucos derrubada. Toda essa multidão de ‘cozinhas de cozinhar açúcar’ já eleva, entretanto, a sua produção a cerca de 10.000.000 de

quilos. [sic] [...] É quase visível que, sem a máquina, tais latifúndios acabariam partilhados entre novos senhores de engenhocas. Tão grandes são as possibilidades do açúcar, que ninguém recua (LAMEGO, 1945, p. 132).

Como bem expressa o autor, as possibilidades do açúcar eram muito lucrativas, fazendo com que esse mercado se tornasse cada vez mais competitivo, o que fez com que aqueles que não acompanhavam tais transformações acabassem não conseguindo mais competir com os novos engenhos à vapor. Lamego (1945) aponta que, entre os anos de 1827 e 1881, houve uma notória transição dos métodos produtivos: enquanto cresceu o número de engenhos à vapor, caiu o número de engenhos de tração mecânica e engenhocas. Essa incipiente atividade fabril fez com que a produtividade se elevasse, duplicando de 1852 a 1877 (LAMEGO, 1945).

Segundo João Oscar (1985), os lucros provenientes do aumento da produtividade fizeram com que os senhores de engenho vislumbrassem ainda mais a modernização dessa atividade fabril. Com isso, eles passaram a investir “na remodelação de seus engenhos mecanizados e na compra de novos maquinários, visando o estabelecimento de grandes conglomerados empresariais” (OSCAR, 1985, p. 182). Dentro desse contexto, surgiram os engenhos centrais e as usinas de açúcar, no fim do século XIX.

Os engenhos centrais eram fábricas de moagem dentro da própria propriedade produtora de cana. Eles surgiram a partir de subsídios do Governo Imperial aos proprietários da lavoura canavieira. Dentre as regras para o recebimento do subsídio, salientadas por Oscar (1985), chamamos atenção para dois pontos: o primeiro consiste na obrigação do proprietário em moer cana-de-açúcar de terceiros; e o segundo, na proibição do uso de mão-de-obra escravizada no processo. De acordo com Lamego (1945), em Quissamã, distrito de Macaé naquele período, foi fundado o primeiro engenho central do Brasil, em 1877. As usinas, por sua vez, eram fruto, exclusivamente, de investimentos da iniciativa privada. Sendo assim, elas também ocupavam o mesmo espaço da produção, mas, diferente dos engenhos centrais, os proprietários possuíam autonomia para escolher se queriam moer cana de terceiros.

Para este trabalho, este período específico é importante tanto pelas inovações produtivas quanto pelo contínuo aumento da produção. A substituição dos antigos engenhos pelas usinas e engenhos centrais fez com que o setor açucareiro se tornasse sucroalcooleiro, produzindo outros subprodutos do açúcar, como o álcool. Essa

mudança foi marcada por um aumento significativo de maquinário na produção.

Com o aumento da produção surgiu a necessidade de que o escoamento fosse mais eficiente. Na seção seguinte, veremos como o aumento da produção provocado pela introdução de maquinário fez com que se iniciasse um novo momento de transformações nos modais de transporte para atender a nova demanda, gerando novos fluxos de mercadorias e pessoas.

AS REPERCUSSÕES DOS INVESTIMENTOS DO CAPITAL AÇUCAREIRO EM MACAÉ

Como comentamos, o município de Campos dos Goytacazes era o principal produtor de açúcar da região. Oscar (1985) apresenta que os incrementos na produção não foram os únicos a acontecer no século XIX: parte do lucro obtido com a modernização da produção foi utilizada para melhorar o escoamento dessa produção. Segundo Maria Lucia Penha (2012), a Coroa Portuguesa tinha planos de fazer obras de “melhoramentos” em todo território provincial, buscando uma maior conexão interna entre as demais localidades com a capital. Nesse sentido, foi projetada uma das maiores obras hidráulicas daquele século: “um caminho interno que ligasse o território campista a Macaé” (PENHA, 2012, p. 15), o Canal Campos-Macaé.

As obras começaram em 1845 e demoraram 30 anos para ficarem prontas. Penha (2012) atribui essa morosidade à complexidade das obras e aos emaranhados políticos. Mesmo com toda a expectativa com a inauguração do canal, sua inauguração foi polêmica, porque “deu-se às vésperas também da inauguração, ocorrida em 1875, da Estrada de Ferro de Macaé a Campos” (PENHA, 2012, p. 20).

O argumento para a instalação de uma linha férrea entre os municípios era o mesmo para a construção do canal. Assim, “concretizou-se o projeto de comunicação portuária do norte fluminense com o Rio de Janeiro na década de 1870 através da estrada de ferro e da navegação feita pela mesma companhia” (PENHA, 2012, p. 201). O canal, apesar de ter sido um projeto grandioso, acabou não tendo seu uso efetivado, devido à insuficiência da navegação por causa dos problemas de drenagem (PENHA, 2012).

Por outro lado, os investimentos na ferrovia acabaram gerando melhorias no Porto de Imbetiba. A Companhia da Estrada de Ferro Macaé e Campos foi responsável por uma série de reformas no porto, além de instalar no terreno oficinas, destinadas à

“construção de carros e vagos, reparos e montagens de locomotivas, fundição, etc.” (BORGES, 2000, p.37), e armazéns de apoio à ferrovia.

As melhorias no porto foram um impulso econômico na cidade. Segundo Lamego (1946, p. 294), a demanda era tamanha que “em 1880, a Companhia que o explorava com o comércio de Campos dispunha de 5 vapores em tráfego regular entre Imbetiba e o Rio [de Janeiro]. Possuía em sua estrada de ferro 7 locomotivas, 80 vagões cobertos e 42 abertos, 12 vagões de lastro, 14 de passageiros e 3 de carga”. O porto também passou a ser o quinto mais importante do Brasil, de acordo com o IBGE (1958).

Penha (2012) associa o incremento nos investimentos em modais de transporte a um aquecimento da economia macaense, com aumento no número de casas de comércio e prestação de serviços e unidades fabris nas proximidades do porto e do terminal da ferrovia. A autora ressalta ainda que “vale observar também ao longo de uma década o surgimento de novos ramos de negócios e de categorias classificatórias da renda, demarcando a diferença entre ‘capitalistas’ e ‘negociantes’” (PENHA, 2012, p. 203).

Oscar (1985) também se debruça sobre a nova disposição de serviços:

Como consequência direta de toda essa ebulição, seriam expandidas as atividades comerciais, portuárias e manufatureiras, criar-se-iam escolas, hospitais e bancos modestos, dar-se-iam melhores oportunidades de trabalho para artesãos e trabalhadores independentes (alfaiates, terreiros, carpinteiros, marinheiros, etc.), cresceria a máquina burocrática com o aumento do contingente de funcionários públicos, e se iriam estabelecer na planície, vindos de outras regiões do País e até do Exterior, atraídos pelo Eldorado do açúcar, médicos, advogados, dentistas e profissionais liberais diversos. (OSCAR, 1985, p. 123-124).

Observando os registros de Knaus (2011) e Galvinho (2019), conseguimos perceber que houve um crescimento no número de serviços tipicamente urbanos relevantes que foram implementados a partir da última década do século XIX e nos anos iniciais do século seguinte. À medida que esses serviços tipicamente urbanos foram se tornando cada vez mais comuns em Macaé, compreendemos que isso também aponta para uma lógica urbana que se torna cada vez mais presente. Dessa forma, este seria um indício de que o processo de urbanização já estava em curso, ainda que de maneira incipiente. Ademais, Knauss (2011) ainda pontua que:

nas primeiras décadas do século XX, apareceram, ainda, pequenas unidades fabris tais como as fábricas de móveis, de caixas de papelão, de vassouras, de fósforo bem como panificações, torrefações, ou ainda as unidades de beneficiamento de sal e arroz (KNAUSS, 2011, p. 53).

Outro serviço importante que surgiu foi o de hotelaria. Existem imprecisões quanto à data correta da inauguração do primeiro hotel da cidade, o Hotel Imbetiba. Índícios apontam que ocorreu antes dos anos 1880 e que tinha como público-alvo os passageiros da ferrovia e do porto, como podemos observar no fragmento de uma propaganda do Hotel Imbetiba no jornal Monitor Campista no ano de 1878:

o proprietário deste estabelecimento, colocado a poucos passos do lugar do embarque, e, já bem conhecido de pessoas que viajam de Campos para a côrte e vice-versa, tem a honra de fazer ciente ao respeitável público campista, que se acha habilitado a receber e hospedar as pessoas que costumam ir à Imbetiba esperar seus amigos procedentes da côrte, assim como as pessoas que desejarem tomar banhos de mar, acharão nesse hotel bom tratamento e máxima comodidade; o mar a 10 passos da casa, magnificas praias e fácil condução para ir a campos. (FERRO, 1878, p.4).

A partir de uma análise do fragmento, conseguimos perceber que havia uma tentativa na propaganda de atrair hóspedes não somente associados à atividade portuária, mas também com o apelo à praia. Esse movimento está relacionado à valorização dos espaços costeiros para uso recreativo. Desse modo, passa-se a se estabelecer, na virada do século, uma nova atividade econômica tipicamente urbana: o turismo. Entendemos que o estabelecimento dessa nova atividade tem associação direta com a nova disposição e infraestrutura que a cidade passou a oferecer. Inclusive, o Hotel Imbetiba passou por uma série de reformas, em 1905, com o objetivo de melhor atender seus hóspedes, além de ter mudado de nome, no mesmo ano, passando a se chamar Hotel Balneário (O Lynce, 1905).

O novo nome atribuído ao antigo Hotel Imbetiba é bastante elucidativo, porque marca também a mudança da função da Praia de Imbetiba. Quando ela deixou de ser usada exclusivamente como porto e passou a ser utilizada para o lazer e banho de mar, o hotel também teve seu público alterado. Com a atividade portuária, o hotel recebia passageiros para pernoite. Com a nova atividade de veraneio, o público passou a se hospedar para usufruir da praia. Neste contexto, o nome deixa de estar conectado somente ao nome da praia, para representar o hotel localizado naquele balneário, ou seja, naquele espaço de lazer ao mar.

Se a ligação ferroviária de Macaé a Campos foi um dos motivos para a quase inutilização do canal, que passara 30 anos para ser finalizado, a expansão dos caminhos ferroviários até Niterói, em 1889, “de súbito aniquilou o porto de Imbetiba” (LAMEGO, 1946, p. 294). Por essa razão, Ramires (1991, p. 126) coloca que houve “uma perda de

importância de Macaé” porque “a função comercial e portuária [...] é [foi] praticamente extinta”. Como consequência disso, o autor complementa, dizendo que o município passou por um período de estagnação econômica.

Entretanto, neste trabalho, optamos por trazer a perspectiva de relativa estagnação em comparação ao fim do século XIX, visto que, concomitantemente a essa “perda de importância”, ou perda da função de entreposto comercial, o turismo passou a se caracterizar como uma importante atividade econômica na cidade. As praias de Macaé fizeram com que a cidade ficasse conhecido na região como Princesinha do Atlântico².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação dos jesuítas, no século XVII, mesmo que sem autonomia política, representou importante momento para o controle do território de invasões de nativos e estrangeiros, bem como estabelecer os primeiros agrupamentos dos colonizadores. Então, nosso marco inicial da pesquisa representa, por si só, um ponto de inflexão, à medida que a definição dos limites territoriais com o plano de arruamento e a elevação à condição de cidade, em 1846, indicam o início do processo de diferenciação entre a cidade e o campo, marcando o início da estruturação urbana. Neste período, a cidade tinha função portuária e de entreposto comercial, sua forma era concentrada no entorno do Porto de Imbetiba.

Ao longo do século XIX, tivemos também a modernização do setor açucareiro, primeiro com a substituição dos engenhos mecânicos pelos engenhos a vapor, que depois se transformaram em engenhos centrais e usinas, fazendo com que o setor se tornasse sucroalcooleiro, produzindo outros subprodutos do açúcar, como o álcool. O aumento da produção influenciado pelas inovações produtivas fez com que houvesse a necessidade de um escoamento mais eficiente. Dessa forma, houve investimentos na instalação da ferrovia, que conectava o principal produtor, Campos dos Goytacazes, e o ponto de escoamento, Macaé, e também a construção do Porto de Imbetiba, com objetivo de transportar a produção até o Rio de Janeiro. Houve, então, a construção do

² Até o momento, nossos levantamentos não nos foram satisfatórios na compreensão da criação dessa alcunha. Compreender a relação desse apelido com a atividade turística é um de nossos objetivos da pesquisa que se encontra em andamento.

canal e da ferrovia, que conectava a região à capital do Império.

A introdução desses modais aumentou o fluxo de mercadorias e pessoas, fazendo com que o comércio local também se expandisse. Esse aumento de fluxos também fez surgir um novo serviço na cidade, o de hotelaria, para atender aos passageiros da ferrovia e do porto. Quase na virada do século, tivemos a unificação dos caminhos ferroviários de Campos a Niterói. Dessa maneira, o porto passou a ser quase inutilizado. Entretanto, parte de sua estrutura foi usada como oficinas e armazéns da Companhia da Estrada de Ferro Macaé e Campos, que operava a ferrovia. O serviço de hotelaria também ganhou destaque e a praia passou a ser utilizada como argumento para atração de veranistas, estes, principalmente, de Campos dos Goytacazes e de Minas Gerais. Com isso, percebemos a mudança da função que Macaé exercia, que, no início do século XIX, era apenas de entreposto comercial e, depois, passou a ter função turística. Passamos a observar, então, um momento de reestruturação local na cidade para atender às demandas regionais e à nova função introduzida.

Entre o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, temos a implementação de diversos serviços tipicamente urbanos, tais como a chegada da luz elétrica, pavimentação de ruas, rede de esgoto, inauguração de rede telefônica e surgimento de pequenas fábricas, que se constituíram enquanto aspectos que revelavam indícios do processo de urbanização. Ou seja, essas transformações representam os fundamentos histórico-dialéticos do processo de urbanização de Macaé. Mesmo não tendo ainda significativa atividade industrial na cidade, entendemos que os serviços mencionados já eram tipicamente urbanos, além de ter havido o início do desenvolvimento do turismo relacionado à principal praia da cidade, uma atividade essencialmente urbana.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v.4, 1998.

BARTHOLOMEU, M. **O conceito de eixo enquanto espacialidade social: compreendendo seus sentidos e sua historicidade**. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2021.

BORGES, A. **História da Economia de Macaé**. Macaé: Damadá Artes Gráficas e

Editora, 2000.

FERRO, J. A. Hotel de Imbetiba. **Monitor Campista**. Campos dos Goytacazes, ano 41, n. 13. 10 jan. 1878. Anúncios, p. 4.

FRANCO, M. C. **A antiga Macaé**. Macaé: Prefeitura de Macaé, [20--].

GAVINHO, V. Macaé: a memória da História - dos primórdios até 1960. In: GARCIA, M.; CARVALHO, M. (orgs.). **Macaé Memórias Recentes**. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2019. p. 20-29

HOTEL Balneário. **O Lynce**. Macaé, ano 11, n. 532. 18 nov. 1905.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1958

KNAUSS, P. **Macaé: História e Memória**. Macaé: Prefeitura de Macaé, Fundação Macaé de Cultura, 2001.

LAMEGO, A. R. **O homem e o brejo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1945. LAMEGO, A. R. **O homem e a restinga**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

LAMEGO, A. R. Macaé à luz de documentos inéditos. In: IBGE. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1958. p. 1-152.

LEFEBVRE, H. Forma, função e estrutura em O Capital. Tradução Kamir Gemal. **GEOUERJ**: Rio de Janeiro, n. 42, 2023.

MACAÉ. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Prefeitura de Macaé. Macaé, p. 133. 2010.

OSCAR, J. **Escravidão e engenhos**: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

PARANHOS. P. O açúcar no Norte Fluminense. **Revista Histórica**, São Paulo, v.2, n.8, 2006.

PENHA, A. L. **Nas águas do canal**: política e poder na construção do canal Campos – Macaé (1835 – 1875). Tese (Doutorado em História Econômica e Social) Programa de Pós-Graduação em História, UFF. Niterói, 2012.

RAMIRES, J. C. As grandes corporações e a dinâmica socioespacial: a ação da Petrobrás em Macaé”. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.53, n.4, p. 115 - 151, out./dez. 1991.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo**: Globalização e meio técnico científico-informacional. São Paulo: Edusp. 2008

VI ENHG



IV ENGH

VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

IV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

TRAVESSIAS, INTERCÂMBIOS E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

15 a 18 de Outubro de 2024

Reitoria do IFBA | Salvador - BA

ISBN: 978-65-01-30418-2

SAYD, J.; BRITTON, A. L. Estuário do Rio Macaé: o papel das obras hidráulicas na configuração do espaço urbano. *In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, 14, 2016, São Carlos. **Anais** [...]. São Carlos: [s.n.]. 2016. p. 319-332.

O JORNAL RETRATA UM EMBATE: A FAVELA DA BARREIRA DO VASCO COMO UMA BARREIRA AO VASCO DA GAMA?

Rafael Freitas Bezerra¹

RESUMO

Entendendo o jornal como objeto de pesquisa, o presente trabalho busca identificar como os jornais cariocas retrataram a tentativa de remoção de parte da favela da Barreira do Vasco no início dos anos 1970, assinalando o Club de Regatas Vasco da Gama como um ator importante e traçando relações com o contexto político-social da época. Por meio de pesquisa documental na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional por reportagens no *Jornal do Brasil* e *O Jornal* entre os anos de 1970 e 1973, de estudos sobre o jornal como fonte e objeto, além de levantamento bibliográfico sobre as favelas, identificou-se um *script* próprio para a reprodução das notícias envolvendo o tema, privilegiando determinadas seções dos jornais e discursos que eram consonantes com as linhas ideológicas dominantes da época.

Palavras-chave: Cidade do Rio De Janeiro, Club de Regatas Vasco da Gama, Jornais Cariocas, Remoção de Favela, Script.

ABSTRACT

Entendiendo el periódico como objeto de investigación, este trabajo busca identificar cómo los periódicos de Río retrataron el intento de desalojar parte de la favela Barreira do Vasco a principios de la década de 1970, identificando el Club de Regatas Vasco da Gama como un agente importante y relacionándolo con el contexto político-social. A través de investigaciones documentales en la hemeroteca digital de la Biblioteca Nacional de artículos en el *Jornal do Brasil* y *O Jornal* entre los años de 1970 y 1973, estudios teóricos sobre el periódico como fuente y objeto, además de investigaciones bibliográficas sobre las favelas, se identificó un *script* específico para la reproducción de noticias sobre el tema, privilegiando determinadas secciones de los periódicos y discursos que estaban en línea con las líneas ideológicas dominantes de la época.

Keywords: ciudad de Rio de Janeiro, Club de Regatas Vasco da Gama, periódicos de Río, eliminación de barrios marginales, Script.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, uma manhã de domingo característica de um suburbano carioca ou morador da Baixada Fluminense possuía um aspecto muito similar: acordar cedo, ir à padaria mais próxima comprar pão para o café da manhã em

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: freitasrafaelbez@gmail.com. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

família e comprar o jornal para saber os últimos acontecimentos da cidade, do Brasil e do mundo. Várias eram as seções do jornal, como economia, esporte, cultura, televisão, que eram divididas pelos membros da família de acordo com suas preferências. O que vai acontecer na novela na próxima semana? Será que meu jogador favorito irá jogar na partida de logo mais?

O jornal, com essa forte presença no cotidiano, traz em suas páginas representações contextualizadas da realidade e também uma forma de difundir ideologias e simbolismos (ALVES; GUARNIERI, 2007). Entender o jornal como um meio de construção e propagação de discursos que incorpora pensamento e prática é crucial para a presente pesquisa, que busca tratar o jornal não como mera fonte, mas sim como um objeto de pesquisa que possui intencionalidades e interesses próprios.

Sendo assim, é preciso se atentar para a estrutura, formatação e distribuição do conteúdo dos jornais, como o *Jornal do Brasil* e *O Jornal*, bem como as relações políticas e ideológicas e o contexto nos quais estão inseridos, além do espaço ocupado pela notícia na página, onde a intencionalidade dos atores sociais responsáveis pela publicação se torna evidente (ALVES; GUARNIERI, 2007). A partir disso, o texto busca reconhecer o lugar da imprensa na conformação dos discursos e ideologias, identificando a natureza das formatações utilizadas pelos jornais para a reprodução de matérias sobre remoção de parte da favela Barreira do Vasco entre 1970 e 1973, e sua consonância com os discursos operantes na sociedade sobre as favelas.

A presente pesquisa foi realizada por meio de uma análise documental, seguida de uma busca na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional com o termo “favela Barreira do Vasco”, sendo reunidas 144 notícias entre 1930 e 1980. Nesse recorte, foi possível observar um forte conflito envolvendo a remoção ou não de residências entre 1970 e 1973, que implicava o Club de Regatas Vasco da Gama e a Barreira do Vasco, importante favela para a geografia histórica da cidade. Para melhor entendimento desse embate, buscou-se, a partir de metodologias visuais, como a análise de discurso e análise de conteúdo (ROSE, 2001), discutir a organização e as expressões contidas nas páginas do *Jornal do Brasil* e *O Jornal*, veículos com importantes números de tiragens no Rio de Janeiro.

Com base nesses procedimentos, foi possível observar que os jornais abordaram as notícias em seções específicas, o que possibilitou a identificação de um determinado

script (DALBY, 1996) posto em prática. Considerando o contexto político e social da época, a leitura do posicionamento ideológico dos jornais auxiliou na interpretação das motivações para tais matérias, tendo em vista aspectos relativos à formatação do jornal, como a posição, tamanho e localização das matérias tanto nas páginas quanto nas seções dos impressos.

Como sugere Novaes (2020), o jornal como objeto de pesquisa é uma rica possibilidade para o enriquecimento dos estudos da geografia histórica e da geografia, de maneira geral, possibilitando a abordagem em torno de novas narrativas e contextos, além de promover um diálogo entre geógrafos históricos e investigadores do campo da comunicação, e também historiadores. Para além desse ponto, a análise da problemática da moradia e das remoções na Barreira do Vasco a partir dos jornais cariocas é uma proposição de pesquisa que se soma aos estudos sobre favelas na cidade do Rio de Janeiro.

JORNAL: MAIS QUE UMA FONTE, UM OBJETO

A visão acadêmica da imprensa como objeto de pesquisa evoluiu consideravelmente ao longo do tempo. Sua utilização como fonte de pesquisas é tão comum nos dias atuais que muitas vezes não se discute o percurso histórico e metodológico de jornais e periódicos nos trabalhos realizados. No cenário brasileiro, por exemplo, os primeiros trabalhos que utilizaram a imprensa como fonte são oriundos do início da década de 1960, como aponta Krilow (2019). Esse recente emprego das metodologias é resultante da concepção de historiadores que enxergavam apenas nos documentos oficiais a possibilidade de uma investigação histórica científica, à procura de uma certeza objetiva (CALONGA, 2012).

A discussão sobre o que foi considerado fonte histórica e toda a mudança em torno desse pensamento é questão central no artigo de 2007 de Fábio Alves e Ivanor Guarnieri, que discute a utilização da imprensa escrita na história. Apontando a influência do positivismo na limitação das fontes como documentos oficiais, os autores abordam toda a trajetória que culmina na década de 1970, onde ocorre o início, mesmo tímido, da utilização da imprensa escrita como fonte historiográfica. Enquanto Calonga (2012) e Alves e Guarnieri (2007) abordam o percurso da imprensa como fonte, Krilow (2019) aponta que a análise recorrente das primeiras pesquisas históricas simplificava a

compreensão do papel social dos impressos.

Mas o que faz da imprensa um objeto de pesquisa? O que tem de especial nesse veículo de comunicação que nos faz levantar hipóteses e discussões em torno do que é abordado nas folhas de jornais? Ao questionar os jornais e suas abordagens sobre a favela da Barreira do Vasco, pensamos sobre qual ou quais discursos eram transmitidos, quais intencionalidades estavam sendo mobilizadas em cada página, manchete ou imagem utilizada. Foi a partir de tais inquietações que o jornal passou da condição de “apenas” uma fonte para se tornar um objeto de pesquisa. No presente trabalho, a ideia é entender como a Barreira do Vasco é representada pela imprensa carioca, e particularmente, como foi retratado o conflito entre o clube e a favela.

Assim, o jornal passa a ser compreendido como um agente importante na produção da própria história. Nesse sentido, Zicman (1985) diferencia uma “História da Imprensa”, que busca reconstruir o percurso histórico dos órgãos, identificando características em determinado período histórico, de uma “História através da Imprensa”. Essa, para o autor, engloba os estudos que possuem a Imprensa como a fonte primária para o desenvolvimento dos trabalhos. A potência em utilizar órgãos da imprensa não só como fonte, mas também como objeto de pesquisa, é reforçada por Renée Zicman quando ele nos diz que a imprensa “sempre age no campo político-ideológico e, portanto, toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de imprensa consultados” (ZICMAN, 1985, p. 90).

A partir dessa colocação e refletindo sobre como os órgãos de imprensa se apresentam como um grande produtor e reproduzidor de discursos, entende-se que os jornais são caracterizados a partir do contexto em que estão inseridos, seguindo suas linhas editoriais e reproduzindo tendências presentes no âmbito social. Seguindo essa ideia, no presente estudo os jornais serão objetos de investigação, entendidos como fonte que “recupera” o fato histórico (ZICMAN, 1985) e também como um agente carregado de intencionalidade.

Discutindo uma aproximação entre os jornais e a geografia histórica, Novaes (2020) aponta como esse veículo impresso já foi muito utilizado pelos geógrafos para compreensão de eventos e processos passados. Sob esse ponto de vista, podemos refletir que o jornal como fonte já se tornou um recurso recorrente nas investigações na

geografia, sendo resultante de um processo iniciado na história e que perpassou as ciências sociais de maneira significativa.

Importantes exemplos de análises que partem da premissa de que a mídia impressa possui intencionalidades na sua comunicação com o público são os trabalhos de Lamego (2022) e Dalby (1996). Lamego (2022) analisa o tratamento dado pela imprensa brasileira ao XVIII Congresso Internacional de Geografia realizado no Rio de Janeiro em 1956, enquanto Dalby (1996) se volta para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, também realizada no Rio de Janeiro e que ficou conhecida por Eco-92 ou Rio 92. O evento como notícia se torna para os autores o grande chamariz de seus trabalhos, nos quais se entende a análise da imprensa e seu lugar de inserção a partir de uma abordagem que faz da imprensa fonte e objeto de pesquisa ao mesmo tempo (ALVES; GUARNIERI, 2007).

Marcados por possuírem interesses distintos entre si, os jornais cariocas possuíam linhas editoriais que poderiam ser contrárias ao governo ou favoráveis, sendo necessária uma análise do contexto para tal interpretação. Essa linha de raciocínio sobre a imprensa permite uma reflexão em torno do tratamento dado pelos jornais cariocas às favelas do Rio de Janeiro, em especial à favela da Barreira do Vasco, localizada na zona norte da cidade.

BARREIRA DO VASCO, SINGULARIDADES E REMOÇÃO: UMA QUESTÃO ESPORTIVA?

Oriunda do final da década de 1930 (SAGMACS, 1960), a Barreira do Vasco, vizinha do estádio de São Januário, é uma favela relevante na geografia histórica do Rio de Janeiro, sendo a primeira a possuir instalações da Fundação Leão XIII, órgão criado em 1947, que atuou em diversas favelas da cidade durante o século XX, fruto de uma interlocução entre a Igreja Católica e o Estado (ROBAINA, 2013). A partir do surgimento da Fundação e todo o contexto das favelas do Rio, lidas como um enclave rural no espaço urbano, buscou-se entre as décadas de 1940 e 1970 a remodelação dessas áreas, principalmente no âmbito das moradias, visando um ideário de desenvolvimento econômico (ALMEIDA, 2016).

O surgimento da Fundação é ligado ao contexto das favelas no Rio de Janeiro durante o século XX. As favelas passam por um crescimento espacial e demográfico na

década de 1920 e somente na década de 1940 são encaradas pelo poder público como uma nova geopolítica urbana, se instaurando de fato na cidade (ABREU, 1994). Marcadas pela invisibilidade de seus problemas existentes pelo Estado e pela estigmatização pela sociedade, que reforçava a violência simbólica dessas localidades, as favelas foram importantes espaços na constituição de uma política interna que vivenciava a efervescência de diversos movimentos progressistas, como os Comitês Democráticos Populares, ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Robaina, 2013).

No contexto do golpe militar em 1964, a intenção de eliminar as favelas da paisagem ganhou um ímpeto jamais visto (BRUM, 2013), ao ponto do *Jornal do Brasil* apresentar em suas páginas um editorial em 1966 afirmando que “a extinção das favelas justifica a paralisação de todos os programas de embelezamento urbanístico da cidade”² estando tudo condenado, não havendo nada para se urbanizar. Cabe frisar que o *Jornal do Brasil* possuía atributos conservadores e defendia a iniciativa privada, apoiando o regime militar, alegando a necessidade de um Executivo forte, que exercesse autoridade (FERREIRA; MONTALVÃO, s.d.).

Enquanto o discurso de remoção das favelas estava em efervescência na política e nos jornais, a Barreira do Vasco ainda apresentava suas mazelas e começou a ser vista como um entrave para o clube Vasco da Gama a partir do mandato do seu presidente Agathyrno da Silva Gomes (1969-1979). Agathyrno assumiu a presidência em 1969, com São Januário sendo menos utilizado após a inauguração do Maracanã em 1950. O presidente possuía o desejo de transformar o estádio vascaíno no segundo equipamento esportivo mais utilizado da cidade, pensando em promover um soerguimento patrimonial e um equilíbrio das finanças do clube (Grandes clubes brasileiros, 1971).

Em 5 de janeiro de 1971, Agathyrno convocou uma coletiva de imprensa e apontou a necessidade de urbanização da favela e a demanda pela ligação da rua General Almério de Moura, onde era localizada a principal entrada do estádio de São Januário, até a Avenida Brasil, importante via da cidade, visando a melhor circulação dos torcedores³. Mas como a ampliação de uma rua faz com que a favela vizinha se apresentasse como um problema para o clube? Pelo fato de que entre a Almério de

² “Vitrine da miséria”. *Jornal do Brasil*, 15 de janeiro de 1966.

³ “P. Amaral assume no Vasco e faz primeira reunião”. *Jornal do Brasil*, 6 de janeiro de 1971.

Moura e a Avenida Brasil existia a favela. A Barreira agora também era uma barreira. Essa coletiva foi noticiada pelo *Jornal do Brasil*, *O Jornal* e o *Tribuna da Imprensa* no dia seguinte, e em todos os veículos observa-se uma tendência que se repetiu nos meses e anos posteriores: a Barreira do Vasco passa a estampar as seções esportivas dos jornais cariocas.

Essa tendência pode ser observada no levantamento realizado. Identificando data, jornal, título da matéria, autoria, seção, a presença ou não de imagens e a própria localização e extensão da matéria nas páginas dos jornais, foi possível observar que desde a primeira vez que o assunto é apresentado ao público, em dezembro de 1970, até a resolução da controvérsia envolvendo clube e favela, em janeiro de 1973, a Barreira do Vasco aparece em 22 ocorrências, sendo 11 relacionadas ao projeto de ampliação da rua Almério de Moura e à remoção de algumas casas da favela. Dessas 11 ocorrências, 8 estão inseridas nas seções esportivas dos jornais. Uma ocorrência está na seção de cidade do *Jornal do Brasil*, e duas na seção Rio/Grande Rio do *O Jornal*.

O Jornal, *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa*, *Correio da Manhã* e *Jornal dos Sports* discutiram em suas páginas a remoção dos moradores da Barreira do Vasco para a passagem da rua Almério de Moura. Todavia, para a presente exposição foram selecionados para a análise somente as matérias veiculadas em *O Jornal* e *Jornal do Brasil*, ambos de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro foi o único que apresentou o desenrolar do caso em 1972 e 1973, na seção esportiva, enquanto o segundo apresentou uma tendência distinta ao abordar a remoção fora da seção esportiva em uma oportunidade, apresentando o posicionamento dos moradores, mesmo que de maneira bem tímida.

É importante ressaltar, como dito, que a matéria que explora o caso fora da seção esportiva realça a temática futebolística para debater o caso. O *Jornal do Brasil*, em 29 de abril de 1971, na sua seção “Cidade”, inicia a discussão da remoção da favela relacionando uma possível perda de torcedores por parte do Vasco da Gama caso as obras realmente acontecessem. Ressaltando a grande presença de torcedores e funcionários do clube como moradores da favela, o jornal, em uma das raras exceções dentro da abordagem sobre a questão, traz a fala de um morador que, por sua vez, diz enfaticamente que “não é possível destruir tanta casa só pra passar uma rua”.⁵ Porém, também é válido destacar como essa exceção foi apresentada. Em duas colunas, no

canto inferior da página e sem apresentar nenhuma imagem, a reportagem evidencia, através do seu posicionamento, que a discussão em torno da visão do morador da favela não era necessariamente a grande prioridade da linha editorial do *Jornal do Brasil*.

Toda a discussão em torno da remoção ou não da favela nesse início da década de 1970, as motivações e os discursos presentes podem e devem ser mais explorados futuramente. O que se deseja focar neste texto é a singularidade dessa favela, muito imbricada ao clube de futebol, que faz com que um assunto de tamanha relevância, como a remoção, seja trabalhado somente pelo viés esportivo, reafirmando uma tendência ideológica apresentada sobre as remoções. Uma discussão mais pensada no futuro dos moradores não é em nenhum momento vista como uma questão.

Em 1972 e 1973, apenas *O Jornal*⁴ abordou em suas páginas o desenrolar da questão envolvendo a ligação entre o clube e a avenida Brasil. Em 27 de outubro de 1971, era noticiado que as obras de urbanização da Barreira e a ligação entre a rua Almério de Moura e a Avenida Brasil (cortando a favela) já estavam dentro do orçamento do governo estadual para 1972⁵. Quase um ano depois, em 22 de setembro de 1972, *O Jornal* aborda com naturalidade a extinção da favela, onde mais uma vez, enunciado na seção esportiva, o assunto é totalmente acrítico em relação ao futuro dos moradores da Barreira, afirmando que a favela iria desaparecer e a recuperação patrimonial, uma das principais preocupações de Agathyrno, estava sendo cumprida⁶.

Embora o plano viário que ligava o clube à principal via da cidade estivesse aceito e naturalizado pelos principais periódicos, as obras não aconteceram conforme o previsto inicialmente. O imbróglgio teve seu desfecho após uma reunião entre representantes do clube e o governo do Estado, sendo acertado o alargamento da rua General Almério de Moura e o prolongamento da rua São Januário até a rua Ricardo Marinho, como retrata *O Jornal* em 8 de janeiro de 1973. Além dessas medidas, o Vasco da Gama doaria para o Estado parte de um terreno para a realização do empreendimento pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Com tal medida, a Almério de Moura seria prolongada até a Avenida Brasil pelo viaduto Ataulfo Alves, contornando a

⁴ Fundado em 1919, *O Jornal*, assim como o *Jornal do Brasil*, também apoiou o golpe militar de 1964, porém foi extinto em 1974 por conta de grave crise financeira (LEAL, s.d.).

⁵ “Barreira do Vasco”. *O Jornal*, 27 de outubro de 1971.

⁶ “São Januário. Redenção velha e nova do Vasco”. *O Jornal*, 22 de setembro de 1972.

favela, sem a necessidade de remoção de nenhuma família da Barreira do Vasco⁷.

Esse novo percurso contornando a favela está até hoje em uso. Pelos jornais, porém, não sabemos as reais motivações que fizeram o Vasco da Gama e a Secretária de Obras, juntamente do DER, desistirem do projeto inicial e buscarem uma alternativa. A cessão vascaína de parte de seu terreno para a realização da obra evidencia uma busca imediata pela resolução do problema viário, mas que pode ser investigada para melhor análise sobre a relação entre a favela e o clube.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto procurei evidenciar como, a partir de um estudo de caso sobre a favela Barreira do Vasco, a imprensa escrita atuou como um importante veículo de difusão do ideário de desenvolvimento habitacional constituído em meados do século XX, reforçando o discurso pró-remoção que ganhou força após o golpe militar. Por meio de uma estrutura recorrente no *Jornal do Brasil* e no *O Jornal*, foi visto que a seção esportiva foi, na maioria das vezes, o espaço utilizado para tratar o tema.

O clube Vasco da Gama, por sua vez, apareceu nas páginas jornalísticas como um dos principais atores interessados na remoção de parte da favela, todavia, o recuo por parte do clube sobre a proposta de remoção da favela revela o silenciamento que os jornais fizeram em relação a seus moradores, uma vez que nenhum espaço é destinado para expor possíveis resistências. Muito provavelmente, o clube encontrou resistência por parte dos moradores da favela, entretanto, não interessava aos jornais tratar o conflito que poderia ter ocorrido entre Vasco e Barreira. Essa postura por parte dos jornais é um evidente indício de como os periódicos de grande circulação funcionavam como um meio de difusão dos pensamentos dos grupos dominantes da sociedade.

Pensando no futuro da vigente pesquisa, é preciso retornar ao passado, analisar nos jornais e também em outras fontes as motivações que explicam o recuo do clube face à remoção. Outro ponto que aparenta ser rico para discussões é a diferença da postura da imprensa em relação à Barreira do Vasco quando comparamos a demanda por remoção no início dos anos 1970 com a interdição do estádio de São Januário, em

⁷ “Secretaria projeta alargar São Januário”. O Jornal. 5 de janeiro de 1973.

2023⁸, que afetou diretamente o cotidiano da favela. O que mudou na sociedade brasileira nesses 50 anos? O que se alterou nos jornais? Como a mudança técnica auxilia na avaliação sobre a postura dos jornais com tais fatos? Como a internet afeta o posicionamento da imprensa em tais circunstâncias? Essas perguntas podem ser norteadoras para uma investigação rica, evidenciando a importância de entender o jornal como um objeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debates**. v.37, p.34-46, 1994.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves. **Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção de um espaço**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 510, 2016.

ALVES, Fábio; GUARNIERI, Ivanor. A utilização da imprensa escrita para a escrita da História: diálogos contemporâneos. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 1, n. 2, 2007.

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. **O Social em Questão**, nº 29, 2013.

CALONGA, Maurilio. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? **Encontro Centro- Oeste de História da Mídia**, v. 1, 2012.

DALBY, Simon. Reading Rio, writing the world: the New York Times and the 'Earth Summit'. **Political Geography**, v. 15, n. 6-7, p. 593-613, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. MONTALVÃO, Sérgio. (s.d.) Verbete Jornal do Brasil. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>>. Acesso em: 06 jul. 2024.

Grandes clubes brasileiros: Vasco. Rio de Janeiro: Rio Gráfica e Editora, n. 1, 1971.

⁸ Em junho de 2023, após confronto entre torcedores do Vasco da Gama e a Polícia Militar, o estádio de São Januário foi interditado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, sendo a segurança a principal alegação para o ato. Na decisão, o juiz Marcelo Rubioli afirmou que o estádio é cercado por favelas e que era comum ouvir estampidos de armas de fogo. A associação da falta de segurança com a presença da favela nos arredores foi duramente criticada por órgãos da imprensa, da sociedade civil, pela organização de moradores da Barreira do Vasco e pelo próprio Vasco da Gama.

KRILOW, Letícia. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. **Oficina do Historiador**, v. 12, n. 1, p. e33745-e33745, 2019.

LAMEGO, Mariana. Between camaraderie and rivalry: geopolitics at the eighteenth International Geographical Congress, Rio de Janeiro, 1956. *In*: LEGG, Stephen et al. (Ed.). **Placing internationalism: International conferences and the making of the modern world**. Bloomsbury Publishing, p. 118-134. 2022.

LEAL, Carlos Eduardo. (s.d.) Verbete O Jornal. *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-o>>. Acesso em: 09 jul. 2024.

NOVAES, André Reyes. Newspaper print media. *In*: DOMOSH, Mona, HEFFERNAN, Michael and WITHERS, Charles (Ed.). **The Sage Handbook of Historical Geography**. vol. 1, p. 867-887. 2020.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. Assistência social ou controle sócio-espacial: uma análise das espacialidades políticas da Fundação Leão XIII sobre as favelas cariocas (1947-1962). **Espacialidades**: Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da UFRN. V. 6, n. 5, p. 176-196, 2013.

ROSE, Gillian. **Visual Methodologies**: An Introduction to the Interpretation of Visual Materials. London: Sage publications, 2001.

SAGMACS. **Aspectos humanos da favela carioca**: estudo sócio-econômico. São Paulo, O Estado de São Paulo, 1960.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados de história**, v. 4, 1985.

FRAGMENTOS DE UM DISCURSO URBANO: LIMITES DO PÚBLICO E DO PRIVADO EM COPACABANA (RIO DE JANEIRO, RJ)

Paulo Cesar da Costa Gomes¹
 Rafael Augusto Andrade Gomes²
 Bernardo José Alvarez de Castro³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a convivência de formas urbanas derivadas de períodos e projetos urbanísticos distintos que compõem uma paisagem urbana atual. Tal convivência só é possível devido às adaptações morfológicas e funcionais que sincronizam objetos espaciais pretéritos ao tempo presente. O bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, exprime a complexa articulação de diferentes ondas de urbanização. A produção da interface público-privado materializada nos programas das edificações, que se distinguem a cada onda, é o tema de interesse aqui. Para isso, foi necessário delimitar períodos e caracterizá-los conforme a morfologia predominante e suas repercussões na referida interface. Nessa análise, quatro atributos são contemplados: desenho das fachadas, formas de acesso às edificações, portarias e alinhamentos. Foram identificados três grandes períodos que se apresentam em composições variadas. O primeiro deles compreende as primeiras quatro décadas do século XX e corresponde ao estilo *Art Déco*; o segundo, entre os anos 1950 e 1970, tem um compromisso com a linguagem modernista; e, finalmente, o último se estende até os dias atuais e não obedece às diretrizes estritas de um estilo. Por fim, conclui-se que houve a constituição de intervenções para a recomposição morfológica, contemplando as demandas da atualidade no desenho da interface público-privado.

Palavras-chave: Geografia Histórica; Paisagem Urbana; Rio De Janeiro; Copacabana; Morfologia

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the coexistence of urban forms derived from distinct periods and urban projects that make up a current urban landscape. Such coexistence is only possible due to morphological and functional adaptations that synchronize past spatial objects with the present. The Copacabana neighborhood in Rio de Janeiro expresses the complex articulation of different waves of urbanization. The production of the public-private interface materialized in the building programs, which are distinct in each wave, is the topic of interest here. To this end, it was necessary to

¹ Professor Titular no Departamento de Geografia da UFRJ e Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ (PPGG-UFRJ). Contato: pccgomes@gmail.com.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPPG-URFJ). Contato: rafagogesgeo@gmail.com

³ Mestre em Geografia. Doutorando em Gestão e Organização do Território no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG-UFRJ). Contato: bernardo.castro.96@hotmail.com

delimit periods and characterize them according to the predominant morphology and its repercussions on the aforementioned interface. In this analysis, four attributes are considered: facade design, forms of access to buildings, entrances and alignments. Three major periods were identified that present themselves in varied compositions. The first of them encompasses the first four decades of the 20th century and corresponds to the Art Deco style; the second, between the 1950s and 1970s, is committed to the modernist language; and, finally, the latter extends to the present day and does not follow the strict guidelines of a style. Finally, it is concluded that there was the constitution of interventions for morphological recomposition, contemplating the demands of the present day in the design of the public-private interface.

Keywords: Historical Geography; Urban Landscape; Rio De Janeiro; Copacabana; Morphology

A EXPRESSÃO FÍSICA DOS COMPONENTES DO DISCURSO URBANO

O fenômeno urbano se manifesta a partir de lógicas, ritmos e formas muito diversas no decurso da história⁴. A cidade — a síntese morfológica do fenômeno urbano —, portanto, corresponde a uma associação locacional de “variáveis novas e antigas” (SANTOS, 2004, p. 256); ela é um compósito, um sistema constituído por elementos de gerações distintas que funcionam sincronicamente em um dado momento. Segundo Santos (2004, p. 256), há, em cada fração do espaço, uma ação combinada de sistemas históricos, uma “transcrição espacial dos sistemas temporais”. Nessa *gramática espacial*, em que esses sistemas se sobrepõem, há a supressão ou modificação de formas e funções já existentes, readaptadas aos imperativos dos novos tempos. A metáfora do palimpsesto é um recurso eloquente para compreender a criação de novos significados, novas escritas, sobre um mesmo substrato: “o palimpsesto formado pela paisagem é a acumulação de tempos passados, mortos para a ação, cujo movimento é dado pelo tempo vivo atual” (SANTOS, 1979, p. 42).

Uma cidade é, pois, o resultado da complexa combinação de fragmentos físico-funcionais herdados e adaptados às lógicas contemporâneas, que se somam a outros fragmentos inéditos gerados por elas. Esse agregado espacial dá forma e vida à cidade. Uma formulação sintética para esse processo foi dada por Santos (2004, p. 256), que

⁴ Este trabalho teve apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

dizia ser o espaço uma “acumulação desigual de tempos”. Resta, entretanto, o desafio de entender a coerência global que emerge de tal convivência. Por quais razões alguns fragmentos são preservados em detrimento de outros? Uma vez que esses fragmentos fazem parte de lógicas pretéritas e seu funcionamento atual se constitui como um jogo de proximidades e distâncias, de valorizações e abandonos, de continuidades e distinções — que modificações, morfológicas ou funcionais, são concebidas? Tal é o caso da interface público-privado, que é um fundamento do urbano, mas cuja expressão varia segundo as regras de tal jogo. Enfim, trata-se de se interrogar sobre os mecanismos implicados na formação das paisagens urbanas tal qual elas se apresentam, isto é, um discurso que organiza e comunica a imagem da cidade.

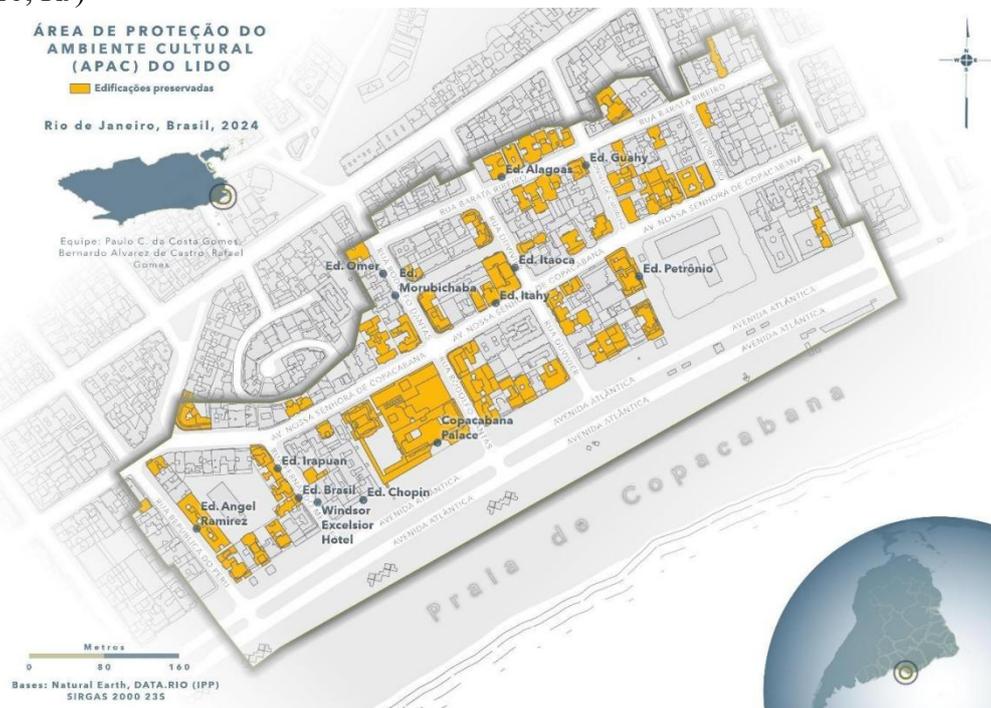
O objetivo deste trabalho consiste em compreender a coerência espacial que se origina da convivência de diferentes tempos no tecido urbano contemporâneo. Foi essa necessidade de conjugar tempos, aliás, que nos motivou a desenhar um esquema analítico baseado em uma das categorias fundamentais do estudo do espaço para Santos (2004, p. 218), a saber: a forma⁵. Especificamente, busca-se aqui entender as maneiras pelas quais os edifícios de diferentes idades e outros equipamentos urbanos, como praças e jardins; as concepções arquitetônicas e urbanísticas que presidiram sua construção; bem como as diferentes normas urbanísticas vigentes nos momentos da produção espacial; como tudo issocoexiste no tempo presente, criando arranjos espaciais inesperados e heterogêneos. Evidentemente, isso é demasiadamente geral e, por isso, foi necessário estabelecer um protocolo preciso para proceder à análise. A escolha recaiu sobre os aspectos materiais que sinalizam e delimitam a interface público-privado. Trata-se de um traço imprescindível de ser contemplado, qualquer seja o estilo ou programa urbanístico. É a fronteira entre dois domínios que define a vida urbana: a casa e a rua (FREYRE, 1936; DAMATTA, 1985). Essa fronteira é indicada das formas mais sutis às mais evidentes, e cabe a nós, por meio da análise, identificar suas nuances e performances. Fachadas, portarias, recuos, entradas e alinhamentos são, entre outras, situações espaciais onde esses sinais se apresentam mais evidentes.

A escolha do bairro de Copacabana como recorte se justifica por sua acelerada

⁵ Além da forma, as categorias função, processo e estrutura também constituem o sistema analítico proposto por Santos (2004). Aqui, no entanto, dada a exiguidade do formato deste trabalho, privilegiou-se a discussão de apenas uma delas: a forma.

urbanização no início do século XX. Tal processo se constituiu a partir de vagas de ocupação sucessivas, em uma reconfiguração constante do espaço. A parcela desse bairro conhecida como Lido é, sem dúvida, aquela que mais reúne elementos composicionais oriundos das suas ondas de ocupação (Figura 1). Tanto é assim que, com o Decreto n.º 11.448, de 07 de outubro de 1992, ela foi objeto de uma política de preservação patrimonial, e daí foram estabelecidas “as condições especiais de proteção ambiental e de ocupação do solo para a área conhecida como Lido, e adjacências, em Copacabana”. Ficou criada, então, uma Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) do Lido. Os procedimentos de nossa análise recaíram justificadamente sobre essa área.

Figura 1: Mapa da Área de Proteção do Ambiente Cultural do Lido, Copacabana (Rio de Janeiro, RJ)



Fonte: Elaboração dos autores.

LIMIARES DO PÚBLICO E DO PRIVADO

De imediato, baseado na observação das edificações preservadas da APAC do Lido, foram identificados três momentos geradores de fragmentos nas composições predominantes, cada um deles associado a formas específicas de contato entre o público e o privado. O primeiro corresponde a um programa urbanístico comprometido com unidades multifamiliares e de linguagem arquitetônica *Art Déco*. Esse momento se estendeu dos últimos anos da década de 1920 até o final dos anos 1940. As edificações

têm aproximadamente oito andares; ocupam toda a extensão do lote. O tipo de ornamentação é a sua principal marca distintiva. Os ornamentos são geométricos e traduzem um ritmo ordenado, que muitas vezes assume a forma de um escalonamento, visível em diferentes partes dos interiores (paredes, escadas, pisos) e, no exterior, no sequenciamento dos andares.

O *Art Déco* está presente em vários países e em muitos deles há repetição dos motivos. A inspiração náutica foi largamente difundida e fomentada pelo luxo das decorações dos grandes navios transatlânticos que marcavam as conexões internacionais da época. Escotilhas, proas, mastros, escadas e balaustradas são figuradas nas fachadas e no interior das edificações. Embora seja um estilo internacional, ele foi traduzido no Rio de Janeiro também com tintas locais. Ao lado do náutico, há o motivo marajoara (ROITER, 2010), este exclusivamente brasileiro (Figura 2). Ele é significativo, pois faz referência a uma cultura indígena do Brasil, sediada na Ilha de Marajó (Pará), na qual o desenho das cerâmicas revela uma sensibilidade geométrica reapropriada na decoração de alguns dos edifícios analisados. Isso também aparece na denominação dos edifícios: Itaoca, Itahy e Guahy, por exemplo. O urbano faz uma citação da cultura indígena de raiz local. Impossível não lembrar nisso tudo a trajetória da *muiraquitã* de Macunaíma, o herói (sem nenhum caráter) escrito por Mário de Andrade, aquele que é conhecido por sair da Ilha de Marapatá, da mata- virgem, seu berço, rumo à cidade de São Paulo em busca do talismã. Da ilha amazônica à cidade. O *Art Déco* marajoara seguiu o mesmo caminho.

Figura 2: Ornamentos *Art Déco*



Da esquerda para a direita: Edifício Itaoca (1928), Rua Duvivier nº 43; Edifício Itahy (1932),

Avenida Nossa Senhora de Copacabana nº 252; e Edifício Petrônio (1936), Rua Ronald de Carvalho nº 55. O escalonamento e os ornamentos remetem tanto à inspiração marajoara (1.A e 1.B), quanto ao domínio náutico (1.C). Notar a figuração do *muiraquitã* nas colunas do edifício Itaoca (1.A). Fonte: Acervo dos autores.

Ainda nas fachadas, há várias unidades que contêm varandas abertas para a rua. A maior parte, hoje em dia, está fechada e o edifício não guarda mais vestígios dessas antigas aberturas (Figura 3). A varanda, nesse sentido, era um elemento que indicava a porosidade entre os domínios público e privado, sobretudo tendo em vista que os andares inferiores eram próximos à rua e mesmo nos andares superiores havia a possibilidade de interação, nem que fosse apenas visual.

Há sempre, também, um ritmo na volumetria das fachadas, marcado por um corpo avançado num eixo central e, às vezes, eixos laterais. No corpo central, é comum a presença de uma marquise, projetada sobre o espaço público, um abrigo aos transeuntes. Cria-se, assim, uma situação espacial ambígua para quem aí se localiza — ainda no espaço público e, ao mesmo tempo, protegido sob um elemento construtivo que pertence à edificação⁶.

Figura 3: Fachadas *Art Déco*, com varandas fechadas



Da esquerda para a direita: Edifício Itaoca, Edifício Itahy e Edifício Brasil (1936), Rua Fernando Mendes nº 19. Fonte: Acervo dos autores.

As portas de entrada são adjacentes às calçadas e sem recuos, são de ferro, frequentemente enquadradas por portais de cerâmica. Elas também são ricamente decoradas por figuras, em geral, únicas, que atribuem identidade às edificações (Figura 4). Logo a seguir, estão os *halls* de entrada, costumeiramente marcados por desníveis horizontais e acessados por uma sequência de escadas que definem estágios na

⁶ Para uma compreensão do espaço público como uma categoria geográfica, ver, por exemplo, Gomes (2018).

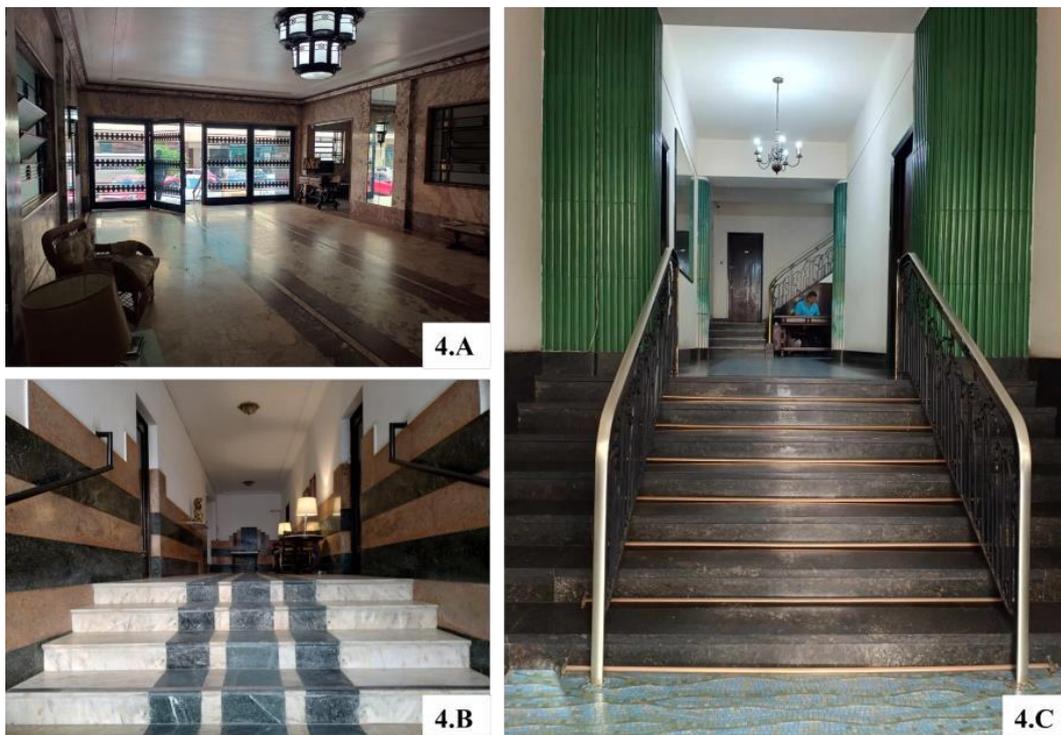
comunicação entre os espaços público e o privado, pois dão acesso às portarias propriamente ditas (Figura 5).

Figura 4: Portas de Entrada



Da esquerda para a direita: Edifício Irapuan (1942), Rua Fernando Mendes nº 31; Edifício Guahy (1932), Rua Ronald de Carvalho nº 181; e Edifício Itahy. Fonte: Acervo dos autores.

Figura 5: Os diferentes níveis de acesso ao interior do edifício e os grandes salões



Halls dos Edifícios Brasil (4.A); Alagoas (4.B) de 1933, na Rua Ministro Viveiros de Castro nº 122; e Itahy (4.C). Fonte: Acervo dos autores.

Nestas, a cabine do porteiro normalmente está situada na lateral, indicando que o primeiro acesso era originalmente franqueado e o controle dos transeuntes se efetuava no interior das edificações, pouco antes dos elevadores que dão acesso aos apartamentos

e traduzem a última etapa da interface públicoprivado. As portarias se apresentam como saguões semelhantes a salões nobres e, de fato, alguns deles eram utilizados para festas, recepções e outros eventos comuns. Elementos decorativos, tais como espelhos, lustres e mosaicos de mármore constituídos como passadeiras, sublinham a vocação desses ambientes à recepção dos visitantes. Essa sequência de desníveis e estágios de entrada ao prédio é uma indicação da espessura da fronteira entre o público e o privado prevista no programa arquitetônico *Art Déco*.

O segundo período, entre 1950 e 1960, é marcado pela adoção do estilo modernista como linguagem dominante na arquitetura brasileira. Dentro do perímetro da APAC do Lido, há, inclusive, dois exemplares bastante conhecidos: o Edifício Chopin (1954) e o Edifício Angel Ramirez (1957). Ambos possuem atributos típicos do modernismo. As fachadas são despojadas de adereços e varandas. Elas são retilíneas, uniformes. Os prédios, por sua vez, construídos na forma de monoblocos. As janelas são regulares e amplas, mas, frequentemente, têm persianas metálicas ou de madeira que obstruem a insolação e, ao mesmo tempo, restringem a visibilidade (Figura 6)

Figura 6: Edifício Chopin, fachada e pilotis laterais atualmente gradeados



5.A e 5B: Edifício Chopin (1954), Avenida Atlântica nº 1782. 5.C: Edifício Angel Ramirez (1957), Rua República do Peru nº 72. Os pilotis fornecem proteção e abrigo aos transeuntes. Fonte: 5.A e 5.C: Google Street View, Jul. 2021. 5B: Acervo dos autores.

O traço mais característico da arquitetura modernista é a área sob pilotis, um sistema de colunas, ou pilares, que sustenta a edificação em seu pavimento térreo. Situada no mesmo plano horizontal das calçadas, essa área mantém com elas uma continuidade aberta, traduzindo a ambiguidade dos limites do prédio e do espaço público — para mais detalhes da interface interno-externo em edifícios modernistas, ver Eskinazi (2023). No Angel Ramirez, o acesso a uma escola localizada nos fundos do edifício foi concebido para ser realizado através dos pilotis, diretamente da calçada. No caso do Chopin, a área sob pilotis era de acesso livre, ocupada por lojas intercaladas às entradas do prédio. Outro traço presente nessas edificações modernistas é o cobogó, elemento construtivo vazado em lugar de paredes cegas, justificado pelo interesse em obter maior luminosidade e ventilação, mas que também pode ser visto como um indicativo da porosidade entre os espaços interno e externo (ESKINAZI; COSTA, 2021).

As portarias são simples, funcionais e ao nível da rua. Não há preocupação em marcar demasiadamente essa fronteira. A passagem é direta. Quando o programa modernista foi aplicado aos edifícios de baixa renda, eles foram simplificados e resultaram em edificações constituídas por extensos blocos maciços de múltiplas unidades. Os pilotis podem, por exemplo, sustentar uma marquise, mas se enxertam ao corpo do prédio e abrigam, entre eles, pequenos estabelecimentos comerciais (Figura 7).

Figura 7: Edifício Chopin, fachada e pilotis laterais atualmente gradeados

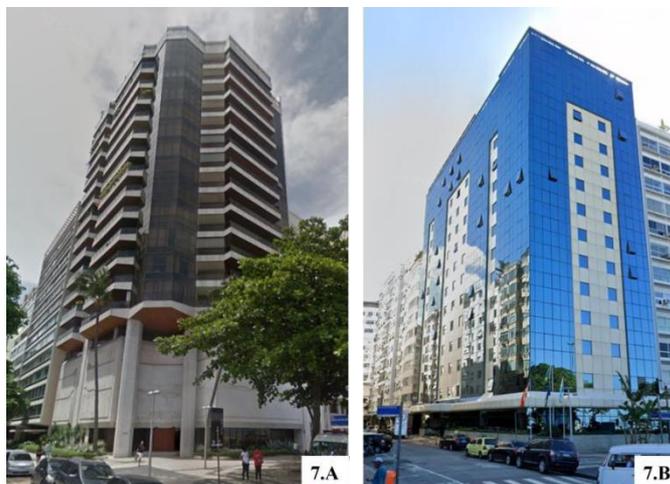


Edifícios Omer (1954) e Morubichaba (1955), Rua Rodolfo Dantas, 87 e 91. As marquises criam uma espécie de galeria que protege o transeunte e ao mesmo tempo delimitam morfologicamente os espaços comerciais e os espaços residenciais do edifício. Fonte: Google Street View, 2019.

O terceiro momento, iniciado a partir dos anos 1970, foi influenciado pela arquitetura modernista, embora o programa tenha sido reinterpretado. Copacabana já era um bairro dividido entre construções de alto padrão, situadas predominantemente na orla oceânica, e a produção de residências de médio e baixo padrão, instaladas no interior do bairro. Nesse período, os hotéis constituem um caso à parte, já que fogem ao padrão construtivo usual do bairro em pelo menos dois aspectos; no gabarito, pois têm mais de oito pavimentos; e no revestimento, pelo fato de serem constituídos comumente como grandes blocos espelhados. As janelas refletoras criam uma inviolabilidade dos interiores, seja para o olhar que não penetra o edifício, seja pela impossibilidade de abri-las. Os hotéis recentes contrastam com aqueles mais antigos, dos quais o Copacabana Palace é o representante mais afamado do bairro. Inaugurado em 1923, ele foi projetado pelo arquiteto francês Joseph Gire (1872–1933), com inspiração *Art Nouveau* e *Art Déco*. De qualquer modo, os hotéis são casos bem particulares da interface público-privado, uma vez que são dedicados à recepção de público transitório e, por isso, se distinguem dos edifícios residenciais.

As fachadas dos edifícios do terceiro período são relativamente simples, despidas de ornamentos e pouco diferenciadas entre si. São raras as varandas. Quando existem, elas se situam bem acima do nível da rua, pois os primeiros pavimentos são dedicados a estacionamentos e equipamentos de uso coletivo, como *playgrounds*, salões de festa e academias (Figura 8).

Figura 8: Fachadas espelhadas e distância dos primeiros andares para o nível da rua



7. A: Condomínio Edifício Avenida Atlântica nº 2172. 7.B: Windsor Excelsior Copacabana Hotel, Av. Atlântica, 1800. Fonte: Google Street View.

O elemento que cria maior distinção entre os edifícios são as entradas e portarias. Elas podem ser funcionais, semelhantes às modernistas, ou podem conter grandes saguões mobiliados, jardins e efeitos de iluminação, montando um cenário sofisticado de recepção.

Toda a diferenciação observada em fachadas, portarias, halls e recuos dos edifícios dos três períodos se dissolve na atual regularidade imposta pelo gradeamento contínuo que domina as calçadas do bairro. Os diferentes estágios das entradas dos prédios se transformam em elementos secundários diante de um contato uniformizado pelo uso das grades e de seus artefatos associados, a exemplo dos interfones e das câmeras. A instalação desses dispositivos normalmente é explicada por questões de segurança e controle da circulação. Embora assim justificados, esses equipamentos produzem, como efeito secundário direto, uma padronização empobrecedora. A espessura do contato dos edifícios com a rua sublinhada na análise dessas formas é reduzida a uma linha, um traço simples. As diversas compartimentações de que se faziam a transição entre o público e o privado estão agora circunscritas a uma área gradeada. A regularidade não é apenas material, é também do tipo de contato entre o público e o privado, que se torna isométrico, uma vez que todo tipo de interação passa a ser intermediado por grades.

DAS PARTES E DO CONJUNTO

O exercício de análise dessa pequena área de Copacabana se mostrou frutífero na apreciação do funcionamento de formas urbanas derivadas de momentos diversos que coabitam sincronia, arranjadas no seio de uma lógica urbana atualizada. Aquilo que poderia ser concebido como uma montagem de fragmentos anacrônicos, conformam unidades composicionais que estruturam o tecido do bairro e compõem o discurso urbano pelo qual a cidade se apresenta. São fragmentos porque vêm de idades diferentes, mas eles funcionam juntos no presente, fazem a paisagem e são solidários no tempo e no espaço. Isso acontece, de modo mais ou menos similar, também nas situações em que se cria um espaço *ex nihilo*, tal como em cidades planejadas; ali, vida, estrutura e fisionomia urbanas serão constituídas, malgrado as veleidades do planejador, pelo *aggiornamento* das formas e lógicas iniciais aos imperativos estruturais do tempo presente (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2020).

A observação desse espaço apela a um olhar que pode valorizar os aspectos da diferenciação devido à origem em tempos históricos diferentes, a exemplo da metáfora da “casaca do arlequim” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2020). Entretanto, também pode valorizar aquilo que dá uniformidade e regularidade àquele espaço, como os alinhamentos e as grades. Parece mais judicioso não fazer um julgamento definitivo em relação à diferenciação ou uniformidade, é preciso contemplar esses dois aspectos como parcelas inter-atuantes que constituem a paisagem urbana.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. **A Casaca do Arlequim**. Belo Horizonte, uma Capital Eclética do Século XIX. São Paulo, Belo Horizonte: EdUSP, Editora UFMG, 2020.

DaMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ESKINAZI, Mara Oliveira. Interfaces cariocas: Irmãos Roberto e a dimensão urbana da arquitetura para a habitação. Registros. **Revista de Investigación Histórica**, v. 19, n. 1, p. 89–109, 2023. Acesso: 20 jun. 2023.

ESKINAZI, Mara Oliveira; COSTA, Jônatas. S. Sobre cobogós, grelhas e filtros: as cores cariocas da arquitetura moderna. In: **Anais do XIV Seminário Docomomo Brasil: o modernismo em movimento. Usos, reusos, novas cartografias. Presente e futuro do legado da arquitetura moderna no Brasil**. Belém do Pará (Pará), 2021.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. GOMES, P. C. C. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, v. 20, n. 44, p. 115-119, 30dez. 2018.

ROITER, Mário Alves. A influência marajoara no Art Déco brasileiro. **Revista UFG**, Goiânia, v. 12, n. 8, 2017, p. 19–27. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48296>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Ensaios. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

_____. **Por uma Geografia Nova**. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2004.

A SEGREGAÇÃO ESPACIAL DA LOUCURA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX: O CASO DA COLÔNIA DE ALIENADOS DE JACAREPAGUÁ

Giovanna Florencio Candido¹

RESUMO

Este trabalho analisa como a mudança no significado de loucura, com a modernização da psiquiatria no Brasil, refletiu na lógica espacial da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. A partir de leituras sobre as instituições destinadas a tratar de alienados no país, vamos analisar o caso da Colônia de Alienados de Jacarepaguá, sub bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, além de se debruçar brevemente sobre a instituição anterior a esta: o Hospício Pedro II. O estudo visa fazer um levantamento histórico sobre as unidades de tratamento, buscando identificar os fatores que levaram uma colônia de alienados até Jacarepaguá.

Palavras-chave: Geografia Histórica; História da Psiquiatria Brasileira; Colônia de Alienados de Jacarepaguá.

ABSTRACT

This paper analyzes how the changing meaning of madness, along with the modernization of psychiatry in Brazil, reflected in the spatial logic of the city of Rio de Janeiro at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. Based on readings about institutions designated for the treatment of the mentally ill in the country, we will examine the case of the Colônia de Alienados de Jacarepaguá, a neighborhood in the western zone of Rio de Janeiro, and briefly review the preceding institution: Hospício Pedro II. The study aims to provide a historical survey of treatment facilities, seeking to identify the factors that led a colony for the mentally ill to Jacarepaguá.

Keywords: Historical Geography; History of Brazilian Psychiatry; Colônia de Alienados de Jacarepaguá.

INTRODUÇÃO

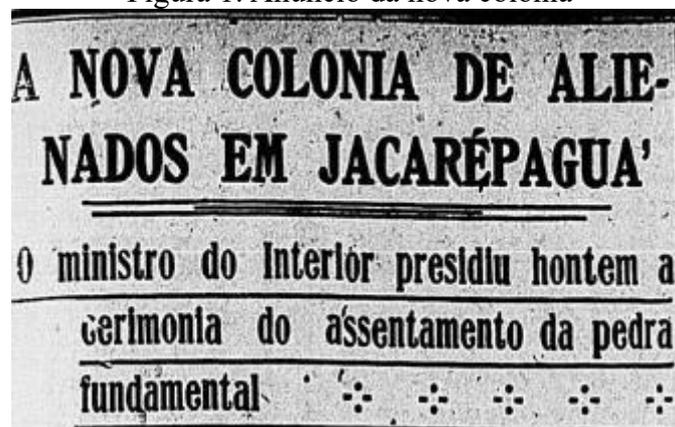
O Engenho D'água situava-se na área que atualmente é conhecida como Jacarepaguá, um bairro da cidade do Rio de Janeiro. Em 1936, Magalhães Corrêa nomeou a região como Sertão Carioca em sua obra homônima de 1936, refletindo seu caráter rural e sua distância do centro urbano do Rio. Essa característica foi determinante para a

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: giovannauerj@gmail.com

escolha das terras do bairro para a instalação de locais destinados ao tratamento de doenças contagiosas.

De acordo com Costa e Gonçalves (2015), no século XX, a região de Jacarepaguá, situada ao redor do Morro Dois Irmãos e parte do Maciço da Pedra Branca, bem como da reserva primitiva da Mata Atlântica, recebeu quatro instituições de saúde. Na década de 1940, foram estabelecidos dois sanatórios para tratamento de tuberculose, e outro foi inaugurado entre 1951 e 1952. Além disso, foram criados a Colônia de Curupaity para hanseníase (lepra) e a Colônia de Alienados (Figura 1), sendo esta última o foco principal deste estudo².

Figura 1: Anúncio da nova colônia



Fonte: Jornal do Brasil / BNN Digital (1920)

O modelo assistencial de colônia foi amplamente utilizado para o tratamento de diversas doenças, especialmente aquelas contagiosas, em que o isolamento dos pacientes era crucial. A ideia principal seria que o afastamento do núcleo urbano, proximidade com a natureza e o ambiente rural mais tranquilo poderiam beneficiar sua recuperação (VENÂNCIO, 2011). Paralelamente, implementavam a praxiterapia³, que significa o tratamento por meio do trabalho, nas práticas agrícolas e estes espaços eram chamados de colônia-agrícola.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é identificar as motivações que fomentaram a construção da Colônia de Alienados, na região de Jacarepaguá. Observando que o contexto da psiquiatria e da modernidade no mundo podem ter

² Este trabalho refere-se aos estágios iniciais de uma pesquisa monográfica de conclusão de curso de graduação em Geografia em andamento.

³ Considerava-se que o trabalho, como atividade física e psíquica, era capaz de facilitar a reeducação e readaptação ao meio social, desviando as atividades psíquicas do doente para fins úteis (FACCHINETTI, 2018, p.1110).

influenciado os agentes locais a essas decisões.

Para responder esse objetivo, precisamos compreender a história da psiquiatria no Brasil e como esta esteve atrelada diretamente ao processo de reforma urbana e higienismo no centro da cidade do Rio de Janeiro. Isto posto, trazemos à luz deste trabalho a criação do Hospício Pedro II, e como este foi o grande marco da psiquiatria no país e na mudança do significado de loucura.

Após breve levantamento histórico desta grande instituição, buscamos entender o modelo de assistência de colônia-agrícola, e como – e porque – este modelo foi implementado em Jacarepaguá.

O HOSPÍCIO PEDRO II COMO REPRESENTAÇÃO DO SIGNIFICADO DE LOUCURA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX

Magali Gouvea Engel, historiadora, é escritora do livro “Os delírios da razão. A liberdade no espaço público: vivências e convivências” (2010), onde aborda a história da loucura na cidade do Rio de Janeiro no século XIX e XX. A partir de relatos médicos da época, a autora usa de personagens tidos como “loucos” e apresenta como estes tinham a liberdade de existir e viver livres pelas ruas da cidade. A loucura era vista de diversas formas pelo imaginário social.

Os sinais de “loucura” poderiam ser a “perda de razão” ao falar palavras sem nexos, o uso de palavras ou gestos obscenos ou até mesmo a forma diferente de se vestir. De acordo com a escritora existiam “sentimentos mistos e contraditórios que, oscilando entre a aceitação e a rejeição, demonstram de qualquer forma a existência de um espaço de convívio entre o louco e o não-louco, no qual ambos sabiam perfeitamente como se defender um do outro.” (ENGEL, 2001, p.24)

Na época, os “loucos” que fossem considerados risco à sociedade eram levados ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia, localizado na região central da cidade do Rio de Janeiro. Os psiquiatras da época já denunciavam a Santa Casa, em relação ao tratamento de alienados, por “maus tratos, a falta de um tratamento físico e moral condizente, de um médico especialista, de enfermeiros competentes e, sobretudo, de condições higiênicas adequadas ao tratamento de doente” (GONÇALVES *et al*, 2009, p. 394).

Nesse sentido, o Hospital da Santa Casa de Misericórdia perde força, e alinhado com os interesses políticos e sociais da monarquia, urge a necessidade de uma nova instituição especializada apenas no tratamento de alienados. Assim, em 1841 decreto de 18 de julho, nº82, o primeiro anunciado por Dom Pedro II ao assumir o poder, declara a criação do Hospício Pedro II (Figura 2), anexo ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Localizado na Praia Vermelha, na zona sul da cidade, o grandioso edifício foi inaugurado em 1852.

Figura 2: Hospício Pedro II, circa 1890



Fonte: Marc Ferrez/Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles

Na França, berço do Iluminismo e da modernidade, a forma de enxergar a loucura mudou. Com a atenção dos médicos, a loucura se torna doença e ganha relevância no âmbito acadêmico e científico. Estudos, pesquisas e relatórios são realizados em busca de entender a questão. Na nova perspectiva se fazia necessário a constituição de um espaço dedicado somente a estes pacientes: o hospício.

O Hospício da Praia Vermelha apresenta diversos significados para o Brasil monárquico. Primeiro, a grandiosidade do edifício representava quanto o governo estava disposto a investir no tratamento de alienados. Segundo, em tempos de Revolução Francesa, esse ato era “a prova cabal da modernidade científica e

tecnológica de uma nação” (TEIXEIRA; RAMOS, 2012, p.366) e reafirma a posição do imperador como fundamental para a valorização da ciência. Por fim, podemos enxergar a construção do hospício como marco inicial da psiquiatria no Brasil, a partir dele, a loucura se torna doença, e muda a forma que a sociedade a enxerga e consequentemente, como enxergava os “loucos”.

O Hospício de Pedro II, engastado como joia rara na entrada da Baía de Guanabara, isto é, na entrada da capital do Império, representa a fortaleza simbólica que garante ao país a estabilidade e coesão necessárias ao enfrentamento das forças desagregadoras presentes tanto na irracionalidade do jogo político quanto na loucura dos governantes. Na sua missão simbólica de afirmar o valor cultural da nação brasileira, o hospício de Pedro II desempenha dois papéis convergentes. De um lado, de forma óbvia e explícita, o hospício oferece uma demonstração clara de que no Brasil se cultiva a ciência. De outro, de forma implícita e aparentemente paradoxal, comprova que o Brasil é capaz de produzir loucos (TEIXEIRA, RAMOS, 2012, p.366)

Apesar de hoje, a zona sul carioca ser uma das áreas mais elitizadas da cidade, na época da construção da nova instituição naquele espaço demonstrava o que seria o início do afastamento dos alienados da zona central da cidade. O bairro de Botafogo estava no limiar do centro urbano do distrito federal, localizado na área central. Esses são os primeiros sinais da forma que a transformação da ideia de loucura reflete na organização espacial da cidade:

Mas o espaço medicalizado da internação deveria também assegurar a separação absoluta entre o mundo do asilo e o mundo exterior. Em quase todos os textos examinados, o hospício reivindicado é literalmente banido para fora dos limites urbanos, devendo ser construído “nas vizinhanças da cidade” (relatório da Comissão de Salubridade, 1830) ou “no meio do campo” ou, ainda, “fora das grandes povoações e cidades” (SIGAUD [1835] PEIXOTO [1837] apud ENGEL, 2001 p.194).

De acordo com Gonçalves et al (2009), antes da inauguração do hospício alguns anexos já estavam em funcionamento, e passou a ser realizado um “teste de sanidade” para aqueles que eram presos. Estes que eram considerados “loucos” seriam enviados ao Hospício Pedro II para tratamento adequado. Mais uma vez, podemos ver aqui como a loucura passa a ser enxergada como doença, e os “loucos” perdem sua liberdade de viver na cidade.

É interessante notar como a preocupação dos médicos se mesclou ao trabalho dos urbanistas de meados do século XIX e início do XX. De certa forma, as descrições dos prontuários da época indicam como os médicos que inauguraram a Psiquiatria no Brasil se apropriaram de um conhecimento sobre a cidade e o manipularam segundo os parâmetros vigentes no saber associado à sua profissão. (ODA et al, 2004)

A instituição funcionava com sistema pensionista, havendo primeira, segunda e terceira classe, onde seriam pagas cotas diárias (GONÇALVES *et al*, 2009, p.395). Em 1852, ano de inauguração, o hospício obtinha capacidade para receber 130 pacientes, sendo este número aumentado para 300 na década de 70. Chegou a abrigar 400 pacientes, o que era sinal de alerta para os médicos para as consequências da superlotação. Ainda segundo Gonçalves *et al* (2009), existia uma questão sobre a possibilidade de “cura” destes pacientes. Os médicos demonstravam preferências a atender pacientes “curáveis” e “imbecis e idiotas”, categoria de alienados tidos como incuráveis.

[o médico] Barbosa afirmava que a população do hospício não aumentava por ter sido limitada regimentalmente. E que sendo a maior parte dos internados no hospício pacientes incuráveis, o número de saídas era pequeno e, por conseguinte, o de entradas também. Tendo em vista a situação vivida desde a década de 50, o mesmo também pedia para que as províncias não remetessem mais alienados para o hospício, afirmando que estas deveriam “carregá-los” como pudessem. No mesmo sentido, reclamava a construção de um outro hospício na Província do norte, atentando para as dificuldades de locomoção e para o crescimento populacional. Frisando, nessa ocasião, que um hospício não bastava para todo o Império (GONÇALVES *et al*, 2009, p. 402 e 403).

Nesse contexto, criam-se as Colônias São Bento e Conde de Mesquita, no bairro da Ilha do Governador na cidade do Rio de Janeiro, para receber pacientes homens indigentes que antes eram encaminhados para o Hospício Pedro II. As colônias iriam oferecer praxiterapia, tratamento por meio do trabalho, enquanto no hospício receberia apenas pacientes pensionistas. (VENANCIO, 2011). Após a Proclamação da República, o Hospício Pedro II passa a ser nomeado como Hospício Nacional de Alienados.

A CRIAÇÃO DA COLÔNIA DE ALIENADOS DE JACAREPAGUÁ

A zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, foi nomeada por Armando Magalhães Corrêa (1889- 1944) como “sertão carioca” após publicação de livro com mesmo nome⁴ em 1936. O trabalho de Corrêa buscava apresentar para seus leitores o “sertão” um lugar “ermo, ignoto e inóspito do vasto interior brasileiro” (FRANCO *et al*, 2005, p.1038), em contraposição do centro urbano da cidade carioca, o distrito federal.

Corrêa (1936), além de desenhar artes com bico de pena das paisagens sertanejas, buscava apresentar os problemas vivenciados por aquela população. Julgava ser o

⁴ Para mais sobre “O sertão carioca” de Magalhães Corrêa ver Franco *et al*. (2005).

principal problema enfrentando pelo país a falta de assistência do governo as pessoas e as áreas sertanejas cariocas. Ressaltava que os habitantes daquela área estavam carentes de assistência médica, saneamento e escolas (FRANCO *et al*, 2005, p.1041).

O modelo assistencial de colônia foi usado para o tratamento de várias doenças, sobretudo em doenças contagiosas onde seria fundamental o isolamento dos pacientes. As colônias também serviram para tratamento de alienados, buscando os afastar do núcleo urbano, já que acreditavam que os “males da civilização” os perturbavam, assim os aproximando da natureza e do ambiente rural, mais calmo (VENANCIO, 2011).

Associado as colônias, também tínhamos a praxiterapia, onde o trabalho era parte fundamental do tratamento. Nesse sentido, criam-se as colônias-agrícolas, em áreas afastadas, rurais, onde os pacientes iriam trabalhar no cultivo de diferentes culturas.

Na cidade do Rio de Janeiro, as primeiras colônias foram a Colônia de São Bento e a Colônia Conde de Mesquita, conhecidas como Colônias da Ilha do Governador, bairro da cidade carioca. Estas foram criadas depois que o Hospital Nacional passou por problemas estruturais. De acordo com matéria do “Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria (RJ)” de 1920, “só a seção Pinel já contava com 300 doentes a mais de sua lotação”.

Então, nas terras localizadas Ponta do Galeão e no Morro de São Bento (Figura 3), onde hoje estão situados o aeroporto e as instalações da Base Aérea do Galeão, o artigo nº 78 do decreto 508 de 1890 estabelece a criação das “Colônias S. Bento e Conde de Mesquita, exclusivamente reservadas a alienados indigentes, transferidos do Hospício Nacional, e capazes de se entregarem a exploração agrícola e a outras indústrias.” (CLAPER, 2020). Portanto, de acordo com Ana Venancio (2011):

Enquanto o Hospício Nacional era o único a receber pacientes pensionistas, oferecendo praxiterapia em atividades não agrícolas e servindo como ‘porta de entrada’ do sistema assistencial aos enfermos alienados a serem encaminhados para outros serviços, as instituições da Ilha do Governador eram pautadas no tipo institucional colônia agrícola, dirigida apenas a pacientes indigentes (VENANCIO, 2011, p. 38).

No entanto, as condições nas colônias foram se igualando as do Hospício Nacional. Pela falta de acesso a água potável, utilizavam de poços que não eram o suficiente para suprir as colônias nem a produção agrícola, além da possibilidade de contaminações a água; não possuíam esgotamento sanitário, e em 1900 foram atingidos por uma epidemia

de malária (CLAPER, 2020; VENANCIO 2011).

Figura 3: Mapa da Ilha do Governador, folha oeste, Rio de Janeiro; Serviço Geográfico Militar, 1922



Fonte: Adaptação Claper (2020)/ Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Por essas questões e outras como a necessidade de solo férteis, mais espaço para receber pacientes, problemas com a titularidade dos terrenos da colônia, os médicos alienistas acreditam ser imprescindível a construção de uma nova instituição para receber os pacientes e que conseguisse suprir todas as exigências de uma colônia-agrícola⁵ (CLAPER, 2020).

O espaço para a nova instituição precisava cumprir três requisitos:

- a) solos férteis para cultivo agrícola;
- b) localização afastada do núcleo urbano;
- c) espaço para construção de diversos pavilhões e moradia para seus funcionários.

Dessa forma, o então diretor das Colônias da Ilha, Augusto Rodrigues Caldas, diz

⁵ Para mais informações sobre as Colônias da Ilha do Governador ver Claper (2020).

ter encontrado o espaço com todos os critérios estabelecidos em Jacarepaguá. Nas terras do sertão carioca, havia a Fazenda do Engenho Novo (Figura 4), onde funcionava um dos engenhos de cana de açúcar do Brasil colônia. Situado em torno do Maciço da Pedra Branca, contava com a presença da Mata Atlântica, cachoeiras e solos férteis. Após extenso processo judicial, a União consegue posse do terreno em 1908 que contava com a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, a sede da antiga e um aqueduto (VENANCIO, 2011).

Figura 4: Vista da Fazenda do Engenho Novo, em Jacarepaguá; s/data.



Fonte: Claper (2020) / Fonte: Fundo Aduato Botelho. Acervo IMASJM.

As obras da nova instituição iniciam-se em 1912, e dois anos foram construídos 15 pavilhões, refeitório, cozinha, lavanderia, farmácia e enfermarias. Porém, a expectativa para inauguração de transferir todos os internos da Ilha, não seria possível com aquela estrutura. Dessa forma, sua inauguração acontece em 1924, sendo chamada de Colônia Psicopata- Homens. Abrigando XX pacientes, também é implementado o modelo de assistência heterofamiliar, onde era oferecido uma residência aos funcionários que recebiam pacientes em suas casas em troca da prestação de pequenos serviços (COSTA, GONÇALVES, 2015, p.14).

A história da psiquiatria no Brasil tem o casamento perfeito com a reforma urbana e o higienismo social. Em prol da limpeza do centro urbano, os interesses sociais e políticos monárquicos e republicanos afastam as instituições para tratamento de alienados. O Hospício Pedro II, as colônias da Ilha e a Colônia de Jacarepaguá são exemplos claros

deste movimento. Magalhães Corrêa apontava a falta de assistência que os moradores do sertão carioca enfrentavam e Ana Venancio complementa:

Foi nesse local afastado dos centros urbanos e marcado pelo descaso do Estado, que deixava seu povo à mercê de suas necessidades, ao mesmo tempo representativo do que nos seria mais autêntico, que se constituiu e desenvolveu a Colônia de Psicopatas-Homens: um lugar que congregava as qualidades da vida rural, consideradas um dos pilares do tratamento a ser oferecido nas colônias agrícolas. Longe da civilização estariam assim dadas as condições propícias ao isolamento terapêutico, e perto da ‘natureza’ brasileira que ali vicejava os indivíduos poderiam desenvolver sua verdadeira essência saudável (VENANCIO, 2011, p. 42).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da psiquiatria no Brasil, influenciada pela modernidade, reflete na criação de instituições próprias para o tratamento de alienados como o Hospício Pedro II. Este, que passou por dificuldades estruturais, transfere seus pacientes para as Colônias da Ilha, que por sua vez também são afetadas pelas mesmas questões, até chegarmos na criação de uma instituição asilar nos moldes ideais europeus: a Colônia de Alienados de Jacarepaguá.

A mudança no significado de loucura, que se torna doença no final do século XIX, é somada ao processo de reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro, e muda a o imaginário social além da lógica espacial dos “loucos” como nos mostra Engel (2001). A criação do Hospício da Praia Vermelha, expõe o Brasil como um país bem-informado sobre a ciência, e “varre” os “loucos” do centro urbano, até que a instituição não consegue receber e tratar todos seus pacientes.

As colônias da Ilha recebem os pacientes da Praia Vermelha em um modelo de assistência baseado na praxiterapia no cultivo agrícola, mas a infertilidade dos solos, a falta de espaço para mais variedade de plantações e os problemas de estrutura levam ao seu fechamento.

os principais motivos para a transferência e fechamento das Colônias da Ilha do Governador, pareciam ser mais impulsionados pelo desejo da implantação de uma nova colônia-modelo que pudesse representar a moderna psiquiatria nacional do que pelos fatos apontados no discurso político e científico, tais como: a pobreza do solo e a pequena área para o cultivo de frutas e legumes, o que deixava as terras da Ilha do Governador distante dos parâmetros estabelecidos pelas experiências internacionais. (CLAPER, 2020, p.65)

Nesse contexto, estabelece a Colônia de Alienados de Jacarepaguá, nas terras do sertão carioca. Engel (2001) fala sobre como os padrões de disciplina e moralidade dos

burgueses, os quais os psiquiatras eram aliados, conseguem alterar o perfil e significado de alguns espaços- chaves localizados nas áreas centrais do Rio de Janeiro.

É importante questionar o processo de seleção da localidade de hospitais e espaços de tratamento sob o olhar da lógica espacial da cidade, sobretudo a capital da federação, na época, que passou por um grande movimento higienista com reforma urbana. O Hospício Pedro II e a Colônia de Alienados de Jacarepaguá, os dois grandes exemplos desse trabalho, reforçam como o trabalho dos psiquiatras se alinhou com o dos urbanistas, mudando o significado de loucura no imaginário social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 508, de 27 de junho de 1890**. Art. 78 - Estabelece a criação das Colônias São Bento e Conde de Mesquita na Ilha do Governador.

BRASIL. **Decreto nº 82, de 18 de julho de 1841**. Estabelece a criação de um hospital destinado privativamente para tratamento de alienados, com a denominação de Hospício de Pedro Segundo.

CLAPER, Jeanine Ribeiro. **Colônia agrícola para alienados no Rio de Janeiro (1890-1924): discursos, projetos e práticas na assistência ao alienado**. 2020. 272 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

COSTA, R. G, GONÇALVES, A. P. C., Evolução urbana da Colônia Juliano Moreira. In: VENANCIO, A. T. A., *et al.* (org.) **O asilo e a cidade: Histórias da Colônia Juliano Moreira**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2015. cap. 2, p. 59-93.

ENGEL, M. G. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios** (Rio de Janeiro, 1830-1930) [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. 352 p. (Coleção Loucura & Civilização). ISBN 85-85676-94-9. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 18 set. 2024.

FACCHINETTI, Cristiana. História das Psicoterapias e da Psicanálise no Brasil: o caso do Rio de Janeiro. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1106-1117, 2018.

FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A.: Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 3, p. 1033- 59, set.-dez. 2005.

GONÇALVES, Monique de Siqueira; EDLER, Flávio Coelho. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**,



São Paulo, v. 12, n. 2, p. 393-410, jun. 2009.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. VII, n. 1, p. 128-141, mar 2004.

TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro; RAMOS, Fernando A. de Cunha. As origens do alienismo no Brasil: dois artigos pioneiros sobre o Hospício de Pedro II. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 364-381, jun. 2012.

VENANCIO, Ana Teresa A. Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p.35-52.

A “INVENÇÃO” DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE E AS AÇÕES DA ELITE DO SETOR SUCROALCOOLEIRO EM CONTEXTO DE CRISE: AS CAPAS DO MONITOR CAMPISTA (1980-1985)

Zandor Gomes Mesquita¹

Carolinne Barcellos de Carvalho Azevedo²

RESUMO

O Norte Fluminense nos dias atuais tem grande destaque no cenário nacional devido à exploração de petróleo na Bacia de Campos e ao Porto do Açu. Assim, a região, na atualidade, tem como dinâmica principal essas atividades. Tendo como referência o entendimento que a região é conformada e conforma processos, inicia-se um questionamento acerca das dinâmicas que conformaram o regional. Verificou-se que as bases do Norte Fluminense estão diretamente relacionadas a cana-de-açúcar. O objetivo deste trabalho foi identificar de que maneira o jornal ligado a elite canavieira do Norte Fluminense, no período de declínio da produção sucroalcooleira, explicitava as notícias e influenciava na constituição da região. Para isso, tivemos como metodologia a análise de conteúdos, utilizando as capas do jornal Monitor Campista dos anos de 1980, 1983 e 1985 para identificar as ações mobilizadas pela elite canavieira local através da mídia impressa.

Palavras-chave: Região Norte Fluminense; atividade sucroalcooleira; jornal.

RESUMEN

El Norte Fluminense tiene actualmente gran protagonismo en el panorama nacional debido a la exploración petrolera en la Cuenca de Campos y Porto do Açu. Así, la región tiene actualmente estas actividades como su principal dinámica. Tomando como referencia la comprensión de que la región se moldea y moldea procesos, comienza una pregunta sobre las dinámicas que moldearon la región. Se constató que las bases del Norte Fluminense están directamente relacionadas con la caña de azúcar. El objetivo de este trabajo fue identificar cómo el periódico vinculado a la élite cañera del Norte Fluminense, durante el período de caída de la producción de azúcar y alcohol, explicó las noticias e influyó en la constitución de la región. Para ello utilizamos como metodología el análisis de contenido, utilizando las portadas del diario Monitor Campista de los años 1980, 1983 y 1985 para identificar las acciones movilizadas por la élite cañera local a través de los medios impresos.

Palabras clave: Región Fluminense Norte; actividad de azúcar y alcohol; periódico.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF). Contato: zandor.mesquita@gsuite.iff.edu.br

² Graduada em Geografia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF). Contato: carolinne.azevedo@gsuite.iff.edu.br.



INTRODUÇÃO

Na atualidade, o Norte Fluminense ganhou visibilidade no cenário nacional em função dos grandes projetos de desenvolvimento que estão estruturados em municípios que compõem a região. A produção petrolífera da Bacia de Campos, com a Petrobrás e todo aparato que dá base a exploração de petróleo instalado em Macaé e a atividade portuária industrial do Porto do Açu, constituída em São João da Barra, são dinâmicas produtivas de relevância nacional, com conexões internacionais, que influenciam as relações econômicas, políticas, sociais e culturais do Norte Fluminense de hoje.

Assim, pode-se dizer que os processos ligados a estas atividades são as responsáveis por caracterizar a atual dinâmica regional que conforma o Norte Fluminense, com as demandas vinculadas a estes setores sendo colocadas na ordem do dia, tornando-as “necessidades” de toda sua população. Como tal, diversos são os meios mobilizados para legitimar as ações implementadas em prol deste setor. Entre estas, destaca-se reportagens da mídia impressa exaltando os benefícios destes empreendimentos, não enfatizando os pontos negativos que suas dinâmicas podem gerar.

Com esta perspectiva em vista, começou-se a questionar os processos anteriores que estiveram na base da conformação do Norte Fluminense, enfatizando as dinâmicas que foram estruturadas e responsáveis por constituir o regional. Assim, verificou-se que a região em evidência tem sua formação diretamente relacionada à atividade sucroalcooleira. Para além deste ponto, colocou-se em questão se naquele contexto também havia uma mobilização de legitimação das ações da elite dominante em torno de suas demandas, conformando o regional à sua maneira. Se sim, como os jornais impressos poderiam servir como fonte de dados para análise geohistórica deste processo, tanto para tratar dos momentos de pujança, quanto nos momentos de crise. Assim, estruturou-se o seguinte objetivo: de que maneira o jornal ligado a elite canavieira do Norte Fluminense, no período de crise, explicitava as notícias e influenciava na constituição da região?

Para alcançar este objetivo dividiu-se o trabalho em duas partes: na primeira fez-se uma discussão que relacionou a conformação da região com a atividade sucroalcooleira, buscando compreender como que o Norte Fluminense foi estruturado tendo como referência as relações vinculadas a esse processo produtivo; no segundo

momento buscou-se entender como que os jornais podem ser tratados como dados de pesquisa geohistórica, evidenciando questões relevantes de uma espacialidade. Neste momento, tendo como foco a crise do setor canavieiro do Norte Fluminense da década de 1980, constitui-se uma metodologia de interpretação que teve como base a análise de conteúdos. A investigação se deu no Jornal Monitor Campista, mídia impressa com relações diretas com a elite canavieira. Com o trabalho percebeu-se a relação direta que a região estudada possui com a atividade canavieira, a importância dos jornais como fonte de dados para entendimento de transformações socioespaciais e a apropriação por parte da elite dominante do discurso impresso como forma de fazer valer seu interesse acerca das questões regionais.

A REGIÃO COMO FONTE DE ANÁLISE HISTÓRICA E GEOGRÁFICA

Segundo Bourdieu (1989), a região é feita por uma “di-visão”, ou seja, é antes de tudo, uma visão de mundo social que está sendo posta através das ações de regionalizar, visão essa que se sobrepõe a outras presentes, gerando sentido e consenso de sentidos, dando mais ênfase a uma determinada “identidade” que vai ser a representante do todo que compõe o espaço. Com isso, a constituição de uma região não é natural, ela é, antes de tudo, relacional, se conformando a partir das ações e interações de diferentes grupos que se estabelecem em um dado recorte espacial.

Desta forma, entende-se que a regionalização delimitada tem que ser analisada como uma resultante, constituída em um dado momento, sendo derivada das relações de forças de fazer existir ou inexistir o que se faz presente, mas, ao mesmo tempo, há de se perceber que as representações (que caracterizam e justificam determinada visão) são enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam (BOURDIEU, 1989).

De modo similar, Haesbaert (2018) propõe importantes reflexões no que tange a abordagem dos processos de regionalização e da análise regional. Para o autor, a região não pode ser entendida somente a partir das materializações das dinâmicas existentes (ou seja, como um “fato”), nem tampouco pelas abstrações constituídas para sua caracterização (se constituindo em um “artifício”), menos ainda pela possibilidade de intervenção que seu trato permite (como defendem os “planejadores” que rogam pela



ação estatal), mas, sim, ela deve ser compreendida como tudo isso, sendo um “(...) ‘artefato’, tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também enquanto ferramenta política” (HAESBAERT, 2018, p. 109).

Tendo este ponto em vista, a região pode ser considerada uma importante fonte de informação histórica e geográfica, entendendo-a como um produto e produtora de processos e dinâmicas, conformada de maneira relacional a partir da ação de atores que interagem em diferentes escalas e que torna possível, por seu intermédio, a compreensão de diferentes fenômenos (sociais, culturais, políticos, culturais etc.). Com essa compreensão do conceito, é imperativo não limitar nem simplificar a região e seus processos constituidores. É crucial reconhecer como algo ativo, que molda sua dinâmica, seus elementos distintivos e suas interações. Contudo, é igualmente importante entender que a interação desses fatores não é estática e pode variar ao longo do tempo. Assim, mesmo reconhecendo os processos que dão base à constituição da região, deve-se tê-la como “(...) móvel, aberta e atravessada pelas relações de poder” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 37). Neste sentido, a delimitação posta é provisória e contextual.

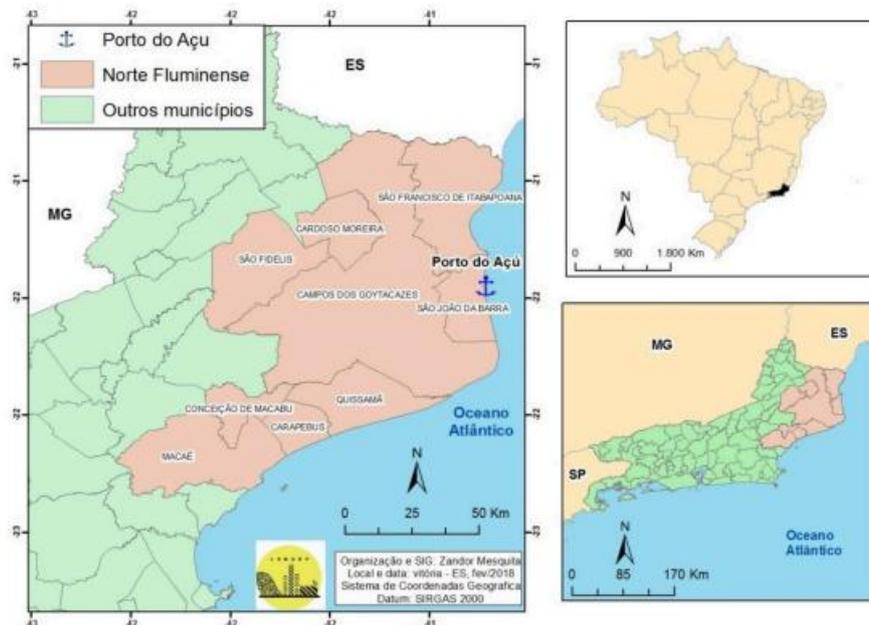
Enquanto criação, pode-se afirmar que o Norte Fluminense é uma “invenção”, pois foi/é construído pelas relações que o singulariza, sendo um produto das diferentes interações que se fizeram/fazem presentes na sua delimitação (MESQUITA, 2021). Como foi inventado e delimitado historicamente, possui uma imagem que o exterioriza e representa perante os demais espaços em contexto, ao mesmo tempo em que define suas fronteiras. Essa ação de reconhecimento é mobilizada para determinado fim, mas tem relação direta com os interesses dos grupos de poder que conformam seus limites

A partir destas discussões, entende-se que a região não pode ser compreendida como algo “natural”, ou seja, como um recorte espacial conformado de maneira quase que espontânea, por onde dinâmicas foram constituídas e organizadas, servindo como uma escala de observação para melhor entendimento das relações estabelecidas. A região é uma construção, constituída historicamente, derivada de dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que produzem uma delimitação, ao mesmo tempo em que são influenciados por essa produção (ALBUQUERQUE JR, 2011). Enquanto uma construção, a região assume aspectos relacionais, sendo conformada pela interação entre os diferentes grupos, constituindo materialidade, principalmente, pelas dinâmicas dos detentores do poder.

A “INVENÇÃO” DA REGIÃO DO NORTE FLUMINENSE

Na atualidade, o Norte Fluminense institucionalizado é a segunda região do estado com menor número de municípios, nove no total, (Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, Carapebus, Conceição de Macabu, Quissamã, São João da Barra, Macaé e Campos dos Goytacazes) e ocupa uma área de 9.974km², o que equivale a quase 23% do território do estado do Rio de Janeiro. A figura 1 elucida a localização o Norte Fluminense no estado, assim como os limites territoriais dos municípios componentes.

Figura 1: Mapa dos Municípios que compõem a região Norte Fluminense



Fonte: Mesquita (2021)

A relação do Norte Fluminense com a atividade canavieira se iniciou no século XVI, no momento em que se intensificou a colonização portuguesa em terras brasileiras, com a metrópole tomando e ocupando território indígena. Nesse período foi-se constituída a capitania de São Tomé, que foi doada ao donatário Pero de Góes, em 1536. Este recebeu, juntamente com as terras, diversas responsabilidades, como a necessidade de criar condições propícias à colonização, incentivando o desenvolvimento de atividades econômicas e promovendo a ocupação. E, com isso, introduziu o primeiro plantio de cana na região. Contudo, diversos foram os problemas enfrentados (ex.: falta de recurso financeiro, quadro natural hostil e conflito com indígenas) pelo donatário no cumprimento de sua função, fazendo-o abrir mão da capitania.



Com esse quadro posto, Pero de Góis abre mão da capitania de São Tomé, cedendo essa função ao seu neto, Gil de Góis. Este buscou terras mais ao norte para estabelecer povoamento, buscando fugir dos problemas enfrentados pelo seu avô. Entretanto, não obteve sucesso e, em 1617, abre mão da capitania, que passa a fazer parte da capitania do Rio de Janeiro (PARANHOS, 2010). Passados quase 10 anos de “abandono”, as terras foram doadas, em 1627, aos “Sete Capitães”. Segundo Raminelli (2018), estes, associados a indígenas que auxiliaram a relação com outros nativos e na constituição de caminhos para adentrar a região, conseguem estruturar um processo de ocupação, consolidando a pecuária como base econômica. Neste momento, começam a se estabelecer os primeiros núcleos populacionais (Vila de São Salvador/Campos – 1677 e a Vila São João da Paraíba/São João da Barra – 1677).

A pecuária introduzida na região pelos novos mandatários das terras foi importante para a constituição das dinâmicas regionais, consolidando caminhos que favoreciam o fluxo interno entre as diferentes espacialidades e, também, conectando-as com a capital. Essas vias de circulação tinham os leitos fluviais como ponto de referência, se estruturando por elas, ou acompanhando-os.

No século XVIII, houve uma intensificação das dinâmicas regionais. A produção açucareira e os engenhos, gradativamente, começaram a ser instalados na região. Neste contexto de crescimento, Couto Reis, em seus Manuscritos de 1785, descreveu a Vila de São Salvador como a metrópole mais rica e populosa do Rio de Janeiro (Couto Reis, 1997 apud Faria, 2003). Ou seja, o açúcar fez o Norte Fluminense ganhar notoriedade no cenário nacional. Esse quadro se intensificou na virada do século XVIII para o século XIX. Gradativamente a atividade açucareira foi se expandindo e a produção se consolidando, conformando uma dinâmica econômica exitosa, com valores significativos circulando na região, caracterizando a abertura do campo regional ao processo capitalista.

E esse crescimento econômico se mantém no século XX, o que reforçou os laços regionais. Os diferentes espaços foram conectados em função do recrudescimento do processo produtivo, facilitando a circulação de mercadoria e pessoas, reforçando as relações que basilavam a região. Desta maneira, pode-se dizer que o Norte Fluminense foi “inventado” e teve seus laços fortalecidos tendo como base o sucesso da atividade sucroalcooleira (MESQUITA, 2021).



No final do século XX, principalmente a partir da década de 1980, a crise se consolidou no setor sucroalcooleiro do Norte Fluminense. Vários foram os motivos para a derrocada da atividade, como a baixa produtividade dos insumos, a relação difícil com o meio que não favorecia o aumento da produção, a concorrência com outras zonas produtivas, entre outros fatores (MESQUITA, 2021). O fato foi que a atividade sucroalcooleira deixou de ser a predominante na região e o setor entrou em crise. Das 22 unidades que beneficiavam a cana na década de 1970, hoje só uma está em funcionamento.

De toda forma, a região foi constituída tendo esta atividade como referência. Nesse processo, a propagação do ideário do grupo dominante foi uma tarefa importante e teve nos jornais um importante instrumento de consolidação da dinâmica vigente, pois colocaram na ordem do dia aquilo as necessidades da elite sucroalcooleira. Assim, pode-se afirmar que os jornais vinculados à elite canavieira exerceram importante papel na legitimação e conformação da identidade regional do Norte Fluminense. Por isso, na atualidade, estes podem ser tratados como documentos que evidenciam as dinâmicas de conformação da região, podendo ser explorados de diversas formas, servindo como base para entendimento da geo-história local.

JORNAIS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO HISTÓRICA E DADOS

Segundo Charaudeau (2013), informar é ação que remete a fenômenos sociais e, por isso, as mídias, que são atores ativos dessa dinâmica, podem ser consideradas um suporte organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las em suas lógicas de existência (econômica, tecnológica e simbólica). Assim, abordá-las como forma de analisar discurso de informação é uma tarefa complexa, pois manifesta em si as relações de poder instituídas. Desta forma, como aponta Charaudeau (2013):

As mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública [...] e o cidadão aparece com frequência como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer pretensão à informação (CHARAUDEAU, 2013. p. 17).

As mídias impressas são objetos marcantes das sociedades urbanas nos últimos três séculos, sendo tratadas como fontes historiográficas há cerca de quatro décadas

(BARROS, 2021). Isto deriva do fato dos jornais serem dotados de dados e discursos importantes para um melhor entendimento das sociedades da época de publicação, fornecendo informações sobre a circulação dos impressos, dos responsáveis pelos discursos e dos grupos que eram atingidos pelo conteúdo.

Por esta forma de abordagem, os jornais escritos retratam uma realidade e contexto específico, sendo importante fonte de informação sobre o mesmo. E, ao mesmo tempo, surge como um ator ativo de transformação, na medida que é instrumento de legitimação das ações daqueles que o mobilizam. Assim, como ressalta Barros (2021), os jornais surgem como instrumentos que são capazes de produzir discursos que vão impactar a sociedade em diferentes âmbitos, constituindo-se uma forma de comunicar que é voltada para cooptar as massas e mobilizá-la a seu favor, conformando-se enquanto um poder político.

Entendendo que a forma com que os discursos são dispostos nos jornais se apresentam como relevantes para a compreensão do contexto de produção das notícias (das relações políticas, econômicas e sociais que evidencia), ressalta-se que as capas dos jornais são centrais para compreensão de todas as dinâmicas ligadas à produção dos escritos. Dessa maneira, entende-se que as capas dos jornais são importantes fontes de informação para compreensão de dinâmicas sociais importantes. As capas dos jornais são importantes fontes de informação para compreensão de dinâmicas sociais importantes.

AS CAPAS DOS JORNAIS MONITOR CAMPISTA (1980 - 1985) COMO FONTE DE DADOS E MOBILIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO: A ESTRATÉGIA DA ELITE SUCROALCOOLEIRA NO CONTEXTO DE CRISE DO SETOR

A escolha metodológica pela análise das capas se dá por entendermos que nela estão dispostas de maneira mais evidente os “(...) valores e às crenças de uma comunidade discursiva” (PIRIS, 2011, p. 1298). O jornal escrito possui uma estruturação própria, com a disposição dos textos se dando de maneira a oferecer ao leitor uma experiência de leitura em que seja possível organizar o conteúdo daquilo que está sendo trabalhado. Assim, como aponta Piris (2011) a enunciação do discurso jornalístico busca alcançar, simultaneamente, as instâncias subjetivas do enunciadador



institucional (ou seja, explicita a fala do grupo que detém o jornal) e do coenunciador (aquele grupo que “consome” o jornal), sendo produzido a partir dessa relação.

Desta forma, a capa do jornal desempenha uma função pragmática: permite ao sujeito enunciador atingir o seu enunciatário. Ela é uma estratégia pela qual são postos os interesses de quem escreve e que também evidencia a dinâmica estruturada para convencer o leitor, numa situação de interlocução (TRAVASSOS, 2010). Com estes debates em vista, entende-se que as capas de jornais se constituem como importante fonte de investigação das dinâmicas sociais de um determinado período, na medida em que materializam os interesses que estão em jogo e explicitam relações de poder em disputa, deixando evidente também as estratégias mobilizadas para que um determinado grupo (aquele detentor da mídia escrita) mantenha/alcance o poder.

Tendo estas questões como referência, faz-se importante compreender a forma que a elite canavieira utilizava os jornais como forma de legitimar suas ações, seja para tornar público suas ideias, seja para mobilizar questões a fim de atender seus interesses. Neste contexto, destaca-se as publicações do Jornal Monitor Campista.

Este jornal foi criado em 4 de janeiro de 1834, por José Gomes da Fonseca Parahyba, sob o nome de “Campista”. No ano de 1936, foi adquirido pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que possuía o interesse de ser detentor dos três mais antigos jornais em circulação no Brasil daquele período. Em sua gênese, o Monitor Campista trazia em si o ideário dos “Barões do Açúcar” do Norte Fluminense, ou seja, da tradicional elite canavieira do século XIX, que constituiu sua base de dominação em processos que remetem às antigas relações coloniais.

Com essas questões em vista, elaborou-se uma metodologia para entender como se dava a estratégia discursiva da elite canavieira no contexto de superação da crise e como se materializava nas capas do jornal. Para essas análises, considerou-se mais adequada a metodologia baseada na análise de conteúdo em Bardin (1977). Essa escolha se deu pelo fato de que a análise de conteúdo é um procedimento utilizado para descrever e interpretar o conteúdo de qualquer material de comunicação, seja ele verbal ou não verbal. Esses materiais podem ser jornais, revistas, livros, cartazes, entrevistas, etc., que chegam em estado bruto ao pesquisador e são analisados de modo que forneçam informações complementares, facilitando a interpretação e o processo de

inferência³ (MORAES, 1999). Para Bardin (1977, p. 38), a análise de conteúdo pode ser caracterizada como “(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Sendo assim, o objetivo central do uso dessa metodologia não é o conteúdo em si, mas sim as interpretações feitas por meio da inferência.

As edições anuais do jornal *Monitor Campista* se encontram no Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, que as disponibilizam para pesquisa. O setor sucroalcooleiro do Norte Fluminense começa a vivenciar momentos de crise a partir de 1950. Mas toda ajuda estatal, como a criação do IAA, entre outras medidas, auxiliou a manutenção produtiva do setor. Contudo, foi a partir de 1980 que a produção regional deixou de ser significativa em relação ao contexto nacional. Por isso, como parte dos procedimentos analíticos, escolhemos os jornais dos anos de 1980, 1983 e 1985. O intuito era perceber como a elite canavieira, no contexto de crise, reproduzia seu discurso na mídia local para legitimar suas ações e manter sua dominação.

Após a delimitação do período, buscou-se nas capas reportagens que tratavam, direta ou indiretamente, de dinâmicas relacionadas ao setor sucroalcooleiro no Norte Fluminense. Foram analisadas todas as edições disponíveis dos anos citados. Nesta dinâmica, foi comum encontrar textos que tratavam de trabalhadores da cana, do plantio, de visitas de políticos a unidades produtivas, entre outras notícias. Para análise das informações, apoiados em Bardin (1977), fez-se sistematização dos dados por categoria. Para a autora, se trata de uma análise categorial, que considera a totalidade de um texto para identificar a frequência da presença (ou ausência) dos itens que conferem sentido às mensagens e, deste modo, criar uma classificação a partir desses elementos de significação. No nosso caso, utilizamos dos sentidos e significados das reportagens analisadas para criar uma codificação que nos permitisse entender os processos que ocorriam no período do declínio da produção sucroalcooleira.

Assim, tendo como referência a análise das capas dos jornais, foi-se possível sistematizar as informações em quatro categorias: Relatos de dificuldade e crise do setor sucroalcooleiro; Relatos de ações que levariam ao sucesso da produção; Relatos de sucesso da produção; Outros. A categoria “Relatos de dificuldade e crise do setor

³ Pode-se entender como inferência o processo de dedução lógica sobre as mensagens, seus emissores ou receptores (Bardin, 1977).

sucroalcooleiro” foi criada em função do alto quantitativo de reportagens referentes às dificuldades enfrentadas pelo setor sucroalcooleiro na região Norte Fluminense. Foram comuns reportagens que tratavam da redução da produção, falência de usinas, desemprego de trabalhadores, greves, entre outras, como pode ser visto na figura 2 abaixo:

Figura 2: Exemplo de dificuldade enfrentada pelo setor sucroalcooleiro na Região Norte Fluminense (Monitor Campista, 30 de abril de 1985)



Fonte: Monitor Campista (1985)

Contudo, mesmo vivenciando um contexto geral de crise, notícias que trabalhavam uma visão positiva da atividade sucroalcooleira na região também foram comuns. Estas se dividiram tanto por ações que poderiam ser a solução que levaria a retomada do crescimento da produção, na qual categorizamos como “Relatos de ações que levariam ao sucesso da produção”, quanto por notícias diretas que exaltavam aspectos positivos ligados ao setor, que categorizamos enquanto “Relatos de sucesso da produção”. A última classificação, intitulada “Outros”, armazena as reportagens vinculadas a cana, mas que não tratavam dessas relações vinculadas às categorias.

Essas notícias positivas foram mais comuns nos anos de 1980. Das 31 notícias, 14 abordaram o setor dessa maneira. Neste momento, as informações veiculadas nas capas do jornal eram soluções que poderiam ser implementadas para fazer o setor crescer. Assim, reportagens com possíveis benefícios da mecanização da irrigação, medidas tomadas pelo IAA para dinamizar a produção, possibilidade de aumento do beneficiamento da cana, projetos de investimentos, entre outros, eram rotineiros. Quando se tratava das notícias diretas ligadas ao sucesso da produção, o que se tinha eram reportagens com recordes no processo produtivo ou de vendas significantes da produção de açúcar e álcool. O ano de 1983 foi aquele com maior predominância deste

tipo de notícia, das 14 reportagens sistematizadas nesta categoria, 9 eram deste ano. Percebeu-se neste momento uma tentativa de reforçar a preponderância deste setor para região, tratando-o ainda como algo dinâmico, que poderia gerar excedentes significativos. A figura 3 a seguir explicita como esta perspectiva era relatada.

Figura 3: Exemplo de dificuldade enfrentada pelo setor sucroalcooleiro na Região Norte Fluminense (Monitor Campista, 30 de abril de 1985)



Fonte: Monitor Campista (1983)

Mesmo com essas singularidades, ao se analisar as reportagens no período delimitado (1980-1985) percebeu-se a predominância dos relatos que indicavam crise do setor. No total, foram categorizadas 124 reportagens, em um total de, aproximadamente, 300 capas de jornal do Monitor Campista. A tabela 1 auxilia na visualização do quantitativo de reportagens e como encontram-se categorizadas.

Tabela 1: Categorização das reportagens sobre o setor sucroalcooleiro no jornal Monitor Campista durante os anos 1980, 1983 e 1985.

Categoria	Quantidade
Relatos de dificuldade e crise do setor sucroalcooleiro	71
Relatos de ações que levariam ao sucesso da produção	31
Relatos de sucesso da produção	14
Outros	8

Fonte: Autoria própria.

O maior quantitativo de notícias que evidenciaram a crise no setor deixa claro que a década de 1980 foi marcante para o declínio da produção sucroalcooleira na região. Mesmo o jornal que era representante da elite canavieira, que buscava enfatizar os feitos relacionados à atividade canavieira, registravam a situação difícil que se abateria na dinâmica produtiva. De certo que, por muitas vezes, as reportagens que enfatizavam a crise eram associadas com pedidos de auxílios e responsabilização da situação para outras esferas que não aquelas ligadas aos mandatários das unidades. Isso pode ser exemplificado na reportagem de 5 de outubro de 1983 que trata das medidas concretas que o governo deveria tomar para sair da crise (figura 4).

Figura 4: Exemplo de pedido de auxílio para reversão da crise do setor sucroalcooleiro do Norte Fluminense (Monitor Campista, 5 de outubro de 1983).



Fonte: Monitor Campista (1983)

Deste modo, evidencia-se a necessidade e importância do uso dos jornais como fonte histórica, principalmente para o entendimento das relações de poder que permeiam as sociedades. Por meio das edições do Monitor Campista, foi perceptível como os jornais eram utilizados pela elite canavieira para defender seus próprios interesses, com a exaltação dos empreendimentos e ocultação dos aspectos negativos, como no caso da falência do setor sucroalcooleiro na região Norte Fluminense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou tecer considerações sobre a geo-história do Norte Fluminense, assim como discutir o conceito de região e sua invenção a partir de processos econômicos, políticos, sociais, culturais, etc., que são capazes de interagir entre si e se materializarem nesta espacialidade. Suas bases de criação datam do século XVI e tem vinculação direta com a atividade canavieira.

O Norte Fluminense é considerado uma “invenção” porque foi e é construído a partir de relações que são capazes de singularizar esse espaço, que é resultado das diferentes interações que foram e são presentes na sua delimitação. Como foi inventado e delimitado de forma histórica, possui características específicas que o representam para as demais espacialidades, permitindo um reconhecimento. Esse reconhecimento é intencional e fruto dos interesses dos grupos que exercem poder nessa região, utilizando para garantir seus interesses próprios.

Entendendo as mídias impressas como uma importante fonte histórica que é capaz de relatar os acontecimentos da sociedade e expor os ideais e vontades das elites locais, realizou-se o processo de análise de conteúdo do jornal Monitor Campista durante os anos de 1980, 1983 e 1985 buscando compreender como as mídias impressas foram utilizadas na tentativa de reverter a crise que assolava a produção sucroalcooleira, mobilizando o passado glorioso da região na tentativa de atrair investimentos. Para registrar essas dinâmicas, as capas dos jornais desse período foram registradas e, posteriormente, categorizadas, de modo em que conseguimos analisar os avanços e impactos significativos do declínio dessa produção na região Norte Fluminense.

Por meio da análise de conteúdo, instituímos uma relação direta entre o jornal Monitor Campista e as elites canavieiras locais, sobretudo no período de declínio da produção sucroalcooleira. Os grupos dominantes utilizaram dos periódicos impressos para evidenciar os seus próprios interesses, por muitas vezes ocultando os problemas com a produção e exaltando-a, remetendo a um passado glorioso da região que era interligado à cana-de-açúcar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, D.V. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, J. D. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas - uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, 2021.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

FARIA, T.P. Gênese da rede urbana das Regiões Norte e Noroeste Fluminense à luz do relatório do engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde. In: ENCONTRO NACIONAL DE ARQUITETO - ENCRUZILHADAS DO PLANEJAMENTO, 10., Belo Horizonte. **Anais eletrônico** [online], Belo Horizonte, 2003.

HAESBAERT, R. da C. **Regional-Global: Dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. 3o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

PARANHOS, P. A formação de São João da Barra. **Revista da ASBRAP– Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia**, Belo Horizonte, nº 16, 2010.

PIRIS, E. L. Ethos e pathos na primeira página do jornal. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v.40, n. 3, p. 1292–1302, 2016. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1253>. Acesso em: 14 jul. 2024.

RAMINELLI, R. Os limites da soberania régia A capitania da Paraíba do Sul entre 1727 e 1730. **Almanack**, Guarulhos, n. 19, p. 167-204, ago. 2018.

TRAVASSOS, T. **A transformação histórica do gênero capa de jornal**. 2010. TESE (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

MESQUITA, Zandor Gomes. **Entre a “di-visão”, o “arte-fato” e os “meios”: a “invenção” da região Norte Fluminense**. 2021. TESE (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2021.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, nº .37, p. 7-32, 1999.

PROGRESSO E MODERNIZAÇÃO NA ZONA DA MATA NORTE MINEIRA: A ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA DE VIÇOSA, MINAS GERAIS (1920-1926)

Dayana Debossan Coelho¹

RESUMO

A feição atual da paisagem da Universidade Federal de Viçosa (MG) é oriunda de um legado passado, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV). Esta constitui uma morfologia espacial, a qual indica uma possível porta de reconstrução de *realidades de outrora*. No sentido de recuperar as *espacialidades pretéritas*, a pesquisa “flerta” olhares, direcionamentos e metodologias com o campo da Geografia Histórica das Cidades e Territórios e também procede de um esforço de articulação entre este campo e a temática “Progresso e Modernização na Zona da Mata Norte mineira”. O objetivo deste artigo consiste em analisar a formação territorial da ESAV, buscando compreender os processos e formas espaciais resultantes da ação do Estado e das frações da classe dominante agrária. Para atingi-lo recorreremos às fontes primárias localizadas nas “instituições de memória” e as cotejamos com a literatura científica. A partir da coleta de dados no acervo documental constatamos que um dos registros da Geografia Histórica Territorial da Escola é a robusta presença da materialidade, de formas que se destacam na paisagem. A sistematização e análise dos documentos institucionais nos permitiram recriar, ainda que de maneira fragmentária, *geografias passadas* por meio dos vestígios, reminiscências e experiências da ESAV. Identificamos que os *vestígios* das fases pretéritas da Escola continuam a (co) existir no presente através das rugosidades. Estas, por fim, indicaram o papel central da paisagem na (re) constituição do passado social esaviano.

Palavras-chave: ESAV, Zona da Mata Norte, modernização, paisagem, rugosidade.

ABSTRACT

The current landscape feature of the Federal University of Viçosa (MG) derives from a past legacy, the Higher School of Agriculture and Veterinary (ESAV). This institution constitutes a spatial morphology, which indicates a possible path for reconstructing *past realities*. In order to recover *past spatialities*, the perspectives, directions and methodologies of the research “flirt” with the field of Historical Geography of Cities and Territories and also proceeds from an effort to articulate this field and the theme “Progress and Modernization in Northern Forest Zone of Minas Gerais”. The objective

¹ Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa, coordenadora do Laboratório Geografia Histórica das Cidades e Territórios (GEHOCITE/UFV). Contato: dayana.coelho@ufv.br. Tal artigo se insere na pesquisa “A hibridez como marca do urbano: geografia histórica das cidades, regiões e territórios da Zona da Mata Mineira (meados do século XVIII até começo do XX)”, coordenada por Maria Isabel de Jesus Chrysostomo, com apoio da FAPEMIG - Processo APQ-02730-23 e do CNPQ, processo 315765/2021-6.

of this article is to analyze the territorial formation of ESAV, seeking to understand the processes and spatial forms which result from the action of the State and from fractions of the agrarian dominant class. So as to achieve this goal, we resort to primary sources located in “memory institutions” and crosscheck them with scientific literature. From the data collection in the documentary archive, we found that one of the records of the School's Territorial Historical Geography is the robust presence of materiality, in forms that stand out in the landscape. The systematization and analysis of institutional documents allowed us to recreate, albeit in a fragmentary way, *past geographies* through the traces, reminiscences and experiences of ESAV. We identified that the traces of the School's past phases continue to (co)exist in the present through roughness. It finally indicated the central role of the landscape in the (re)constitution of the Esavian social past.

Keywords: ESAV, North Forest Zone, modernization, landscape, roughness.

INTRODUÇÃO

As marcas presentes na paisagem são pistas que revelam como a análise combinada das categorias tempo e espaço é frutuosa para elucidar as diversas técnicas sociais que se cristalizam nas formas de produzir, circular e habitar. É, a paisagem, como assinala Alain Corbin (2001), o resultado da sedimentação de leituras sucessivas, um palimpsesto. A temporalidade da ação constitui a História como uma dimensão da realidade, que adquire materialidade com a aderência ao espaço. Contudo, é preciso ir além da análise superficial e adentrar na morfologia para deslindar os conteúdos, isto é, detectar os processos que provocaram as distintas formas. À luz destes fatos, neste trabalho remeteremos à análise da paisagem e da formação territorial nos tempos pretéritos da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) de Viçosa, Minas Gerais.

A Escola resulta de um projeto de modernização territorial para a Zona da Mata capitaneado por Arthur da Silva Bernardes, o qual lançou Viçosa (sua terra natal) como cidadese de da instituição. Durante sua trajetória política conferiu ênfase à importância da região matense na economia de Minas, defendendo que nela se construiria o

progresso do estado². Nesse ínterim, podemos dizer que o principal intuito de Bernardes consistia em alçar Viçosa na rede de cidades influentes daquela zona a partir da ESAV.

Sua fundação atenderia a demanda específica das elites locais, qual seja: criar um epicentro educacional na Zona da Mata Norte, promovendo a dinamização do setor produtivo. A ESAV associada às demais instituições (de ensino primário e secundário) existentes (Ginásio de Viçosa, Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo e Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes) converteria Viçosa num chamariz para a constituição e fortalecimento de um mercado de investimentos educacionais e territoriais. Desse modo, a Escola representaria o “passaporte” para Viçosa ingressar na era moderna, uma vez que ao se instalar em terras viçosenses forneceria um novo estatuto simbólico, econômico e político à cidade.

A Escola tem sido objeto de diversas pesquisas devido às suas particularidades econômicas, sociais e educacionais. Verificamos, a partir de uma Revisão Bibliográfica Sistematizada (RBS)³, diversas modalidades de trabalhos em que os artigos (comunicações mais curtas) predominaram (14), seguido de dissertações (8), teses (4) e monografia (1). Embora reconheçamos a relevância destes estudos e as análises que promoveram às instituições e à sociedade – deixando claro que não estamos julgando a qualidade destas pesquisas (e seus méritos) – alguns aspectos merecem ser destacados: 1) aqueles que utilizam fontes primárias (70%) não estabelecem entrelaçamentos com a Geografia histórica; 2) seus limites estão vinculados à reflexões que tratam a criação da ESAV somente pelo viés da modernização agrária, memória institucional e extensão universitária – importantes, sem dúvidas, mas não as únicas lentes de interpretação do fenômeno espacial; 3) existe um hiato na seara geográfica (foi detectada apenas uma monografia) quanto à Escola.

² Adotando em suas administrações o subsídio às municipalidades, dentre os municípios agraciados com políticas agrárias se sobressaíam aqueles situados na Zona da Mata e no Sul do estado. Viscardi (1999) afirma que assim que Bernardes assumiu o governo de Minas (1918) alçou ao poder políticos da Zona da Mata para conduzir o Partido Republicano Mineiro, o que ascendeu a região política e economicamente.

³ Esta etapa consistiu no levantamento das produções científicas, para tal foram utilizadas o Portal Brasileiro de Publicações Científicas em acesso aberto (Oasis); a Biblioteca Científica Eletrônica Online (SciELO); Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc); o Portal de Periódicos da Capes; a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Repositórios Institucionais de diversas Universidades (Campinas, Juiz de Fora, Lavras, Uberlândia e Viçosa); Google Acadêmico, CEDEPLAR, Docplayer. Estes bancos de dados reuniram publicações regionais, nacionais e internacionais evidenciando a diversidade e credibilidade das pesquisas.



Nesse sentido, buscaremos a partir de prismas geográficos, contribuir com ponderações sobre o processo de modernização e a formação territorial da Escola. Para tal, filiaremos nossas investigações junto ao campo da Geografia Histórica, eis a originalidade desta pesquisa, uma vez que não há nenhuma com o enfoque territorial e nem que utilize aquele campo. Assim, nosso anseio consiste em ampliar, junto com as pesquisas já concretizadas, o arsenal de conhecimentos a respeito da Escola e apresentar uma outra porta de análise sobre este objeto de estudo.

O intuito deste artigo é analisar a formação territorial da ESAV localizada em Viçosa (MG), buscando compreender os processos e formas espaciais resultantes da ação do Estado e das frações da classe dominante agrária⁴. Tal trabalho procede do esforço de articulação entre a Geografia Histórica e a temática “Progresso e Modernização na Zona da Mata Norte mineira”. Idealizada por Arthur da Silva Bernardes, a ESAV foi criada pelo Decreto nº 6.053 em 1920 e inaugurada oficialmente em 1926. Este momento de passagem do plano da Escola para o projeto real (quando a instituição adquiriu concretude espacial) constitui o corte-transversal desta pesquisa.

Para atingir o objetivo e os demais questionamentos suscitados pela pesquisa recorreremos às fontes primárias localizadas nas “instituições de memória” (NORA, 1993). Coletamos no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa (ACH-UFV) fotografias e documentos institucionais (registro de imóveis, plano de desenvolvimento físico, planta etc.), que remetiam ao espaço da Escola em tempos pretéritos. Cotejamos a sistematização das fontes com a literatura científica a fim de ampliar o aporte teórico e empírico sobre o tema e confrontar com outros dados e informações obtidos na pesquisa.

A Escola constitui uma morfologia espacial, a qual indica uma possível porta de reconstrução de situações pretéritas, tendo isso em vista este artigo foi dividido em duas etapas. Na primeira parte do texto, buscamos compreender a formação do território da

⁴ As terminologias *classes produtoras*, *classes conservadoras*, *elites/oligarquias agrárias*, *classes dirigentes*, *classes laboriosas* não me parecem dar conta de contemplar um tempo determinado (a Primeira República) e o fenômeno agrário, pois expressam um caldeirão de diversas frações de classe. Aquelas denominações consideram as classes como um bloco monolítico (como se fosse possível os indivíduos estarem nivelados em um mesmo patamar econômico e social), quando na verdade as classes contêm diversos sujeitos. Ao recorrer à expressão *frações da classe dominante agrária* no corpo do texto estamos nos valendo de um recurso analítico, pois ao longo da pesquisa constatamos que o rótulo “elites agrárias” não traria explicações satisfatórias sobre os atores que detinham uma trama de poder nacional que se enraizava no regional.

Escola a partir do mercado de compra estabelecido entre o estado de Minas e os proprietários viçosenses, buscando evidenciar o domínio de criação das formas institucionais (parcelamento do solo). Num segundo momento procuramos identificar quais formas remanescentes da ESAV, rugosidades, ainda estão presentes na paisagem da UFV.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DA ESAV

A formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais (MORAES, 2005, p. 59).

É importante recuperar a história da **formação dos territórios atuais**, num **resgate retrospectivo dos processos** que levaram à conformação das áreas de dominação estatal, movimento que a partir de certo momento (variável em cada caso, mas passível de ser periodizado em diferentes porções do planeta) cruza e amalgama-se com a questão nacional (MORAES, 2005, p. 53, grifos nossos)

A formação territorial, sob o prisma espacial, é um processo cumulativo. O desenvolvimento histórico se faz sobre uma porção da superfície terrestre e, desse modo, a formação social tende a ser também territorial, uma vez que necessariamente se espacializa (MORAES, 2011). A epítome que “abre” esta secção nos conduz a pensar o processo de formação territorial do nosso objeto, a ESAV. De um lado, o território material que correspondia às formas, engendrado pela apropriação material das fazendas que constituíram a Escola; de outro lado, o território simbólico, aquele imaginado nos discursos e representações visuais (fotografias, plantas e mapas). O imaginário territorial comandou, inclusive, a apropriação e exploração de tal espaço, retroalimentando o processo de produção material. Logo, as simbologias sedimentavam um olhar idealizado de modernização antes mesmo do primeiro tijolo.

Na perspectiva de formação de territórios vinculados à questão nacional, podemos dizer que a ESAV, embora tenha sido concebida num espaço de exercício do poder estadual – associada à Secretaria de Agricultura de Minas Gerais – nasce a partir de um projeto educacional vinculado à criação das escolas superiores agrícolas no país. Na tentativa de compreender a formação territorial da ESAV resgatamos os processos retrospectivos que levaram a sua origem, sendo a fusão das doze fazendas adquiridas

pelo Estado uma de suas particularidades. A apropriação dos espaços das fazendas os colocou sob a órbita de uma dominação política: a união delas se tornou um patrimônio territorial do governo estadual, sendo a propriedade uma forma jurídica e uma forma espacial.

Nesta remissão de formação do espaço em tempos pretéritos, é oportuno lembrar que Arthur Bernardes baseado no parecer da comissão encarregada de situar a Escola em Minas Gerais sancionou por meio do Decreto nº. 5.806, de trinta de novembro de 1921 a desapropriação da área escolhida que englobava parte do vale do córrego do Paraíso e todo o terreno compreendido na bacia do Ribeirão São Bartolomeu até as cabeceiras – terrenos conhecidos como ‘Maria Luiza’, situados a dois quilômetros da sede municipal (LISBOA, 1935).

Localizado este sítio (Maria Luiza) coube então aos comissionários⁵ delimitarem a Escola. Apesar da comissão ter aconselhado a desapropriação do sítio escolhido, Fernando de Mello Vianna (então Procurador-Geral do Estado) foi a Viçosa e aconselhado por Arthur Bernardes resolveu comprar as fazendas ao invés de desapropriá-las (MUSEU HISTÓRICO E PINACOTECA DA UFV, 2018), já que muitos proprietários eram adversários políticos de Bernardes. A área total foi arrematada por 294:700\$000,00 (duzentos e noventa e quatro contos e setecentos mil réis). Paniago (1983) ao analisar as escrituras de compra e venda de bens de raiz realizadas pelo estado de Minas, apresenta a relação de vendedores e os preços de cada terreno em contos de réis (Quadro 1).

Quadro 1: Transmissão das propriedades para o Estado de Minas Gerais

Proprietário	Registro no Livro	Data	Localidade	Valor
Lino Lopes Rosado	Nº. 70 – Fl. 65	22/08/1921	Barbado	40:000\$000
Christiano Machado	Nº. 70 – Fl. 66 v	22/08/1921	Alto da Boa Vista	26:000\$000

⁵ Raul de Moura Soares (então Senador de Minas Gerais) e Arthur Bernardes incumbiram Peter Henry Rolfs (agrônomo norte-americano) de chefiar uma comissão técnica idônea com intuito de selecionar o município que sediaria o estabelecimento de ensino superior no interior do estado. A comissão foi composta por importantes membros da elite rural e intelectual mineira, a saber: Arduíno Bolívar (membro ilustre da Academia Mineira de Letras), Álvaro Astolfo da Silveira (diretor da Secretaria de Agricultura do estado) e Mario Monteiro Machado (ilustre fazendeiro da Zona da Mata). Estes comissários representavam as regiões da Zona da Mata e Centro e estavam interrelacionados pelos interesses que possuíam pela produção cafeeira.

Alberto Álvaro Pacheco	Nº. 71 - Fl. 16 v.	23/01/1922	Alto da Boa Vista	25:000\$000
Octavio Otaviano Pacheco	Nº. 71 – Fl.17 v.	23/01/1922	Recta	33:000\$000
Laurentino Gonçalves de Paula	Nº. 71 – Fl. 19	23/01/1922	Boa Vista/Barbado	3:600\$000
Alexandre Ferreira da Silva	Nº. 71 – Fl. 22	24/01/1922	Campo Alegre	130:000\$000
João Tristão Gonçalves Guimarães	Nº. 71 – Fl. 24 v.	24/01/1922	Pasto do Barão	9:000\$000
Antônio Vitarelli	Nº. 71 – Fl. 31	06/02/1922	Olaria	14:000\$000
Laurentino Gonçalves de Paula	Nº. 71 – Fl. 33	06/02/1922	Barbado	3:600\$000
Joventino Otávio de Alencar	Nº. 71 – Fl. 34	06/02/1922	*	2:000\$000
Joaquina Cândida de Miranda	Nº 71- Fl. 25	07/02/1922	Campo Alegre	4:500\$000
Randolpho Lopes de Faria Franco	Nº 72 – Fl. 12	22/06/1922	*	4:000\$000
Total				294:700\$000

*Informações não encontradas

Organizado por Dayana Coelho (2018).

Fonte de dados: Paniago (1983, p. 227, 228 e 229) e Cartório de imóveis (1996).

A área total adquirida contava com 453 hectares, sendo que as propriedades de Alexandre Ferreira da Silva e Joventino Octávio de Alencar juntas detinham a maior extensão territorial (47%) em relação às demais fazendas: 213,696 (ha). O parcelamento territorial (e a conseqüente criação de novas formas espaciais) desenrolou-se em dois momentos: nos anos 1921, quando Lino Lopes Rosado e Christiano Machado foram os primeiros a vender suas terras e a partir do ano de 1922, quando a maior parte dos proprietários transferiram seus terrenos ao governo do estado intensificando o parcelamento. Importante sinalizar que já havia uma territorialização preexistente (anterior a 1921) nas antigas fazendas representada pelos fazendeiros e seus campos de cultivo. Com a transformação e um espaço privado (das fracções da classe dominante agrária viçosense) em espaço público (do governo estadual) e institucional (após 1921), ocorreu uma nova territorialização expressa pelos personagens envolvidos com a Escola (P.H. Rolfs; João Carlos Bello Lisboa - engenheiro e vice-diretor da Escola; operários; comissionários etc.). Estes através de novas técnicas agrícolas (com experimentos científicos) deixaram suas marcas de poder no território esaviano.

RUGOSIDADES ESAVIANAS EXPRESSAS NA PAISAGEM DA UFV

O processo de formação territorial se constituiu num campo fértil para as heranças do passado da ESAV. Maia (2019) a esse respeito afirma que no espaço herdado, o estudo das paisagens pode proporcionar a valorização atual do passado, quer no sentido de recompor o desenvolvimento da paisagem, quer no de restaurar as do passado por meio da paisagem presente. Ou seja: através da perspectiva material de construção do espaço é possível inferir diferentes temporalidades que nos permitem efetuar análises tanto na perspectiva sincrônica quanto diacrônica. Neste último caso, o conjunto de rugosidades podem indicar o papel central da paisagem na constituição do passado social.

Vimos no tópico anterior que a compra de terrenos foi o início da primeira fase de construção do campus e, assim, a demarcação das fazendas que constituiriam a ESAV delimitou um espaço de poder das lideranças políticas viçosenses. O reconhecimento do território feito por Peter Henry Rolfs e demais comissionários se firmou na detecção de artefatos naturais na paisagem esaviana como rios, campos, matos, morros etc., como podemos observar na Figura 1⁶. Nela, como pontua Borges (2006), Rolfs fotografou agrimensores em serviço captando dados topográficos dos planejamentos territoriais iniciais.

A Figura exhibe os primórdios das medições topográficas das fazendas e a tecnologia utilizada pelo comitê para obter uma “leitura” do território. Apesar de em algumas fotografias esavianas aparecerem casas, depósitos de materiais, estábulos e demais infraestruturas, em outras a presença da paisagem pictórica se destacava. Nesse aspecto, o território tinha que ser desbravado e dominado e as fronteiras entre os terrenos públicos e privados reestabelecidas, logo, era necessário domesticar este espaço “selvagem” (o mato) que se diferenciava do espaço dos homens de poder (a cidade) levando àquele os holofotes da ciência.

⁶ Nesta paisagem as fazendas já haviam sido compradas.

Figura 1: Medições no Vale do Xaxá (apelido do fazendeiro Alexandre Ferreira da Silva)



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

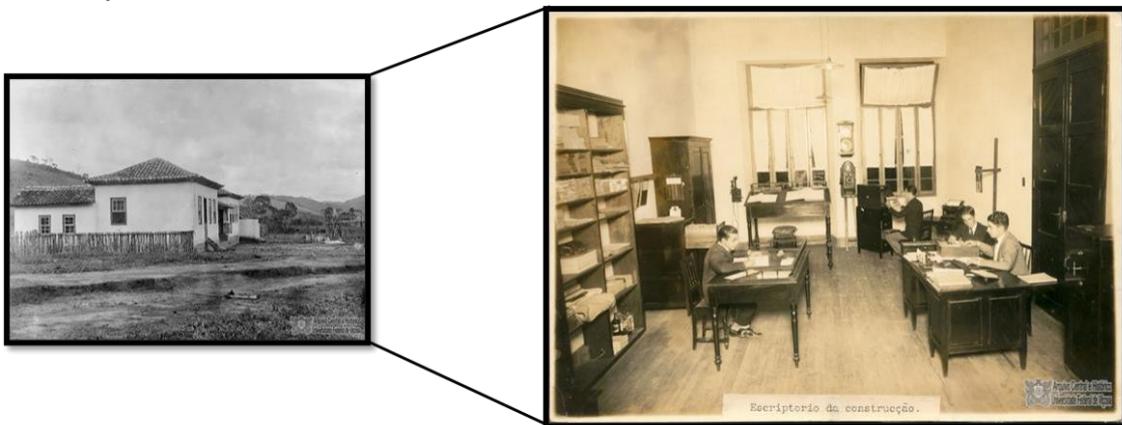
A paisagem das fazendas sofreu transformações espaciais através do tempo, havendo conversão nas suas formas e funções espaciais⁷. Pensando que as formas de uma paisagem são oriundas de processos passados que aconteceram na estrutura subjacente, observamos que a casa (forma) que abrigou a família do fazendeiro Cristiano Machado se transformou no escritório da construção da ESAV, mudando sua função (Figura 2). A residência do diretor (P. H. Rolfs) também experimentou o mesmo processo se transformando em casa de hóspedes (2012) e, posteriormente, em Museu Histórico (1986). Há, portanto, um processo dialético entre forma e função por meio do tempo.

As formas remanescentes de períodos anteriores Santos (2012, p. 140) denomina de rugosidades, isto é, “ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. As rugosidades podem se mostrar como formas (naturais ou artificiais) isolada ou em conjuntos. Pensando nisso, das doze fazendas vendidas ao Estado, a única edificação remanente das fazendas

⁷ Para esta análise nos inspiramos em Santos (2008, p. 69), o autor coloca que a “forma é o aspecto visível de uma coisa”, um arranjo ordenado de objetos e a função diz respeito a uma “tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa”. A função está justamente vinculada com sua forma, nesse sentido, a função é a atividade fundamental de que a forma se blinda.

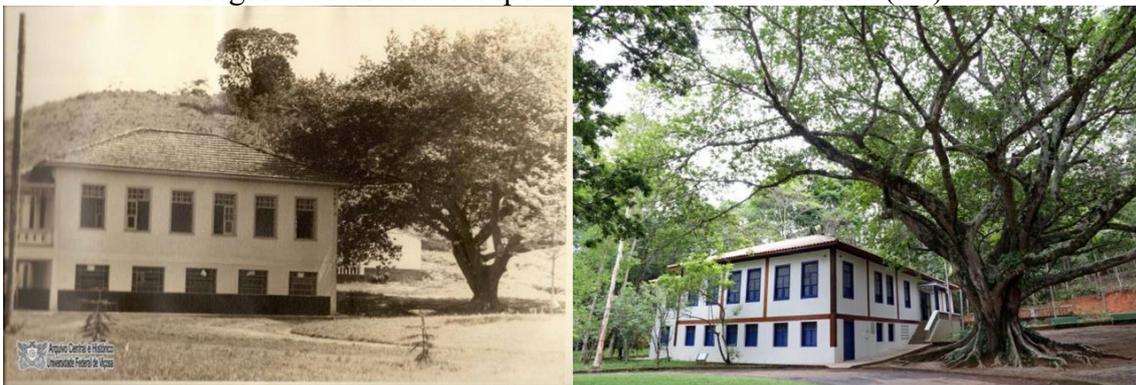
adquiridas por ocasião da criação da ESAV foi a casa sede que constituiu a Fazenda Campo Belo (Figura 3) também conhecida como Fazenda do Xaxá – mais tarde o casario foi incorporado ao Departamento de Engenharia Florestal (setor de Dendrologia) da UFV. Ela funcionou inicialmente com um dos escritórios e almoxarifado da construção, depois passou a ser residência de professores.

Figura 2: Casa de Cristiano Machado, posteriormente transformada em Escritório da Construção



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Figura 3: Fazenda Campo Belo ou Fazenda do Xaxá (s/d)



Fonte da Figura à esquerda: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Fonte da Figura à direita: foto de Ítalo Stephan.

As rugosidades das fases pretéritas da ocupação da Escola e que continuam a existir no presente, além da Fazenda do Xaxá, são: a casa do antigo diretor (atual reitoria); o edifício principal (o mais antigo da UFV); a estaçãozinha (estação cultural); a ferrovia (hoje desativada, mas seus trilhos continuam no perímetro da UFV); os



campos de experimentação e cultivo da Agronomia; a Avenida da Reta (que posteriormente recebeu denominação de Avenida P. H. Rolfs). Tais formas preservadas mudaram de função e compõem os indícios (concretos, residuais e históricos) do passado da ESAV na atual paisagem da UFV.

Portanto, um dos registros da Geografia Histórica da Escola é a robusta presença da materialidade, de formas que se destacam na paisagem. Outra obra de notoriedade na paisagem esaviana foi as quatro pilastras, as quais demarcam a transição entre a entrada da Escola e do tecido urbano. Diferente das demais, esta materialidade manteve sua forma e sua função praticamente intactas, isto é, as pilastras construídas no final dos anos 1920 ainda se mantêm na atualidade como fronteira material (concretude espacial) e simbólica que separa a “ilha de letrados” e o grosso da população sem acesso ao ensino superior. Trata-se, destarte, de uma “zona cinzenta” (para não dizer contraditória) que ao mesmo tempo aproxima e separa Viçosa da Universidade.

Ainda a respeito das quatro pilastras é interessante notar que foram grafadas as seguintes palavras em latim na entrada da Escola: Ediscere, Scire, Agere, Vincere⁸ e na saída estas mesmas palavras em português. O que nos induz a pensar uma espécie de metáfora que assinala uma “entrada nebulosa” dos alunos na instituição sem deter o que os idealizadores da Escola denominaram de ‘métodos de ensino modernos’. E uma “saída” em que os profissionais em agronomia portariam o dito ‘conhecimento útil e prático’. Consideramos também que, ideologicamente, os verbos (estudar, saber, agir, vencer) sinalizavam o potencial caminho de sucesso da instituição, marcando o seu esplendor e glória.

À GUISA DE CONCLUSÃO: ECOS DAS REALIDADES DE OUTRORA

O ordenamento espacial da Escola⁹ com base no recuo em épocas *pretéritas* influenciou, em alguma medida, o arranjo hodierno da Universidade Federal de Viçosa

⁸ Gomide (1996, p. 19) salienta que durante as Reuniões Gerais que eram efetuadas nos primeiros tempos da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, o professor João Moogen de Oliveira “[...] teve a feliz ideia de dar a seguinte interpretação às letras componentes da sigla: E (estudar), S (saber), A (agir), V (vencer)!”

⁹ A ESAV foi inaugurada em 1926 e funcionou até 1948, quando o governo do estado a transformou em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Sua federalização ocorreu em 1969, momento no qual passou a ser nomeada Universidade Federal de Viçosa (UFV).

(UFV). Isto é, ao efetuar uma análise do passado para o presente verificaremos que a ESAV por meio da sua formação territorial se constituiu como célula-tronco da UFV. Prova disso, são as formas remanescentes da Escola, as rugosidades, que ainda estão presentes na Universidade demonstrando os *vestígios* das fases pretéritas que continuam a (co) existir no presente. Sem pretensão de esgotar a totalidade do assunto, nesta pesquisa buscamos nos aproximar das realidades de outrora da instituição para recuperar as *espacialidades pretéritas* que, por sua vez, tangenciam as espacialidades da contemporaneidade expressas na UFV. Daí a importância da Geografia Histórica Territorial, posto que ela nos permitiu recriar, ainda que de maneira fragmentária, *geografias passadas* por meio dos vestígios, reminiscências e experiências da Escola.

A prática espacial do benfeitor da Escola, Arthur Bernardes, de localização dos terrenos, de alocação de infraestruturas (água, luz, abrigos, bueiros, posto meteorológico, biblioteca, residências etc.), de criação das formas institucionais (parcelamento ou reparcelamento de terras, traçados das vias) refletiu nitidamente na paisagem das fazendas que deram origem à Escola. Cada fazenda funcionou como uma “célula territorial” que deu origem ao arranjo espacial da ESAV. A conexão entre tempo e espaço nos permitiu desvendar processos e formas espaciais resultantes da ação humana em seu processo de territorialização. Assim, ao se apropriar do espaço das fazendas e transformá-las em sua propriedade, o Estado definiu o território da ESAV.

Admitimos e reconhecemos a incapacidade de *recuperar* todas as evidências do passado. Efetuamos, de certa forma, um esforço de aproximação das *realidades de outrora* da ESAV, analisando geograficamente seus vestígios materializados nas fontes primárias e na paisagem da UFV. Parafraseando Corazza (2002, p. 2) esperamos que esta escrita funcione como uma flexa “[...] que um pensador atira, assim como no vazio, para que outro a recolha e possa, por sua vez, também enviar a sua, agora em outra direção”, abrindo novas perspectivas de investigação sobre a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa.

Muitas questões ainda não foram plenamente resolvidas, pois correspondem a uma necessidade que o próprio ato de pesquisa requer. O estudo, por exemplo, da organização e do processo de ocupação do espaço interino da ESAV necessita de outros “temperos”. Por isso não acreditamos que esta secção denominada de conclusão seja, de fato, o fechamento deste trabalho. Consideramos que se trata muito mais de

considerações iniciais, uma vez que há a indispensabilidade de ampliação de pesquisas que possam delinear outros contornos e compor as demais peças do quebra-cabeça “ESAV: o estudo do passado”. Eis um convite a todos (as)

REFERÊNCIAS

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). **Acervo fotográfico da ESAV**. Fundos e Coleções: Escola Superior de Agricultura e Veterinária (1920-1926). Avenida Peter Henry Rolfs, s/nº, Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). ALVES, Claudio Augusto de Magalhães. **Campus da Universidade Federal de Viçosa: plano de desenvolvimento físico**. Viçosa: UFV; Imprensa Universitária, 1969.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). **Cartório de Imóveis**. Escrituras, v. 1. 1996. República do Brasil. Comarca de Viçosa, Minas Gerais. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). LISBOA, João Carlos Bello. **Histórico e Atualidade da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais**. Conferência realizada na Associação Commercial de Minas Gerais, em Bello Horizonte, 1935. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

GOMIDE, Tarcísio. **Universidade Federal de Viçosa: esboço de uma síntese histórica**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 1996.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MUSEU HISTÓRICO E PINACOTECA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Planta da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa**. 2018. Avenida Peter Henry Rolfs, s/nº, Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 08 set. 2020.



SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Edusp, 2012.

SILVA, Marcelo Werner da. A geografia e o estudo do passado: conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis** (Nova Série), n. 1, p. 1-8, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabilis.246>. Acesso em: 02 jun. 2021.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República. **Locus: Revista De História**, v. 5, n. 2, p. 89-99, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20491/10910>. Acesso em: 15 out. 2019.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CAPARAÓ (1870-1914)

Mateus Ribeiro de Souza¹
Carlo Eugênio Nogueira²

RESUMO

Desde o início do século XIX incursões com a intenção de dominar as áreas a norte e sul do Rio Doce partiram do litoral do Espírito Santo e do centro de Minas Gerais. A Serra do Caparaó, de interesse deste artigo, teve seu processo de formação territorial mediado pelo plantio do café durante o final do século e faz parte de políticas territoriais do império e da república brasileira que visavam a ocupação dos fundos territoriais. Este trabalho pretende entender as forças que atuaram na valorização do espaço e da formação do limite territorial entre Minas Gerais e Espírito Santo na região do Caparaó. Como consequência, a investigação do processo de povoamento e colonização da região será apreciada a partir da análise teórica do sertão, das fronteiras e do território.

Palavras-chave: fronteira, sertões do leste, Caparaó, formação territorial

ABSTRACT

Since the beginning of the 19th century, incursions have been made with the intention of dominating the areas north and south of the Rio Doce, starting from the coast of Espírito Santo and the center of Minas Gerais. The Serra do Caparaó, of interest to this article, had its territorial formation process mediated by the planting of coffee during the end of the century and is part of the territorial policies of the empire and the Brazilian republic that aimed the occupation of territorial funds. The work aims to understand the forces that acted in the valorization of space and the formation of boundaries between Minas Gerais and Espírito Santo in the Caparaó region, in addition to investigating the occupation process through theoretical analysis of the hinterland, borders and territory.

Keywords: borders, east hinterlands, Caparaó, territorial formation.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto dos estudos iniciais do mestrado do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. O trabalho pretende entender os processos de formação territorial da região do Caparaó, entre os limites territoriais do sul do Espírito Santo e leste de Minas Gerais. Assim, interessados especificamente na situação de fronteira do Caparaó, utilizamos alguns autores para

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

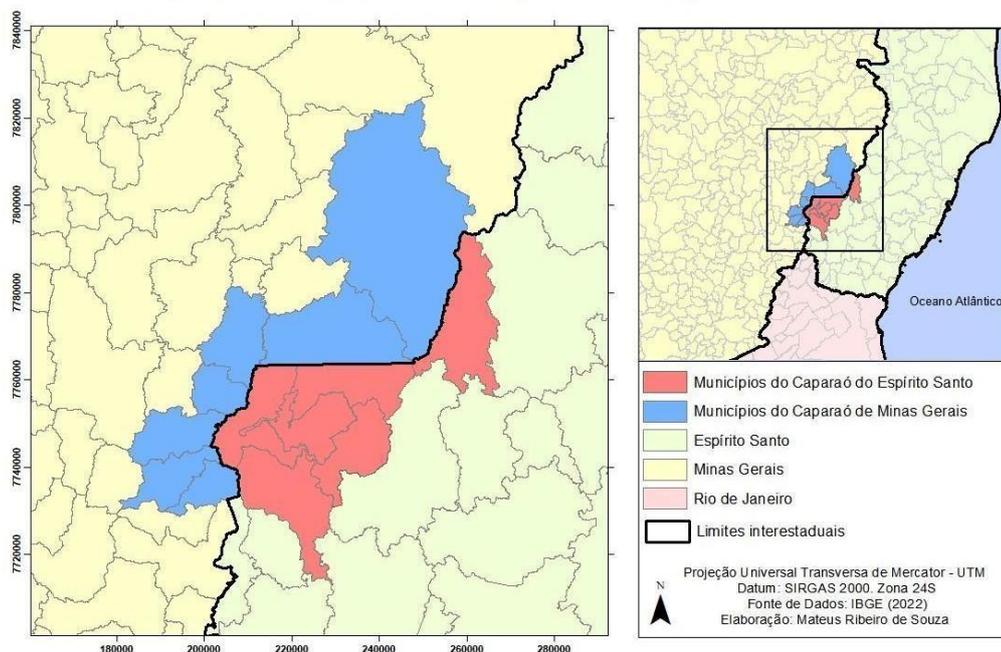
² Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

pensar o conceito de território na perspectiva da valorização e dominação do espaço. Os territórios são áreas onde grupos reivindicam o exercício legítimo do poder. Na perspectiva em que se deseja estudar, cabe a definição do território usado:

Já o território usado, num uso não ortodoxo do conceito, pode ser caracterizado como constituído pelas áreas efetivamente apropriadas por meio da colonização que afirma a conquista – os lugares com ocupação consolidada, portanto –, uma vez que dentro de um espaço de dominação política existem áreas que não se encontram incorporadas aos fluxos colonizadores com povoamento e/ou exploração. A essas últimas áreas, que constituem parte do patrimônio territorial sob jurisdição e domínio político de um Estado ou grupo social, mas que não estão realmente ocupadas, chamamos fundos territoriais, querendo com isso designar aquilo que na ótica dos que exercem uma influência decisiva nos movimentos de conquista seriam verdadeiros espaços de reserva para futuras ações colonizadoras. (NOGUEIRA, 2012, p. 2)

Dessa forma, tomando o território, nos termos citados, pretende-se fazer uma leitura da ocupação e dominação do Caparaó considerando as singularidades do local, isto é, construir uma explicação geográfica para como o processo de valorização do espaço (MORAES, 2014) se manifestou na área aqui considerada.

Figura 1: Área dos atuais municípios da área objeto de interesse deste trabalho



Para efeito de contextualização, o que atualmente é conhecido como Caparaó se refere a uma cadeia de dobramentos de elevada altitude, chegando até a quase 3 mil metros em alguns pontos, correspondendo ao limite territorial oeste do Espírito Santo,



do sul do estado até os arredores da margem sul do Rio Doce junto a região do leste de Minas Gerais (oficialmente chamada Zona da Mata). O mapa acima permite melhor visualização (figura 1).

A ocupação do Caparaó por portugueses, abertura de roçados por sertanejos e fazendeiros ocorreu principalmente a partir de 1870 para o plantio de café como parte das políticas territoriais do período imperial brasileiro (1822-1889) de ocupação de novas áreas, os primeiros povoados e fazendas estão portanto ligados a produção cafeeira que foi a forma principal com o que o modo de produção capitalista adentrou o Caparaó, em outras palavras, é possível perceber como a valorização do espaço expressa a lógica com que foi organizado o modo de produção na área (MORAES, 2014).

Essas localidades faziam parte do que era conhecido durante o período colonial e imperial como “sertões do leste”, no caso do Caparaó se referia a uma densa floresta tropical povoada por indígenas das etnias Puri, próximo às áreas de maior altitude e um conjunto de outras etnias do tronco linguístico Marco-Gê, que eram conhecidas pelos portugueses genericamente como “botocudos” nas áreas próximos ao Rio Doce, na porção norte. Os aspectos políticos da ideia de sertão e do que caracteriza o emprego do termo serão aprofundados ao longo do trabalho junto à questão das fronteiras em seus vários tipos.

Primeiro, precisamos lembrar que estamos tratando do território usado, até onde avança a “civilização” frente ao outro não-humano, os indígenas. É possível supor então uma fronteira civilizacional que dê conta de entender este lugar de avanço e apropriação de recursos naturais. Essas frentes de avanço, as frentes pioneiras com a presença do capital na produção e as frentes de expansão, com o avanço demográfico, ajudam a explicar as especificidades do Caparaó no processo de sua incorporação ao capitalismo através da produção de café naquele período histórico do Brasil, assim:

As relações que na história da fronteira no Brasil têm precedido o avanço da frente pioneira propriamente dita não se caracterizam pela ação do empreendedor que expande a reprodução capitalista do capital no território novo. Antes, sua ação é no sentido de estender as relações mercantis além dos limites do território propriamente incorporado na reprodução capitalista do capital. Há um limite além do qual não é possível extrair renda capitalista da terra. Provavelmente por isso, os territórios sobre os quais se move a frente de expansão são claramente marcados pela ausência da propriedade fundiária moderna, predominando a posse efetiva ou o aforamento. A teoria



da fronteira é, no meu modo de ver, basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital. (MARTINS, 1997, p. 157)

Por fim, trabalharemos associando os conceitos de fronteira, sertão e território pautados sempre pela interdisciplinaridade que a geografia histórica permite e promove para compreender a complexidade, ou pelo menos oferecer uma luz, sobre o processo de ocupação do Caparaó e posteriormente a formação dos limites territoriais entre Minas Gerais e Espírito Santo, guiados ainda pela compreensão das singularidades histórico-espaciais, discutidos anteriormente, que compõem a situação de fronteiras.

OS SERTÕES DO LESTE E A FRONTEIRA

A política territorial lusitana sobre a colônia brasileira não foi exatamente rompida mesmo após a independência declarada em 1822, o processo de formação territorial do Brasil ao longo de todo o século XIX repetiu a imposição de demarcação territorial em lugares ainda sequer visitados pelos responsáveis pela demarcação, uma espécie de imposição de poder a ser efetivado. De acordo com Raffestin (1993, p.153): falar de território é “[..] fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”.

A ocupação de áreas internas é marcante no processo de formação do território brasileiro, uma “expansão para dentro” (MARTIN, 1993). É nesse sentido que se insere a ocupação do Caparaó, na segunda metade do século XIX e depois a formação do limite territorial entre Minas Gerais e Espírito Santo em 1914.

As áreas do sertão do leste, embora estivessem dentro do território colonial português e depois do império brasileiro, eram espaços desconhecidos e nunca antes explorados pelos colonizadores, a colônia utilizava esses espaços de densa floresta e populações indígenas para mitigar o tráfico de ouro vindo de Minas Gerais em direção ao litoral, uma espécie de fundo territorial utilizado como barreira alfandegária. O limite territorial entre os dois estados era desconhecido e quando representado nos mapas correspondia ao interesse de quem estava produzindo, o alvará de criação da capitania de Minas Gerais em 1720 não deixa claro as fronteiras da capitania, na prática o Espírito Santo correspondia ao litoral e Minas Gerais a região de produção de ouro (FOLETTTO,

2019).

Ainda no final do século XVIII, com a queda da produção de ouro em Minas Gerais, os camponeses mineiros começaram a migrar em direção ao leste. No Espírito Santo, embora em menor intensidade, o processo aconteceu na direção oposta, o oeste:

Uma das tentativas de colonização no interior do Espírito Santo se deu em 1771, quando foi concedido o aproveitamento da riqueza aurífera das Serras do Castelo. Contudo, os intensos ataques dos índios Puris aos mineradores, expulsando-os para o litoral de Itapemirim, dificultaram esse processo de interiorização. (FOLETTTO, 2019, p. 44)

Observa-se então que a segunda metade do século XVIII foi marcada por pequenas incursões do litoral do Espírito Santo em direção ao oeste, a maioria impedida pelos indígenas Puri e pelo desconhecimento da região por parte dos colonizadores. O entorno do Caparaó, por outro lado, permaneceu ainda não ocupado por mais tempo, até o final do século seguinte ainda não havia uma população expressiva.

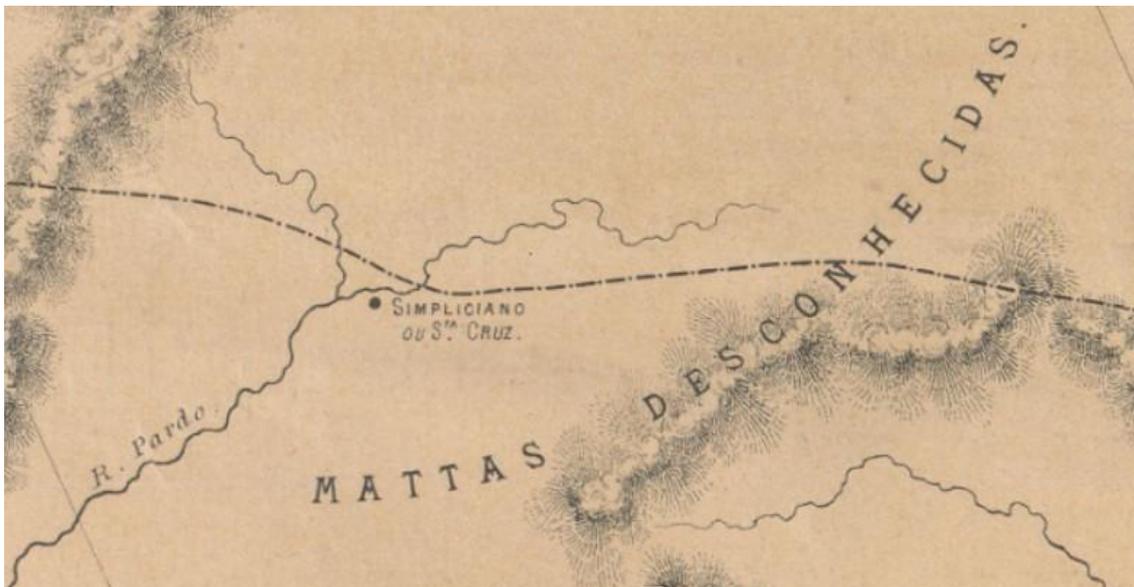
O sertão indicaria exatamente estes lugares pouco povoados, inóspitos e com sérios problemas a serem resolvidos, isto é, uma indicação negativa que demonstrava a necessidade de ocupação e solução dos problemas, como por exemplo, casamento entre pessoas brancas e indígenas, poligamia e contrabando de ouro, considerando que em um território a vigilância sobre o acesso desempenha papel crucial, com o objetivo de “influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos” (Haesbert, 2002), os sertões seriam localidades “fora do controle” ou a prova da existência de fronteiras internas que ameaçavam a nacionalidade (Espindola, 2008) ainda em construção no século XIX.

Se tratando da região do Caparaó, há uma sobreposição de tipos diferentes de fronteira, a fronteira civilizacional, especialmente no final do século XIX, isto é, a fronteira entre o homem branco lusitano e os indígenas e camponeses desbastados e posteriormente, com o acordo entre Minas Gerais e Espírito Santo sobre a área, uma fixação do limite territorial entre os dois estados. Portanto, de acordo com Martin (1993):

Desse modo teríamos a "fronteira" como um espaço que separa duas coisas distintas, o limite como a borda de cada uma dessas coisas e a divisa finalmente, dividiria uma mesma coisa em duas. A 'coisa' pode ser tanto o Estado enquanto entidade jurídica quanto o território, como categoria geográfica, quanto os grupos sociais com suas identidades culturais, econômicas, ou políticas (MARTIN, 1993, p. 88).

O sertão é como foi dado sentido a ideia de fronteira no Brasil (VIDAL; SOUZA, 2011), isto é, o sertão é o lugar da fronteira, onde impõe-se uma territorialidade nova, na medida em que o sertão se trata de um veículo de modernidade (MORAES, 2011), no caso do Caparaó se desdobrando décadas depois em uma disputa pelo limite territorial entre os dois estados. Como dito anteriormente a formação territorial do Brasil historicamente está baseada no povoamento de novas áreas, por isso a reprodução do capitalismo no Brasil é extremamente dependente da renda da terra (MARTINS, 1997) e dessa forma o sertão cumpriu nesse período o papel de carregar na sua definição a possibilidade da superação de fronteiras internas e expansão do modo de produção capitalista através da territorialização de novas áreas e, no caso aqui estudado, através do plantio de café. É interesse desta pesquisa investigar os diferentes agentes desse processo, as personagens que construíram os diferentes tempos históricos na formação dessa fronteira em um contexto de queda da produção de ouro e conflito entre grupos políticos mineiros, capixabas e indígenas. É possível perceber as mudanças históricas na perspectiva da dominação do espaço pelo mapa a seguir (figura 2).

Figura 2: Região da Serra do Caparaó em 1850 no limite entre Minas Gerais e Espírito Santo



Fonte: Rio de Janeiro, RJ: Lith. Imp. de Rensburg, [1850]. 1 mapa, 38 x 82cm.

Durante a primeira metade do século XIX o Caparaó ainda não era identificado como sertão mas como local desconhecido, têm-se portanto um traçado genérico de

limite territorial, ao sul do Rio Doce traçava-se onde se imaginava haver uma sequências de acidentes geográficos através de escassos relatos, o mapa nos induz a imaginar um território já dominado, antes mesmo de seu povoamento, uma “ilusão cartográfica” (MARTIN, 1993).

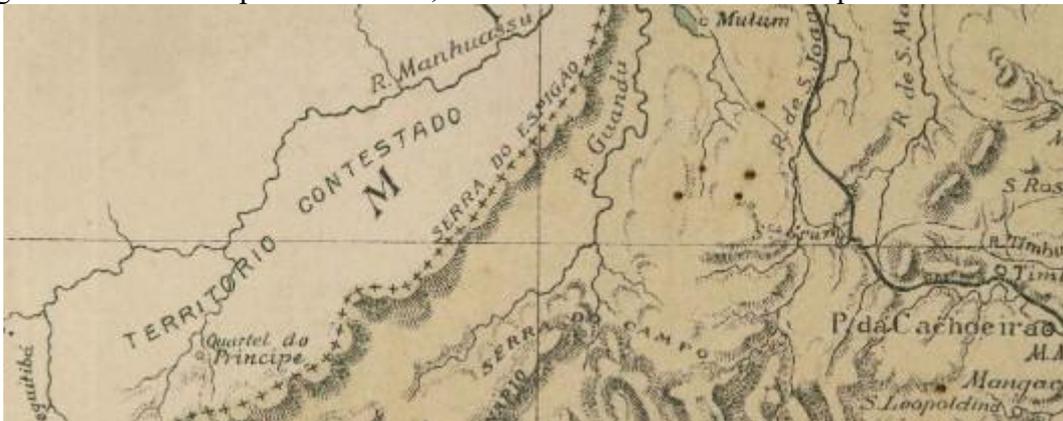
O motivo para esse desconhecimento é que até 1796 havia uma proibição de ocupação da área que corresponde atualmente ao Caparaó e aos arredores do Rio Doce, entre Minas Gerais e Espírito Santo. Após o fim definitivo da proibição, a região passou por incursões para reconhecer a área partidas de Minas Gerais, ainda assim não houve definição exata de onde ficariam os limites territoriais, a confluência dos rios Guandu e Manhuaçu até a Serra do Caparaó foram usadas como definidoras da fronteira (Espindola, 2008).

A ocupação da área se intensifica principalmente a partir de 1870 com a importância que o café toma para a economia do império, a fronteira civilizacional avança sobre o Caparaó com imigrantes portugueses, camponeses pobres e abertura de estradas e outros mecanismos territoriais, como os quartéis, para demarcar poder e abrir as primeiras fazendas.

Na transição para o período republicano no Brasil, justamente durante a dominação do Caparaó, há uma mudança de sentido, sertão passa a ganhar uma conotação positiva, entendido como o local do verdadeiro brasileiro, com hábitos tradicionais, o que passa a faltar no sertão é a modernização para explorar sua potencialidade. Embora exista certa continuidade entre império e república em termos de ocupação dos fundos territoriais, há uma diferença de sentido. Esta mudança acontece em um momento de afirmação da identidade brasileira através da modernização do território. Como podemos ver no mapa 4, logo no início do século XX o que antes era entendido como “desconhecido” ou como “sertões do leste” já aparece com alguns povoados ligados à produção de café e como território contestado. De acordo com Moraes (2011)

[...] A cafeicultura vai aparecer como o maior vetor de ocupação territorial no Brasil a partir de meados do século XIX, sendo explicativa da gênese da concentração produtiva e populacional ainda existente na atual conformação do território nacional (MORAES, 2011, p. 116).

Figura 3: Área do Caparaó em 1908, limite entre Minas Gerais e Espírito Santo



Fonte: Bahia: [S.l.], [1855-1937]Atlas dos Estados Unidos do Brasil. 1 mapa, color., 79 x 95 cm.

O processo testemunhado na região do Caparaó é na verdade uma saga propriamente brasileira, o avanço das frentes de expansão sobre territórios indígenas foi um dos fatores fundantes da própria identidade nacional, ocupar as áreas e povoar justifica o próprio objetivo dessas ocupações, assim:

Com a emancipação política em 1822 era necessário consolidar o novo Estado nacional, numa situação em que quase metade da população era constituída de escravos: na dificuldade de identificar-se como uma nação, o Estado brasileiro toma o território como centro de referência da unidade nacional, vendo seu povoamento como a tarefa básica a ser realizada no processo de construção do país. Tal concepção espacialista enraíza-se na cultura política do Brasil estimulando argumentações de forte conteúdo geográfico que adentram pelo século XX, fundamentando algumas das principais interpretações do país nas primeiras décadas republicanas. (Moraes, 2002, p. 33)

Transcorreu-se mais de um século no Caparaó entre a liberação das atividades em 1796 e o traçado final do limite territorial entre Minas Gerais e Espírito Santo em 1914, isto é, a capacidade do Estado e das forças políticas institucionais de efetivarem seu poder sobre aquela área custou mais de um século. Vejamos pois que o desenho das linhas dos limites territoriais não expressam constituições naturais, são na verdade essencialmente, expressões de poder, a formação do território é portanto cumulativa, está em movimento, é o objeto empírico da valorização do espaço (MORAES, 2002).

Os diversos personagens: a civilização capitalista cristã moderna frente aos indígenas, os camponeses e os grandes proprietários de terra e a sociedade urbana de maior concentração demográfica, o enredo dessa diversidade de desencontros da fronteira, quando no Caparaó, ainda serão melhor aprofundados durante o curso do



mestrado.

A demarcação do limite territorial entre Minas Gerais e Espírito Santo no Caparaó seguiu uma linha reta, ao sul da linha o definidor é o curso do Rio José Pedro e ao norte por uma sequência de acidentes geográficos, em 30 de novembro de 1914 foi proferida a seguinte decisão do Supremo Tribunal Federal em uma organização especial chamada de Tribunal Arbitrário, criado para resolver este imbróglio, segue a decisão:

Por força desse Convênio, ficaram sujeitas à decisão arbitral: a) os limites da região definida como Contestada pelo anterior Convênio de 14 de julho de 1911, entre os ditos Estados, e topograficamente levantada pelos Engenheiros Alvaro A. d'Silveira de Ceciliano A. de Almeida, incumbidos dessa diligência técnica, determinada por este mesmo Convênio; b) Os limites ao norte do Rio Doce, unicamente nos lugares onde há solução de continuidade, na Serra de Souza, ou dos Aymorés, pois que, onde esta serra é contínua, pela linha de suas cumiadas correm os limites até o Rio Mucury, segundo declara o próprio Convênio. A área a ser topograficamente levantada estabeleceu o ajuste preliminar de 14 de julho de 1911 – é limitada pela Serra Geral, desde a Serra do Caparaó até a do Espigão, pelo Rio Doce, do ponto em que a fronteira do Espigão até a embocadura do rio Manhuassú, por este rio, até receber o Rio José Preto e por este até as suas nascentes. (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1914)

O documento ainda dá conta que onde não houvessem barreiras naturais para serem usadas como limite territorial, deveriam ser usadas linhas retas” (Foletto, 2019), interessante observar que a escolha por “fronteiras naturais” é uma escolha comum na tradição do Brasil, a escolha de fronteiras retas demonstra tentativa de evitar tensões e conflitos (MARTIN, 1993). Houve uma série de divergências sobre a definição do limite territorial ao norte do Rio Doce que deu origem à conhecida disputa da Região do Contestado. Ao sul do Rio Doce, entretanto, o limite entre os dois estados permanece sem grandes alterações desde a decisão de 1914, após a completa expulsão dos indígenas e a submissão da área ao poder estatal, construção de barreiras alfandegárias físicas nas divisas estaduais e a substituição da territorialidade indígena pelo novo, agora brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendidas as questões de valorização do espaço e as singularidades que envolvem a história e a localidade do Caparaó, podemos perceber que no século XIX, isso implicou fazer dos sertões intermediários um espaço pertencente à capitania/província de Minas Gerais (ESPINDOLA, 2008). A junção ideológica entre sertão-fronteira

promoveu a captura de territórios entre o sul-oeste do Espírito Santo e leste de Minas Gerais motivados pela produção de café. Ainda algumas dúvidas instigantes aparecem sobre o processo de formação da fronteira do Caparaó e que serão objeto de investigações futuras: os agentes políticos e os interesses exatos que possibilitaram a ocupação, detalhes sobre o conflito entre Minas Gerais e Espírito Santo na região do Caparaó até 1914 e maiores informações sobre a territorialidade indígena, notadamente a etnia puri e o processo de sua expulsão e genocídio. Essas perguntas, que motivam esse trabalho, encontram eco quando consideramos que a análise da formação das fronteiras internas deixa mais espaço para análise dos conflitos do que das conciliações (MARTIN, 1993). Dessa forma, pretende-se desvendar este longo processo de formação da fronteira do Caparaó através dos recursos analíticos oferecidos pela geografia.

REFERÊNCIAS

Carta da Província do Espírito Santo. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Imp. de Rensburg, [1850]. 1 mapa, 38 x 82cm. Escala 1:500.000. ((W42°-W39°30' / S17°50'-S21°15')). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart516194/cart516194.jpg. Acesso em: 15 Oct. 2023.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. SERTÃO, TERRITÓRIO E FRONTEIRA: EXPANSÃO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS NA DIREÇÃO DO LITORAL. **Fronteiras, Dourados**, v. 17, n. 10, p. 69-96, jan. 2008.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. APEES. (Secretaria do Interior e Justiça). **Dossiê Limites: Espírito Santo-Minas Gerais**. Sentença do Tribunal Arbitral Limites de Minas com o Espírito Santo, 1914.

FOLETTTO, Leonardo Zancheta. **Entre linhas e fronteiras: a histórica questão lindeira entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais (1911-1963)**. 2019. 169 p. Dissertação (Doutorado) Curso de História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

MARTIN, André Roberto. **AS FRONTEIRAS INTERNAS E A "QUESTÃO REGIONAL" NO BRASIL**. 1993. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucited, 1997. 213 p.



MORAES, A. C. R. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014

_____. **Território e História no Brasil**. 3. ed. [S.L]:Annablume, 2002. 154 p.

_____. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. A conquista do Brasil Central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 418, n. 16, nov. 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-9.htm>. Acesso em: 12 out. 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAMPAIO, Theodoro. **Atlas dos Estados Unidos do Brasil: Estado do Espírito Santo**. Bahia:[S.l], [1855-1937]. 1 mapa, color., 79 x 95 cm. Escala 1:1.210.000.

VIDAL E SOUZA, Candice. A noção de fronteira e Espaço Nacional. **T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A.**, Brasília, v. 4, p. 94–129. 19 dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27746>. Acesso em: 10 set. 2024

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NA FOZ DO RIO DOCE, ATRAVÉS DA COMUNIDADE DE ENTRE RIOS

Ladislau Pereira Sanders Filho¹

RESUMO

A pesquisa aborda a formação da propriedade da terra na foz do rio Doce, através da comunidade ribeirinha de Entre Rios. A metodologia utilizada inclui análise documental e histórica e trabalho de campo, destacando aos processos de ocupação inicial da colonização portuguesa como internalização da metrópole e os conflitos provenientes. O estudo explora a interação entre os mais diversos sujeitos, o desenvolvimento de algumas políticas territoriais, além da influência da Lei das Terras de 1850 e das políticas de colonização europeia. A análise revela como a regularização fundiária e a colonização moldaram a configuração atual da propriedade da terra na região. A pesquisa conclui que a formação da propriedade fundiária na foz do rio Doce é resultado de processos geohistóricos complexos, que incluem conflitos, políticas de terras e dinâmicas sociais diversas que configuram o espaço agrário na região.

Palavras-chave: formação da propriedade, terra, colonização, conflito.

RESUMEN

La investigación aborda la formación de la propiedad de la tierra en la desembocadura del río Doce, a través de la comunidad ribereña de Entre Ríos. La metodología utilizada incluye análisis documental e histórico y trabajo de campo, destacando los procesos de ocupación inicial de la colonización portuguesa como internalización de la metrópoli y los conflictos derivados. El estudio explora la interacción entre los diversos sujetos, el desarrollo de algunas políticas territoriales, además de la influencia de la Ley de Tierras de 1850 y las políticas de colonización europea. El análisis revela cómo la regularización de la propiedad de la tierra y la colonización moldearon la configuración actual de la propiedad de la tierra en la región. La investigación concluye que la formación de la propiedad de la tierra en la desembocadura del río Doce es el resultado de complejos procesos geohistóricos, que incluyen conflictos, políticas de tierras y diversas dinámicas sociales que configuran el espacio agrario en la región.

Palabras clave: formación de la propiedad, tierra, colonización, conflicto.

¹ Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. ladislausanders@usp.br.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se dedica a investigar a formação da propriedade da terra na foz do rio Doce, com foco específico na comunidade ribeirinha de Entre Rios. Buscou-se inseri-la no campo da geografia histórica, buscando entender as transformações espaciais e a formação territorial em curso ao longo do tempo, considerando as interações entre processos sociais, históricos e geográficos. A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender os mecanismos que moldaram a estrutura fundiária da região e seus impactos sociais, culturais e econômicos, tendo em vista a formação da comunidade ribeirinha de Entre Rios.

Tomando em conta o desenvolvimento histórico da colonização enquanto internalização das relações sociais constitutivas da metrópole (MORAES, 2011), interessa perguntar se a foz do rio Doce pode ser vista enquanto produto dos processos de colonização e disputa territorial, pensados por meio da formação da propriedade da terra enquanto territorialização do capital. As interações entre colonizadores europeus, populações indígenas e, posteriormente, comunidades ribeirinhas e camponesas configuraram um contexto complexo de posse e uso da terra, os quais observamos enquanto movimento de autonomização categorial da terra, do capital e do trabalho (MARX, 2017a). As políticas territoriais, relacionadas aos interesses econômicos e políticos dos sujeitos e classes sociais em conflito, desempenharam um papel crucial na definição da propriedade fundiária, muitas vezes em detrimento das populações tradicionais. Entre Rios é um exemplo claro, evidenciado pelo conflito de caráter expropriatório, enfrentado pela comunidade contra a empreiteira União Engenharia e Montagem, desde o ano de 2012. O *Relatório de Identificação de Território Ribeirinho da Foz do Rio Doce* (OCCA, 2014), ao servir como instrumento de luta por reivindicação de direitos atinentes à comunidade, demonstra esta questão quando os camponeses organizados se auto-reconhecem como ribeirinhos. Por isso, este estudo aspira contribuir aos demais esforços para evidenciar as dinâmicas dessas interações e como elas contribuíram para a configuração atual da propriedade da terra na região da foz do rio Doce.

Podemos dizer que nossas pretensões são as de contribuir para possíveis análises sobre os processos históricos de ocupação, colonização e disputa territorial que

conformaram a dinâmica fundiária na foz do rio Doce. Além disso, aspiramos compreender as dinâmicas da reprodução social da comunidade ribeirinha estudada frente às pressões externas e internas ao longo do tempo. A metodologia adotada inclui uma revisão bibliográfica sobre a formação territorial do Brasil, análise de documentos históricos, cartografias antigas e contemporâneas, e entrevistas com membros da comunidade de Entre Rios. A combinação dessas abordagens permite captar as nuances nos processos de formação da propriedade da terra, tendo em vista as transformações históricas e seus desdobramentos socioterritoriais, proporcionando um entendimento acerca das relações entre território, poder e resistência.

Os resultados preliminares indicam que a formação da propriedade da terra na foz do rio Doce foi marcada por conflitos intensos e pela resistência das populações indígenas e ribeirinhas. A análise geohistórica revela que a colonização europeia se constituiu e foi constitutiva de um processo contínuo de expropriação e marginalização das populações tradicionais. Dessa forma, a comunidade de Entre Rios tem enfrentado desafios permanentes na defesa e em busca de seus direitos territoriais, na preservação de seu modo de vida tradicional, mesmo em um contexto de mudanças socioeconômicas e ambientais.

MARCOS DA LUTA PELA TERRA NA FOZ DO RIO DOCE PARA A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA

O Relatório de identificação do território tradicional ribeirinho de Entre Rios foi construído quando a comunidade enfrentava um conflito com a empresa União Engenharia e Montagem, uma prestadora de serviços da Petrobras, na região da foz do rio Doce. Este relatório demonstrou que a ocupação da região da foz do rio Doce, desde o momento da colonização e invasão portuguesa, não se deu de maneira pacífica e mansa (OCCA, 2014). Os colonizadores tiveram de lidar com alguns elementos que constituíam verdadeiras barreiras, desde as matas densas que margeavam o Doce; os grupos indígenas chamados posteriormente de botocudos, que faziam frente à chegada dos “brancos”; até enfermidades como a “febre amarela”, que tombava muitos dos que buscavam incursão nestas paragens. Objetivando garantir ao colonizador a posse do baixo rio Doce², a Coroa Portuguesa criou cinco quartéis militares nos idos dos anos

² Nas fontes e referências utilizadas nesta pesquisa, o baixo rio Doce compreende basicamente a área da

1800 (STRAUCH, 1955; p. 47), o que contribuiu para a aglutinação de portugueses e negros em Regência (OCCA, 2014; p. 13).

Durante o século XIX, a colonização do Espírito Santo estava concentrada basicamente ao sul do rio Doce. Em contrapartida, o Norte passava ao largo da expansão colonial, já que a floresta e os indígenas ainda representavam obstáculos para as atividades colonizadoras (OCCA, 2014; p. 35). Strauch (1955, p. 47) afirma que o movimento de colonização do litoral para o interior apresenta uma importância significativa durante a segunda metade do século XIX e, em escala maior, só se constitui como movimento de expansão efetivamente já no século XX. Sobretudo, em virtude da chegada de um fazendeiro de cacau, vindo da Bahia, o Sr. Filogônio Peixoto, aproveitando “as possibilidades da imensa baixada quaternária ainda coberta de matas”, instalando a primeira fazenda de cacau no baixo rio Doce, entre Linhares e a vila de Regência Augusta. À medida que foi se intensificando a expansão da colonização na região do baixo rio Doce, os indígenas seguiam enfrentando este processo. Muitos deles eram grupos indígenas botocudos, que compreendiam um conjunto de etnias do tronco linguístico Macro-Jê, guerreiros, que caçavam e coletavam em áreas extensas da mata atlântica (OCCA, 2014; p. 35 *apud*. DUARTE, 2012).

A região da foz do rio Doce facilitava o encontro de duas etnias indígenas: os Tupiniquim, que ocupavam a costa brasileira entre o norte da região sudeste e a Bahia; e os Botocudos, que se deslocavam por dentro do vale do rio Doce. Este encontro era possível em virtude do interesse nas águas doces em farta presença e a quantidade e variedade de alimentos disponíveis na região, o que acabava por atrair estes grupos, entre outros, na busca por satisfazer suas necessidades básicas. Este fato contribuiu para o compartilhamento desta porção territorial entre grupos diversos, o que influenciou na formação da população na foz do rio Doce. Fato que é possível de ser atestado pelas narrativas de pessoas da comunidade de Entre Rios e, também, da vila de Regência, que ao falarem de seus antepassados, remetem a presença de parentes “índios” (OCCA, 2014). Os botocudos se converteram em alvos das incursões coloniais por todo o vale do rio Doce em virtude do seu enfrentamento aos processos de expansão colonial. Na região da foz do Doce, no princípio do século XX, há alguns anos habitavam

sua foz, além do município de Linhares e de uma pequena área no município de Colatina, na divisa com Linhares, marcada pela formação dos tabuleiros costeiros e início das colinas cristalinas.



“numerosos indígenas, mais ou menos civilizados, nas lagoas situadas nas proximidades do rio Doce da costa marítima. Estes caboclos civilizados não são de origem aimoré e sim tupi” (ALMEIDA, 1959; p. 83). Os indígenas de tronco Tupi habitavam a região desde antes da invasão portuguesa, e parte deles foram aldeados desde o século XVI. Em 1556, nas redondezas do rio Piraqueçu, localizado no que hoje é o município de Aracruz, região em que havia uma concentração dos indígenas Tupiniquim, o Padre Afonso Brás criou um aldeamento, que depois foi transferido para o aldeamento dos Reis Magos. Em 1610, o Padre João Martins, responsável pelo aldeamento dos Reis Magos, solicitou ao governador da Capitania do Espírito Santo uma sesmaria, porção de terra maior, que daria conta de aldear os indígenas que viviam no Reis Magos. A sesmaria com fins de aldeamento foi concedida, com área de 200 mil hectares, localizada entre Santa Cruz (distrito de Aracruz) e a aldeia Comboios, já na região deltaica do rio Doce. Porém, ela só foi demarcada pela Coroa em 1760 (MARACCI, 2008; p.35).

Após a independência do Brasil em 1822, um tipo de política indigenista passa a ser posta em prática, idealizando a pacificação e incorporação dos indígenas na sociedade brasileira, levada a cabo em algumas províncias, entre elas, a do Espírito Santo. Tais políticas criaram a Diretoria do Rio Doce, formalizada pelo Regulamento Interino para o Aldeamento e a Civilização dos Índios Botocudos do Rio Doce, da província do Espírito Santo, de 1824. Esta estabeleceu a Diretoria do Rio Doce e criou 3 aldeamentos às margens do rio, com a função de atrair, “civilizar” e transformar os indígenas em espécies de colonos responsáveis por atividades de desenvolvimento como a agricultura, a navegação e a guarda militar (MOREL, 2002), ao mesmo tempo, disponibilizavam sesmarias para particulares, já que deslocavam os indígenas para os aldeamentos (OCCA, 2014). Assim, algumas famílias indígenas foram incorporadas aos aldeamentos criados pela Diretoria, enquanto outras passaram a conviver com colonos, formando pequenas aldeias próximas às lagoas ou aos quarteis. Entre os aldeamentos criados, tem-se o de São Pedro de Alcântara, o qual era próximo à atual localização da vila de Regência. Tal aldeamento foi criado em 1824 e reunia cerca de 47 botocudos (MARINATO, 2008).

Outro fator relevante para as dificuldades da colonização e da formação da propriedade fundiária no baixo rio Doce foi o período do chamado ciclo do ouro em

Minas Gerais. Naquele momento, objetivando conter as invasões que buscavam explorar este valioso mineral sem o controle da Coroa, esta restringiu a navegação pelo rio Doce, que era um dos poucos acessos para mobilidade na região. Sobre tal problema, Almeida (1959, p. 10) aponta que:

É no limiar do século dezoito que aparece, em profusão, nas cabeceiras do rio (Doce), o ouro, e o governo colonial acorda, alovoroça-se e toma medidas drásticas para impedir a fuga das pepitas mencionadas. “O governo”, esclarece Salam de Miranda, “para impedir a sua evasão, proíbe a abertura de trilhos, picadas ou caminhos, e barra a navegação das canoas, isolando assim a parte alta da bacia e circunscrevendo os reflexos exaustores da faina da mineração”. Da adoção de tais providências resultou o insulamento dos trechos baixo e médio do rio, do alto, insulação que se estendeu até ao princípio do século vinte. Em 1900, era, ainda, muito incipiente, muito precário o progresso do baixo Rio Doce e de uma grande parte do médio.

Somente em outubro de 1832 foi editado o decreto que abre o rio Doce à navegação, em virtude do declínio das atividades mineradoras na região central de Minas Gerais. Dessa forma, foram oferecidas inúmeras concessões e privilégios para as companhias que pleiteassem navegar por tal rio e contribuir com as ações planejadas com vistas a interligar áreas extensas por meio do Doce (STRAUCH, 1955; p. 47).

Em 1850, com a Lei nº 601 de setembro de 1850, a chamada Lei das Terras, muitas famílias indígenas na região de Santa Cruz passaram a registrar terras de posse em 1852 na Paróquia de Freguesia da Vila de Santa Cruz. No próprio registro das posses se tinha referência à “sesmaria dos índios” (MARACCI, 2008; p. 37). Porém, o direito dos povos indígenas sob as terras da antiga sesmaria foi ignorado, na medida em que as terras foram incorporadas, posteriormente, ao Estado, sob a condição de terras devolutas (MARACCI, 2008; p. 39). Este foi o fator estrutural para disponibilização do ativo terra na gênese de formação da propriedade fundiária privada naquele contexto. Instituiu o processo de restrição territorial indígena, contribuindo para a formação de força de trabalho disponível, haja visto que os indígenas já vinham sofrendo ao longo do tempo com a instauração do modo de vida moderno e capitalista. Scarim (2006, p.79) afirma que em 1861 haviam 4.688 posses legitimadas no Espírito Santo. O processo de regulamentação instaurado pela Lei de Terras fragilizou os posseiros e favoreceu a formação de latifúndios, dado que foi marcado por confusão entre processos de compra ou legitimação no decorrer de várias décadas. Tal situação possibilitou formas de grilagem pelo qual os legitimadores recorriam a mecanismos suspeitos de legalização de

registros que antecederiam a Lei. De acordo com Scarim (2006, p. 79) “este processo vai sofrer transformações a partir de 1870 quando as vendas de terras públicas passam a ser mais evidentes”:

E, ao final do Império, dos 7.699 km² de áreas ocupadas por particulares apenas 2.831km² eram garantidas e legitimadas, 3.368km² eram nulas ou criminosas e 1.322 km² foram vendas de lotes coloniais. Estes 7.699 km² representavam 769.900 hectares e 15 % do território da província (SCARIM, 2006; p. 79).

A Constituição de 1891 transferiu para o domínio patrimonial dos Estados o controle das terras devolutas, o que levou o Espírito Santo a “receber” cerca de 4 milhões de hectares sem título legal. Em seguida, 1892, o Estado elabora sua primeira lei buscando regularizar a situação das terras, por meio da legitimação das posses e venda de terras desocupadas. Logo, no princípio da República, boa parte do território do Espírito Santo era formado por terras tornadas devolutas e coberto por florestas. Chama atenção, na história econômica e social do Espírito Santo, o fato de que a transição do poder político na passagem da monarquia para a república concentrou-se nas mãos de uma burguesia mercantil emergente e que possuía o controle do capital comercial do café, cultura que emergia fortemente desde o século XIX. Este fator pode ser um indício da maneira como as políticas de acesso a terra no Estado se desenvolveram de modo a facilitar a disseminação de pequenas propriedades rurais, contrariando os interesses dos grandes latifundiários que buscavam o cumprimento da lei de terras e viabilizando o acesso à pequena propriedade por parte dos imigrantes (NETO, 2012). Dessa forma, ao contrário de outros Estados como São Paulo por exemplo, no Espírito Santo as chances de um imigrante tornar-se proprietário de terras era mais fácil e em 1920, 1 em cada 4,4 estrangeiros tornou-se proprietário de terras (SALETTTO, 1996).

No norte do Estado também ocorreram fundações de colônias no contexto de chegada de imigrantes estrangeiros, porém, em menores proporções que o processo de colonização do centro-sul e também mais tardiamente. Estes processos se iniciaram em sua maioria entre as décadas de 1880 e 1890 (NARDOTO e OLIVEIRA, 1999, p. 90) e fundaram as colônias de Santa Leocádia, em São Mateus; Nova Venécia, nas áreas do que hoje é o município de Nova Venécia; e o núcleo Muniz Freire, em Linhares. Entretanto, Neto (2012, p. 77) chama a atenção para o fato de que as atuais áreas com forte presença de pequenas propriedades no Norte do Espírito Santo decorrem da migração por parte dos descendentes dos imigrantes que ocuparam o Centro-Sul.

Processo que se intensifica a partir dos anos 1920 e 1930, e não necessariamente por meio da expansão dos núcleos coloniais que foram fundados no Norte.

Neto (2012, p. 81) explana quais eram as formas de acessar a terra em meio ao intenso processo de imigração para o Espírito Santo entre a metade do século XIX e as primeiras décadas do XX:

A apropriação das terras em pequenas propriedades ocorreu basicamente de três maneiras: a doação/concessão de lotes nos núcleos coloniais fundados pelo governo da província ou do próprio Império (sempre na forma de pequenas propriedades, cuja extensão geralmente oscilava entre 25 a 50 hectares e geralmente eram destinadas especificamente aos imigrantes estrangeiros); pela regularização de posses, que foi o processo predominante (SALETTTO,1996-a, p.161); e também pela venda de lotes em projetos particulares de colonização.

Nesse sentido, posseiros descendentes de ex-escravizados, caboclos, indígenas, entre outros sujeitos que não eram europeus colonos, mas que se reproduziam nas frentes de expansão da formação territorial capixaba, não raro eram expropriados por e passo com a expansão das fronteiras econômicas que avançava sobre suas terras. Estas expropriações eram praticadas também por imigrantes colonos que gozavam de maior proteção e incentivo da parte do Estado, configurando formas de racismo que se explicitavam tanto pela Lei de Terras, quanto pela maneira como a província / governo do Espírito Santo estabelecia os programas de colonização.

Os antigos posseiros faziam a vez do trabalho pretérito, acumulado, no melhor estilo da acumulação primitiva, abrindo picadas, derrubando matas para suas roças, estabelecendo sua vida material até serem expropriados, sendo obrigados então a seguir para outros locais. Podemos observar o quanto a legislação de terras que passa a vigorar já no contexto da República evidencia as arbitrariedades com relação às formas de apropriação territorial. Um exemplo das arbitrariedades pode ser visto na maneira como a legislação lidava com as prerrogativas que o requerente necessitava para solicitar a terra. A legislação proibia a derrubada das matas antes de o posseiro realizar o pedido de regularização de sua propriedade, ao mesmo tempo em que ele deveria comprovar o usufruto com moradia e cultivos efetivos. Porém, para que o posseiro pudesse estabelecer ali suas posses, era necessário abrir a mata para plantar, construir sua casa etc. Esta situação paradoxal “transformava” o posseiro em criminoso e, em se tratando de descendentes de ex-escravizados, indígenas, caboclos, entre outros, analfabetos e

sem amparo no Estado, estes sujeitos ficavam a mercê de toda a sorte de injustiças e artifícios por parte de outros interessados nas terras. Inclusive, estes sujeitos ficavam reféns de agentes fiscalizadores do Estado que usavam da situação para exigir suborno ou tirar algum tipo de proveito. Somava-se a esses problemas, outras arbitrariedades igualmente excludentes, como é o caso de outros requisitos extremamente onerosos, à exemplo da cobrança para a medição da área que devia ser paga pelo possessor, os prazos curtos e com exigência de autoridades judiciais e policiais para a regularização, que constantemente operavam em favor de quem os interessava e que não necessariamente era o possessor legítimo (NETO, 2012). Ao fim e ao cabo, estes posseiros desempenharam um papel de relevância ao se constituírem como pioneiros na expansão de boa parte das fronteiras agrícolas, pois eram gradativamente expropriados na medida em que as terras possedidas por eles iam sendo valorizadas e apropriadas por grupos de maior poder econômico e político. O estatuto excludente da legislação estadual de terras e a corrupção das autoridades dava condições para que este tipo de expropriação ocorresse. Assim, o que restava a estes posseiros era migrar em busca de outras terras para produzir em novas frentes de expansão ou se subordinarem ao trabalho em propriedades de outrem. Os relatos de Almeida (1959), à época da construção da estrada de ferro Vitória-Minas, na primeira década do século XX, dão conta de demonstrar a presença destes posseiros ao longo do vale do rio Doce e, também, nas proximidades de suas baixadas. Ali, se encontravam indígenas, descendentes de negros escravizados, caboclos e outros camponeses pobres não europeus, que habitavam as densas matas do rio Doce esparsamente, até o momento em que a expansão da fronteira agrícola atinge o baixo rio Doce, já nos anos 1940. Em 1920 o Espírito Santo possuía uma área regularizada de 1.278.699 hectares e 89,35% das propriedades mediam até 100 hectares, o que equivalia a cerca de 52% da área total ocupada. As propriedades de 101 a 1000 hectares correspondiam a 10,23% do total de propriedades e próximo de 37% do total da área ocupada. Já as propriedades cujo tamanho ultrapassava 1.001 hectares, correspondiam a 0,37% do número de propriedades e 10,70% da área ocupada (SCARIM, 2006).

Scarim (2006) afirma que em 1940 havia no Espírito Santo 1.966.517 hectares regularizados. 91,42% das propriedades eram de até 100 hectares, o que correspondia a 60,59% da área total. Já as propriedades de 100 a 1.000 hectares correspondiam a 8,43%

em quantidade e 34% da área, e as maiores que 1000 hectares correspondiam a 0,14% do número de propriedades e 4,36% da área. Scarim ainda admite que, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 66,3% do território do Espírito Santo era coberto por florestas nativas em 1950. A partir dos anos 1940, as terras começam a se escassear nas regiões de colonização mais antiga e a fronteira agrícola atinge o norte do rio Doce. A expansão da fronteira agrícola nessa direção decorreu basicamente de uma frente vinda das terras do sul capixaba, dos vales do rio Mucuri e rio Doce à leste de Minas Gerais, mas também da Bahia (NETO, 2009). O contexto político-econômico neste momento de avanço do processo de apropriação de terras ao norte do Doce era bastante diferente de quando predominou a disseminação de pequenas propriedades no centro-sul capixaba. A década de 1940 foi marcada pela valorização crescente da terra e, por consequência, pelo aumento do mercado imobiliário no campo, o que levou os camponeses a competir com setores do capital local. A atividade madeireira passou a ser economicamente relevante no Estado, com presença marcante na região, seguida dos pecuaristas, que buscavam as áreas recém desmatadas para criação de gado. Estes setores, em associação, contaram com vantagens consideráveis na disputa por terras, em detrimento das demandas dos camponeses. No decorrer do século XX e, principalmente, a partir dos anos 1950, o aumento da demanda externa por madeira se somou ao desenvolvimento e implementação do transporte rodoviário que viabilizou a extração deste produto em áreas onde o escoamento por rio era impossibilitado. Assim, o norte do rio Doce tornou-se alvo da exploração de madeira com maior intensidade em meados do século XX, já que esta região ainda apresentava grandes extensões de terras devolutas marcadas pela presença em quantidade das matas nativas, habitadas por comunidades e famílias de posseiros não necessariamente imigrantes europeus, além de indígenas e descendentes de escravizados.

Desse modo, podemos dizer que as origens do conflito em Entre Rios remontam às tensões territoriais produzidas pela colonização e atravessa a industrialização capixaba a partir da década de 1960 com a chegada dos grandes empreendimentos (Aracruz celulose e Petrobras, por exemplo) e em um processo de expropriação movido por um fazendeiro, quando este solicitou a regularização de uma área de posse, tendo em vista os processos de valorização em curso. Entretanto, estas terras eram utilizadas por um conjunto de famílias por meio do cultivo de pequenas roças, manejo do cacau,



pesca e coleta, entre outras coisas. Esta área, à margem direita do rio Doce, se localiza próxima à vila de Regência, e os relatos coletados em campo e demonstraram a presença e o fluxo de grupos de posseiros, caboclos, pescadores, entre outros sujeitos nesta área. Ou seja, justamente os camponeses que não gozavam das facilidades para a regularização de suas posses frente ao Estado. Os relatos dos camponeses de Entre Rios ainda lembram que parte das terras ali eram alagadiças e que, com o tempo, na medida que foram recebendo sedimentos do rio Doce, se constituíram em “terra firme” (OCCA, 2014; p. 73). Scarim (2006, p. 89) afirma que o contexto agrícola no Estado do Espírito Santo, apresentado pelo Censo Econômico de 1950, era de expansão das áreas de propriedades privadas, além da presença expressiva de posseiros, ocupantes, parceiros, negros, caboclos e pardos, juntamente com a presença dos migrantes e trabalhadores nacionais, demarcando assim o espaço agrário do território capixaba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que é possível depurar, considerando todo o histórico de formação da propriedade da terra no Espírito Santo e em Linhares, é que ao analisar o histórico dos posseiros de Entre Rios, a lógica contraditória do capital recria o campesinato e as relações não capitalistas. Entretanto, o aspecto da autoidentificação se tornou consideravelmente presente na questão agrária brasileira, inclusive pautando os mecanismos de organização da luta travada no seio da classe camponesa. Este fato coloca questões que não passam apenas pela limitada dicotomização entre classe e identidade, que de maneira perigosa tem orientado discussões e, até mesmo, causado entreveios dentro dos debates a respeito das lutas sociais contemporâneas. Observa-se os avanços do ponto de vista dos direitos territoriais, o enfraquecimento da reforma agrária e de seu caráter programático, que historicamente foi central nos debates sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e das alternativas de superação deste modo de produção. Nesse sentido, se o território é a expressão concreta das lutas de classes, resta saber o que significou a proeminência da identidade na organização das lutas territoriais no Brasil, num período em que se avançou a discussão sobre direitos territoriais, ao passo que historicamente se operou uma política de contra-reforma agrária no país.

Ao percorrer alguns aspectos da formação da propriedade da terra no Espírito



Santo e em Linhares, notamos a presença marcante das populações tradicionais e do campesinato desde os processos históricos que passam pela fragmentação da propriedade fundiária, tocados pela economia política cafeeira ao fim do século XIX e na primeira metade do século XX. Ao mesmo tempo, também notamos alguns aspectos do processo de concentração da terra que passam por uma mudança nas dinâmicas da matriz produtiva do Estado a partir dos anos 1950 e que ocorreram em virtude de transformações no desenvolvimento do capitalismo brasileiro e mundial. Foi possível observar que as dinâmicas decorrentes desta mudança, do ponto de vista da questão agrária, ocorreram no bojo do processo de modernização capitalista inicialmente sob os marcos do período desenvolvimentista da Era Vargas e que vai até a ditadura militar nos anos 1970, mas alcançaram o período da expansão das dívidas públicas sob os marcos do capital financeiro (CHESNAIS, 2010). Estas dinâmicas reverberaram, obviamente, na reprodução das relações sociais na foz do rio Doce, ora produzindo expropriações e a imposição das relações capitalistas, ora produzindo expropriação, mas também a reorganização do conflito social sob outros termos como a autoidentificação.

Ou seja, o conjunto diverso da classe camponesa, marcada pela presença de uma gama de grupos e sujeitos sociais que apresentam aspectos variados na sua formação enquanto grupos sociais historicamente determinados, permaneceu e permanece como uma constante. Todavia, não foi uma questão de menor relevância o fato de os camponeses posseiros de Entre Rios terem se auto-identificado como ribeirinhos visando recorrer aos mecanismos jurídico-políticos próprios da regularização fundiária dos ribeirinhos e, ao mesmo tempo, construírem o enfrentamento à tentativa de consolidação de uma propriedade privada sob controle de uma empresa. Nesse sentido, a identidade ribeirinha é permeada pelo modo de vida constitutivo da vida social daqueles posseiros, profundamente relacionado com as dinâmicas naturais em que o rio ocupa um lugar central. As atividades organizadas pelo trabalho e pela sociabilidade dos camponeses ribeirinhos de Entre Rios, são mediadas pela dinâmica hídrica do rio Doce que propicia condições específicas para a prática agrícola, assim como possibilita a atividade da pesca, seja para a subsistência ou para a produção de um excedente econômico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. **O Desbravamento das Selvas do Rio Doce**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

MARACCI, Marilda T. **Progresso da Morte, Progresso da Vida: a reterritorialização conjunta dos Tupiniquim e dos Guarani em luta pela retomada de suas terras- territórios (Espírito Santo-Brasil)**. Tese (Doutorado em Geografia). Niterói: Instituto de Geociências/UFF, 2008.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Nação e civilização no Brasil: os índios Botocudos e o discurso da pacificação no Primeiro Reinado**. *Dimensões – Revista de História da Ufes*, n. 21, p.41-62, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2017^a.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. 2a ed. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e História no Brasil**. 2a ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREL, Marco. **Independência, vida e morte: os contatos com os Botocudos durante o Primeiro Reinado**. In. *Dimensões*. *Revista de História da UFES*. Vitória, nº 14, p. 91-113, 2002.

NARDOTO, Eliezer Ortolani e OLIVEIRA, Herinéia Lima. **História de São Mateus**. São Mateus: EDAL, 1999. 1a Edição.

NETO, Jaime Bernardo. **Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2012.

NETO, Jaime Bernardo. **Pequenas propriedade rurais e estrutura fundiária no Espírito Santo: uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas**. Monografia, Departamento de Geografia. UFES, 2009.

OCCA, Observatório dos Conflitos no Campo. **Relatório de identificação do território tradicional ribeirinho da foz do rio Doce**. 2014. Relatório – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. 2014.

SALLETO, Nara. **Considerações sobre a transição do trabalho escravo ao livre na economia cafeeira do Espírito Santo (1888-1929)**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1985.

SALLETO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1988-1930)**. EDUFES: Vitória, 1996.

SALLETO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1988-1930)**. EDUFES: Vitória, 1996.

SCARIM, Paulo Cesar. **Territorialidades em conflito na construção do espaço**

VI ENHG



IV ENGH

VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

IV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

TRAVESSIAS, INTERCÂMBIOS E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

15 a 18 de Outubro de 2024

Reitoria do IFBA | Salvador - BA

ISBN: 978-65-01-30418-2

capixaba: o desenvolvimento em questão. Tese (Doutorado em Geografia). Niterói: Instituto de Geociências/UFF, 2006.

STRAUCH, Ney. **Bacia do Rio Doce.** Um estudo geográfico. IBGE. 1955

DE ENTRONCAMENTO DE VIAS À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA: DINÂMICA TERRITORIAL E INOVAÇÕES TÉCNICAS EM MOSSORÓ-RN (1870-1932)

Elizângela Justino de Oliveira¹
Bruno Gilmar Silva de Medeiros²
Doralice Sátyro Maia³

RESUMO

A ferrovia, um dos principais equipamentos técnicos da indústria moderna, foi responsável por inúmeras transformações no espaço, em diferentes escalas, tanto na intraurbana quanto na interurbana. O objetivo deste artigo é discutir a centralidade de Mossoró, decorrente de sua condição de entroncamento de vias de comunicação, entreposto comercial, cidade feira e Boca de Sertão no século XIX, bem como os fluxos gerados a partir da instalação da ferrovia no século XX. Nesse sentido, definimos o recorte temporal da análise 1870-1932. A abordagem teórica-metodológica da pesquisa está no campo da Geografia Histórica Urbana em que a análise espacial se dá em tempo pretérito. A metodologia utilizada ancora-se na pesquisa bibliográfica e documental realizada em bibliotecas públicas e alguns acervos privados locais. Os resultados indicam que a implantação do aparato técnico ferroviário na cidade de Mossoró contribuiu para enfatizar a centralidade urbano-regional, já existente em decorrência de sua condição de cidade feira, cidade Boca de Sertão e de entreposto comercial.

Palavras-chave: Ferrovia, Mossoró, Geografia Histórica, Centralidade.

RESUMEN

El ferrocarril, uno de los principales equipamientos técnicos de la industria moderna, fue responsable de innumerables transformaciones en el espacio, a diferentes escalas, tanto intraurbanas como interurbanas. El objetivo de este artículo es discutir la centralidad de Mossoró, resultante de su condición de cruce de vías de comunicación, almacén comercial, ciudad feria y Boca de Sertão en el siglo XIX, así como los flujos generados a partir de la instalación del ferrocarril en el siglo XX. En este sentido, definimos el marco temporal del análisis (1870-1932). El enfoque teórico-metodológico

¹ Pós-doutoranda Júnior (CNPq) no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), doutora em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Licenciada em Geografia e mestra em Turismo, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisadora do Grupo de Estudos Urbanos (GEUrb/UFPB) e da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias ReCiMe.

² Graduando em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bolsista de Iniciação Científica do CNPq, vinculado ao projeto de pesquisa "Ferrovia e segregação socioespacial em cidades médias do Brasil e da Espanha", coordenado pela professora Dra. Doralice Sátyro Maia

³ Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba, dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e Arquitetura e Urbanismo (PPGAU). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordenadora do Grupo de Estudos Urbanos (GeUrb/UFPB) e vice-coordenadora da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe)

de la investigación se sitúa en el campo de la Geografía Histórica Urbana en la que el análisis espacial se desarrolla en tiempo pasado. La metodología utilizada se basa en investigaciones bibliográficas y documentales realizadas en bibliotecas públicas y algunas colecciones privadas locales. Los resultados indican que la implementación del aparato técnico ferroviario en la ciudad de Mossoró contribuyó a enfatizar la centralidad urbano-regional, que ya existe como resultado de su condición de ciudad ferial, ciudad de Boca de Sertão y almacén comercial.

Palabras clave: Ferrocarril, Mossoró, Geografía Histórica, Centralidad.

INTRODUÇÃO

As ferrovias, equipamentos técnicos oriundos do moderno sistema de fábrica do século XIX, foram inseridas no contexto da era urbano-industrial, marcada pela fluidez e volatilidade. (HARDMAN, 2005). Símbolo maior do advento da modernidade e da cidade moderna, expande-se e consolida-se como forma de transporte que reestruturou as relações espaço-temporais preexistentes. O surgimento das ferrovias faz parte de um contexto caracterizado pelas transformações ocasionadas pelos avanços da técnica e da ciência e pelas novas fontes de energia que promoveram mudanças nas formas de comunicação (telégrafo) e nos transportes (ferrovia e navio a vapor). Naquele momento, um novo tempo foi inaugurado para as cidades, com mudanças diretas nas interações espaciais, na centralidade das cidades, nas formas e nos conteúdos destas. Tais transformações se deram a partir do crescimento populacional e dos novos equipamentos ali instalados, que modificaram não só o cotidiano das pessoas, como também as novas formas de produção e as condições de trabalho (ABREU, 1996; BERMAN, 1986; MUMFORD, 1934).

Se esse turbilhão de mudanças, para utilizarmos o termo de Berman (1986), marcou as cidades onde se deu a Revolução Industrial; com o avanço do capitalismo industrial, elas se expandem, atingindo "virtualmente o mundo todo", mesmo que de forma desigual e em momentos diferentes (BERMAN, 1986, p. 16). Assim, os equipamentos técnicos que tanto marcam a modernidade do século XIX são introduzidos nos países "periféricos", como o Brasil. Neste, tais equipamentos chegam primeiramente nas capitais das províncias, e só mais tardiamente é que alcançarão o interior do território nordestino. É, então, no final do século XIX que a ferrovia é introduzida na região Nordeste, inicialmente em Pernambuco e, posteriormente,

chegando ao Rio Grande do Norte, onde o traçado ferroviário da cidade de Mossoró é inaugurado em 1915.

Dado o exposto, tem-se como objetivo discutir a centralidade de Mossoró decorrente de sua condição de entroncamento de vias de comunicação, entreposto comercial, cidade feira e Boca de Sertão no século XIX, bem como os fluxos gerados a partir da instalação da ferrovia no século XX. Para tanto, serão apresentados o contexto histórico que marca a centralidade de Mossoró ao logo do tempo e as implicações socioespaciais e territoriais provocadas pela chegada da ferrovia. A instalação da ferrovia em Mossoró está diretamente ligada à consolidação de sua centralidade na escala urbano-regional, já bastante aparente no século XIX, em decorrência de sua condição de cidade feira, cidade Boca de Sertão e de entreposto comercial.

A abordagem teórica-metodológica da pesquisa está no campo da Geografia Histórica Urbana, particularmente fundamentada nos ensinamentos de Abreu (2000), Vasconcelos (2009), Corrêa (2011) e dos seus desdobramentos a partir das contribuições de Maia (2014). Entende-se que tal literatura permite articular as categorias de tempo e espaço, tornando concreto o tempo abstrato, como também exige de quem as utiliza um esforço de permanente atenção com os conceitos e as categorias usadas e a metodologia, além da prudência na seleção e análise dos documentos, entendendo que estes não são neutros, pois incorporam estruturas de poder. Tais procedimentos são inerentes a essa área do conhecimento (ABREU, 2000; CORRÊA, 2011; MAIA, 2014; VASCONCELOS, 2009). Sobre a abordagem do tempo pretérito nas análises espaciais, Corrêa (2011, p. 599) afirma que “o passado não deve ser visto com o olhar do presente, mas com o olhar do passado [...]”, além disso, “o passado deve ser analisado pelo geógrafo com base em teorias geográficas, criadas para compreender o passado ou transportadas do presente para o passado, se considerado possível” (CORRÊA, 2011, p. 600).” Assim, tendo em vista que o tempo é de grande relevância para caracterizar os estudos da Geografia Histórica, definimos o recorte temporal da análise aqui empreendida o período que se estende de 1870 a 1932, período este que compreende o final do século XIX quando Mossoró se torna cidade (1870), além de se constituir um importante entreposto comercial na Província do Rio Grande do Norte, até o ano de 1932, período em que acreditamos ser suficiente para entendermos as repercussões da instalação da ferrovia, inaugurada em 1915, na

centralidade de Mossoró. Justifica-se ainda, pela demarcação das fontes documentais consultadas e analisadas neste manuscrito, bem como pelo prolongamento do ramal.

A escolha de Mossoró como objeto de análise se justifica pelo papel que essa cidade representa no estado do Rio Grande do Norte, que desde o século XVIII já se constituía um importante entroncamento das vias de comunicação, e no século XIX consolida-se enquanto entreposto comercial, exercendo relevante função econômica regional ao longo do tempo.

NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO HISTÓRICA E A CENTRALIDADE DE MOSSORÓ NA REDE URBANA- REGIONAL

Mossoró está localizada na região oeste do estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste brasileiro. A sua origem está diretamente ligada à atividade criatória e à instalação de fazendas de gado que se expandiram nessa área a partir do século XVIII, como ocorreu com a maior parte das cidades localizadas na sub-região do sertão nordestino, ainda que essa ocupação do interior do Nordeste pelas fazendas de gado se desse de modo irregular e escasso, como aponta Prado Júnior (2008 [1945]).

Além dos núcleos de povoamento estabelecidos nas fazendas de gado, outros eram encontrados no sertão em torno de capelas, semelhante ao que deu origem à cidade de Mossoró (OLIVEIRA, 2021). Inclusive, o adensamento de habitantes também deu origem a outras atividades necessárias à subsistência, bem como à necessidade de obter produtos, motivando a constituição da feira livre ao redor da capela. A feira, enquanto mercado, atraiu comerciantes que traziam produtos agrícolas, como também animais, especialmente gado bovino. Segundo Maia (2023, p. 51), “no Brasil, as feiras caracterizam o surgimento de povoações e simbolizaram pontos de convergência de populações locais escassamente povoados. E na região Nordeste as feiras exercem importante papel na vida dos seus habitantes”.

Sobre a origem do povoamento de Mossoró, ela se dá com a chegada do Sargento-mor Antônio de Souza Machado, grande proprietário de terras, de gado e escravos e que invernava na ribeira do rio Apodi-Mossoró, na fazenda Santa Luzia, à margem esquerda do rio Mossoró e distante cerca 28 km do litoral norte do Rio Grande do Norte. Em 1772, Antônio de Souza Machado ordenou a construção de uma igreja no povoado, e logo surgiram as primeiras ruas e casas no seu entorno (CASCUDO, 2001).



Conta Cascudo (2001, p. 19) que “a fixação derredor do arraial avolumar-se-á depois de 1760 e um índice desse adensamento é a construção da capelinha de Santa Luzia em 1772.” O arraial deu origem ao povoado de Santa Luzia, que se torna freguesia, em 27 de outubro de 1842 (resolução nº 87), e depois é elevada à categoria de cidade de Mossoró, em 11 de novembro de 1870. Observa-se que o surgimento do núcleo primaz que dá origem à Mossoró assemelha-se a muitos outros do território brasileiro, particularmente do semiárido nordestino, o que, por sua vez, condiz com a formação socioespacial definida por Santos (1978).

A formação histórica e econômica – ou, nos termos de Santos (1978), socioespacial – na qual se insere Mossoró está diretamente relacionada à pecuária e à atividade comercial. As primeiras iniciativas de ocupação territorial dão-se com a pecuária, uma vez que, às margens dos rios Mossoró e Upanema, surgiram várias fazendas de gado por volta do século XVIII. Assim, o antigo povoado⁴ de Santa Luzia, e futura, cidade de Mossoró, destaca-se por suas funções portuárias⁵, de entreposto e empório comercial, além de entroncamento de vias de circulação de importância regional, dentre elas a importante Estrada das Boiadas⁶.

Takeya (1985, p. 81) destaca três importantes vias de comunicação e escoamento de mercadorias no Rio Grande do Norte: a Estrada das Boiadas, a Estrada do Seridó e a Estrada de Mossoró. Das três estradas, duas delas passam por Mossoró, inclusive a mais importante, a Estrada das Boiadas. Esta via ligava Mossoró ao litoral leste do Rio Grande do Norte, à Paraíba e ao porto de Olinda, como também à praça de Aracati e à cidade de Fortaleza, no Ceará. A segunda estrada refere-se à própria Estrada de Mossoró. Esta partia do Porto de Areia Branca, na província do Rio Grande do Norte, atingia a cidade de Mossoró, seguia o curso do Rio Mossoró e chegava até Apodi, na mesma província. Deste ponto, a estrada prosseguia e adentrava o sertão paraibano, mas de Apodi também partia um ramal em direção à região central do Rio Grande do Norte,

⁴ Em 27/10/1842, pela Resolução nº 87, o povoado de Santa Luzia torna-se uma freguesia, sendo desmembrada da Freguesia do Apodi. Em 15/03/ 1852, a Lei nº 246 concedeu a categoria de Vila, desmembrando-se de Princesa (atual município de Assú). Em 11/11/1870, foi elevada à categoria de Cidade e passou a se chamar Mossoró (CASCUDO, 2001; FELIPE, 1982, 2001; SOUZA, 1979).

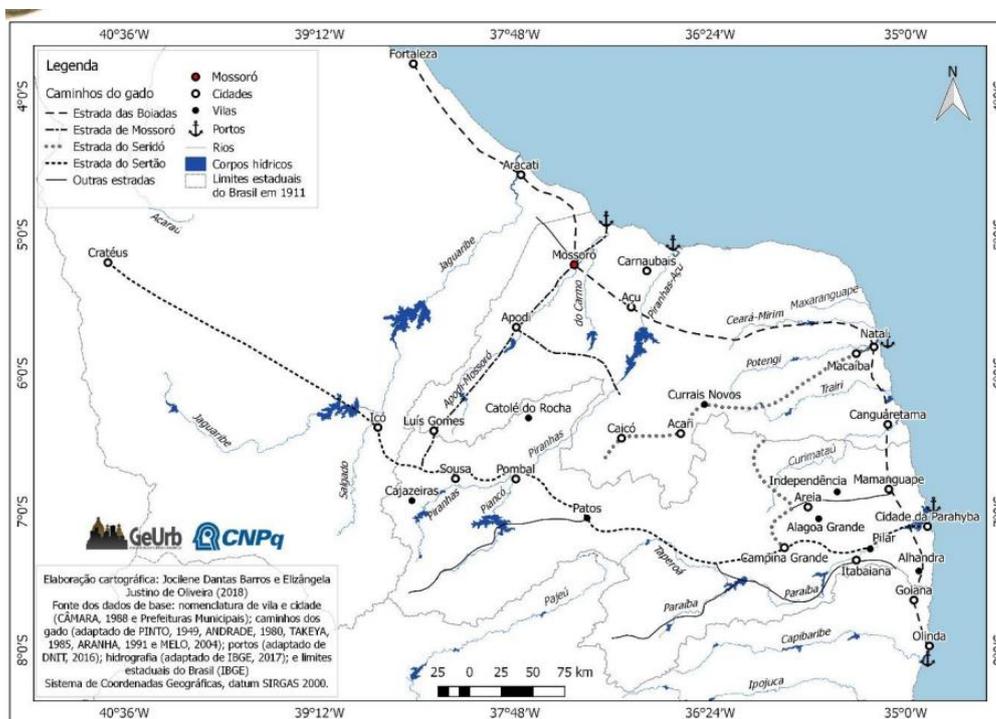
⁵ É importante ressaltar que, embora Mossoró esteja localizada no sertão nordestino, a cidade dista apenas 38 km, aproximadamente, do porto de Areia Branca, litoral norte do Rio Grande do Norte.

⁶ A Estrada das Boiadas, que data do século XVIII, partia do Recife-Olinda, passando por Goiana, na província de Pernambuco, margeava o litoral paraibano, passando por Alhandra e Mamanguape, chegava à província do Rio Grande do Norte, na qual alcançava Natal, Açu, Mossoró, e seguia até o Ceará, onde passava pela praça de Aracati e chegava à cidade de Fortaleza (GEIGER, 1963, p. 367).

passando pelas cidades de Caraúbas e Augusto Severo (atual Campo Grande) (Figura 1).

Observa-se que Mossoró constitui-se enquanto um entroncamento das principais estradas existentes na província/estado⁷ do Rio Grande do Norte, ligando-se diretamente à capital Natal, à região oeste e central da referida província, como também com as praças de Aracati e a cidade de Fortaleza, ao norte do Ceará, e, ao sul da mesma província, às cidades de Icó e Crateús, via Estrada do Sertão, e, por fim, à região do sertão paraibano.

Figura 1: Centralidade de Mossoró nas vias de comunicação nos séculos XVIII-XIX



Fonte: Elaboração dos autores. Execução: Jocilene Dantas

No final do século XIX, Mossoró é considerada um importante entreposto comercial, na passagem entre o sertão e o litoral norte da província, pois dispõe de intensa dinâmica portuária, sobretudo a partir das escalas realizadas pelas embarcações da Companhia Pernambucana de Navegações⁸. Neste contexto, nas primeiras décadas do século XX, surge um novo elemento capaz de reestruturar a centralidade das cidades

⁷ A divisão administrativa do Brasil durante o período imperial (1822-1889) era por províncias. A partir da República (1889), o país passa a ser constituído por unidades federativas, denominadas de estados.

⁸ A Cia Pernambucana de Navegação Costeira realizou o tráfego marítimo entre o Maranhão e a Bahia, de 1853 a 1908 (FELIPE, 2001). Ela fazia escalas regulares no porto fluvial de Aracati-CE, mas, em 1857, há o assoreamento do referido porto e os comerciantes que o usavam para escoar suas mercadorias, assim como os comerciantes de outras praças comerciais em declínio, a exemplo de Sobral-CE e Pombal-PB, transferiram suas firmas e atividades para Mossoró (FELIPE, 2001).



na rede urbana: a ferrovia. Ela, enquanto incremento técnico, impactou diretamente na centralidade urbana de algumas cidades Boca de Sertão (MAIA, 2017), reestruturando-as e reposicionando-as na rede urbana em que estavam inseridas, consolidando, portanto, sua importância como centros regionais, devido, sobretudo, à condição de Ponta de Trilho⁹ ou cidade ferroviária¹⁰.

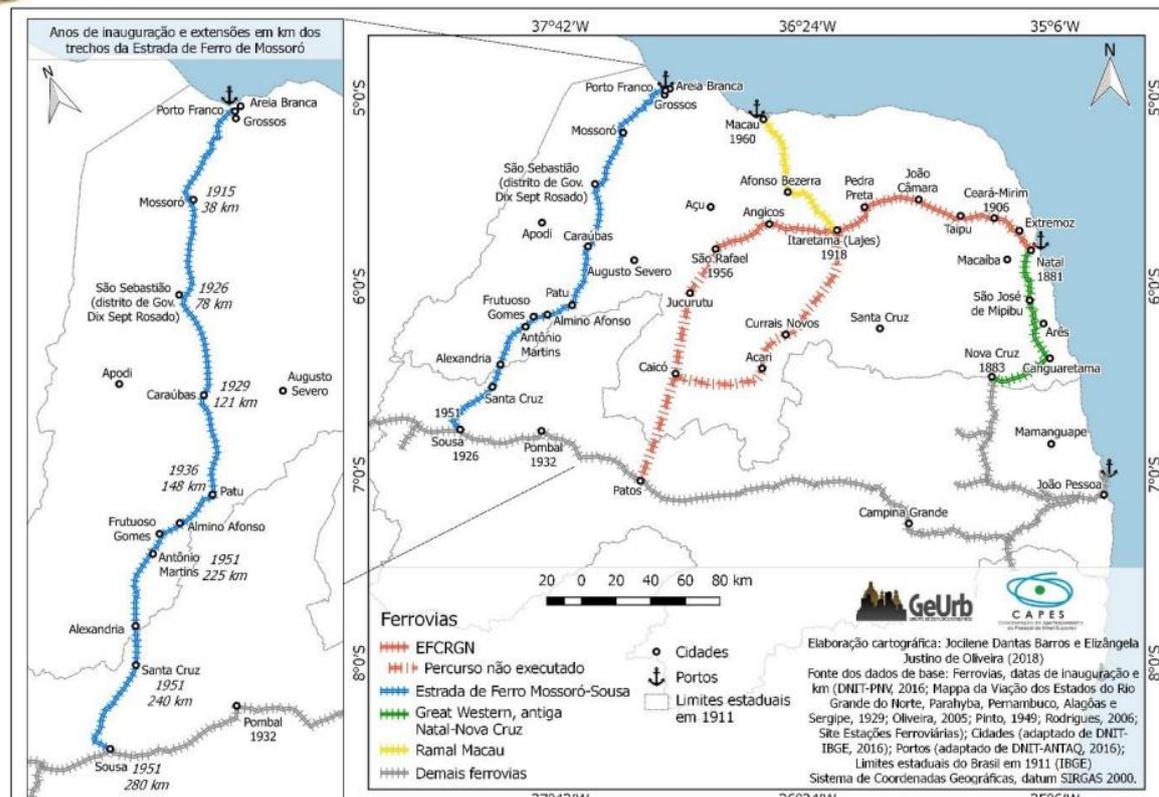
A FERROVIA E O PORTO DE MOSSORÓ: FLUXOS E CENTRALIDADE

As obras da Estrada de Ferro de Mossoró tiveram início em 1912, partindo de Porto Franco e alcançando Mossoró em 1915, perfazendo um percurso de apenas 38 km. Desde a primeira lei de autorização da estrada de ferro, em 1870, até a sua inauguração, em 1915, passaram-se 45 anos. Ela interligou Mossoró ao Porto de Areia Branca e a várias vilas e cidades ao longo de seu traçado, tais como: Porto Franco, São Sebastião, Caraúbas, Patu, Almino Afonso, Antônio Martins (antigo Demétrio Lemos), Alexandria, Santa Cruz e Sousa, sendo as duas últimas cidades do estado da Paraíba. Ao alcançar Sousa, em 1951, a ferrovia se liga à Rede de Viação Cearense (RVC), que já havia atingido a cidade de Sousa desde 1926 (Figura 2). A construção do trajeto da E. F. de Mossoró ou como depois é denominada, E. F. Mossoró – Sousa, teve muitos percalços ao longo dos seus 36 anos (1915-1951) até a finalização, computando um trajeto de 280 km. As dificuldades enfrentadas, até ser concluída em 1951, se somam às concessões caducadas, à falta de recursos e às várias modificações no traçado (CASCUDO, 2001; GRAF, 1980; VASCONCELOS NETO, 2018).

⁹ A Ponta de Trilhos é aquela estação ferroviária ou cidade que foi término de uma estrada de ferro por tempo determinado e que, por este motivo, muitas vezes, teve um aumento vertiginoso de sua população e se tornou uma cidade próspera e dinâmica. Corrêa (2004, p. 320) afirma que esse tipo de cidade “tornava-se temporariamente um foco de armazenagem e trocas comerciais”, e que “o prosseguimento da ferrovia levou, via de regra, à diminuição da atividade comercial das cidades pontas de trilhos que, em muitos casos, decaíram.”

¹⁰ Segundo Maia, Silva e Whitacker (2017, p. 16), “cidades ferroviárias são todas as que receberam a ferrovia e tiveram uma estação ferroviária instalada.”

Figura 2: Estradas de Ferro do Rio Grande do Norte, destacando a Estrada de Ferro Mossoró-Sousa



Fonte: Elaboração dos autores. Execução: Jocilene Dantas

Uma das justificativas para a construção da E. F. de Mossoró apresentada no parecer elaborado por Sá (1910) e Campos (1916) foi a dinâmica econômica de Mossoró à época, que precisava de uma estrada de ferro para dar vazão ao transporte de suas mercadorias, especialmente o algodão e o sal. Assim, Campos (1916) discorre sobre o movimento do Porto de Mossoró, com base nas informações constantes e reproduzidas do projeto de viabilidade da estrada elaborado por Chrockatt de Sá. Em um trecho extraído de um parecer, são identificados os produtos que entravam no Rio de Janeiro, oriundos de Mossoró, sobretudo os fardos de algodão. Tais informações atestam a relevância econômica de Mossoró naquele início do século XX

Em 1906 só no Rio de Janeiro entraram 182.796 fardos de algodão, sendo de Mossoró 41.281 e de Macau 16.918, o que dá para producto desse sertão 58.199 fardos, quando Pernambuco deu 33.110. Segundo a *Gazeta de Notícias*, de 11 de março, [...] entraram no Rio, no anno de 1910, até 9 de

Março, 60.212 fardos, sendo de Mossoró, 14.651, Recife 8.539, Natal 3.583 e Macau 2.878. Borracha de maniçoba e mangabeira, cêra de carnaúba, laticínios, pelles, couros, cereaes, são outros tantos productos abundantes da região. (CAMPOS, 1916, p. 21-22).

Além dos dados referentes à produção do algodão que entrou no Rio de Janeiro entre os anos de 1906 e 1910, o parecer também apresenta os dados de outro quinquênio, o de 1911 a 1915. Os dados de ambos os períodos estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Quantidade de fardos de algodão que entraram no Rio de Janeiro oriundos de Mossoró, Natal e Pernambuco

Locais de origem do algodão	Quinquênios	
	1906-1910	1911-1915
Mossoró	280.714	228.187
Natal	108.888	124.156
Pernambuco ¹¹	200.354	232.982

Fonte: Campos (1916, p. 22-23). Cada fardo de algodão pesa 70 kg.

Pelo quadro acima, observa-se que o quantitativo do algodão proveniente de Mossoró nos quinquênios 1906 - 1910 e 1911 - 1915 supera o de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, bem como o de Pernambuco (no primeiro quinquênio), o que denota uma importância significativa de Mossoró. Contudo, sabe-se que se trata de um dado que se refere ao traslado da mercadoria para a capital do país, a cidade do Rio de Janeiro, e não à exportação.

Sá (1998) assim se refere à dinâmica econômica de Mossoró nesse período:

[...]mantém já, quer com o país, quer com o exterior, um imenso comércio de exportação e importação. A indústria agrícola, a indústria extrativista e a indústria pastoril prosperam; [...]. O algodão de primeira qualidade, sem rival no país constitui o principal produto de exportação. [...] Da indústria extrativista são representantes a borracha de maniçoba e mangaba e a cera de carnaúba. A indústria pastoril pelo gado e laticínios, sendo muito conhecidos e apreciados os queijeiros do Sertão e pelo preparo dos couros e das peles (courinhos). (Sá, 1998, p. 19-20)

Dados obtidos nos Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros e na

¹¹ No parecer, os dados fazem referência ao Estado de Pernambuco, e não à cidade do Recife, como no caso de Mossoró e Natal.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da Sétima Legislatura em 1º de novembro de 1911 pelo Governador do Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão, apresentam o total de mercadorias exportadas pelos três portos do Rio Grande do Norte (Natal, Mossoró e Macau), em que fica evidente a importância do porto de Mossoró¹², sendo o segundo porto mais importante do estado (Quadro 2).

Quadro 2: Total de mercadorias exportadas por portos do Rio Grande do Norte - 1910

Portos	Total de mercadorias exportadas por kg
Natal	7:923.680
Areia Branca	4:574.591
Macau	2:352.296
Total exportado em 1910	14:850.567

Fonte: Rio Grande do Norte (1911, p.27-28).

Pode-se observar que o porto de Areia Branca (também chamado porto de Mossoró) já era responsável naquela ocasião por 31% de todas as mercadorias exportadas via porto por cabotagem; enquanto o de Macau era responsável, por 16% do total, e o da capital do estado, Natal, por 53%. A porcentagem superior do porto de Mossoró em relação a Macau, sendo aquele o segundo porto mais importante do estado, pode ser explicada pelo fato de Mossoró atrair para si as mercadorias do sertão da Paraíba, da região do Jaguaribe, do centro-sul do Ceará das regiões central e oeste do Rio Grande do Norte.

Mossoró possuía o porto mais próximo dessa área de abrangência, sendo mais fácil transportar mercadorias em tropas de burros até o Porto de Areia Branca do que transportá-las para os portos de Natal, Macau ou o Porto da Paraíba, ou ainda para o de Camocim, no Ceará.

Os principais produtos exportados pelo Porto de Mossoró eram o algodão, o sal, a cerada carnaúba e os produtos derivados da pecuária, como couros salgados e peles. Mossoró também se destacava por sua produção de sal. De 1876, encontra-se o seguinte registro sobre o transporte e a produção do sal: “João Ulrich Graf informou-o que o sal fabricado se calculava em seis milhões de quilos, quase todo transportado para o

¹² O Porto estava localizado em Areia Branca, porém era chamado de Porto de Mossoró.

interior no dorso de cavalos e burros, ‘em comboios até 200 animais’.” (Casculo, 2001, p. 86). Inicialmente a produção do sal era para consumo e comercialização interna das províncias de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, e utilizado essencialmente para salgar carnes.

Quando o sal passa a ser exportado, o porto de Areia Branca, por estar localizado nas proximidades das salineiras, era responsável por 78% do escoamento da produção, o que se pode verificar nos dados referentes ao ano de 1910, conforme apresentado no Quadro 3:

Quadro 3: Sal exportado pelos portos do Rio Grande do Norte (1910)

Portos	Peso em quilogramas
Natal	2.445.860
Macau	16:733.566
Areia Branca	69:729.246
Total de sal exportado	88:898.672

Fonte: Rio Grande do Norte (1911, p. 28).

Assim, a dinâmica econômica de Mossoró, representada pelo movimento do Porto de Areia Branca, é usada como argumento nos pareceres dos engenheiros, nas reivindicações dos comerciantes, capitalistas e governantes locais que anseiam pela estrada de ferro naquela cidade.

Essa efervescência da função de Mossoró, enquanto empório comercial, era um forte argumento para a inserção de meios de transportes mais diversos, como as vias férreas, para juntarem-se ao transporte marítimo. Contudo, passaram-se 45 anos desde a Lei Provincial nº 646, de 14 de dezembro de 1870 – que autorizava a construção de uma estrada de ferro que ligasse a cidade de Mossoró ao porto – até a sua inauguração, em 1915. As obras da Estrada de Ferro de Mossoró tiveram início em 1912, partindo de Porto Franco e alcançando Mossoró em 1915, perfazendo um percurso de apenas 38 km.

A referida ferrovia chegou a atender uma vasta área das salinas de Mossoró. À medida que se estendeu, passou por áreas de produção da gipsita (gesso), minério abundante no distrito de São Sebastião, de calcário (cal), em Almino Afonso, e transportava também frutas vindas dos municípios de Martins até Alexandria. Assim ocorria com o algodão produzido no entornoda ferrovia, que era transportado em carros

de bois e caminhões até o município de Alexandria, em seguida, embarcado no trem para Mossoró, onde era beneficiado pelas agroindústrias que ali despontavam na primeira metade do século XX, e que passaram a abastecer as indústrias da região centro-sul do país, particularmente São Paulo (OLIVEIRA, 2005; ROCHA, 2009).

Dados das estatísticas ferroviárias mostram as mercadorias transportadas pela Estrada de Ferro de Mossoró e a relevância do algodão e do sal, representando 8% e 29%, respectivamente, do total de mercadorias transportadas ao longo do período (Quadro 4).

Quadro 4: Mercadorias transportadas em toneladas pela Estrada de Ferro de Mossoró (1918- 1932)

Mercadorias	1918	1920	1924	1932
Café	762,7	423,3	341	731
Assucar	297,5	492,6	609	2.796
Algodão	2.574,3	1.404,7	2.436	2.156
Cereais	188,8	1.806,1	224 ¹³	7.772
Aguardente e álcool	44,9	19,5	56	24
Couros	103,3	342,5	190	484
Farinha de mandioca	-	-	1.412	12.872
Lenha	-	-	36	-
Sal	5.965,1	2.787,3	13.250	8.271
Tecidos	-	-	-	378
Diversos	5.488,8	7.212,0	8.485	12.630
Total	15.425,4	14.488,0	27.357	48.114

Fonte: Brasil (1922, p.102-103); Brasil (1924a, p. 110-111); Brasil (1924b, p. 218-232); e Brasil (1933, p. 194-201).

Observa-se ainda, em 1932, a proeminência do transporte de cereais. Segundo o documento consultado (BRASIL, 1933), o grupo dos cereais compreende a produção de arroz (1.538t), milho (4.330t) e feijão (1.904t) e, naquele ano, representou 16% das mercadorias totais transportadas. No mesmo ano, o transporte da farinha de mandioca foi o mais significativo, representando 27% do total transportado, superando a quantidade de sal, algodão e cereais. De forma geral, os dados indicam a relevância da produção oriunda da agricultura e da extração de sal entre as mercadorias transportadas pela ferrovia.

¹³ Número corresponde à produção em toneladas de milho (192t) somada à de feijão (32t).



Portanto, a Estrada de Ferro de Mossoró constitui-se um importante equipamento técnico que ressaltou a centralidade de Mossoró, enquanto importante nó da rede urbana potiguar e regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado, Mossoró configura-se, ainda no século XIX, enquanto importante nó da rede urbana potiguar, estendendo seu raio de influência para além da província/estado do Rio Grande do Norte. Sua dinâmica econômica deve-se, em parte, a sua localização, constituindo-se área de transição entre o litoral e o sertão; à proximidade com o porto de Areia Branca (também chamado porto de Mossoró); à função de entreposto comercial e de entroncamento de importantes vias de comunicação do século XVIII.

Tal dinâmica econômica justifica, inclusive, os esforços dos comerciantes mossoroenses em prol da implantação da linha férrea partindo do porto e alcançando Mossoró, a fim de escoar os produtos agrícolas (algodão), extrativistas (sal, gesso, cera de carnaúba) e de origem bovina (couros, peles e carne seca) que seguiam para exportação. Além disso, servia para conduzir as mercadorias importadas que chegavam ao porto e seguiriam via ferrovia até Mossoró para abastecer as casas de importação, que comercializavam, no varejo, produtos como tecidos, louças, ferragens, vidros, dentre outros. Essas casas eram chamadas também de secos e molhados, casas importadoras e exportadoras, casas de peles e couros, e se constituíam centros comerciais que atraíam pessoas da região para adquirir esses produtos e comercializar outros, sobretudo nos dias de feira. Dessa forma, Mossoró constituía-se enquanto um nó da rede urbana formada pelas cidades do oeste potiguar, concentrando a comercialização dos produtos anteriormente citados e abastecendo o mercado consumidor local e regional dos alimentos de subsistência e utensílios domésticos mais especializados (OLIVEIRA, 2019, 2021).

No que se refere à ferrovia – equipamento técnico e moderno que revolucionou o transporte de cargas e de pessoas na primeira metade do século XIX na Europa e, mais tarde, no Brasil –, em Mossoró, este equipamento tarda a ser implementado, tendo a sua construção finalizada já na segunda metade do século XX, porém, ainda assim, observa-

se que o mesmo favoreceu a função de empório comercial da cidade e a indústria que despontava no início do século XX, a partir do beneficiamento de produtos extrativistas, como a carnaúba, e produtos agrícolas, como o algodão.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.145-184.

_____. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidadeportuária, século XVII. **Revista GEOUSP**, São Paulo, v. 7, p. 13-25, 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123400/119716>. Acesso em: 27 out. 2023.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRASIL. Ministério de Viação e Obras Públicas. Inspetoria Federal das Estradas. **Estatística das Estradas de Ferro da União e das fiscalizadas pela União relativa ao ano de 1918**. Rio de Janeiro: Tipografia Gomes Brandão, 1922. Disponível em: <https://archive.org/details/estatisticaferro1918uniao/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 02 dez. 2022.

BRASIL. Ministério de Viação e Obras Públicas. Inspectoria Federal das Estradas. **Estatísticas das Estradas de Ferro da União e das fiscalizadas pela União relativa ao ano de 1920**. Rio de Janeiro: Inspetoria Federal das Estradas, 1924a. Disponível em: <https://archive.org/stream/estatisticaferro1920uniao#page/2/mode/2up>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. Ministério de Viação e Obras Públicas. Inspetoria Federal das Estradas. **Estatística das Estradas de Ferro da União e das fiscalizadas pela União relativa ao ano de 1924**. Tomo XXVII. Rio de Janeiro: Inspetoria Federal das Estradas, 1924b. Disponível em: <https://archive.org/stream/estatisticaferro1924uniao#page/n5/mode/2up>. Acesso em: 19 jun.2024.

BRASIL. Ministério de Viação e Obras Públicas. Inspectoria Federal das Estradas. **Estatística das Estradas de Ferro da União e das fiscalizadas pela União relativa aos anos de 1932 e 1933 (em parte)**. Tomo XXXV. Rio de Janeiro: Inspetoria Federal das Estradas, 1933. Disponível em: <https://archive.org/stream/estatisticaferro1932uniao#page/n5/mode/2up>. Acesso em: 11 set.2023.

CAMPOS, Cesar de. **Estudo e Parecer da Estrada de Ferro de Mossoró**. Club de

engenharia. Acta da 57ª sessão ordinária do Conselho Director em 19 de janeiro de 1916. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, de Rodrigues e C, 1916. 78p. Disponível em:

<http://memoria.org.br/pub/meb000000195/estradaferrode1916club/estradaferrode1916club.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

CASCUDO, Luís da Câmara Cascudo. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. 4. ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vigt-Un Rosado, 2001. 186 p. (Coleção Mossoroense. Série c, v. 1207).

CORRÊA, Roberto Lobato. Posição geográfica das cidades. **Revista Cidades, Presidente Prudente**, v. 1, n. 2, p. 317-323, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12545/8035>. Acesso em: 18 jul. 2024.

_____. Espaço e tempo: um tributo a Maurício de Abreu. **Revista Cidades, Presidente Prudente**, v. 8, n. 14, p. 597- 607, jul./dez. 2011.

FELIPE, José Lacerda Alves. **Organização do espaço de Mossoró**. Mossoró: Guimarães Duque, 1982. 173p. (Coleção mossoroense. Série c).

_____. **A (re)invenção do lugar: os Rosados e o “país de Mossoró”**. João Pessoa: Grafset, 2001.

GRAF, João Ulrich. Estrada de Ferro de Mossoró. 4. ed. Mossoró: [s.n.], 1980. p. 5-11. (Coleção Mossoroense, v. cxx).

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963. (Coleção O Brasil Urbano. Série VI – Sociedade e Educação).

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

IBGE. **Censo demográfico**. Brasília: IBGE, 2022.

MAIA, Doralice Sátyro. A geografia Histórica das práticas culturais no espaço urbano: a feira de gado nas cidades do interior do território brasileiro. *In*: OLIVEIRA, José Godinho de *et al.* (Org.). **Geografia Urbana: Ciência e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 287-315.

MAIA, Doralice Satyro; SILVA, William Ribeiro da; WHITACKER, Arthur Magon. Apresentação – Centro e centralidade nas cidades médias: os caminhos de uma pesquisa. *In*: MAIA, Doralice Satyro; SILVA, William Ribeiro da; WHITACKER, Arthur Magon. (org.) **Centro e centralidade em cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 9-23.

MAIA, Doralice Sátyro. A ferrovia nas cidades bocas de Sertão. **Terra Brasilis**, São Paulo, n. 8, p. 1-17, 2017. DOI: 10.4000/terrabilis.2160. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabilis/2160>. Acesso em: 08 jan. 2019.

_____. Ferrovia, estrutura e dinâmica de cidades feiras no interior do território brasileiro: Final do século XIX e início do século XX. TST. Transportes, Servicios y Telecomunicaciones, [S. l.], n. 50, p. 44–81, 2023. Disponível em: <https://revistas.uva.es/index.php/tst/article/view/7440>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MUMFORD, Lewis. **Technics and civilization**. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1934.

OLIVEIRA, Manuel Tavares de. **Estrada de Ferro Mossoró-Sousa: um sonho, uma realidade, uma saudade**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, Fundação Vingt-Un Rosado, 2005. (Coleção Mossoroense. Série c).

OLIVEIRA, Elizângela Justino de. **Ferrovias, Rede Urbana e Centralidade Urbano-regional: Campina Grande e Mossoró (1907-1929)**. Tese (Doutorado em Geografia). João Pessoa-PB: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, 2019.

_____. A centralidade de Mossoró (RN) na rede urbana-regional (1858-1915). **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 23, n. 2, p. 192–220, 2021. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/769>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008 [1945].

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da Setima Legislatura pelo governador Alberto Maranhão, em 1º de novembro de 1911**. Natal: Typ. d'A República, 1911. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u730/000002.html>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Expansão urbana de Mossoró: período de 1980 a 2004**. João Pessoa: Coleção Mossoroense, 2009. (Série C, n. 1469).

SÁ, Chrockatt de. Parecer sobre a Estrada de Ferro de Mossoró ao S. Francisco (1910). In: ROSADO, Vingt-Un. **A Engenharia Nacional passou por Mossoró, seguindo as pegadas do sonho Grafiano**. v. 3. Mossoró (RN): Fundação Vingt-Un Rosado, 1998. p.4-26. (Coleção Mossoroense, Série C, v. 1051).

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. **Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo, Hucitec, 1978.

SOUZA, Francisco Fausto de. **História de Mossoró**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979. (Coleção Mossoroense, ano XXXI, vol. XCVI).



TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste:** o algodão na Economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A; Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, 1985.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **Geotextos**, n. 5, v. 2, p. 147-157, dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3791/2768>. Acesso em: 16 jul. 2023.

VASCONCELOS NETO, Américo Maia. **A política ferroviária brasileira (1835-1945): 110 anos de acertos e desacertos na construção da malha ferroviária nacional.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2018. 2 v. (Edições do Senado Federal, v. 245-B).



A FERROVIA COMO SÍMBOLO DE MODERNIDADE E TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM CIDADES BOCA DE SERTÃO: O CASO DE PATOS-PB

Nelcilene Lima da Silva¹
Ariel Iasmim Silva da Costa²

RESUMO

Este estudo analisa o contexto social e político da implementação da ferrovia na cidade de Patos, Paraíba, considerada uma boca de sertão. Na primeira parte do trabalho, são abordados processos anteriores à instalação da ferrovia, que servem para subsidiar a compreensão dos elementos que contribuíram para sua implantação. A segunda parte apresenta dados referentes ao período de instalação até a atualidade (1944-2024), com o objetivo de apresentar as transformações promovidas por sua instalação. Os procedimentos metodológicos delineados para atingir esses objetivos incluíram levantamentos bibliográficos, que forneceram as bases teórico-críticas acerca dos temas que norteiam a pesquisa, e levantamentos documentais em acervos físicos e digitais. Esta fase foi fundamental para desvelar o contexto social e político do período de instalação, bem como as reverberações da implantação. Além disso, houve a coleta de dados secundários para obter informações socioeconômicas e referentes ao tombamento do patrimônio ferroviário e trabalhos de campo, cuja finalidade foi a observação in loco, essencial para compreensão das mudanças na morfologia do entorno imediato da estação. Quanto aos resultados, verificamos que, devido à importância econômica da cidade, especialmente relacionada à cultura algodoeira, Patos foi selecionada para receber a ferrovia. No entanto, condicionantes políticos causaram atrasos. Apesar disso, a chegada da ferrovia gerou impactos que permanecem visíveis, principalmente na morfologia urbana.

Palavras-chave: Modernidade, Ferrovia, Patos-PB, Transformações Urbanas.

RESUMEN

Este estudio analiza el contexto social y político de la implantación del ferrocarril en la ciudad de Patos, Paraíba, considerada una boca del interior. En la primera parte del trabajo se discuten los procesos previos a la instalación del ferrocarril, que sirven para subsidiar la comprensión de los elementos que contribuyeron a su implantación. La segunda parte presenta datos sobre el periodo que va desde la instalación del ferrocarril hasta la actualidad (1944-2024), con el objetivo de mostrar las transformaciones que trajo consigo su instalación. Los procedimientos metodológicos trazados para alcanzar

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), bolsista (Capes/CNPq) e membro do Grupo de Estudos Urbanos (GEURB/UFPB/CNPq). Contato: nelcilene.limaa@gmail.com

² Graduada em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Este trabalho é resultado de pesquisa financiada pela CAPES (PVA16158-2021), no âmbito do projeto “Cidades, redes e patrimônio cultural: Ferrovias no interior do Nordeste Brasileiro”. Contato: ariel.costa@academico.ufpb.br

estos objetivos incluyeron relevamientos bibliográficos, que aportaron las bases teórico-críticas sobre los temas que orientan la investigación, y relevamientos documentales en colecciones físicas y digitales. Esta fase fue fundamental para desvelar el contexto social y político del periodo de instalación, así como las reverberaciones de la implantación. Además, se recopilaron datos secundarios para obtener información socioeconómica y sobre la catalogación del patrimonio ferroviario, y se llevó a cabo un trabajo de campo para observar el lugar, esencial para comprender los cambios en la morfología del entorno inmediato de la estación. En cuanto a los resultados, comprobamos que, debido a la importancia económica de la ciudad, especialmente relacionada con el cultivo del algodón, Patos fue seleccionada para recibir el ferrocarril. Sin embargo, las limitaciones políticas provocaron retrasos. A pesar de ello, la llegada del ferrocarril generó impactos que siguen siendo visibles, especialmente en la morfología urbana.

Palabras clave: Modernidad, Ferrocarril, Patos-PB, Transformaciones Urbanas.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentamos os resultados parciais obtidos a partir da síntese das investigações conduzidas tanto no âmbito da graduação, por meio de um projeto de iniciação científica, quanto no âmbito da pós-graduação, por meio de uma pesquisa de mestrado, ambos desenvolvidos no Departamento de Geografia da Universidade Federal da Paraíba (DGEOC/UFPB). O principal objetivo desta pesquisa é compreender o contexto de implantação da ferrovia na cidade de Patos - PB, bem como as transformações urbanas decorrentes de sua instalação. O período de análise abrange desde a inauguração da ferrovia, em 1944, até o presente momento, em 2024, considerando que os impactos desse processo ainda são perceptíveis na morfologia urbana, especialmente, do seu entorno imediato.

Para a consecução dos objetivos delineados, os resultados apresentados foram sistematizados a partir de quatro etapas de coleta: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, coleta de dados secundários e trabalho de campo. A etapa de pesquisa bibliográfica consistiu na leitura de livros, dissertações, monografias e artigos acadêmicos, com o objetivo de construir uma base teórica crítica e reflexiva sobre as temáticas relacionadas ao estudo. Na fase de pesquisa documental, realizamos levantamentos em acervos físicos e digitais, com visitas ao Ponto da História (PH) e à Garagem Cultural, ambos situados na cidade de Patos, Paraíba. Além disso, consultamos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

(IPHAEP) e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB), bem como realizamos buscas em acervos digitais, como a Biblioteca Nacional, por meio da BNDigital, e o Archive.org. Esta fase foi de extrema relevância para o acesso a fotografias, relatórios e estudos institucionais e artigos jornalísticos, que foram essenciais para esclarecer o contexto social e político do período de implantação da ferrovia e suas repercussões. Na etapa de coleta dos dados secundários houve a busca no website do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o intuito de obtermos dados socioeconômicos da cidade e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para ter acesso às informações referentes ao tombamento do patrimônio ferroviário. Por fim, empreendemos trabalhos de campo, cuja finalidade foi verificar o contexto atual da morfologia do entorno imediato da estação.

Atualmente, o município de Patos destaca-se como o quarto mais populoso do estado da Paraíba, apresentando uma população de 103.165 habitantes. Além disso, apresenta o sexto maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, com predominância expressiva do setor de serviços, seguido pelo setor comercial, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Essa relevância no contexto da atual rede urbana paraibana é resultado de diversos elementos históricos, dentre os quais destacam-se a atividade algodoeira, que impulsionou economicamente a cidade, e as condições logísticas, incluindo a ferrovia, que favoreceram as atividades comerciais. À luz dessas considerações, para apresentar os resultados desta pesquisa, organizamos este trabalho em duas partes. Na primeira, objetivamos expor o contexto de produção do espaço urbano da cidade em foco, assim como as transformações ocorridas que possibilitaram a chegada dos trilhos. Na segunda e última parte, abordamos o contexto da chegada da ferrovia e as articulações em torno de sua implantação, bem como as modificações urbanas advindas de sua instalação, especialmente, no que concerne à morfologia do seu entorno imediato.

DA FORMAÇÃO DO POVOADO AO ANÚNCIO DA CHEGADA DA MODERNIDADE E DO PROGRESSO

Segundo NDIHR (1985), no início do povoamento da Região das Espinharas³, o

³ A Região das Espinharas, mencionada aqui, refere-se ao local onde surgiram as primeiras fazendas de gado, estabelecidas nas terras anteriormente ocupadas pelas tribos Pegas e Panatis (CAVALCANTE, 2008).

local estava habitado pelos indígenas Pegas e Panatis, descendentes dos Cariris. Somente no terceiro quartel do século XVII, com a intensificação da atividade agropecuária, a localidade teve seu primeiro contato com os colonizadores. A partir disso, desencadeou-se um longo período de árduos conflitos, que culminaram em extermínios e expulsões. Como desdobramento desse processo, os colonos passaram a organizar as primeiras fazendas de gado na localidade.

Essas fazendas, de acordo com Cardoso e Maia (2007), estavam situadas nas rotas chamadas de “caminhos de boiadas”, e serviam como apoio aos tropeiros que precisavam de água e pasto. Contudo, para a efetiva povoação da localidade outros meios tiveram que ser articulados, como as doações de parcelas de terras localizadas no sítio Patos e no sítio Pedra Branca - áreas limítrofes - para a construção de uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora da Guia (NDIHR, 1985). Após a conclusão, percebe-se uma tendência à concentração de residências nas proximidades da igreja.

Desse modo, começa a se estabelecer os alicerces iniciais de um núcleo urbano, através da organização das primeiras ruas, construções, definição de normas sociais e implementação de uma administração liderada por um pároco, que, conforme aponta Maia (2017), representa a consolidação de um Núcleo Primaz. Nas proximidades da Igreja, ocorriam os encontros dos tropeiros, marcados por constantes trocas de mercadorias e informações. Por conseguinte, formou-se uma feira informal, inicialmente localizada no largo da Igreja, onde atualmente se encontra a Praça Edvaldo Mota, próximo à Igreja Nossa Senhora da Conceição. Nesse contexto, decorrente da criação de gado e das feiras, o algodão foi gradualmente introduzido na localidade já no início do século XVIII. Inicialmente utilizado como pastagem para o gado, ainda não havia grandes expectativas de mercado. Segundo Campos, Almeida e Almeida (2023), foi a partir do século XIX, com a demanda da indústria por matérias-primas, especialmente o algodão para a produção têxtil e do óleo, somado aos conflitos envolvendo os Estados Unidos, principal fornecedor na época, o algodão passou a ser muito valorizado, sendo chamado de “ouro branco”. Foi neste momento que a Paraíba, e de modo particular Patos, ganharam destaque na produção voltada para o mercado internacional (NDIHR, 1985).

Como efeito, inicia-se às alterações no quadro econômico, social e morfológico da localidade. Nessa época, conforme explica Hobsbawm (2005), surgiu a concepção de

“progresso”, imposta aos países subdesenvolvidos sob a lógica de que a modernidade e a técnica deveriam alcançar todos os lugares. No contexto brasileiro, as evoluções técnicas, iniciadas em algumas cidades ainda no século XIX para atender ao acúmulo de capital relacionado ao cultivo e exportação de commodities, tiveram como destaque a instalação de um dos principais elementos técnicos da época: a ferrovia. Entretanto, no Nordeste brasileiro, os núcleos cotados para receber esse elemento técnico enfrentaram constantes desvios de rotas devido a condicionantes políticas. Soma-se ao quadro descrito, nos núcleos localizados no semiárido, as disputas relacionadas à atração de investimentos e capital. Nesse contexto, as solicitações e rumores sobre a instalação da estrada de ferro em Patos tiveram início ainda no ano de 1896, conforme aponta o relatório do presidente do estado, Dr. Álvaro Lopes Machado, datado de 15 de fevereiro. É relevante destacar que o processo de interiorização das ferrovias nas províncias e estados brasileiros está diretamente relacionado à interligação com áreas produtoras de algodão, sal e itens provenientes da pecuária bovina, como couros e carnes (MAIA; OLIVEIRA, 2017). No entanto, em Patos, devido às ressalvas políticas, a ferrovia só chegou quase na segunda metade do século XX. Posto isso, no próximo tópico abordaremos o contexto social e político dessa implantação.

A CHEGADA DOS PRIMEIROS ELEMENTOS DA MODERNIDADE: ALTERAÇÕES NA MORFOLOGIA E NA DINÂMICA URBANA

Segundo Maia e Sá (2019), o ideário da Modernidade provoca, de maneira geral, profundas transformações na morfologia das cidades e na vida de seus habitantes. Embora o Movimento da Modernidade estivesse diretamente associado a uma sociedade industrial e capitalista, como observado nos países europeus e nos Estados Unidos, o anseio por modernidade também impacta cidades que não foram diretamente influenciadas pela expansão industrial. Para essas cidades, a Modernidade não emerge como uma consequência do crescimento industrial, mas sim através do processo global de modernização dos espaços físicos, dos hábitos e dos costumes.

Em decorrência do processo de modernização desencadeado em meados do século XIX, aliado ao aumento da circulação de capital, que começou a emergir nas últimas décadas desse século e início do século seguinte, impulsionado pela produção e

exportação de commodities, a malha ferroviária foi implantada na Paraíba ainda no século XIX. Inicialmente, o propósito central era estabelecer uma conexão entre a capital e os principais centros produtores (SILVA, 2011). No entanto, somente no início do século XX a expansão em direção ao interior adquiriu maior relevância, destacando-se o prolongamento da ferrovia de Itabaiana até Campina Grande, concluído em 1907 (MAIA; OLIVEIRA, 2017).

Nos anos seguintes, questões associadas à suposta escassez de recursos financeiros, bem como à influência de fatores políticos, moldaram a definição dos ramais ferroviários. Contudo, a política ligada a este transporte passou por uma significativa reorientação com a chegada de Epitácio Pessoa à Presidência da República. A partir de sua gestão, as estradas de ferro foram incorporadas a seu programa de obras contra as secas. Nesse contexto, conforme aponta Silva (2011), surgiram dois traçados distintos para o prolongamento da ferrovia em direção ao sertão. Nesse contexto, em um dos traçados, os trilhos partiriam de Campina Grande em direção a São do Cariri, Batalhão (Taperoá), Santa Luzia, Pombal, Sousa e São João do Rio do Peixe. Nesse percurso, a ferrovia passaria por cada uma dessas localidades ou ficaria a uma distância que permitisse às cidades vizinhas beneficiar-se, como Patos e Piancó. No outro traçado, os trilhos partiriam de Alagoa Grande, cortariam Areia, Alagoa Nova, Esperança, Pocinhos, Soledade, Santa Luzia, Pombal, Sousa e chegava a Cajazeiras (ALMEIDA, 1980 *apud* SILVA, 2011). Ambos os traçados refletiam interesses políticos nas concessões, com conflitos emergindo, sobretudo, entre comerciantes com influência política, tanto na capital quanto em determinadas regiões do interior. Nesse contexto, os debates acerca do ponto de origem do prolongamento ferroviário rumo a Patos prolongaram-se por um período expressivo (IHGP, 2009).

No entanto, no período que se segue, algumas cidades, definidas como boca de sertão⁴, antes consideradas apenas como pontos de pouso para tropeiros ou entroncamentos de caminhos, já não poderiam permanecer exercendo esse papel. Isso se deve ao fato de que essas cidades demonstravam notável atividade comercial, impulsionada pela chegada e saída de mercadorias. Em Patos, essas atividades estavam

⁴A nomenclatura Bocas de Sertão é encontrada nos escritos sobre as cidades brasileiras, no período colonial, para designar as vilas que surgiram afastadas da orla litorânea a partir do século XVII (MAIA, 2017).



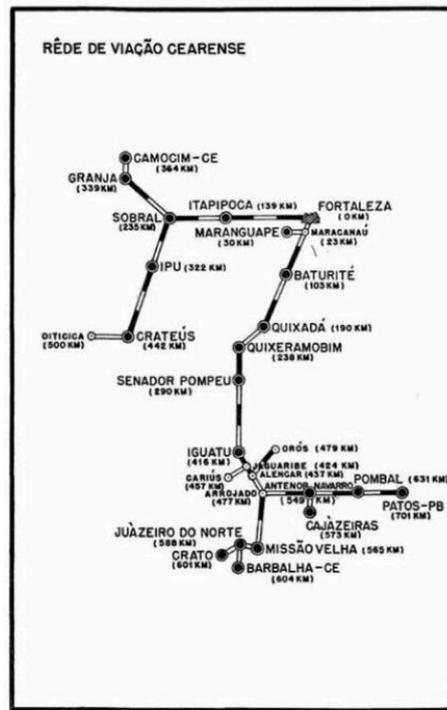
relacionadas à feira de gado e à expansão da indústria algodoeira. Esses fatores evidenciam a relevância da cidade no contexto da escassa rede urbana brasileira no início do século XX (MAIA; OLIVEIRA, 2017; MAIA, 2017).

Nesse contexto, é relevante destacar que o acúmulo de capital, impulsionado pela atividade algodoeira, somados a mudanças no quadro administrativo local, contribuiu para a instalação de diversos elementos que transformaram a morfologia da localidade. Entre esses elementos, destacam-se a implantação de uma rede de iluminação pública, a abertura e alargamento de vias, a institucionalização da feira de gado e a chegada de indústrias algodoeiras, como a Anderson Clayton e Cia e a Sanbra e, posteriormente, a instalação da ferrovia (NDIHR, 1985; SILVA 2011).

Todavia, a necessidade de implantação da ferrovia foi intensificada em decorrência do fato de que as usinas passaram a produzir fardos de algodão mais pesados, chegando a até 110 quilos. Esse aumento tornava o transporte por tração animal inviável, uma vez que a carga ultrapassava a capacidade dos animais, limitada a 128 quilos, com 64 quilos distribuídos em cada lado. Além disso, o transporte por tração animal era mais suscetível a assaltos, o que reforçava ainda mais a demanda pela ferrovia, que se apresentava como uma alternativa mais eficiente e segura frente a essas dificuldades (SILVA, 2011).

Nesse encadeamento, em 1944, ocorreu a integração de Patos ao ramal ferroviário da Paraíba (figura 1). Essa ação está correlacionada a uma assembleia convocada por Pedro Izidro da Nóbrega, então Presidente da Associação Comercial e Industrial de Patos. Na ocasião, os membros, por unanimidade, aprovaram o envio de telegramas ao representante do Governo Federal e à Rede Ferroviária Federal, postulando a instalação do terminal de linha férrea. Como efeito, inaugurou-se o trecho Pombal - Patos, onde a última tornou-se ponta de trilho do segundo prolongamento do ramal do Estado da Paraíba, originário da Rede de Viação Cearense (IHGP, 2009).

Figura 1: Ilustração da Rede de Viação Cearense em 1956



Fonte: IBGE (1956)

Silva (2011) ressalta que a chegada do trem à cidade gerou uma movimentação intensa, especialmente no entorno imediato da estação ferroviária. Apesar do atraso em sua implementação, “o trem representava a modernidade”. Nesse contexto, o pátio da estação, assim como o largo da praça, transformaram-se em importantes espaços de convivência e interação social. A crescente circulação de pessoas, aliada à proximidade com o transporte, favoreceu a abertura de novos empreendimentos nas proximidades do equipamento. Nesse contexto, observou-se inicialmente a instalação de dois postos de gasolina, lojas de autopeças, hotéis de grande porte para os padrões locais — entre eles o Hotel Santa Terezinha —, além de comércios formais e informais, como ambulantes que, com a chegada dos trens, comercializavam produtos como pirulitos e roletes de cana.

Nessa conjuntura, a chegada da ferrovia tinha como objetivo inicial atender ao transporte de mercadorias, com ênfase no algodão. Contudo, o transporte de sal proveniente de Mossoró também foi favorecido (IHGP, 2009; LUCENA, 2022). Ademais, com a conclusão do ramal Pombal-Patos, a cidade passou a ser um ponto estratégico na malha ferroviária, facilitando o escoamento de mercadorias em direção a

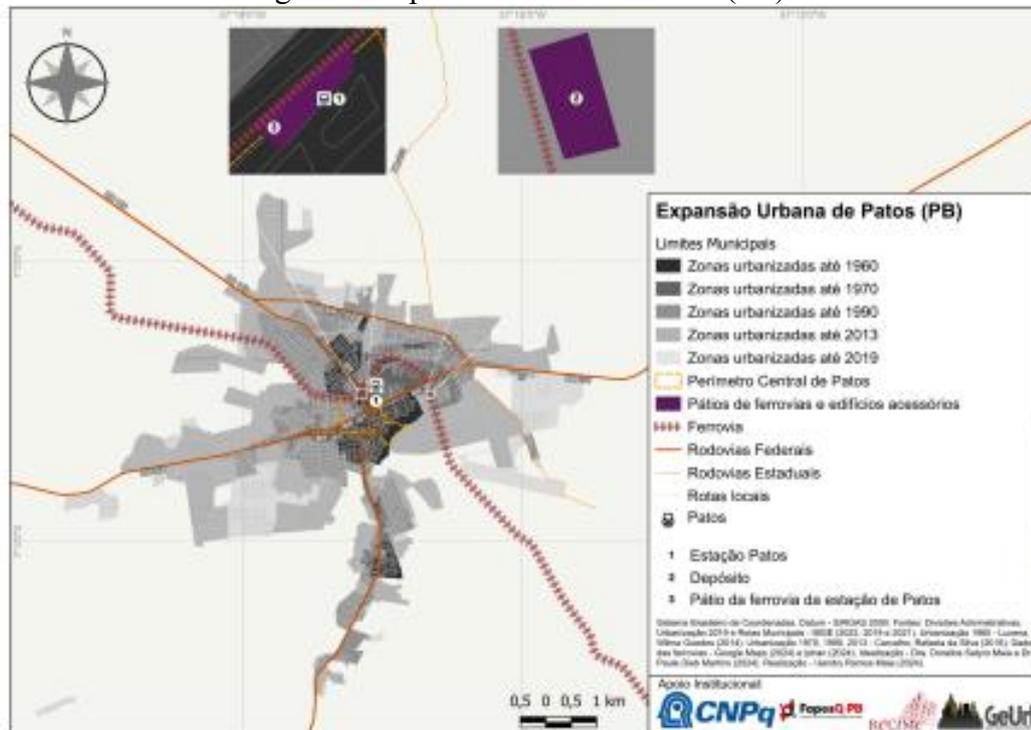
Campina Grande. Entretanto, convém destacar que esse escoamento dependia do auxílio de caminhões e de tração animal. Vale ressaltar que a frota de caminhões na cidade era escassa, limitada principalmente às necessidades das classes mais abastadas, como grandes produtores e comerciantes. Dessa forma, a interligação ferroviária com Campina Grande continuava como uma necessidade, tendo em vista que havia déficits no escoamento de produtos. Em concomitante, o transporte rodoviário ganhava cada vez mais destaque.

Além disso, o transporte através dos tropeiros era lento, perigoso devido ao risco de assaltos e não atendia as demandas de produção, já que o limite para o transporte de cargas era ínfimo em comparação ao que se produzia. Nesse contexto, mesmo com o sistema rodoviário em ascensão e o descaso cada vez maior da malha ferroviária, foi inaugurado em 08 de fevereiro de 1958 o ramal Campina Grande - Patos. Desse modo, a cidade de Patos estava conectada aos principais polos econômicos e sociais do nordeste e a cidade apresentava-se cada vez mais promissora (SILVA, 2011).

No que tange ao espaço intraurbano, conforme ilustrado na (figura 02) e descrito por Lucena (2014), até a década de 1960 a cidade apresentava um adensamento significativo em seu núcleo original. No entanto, já havia áreas desocupadas ao norte e ao sul, que gradualmente passaram a ser ocupadas por populações de baixa renda, localizadas em zonas periféricas e desconectadas do centro. Apesar disso, o núcleo central da cidade permanecia como o principal polo comercial, tanto em virtude de sua origem histórica quanto pela proximidade com a ferrovia.

Ainda nesta década, Patos perdeu alguns territórios, segundo NDIHR (1985), devido ao desmembramento dos distritos, transformados em municípios autônomos. Esse mesmo fato explica a inversão na proporção entre a população urbana e a população rural. Aliado a isso na década seguinte, têm-se o encerramento do ciclo do algodão, conforme arma Cavalcante (2008). Conseqüentemente, a ferrovia, foi perdendo a importância, tendo em vista que sua principal função era o escoamento de mercadorias, com destaque para o algodão. Na década de 1980 ocorre o fechamento de uma das principais empresas algodoceiras da localidade, a Sanbra - localizada às margens da ferrovia - atual Patos Shopping.

Figura 2: Expansão Urbana de Patos (PB)



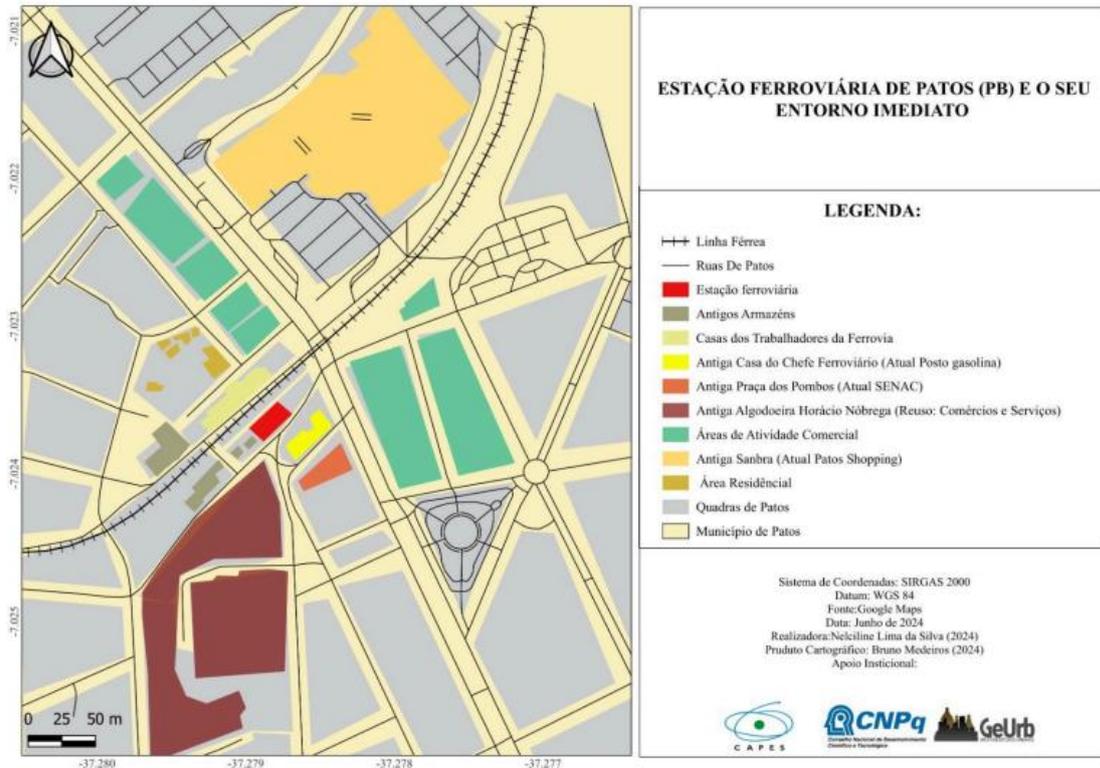
Fonte: IBGE (2019, 2021, 2022); Lucena (2014); Carvalho (2018); Google Maps (2024) e IPHAN (2024).

De acordo com Cavalcante (2008), as décadas de 1970, 1980 e 1990 são marcadas pelo crescimento impulsionado pelo comércio e indústria de tal forma que sua dependência do mercado de Campina Grande diminuía na medida em que começava a estender relações econômicas com centros maiores como Recife. Em busca de mercados maiores, Recife passou a ser uma opção para os compradores. Nesse contexto, os trilhos passam a ter menos importância nos quadros das políticas governamentais. Nesse contexto, avança-se o rodoviarismo, e as crises fiscais que conforme aponta Azevedo (2022), tornaram ainda mais insustentáveis o funcionamento da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), culminando na sua extinção em 1997. Nesse contexto, as ferrovias foram privatizadas e atribuídas à Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) – atual Transnordestina Logística S.A. – no caso da Paraíba, posteriormente houve o boicote geral da malha ferroviária, principalmente no interior do estado, o que conduziu um sucessivo processo de abandono das linhas e das estações que a assistiam. Segundo Azevedo (2022), o início do processo de degradação das linhas férreas e de seus equipamentos resultou no declínio e sucateamento dos mesmos. Diante disso, uma série

de leis e decretos foi estabelecida com o objetivo de preservar a memória e os registros históricos desse período e para proteger os bens materiais da União. Em 2000, o edifício foi oficialmente tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) por meio do Decreto n. 22.082, de 3 de agosto de 2001, que determinou o tombamento temático das estações ferroviárias e dos imóveis correlatos, tais como residências de mestres de linha, armazéns e escritórios. Posteriormente, o Ministério dos Transportes desenvolveu o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário (Preserfe), esse programa estabeleceu que os imóveis e as posses móveis referentes a ferrovia são considerados como bens de valor, assim em 31 de maio de 2007 a Lei 11.483, outorgou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a responsabilidade de incorporar e administrar os bens de valor artístico, histórico e cultural, provenientes da extinta (RFFSA) (IPHAN, 2024).

Dessa forma foram atribuídos ainda, que os bens não operacionais fossem transferidos ao Instituto, enquanto os bens operacionais continuam sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que atua em parceria com o IPHAN com o fito de preservar esses patrimônios. Com isso, a Estação Ferroviária de Patos foi incluída na lista do Patrimônio Ferroviário de acordo com a Lei nº 11.483/07, da Portaria IPHAN nº 407/2010 e da Portaria IPHAN nº 17/2022, em 18 de Janeiro de 2011, juntamente com mais 602 bens, neste mesmo ano a referida estação encerrou suas atividades, conforme afirma Lucena (2015). Contudo, como destaca Reis Filho (2011), é importante notar que a arquitetura é mais facilmente adaptável às modificações do plano econômico-social do que o lote urbano, pois as modificações deste exigem, em geral, uma alteração do próprio traçado urbano. Em decorrência, os sinais da evolução podem ser reconhecidos quase sempre - senão sempre - em primeiro lugar no plano arquitetônico e só depois no urbanístico, onde são fruto de uma adaptação mais lenta, é, portanto, o que se observa na realidade de Patos (Figura 3).

Figura 3: Estação Ferroviária de Patos (PB) e o seu entorno imediato



Fonte: Google Maps

Nesse sentido, nos últimos anos, o entorno imediato da Estação ferroviária de Patos tem passado por algumas transformações no plano arquitetônico, dada as transformações econômico-sociais pelas quais passou a localidade. Desse modo, é possível ver atualmente o reaproveitamento das grandes glebas, antes destinadas ou interligadas a atividade algodoeira, ou ao patrimônio ferroviário, a exemplo do atual Patos Shopping (Antiga Sanbra), a instalação do edifício do Centro de Educação Profissional de Patos (SENAC) em lote em frente à estação (Antiga Praça dos Pombos), um Posto de Gasolina (Antiga Casa do Chefe Ferroviário) e Galpões que antes serviam a atividade algodoeira e, atualmente, dão suporte a alguns comércios e serviços a exemplo da (Antiga Algodoeira Horácio da Nóbrega).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a sua condição de povoado até a elevação à categoria de cidade, Patos destacou-se, inicialmente, como ponto de entroncamento dos tropeiros, facilitando a troca de informações e mercadorias. Este intercâmbio posteriormente formalizou-se

através da feira de gado, e, em um período subsequente, a cidade ganhou visibilidade devido ao potencial econômico da atividade algodoeira, fortalecendo ainda mais o comércio e promovendo o crescimento urbano. No entanto, toda essa produção não poderia ser transportada de maneira eficiente no lombo de mulas e, posteriormente, por meio de caminhões, cujo número era reduzido na localidade devido ao custo elevado.

Nesse contexto, mesmo após atrasos, a chegada da ferrovia configurou-se como um elemento crucial para o transporte dessas cargas. Sua implantação, ainda que tardia, modificou a morfologia da área e os modos de vida da população local. Tanto o comércio formal quanto o informal foram aquecidos, além disso foi facilitada a integração com outras localidades. A ferrovia, ainda que tardia, manifestou-se como um símbolo de modernidade e progresso. Portanto, a sua instalação promoveu ainda mais o crescimento econômico da cidade. Apesar do seu declínio, atualmente, os reflexos desse período ainda reverberam na paisagem através do tamanho dos lotes que margeiam a infraestrutura ferroviária indicando heranças espaciais. Ao mesmo passo que, algumas formas arquitetônicas foram transformadas, adquirindo novas funções.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Yan Fábio Leite de. **Linhas férreas e o vazio: costurando lacunas na cidade**. 133 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Ferrovias do Brasil**. Conselho Nacional de Estatística, 1956.

_____. **Cidades@**. Disponível em: [<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/patos.html>]. Acesso em: 28 jul. 2024.

CAMPOS, Cristina de, ALMEIDA, Eneida de, & ALMEIDA, Bruno Fontes . Ferrovias, desenvolvimento urbano e questões do patrimônio no Brasil: o caso de Patos-PB. **Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)**, 21, 2023. <https://doi.org/10.11606/1984-4506.risco.2023.211019>

CAVALCANTE, Vilma Lúcia Urquiza. **A Centralidade da Cidade de Patos – PB: Um estudo a partir de arranjos espaciais**. Programa de Pós-Graduação em Geograa (Mestrado) UFPB, 2008.

HOBBSAWM, Eric. J. **A Era do Capital. 1848 - 1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 11 ed., 2005.

LUCENA, Damião. **PATOS DE TODOS OS TEMPOS. A capital do sertão da Paraíba.** 1. ed. João Pessoa: A União, 2015.

_____. **PATOS DE TODOS OS TEMPOS: a capital do sertão da paraíba.** 2. ed. João Pessoa: Jb, 2022. 1064 p.

MAIA, Doralice; SÁ, Nirvana. ALTERAÇÕES NA MORFOLOGIA E NA VIDA URBANA:: A Cidade da Parahyba entre finais do século XIX e início do século XX. In: MAIA, D. S. *et al.* (Orgs.) **TRILHOS, LUZES E SALUBRIDADE: inovações técnicas na cidade entre os séculos XIX-XX.** João Pessoa: UFPB, 2019. cap. Parte II, p. 111 - 124.

_____. Cidades Bocas de Sertão: sobre a origem e constituição do Núcleo Primaz e os primeiros indícios do processo de urbanização. In: MAIA, Doralice Sátyro; SILVA, William Ribeiro da; WHITACKER, Arthur Magon. **CENTRO E CENTRALIDADE EM CIDADES MÉDIAS.** 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

_____. A geografia Histórica das práticas culturais no espaço urbano: a feira de gado nas cidades do interior do território brasileiro. In: OLIVEIRA, José Godinho de *et al.* (Org.). **Geografia Urbana: Ciência e ação política.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 287-315.

_____. ferrovia nas cidades bocas de Sertão. **Terra Brasilis**, São Paulo, n. 8, p. 1-17, 2017. DOI: 10.4000/terrabilis.2160. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabilis/2160>. Acesso em: 08 jan. 2019.

MAIA, Doralice Sátyro; OLIVEIRA, Elizângela Justino de. As ferrovias e a centralidade no Nordeste brasileiro: uma análise da centralidade intraurbana e regional de Campina Grande-PB (Brasil). In: CONGRESO DE HISTORIA FERROVIARIA, 7., 2017, Valencia. **Anais [...].** Valencia: Asociación Ibérica de Historia Ferroviaria; Associação Ibérica de História Ferroviária, 2017. p. 18. Disponível em: [asihf.org](<http://www.asihf.org>).

NDIHR, Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional. **HISTÓRIA DE PATOS: PARAÍBA 400 ANOS.** Coedição: comissão do IV centenário Prefeitura Municipal de Patos; NDIHR/UFPB. João Pessoa: Grafset, 1985.

IHGP, Instituto Histórico e Geográfico de Patos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Patos**, nº 8. Coedição: Fundação Miguel Mota; Prefeitura Municipal de Patos. Patos: Gráca Visão, 2009.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>. Acesso em: 29 jul. 2024.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** São Paulo:

VI ENHG



IV ENGH

VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

IV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

TRAVESSIAS, INTERCÂMBIOS E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

15 a 18 de Outubro de 2024

Reitoria do IFBA | Salvador - BA

ISBN: 978-65-01-30418-2

Perspectiva. 2011.

RELATORIOS DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS: Primeira Republica. [S.l.]: [s.n.], 1896-1930. Desconhecida. Localização: Publicações Seriadas - PR-SPR 00425[1-3]

SILVA, Josinaldo **Gomes da. Imagens do moderno em Patos-PB (1934 - 1958).** 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2011.



A CHEGADA DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO E AS MUDANÇAS NA HIERARQUIA DE LOCALIDADES NA PROVÍNCIA DA BAHIA NO PERÍODO DO MEIO TÉCNICO

Gil Carlos Silveira Porto¹

RESUMO

O século XIX abrigou eventos que deixaram marcas indeléveis nas espacialidades brasileiras. Se no primeiro quartel a sociedade se reorganizou com a chegada da família real portuguesa e com o rompimento político da Colônia com sua metrópole, de igual modo, nos últimos 25 anos daquele século, alguns acontecimentos modificaram as estruturas sociais e espaciais do Império, como a promulgação da Lei Áurea e seus reflexos, e a Proclamação da República e seus desdobramentos. É a partir desse contexto que discutiremos neste escrito a relação entre ferroviária e o rearranjo de assentamentos urbanos da Bahia a partir do contingente populacional e serviço educacional. A recomposição dessa dimensão da geografia urbana histórica foi possível graças à revisão de literatura, consulta a recenseamentos da população brasileira e documentos diversos. Identificou-se que a dinâmica populacional de localidades baianas no período em foco foi, também, reflexo e condição da chegada dos trilhos em localidades da Província.

Palavras-chave: técnica de transporte, rede de localidades, dinâmica populacional, serviços educacionais, centralidade.

ABSTRACT

The 19th century hosted events that left indelible marks on Brazilian spatialities. If in the first quarter society was reorganized with the arrival of the Portuguese royal family and the political break between the Colony and its metropolis, in the last 25 years of that century, some events modified the social and spatial structures of the Empire, such as the promulgation of the Lei Áurea and its consequences, and the Proclamation of the Republic and its consequences. It is from this context that we will discuss in this writing the relationship between the railway network and the rearrangement of urban settlements in Bahia based on population and educational services. The recomposition of this dimension of historical urban geography was possible through the literature review, consultation of Brazilian population censuses and various documents. It was identified that the population dynamics of localities in Bahia during the period in question was also a reflection and condition of the arrival of the tracks in localities in the Province

Keywords: transport technique, network of locations, population dynamics, educational services, centrality.

¹ Docente do curso de graduação e pós-graduação em Geografia da Unifal-MG. Contato: porto.gil@gmail.com



INTRODUÇÃO

A partir da metade do século XIX, o mundo ocidental assiste à emergência do transporte ferroviário, reflexo da expansão ferroviária inglesa, que no mesmo período difundia-se por toda a Europa. Na América do Sul, a implantação do transporte ferroviário chegou aos Andes com a Central Railway do Peru à Argentina, que no final de 1870 já começava a fazer sua rede de trens alcançar capitais provinciais afastadas de Buenos Aires, como Tucumán, Catamarca e Salta (Balán, 1972).

No Brasil, a primeira iniciativa concreta só viria a acontecer na segunda metade do Oitocentos, por obra de Irineu Evangelista da Silva (o Barão de Mauá), que em 1854 inaugurou 14,5 km de linha férrea entre o porto de Estrela, na Baía de Guanabara, e a localidade de Raiz da Serra, próximo a Petrópolis (RJ).

Já na Bahia, o marco de fundação da rede ferroviária ocorreu em 1856, com o início da construção da Estrada de Ferro Bahia-São Francisco (EFBSF) e, embora a malha não tenha se difundido com rapidez para o interior, o que foi construído até a Proclamação da República já representava mais de 40% do total de quilômetros de linhas férreas que o estado viria a ter em 1960.

A grande extensão territorial, o relevo acidentado, a crise financeira, as más administrações, bem como a falta de um plano ferroviário regional retardaram ou impediram a difusão da malha pelos sertões baianos. Via de regra, embora não tenham ocorrido mudanças abruptas na estrutura espacial da província com a rede de trilhos, deduz-se que sua instalação articulou localidades por meio do fluxo de serviços, informações e pessoas, impactando a configuração da rede urbana de então e fazendo com que perdurassem algumas *rugosidades* espaciais até o período atual.

No ano de 1875 existiam em todo o Império cento e dezenove estradas de ferro administradas pelos governos provincianos, sendo trinta e seis localizadas no Rio de Janeiro, vinte e duas em Minas Gerais, treze em São Paulo, oito na província da Bahia e sete nas províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul e Pernambuco. Desse total, apenas vinte e duas estavam em funcionamento integral ou parcial (Brasil, 1876).

De maneira geral, as principais linhas férreas instaladas no território baiano durante a transição do período do meio natural ao período do meio técnico e os anos em que foram iniciadas suas obras de construção são: a Estrada de Ferro Bahia-São

Francisco (1856), a Linha Férrea Central da Bahia (1867), a Estrada de Ferro de Nazaré (1871) a Ferrovia de Santo Amaro-Bom Jardim (1875), a Linha Férrea Bahia-Minas (1881), a Estrada de Ferro de Propriá (1884) e a Ferrovia Ilhéus-Conquista (1905).

A chegada dos trilhos na Província da Bahia e no Brasil configura-se como uma das dimensões da modernização pela qual passava a sociedade brasileira no período, em decorrência, tanto do interesse de agentes econômicos externos e internos. Ambos os interesses refletem o estágio de manutenção do modo de produção capitalista global. A instalação das ferrovias no território baiano provocou mudanças socioespaciais por onde passou. Essas mudanças vão desde a formação e crescimento de assentamentos populacionais à alteração do cotidiano nas localidades atendidas pelas locomotivas.

Desse modo, o presente artigo busca mostrar como a instalação de um novo modal de transporte de pessoas e mercadorias na Bahia foi um reflexo e condição das alterações na distribuição populacional na Província, focando nas possíveis alterações da hierarquia das localidades, aspecto elucidativo do embrião da urbanização baiana pretérita. A dimensão empírica discutida neste artigo foi obtida graças à consulta à relato de viajante, documentos estatísticos históricos, relatório de presidente da província da Bahia e censos demográficos. Constatou-se a relevância de dados populacionais e de serviço para o estudo e recomposição da formação da rede urbana baiana, considerando o desenvolvimento do transporte ferroviário na Província

POPULAÇÃO E SERVIÇOS EDUCACIONAIS COM INDICADORES DA HIERARQUIA PROTOURBANA BAIANA

Pode-se dizer que no último quartel do século XIX teve início o processo de formação mais ampla da urbanização brasileira e baiana. Convém ressaltar que o fenômeno da urbanização identificado não corresponde à urbanização da sociedade como resultado do processo de industrialização capitalista ocorrido após 1940, mas sim um certo amadurecimento da malha de localidades identificada no interior do Brasil naquele período, e ao crescimento da população de vilas e cidades. Corresponde, sobretudo, ao aumento da quantidade e estruturação dos núcleos urbanos. Neste século, referindo-se ao Nordeste:

[...] e em especial durante o terceiro quartel a população crescia rapidamente e avançava aceleradamente para o sertão (grifo nosso). A economia açucareira saiu do longo período de estagnação e iniciou uma lenta fase



ascendente desde começos do Século XIX com algumas renovações técnicas continuando esta ascensão até a segunda metade daquele século. Além disso, o algodão, que tinha surgido como um novo produto de exportação em fins do Século XVIII, ascendeu consideravelmente durante o Século XIX e atingiu seu apogeu durante os anos de guerra civil nos Estados Unidos (BALÁN, 1972, p. 20-21).

Essa dinâmica demográfica tratada foi identificada, de certa maneira, graças à realização do primeiro recenseamento moderno no Brasil, ocorrido em 1872. Em decorrência de sua realização foi possível coletar um corpo de informações da população livre e escrava, que abarcava variáveis como cor, idade, estado civil, lugar de nascimento, profissão, instrução, religião etc. (SENRA, 2006). O Império, tal como muitos países europeus, decidiu conhecer a estrutura populacional e econômica das províncias, variáveis indispensáveis para recompor a rede de localidades e a hierarquia por elas produzida.

No recenseamento de 1872 foram identificados 72 municípios e 177 freguesias na província da Bahia. O município de Salvador, por exemplo, possuía o maior número de freguesias, contabilizando 18 no total. As freguesias foram as menores unidades espaciais levadas em conta na primeira contagem geral da população brasileira e foram os embriões de muitos municípios e cidades surgidas a partir de então. Certamente as mais populosas e que tinham maior número de fogos estavam situadas nos estratos mais altos da hierarquia das localidades baianas no último quartel do século XIX.

É relevante frisar que a maioria das freguesias que se destacou por seu tamanho populacional à época do recenseamento de 1872 não permaneceu com centralidade até os dias de hoje, com exceção, na faixa litorânea, de São Jorge dos Ilhéos (atual Ilhéus), Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas (atual Cruz das Almas), Santíssimo Sagrado Coração de Jesus de Valença (atual Valença) e Salvador, a capital, que desde a época colonial vem mantendo seu grau de centralidade demográfica, econômica e política. No interior, as centralidades de outrora, também não continuaram mantendo essa posição na hierarquia de localidades, com exceção das sedes das freguesias que hoje correspondem às localidades de Vitória da Conquista, Juazeiro, Jacobina, Alagoinhas, Senhor do Bonfim e Brumado.

Embora não seja possível vincular diretamente a dinâmica populacional à implantação do sistema ferroviário na província, algumas freguesias, cujas localidades eram servidas ou seriam conectadas pelos trilhos, aparecem com expressivo tamanho

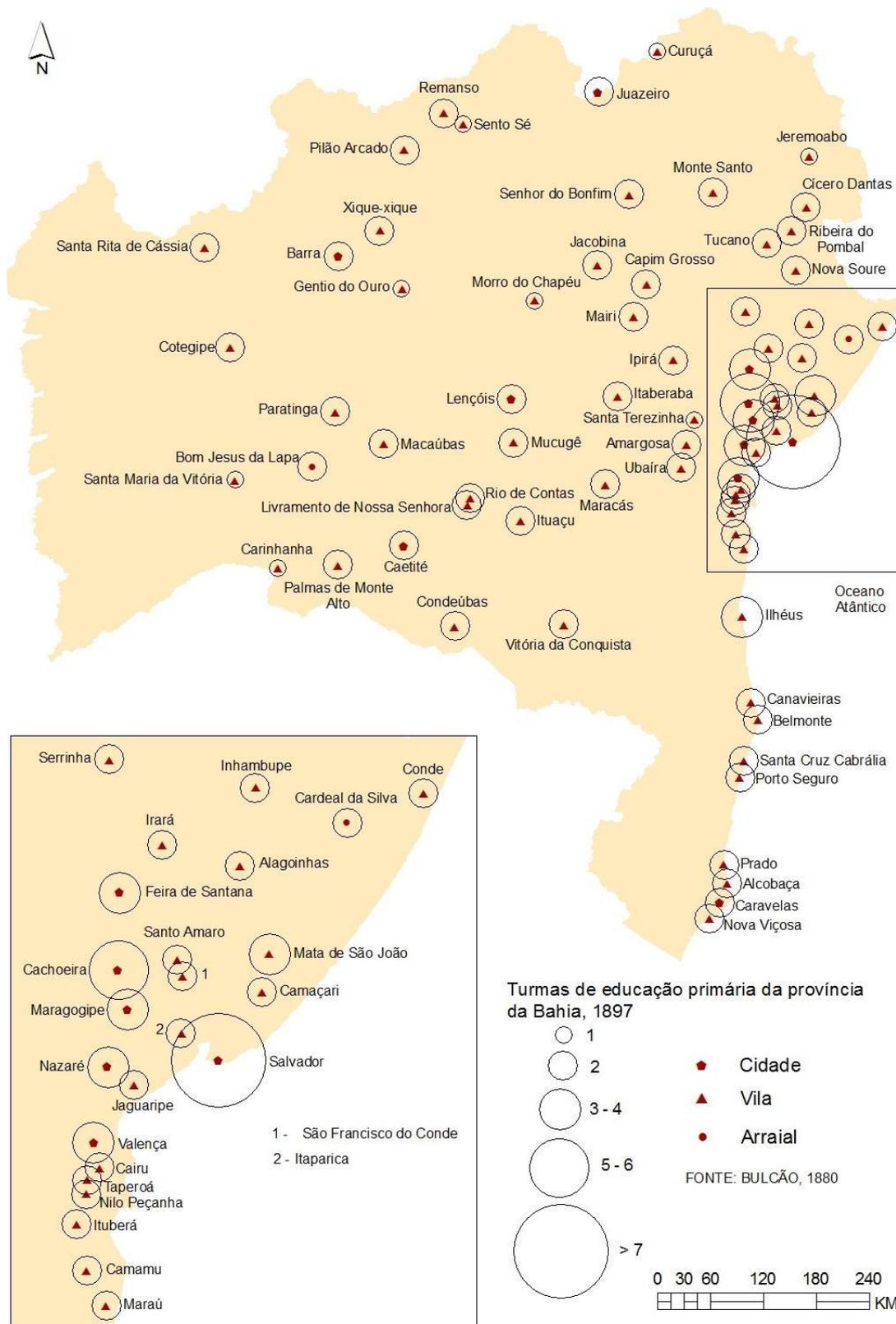
populacional e quantidade de domicílios, além de Salvador, a exemplo de Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim e Juazeiro. Embora o projeto de chegada dos trilhos fosse considerado fator determinante no aumento populacional nos locais por onde passaria, cabe ressaltar que já existia uma rede de caminhos construída e interligada na Bahia e no Brasil antes da ferrovia, herança do passado colonial.

Quanto aos serviços educacionais, sabe-se que desde meados do século XIX o governo provincial baiano criara políticas de difusão do ensino regular primário para além da capital.

De maneira irregular, o próprio governo divulgava informações sobre a quantidade de matrículas, professores e escolas por comarcas. Essas informações, embora fossem precárias, ajudam a dimensionar a oferta do serviço educacional na província e indicam níveis de hierarquia entre as localidades, mesmo que de forma precária. Ao final da década de 1880, a título de exemplo, o governo divulgou o número de turmas de educação primária nas cidades, vilas e arraiais da província, possibilitando assim mensurar a hierarquia das localidades a partir deste serviço. Se a universalização do ensino primário no Brasil dá-se somente no século XX, no crepúsculo do século XIX a cobertura escolar era consideravelmente menor, com menos crianças matriculadas. Por isso mesmo, essa variável permite inferir aproximadamente a posição que os principais núcleos ocupavam na hierarquia da rede de localidades baianas. A figura 1 sugere haver uma distribuição de escolas em funcionamento concentrada na faixa litorânea sul, assim como uma concentração no Recôncavo Baiano (RB). No restante da província havia uma distribuição dispersa e alguns “vazios”, localizados no interior da porção sul, central e do Oeste Baiano.

A observação atenta à figura, permite identificar três subsistemas de localidades: *i)* A que se erigiu na faixa litorânea, expandindo-se para o interior na altura de Salvador – nesse sistema, o mar foi o eixo estruturador da ocupação; *ii)* o que se formou na margem do rio São Francisco (estendida, mais ou menos, entre Curaçá e Carinhanha); e *iii)* um sistema formado na zona da mineração da Bahia, na atual região da Chapada Diamantina ou em sua periferia, sendo a atividade de mineração o fio condutor do povoamento.

Figura 1: Municípios da província da Bahia, turmas de educação primária – 1879.



Fonte: Bulcão, 1880.



No que se refere à hierarquia dos núcleos de povoamento, pode-se dizer que havia um sistema hierárquico mais simples, pois o número de turmas não se diferenciou muito no interior, embora apresentasse variação à medida que a distância da capital diminuía, como se verifica em Valença (que possuía três turmas), Feira de Santana, Maragogipe e Nazaré (que possuíam quatro), Cachoeira (seis) e Salvador (que possuía 58 classes). Esses últimos centros, situados na posição mais alta na classificação das localidades centrais da província, indicam o prelúdio de uma rede urbana de certa maneira mais complexa nos arredores da capital, reforçando seu papel polarizador ao absorver cerca de $\frac{1}{4}$ das classes de educação primária existentes. Chama a atenção o fato de dois arraiais possuírem duas turmas (Bom Jesus da Lapa e Cardeal da Silva) e o fato de a maioria das vilas (54 no total) se igualarem às cidades de Barra, Caetité, Caravelas, Juazeiro e Lençóis, em número de turmas. Essa configuração reforça o pensamento de Abreu, para o qual a diferenciação entre vilas e cidades era, pois, de caráter jurisdicional e não hierárquico. As cidades, por serem da Coroa, eram chamadas de cidades reais, mas nem todas alcançaram o papel de comando que o título lhes conferia. Por outro lado, o status de vila não diminuía a importância de um centro urbano (ABREU, 2006, p. 214).

No Brasil colônia, vilas poderiam apresentar centralidades tipicamente urbanas. Entende-se que a existência de serviços educacionais nesses espaços, somados a outros serviços, seja um indicador de que um modo de vida tipicamente rural não era o único estilo de se viver no interior. Existiam alteridades geográficas, sendo as vilas, os povoados e os arraiais suas formas-conteúdo.

Embora não se possa afirmar que a posição de destaque de alguns centros se deve à implantação da infraestrutura ferroviária, o fato é que as freguesias com maior número de turmas eram servidas pelo trem, como Salvador, Cachoeira, Nazaré e Feira de Santana². Das quatro cidades, Feira de Santana foi a menos dinâmica, do ponto de vista do comércio formal e da oferta de serviços, durante o século XIX. A sua centralidade se confirma com a chegada de equipamentos modernos no grupo de cidades denominadas “bocas de sertão”, da qual fazia parte:

[...] entre o final do século XIX e início do XX, já não se concebia que (elas) permanecessem como lugar de pouso de tropeiros ou como entroncamento de

² De acordo com Zorzo (2001), isso se explica pelo fato de as antigas cidades do Recôncavo Baiano deterem os melhores trunfos políticos para obter o oneroso sistema de transporte ferroviário.



caminhos, ou mesmo como feiras de circulação lenta. Estas cidades, já apresentavam considerável dinâmica comercial, em sua maioria desencadeada pela distribuição de mercadorias que para ali eram conduzidas e comercializadas. Cidades estas que no início do século XX revelam significativa importância na ainda escassa rede urbana brasileira (MAIA, 2012, p. 10).

Assim como Feira de Santana, muitas localidades ampliaram sua centralidade com a chegada das linhas de trem. Contudo, cabe ressaltar que, antes disso, a direção dos caminhos construídos durante a época colonial era a pré-condição decisiva. Geralmente, os marcos eram seguidos pelos trilhos, bem como a circulação de pessoas e mercadorias. A cidade de Juazeiro exemplifica bem esse contexto.

O geógrafo baiano Teodoro Sampaio, que integrou a Comissão Hidráulica do Império no final da década de 1880, participou de uma viagem exploratória pelo rio São Francisco, desde sua foz até a cidade de Pirapora em Minas Gerais, e pela Chapada Diamantina. Ao chegar na cidade de Juazeiro em 14 de outubro de 1879, declarou-a “importante centro abastecedor destas paragens” (SAMPAIO, 2002, p. 101). Ela foi escolhida como ponto terminal da EFBSF porque dista do porto de Salvador 575 quilômetros e é o ponto mais curto entre o mar e a seção navegável do alto São Francisco (SAMPAIO, 2002, p. 102).

As suas construções, em que se procura observar certo gosto arquitetônico, a sua nova e boa igreja matriz, o teatro, uma grande praça arborizada, ruas extensas, comércio animado, porto profundo e amplo, exibindo uma verdadeira frota fluvial, população alegre e ativa de mais ou menos 3 mil habitantes, davam-nos uma impressão tão favorável de progresso, de riqueza e de atividade que nos alegrava e nos levava a mudar o conceito que vínhamos fazendo deste rio e de seus adustos sertões (SAMPAIO, 2002, p. 103)

Em muitos casos, “A ferrovia foi instalada sobre os caminhos mais rentáveis e articuladores dos pontos mais ativos da rede urbana” (ZORZO, 2001, p. 5). Em localidades por onde passou, Teodoro Sampaio pode ver de perto alterações que estavam ocorrendo naquela paisagem, resultado também, da construção de ferrovias no interior. Em Piranhas, cidade alagoana situada na fronteira com a Bahia, foi recebido por trabalhadores envolvidos nos trabalhos de construção dos trilhos. De fato, o fim do século XIX foi:

um marco importante na transformação do Ecúmeno. [...] A estrada de ferro (grifo nosso), o navio a vapor, o telégrafo sem fio, a revolução bancária mudam completamente a noção de distância e, como consequência, as escalas de tempo e de espaço (SANTOS, 2004, p. 207).

Por fim, para analisar a dinâmica populacional e seus possíveis reflexos na hierarquia dos aglomerados humanos baianos na virada do século XIX, foram construídas algumas interpretações a partir da Tabela 1. Nela pode-se notar que, em 1900, a malha municipal do estado era composta por 31 municípios que tinham contingente populacional igual ou superior a 20 mil habitantes (no grupo de 126 unidades municipais).

Tabela 1: Municípios baianos com população superior a 20 mil hab – 1900.

Municípios	População	Municípios	População
S. Salvador	205.813	Conquista	29.098
Santo Amaro	85.845	Urubú	29.001
Feira de Sant'Ana	63.473	S. Felix	28.832
Irará	51.090	Brotas	27.568
Aratuhye (atual Aratuípe)	46.908	Bomfim	26.193
Caeteté	45.346	S. João do Paraguassú	25.914
Cachoeira	45.199	Lençóis	25.251
S. Francisco	40.639	Valença	24.940
Bom Jesus do Rio de Contas	38.582	Xique-xique	24.324
Correntina	33.350	Santa Rita	24.187
Conceição do Almeida	33.287	Pilão Arcado	23.114
Condeúba	32.476	Maragogipe	21.723
Alagoinhas	32.289	S. Gonçalo dos Campos	21.272
Inhambupe	32.193	Nazareth	20.598
Minas do Rio de Contas	30.237	Total do grupo	1.228.477
Jacobina	29.915	Total do estado	2.117.956
Macahubas	29.820	-	-

Fonte: IBGE, 1900.

Os dados mantêm correspondência com as conclusões anteriores e guardam associação com a expansão ferroviária, contudo, a maioria dos municípios mais populosos do interior, parecem ser resultantes da expansão da ocupação do vale do rio São Francisco. No entanto, chama atenção o município de Bomfim (atual Senhor do Bonfim) figurar entre os mais populosos do estado. A inexpressividade populacional deste município no passado e seu aparecimento como centro demográfico em boa posição na hierarquia municipal em 1900 parece ser um reflexo da chegada da EFBSF.

No começo do século XX o território baiano continuou passando pelas



transformações iniciadas no século anterior, sobretudo aquelas voltadas à sua integração ao mercado nacional. Nesse sentido, a ampliação da malha ferroviária continuou sendo uma estratégia perseguida pelos governos e agentes econômicos. No início do século, já se podia viajar de trem de Salvador a Juazeiro ou entre o litoral sul baiano e a cidade de Teófilo Otoni, pela Estrada de Ferro Bahia-Minas. O avanço da produção de cacau no Extremo Sul baiano e a criação da Estrada de Ferro Ilhéus-Itabuna, ampliou a centralidade de Ilhéus no contexto estadual, sobretudo com a reforma de seu porto em 1911, por onde escoava cacau, madeira de lei e coco. Desde 1901 já circulava na cidade o jornal *A gazeta de Ilhéus* e em 1915 ali funcionavam 26 escolas. Em 1916, a vila de Itabuna também possuía equipamentos urbanos relevantes, como energia elétrica, hospital e jornal (ADONIAS FILHO, 1976).

Em 1920 a extensão métrica em tráfego nas ferrovias da Bahia era de 1.757,3 km. e a maioria das linhas de trem planejadas estava em funcionamento. Embora o sistema ferroviário em consolidação no estado tivesse como foco irradiador a Bahia de Todos os Santos, novas centralidades surgiram no interior do estado, à medida que localidades perdiam ou mantinham seus papéis na rede urbana existente. Assim, passadas duas décadas do início do século XX, já era possível ver os desdobramentos dos trilhos na reconfiguração da malha urbana baiana e uma maior inserção do estado no meio técnico brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram muitas as consequências da chegada da técnica ferroviária na Bahia, bem como no Brasil no período em foco. Considerando a formação socioespacial brasileira, pode-se dizer que a instalação dessa técnica de transporte foi um dos meios que inaugura um novo meio geográfico e um novo período no território baiano e brasileiro. Nos referimos ao meio e ao período técnico, fração de tempo que incorpora a periodização proposta por Santos (2006).

A chegada dos trilhos pode ser considerada também como um reflexo e uma condição das mudanças na totalidade mundo, no Brasil e nas suas unidades menores, nesse caso províncias e municípios. Além das transformações ocorridas na dinâmica populacional que repercutiram em mudanças na posição de localidades na

hierarquia de centros na Bahia de então, as linhas férreas condicionaram um significativo número mudanças.

Entre elas citamos a ampliação de atividades de produção e comercialização em áreas rurais e longínquas, a perda de centralidade de fazendeiros como sendo os únicos agentes responsáveis pelo desenvolvimento das atividades comerciais, entrando em cena caixeiros viajantes e outros tipos de vendedores, a potencialização do intercâmbio de atividades culturais, pessoas, mercadorias e ideias entre localidades, a modificação, de certa maneira, da relação espaço-tempo dos moradores, entre outras.

No que se refere à relação entre a chegada dos trilhos, a dinâmica populacional e a hierarquia de povoações, vilas e cidades no período, observa-se que a maioria das freguesias e localidades instaladas que se destacou na contagem da população em 1872 não manteve a centralidade de outrora na rede urbana contemporânea, com exceção de algumas localidades como Ilhéus, Cruz das Almas e Salvador (na zona litorânea) e Vitória da Conquista, Juazeiro e Senhor do Bomfim (na zona interiorana), por exemplo. Todas essas cidades foram, mais cedo ou mais tarde, conectadas a outras localidades pelas ferrovias que se instalaram na Bahia.

Por fim, considera-se que a chegada dos trilhos na Bahia ampliou a centralidade demográfica e de eventos econômicos, políticos e culturais nas localidades por onde a ferrovia. Um caso emblemático é o do Senhor do Bomfim, como já mencionado, identificado como um dos mais populosos na virada do século XIX para o século XX. A baixa expressividade populacional dessa unidade municipal no passado e seu surgimento como localidade central no começo do Novecentos parece ser um reflexo da chegada da EFBSF.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP, Espaço e Tempo**, São Paulo: USP, p. 13- 25, 2000.

_____. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ADONIAS FILHO. **Sul da Bahia: chão de cacau**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

BALÁN, J. **Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa.** Estudos SEBRAPE, V. 1, p 7-79, jul-set, 1972.

BRASIL, Império do. **O império do Brasil na Exposição universal de 1876 em Philadelphia.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

BRITO, N. **Meio século de estradas de ferro.** Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961.

BULCÃO, A. A. A. **Falla com que abriu no dia 1.o de maio de 1880 a 1.a sessão da 23.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia o exm. sr. dr. Antonio de Araujo de Aragão Bulcão, presidente da provincia.** Bahia: Typ. do "Diario da Bahia," 1880. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/bahia>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

CORRÊA, R. L. & LOJKASEK, V. S. Uma Definição Estatística da Hierarquia Urbana. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.34, n. 3, p. 154-171, 1972. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=7115>, Acesso em: 09 de ago. de 2012.

GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira.** Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC, 1963.

IBGE. **Censos demográficos (1872, 1900).** Rio de Janeiro: IBGE, 1872 e 1900.

MAIA, D. S. De entrocamentos de caminhos e feiras a cidades pontas de trilho: apontamentos para a geografia histórica das cidades do interior do território brasileiro. In: III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. I Encontro Nacional de Geografia Histórica. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. p. 1-17.

MATOS, R. A discussão do antiurbanismo no Brasil colonial. **Geografias**, Belo Horizonte, v.7, n. 2., p. 40-55, 2011.

MATTOSO, K. de Q. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX.** São Paulo/Salvador: HUCITEC/Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1992.

MORAES, A. C. R. de. **Geografia Histórica do Brasil.** Cinco ensaios, uma proposta crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

PORTO, G. C. S. Evolução da rede de localidades centrais na Bahia nos séculos XIX e XX: Permanências, Complexidades e Amadurecimento. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/IGCC-9NBQ9P>>. Acesso em: 27 de jul. 2024.

SAMPAIO, T. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina.** In: SANTANA, José Carlos Barreto de (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (Coleção retratos do Brasil).



SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2006.

SENRA, N. **História das estatísticas brasileiras.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v.1.

VASCONCELOS, P. de A. Salvador: transformações e permanências (1549-1990). In: BECKER, Berta K. et al. **Geografia e meio ambiente no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* **Explorações Geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica.** Geotextos, Salvador, v. 5, n. 2, p. 147-157, 2009.

ZORZO, F. A. **Ferrovia e rede urbana na Bahia.** Doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870-1930). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

A SECA COMO NEGÓCIO CIENTÍFICO: POMPEU E GABAGLIA NO CEARÁ OITOCENTISTA

Igor Carlos Feitosa Alencar¹

RESUMO

O artigo trata-se de uma parte da pesquisa de doutorado que objetiva compreender como a classe senhorial cearense, a partir das secas e da exploração do trabalho dos flagelados nas instalações ferroviário-telegráficas, empreendeu um processo de subordinação do território cearense à lógica do valor na segunda metade do século XIX. No texto em questão, metodologicamente amparados na análise articulada de fontes documentais e referências teóricas, objetivamos compreender como as elaborações do Senador Pompeu e de Raja Gabaglia, expressaram cientificamente os esforços da classe senhorial para tornar as secas eventos gerenciáveis e lucrativos. Resultando ideologicamente em propostas que para enfrentar as secas e suas consequências sociais propunham a constituição de capitais fixos sob a exploração do trabalho dos flagelados, atestando a violência e a barbárie como fundamentos do avanço capitalista, especialmente nos processos de modernização territorial periféricos, durante sua efetiva consolidação enquanto moderno sistema-mundo.

Palavras-chave: Ceará; Seca; Modernização Territorial; Trabalho; Ciência

ABSTRACT

The article is part of a doctoral research that aims to understand how the upper class in Ceará, during periods of drought and through the exploitation of labor by the afflicted in the construction of railway and telegraph installations, undertook a process of subordination of the Ceará territory to the logic of value in the second half of the 19th century. In the present text, methodologically supported by the articulated analysis of documentary sources and theoretical references, we aim to understand how the works of Senator Pompeu and Raja Gabaglia scientifically expressed the efforts of the upper class to make droughts manageable and profitable events. This ideologically resulted in proposals that, to address droughts and their social consequences, advocated for the establishment of fixed capital through the exploitation of the afflicted's labor, thus attesting to violence and barbarism as foundations of capitalist advancement, especially in peripheral territorial modernization processes during its effective consolidation as a modern world-system.

Keywords: Ceará; Drought; Territorial Modernization; Labor; Science

¹ Mestre em Geografia (UFPB). Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo. Contato: igor.carlos@usp.br



INTRODUÇÃO

Esse texto expressa parcela dos esforços da nossa pesquisa de doutoramento que objetiva compreender como a classe senhorial, a partir das secas, subordinou o território cearense à lógica do valor, fundamentalmente a partir da exploração do trabalho dos flagelados na instalação de capitais fixos, como a Estrada de Ferro de Baturité e a rede telegráfica.² Um processo de modernização territorial assentado na barbárie e na violência.

Tal processo ocorre especialmente a partir da seca de 1877-1879 quando, de um lado, essa classe se via organizada e emaranhada nas estruturas do Estado e, do outro, a crise de superprodução no centro capitalista que irradiava interesses e capitais em direção aos territórios periféricos (DOBB, 1983; LUXEMBURG, 1985).

Nesse ímpeto, nossa investigação aponta que o período entre as secas de 1844-1845 e 1877-1879 perfaz um decurso no qual a classe senhorial se organizou para que esse processo supracitado se tornasse exequível. Para tal, além de ocupar cargos e instituições estratégicas na estrutura estatal, houve um esforço intelectual sobre a temática das secas. Qual seja, constituir cientificamente abordagens que incorporasse a esse evento natural aspectos sociais e políticos. Em outros termos, que as secas se tornassem eventos gerenciáveis.

Dito isso, neste texto discutiremos dois intelectuais que exemplificam como a classe senhorial conduziu esse movimento político e de classe, embora disfarçado sob uma fachada meramente científica. O primeiro é o padre, professor de geografia, jornalista, jurista e político Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877),³ o segundo, o engenheiro e militar uruguaio Giacomo Raja Gabaglia (1826-1872).⁴

² Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — FAPESP. “Há fronteiras nos jardins da razão? Trabalho, seca e flagelo na incorporação subordinada do território cearense à lógica da mercadoria (1877-1902)”. Processo 2023/03972-5.

³ Atuou pelo Partido Liberal enquanto Deputado Geral e Constituinte, Senador, Ministro da Justiça e Conselheiro de Estado. Ademais, se envolveu em várias instituições: foi “sócio do Instituto histórico e geographico brasileiro, do antigo Instituto histórico da Bahia, do Instituto litterario do Maranhão, da sociedade Amante da instrução e da Auxiliadora da industria nacional do Rio de Janeiro, da sociedade philomatica da mesma cidade, dos Atheneus pernambucano, paulistano e maranhense e do instituto dos advogados de Pernambuco” (SACRAMENTO, 1902, p. 294).

⁴ Aponta Sacramento (1895) que Gabaglia “subiu sucessivamente a diversos postos na armada até ao de capitão-tenente, em que reformou-se em 1868”, além de ter sido “nomeado lente substituto de mathematicas daquela academia a 6 de maio de 1846, e lente cathedratícò a 30 de setembro de 1851. Era cavalleiro da ordem da Rosa e da de S. Bento de Aviz; membro do instituto histórico e geographico

A pesquisa, em sua totalidade, em termos de metodologia, está amparada na análise das fontes documentais de acervos físicos e virtuais (Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo Público do Ceará, Biblioteca do Museu Imperial, etc.) de forma contínua e articulada às referências teóricas. A contextualização e o aprofundamento dos eventos ocorrem conforme o desenvolvimento da pesquisa, similarmente aos trabalhos historiográficos de Cândido (2014) e Reis (2015), que utilizam amplamente jornais e documentos oficiais (como mensagens, ofícios e circulares).

Esses procedimentos também estão presentes nos estudos de geografia histórica realizados por Assis (2023), Sousa Neto (2011; 2018), Alencar (2021), Rodrigues (2019), Vasconcelos (2009), Maia (2019), Marques (2009), Silva (2012) e Carneiro (2018) que, apesar de seus interesses e abordagens plurais, têm em comum o objetivo de constituir um campo metodologicamente consistente em geografia histórica.

Destarte, além das fontes gerais mencionadas, este texto se baseia especialmente nos escritos de Pompeu e Gabaglia para subsidiar a discussão e analisar os elementos que apontam para as formulações sobre as secas que visavam transformá-las em eventos de avanço do capital e lócus da barbárie para com os flagelados.

Dividimos o texto em três partes, uma sintética apresentação dos autores e das obras eleitas para a análise; uma segunda parte acerca da discussão realizada por ambos entorno da periodização e do papel das secas e, finalmente, no terceiro momento realizamos apontamentos sobre as articulações entre as proposições, os autores e os projetos enquanto interesses para o avanço capitalista às custas da exploração e da barbárie.

POMPEU E GABAGLIA

O esforço intelectual de tornar a seca uma questão passível de ser gerenciada passa por duas frentes para o Senador Pompeu: a espacialização do fenômeno e a sua periodização. Para Gabaglia, o gerenciamento das secas reside também na sua periodização, mas em sentido, de certa maneira, que vai ao encontro ao do Senador: para o uruguaio, a seca era mais um agravante das condições econômicas; para o cearense, ela era um fator determinante.

brazileiro e da sociedade auxiliadora da industria nacional” (p. 181-182).

Pompeu, em 1877, publicou seu livro “Memória sobre o clima e as secas do Ceará”. Tal obra, “é propositora de muitas ações e está preocupada, eminentemente, em dar *scientificidade* à problemática da seca para tornar política uma questão de cunho ambiental” (Sousa Neto, 2018, p. 130. Grifos do autor). Nesses escritos, propôs uma regionalização climática do Ceará, destacando que a maioria do território estaria sujeita às secas e, portanto, necessitaria de maior atenção do Estado. Ele escreveu que “Em geral, pode-se dividir em três zonas distintas as variações do clima do Ceará. 1ª – O litoral, em uma zona de 2 a 4 léguas, é mais fresco e também mais constante; 2ª – O das serras, muito mais fresco e menos úmido que o do litoral; 3ª – O do sertão, mais seco e mais quente” (SOUSA BRASIL, 1983 [1877], p. 11).

A zona litorânea, desde a divisa com o Piauí até o Rio Grande do Norte, incluía Fortaleza e Aracati, cujas dinâmicas comerciais e climáticas relacionava-se ao mar, que proporcionava umidade, precipitação e moderava a temperatura; além de permitir os inter fluxos de pessoas, informações e capitais pelos portos. As zonas de serras e chapadas, como Maranguape, Aratanha, Baturité e Ibiapaba, e a chapada do Araripe, no sul, apesar de mais secas em comparação ao litoral, apresentam temperaturas mais amenas devido à altitude e maior umidade nas áreas de barlavento.

Nesses termos, o sertão corresponde aos espaços excluídos das duas primeiras Zonas. Nas áreas de depressão, onde se situavam centros cruciais como Icó e Sobral, importantes entrepostos comerciais na rota da pecuária durante o período colonial, as condições climáticas semiáridas eram particularmente acentuadas. Isso tornava a região mais suscetível aos impactos naturais das secas e às suas consequências sociais.

Já Raja Gabaglia, em sua obra “A questão das secas na Província do Ceará”, publicada em 1861, expressa em sua advertência um grande receio ao abordar o problema das secas, destacando que não concorda totalmente com os pareceres dos escritores anteriores. Para ele, a seca intensifica os problemas da província, mas não explica completamente as condições econômicas do Ceará.

Além de considerar a seca um fenômeno natural causado por “irregularidades atmosféricas” (GABAGLIA, 1985 [1861], p. 27), ele criticava a população por negligenciar a produção durante períodos de clima favorável, agravando as consequências de uma seca, sobretudo no interior provinciano. Para ele, além das condições atmosféricas, eram também causas das secas o “abandono de preceitos de

agricultura”, a “ignorância dos princípios de agricultura” e a “falta de disciplina do povo para o trabalho” (GABAGLIA, 1985 [1861], p. 27).

Nesses termos, o sertão, para além de “uma planície longa e contínua, interrompida por tabuleiros lisos e serras rochosas de granito decomposto” (DAVIS, 2022, p. 76), também era considerado um espaço para expansão, alvo de projetos que visavam adequá-lo “a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapava naquele momento” (MORAES, 2011, p. 102)

É, desse modo, possível apontar que Pompeu e Gabaglia empreenderam abordagens científicas que buscavam transformar as secas em oportunidades para que o sertão e sua população pobre e livre estivesse sob a lógica capitalista emergente.

Pois, se havia dissensos dos autores em relação à seca, seus desdobramentos e formas de enfrentamento, como apresentado na investigação de Sousa (2009), estamos apontando a contrapelo que as análises que a isso se limitam são insuficientes.

É necessário, então, analisar as propostas de enfrentamento às secas e suas consequências como parte fundamental de um projeto que objetivava, na realidade, a ocupação dos fundos territoriais sertanejos (MORAES, 2011) a partir da valorização espacial (GODOY, 2018) e possibilitada pelo controle da mobilidade do trabalho (PALACIOS, 1987).

AS SECAS E HÁ SECAS

Superficialmente as distinções na caracterização das secas realizadas por Pompeu e Gabaglia encontram-se quanto a sua periodização. Giácomo Gabaglia, em sua obra de 1861, critica a periodicidade das secas elaboradas pelo Senador Pompeu. As discrepâncias se concentram principalmente na falta de distinção entre os períodos de secas severas, com ausência total ou quase total de chuvas em toda a província, e aqueles na qual a estação chuvosa foi mais curta ou menos intensa, afetando apenas algumas áreas específicas. Nesse contexto, diverge de Pompeu em relação às datas, assegurando: “aceito-as todas, menos as quatro de 1825, 1837, 1841 e 1858” (GABAGLIA, 1985 [1861], p. 44).

Sintetizando as duas propostas de periodizações, teríamos o cenário exposto na Figura 01:

Figura 1: Periodizações das secas no Ceará por Pompeu e Gabaglia

Autor	Anos de secas											Anos de secas parciais			
Gabaglia (1861)	1724	1778	1792	1809	1817	-	1827	-	-	1845	-				
Pompeu (1877)	1710/ 1711	1723/ 1727	1736/ 1737	1744/ 1745	1777/ 1778	1784	1790/ 1793	1808/ 1809	1816/ 1817	1824/ 1825	1844/ 1845	1827	1830	1833	1837

Fonte: elaborado por Alencar (2024) a partir de Gabaglia (1985 [1861], p. 44); Sousa Brasil (1983 [1877], p. 35).

USP 50 FAPESP

Fonte: Elaborado pelo autor.

O dissenso entre esses dois intelectuais está relacionado ao peso que atribuem às secas. Gabaglia vê a questão climática como mais um problema entre outros que afetam o Ceará, enquanto Pompeu considera a seca como o problema central, em torno do qual todos os outros circulam. Assim, a classificação de um ano como seco ou regular influencia diretamente a argumentação de cada autor.

Gabaglia conclui enfatizando a relação entre anos de seca e anos chuvosos, apontando que entre “1724 a 1861, que corresponde a 136 anos [...] tem-se 126 anos chuvosos contra 11 que o não foram!” (1985 [1861], p. 45). Já Pompeu concentra-se no número de secas ocorridas nesse decurso, destacando que “de 1711 a 1845, em pouco mais de 130 anos, contam-se 10 secas mais ou menos intensas: termo médio periodical, 13 anos” (SOUSA BRASIL, 1983 [1877], p. 35-36).

Destarte, o militar uruguaio tenta enfatizar que as secas, apesar de serem um problema na província, não poderiam ser o cerne explicativo das condições políticas, econômicas e sociais encontradas no Ceará. Analisando o decorrer dos anos, observa que a maioria deles apresentou uma condição pluviométrica regular. Portanto, a resolução dessas problemáticas deve partir do pressuposto de que a simples implementação de novas infraestruturas para lidar com as secas como um fim em si

mesmas seria impraticável para mitigar seus efeitos. Era necessário, ao ver de Gabaglia, articular essas obras como meios para estruturar o território, proporcionando melhores condições de produção.

A construção argumentativa do Senador Pompeu objetiva estabelecer a questão das secas como o problema central e permanente que atinge a província. Ele acredita ser necessária uma articulação política, econômica e social em torno desse problema. Pompeu argumenta que, se em média a cada treze anos o Ceará seria atingido por uma seca, e os efeitos dessas se prolongam por outros anos, a vida na província estaria basicamente sujeita aos anos de seca e entre secas — ou seja, se recuperar de uma e se preparar para a próxima. A forma para tal, seria estruturar materialmente o território para reduzir os efeitos sociais desses eventos. Em outras palavras, as consequências econômicas se resolveriam naturalmente a partir da resolução do problema das secas do ponto de vista climático.⁵

Nesse ponto encontra-se um consenso possível a partir do dissenso entre os intelectuais: as secas devem ser mobilizadas como eventos justificadores para uma estruturação⁴ do território cearense. Além das obras a serem construídas, a força de trabalho a ser explorada também era uma convergência para eles: os pobres livres que se flagelavam nas secas.

UMA CLASSE, UM PROJETO E OS FLAGELADOS

As reflexões, proposições e investidas sobre as formas de lidar com as secas empreendidas pelo Senador Pompeu e por Raja Gabaglia não podem ser tomadas de maneira individualizada. Na realidade, compõe, junto de outros personagens que por questões limitantes não constam nesse texto,⁶ a expressão da classe senhorial em seu movimento de expansão junto a consolidação do Estado Monárquico (Mattos, 2017), e, no caso em tela, “os nomes de engenheiros, políticos e estrangeiros, casam com o processo de formação de uma classe senhorial do próprio Ceará agro-exportador” (ASSIS, 2023, p. 97).

Esses personagens, constituindo essa fração de classe, se entranham no Estado e instituições como o jornal liberal *O Cearense* e o Instituto Politécnico para exercer uma

⁵ Não por coincidência, o décimo capítulo da obra de Pompeu que estamos discutindo é intitulado como “Pode-se melhorar o clima”.

⁶ Pode-se citar o Barão de Capanema, o Dr. Marcos Antonio de Macedo, Beaurepaire Rohan, etc.



direção que garantisse projetos particulares, preservando e expandindo posses e poderes.

As propostas elaboradas pelo Senador Pompeu, como a construção de açudes concomitante à arborização para provocar alterações climáticas que retardassem e/ou minimizassem os efeitos das secas, assim como as canalizações de rios defendidas por Raja Gabaglia, correspondem a formas de valorização das propriedades e expansão de seus negócios às custas da exploração e do efetivo controle da mobilidade do trabalho.

Em outros termos, ambos os eixos de intervenção para enfrentar as secas visavam garantir e expandir a reprodução do capital. O Senador Pompeu (1983 [1877]) suscitava a construção de açudes e represas em propriedades por toda província, enquanto Gabaglia (1985 [1861]) propunha a canalização de rios em áreas economicamente expressivas. Essas medidas, com um novo sistema de circulação ferroviário e de comunicação telegráfica, representavam um esforço da classe senhorial para se adaptar ao tempo do capital que “precisa negociar um caminho delicado entre preservar os valores de investimentos passados de capital embutidos na terra e destruí-los a fim de abrir novos espaços geográficos para a acumulação” (HARVEY, 2020, p. 63).

Em síntese, a classe senhorial objetivava ajustar as condições de produção na província, buscando maneiras de intensificá-las para acelerar o ciclo do capital, mascarando essas ações enquanto medidas de mitigação aos efeitos das secas. Em outros termos, buscavam tornar os recursos cearenses mais eficientes: o plantio defendido, era da vegetação mais resistente para a pecuária, enquanto a canalização dos rios beneficiaria economicamente as áreas dedicadas a agroexportação, sobretudo o café nas serras e o algodão no sertão.

Por outro lado, essa estratégia não garantia a oferta d'água para a população em geral, bem como para a produção de alimentos de subsistência que se via limitada e marginalizada pelas mercadorias da pecuária e da cotonicultura. Nesse contexto, quando da ocorrência de uma seca, a população pobre livre se tornava uma massa explorada, refém do limitado mercado de alimentos e privada dos meios de produção pela própria classe senhorial, que apontava formas de “salvá-las” das condições por elas mesmas patrocinadas (DAVIS, 2022).

Prova disso, ambos autores iriam então defender que as grandes obras públicas, como a edificação de açudes, a canalização de rios, a abertura de estradas de rodagem,

construção e reforma de prédios públicos nos centros urbanos, a construção da ferrovia e a instalação das linhas telegráficas, fossem construídos a partir da exploração do trabalho dos flagelados, atestando que “a violência, a guerra, as revoluções” são as bases do capital que “alimenta-se, do princípio ao fim, apenas de catástrofes” (LUXEMBURG, 1985, p. 399).

A justificativa era sofisticada, sendo elaborada uma ideologia geográfica (MORAES, 1991) amparada em combater ideologicamente o chamado “ócio”. Assim afirmaria Gabaglia sobre a população cearense: “Trabalha-se dois ou três meses ao ano, fazem-se as viagens de sacrifícios desinteressados para concorrer às urnas eleitorais, e o resto do tempo se emprega no ócio”. Nesse cenário, a população era a responsável por sua própria situação, pois, conforme prossegue, “desculpem-me aqueles que se comparam em asseverar que os naturais da Província do Ceará são ativos e sofredores para o trabalho e que procuram apresentá-los como vítimas grandiosas das calamidades do nosso planeta (GABAGLIA, 1985 [1861], p. 23).

Na análise do uruguaio, os próprios cearenses seriam os responsáveis pela situação de flagelo que se encontrariam durante as secas. Nesse sentido de argumentação, a exploração do seu trabalho, por parte da classe senhorial, seria na realidade um amparo ofertado, quase como um benefício. O ócio, considerado um vício social resultante da oferta deliberada de auxílio e esmolas, deveria ser substituído pela exploração do trabalho dos flagelados que, por sua vez, possibilitaria eficiência e barateamento no processo de modernização territorial, pois,

Além da alimentação, havia uma baixa remuneração que sofria constantes atrasos. O que distanciava esses trabalhadores flagelados dos formalmente escravizados era pouco, em alguns casos, somente a natureza do ofício e a possibilidade de em algum momento receber a remuneração prometida, mas, em ambos, a superexploração favorecia a acumulação capitalista e não constringia quem disso se beneficiava. (ALENCAR, 2021, p. 141).

Dito isso, o Senador Pompeu argumenta no mesmo sentido, “infelizmente, estão, em nossa índole e hábitos, que, só na ocasião do mal, são lembradas certas medidas; passado ele volta-se ao indiferentismo costumado” (SOUSA BRASIL, 1983 [1877], p. 74). Não restando, portanto, outra alternativa por parte da classe senhorial, senão a de explorar o trabalho dos flagelados: “Mande o governo empregar o povo em obras tais, para dar-lhe um salário decente, em vez da esmola aviltante, e achará milhares de braços e por módico salário” (SOUSA BRASIL, 1983 [1877], p. 74).

Assim, pode-se inferir que as propostas de combate às secas buscavam, na realidade, transformá-las em oportunidades lucrativas, tanto por meio de medidas para adiá-las, quanto, principalmente, durante os períodos em que ocorriam. No qual, a população pobre e livre, após ser expropriada e colocada às margens das grandes propriedades e da produção agroexportadora, seria a mais afetada e que se flagelaria nas secas.

Nesse contexto, o apoio que encontrariam do Estado, sob a égide da classe senhorial, seria a superexploração na instalação de capitais fixos para submeter o território cearense à lógica da mercadoria – processo conformado, conforme apontamos, a partir da mobilização das secas enquanto eventos gerenciáveis do ponto de vista do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras, como a Estrada de Ferro de Baturité e a rede telegráfica, seriam, a partir da década de 1870, os principais capitais fixos instalados sob essa lógica de exploração do trabalho. Representariam os meios pelos quais, a partir do gerenciamento da seca cientificamente orientado e legitimado, se ocupou os fundos territoriais do sertão, a partir de um processo de valorização capitalista e expansão das fronteiras de acumulação.

O trabalho dos flagelados, por vezes remunerado apenas por precária alimentação, testemunham a violência e a barbárie que estão no cerne da lógica do capital, especialmente na periferia do sistema. Pode-se, então, apontar que as elaborações científicas entorno das secas revelam, a contrapelo, mais um aporte que a classe senhorial empreendeu para tornar exequível seus projetos de poder que, no território cearense, perpassa pela modernização territorial constituída entorno da ferrovia e do telégrafo.

Cada tijolo de açude construído, cada trilho de ferrovia assentado e metro de fio teleográfico instalado nesse período no território do Ceará, expressam o processo de violência e barbárie sofrido pelos trabalhadores pobres e livres que se flagelavam nas secas. Apontar os principais personagens, suas elaborações científicas, seus posicionamentos políticos e as articulações multiescalares, são aspectos fundamentais para se compreender criticamente a geografia histórica cearense em relação à geografia

histórica do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Igor Carlos Feitosa. **O Ceará enferrujado: a ferrovia e os trilhos da modernização do território**. 2021. 197 f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. **Ferrovias de papel**. Projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880). Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023.

BLACK, Augusto Victorino Alves Sacramento. **DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO BRAZILEIRO**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. 7 v

BLACK, Augusto Victorino Alves Sacramento. **DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO BRAZILEIRO**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. 3 v.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**. 2014. 354f. – Tese – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2014.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Historical Geography's theoretical and methodological questions. **Terra Brasilis**, [S.L.], v. 2, n. 10, p. 1-16, 12 dez. 2018.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**. A criação do Terceiro Mundo. São Paulo: Veneta, 2022.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural. 1983.

GABAGLIA, Giácomo Raja. **A questão das secas na Província do Ceará**. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1861. In: ROSADO, Vingt-Un (org.). O sexto livro das secas. Mossoró: Guimarães Duque, 1985. Coleção Mossoroense. Edição Fac-Símile.

GODOY, Paulo. **A Valorização Capitalista do Espaço e a Teoria Marxista do Valor**. 1. ed. São Paulo: Editora Alameda, 2022. v. 1. 177p.

HARVEY, David. **Os sentidos do mundo: textos essenciais**. São Paulo: Boitempo, 2020. 416p. LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

MAIA, Doralice Sáryto. Urban Historical Geography: research notes. **Terra Brasilis**, [S.L.], v.2, n. 12, p. 12-16, 29 dez. 2019.

MARQUES, Maria Inês Corrêa. Recursos teórico-metodológicos no estudo da história das instituições de pesquisa. **Terra Brasilis**, [S.L.], v. 2, n. 8, p. 1-17, 26 jun. 2017.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1991.

_____. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. SP: AnnaBlume, 2011.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão no Brasil; uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres do Nordeste oriental do Brasil; 1700-1875. **Dados**, Revista de Ciências Sociais, R. Janeiro, 30 (3). 325-356, 1987.

REIS, Ana Isabel Ribeiro Perente Cortez. **O espaço a serviço do tempo: a Estrada de Ferro de Baturité e a invenção do Ceará**. 2015. 403 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

RODRIGUES, Glauco Bruce. Geografia Histórica - notas sobre a metodologia. **Terra Brasilis**. São Paulo. p. 1-20, dez, 2019.

SILVA, Marcelo Werner da. La Géographie et l'étude du passé: concepts, périodisations et articulations spatio-temporels. **Terra Brasilis**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 1-17, 5 nov. 2012.

SOUSA BRASIL, Thomaz Pompeu de. **O Clima e as Secas do Ceará**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877. In: ROSADO, Vingt-Un (org.). O nono livro das secas. Mossoró: Guimarães Duque, 1983. Coleção Mossoroense, v.285. Edição Fac-Símile.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Planos para o Império: Os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889)**. São Paulo: Ed: Alameda. 2011.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 160 p.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **Geotextos**, Salvador, v. 5, n. 2, p.147-157, dez. 2009.

A DESCOBERTA DO PETRÓLEO NA BAÍA DE TODOS-OS-SANTOS E SUA REPERCUSSÃO ENTRE OS GEÓGRAFOS NA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Naira Santana Pita¹
Anderson Castro de Santana²

RESUMO

A Baía de Todos-os-Santos e o Recôncavo Baiano desempenharam um papel crucial na economia colonial brasileira, servindo como ponto central para o comércio de pessoas escravizadas e exportação de produtos como açúcar e minerais até o final do século XIX. Após este período a região enfrentou um declínio econômico significativo devido ao fim do tráfico de pessoas escravizadas e à perda de competitividade na produção de açúcar. Esse declínio foi acentuado pela centralização econômica no eixo centro-sul do Brasil durante a era Vargas, que pôs o Recôncavo a um papel secundário. Em 1939, a descoberta de petróleo no bairro do Lobato em Salvador trouxe uma nova esperança para a região, com a potencial revitalização econômica sendo destacada pela Revista Brasileira de Geografia (RBG). A pesquisa metodológica para este artigo envolveu uma revisão bibliográfica sobre a história econômica da região, uma análise das publicações da RBG e uma sistematização das informações. A análise revelou que, apesar do entusiasmo inicial e da cobertura na RBG, o tema do petróleo no Recôncavo rapidamente perdeu destaque nos estudos geográficos subsequentes. Sylvio Fróes de Abreu, um dos primeiros a publicar sobre o assunto na revista, expressou otimismo sobre o impacto da descoberta de petróleo, mas a atenção geográfica ao Recôncavo foi breve. Estudos posteriores indicaram que, embora o petróleo tenha sido vital para a industrialização da região, a pesquisa geográfica sobre o Recôncavo se concentrou mais nos aspectos físicos e históricos da economia açucareira, deixando o potencial econômico do petróleo em segundo plano.

Palavras-chave: Baía de Todos-os-Santos; Recôncavo baiano; Petróleo; Revista Brasileira de Geografia.

ABSTRACT

The Bay of All Saints and the Recôncavo Baiano play an important role in the Brazilian colonial economy, serving as a central point for trade of enslaved persons and export of products, like sugar and minerals, until the end of nineteenth century. Thereafter, this region has been facing a significant economic decline because of the smuggling and the loss of competitiveness in the sugar output. This decline was emphasized by the centralisation of the economy in the Brazil South-Southeast axis through Era Vargas – that put the Recôncavo in a secondary role. In 1939, the discovery of petroleum in the

¹ Licenciada em Geografia (IFBA). Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), bolsista FAPESB. Contato: nairapita@gmail.com

² Licenciado em Geografia (IFBA). Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), bolsista CARREFOUR. Contato: E-mail: andersoncastro.s@hotmail.com

Lobato neighbourhood, in Salvador, brought a new hope to the region with the economic growth potential, being highlighted by Brazilian Geography Journal (Revista Brasileira de Geografia – RBG). The methodology research to this article involved a bibliographic review about the economic history of the region, analysis of RBG publishing and systematization of information. The analysis revealed that the petroleum theme in Recôncavo lost featured quickly in subsequent geographic studies. Sylvio Fóes de Abreu (one of the primary authors to publish about the theme in the journal) expressed optimism about the discovery impact, but the focus on Recôncavo geography was brief. Further studies have indicated that, although oil has been vital for the industrialization of the region, the Recôncavo geography research concentrated more in physical and historic aspect of the sugar economy. Leaving the economic potential of the oil in the background.

Keywords: Bay of All Saints; Recôncavo Baiano; Petroleum; Brazilian Geography Journal.

INTRODUÇÃO

A Baía de Todos-os-Santos banha uma das áreas habitadas e produtivas mais antigas do Brasil. A formação do seu entorno, conhecido como Recôncavo Baiano, remonta a um período que se estende da distribuição das Capitânicas Hereditárias até o final do século XIX. Destacava-se por abrigar, por cerca de dois séculos e meio, o principal porto da América Portuguesa, recebendo e enviando para diferentes partes do mundo importantes frotas com produtos de exportação como açúcar, fumo, minerais e drogas do sertão, além da função de abastecimento de alimentos para a capital baiana. A Baía de Todos-os-Santos tornou-se, durante séculos, o palco do comércio de escravizados, estabelecendo “uma rota direta entre Salvador e as costas africanas” (VASCONCELOS, 2011, p.385).

A partir de 1850, o principal setor econômico da Bahia, o tráfico de pessoas escravizadas foi afetado em conjunto ao declínio de outros setores econômicos. As décadas que se seguiram definiram a crise regional no Recôncavo, agravada mais tarde, a partir da década de 1930, com a política centralizadora varguista e o crescimento do eixo regional centro-sul, concretizando a decadência da Bahia. Santos (2008[1959], p. 19) destaca que “[...] durante o último século, o eixo da economia nacional se deslocou para o sul, e a capital baiana viveu um período de quase estagnação, de crescimento lento[...]”, conseqüentemente o Recôncavo perdeu sua importância econômica também.



Contudo, em 1939, a esperança do retorno da Bahia para o centro econômico do cenário nacional foi acendida com a descoberta de petróleo no bairro do Lobato, subúrbio ferroviário de Salvador, localizado na Baía de Todos-os-Santos, sendo essa a primeira jazida de petróleo brasileira. A descoberta da jazida baiana trouxe ânimo para os estudos da Geografia econômica do Brasil. Ocorrendo no mesmo ano o lançamento do primeiro número da *Revista Brasileira de Geografia* (1939).

A *Revista Brasileira de Geografia* (RBG), editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), configurou-se desde o seu surgimento como um periódico de grande importância devido ao fato de ser o periódico oficial do recém-criado Conselho Nacional de Geografia (CNG), que tinha por objetivo normatizar a profissão do geógrafo, além do fato de suas publicações serem assinadas por expoentes da recém- instituída Geografia universitária. Assim, pode-se considerar que os textos contidos no periódico podem nos revelar algumas visões e intenções do Estado perante a determinados *vetores e eventos* (SANTOS, 2005), visto que, a revista foi uma das primeiras da área a anunciar a descoberta do Petróleo na Bahia.

Dito isso, esse artigo tem como objetivo apresentar um breve histórico sobre a importância da Baía de Todos-os-Santos e do Recôncavo Baiano para o desenvolvimento econômico da Bahia, sua fase de declínio e a tentativa de ascensão no Brasil com a descoberta de petróleo, a partir das contribuições do engenheiro-geógrafo Sylvio Fróes de Abreu para a *Revista Brasileira de Geografia*.

No tocante às práticas metodológicas, este trabalho foi realizado com base em pesquisas bibliográficas e documentais, sendo elaborado em três fases. Na primeira fase, foi feita uma revisão bibliográfica a partir da consulta de livros, artigos e trabalhos acadêmicos sobre a história e a importância da Baía de Todos-os-Santos e do Recôncavo Baiano para o desenvolvimento econômico nas escalas local, regional e nacional. O segundo momento constituiu uma análise da *Revista Brasileira de Geografia*, na busca de perceber como foi a recepção e continuidade acerca de novos estudos da Geografia econômica sobre o recôncavo e, na terceira fase, consistiu na análise e sistematização das informações e escrita do artigo.

UM BREVE HISTÓRICO DO PAPEL DA BAÍA DE TODOS-OS-SANTOS E DO RECÔNCAVO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA BAHIA



A Baía de Todos-os-Santos compreende uma superfície de 1.233 km², sendo o segundo maior acidente geográfico deste tipo no Brasil e destaca-se por sua importância histórica para a história da Bahia e do Brasil. Essa baía funcionou como um “nó” importante no processo de expansão marítima portuguesa, desempenhando um papel central na colonização ao articular a economia colonial portuguesa e diferentes territórios. Diante de processos históricos e as invasões ocorridas no século XVI, “[...] os portugueses constituíram um núcleo colonial na Baía de Todos os Santos, ponto de apoio na costa atlântica ocidental para a carreira das Índias e para a conquista das terras do Brasil” (ARAÚJO, p.51, 2011).

Salvador, situada às margens da Baía de Todos-os-Santos, foi a primeira capital do Brasil e a segunda maior cidade do Império Português, concentrando atividades administrativas, políticas, religiosas e econômicas de enorme relevância, como destaca Ubiratan Castro de Araújo.

A cidade do Salvador foi o centro urbano deste sistema geo-histórico da Baía de Todos os Santos. Não é à toa que se consolidou na memória popular sua denominação como Cidade da Bahia. Nela se desenvolveram as atividades administrativas, eclesiásticas e de defesa, a construção e reparação de naus para a carreira das Índias, a construção das embarcações para a navegação dentro da baía e os serviços de apoio ao porto. Ela foi também o grande mercado deste núcleo colonial. Foi o mercado exportador e importador, foi o mercado de escravos, foi o mercado dos produtos de boca que alimentavam a cidade, as frotas e as populações do próprio recôncavo da Bahia (ARAÚJO, 2011, p.55).

Além disso, o porto de Salvador, localizado na Baía de Todos-os-Santos, foi importante não só para o desenvolvimento da cidade como de todo o país. A sua relação com a colônia, por exemplo, dava-se pela entrada e saída de mercadorias. Vale destacar que a área do porto de Salvador não se limitava apenas a uma área do bairro do Comércio como acontece nos dias atuais, havia um porto subdividido na área da cidade baixa,

Estendia-se por uma linha contínua que ia da Gamboa a Itapagipe. Abrangia o Unhão, o sítio da Preguiça, a Freguesia da Conceição da Praia, a Praça do Comércio, a Freguesia do Pilar, o Xixi, o Coqueiro, a Jequitaia, Água de Meninos, o Cantagalo, Boa viagem e Monte Serrat [...]. Caracterizava-se sobretudo pela existência de vários ancoradouros que, juntamente aos trapiches e as alvarengas ou saveiros, formavam verdadeiras docas de atracação [...] da Gamboa ao forte da Jequitaia, concentrava a maior parte das atividades comerciais portuárias. Ali estava a Alfândega Provincial (ROSADO, 1983, p. 38 *apud*. RIOS; SILVA, 2013, p. 58).



Desde o século XVI desempenhou um papel estratégico essencial como ponto de reabastecimento obrigatório para embarcações com destino à África e à Ásia, especialmente após a abertura dos portos em 1808, tornando-se um importante centro do violento tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, bem como um ponto vital para o escoamento de açúcar, produtos do sertão e ouro extraído em Minas Gerais.

Por conta de sua localização, o porto de Salvador conferiu à colônia brasileira uma posição de destaque significativo dentro do Império Português. Até o início do século XX, as principais vias de comunicação na Bahia eram predominantemente fluviais e marítimas. As rotas marítimas se destacavam como as mais conhecidas e amplamente utilizadas no comércio baiano devido a vasta área de difícil acesso e pouco explorada, especialmente no que se refere ao sertão. No entanto, segundo Vasconcelos (2011, p. 392), a proibição do tráfico de pessoas escravizadas foi responsável por eliminar “umas das principais fontes de acumulação de capital da Província” e consequentemente responsável pelo fim das relações marítimas diretas com o continente africano. O autor ainda destaca que este caso seria ainda agravado com a “proibição dos africanos livres de realizarem serviços nos saveiros, atingindo 750 saveiristas” (VASCONCELOS, p. 392, 211 *apud* CUNHA, 1985, p. 96). Além disso, a crise do setor açucareiro, em crescente disparidade com outras regiões produtoras, como o interior do Brasil, reduziu a competitividade do açúcar do Recôncavo, a transição para uma economia industrial e agrícola mais diversificada também impactaram o Porto de Salvador. A economia nacional começou a se concentrar em novas áreas de produção e comércio. Isso se deu pela ligação com outros portos e regiões do Brasil.

Como resultado, a Baía de Todos-os-Santos passou a desempenhar um papel secundário no comércio marítimo brasileiro durante o final do século XIX e início do século XX, com o Porto de Salvador se tornando menos central na economia nacional em comparação com outros portos mais modernizados e desenvolvidos. O impacto desse declínio se tornou significativo para a economia local e para a posição de Salvador no cenário nacional.

A REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E AS PUBLICAÇÕES SOBRE RECÔNCAVO

A *Revista Brasileira de Geografia* (RBG), dedicada à geografia e áreas

correlatas, é uma das mais antigas e respeitadas publicações científicas do Brasil. Segundo o IBGE (2024), a revista possui uma trajetória quase ininterrupta em 70 anos. Entre 1939 a 2006, a RBG foi publicada quadrimestralmente e se estabeleceu como um periódico de referência. Em 2016, a RBG foi relançada em formato eletrônico semestral, continuando a sua contribuição para o avanço do conhecimento geográfico no país. “A Revista Brasileira de Geografia foi palco de inúmeros debates teóricos e metodológicos centrais da geografia e ciências afins. Muitos de seus artigos abriram importantes fronteiras de conhecimento, tornando-se clássicos, tanto no país quanto no exterior” (IBGE, 2024 s/p).

Investigando sobre os discursos acerca do evento da descoberta do petróleo no Brasil neste periódico, em todos os seus números, desde o primeiro de 1939 até o último disponível em 2006, percebe-se que houve um grande impacto inicial nos geógrafos, mas não houve prosseguimento nas pesquisas geográficas nesse recorte espaço-temporal. No decorrer do artigo essa afirmação será explicitada. Conforme apresentado no quadro 1, o descritivo dos periódicos analisados.

Quadro 1: Títulos e Autores por área e ano

Autor(es)	Título	Ano	Área	Contexto
Sem autoria	Petróleo na Baía	1939	Geografia	Descoberta do petróleo na Bahia
Sylvio Fróes de Abreu	O Recôncavo da Baía e o petróleo do Lobato (Considerações de caráter geográfico)	1939	Geografia	Apresenta os aspectos físicos-naturais, econômicos e sociais do Recôncavo baiano
Sylvio Fróes de Abreu	O crescimento do patrimônio mineral do Brasil no último decênio	1941	Geologia	Apresenta os mais relevantes minerais encontrados no Brasil
Sylvio Fróes de Abreu	Aspectos geográficos, geológicos e políticos da questão do petróleo no Brasil	1946	Geografia/Geologia	A busca por novos poços com o empenho do Estado e o desinteresse dos geógrafos sobre o assunto
Gerson Fernandes	Recursos minerais das bacias sedimentares, exemplos brasileiros.	1959	Geologia	Produção do petróleo no Recôncavo
Pedro Pinchas Geiger e Fany Davidovich	Aspectos do fato urbano no Brasil.	1961	Geografia	Fatores que influenciam o desenvolvimento urbano
Marina Sant'Anna	O Mercado de Gás Liquefeito de Petróleo no Brasil.	1970	Geologia/Geografia	Recôncavo: única região com reservas de gás natural do Brasil.
Marina Sant'Anna e Miguel Ângelo Campos Ribeiro	Padrões de localização e estrutura de fluxos dos estabelecimentos industriais na Região Metropolitana de Salvador	1982	Geografia	Influência do petróleo na Instalação de indústrias.
Julio Cesar de Lima Ramires	As grandes corporações e a dinâmica socioespacial: a ação da Petrobras em Macaé	1991	Geografia	Destaque do petróleo da Bahia no cenário nacional

Elaborado pelos autores, 2024



Com certo ar de espanto e euforia, no editorial da primeira edição da Revista Brasileira de Geografia há o texto *Petróleo na Baía*, anunciando com exclamação e esperança a notícia da descoberta de petróleo no bairro do Lobato, localizado no que atualmente conhecemos como Subúrbio Ferroviário de Salvador, capital baiana. Tal notícia se espalhou entre os estudiosos da Geografia econômica no Brasil e era naquele momento um fato que marcaria a história da economia nacional, o dia 21 de janeiro de 1939 (SILVA; SOUSA, 2022). Além disso, o texto menciona que a revista anunciaria em seu próximo número um artigo do engenheiro Sylvio Fróes de Abreu³, um renomado especialista no assunto e precursor dos estudos e pesquisas geográficas e geológicas que acompanharam tal descoberta.

Após o editorial no primeiro número, foi no segundo número da revista, publicado em abril de 1939, que houve uma pesquisa mais aprofundada sobre o Recôncavo. Sylvio Fróes apresenta o artigo *O Recôncavo da Baía e o petróleo do Lobato (Considerações de caráter geográfico)*, nesse primeiro artigo publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, Abreu (1939b) escreve um texto baseado nas monografias regionais, assim buscando extrair as singularidades do Recôncavo, a fim de conhecê-lo e apresentá-lo aos aspectos físicos-naturais, econômicos e sociais aos seus pares e ao governo, visto que nesse momento a produção técnico-científica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE era extremamente importante para as tomadas de decisões do governo varguista.

É o porto aéreo do Estado, cômodo, amplo e tranquilo. Tem agora uma importância considerável porque fica situada aí a região petrolífera do Lobato. Desde tempos remotos, moradores do local notavam manchas e irisações de óleo nas águas, bem como contaminação das cacimbas abertas para obter água do subsolo. Eram invocadas muitas explicações estranhas, porém hoje sabe-se que todos esses fenômenos provinham de exsudações do campo petrolífero que tem ali uma de suas extremidades. (ABREU, 1939b, p. 57).

Em sua abordagem, há uma parte muito importante, na qual Sylvio Fróes imagina a ressonância e reverberação de tal *evento* no espaço-tempo. O autor elogia as

³ Foi um geólogo e pesquisador brasileiro especialista em geologia econômica do país, que realizou diversas viagens pelo Brasil coletando amostras minerais. Sua contribuição mais significativa foi na geologia do petróleo brasileiro, confirmando a existência de petróleo na Bahia, na época, contrariando ideias predominantes. Sylvio Fróes Abreu foi “diretor do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro) antes de ser transferido para o Gabinete da Presidência da República, para ser um dos fundadores do Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no final da década de 1930, e um dos mais importantes colaboradores da Revista Brasileira de Geografia” (A galáxia da Ciência Brasileira, 2024).



redes geográficas presentes no Recôncavo, formas e sua imaginação já as projetava com novas funções, e pode-se dizer que tais funções teriam importância nacional a ponto de sustentar a ideia de uma possível industrialização no Recôncavo devido “à presença do petróleo no subsolo do Recôncavo vai certamente facilitar o surto de muitas indústrias que dependem, sobretudo, da possibilidade de obter-se combustível barato” (ABREU, 1939b, p.78).

Após esse entusiasmo inicial, o assunto Recôncavo cessou nas páginas das edições seguintes, não sendo publicado sobre o assunto no ano de 1940. Em 1941, no 4º número do volume 3, Sylvio Fróes aponta o petróleo como uma das principais descobertas do “reino do minério” brasileiro, mas destaca a dificuldade no processo de escavação em busca de novos poços de petróleo produtivo na bacia do Recôncavo, no texto intitulado *O crescimento do patrimônio mineral do Brasil no último decênio*:

A descoberta de Lobato em 1939 fez concentrar maior atividade sobre esse importante problema que tem sido atacado pelo Governo segundo as diretrizes mais recomendáveis. Infelizmente a natureza tem sido por demais caprichosa e ao lado dos dois poços produtivos em Lobato não têm sido descobertos outros mais abundantes, continuando, entretanto, de pé todas as esperanças de se localizar na bacia do Recôncavo uma zona de acumulação de petróleo que é lícito esperar pelos estudos geológicos e pelos indícios já verificados (ABREU, 1941, p. 13)

Nos anos seguintes não foram feitas novas publicações sobre o Recôncavo petrolífero de 1942 até meados de 1946, quando novamente, Sylvio Fróes, no texto *Aspectos geográficos, geológicos e políticos da questão do petróleo no Brasil*, destaca a presença do poder público neste processo, mas se observa que os geógrafos, do ciclo pesquisado, não se debruçaram sobre tal evento, dando indícios acerca dessa invisibilização e falta de interesse do geógrafos acerca do Recôncavo petrolífero, uma vez que, a exploração “infelizmente ainda está muito aquém” (ABREU, 1946, p. 83), mesmo com o grande esforço do governo pois, “o número de poços abertos anualmente subiu a 16; em 5 anos foram abertos mais de 80 poços quase todos superiores a 1000 metros enquanto nos quarenta anos passados haviam sido cavados 150 poços quase todos de profundidade inferior a 500 metros” (ABREU, 1946, p. 94).

Após esse destaque do petróleo no Recôncavo nos textos de Sylvio Fróes, tal espaço só voltou a aparecer em pesquisas voltadas às características físico-naturais ou sobre o passado canavieiro. O petróleo parecia pouco interessante nas pesquisas desse

ciclo de geógrafos, com raras aparições, sem muito destaque e escassas análises. A exemplo, em 1959 o engenheiro da Petrobras, Gerson Fernandes, publicou na revista o artigo *Recursos minerais das bacias sedimentares*, exemplos brasileiros em que esclarece de maneira breve como está a produção do petróleo no Recôncavo, que até então era a única província produtora de petróleo no Brasil.

Em 1961, Pedro Pinchas Geiger e Fany Davidovich, no texto *Aspectos do fato urbano no Brasil*, citam o Recôncavo petroleiro para definir a rede urbana de Salvador; em 1970, com Marina Sant'Anna, no texto *O Mercado de Gás Liquefeito de Petróleo no Brasil*, onde a autora cita o Recôncavo como única região com reservas de gás natural do Brasil; em 1982, com Miguel Ângelo Campos Ribeiro, no texto *Padrões de localização e estrutura de fluxos dos estabelecimentos industriais na Região Metropolitana de Salvador*, o Recôncavo petroleiro é citado como um dos principais eventos que atraiu o vetor da industrialização na região metropolitana de Salvador, pois a partir dele houve o investimento da implementação do polo petroquímico de Camaçari, bem como a proliferação de indústrias de derivados de petróleo em Salvador.

Outra produção que analisou e destacou o Recôncavo petroleiro contextualizado com a economia nacional foi o trabalho de Julio Cesar de Lima Ramires, intitulado *As grandes corporações e a dinâmica socioespacial: a ação da petrobras em Macaé (1991)*. Com esse artigo é possível ver o destaque do petróleo baiano no cenário nacional no ano de 1973, onde a Bahia era responsável por 80% da produção brasileira, por conta dessa concentração “[...]a Região Produtora do Recôncavo Baiano, que, devido a sua importância nacional, chegou quase a inverter a subordinação hierárquica da sede no Rio de Janeiro em relação à poderosa Região de Produção da Bahia - RPBA.” (RAMIRES, 1991, p.125). No entanto, em 1987, há a perda desse posto para o Rio de Janeiro que viera assumir 60% da produção nacional, enquanto a Bahia amargurava 14,1%.

Em suma, podemos dizer que o Recôncavo petroleiro e seu entorno não ganharam destaque na visão dos geógrafos e demais cientistas do ciclo que envolvia e permeava o periódico, e conseqüentemente o CNG e o IBGE. Apenas Sylvio Fróes de Abreu estava imbricado, de tal modo que foi um dos cientistas responsáveis pelo início das pesquisas no bairro do Lobato (BA), como consta no Decreto nº 1.849, de 03 de agosto de 1937, autorizando “o cidadão brasileiro Sylvio Fróes de Abreu a pesquisar



petróleo e gases naturais numa área de 175,84 hectares na ilha de Itaparica, município de Itaparica, estado da Bahia” (BRASIL, 1937).

É importante ressaltar que esse objeto de pesquisa passou ao longo dos anos, mesmo com pouco destaque, por diferentes correntes teórico-metodológicas da Geografia. Inicialmente, o objeto foi pesquisado a partir da abordagem metodológica das monografias regionais, ou seja, de forma descritiva-explicativa, vinculado a uma tradição hipotético-dedutiva da ciência, isso se deve a influência dos geógrafos franceses, que estavam envolvidos no processo de institucionalização da geografia na década de 30. Em seguida, percebe-se que os trabalhos estão mais direcionados à vertente urbano-regional, influenciado pelo pragmatismo focado na aplicação dos conhecimentos geográficos. Sem dúvida, nas décadas de 50 a 80 havia uma certa dominância das vertentes aplicada e quantitativa da Geografia e, por fim, percebe-se que no trabalho da década de 90 tem a influência da Geografia ativa. Assim, cada trabalho desse foi contextualizado em uma vertente teórico-metodológica diferente, mas o Recôncavo, enquanto objeto de estudo, não teve tanta visibilidade.

Por fim, cabe salientar que, apesar da invisibilidade em um periódico de tanta importância e abrangência nacional, na visão dos geógrafos baianos, o Recôncavo petrolífero era um objeto de pesquisa importante, podendo-se aqui destacar os trabalhos do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, situado na Universidade Federal da Bahia, e nesse âmbito se ressaem os textos de Milton Santos e da Professora Maria Auxiliadora da Silva, esta última que traz em sua tese de *doutorado Les migrations pour le Reconcave du petrole, Salvador/Ba, Brasil (1972)* - realizado na Universidade de Strasbourg, UNISTRA, França – trazendo grandes contribuições acerca do tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os eventos (SANTOS, 2005) se instalam no espaço-tempo e atravessam o passado, chegam no presente e se projetam no futuro, cabendo ao geógrafo o estudo, pesquisa e análise destes. Mas, em decorrência de fatores diversos alguns eventos, são postos em destaque ou inviabilizados por determinado grupo. Foi o que aconteceu com o Recôncavo petrolífero, que apesar de, por muito tempo, ter dominado a produção deste setor econômico, não foi um evento importante nas análises dos geógrafos do ciclo do Conselho Nacional de Geografia e, conseqüentemente, do IBGE. Para tanto, ao analisar

as publicações, em busca de análises geoeconômicas do Brasil que levassem a importância do Recôncavo petrolífero, notou-se que o tema foi pouco discutido. Quando o Recôncavo surge como objeto de pesquisa, é no contexto dos seus aspectos físicos e sua economia é congelada no passado açucareiro e fumageiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sylvio Fróes. O Recôncavo da Bahia e o petróleo do Lobato. In: **Revista Brasileira de Geografia**. v. 1 n. 2, 1939. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/15> Acesso em: 30/06/2024.

ABREU, Sylvio Fróes. O Crescimento do patrimônio mineral do Brasil no último decênio. In: **Revista Brasileira de Geografia**. v. 3 n. 4, 1941. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/3284> Acesso em: 30/06/2024.

ABREU, Sylvio Fróes. Aspectos geográficos, geológicos e políticos da questão do petróleo no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. v. 8 n. 4, 1946. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/46> Acesso em: 30/06/2024.

APRESENTAÇÃO. Petróleo na Baía. In: **Revista Brasileira de Geografia**. v. 1 n. 1, 1939. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/1> Acesso em: 30/06/2024.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio (Org.). **Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos**. Salvador: Edufba, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 1.849, de 3 de agosto de 1937**. Autoriza o cidadão brasileiro Sylvio Fróes de Abreu a pesquisar petróleo e gases naturais numa área de 175,84 hectares na ilha de Itaparica, município de Itaparica, estado da Bahia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago. 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1-12-novembro-1937-351799-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20/07/2024.

FERNANDES, Gerson. Recursos Minerais das Bacias Sedimentares. Exemplos brasileiros. In: **Revista Brasileira de Geografia**. v. 21 n. 3, 1959. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/4375> Acesso em: 02/07/2024.

GALÁXIA DA CIÊNCIA BRASILEIRA. Sylvio Froes de Abreu. **Galáxia da Ciência Brasileira**. Disponível em: <https://galaxiadacienciabrasileira.cgee.org.br/estrelas/sylvio-froes-abreu/#:~:text=Foi%20diretor%20do%20Instituto%20Nacional,dos%20mais%20importantes%20colaboradores%20da>. Acesso em: 30 jun. 2024.

GEIGER, Pedro Pinchas; DAVIDOVICH, Fany. Aspectos do fato urbano no Brasil. In:

Revista Brasileira de Geografia. v. 23 n. 2, 1961. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1752> Acesso em: 02/07/2024.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima. As grandes corporações e a dinâmica socioespacial: a ação da Petrobras em Macaé. In: **Revista Brasileira de Geografia.** v. 53 n. 4, 1991. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1076> Acesso em:

RIBEIRO, Miguel Ângelo. Padrões de localização e estrutura de fluxos dos estabelecimentos industriais na Região Metropolitana de Salvador. In: **Revista Brasileira de Geografia.** v. 44 n. 4, 1982. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/718> Acesso em: 05/07/2024.

RIOS, Ricardo Bahia. **Transporte, Desenvolvimento Regional e Bahia Estudos sobre os Portos de Salvador e Aratu.** 1 ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.

SANT'ANNA, Mariana Del-Negro Coque. O Mercado de gás liquefeito de petróleo no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia.** v. 32 n. 3, 1970. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/496> Acesso em: 02/07/2024.

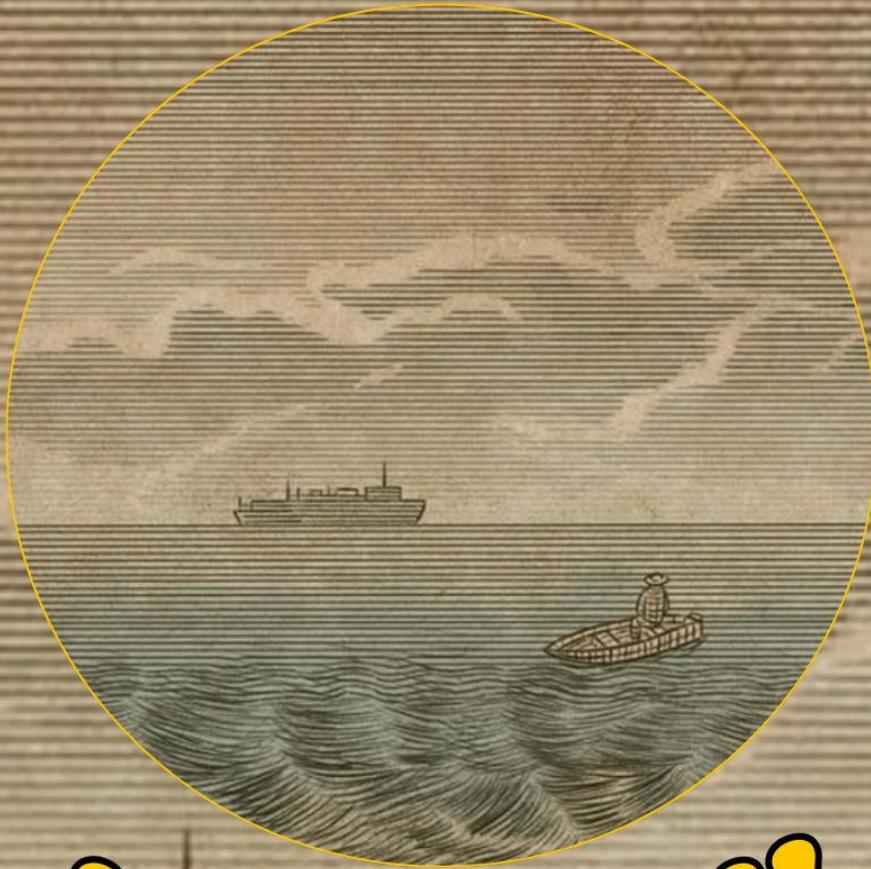
SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** - 4. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005 [1996]. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana.** 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008[1959]. 208 p. (Coleção Milton Santos; 13).

SILVA, Maria Auxiliadora da; SOUSA, André Nunes de. Intercâmbios de saberes geográficos Salvador-Lisboa, **Terra Brasilis [Online]**, 17 | 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/11116> Acesso em: 20/07/2024.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Baía de Todos os Santos: uma visão da Geografia Histórica. In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio (Org.). **Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos.** Salvador: Edufba, 2011.

VI ENHC



IV ENGH



GRUPO DE TRABALHO (GTs) - N° 5
História ambiental e dos estudos sobre
natureza

ACUMULAÇÃO POR DESPOSSessão E DESASTRES AMBIENTAIS: CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA A PARTIR DE ROSA LUXEMBURGO E DAVID HARVEY

Andreia Mendonça Zambanini da Silva¹
 Paulo Roberto da Silva Rufino²
 Antonio Carlos Vitte³

RESUMO

Na atual fase do capitalismo, a acumulação por despossessão se manifesta de novas formas, considerando as dinâmicas espaciais e temporais contemporâneas. Esse processo espoliativo envolve a apropriação e expropriação de terras, populações, natureza e até mesmo desastres ambientais entre outros, transformando-os em mercadorias para a concentração de riquezas. Uma das últimas grandes crises do capital, a crise do *subprime* de 2008, desencadeou a expulsão de grandes populações, favorecendo alguns grupos na compra de terras em países estrangeiros, indicando uma nova dinâmica da acumulação. Além disso, o aumento dos eventos extremos alerta para a problemática ambiental, que também envolve a relação com a população, a natureza e os desastres ambientais. Este trabalho pretende apresentar algumas considerações sobre o legado de Rosa Luxemburgo e David Harvey, já que, para ambos, a acumulação se manifesta nesses espaços para a manutenção do sistema capitalista. Busca-se analisar como as teorias desses autores elucidam os processos de adaptação que a acumulação por despossessão teve ao longo do tempo para garantir a continuidade do capital. Por meio da análise dessas contribuições, pretende-se lançar luz sobre o trabalho dos intelectuais e uma breve reflexão com os impactos dos desastres naturais na formação de uma nova faceta da acumulação por despossessão, importante para compreender o atual cenário do capitalismo mundial e sua relação com o espaço e a interação entre sociedades e natureza.

Palavras-chave: acumulação primitiva, crises do capital e novo imperialismo

ABSTRACT

In the current phase of capitalism, accumulation by dispossession manifests in new forms, considering contemporary spatial and temporal dynamics. This expropriative process involves the appropriation and expropriation of land, populations, nature, and even environmental disasters, among others, transforming them into commodities for wealth concentration. One of the latest major crises of capital, the 2008 subprime crisis, triggered the expulsion of large populations, favoring some groups in the purchase of

¹ Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Contato: amzambanini@gmail.com

² Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Contato: paulorufino42@gmail.com

³ Professor Associado I do Departamento de Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Contato: vitte@unicamp.br.

land in foreign countries, indicating a new dynamic of accumulation. Furthermore, the increase in extreme events raises awareness of environmental issues, which also involve the relationship with the population, nature, and environmental disasters. This paper aims to present some considerations on the legacy of Rosa Luxemburg and David Harvey, as for both, accumulation manifests in these spaces for the maintenance of the capitalist system. It seeks to analyze how the theories of these authors elucidate the adaptation processes that accumulation by dispossession has undergone over time to ensure the continuity of capital. Through the analysis of these contributions, it aims to shed light on the work of intellectuals and offer a brief reflection on the impacts of natural disasters in shaping a new facet of accumulation by dispossession, important for understanding the current global capitalist scenario and its relationship with space and the interaction between societies and nature.

Keywords: primitive accumulation, crises of capital and new imperialism

INTRODUÇÃO

A acumulação por despossessão é um tema crucial nas discussões geográficas e históricas, sendo objeto de análise por diversos autores. Neste trabalho, exploraremos as contribuições de Rosa Luxemburgo e David Harvey para entender como o capitalismo promove a expropriação e a destruição de recursos naturais e sociais. Marx, em “O Capital”, dedica um capítulo à acumulação primitiva, focando no processo produtivo e no excedente do ativo fixo (MARIUTTI, 2015). No entanto, Rosa Luxemburgo avança além dessa perspectiva, correlacionando as crises do capital com a acumulação. Ela argumenta que a acumulação capitalista depende da exploração de territórios não capitalistas. Em sua obra “A Acumulação do Capital”, escrita em 1913, Luxemburgo explora essa relação e destaca como o capitalismo busca mercados externos para absorver o excedente de produção (LUXEMBURGO, 2021).

No contexto histórico do final do século XIX e início do século XX, Rosa Luxemburgo definiu a acumulação primitiva como uma peça-chave do sistema capitalista. Contudo, é David Harvey quem estende essa discussão à contemporaneidade. Baseando-se em casos recentes, Harvey revela como a destruição causada pelo capitalismo é catastrófica, especialmente nas periferias. Seu livro “O Novo Imperialismo” explora essa temática, destacando como o capitalismo contemporâneo se baseia na apropriação de recursos naturais, terras e propriedades (HARVEY, 2014a). Ambos os autores observam um capitalismo financeirizado, onde a mais-valia não se limita a produção, mas também envolve processos de apropriações e expropriações.



Nesse cenário complexo, eles nos convidam a refletir sobre o impacto da acumulação por despossessão na sociedade (HARVEY, 2014a, p. 128).

Para nossa análise, faremos uma revisão sistemática da literatura, consultando fontes acadêmicas, livros, artigos e teses relevantes. Compararemos as teorias de Luxemburgo e Harvey, traçando uma linha temporal de suas abordagens. Exploraremos as dimensões geográficas, econômicas, sociais e ambientais desse fenômeno complexo e multifacetado. Entendendo de forma ampla as teorias apresentadas por Rosa Luxemburgo e David Harvey, faremos uma pontuação considerando os desastres ambientais. Pensar no pós-desastre e obter insights sobre como o capital avança, manipulando e descartando propriedades e populações é crucial para compreender a dinâmica espacial. Assim, ao discutir eventos extremos, adotamos um olhar geográfico que também contempla a geografia econômica e crítica de determinados espaços. Nosso objetivo é contribuir para uma discussão ampliada sobre o meio ambiente, analisando a totalidade dos eventos e como o espaço se reconfigura após a devastação, afetando a sociedade e a natureza.

VISÕES GERAIS SOBRE O SISTEMA CAPITALISTA EM ROSA LUXEMBURGO E EM DAVID HARVEY

Para Moraes (1984) o espaço não é neutro; ele não é apenas um cenário onde uma atividade econômica ocorre, mas um elemento ativo na produção e reprodução das relações sociais. Essas relações são uma dimensão fundamental para a acumulação de capital, pois o modo de produção é condicionante para a vida social. Portanto, o espaço pode ser entendido como um produto social que resulta das relações e apropriações capitalistas (MORAES; COSTA, 1984). Essa visão é corroborada por Harvey (2006), que argumenta que o capital constrói e destrói paisagens físicas conforme as necessidades da acumulação, adaptando o ambiente geográfico às suas demandas.

A partir dessa compreensão do espaço como um produto social, podemos aprofundar a análise das contribuições de Rosa Luxemburgo e David Harvey para a teoria da acumulação por despossessão. Ambos os autores oferecem perspectivas críticas sobre como o capitalismo se apropria e transforma o espaço e os recursos naturais para sustentar a acumulação de capital.

CONTRIBUIÇÃO PARA A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NA LEITURA DE ROSA LUXEMBURGO

Rosa Luxemburgo (1871-1919) nasceu em 15 de janeiro de 1871, na Polônia. Ela viveu em um período de intensas transformações políticas e sociais, incluindo a Revolução Alemã, que levou os social-democratas ao poder. Luxemburgo foi brutalmente assassinada em janeiro de 1919 por ex-veteranos da Primeira Guerra Mundial, e seu corpo foi descartado em um canal de Berlim. Durante sua vida, ela testemunhou os efeitos da Comuna de Paris e foi perseguida em seu país natal, o que a levou a se mudar para a Suíça e, posteriormente, para Berlim. Como professora de economia, foi profundamente influenciada pelas obras de Marx e Rudolf Hilferding. À frente de seu tempo e muitas vezes em desacordo com seus líderes, Luxemburgo participou de debates na Alemanha e na Rússia, exercendo um poder significativo com sua produção intelectual, que continua a influenciar as teorias políticas contemporâneas (RODRIGUES, 2021).

Luxemburgo argumenta que a acumulação primitiva depende da exploração de territórios não capitalistas, uma ideia que ela desenvolve em sua obra “A Acumulação do Capital” (1913). Ela destaca como o capitalismo busca mercados externos para absorver o excedente de produção, o que implica a contínua expropriação e apropriação de recursos naturais e sociais. Essa perspectiva é essencial para entender as dinâmicas de expansão do capital e suas implicações socioeconômicas e ambientais.

Rosa tem como ponto de partida os esquemas de produção de Marx, mas aprofunda no tema. Ela rompeu com a tese de David Ricardo e Jean Baptiste Say, economistas clássicos, de que as crises do capital são eventuais e derivam de uma dissonância entre consumo e acumulação (produção). Para ela, a crise faz parte do funcionamento da economia capitalista e apresenta sua própria solução, entrando em colapso. Esse ponto de crise, segundo Rosa, poderia gerar uma regressão social e a possibilidade de intensificação da barbárie. Para a intelectual, o Capital exerce violência contra o meio social que se coloca à sua frente, ou no seu espaço, para eclodir uma nova degradação (MARIUTTI, 2015).

A acumulação, ou seja, a transformação da mais valia em capital ativo, é a expressão capitalista da reprodução ampliada. A reprodução ampliada não é uma invenção do capital. Constitui uma regra desde a Antiguidade, em toda formação social histórica, na qual se verifica um progresso econômico e cultural. A reprodução simples - a simples repetição invariável e constante do



processo produtivo é certamente possível e podemos observá-la durante longos períodos da evolução social. (LUXEMBURGO, 2021, p. 28–29)

Para Luxemburgo, a reprodução ampliada tinha duas relações: a composição orgânica do capital e a relação social dos capitalistas com os demais membros da sociedade (MARTINS, 2022). A consolidação do capitalismo passa pela criação de um mercado mundial e de uma história universal. No entanto, essa fase envolve uma violenta conversão da terra e da força de trabalho, pontos ligados às condições de vida e de luta social (MARIUTTI, 2015, p. 60). Para Rosa, o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação de capital, na sua expansão para as periferias ou áreas ainda não conquistadas (LUXEMBURGO, 2021).

Enquanto Rosa Luxemburgo oferece uma análise histórica e teórica da acumulação de capital e do imperialismo, David Harvey expande essas ideias para o contexto contemporâneo, introduzindo novos conceitos e abordagens que ajudam a entender as dinâmicas atuais do capitalismo global.

CONTRIBUIÇÃO PARA A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NAS TEORIAS DE DAVID HARVEY

David Harvey, nascido em 1935, teve uma carreira acadêmica distinta, com passagens por instituições de prestígio como a Universidade de Oxford, Johns Hopkins e a City University of New York (CUNY). Harvey introduziu conceitos fundamentais, como a “acumulação por despossessão”, expandindo as teorias marxistas para explicar a expansão do capitalismo através da expropriação de recursos. Ele analisa o capitalismo sob a perspectiva do pós-Segunda Guerra Mundial, incluindo a atuação do FMI (Fundo Monetário Internacional), as guerras do Iraque e Vietnã, a “instalação” do neoliberalismo entre outros casos de estudos (HARVEY, 2014a).

Harvey resgata o conceito acumulação primitiva interpretado por Rosa Luxemburgo, pontuando ser fundamental para a explicação do “Novo” Imperialismo, mas muda a terminologia, preferindo chamar de acumulação por espoliação/despossessão, em inglês, *dispossession*. Para Harvey, a acumulação, em geral, é predatória e violenta desde a etapa original no âmbito de uma geografia histórica, sendo mais que necessária (FONTES, 2010) . O capital abre novos espaços



para a acumulação, construindo a paisagem física apropriada para, em momentos de crise ou condições adversas, destruí-la, adaptando assim o ambiente geográfico às necessidades da acumulação (HARVEY, 2006, p. 39–72).

Para o autor, há um fato de caráter dual para a acumulação capitalista: por reprodução expandida (apropriação da força de trabalho) e por espoliação/desposseção (expropriação de riquezas). A lógica contemporânea da acumulação de capital busca adaptar-se aos contextos socioespaciais em todo o mundo, operando de maneira diferenciada conforme as nuances sociais e culturais, e o Estado funciona como facilitador e, muitas vezes, regulador das desigualdades e violências produzidas. Na fase contemporânea, a ofensiva neoliberal, segundo o autor, implica e potencializa na destruição dos direitos sociais existentes e na criminalização das resistências populares (HARVEY, 2014b, p. 125–129).

Para o antropólogo e geógrafo inglês, há uma aliança que ele chama de *non sancta* entre Estado, Capital Financeiro e os aspectos predatórios do capital financeiro. Dedicado à apropriação e desvalorização de ativos, esses meios podem ser guiados à desvalorização e práticas aniquiladoras em espaços alheios que não têm a menor capacidade de revidar (HARVEY, 2005).

Essa análise de Harvey sobre a aliança entre Estado e Capital Financeiro complementa as observações de Rosa Luxemburgo sobre a expansão do capitalismo e a necessidade de novos mercados. Ambas as perspectivas oferecem uma visão crítica sobre como o capitalismo se sustenta e se expande através da expropriação e da exploração de recursos e populações.

DIÁLOGO DAS TEORIAS DE ROSA LUXEMBURGO E DAVID HARVEY

A acumulação por desposseção, como parte da lógica do capital, é um conceito central nas teorias de Rosa Luxemburgo e David Harvey. É importante notar que ambas as teorias enfatizam a importância das relações sociais e das transformações estruturais na configuração do modo de produção capitalista. Luxemburgo destaca a necessidade de expansão do capital para garantir sua reprodução, enquanto Harvey ressalta a importância do ajuste espaço-temporal⁴ na geografia histórica do capitalismo, vendo a

⁴ Para Harvey (2005), a expressão “espaço-tempo” refere-se à maneira como o capitalismo reorganiza e

acumulação como algo cíclico e não original, como Rosa (FONTES, 2010).

Luxemburgo considerou que o capitalismo se propaga globalmente, eliminando outras formas econômicas, mas depende delas para existir. Essa contradição impede que o capitalismo seja universal, pois ele precisa de outros sistemas para se alimentar. A acumulação de capital intensifica essa contradição, que só pode ser resolvida pelo socialismo (LUXEMBURGO, 2021, p. 573).

Harvey, por sua vez, considera como estratégia recorrente para a superacumulação as práticas de acumulação primitiva, sendo este um ponto fundamental. Ele sugere que, além da expansão geográfica, uma estratégia de desvalorização de ativos para serem reciclados (apropriação e expropriação) pode ser mais rentável. Assim, ele estabelece a acumulação por despossessão como uma forma de concentração e poder sobre o capital, ocorrendo de maneira contingencial (SCOTELARO; RAMOS; TEIXEIRA, 2018). Harvey (2006) argumenta que o capital constrói e destrói paisagens físicas conforme as necessidades da acumulação, adaptando o ambiente geográfico às suas demandas.

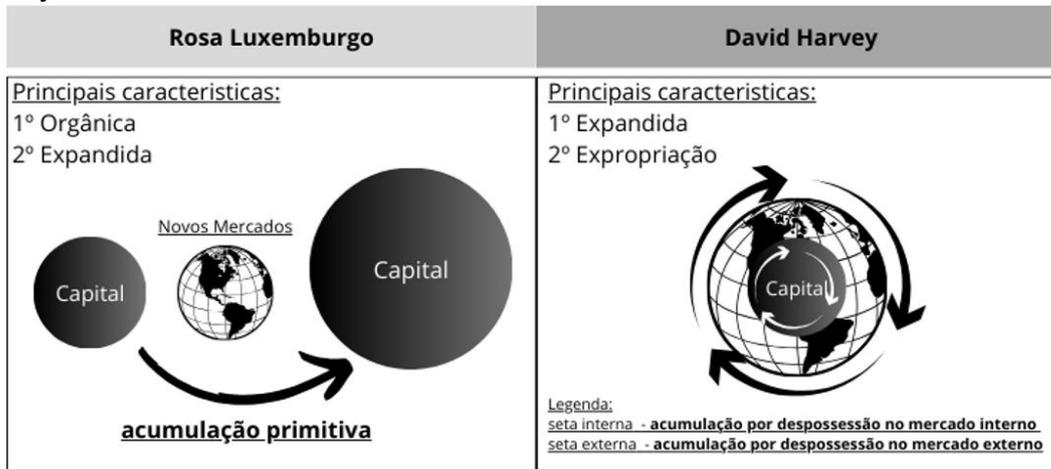
Luxemburgo e autores da sua época veem a acumulação primitiva como um momento “originário” e “externo” no processo de acumulação, que culmina na fase imperialista. Para Harvey, no entanto, esses processos não são meramente históricos, mas se perpetuam ao longo do tempo através de variadas formas de acumulação por despossessão. Este contínuo processo resulta em novas fases de exploração intensa e controle do capital acumulado, impulsionando novas expansões geográficas; sendo tanto nacionais quanto transnacionais, envolvendo capitalistas e trabalhadores – em cada período histórico (SCOTELARO; RAMOS; TEIXEIRA, 2018, p. 166).

Ao dialogar com os dois autores sobre a dinâmica do processo, percebe-se que Rosa Luxemburgo considera a acumulação primitiva como um processo contínuo e orgânico, fundamental para a expansão do capitalismo. Em contraste, David Harvey introduz o conceito de acumulação por despossessão, derivado da acumulação primitiva de Rosa, destacando seu caráter expansivo e expropriativo. Harvey enfatiza como esse processo transforma recursos e direitos em mercadorias, facilitando a acumulação de

manipula o espaço e o tempo para facilitar a acumulação de capital, através de processos como a compressão espaço-temporal e ajustes espaço-temporais, que permitem a rápida circulação de capital e a exploração de novos mercados. Um exemplo de espaço são o deslocamento de fábricas para determinados países para ter uma facilidade de custo mudando toda a condição vivida anteriormente naquele espaço.

capital. A Figura 1 ilustra de maneira diferenciada as características propostas por cada autor (FONTES, 2017).

Figura 1: Dinâmicas da Acumulação Primitiva e por Despossessão segundo Luxemburgo e Harvey



Fonte: Organizado pelos Autores (2024).

Para entender melhor como essas dinâmicas de acumulação por despossessão se relacionam com questões contemporâneas, é essencial explorar suas implicações em diferentes contextos. Um desses contextos é a relação entre a acumulação por despossessão e os desastres ambientais. Após desastres ambientais, a desvalorização de terras e ativos pode abrir oportunidades para a acumulação por despossessão, onde terras devastadas são adquiridas a preços baixos, reconstruídas e reintegradas ao ciclo de acumulação de capital. Esse processo não só facilita a recuperação econômica, mas também reforça o controle do capital sobre os recursos naturais e geográficos, perpetuando a lógica capitalista de exploração e reconstrução contínua (SANDERSON *et al.*, 2022).

RELAÇÃO COM DESASTRES AMBIENTAIS E A CONTRIBUIÇÃO DE SASKIA SASSEN

Harvey (2014) discute o ajuste temporal cíclico necessário para a manutenção do capitalismo, que se manifesta através da depredação, privatização de bens públicos, expropriação de terras, entre outros. Sassen (2016) analisa o mercado de terras após a crise do subprime, destacando um processo de “expulsão” que começou antes mesmo da crise e que resultou na destruição de populações em benefício de capitalistas que



expandem seus territórios, especialmente na África e no Brasil. Os dois autores estão olhando para o globo e apontando um dos cursos da acumulação por despossessão (SASSEN, 2016).

A busca por terras no capitalismo não é um fenômeno novo. Marx já abordava a questão do cercamento em seus escritos (PEREIRA, 2019). Sassen (2016) apresenta um fenômeno que, embora não seja novo, intensificou-se após crises do capital: a busca por terras em países periféricos ou no Sul Global, frequentemente apoiada pelos Estados, que legaliza a barbárie.

Pensar terras globalmente vemos que o último relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) alerta para o aumento da frequência de eventos extremos em comparação com décadas anteriores. Eventos que ocorriam a cada 100 anos tornaram-se mais frequentes e intensos, causando desastres ambientais em diversas regiões (LEE; ROMERO, 2023). antes (2010) nos alerta sobre como o capital transforma movimentos ambientalistas e entidades internacionais para cancelar e regulamentar o que produz, permitindo sua livre circulação, um movimento que não necessariamente precisa ser violento.

Com base nas teorias de Rosa Luxemburgo, David Harvey e Saskia Sassen, pode-se observar como a acumulação por despossessão se manifesta em tempos de desastres ambientais, como ficam as populações e terras assoladas pelos desastres e como e por onde o Estado começa a reconstruir esses espaços. Compreender esses processos com a lente da acumulação por despossessão é essencial para fortalecer a resistência das lutas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das teorias de Rosa Luxemburgo e David Harvey sobre a acumulação por despossessão revela a persistência e a adaptação contínua do capitalismo na expropriação de recursos naturais e sociais. Luxemburgo, ao correlacionar as crises do capital com a necessidade de exploração de territórios não capitalistas, e Harvey, ao estender essa discussão para a contemporaneidade, nos fornecem uma compreensão profunda de como o capitalismo se reinventa para manter sua hegemonia.

Os desastres ambientais, intensificados pelas mudanças climáticas, são um território favorável para a lógica de acumulação. A apropriação e a mercantilização de terras e recursos, frequentemente legitimadas pelo Estado, demonstram como o capital se apropria de crises para expandir seus domínios (ADNAN, 2013).

Neste contexto, a perspectiva de Saskia Sassen (2016) sobre as expulsões se torna crucial. Sassen argumenta que as lógicas de expulsão, resultantes das dinâmicas do capitalismo global, levam ao deslocamento forçado de populações, especialmente nos países do Sul Global (periferia do capitalismo). Essas expulsões não apenas despojam as pessoas de suas terras e recursos, mas também transformam radicalmente o espaço geográfico, criando configurações de exclusão e socio-vulnerabilidade. Para entender plenamente essas dinâmicas, é necessário aprofundar as pesquisas sobre como e de que forma ocorrem essas expulsões e suas consequências para o espaço geográfico e as comunidades afetadas.

As teorias de Luxemburgo e Harvey nos convidam a refletir sobre a dinâmica espacial do capital e a importância de uma abordagem crítica e geográfica para analisar os desastres ambientais. Ao fazer isso, podemos contribuir para uma discussão mais ampla sobre o meio ambiente e a sociedade, promovendo uma visão que integra as dimensões econômicas, físicas sociais e ambientais. Assim, este artigo busca não apenas entender a acumulação por despossessão, mas também fornecer insights para pensar a acumulação no momento presente que vivenciamos.

REFERÊNCIAS

ADNAN, S. Land grabs and primitive accumulation in deltaic Bangladesh: interactions between neoliberal globalization, state interventions, power relations and peasant resistance. **Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 1, p. 87–128, jan. 2013.

FONTES, V. David Harvey: Dispossession or Expropriation? Does capital have an “outside”? **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 3, p. 2199–2211, jul. 2017.

FONTES, V. M. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2º ed. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Editora UFRJ, 2010.

HARVEY, D. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. **Trabalhadore(as)s em luta**. n. 13/14, p. 9–23, 2005.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2º ed. São Paulo: Annablume, 2006.



HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 8º ed. São Paulo (SP): Loyola, 2014a.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: História E Implicações**. 5º ed. [s.l.] Edições Loyola*, 2014b.

LEE, H.; ROMERO, J. (EDS.). **Climate Change 2023: synthesis report**. Geneva, Switzerland: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. Tradução: Luiz Alberto Moniz Bandeira. 1º ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 2021.

MARIUTTI, E. B. Rosa Luxemburgo: imperialismo, sobreacumulação e crise do capitalismo. **Rosa Luxemburgo: imperialismo, sobreacumulação e crise do capitalismo**, v. 40, p. 49–61, 2015.

MARTINS, M. F. M. D. S. O “A Acumulação do Capital de Rosa Luxemburgo” e a sua teoria da reprodução do capital social total: apontamentos sobre método e revolução. **Cadernos Cemarx**, v. 15, p. 1–39, 24 mar. 2022.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. DA. **A Valorização Do Espaço: Geografia Crítica**. 2º ed. Hucitec Editora, 1984.

PEREIRA, L. I. A ACUMULAÇÃO POR DESPOSSessão NA ANÁLISE DO LAND GRABBING. v. 1, n. 41, p. 3–20, 17 maio 2019.

RODRIGUES, T. C. M. 150 anos de Rosa: contribuições de Rosa Luxemburgo para a teoria política contemporânea. v. 53, p. 73–93, 27 ago. 2021.

SANDERSON, D. et al. Corruption and disasters in the built environment: a literature review. **Disasters**, v. 46, n. 4, p. 928–945, out. 2022.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. 1º ed. Editora Paz e Terra, 2016, p.1-173.

SCOTELARO, M.; RAMOS, L.; TEIXEIRA, E. R. C. Acumulação por despossessão, novo imperialismo e neoliberalismo: notas sobre David Harvey e o Internacional. v. 46, p. 163–171, 2018.

DISCUSSÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A GEOMORFOLOGIA, AS CIÊNCIAS NATURAIS E O IDEALISMO ALEMÃO

Kesia Rodrigues dos Santos¹
Danilo Cardoso Ferreira²
Hugo Alves Godoi³

RESUMO

A geomorfologia geográfica tem sua gênese concomitante ao nascimento da Geografia e a Alemanha, sabidamente, é o berço dessa ciência e desse ramo do conhecimento. No entanto, o contexto dessa gênese, os precursores do pensamento geográfico, as bases epistemológicas da ciência geográfica ainda precisam ser melhor esclarecidas, inclusive adicionando pensadores de outras nacionalidades ao debate. Assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar que existem relações entre os fundamentos epistemológicos da Geografia, com foco na Geomorfologia e o contexto das Ciências Naturais e Filosofia no século XVIII-XIX. O principal recurso metodológico foi a pesquisa bibliográfica e como resultados tem-se algumas discussões referentes à obra e ao pensamento de Buffon são fundamentais para guiar essa busca pela epistemologia da Geomorfologia, dentre elas destacam-se as apresentadas a seguir. Sendo o primeiro deles referente ao método. Conclui-se também que a função da ciência geográfica é fundamentada a partir da noção de organismo teorizada por Kant, rompendo com os ideais newtonianos sobre experiência e natureza, possibilitando a construção e fundamentação da noção sistemática da natureza e sua sistematicidade da razão sobre ela mesma.

Palavras-chave: Ciências Naturais; Idealismo Alemão; Epistemologia da Geomorfologia.

ABSTRACT

Geographic geomorphology has its genesis concomitant with the birth of Geography and Germany is known to be the cradle of this science and this branch of knowledge. However, the context of this genesis, the precursors of geographic thought, and the epistemological bases of geographic science still need to be better clarified, including adding thinkers of other nationalities to the debate. Thus, the objective of this work is to demonstrate that there are relationships between the epistemological foundations of Geography, with a focus on Geomorphology, and the context of Natural Sciences and Philosophy in the 18th-19th century. The main methodological resource was bibliographical research and as a result there are some discussions regarding Buffon's work and thought that are fundamental to guide this search for the epistemology of Geomorphology, among which the ones presented below stand out. The first of which refers to the method. It is also concluded that the function of geographic science is

¹ Docente do curso de Geografia - UEG. Contato: kesia.santos@ueg.br

² Doutorado IG Unicamp. Contato: prof.daniloueg@gmail.com

³ Discente do curso de Geografia - UEG. Contato: hugo.godoi@aluno.ueg.br

based on the notion of organism theorized by Kant, breaking with Newtonian ideals about experience and nature, enabling the construction and foundation of the systematic notion of nature and its systematicity of reason about itself.

Keywords: Natural Sciences; German Idealism; Epistemology of Geomorphology.

INTRODUÇÃO

Os manuais tradicionais de História do Pensamento Geográfico localizam o nascimento da Geografia Moderna na Alemanha no século XIX, dando ênfase aos trabalhos de Humboldt e Ritter como precursores dessa ciência. Concordamos que tais pensadores/pesquisadores foram fundamentais para a constituição da Geografia enquanto ciência, concordamos que foi a Alemanha o berço da mesma. No entanto, entendemos que existe um contexto mais amplo que antecede esse período histórico e que deságua não só na constituição da Geografia Moderna, mas também no seu seio, a Geomorfologia.

A reflexão geográfica-geológica alemã dos séculos XVIII-XIX (até pelo menos os anos de 1890) fundamentou uma geomorfologia que antes de ser climática ou estrutural, compreendia o relevo como ambiente e ao mesmo tempo um meio epistemológico capaz de conectar sociedade e natureza, donde geram espacialidades e seus limiares, fundamento epistemológico tão importante para os dias atuais.

Destaque para o conceito geográfico de *Länderkunde* que permitia a delimitação de áreas contínuas da superfície terrestre, uma paisagem-região onde o pesquisador havia localizado por meio da observação e da descrição uma rede de relações e conexões entre os elementos naturais. Mais do que uma área hartshorniana, a premissa filosófica era de que a *Länderkunde* era uma subtotalidade na totalidade, onde as relações entre o local-regional-total eram dialéticas, dinâmica e processual.

Fica claro aqui que a discussão vai muito além da paisagem ou da região como elementos distintos, mas os processos e as dinâmicas de produção dos espaços são fundamentais para a compreensão do mesmo. Assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar que existem relações entre os fundamentos epistemológicos da Geografia, com foco na Geomorfologia e o contexto das Ciências Naturais e Filosofia no século XVIII-XIX.

Os desafios de se estabelecer os fundamentos epistemológicos da geografia, em

especial antes do século XVIII e XIX, estão presentes nos registros da geografia moderna, até porque é desafiador, justamente, por talvez buscar relacionar a compreensão da ciência hoje com a de períodos anteriores. O conhecimento geográfico durante o século XVIII não era tratado por geógrafos, e sim por médicos, naturalistas, filósofos como já se apresentou até nesse ponto da pesquisa (CAPEL, 1983). Importante destacar que a concepção epistemológica das ciências é construída a partir de escavações processuais na estrutura interna e externa na organização de seu conteúdo sistêmico e suas leis gerais. A geografia, a geologia e a geomorfologia não são diferentes desse contexto (LENOIR, 2003).

Horácio Capel (1983) afirma que o século XVIII é momento fundamental para a evolução da ciência geográfica. O conhecimento dado pelas viagens, lugares, continentes possibilitou um desenvolvimento sistêmico de uma ciência a princípio descritiva da Terra. A produção de enciclopédias como a de Diderot-D'Alembert (1751) é um bom exemplo do conhecimento sobre os lugares, os homens, a natureza e suas distintas formas estavam sendo coletadas, e a análise, analogia e proposições foram fundamentais para as ferramentas da evolução do conhecimento geográfico nesse contexto.

Massimo Quaini (1983) ao buscar uma construção da geografia moderna através dos vestígios do Iluminismo no século XVIII, destaca a “história natural” como uma nova ciência. Ciência está que teria em sua concepção estabelecer a relação sociedade-natureza, principalmente, pelos trabalhos de Buffon, em especial é citado o texto “Quando a força do homem dominou a força da natureza”. Em um fragmento, Quaini ressalta o contexto externo ao debate da nova ciência em formação, que merece a citação principalmente por apresentar o desenvolvimento científico e filosófico, paripassu a sociedade capitalista e industrial europeia:

Portanto, somente após aproximadamente trinta séculos, a força do homem unir-se à natureza e estendeu-se sobre a maior parte da Terra. Os tesouros de sua fecundidade, que permaneceram até então sepultados, são exumados pelo homem; outras riquezas, sepultadas ainda mais profundamente, não escaparam a suas pesquisas e se tornaram o prêmio de seus trabalhos (...) toda a face da Terra leva hoje a marca da força do homem, que embora subordinado à força da natureza, teve muitas vezes mais influência do que está, ou pelo menos, subjugou-a tão maravilhosamente, que, somente ajudada pelas nossas mãos, ela se desenvolveu em toda sua extensão e chegou gradualmente ao ponto de perfeição e de magnificência em que a vemos hoje (BUFFON, 1778 *apud* QUAINI, 1983, p. 57).

Os fundamentos da análise de Buffon parte de uma relação homem-natureza, ainda por trás de um debate panteísta, naturalista e etnocêntrico. Mas para Quaini (1983), através dessas premissas que a nova história natural formada no Iluminismo (Inglês, francês e alemão), com um conteúdo histórico social, histórico natural e ainda de uma centralidade humana, que se pode apresentar o desenvolvimento científico, filosófico e artístico do século XVIII e XIX. Ainda pode se destacar a contribuição de Buffon para os estudos de Rousseau quanto à exploração das montanhas europeias. Espaços culturais e políticos importantes na formação do pensamento e epistemológico das ciências naturais. Por isso, que Quaini (1983) indica o desenvolvimento epistemológico da geomorfologia tendo como base os programas de “história natural” desse século. No entanto, para o autor a origem teórica da geomorfologia, como uma ciência jovem, só ganha status e autonomia no século XIX quando consegue autonomia da geologia. Nesse sentido, o germe da geomorfologia se deu a partir da sistematização da história natural entre os séculos XVIII e XIX. Assim, como esse trabalho argumenta. É do desenvolvimento sistêmico entre as ciências naturais e da vida do século XVIII que identificamos então, as primícias da geomorfologia.

Quaini (1983) ao apresentar os conceitos de descrição da terra e história da natureza de Kant, ressalta que a base ou germe da geomorfologia, geologia, paleontologia, paleogeografia vindo da história natural e no debate filosófico kantiano; para o autor a geomorfologia em especial, já estaria “[...] mesmo antes do seu nascimento [...] ligada à história, na medida em que ela, mesmo em seus sucessivo desenvolvimento, representa um transfert dos métodos e da problemática da história” (BIROT, 1955, apud QUAINI, 1983, p. 63). Evidenciando assim, as características epistemológicas e históricas da organização da geomorfologia.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Timothy Lenoir (2003) no livro “Instituindo a ciência: a produção cultural das disciplinas científicas” nos oferece luz e caminhos a trilhar sobre a instituição da ciência como disciplina. A sua trajetória ao estabelecer uma leitura sobre a “produção cultural das disciplinas científicas”; o seu ponto de partida é de vários episódios históricos a partir da história das ciências, em busca de elucidar os fatores internos e externos na ciência, uma compreensão dos autores, das instituições, para assim, traçar instituir uma

epistemologia da ciência. De fato, para o autor a prática na sistematização e organização das ciências enquanto produtos culturais é permeada na própria trajetória de escrever, de produzir ciência.

Considerando esses fundamentos buscou-se realizar uma pesquisa bibliográfica com referências nacionais e internacionais, bem como a interpretação de relações entre os pensadores aqui discutidos e a relação deles com as raízes do pensamento geomorfológico.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA NATURAL EM BUFFON E A GÊNESE DA GEOMORFOLOGIA

Assim, é fundamental entender que os campos científicos (geomorfologia) são uma produção cultural, o que nos oferece trilhos para relacionar os aspectos históricos-epistemológicos da geomorfologia no contexto de desenvolvimento filosófico e científico das ciências do século XVIII-XIX; acrescentando o papel dos autores, das ideias, da circulação das ideias, mas também, das instituições políticas, econômicas, culturais no contexto da revolução industrial e da expansão imperialista na Europa.

Reynaud (1971 apud ABREU, 1978, p. 133) ao tratar da epistemologia da geomorfologia e a sua relação com a história, chega à seguinte conclusão: “A geomorfologia é, por seu domínio, uma ciência natural, embora por suas ideias e concepções seja uma ciência humana”. As concepções epistemológicas dadas pelo autor são indicadas a partir de um contexto filosófico em que Kant, Hegel e outros nomes consolidam as bases de uma ciência natural. No entanto, Abreu (1978), considera que as bases epistemológicas de Reynaud são insuficientes, por uma superestimação dos geomorfólogos franceses ao fundamento de uma epistemologia, em detrimento dos círculos “anglofônicos e germanofônicos” na origem da geomorfologia, por isso essa epistemologia seria insuficiente a tese defendida. Todavia, se apresenta como um caminho a ser conduzido pelos geógrafos na busca de um “caráter histórico e epistemológico” da geomorfologia também constituída pelo seu contexto político, econômico e cultural.

O “caráter histórico da geomorfologia” segundo Birot (1955) teria o seu “valor explicativo”, na formação da geomorfologia moderna através de um caminho pouco linear e progressivo; e que o ponto de partida seria na história natural de Buffon a Kant. Pode-se acrescentar ao caráter histórico e epistemológico da geografia física e da

geomorfologia, algumas questões já levantadas neste trabalho.

Algumas discussões referentes à obra e ao pensamento de Buffon são fundamentais para guiar essa busca pela epistemologia da Geomorfologia, dentre elas destacam-se as apresentadas a seguir. Sendo o primeiro deles referente ao método.

O método buffoniano constitui uma ciência das relações. Se a necessidade de observar rigorosamente os fatos não é um requisito específico de Buffon, por outro lado, para ele, o objetivo dessas observações é poder detectar constâncias e relações regulares por meio de comparações sistemáticas. Por meio disso, ele assume uma posição clara sobre a situação do conhecimento na história natural (NOUAILLES, 2016, tradução nossa).

A descrição da natureza dada pelos posicionamentos de Buffon, entre 1749-1778, associa os eventos históricos da terra e as definições dadas pela história da natureza. Essa história é fundamentada pelos fatores e condições materiais da própria totalidade da natureza, detentora de uma dinâmica, cujas diferentes formas seriam resultadas das transformações ao longo do tempo, gerando morfologias (VITTE, 2014).

A investigação da natureza, nesse contexto, traça uma metodologia científica, “[...] uma vez que a forma era produto momentâneo de uma dinâmica espaço-temporal, envolvendo uma teia complexa dada pela relação entre a história da natureza e as condições ambientais [...]” (VITTE, 2014, p. 4). A metodologia científica proposta por Buffon se mostra pela história da biologia em formação no final do Século das luzes, pela arte de imaginar e criar mundos, pelas evidências dos fatos históricos da história da terra, pelo o tempo e pelas metafísicas da natureza, inserindo também o intelecto vindouro de questões filosóficas que consolidaram uma nova consciência sobre a transição entre a história natural e a história da natureza, gestada entre as controvérsias filosóficas e científicas no fim do século XVIII nas universidades alemãs.

A Alemanha, por sua vez, é palco do avanço das ciências naturais no contexto do Idealismo Alemão, como pode ser visto no tópico seguinte.

IDEALISMO ALEMÃO, A FILOSOFIA E A ORIGEM DA GEOMORFOLOGIA

O Idealismo Alemão, movimento filosófico, surge a partir das ideias de Immanuel Kant. Já a geografia moderna, segundo Vitte (2006b, p.10), nasce a partir de

um vínculo e ao mesmo tempo de uma inseparabilidade e complementaridade entre ciência, teleologia da natureza e estética, cujo centro de discussão está ligado à metafísica da natureza e às reflexões de Kant sobre a natureza e a geografia.

Um primeiro significado de natureza, explicitado por Kant na Crítica da Razão Pura e nos Prolegômenos, é limitado por regras causais e objetivas. Avançando em seus pensamentos Kant afirma que se deve partir sempre do pressuposto da natureza enquanto um todo orgânico, que se sobrepõe às leis mecânicas. Existe uma primazia da natureza orgânica sobre a mecânica (SCHÜTZ, 2009). É essa visão de natureza, orgânica, que fundamentará os debates pós Kant.

Sob o olhar do Idealismo Alemão, ou o kantiano, a natureza é vista como um sistema (conceito sem ligação direta com a Teoria Geral dos Sistemas, ver definição a seguir), apesar de toda a sua heterogeneidade e múltiplas leis empíricas, mas o entendimento não seria o bastante para compreendê-la.

Quanto à definição de sistema, Kant diz que o sistema é a unidade dos diversos conhecimentos a partir de uma ideia (CRPu, B 860). Neste seu conceito, o sistema é um conjunto de elementos heterogêneos, articulados entre si por um determinado princípio (ou 'ideia'). Kant compreende este princípio ordenador em sentidos diferentes, conforme as referências do sistema, acima indicadas (isto é, os sistemas arquitetônicos e tabulares). Em ambos os casos, ele estabelece em geral um par de princípios para ordenar os elementos do sistema (SOUZA, 2015).

Conforme Vitte (2006b), assume-se a necessidade de uma pressuposição transcendental que permita a qualificação da natureza como um sistema. A natureza fundamentada na ideia de organismo parte da concepção de que a:

[...] finalidade natural existiria apenas quando as partes se relacionam com um todo e que ao mesmo tempo sejam causa e efeito de sua forma, de tal maneira que a ideia de organismo seja determinante da forma e da ligação de todas as partes em uma unidade sistemática, ou seja, o todo (Vitte, 2006b, p. 11).

Sendo assim, vê-se que a concepção kantiana sobre natureza parte do orgânico onde, mesmo fragmentado, é algo que trabalha em conjunto, a sinergia entre o ideal e o físico, chegando à metafísica que, segundo Vitte (2006b), é a base para a autenticidade de uma ciência da natureza.

Embora o organismo vivo da natureza física funcione conforme regulamentos determinados, este não pode ser regulamentado pela física e suas leis, tendo a necessidade de um tratamento guiado por uma finalidade (Santos, 1998 apud Vitte,



2006b). Mesmo atuantes conforme leis físico-químicas causais e mecânicas, o organismo e seus componentes carecem de uma concepção teleológica, se não, seriam reduzidos a cinzas em regimento apenas físico. A produção harmônica de racionalidade advém da natureza viva e das partes de seu organismo, trabalhando em conjunto para a formação do todo, o complexo natural. Nos ideais kantianos, a natureza “[...] tem uma unidade, cabendo ao Juízo apreendê-la, assim como a possibilidade de vincular a diversidade de espécies a alguns conceitos de gênero” (Keinert, 2001, p. 11 apud Vitte, 2006b).

De modo geral, concordamos com Vitte (2006b, p.11), que afirma que “o organismo e os órgãos que o compõem devem ser concebidos segundo uma teleologia, mesmo que atue segundo leis físico-químicas causais e mecânicas e não podem ser reduzidas a estas leis, pois se assim fosse, a harmonia do todo seria destruída”.

Entre o racionalismo e o empirismo, percebe-se que Kant compreende a natureza como um sistema empírico, sendo necessário o uso de um princípio do julgamento reflexivo, no qual apenas o particular é dado e o universal tem que ser encontrado, pois a caracterização sistemática da natureza não é deduzida de princípios a priori da natureza em geral (VITTE, 2006b). Para além da observação sistemática da natureza, é necessário realizar o julgamento e refletir sobre essa natureza, sendo assim a ideia a mediação entre o ser e a compreensão do ser. Dessa forma, tem-se que a natureza é um sistema e o todo, um conjunto de fenômenos, podendo ser ordenáveis e cognoscíveis exclusivamente pelo espaço e pelo tempo, sendo as facetas da sensibilidade material e irreal (VITTE, 2006a).

A Geografia física surge trazendo consigo alguns elementos que comprovam o sistema mecânico da natureza e como ele trabalha com seus diversos componentes do mesmo organismo, trazendo ainda argumentos teleológicos. A função da ciência geográfica que foi exposta é fundamentada a partir da noção de organismo teorizada por Kant, rompendo com os ideais newtonianos sobre experiência e natureza, possibilitando a construção e fundamentação da noção sistemática da natureza e sua sistematicidade da razão sobre ela mesma.

Como visto até agora, é a partir da filosofia kantiana, mais particularmente a partir dos Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza (1990) e da Crítica da Faculdade do Juízo (1999a) que a natureza passa a ser pensada metafisicamente e que



fundamentará o nascimento da geografia física moderna, particularmente as obras de Alexander von Humboldt (VITTE, 2006b, p.20). O que levará a importantes fundamentações no seio da geomorfologia geográfica, mas não sem antes considerar a influência que Goethe teve nesse processo de construção de uma nova ciência, a Geografia.

Goethe desenvolverá uma abordagem orgânica e sistêmica nos estudos da natureza, que garantirá a unidade da natureza na multiplicidade de seus fenômenos e objetos. Há uma constante mudança na natureza, responsável pela variedade de formas, pois a natureza é devir e também potência (VITTE, 2009). Aqui é possível refletir sobre como a natureza deveria ser compreendida.

Opondo-se a ideia de que a natureza dentro da Geografia deva ser vista como um objeto, um reflexo da modernidade e da aceleração espaço temporal, Vitte (2006b, p.21) argumenta que “a compreensão da natureza como objeto retira da mesma toda a historicidade e mais é como se na história da constituição da ciência geográfica e na formulação da teoria geográfica não houvesse a participação da natureza”. E segue afirmando que:

Outra implicação da concepção de natureza enquanto objeto é que esta consideração, assim como a de que a natureza trabalha com tempo longo, não considera para efeitos de análise a morfodinâmica, concepção que é uma herança goethiana e que Humboldt irá concebê-la como sendo o produto da dialética da geoesfera, ou seja, é ignorar a ação processual que dá vida e governa os objetos naturais e muitas vezes é responsável pela modelagem e funcionamento da paisagem atual (VITTE, 2006b, p. 21-22).

Essa concepção dinâmica e morfodinâmica da natureza colabora para uma compreensão mais ampla dos processos e fenômenos da natureza. Resgatar as bases do pensamento geográfico, e aqui, em especial, do pensamento geomorfológico possibilita uma visão de geografia mais próxima a sua identidade original.

Vitte (2006b, p. 24) resume bem essa ideia ao afirmar que “mais do que uma volta ao idealismo alemão e à Naturphilosophie, com a pressuposição de uma suposta harmonia homem- natureza, a premissa que partimos é a de que a harmonia deve ser uma construção e, portanto, urge a reconstrução filosófico-geográfica do que entendemos por natureza e por suas relações com a sociedade.

Essa breve contextualização demonstrou que para além de definir marcos de nascimento para uma ciência, é necessário, analisar os antecedentes e o fluxo filosófico

que desaguou na institucionalização dessa ciência. Com a Geografia não é diferente, existem muitas nuances a serem desveladas e trabalhos posteriores podem contribuir nesse intuito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia se institucionalizou no século XIX, mas suas bases epistemológicas já estavam sendo gestadas no século anterior. É a indicação de Buffon sobre a necessidade de se estabelecer um conhecimento sobre a história natural que representa um ponto importante para as ciências naturais nesse período, principalmente sobre a concepção de método buffoniano onde a natureza é concebida a partir de uma “relação” espacial e temporal. Em Buffon a natureza ganha um status epistemológico ao criar critérios de análises para a compreensão das multiformas da natureza a partir da relação tempo e espacialidades (região natural) para a distinção das formas e suas categorias.

Tal pensamento é para a Geomorfologia um aporte importante, mesmo que não haja uma relação direta entre a obra de Buffon e as origens conhecidas da Geomorfologia. Esse pensamento vai de encontro às bases teóricas da Geomorfologia ao se estabelecer a relação dos processos naturais e suas interfaces na superfície criando formas e determinando a caracterização do relevo. Assim, o relevo é produto dos processos dinâmicos produzidos numa relação temporal e espacial (geomorfologia regional). Lógico, que não queremos aqui dizer que Buffon foi um dos teóricos da geomorfologia do fim do XIX - mas é importante dar referência a relação epistemológica criada na análise de natureza do final do XIX como ponte e interlocução das análises sistêmicas do relevo produzidas neste contexto.

Então, a relação entre o pensamento de Kant, o Idealismo Alemão e o nascimento da Geografia apresentam uma relação mais estreita, uma vez que Humboldt, já consagrado como um dos pais da Geografia, está imerso nesse contexto e é envolvido pela circulação das ideias de natureza dada da influência alemã. Ainda assim, é necessário elucidar em que medida o pensamento kantiano influenciou o naturalista e explorador Alexander von Humboldt e toda a base metodológica e epistemológica da Geografia e também a Geomorfologia.



REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. A teoria Geomorfológica e sua Edificação: Análise Crítica. **Rev. IG, São Paulo**, 4(112):5-23, jan./, dez. 1983.

CAPEL, Horácio. **Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la Geografía**. Barcelona: Barcanova.

CAPEL, Horácio. Positivismo y antipositivismo en la ciência geográfica: el ejemplo de la geomorfología. **Geocrítica**, 1983.

LENOIR, Timothy. **The strategy of life: Teleology and mechanics in nineteenth century German biology**. Springer Science & Business Media, 1982.

LENOIR, Timothy. **Instituindo a ciência: a produção cultural das disciplinas científicas**. Universidade do Valle do Rio Dos Sinos, 2003.

NOUAILLES, Bertrand. Le Monstre : un concept stratégique dans l'Histoire Naturelle de Buffon. **Revue philosophique**, n° 1/2016, p. 41 a p. 58.

QUAINI, Massimo. **A Construção da Geografia Humana**. Trad. Liliana Laganá, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

VITTE, Antonio Carlos. A Geomorfologia Geográfica enquanto Produto das Relações entre a Estética e a Metafísica da Matéria. **B.goiano.geogr, Goiânia**, v. 29, n. 2, p. 41-56, jul./dez, 2009.

_____. A terceira crítica kantiana e sua influência no moderno conceito de Geografia física. **GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo**, n. 19, p. 33-52, 2006a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73989/0>. Acesso em: 19 jun. 2024.

_____. Metafísica, Natureza e Geografia: apontamentos para o debate sobre a Geografia Física Moderna. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 85, p. 7-27, 2006b. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/768/652>. Acesso em: 20 jun. 2024.

_____. A Physische Geographie de Immanuel Kant: descrição e história da natureza. **Confins**. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 22, 2014.

SCHÜTZ, Rosalvo. A Concepção Multifacetada de Natureza em Kant. **VERITAS**, Porto Alegre v. 54 n. 1 jan./mar. 2009 p. 238-256.

SOUZA, Luís Eduardo Ramos de. A concepção de sistema em Kant e Fichte. **Revista Studia Kantiana 18** (jun. 2015): 112-133

A GEOGRAFIA FÍSICA COMO CIÊNCIA HISTÓRICA: UM OLHAR A PARTIR DA CATEGORIA TEMPO NOS ESTUDOS DA NATUREZA

Cledson Mesquita Santos¹

RESUMO

O presente trabalho é produto de algumas reflexões teóricas que estão sendo desenvolvidas a partir de pesquisa para doutoramento cuja preocupação principal se concentra em torno dos debates sobre a pertinência da categoria tempo para os estudos da natureza em Geografia. Nesse sentido, parte-se de uma breve revisão bibliográfica sobre como a referida categoria veio sendo trabalhada neste campo do conhecimento, com recorte analítico privilegiando a Geomorfologia e a Climatologia. Considerou-se como procedimento metodológico a revisão da literatura, baseada na concepção de mapa da literatura e na relação entre os contextos históricos e epistemológicos em que essas concepções prosperaram. Por fim, defendemos que, diante da complexidade das paisagens e dos sistemas naturais, a Geografia Física possa ser considerada mais como uma ciência histórica, que privilegie as singularidades dos eventos e das paisagens, do que uma ciência puramente analítica.

Palavras-chave: Geografia Física, Tempo, Natureza, Paisagem.

ABSTRACT

The present work is product of some theoretical reflections that are being developed from doctoral research whose main concern focuses on debates about the relevance of the time category for nature studies in Geography. In this sense, we start with a brief bibliographical review on how the aforementioned category has been worked on in this field of knowledge, with an analytical focus on Geomorphology and Climatology. The literature review was considered as a methodological procedure, based on the conception of a literature map and the relationship between the historical and epistemological contexts in which these conceptions thrived. Finally, we argue that, given the complexity of landscapes and natural systems, Physical Geography can be considered more as a historical science, which privileges the singularities of events and landscapes, than a purely analytical science.

Keywords: Geografia Física, Tempo, Natureza, Paisagem.

¹ Doutorando em Geografia (POSGEO-UFBA). Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA. Contato: cmesquitabr@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao longo do desenvolvimento da ciência geográfica moderna, estabeleceu-se um interesse pelas paisagens e pela busca por uma unidade entre os fenômenos da natureza e da sociedade, essas demandas quase sempre passaram pela preocupação em lidar com duas categorias ontológicas essenciais: espaço e tempo. É de conhecimento geral os avanços do último meio século no pensamento geográfico quando se trata de tencionar epistemologicamente o espaço como categoria reverberando, inclusive, em outros conceitos e categorias a ele associados, como escala espacial, território, lugar, entre outros.

A questão do tempo como categoria geográfica apresenta um desenvolvimento distinto do espaço, especialmente no campo dos estudos da natureza em Geografia, denominado de Geografia Física. Esse campo apresenta, a nosso ver, ao menos três questões fundamentais que precisamos considerar aqui: a primeira, referente a um grande número de conceitos e categorias, concepções e procedimentos metodológicos emprestados de outras áreas do conhecimento, muitas vezes sem a devida contextualização histórico-epistemológica.

A segunda, vinda de um processo de fragmentação interna, que ampliou a especialização de suas subdisciplinas, como a Climatologia e a Biogeografia, a tal ponto que atualmente, considera-se, em alguns circuitos acadêmicos, que a Geomorfologia seja tratada como ciência autônoma, por exemplo. Vitte (2008) atribui tal processo de fragmentação interna à tecnificação e pragmatização do fazer ciência, especialmente a partir da segunda metade do século XX, bem como a própria formação das subdisciplinas geográficas, marcada entre outras coisas por: “(...) uma incompatibilidade entre a substância material e filosófica no momento de estruturação da geomorfologia e de outras disciplinas da geografia física.” (VITTE, 2008, p. 116).

Por fim, consideramos como uma terceira questão a retomada, no contexto da Geografia Física, especialmente a partir dos anos 1960, da busca por uma unidade entre os fenômenos da natureza, baseada numa pluralidade de perspectivas filosóficas, entre elas, a abordagem sistêmica. Esse movimento deve-se, entre outras coisas, ao

fortalecimento dos debates ambientalistas e ecológicos a partir deste período, bem como à crítica ao processo de fragmentação interna da geografia.

Nesse sentido, realizamos uma breve revisão bibliográfica sobre o tema, buscando compreender como a categoria tempo foi abordada na Geografia Física moderna, especialmente na Geomorfologia e na Climatologia. Não se trata de uma proposta de revisão ampla e generalista, mas uma revisão orientada a um debate específico, que perpassa por considerar a pertinência desta categoria na unidade do pensamento geográfico e a defesa de que o campo dos estudos da natureza na Geografia reconheça o seu caráter histórico, do ponto de vista epistemológico.

Num ambiente acadêmico cada vez mais caracterizado pelos marcos quantitativos de produtividade, pelo pragmatismo e pelo utilitarismo relacionados ao conhecimento produzido, apresentar uma reflexão essencialmente teórica de pesquisa é desafiador. Ainda mais se colocamos esse ambiente acadêmico em contexto histórico-geográfico, onde o mesmo claramente se configura como produto de uma sociedade cujas demandas foram artificialmente aceleradas pelos ritmos do capitalismo tardio, que se impõe como tempo-padrão da produção de tudo, inclusive, do conhecimento.

Nesse sentido, apresentamos a seguir alguns resultados da discussão aqui proposta e, ao final, algumas considerações provisórias a respeito da importância de se reconhecer as singularidades como marcas do tempo-espaço nas paisagens.

METODOLOGIA

A partir dos recortes propostos, procedemos com a revisão da literatura, seguindo da técnica de mapa da literatura que consiste numa representação gráfica das trajetórias teórico- conceituais da pesquisa, a partir da seleção de palavras-chave, da pesquisa bibliográfica exploratória e da organização do pensamento dos autores e autoras utilizados, relacionando-os com o tema central, bem como os conceitos e categorias a ele conectados (CRESWELL, 2010).

Entre as técnicas sugeridas para este procedimento, estão: 1) identificação de palavras- chaves; 2) busca e rastreamento de materiais e fontes de pesquisa; 3) estabelecimento de um número mínimo inicial de publicações; 4) realização de uma exploração inicial com produção de resumos/ fichamentos; 5) confecção de um mapa da literatura; e 6) síntese textual da revisão da literatura em si, organizando os conceitos

e categorias mais importantes e sugerindo ao final como o estudo em questão pode contribuir para a discussão central/objeto desta revisão.

As palavras-chave que nortearam a busca foram: Geografia Física, Tempo, Espaço-tempo. As ferramentas utilizadas foram: *Portal de periódicos*, *Google Acadêmico*; *Biblioteca Eletrônica Scielo*; *Portal de periódicos ReseachGate*; *Banco de dados acadêmicos ProQuest*.

RESULTADOS DA DISCUSSÃO

O avançar dos estudos sobre o tempo profundo na Geologia influenciou fortemente as concepções relacionadas à evolução das paisagens, bem como a própria abordagem aos estudos da natureza em Geografia. Willian Morris Davis é apontado como o primeiro a romper com a tradição fisiográfica na Geografia Física, a partir de suas preocupações com a gênese e o desenvolvimento das formas de relevo. O tempo davisiano, no entanto, era progressivo, irreversível e ordenado (curiosamente a partir de uma ciclicidade)². Na ausência de métodos de datação modernos à época, eram os ciclos erosivos e a análise das superfícies de aplainamento que davam suporte aos estudos geomorfológicos (CORRÊA, 2005).

O Ciclo de Erosão ou Ciclo Geográfico (*Geographical Cycle*) foi a primeira teoria que, além de inaugurar o arcabouço teórico da Geomorfologia como subdisciplina (ou disciplina?) que trata dos processos e formas do relevo, também introduziu a concepção de tempo como categoria fundamental para compreensão dos processos geomorfológicos. No entanto, Sposito (2004) afirma que uma das maiores lacunas na teoria de Davis estava justamente relacionada ao papel das forças exógenas, especialmente as de caráter atmosférico, na modelagem e dinâmica do relevo. Podemos afirmar que, em certo sentido, a teoria geográfica que introduziu a noção de tempo que passa, também ignorou a noção de tempo que faz, neste caso específico³.

² Novamente apresentamos aqui uma seleção de temas que não pretende ser comparada à trabalhos que refazem brilhantemente a trajetória epistemológica de construção do pensamento geográfico e também especificamente da Geografia Física, de maneira mais completa e acurada, como vemos em Vitte (2007); Sposito e Claudino (2022); Moreira (2015); Gomes e Vitte (2017); entre outros, só para citar alguns textos fundamentais publicados nos últimos decênios no Brasil.

³ O filósofo Michel Serres (1994) apresenta um esforço importante em discutir o tempo do ponto de vista filosófico e reclama sobre certo abandono progressivo das preocupações dos filósofos modernos com o “tempo que faz”, o tempo meteorológico, por assim dizer. O marco da modernidade cartesiana teria levado a este abandono, orientando as preocupações da razão filosófica para o “tempo que passa”, o

A visão davisiana sobre o tempo predominou na Geomorfologia até meados do século XX. As inovações tecnológicas e metodológicas do período do pós-guerra (geotecnia, paleoclimatologia, neotectônica, entre outras) contribuíram fortemente para que a concepção de tempo nesse campo da Geografia Física ganhasse complexidade.

A geógrafa Dirce Suertegaray (2022) nos lembra que a Geomorfologia herda da Geologia suas concepções sobre o tempo, reverberando numa delimitação temporal própria, baseada no Quaternário, já que registra-se na superfície terrestre a permanência de macro feições de relevo e condições geográficas e biogeoquímicas mais ou menos estáveis ao longo deste período até os dias atuais, inclusive no que se refere a ocorrência dos processos orbitais e terrestres relacionados aos movimentos e oscilações cíclicas do clima. Falaríamos, dessa maneira, em um tempo geomorfológico⁴.

Se comparado ao tempo geológico, essa última concepção de tempo acrescentaria, a nosso ver, um caráter mais humano, no sentido da escala, no entendimento dos processos formadores da configuração atual da superfície terrestre, com potencial para articulação da escala de processos geológicos relativamente recentes com processos morfoesculturais, relacionados ao clima e a dinâmicas das águas sobre a superfície, bem como a escala de atuação da dinâmica biológica e, ainda mais importante, a escala das relações sociais de produção e de poder que marcam o desenvolvimento da história humana até a expansão do capitalismo sobre quase toda a superfície da Terra.

Ainda que muitos autores se refiram mais comumente a (re) descoberta do tempo profundo (seta do tempo) nas Ciências da Terra, também a visão cíclica do tempo ganhou complexidade a partir da modernidade, com aprimoramentos cada vez maiores relacionados ao estudo de fenômenos como os ciclos tectônicos, os ciclos orbitais de Milankovitch⁵, os ciclos de Dansgaard-Oeschger⁶, os ciclos do El Niño Oscilação Sul

tempo cronológico. É nesse sentido que usamos esses termos aqui.

⁴ Thonrbury (1966) já afirmava que, de modo geral, poucas são as feições geomorfológicas na superfície terrestre que estejam relacionadas a processos que avancem ao Terciário (atual Neógeno), sendo as estruturas geológicas bem mais velhas que as formas do modelado da superfície terrestre atual. Autores como Aziz Ab'Saber deixaram importante legado sobre os estudos da geomorfologia no Quaternário, por exemplo.

⁵ Movimentos orbitais que o planeta realiza e que foram nomeados em homenagem ao astrônomo sérvio Milutin Milankovitch, criador da hipótese das oscilações orbitais da Terra e sua influência na variação da radiação solar e outros fenômenos a ela relacionados, como as mudanças climáticas históricas. Dentre os movimentos, temos a excentricidade do eixo de rotação, a precessão dos equinócios, a precessão apsidal no plano da elíptica, entre outros (CARVALHO, 2022).

(ENSO, em língua inglesa) e até mesmo a sazonalidade anual. Nesse sentido, também se complexifica a perspectiva multi escalar desses ciclos (AMORIN et al, 2017).

O geógrafo Antônio Carlos Corrêa (2006) defende a Geografia Física como ciência histórica, a partir do momento em que a mesma, segundo ele, não se apoiaria somente na experimentação laboratorial, trazendo consigo características comuns às disciplinas tidas como históricas, como parte da metodologia, a noção de causalidade, a predição, a complexidade, a observação, a comparação e estudos de campo, por exemplo. O autor também defende que a Geografia deve se preocupar também em estudar sistemas naturais de tempos pretéritos para comparar com os sistemas naturais atuais, bem como os processos e alterações envolvidos, através do tempo.

O tempo, contudo, é abordado pelo geógrafo supracitado como sinônimo de passado, uma espécie de “paleovariante” ou “paleocategoria”. Acreditamos que essa concepção é bastante pertinente, mas não deve ser a única maneira de se abordar a questão do tempo na Geografia. Outros autores trazem perspectivas que podem ajudar a enriquecer ainda mais tal abordagem, como veremos adiante. Apesar disso, as preocupações de Corrêa com o Geossistema enquanto um sistema dinâmico de alta complexidade são de grande valor e precisam ser levadas em consideração.

O tempo, quando se trata dos estudos sistêmicos na Geografia, foi de certa forma negligenciado como categoria, afinal, os sistemas foram tradicionalmente concebidos como contextuais, com o estado atual de seus arranjos sendo mais importante do que as forças e movimentos pretéritos que os organizaram:

A perspectiva sistêmica, de ênfase processual, representou então uma ruptura fundamental na compreensão do papel do tempo na modelagem dos eventos formadores de paisagem, ressaltando a necessidade de articulação entre escalas espaço-temporais adequadas aos fenômenos estudados. Surgem então modelos de evolução da paisagem com ênfase nas características e formas independentes do tempo (CORRÊA, 2006. P.40).

Doutra parte, o professor Ruy Moreira (2015) afirma que, na Geografia, os fenômenos e o arcabouço (conteúdo e continente) foram separados epistemologicamente. Desta forma, a noção de espaço-tempo passou a ser a de continente/ receptáculo. Para ele, a geografia regional francesa teria sido um dos exemplos mais paradigmáticos dessa perspectiva, onde perseguiu-se a unidade dos

⁶ Refere-se as fases interestaduais do ultimo ciclo glacial onde as temperaturas do planeta flutuaram numa amplitude de 5°C a 8°C num intervalo de tempo da ordem de 500 a 2000 anos (FERREIRA, 2002).



fenômenos tidos como naturais e sociais a partir do continente/ receptáculo espaço-temporal: a região.

Suertegaray (2022), aponta que o diálogo entre tempo e espaço nas ciências naturais, proeminentemente na Geologia e na Geomorfologia, se faz a partir do movimento do pesquisador na articulação das escalas de tempo (linearidade e ciclicidade; tempo da natureza e tempo da sociedade) e de espaço ao analisar os fenômenos específicos. Para a autora, é preferível que na Geografia se faça a realização de um exercício de articulação dessas escalas de abordagem nos estudos da natureza e da sociedade. Propondo desta forma uma interessante tríade como chave para este movimento: a natureza da natureza; o território da natureza e a natureza do território. A questão da escala e da relação entre natureza e sociedade novamente se impõe aqui.

Amorim e outros (2017) elencam ao menos duas noções de tempo essenciais para compreensão da evolução das paisagens, referindo-se prioritariamente aos processos geomorfológicos: o tempo cíclico, de curta e longa duração; e o randômico ou estocástico (ambos contidos no tempo profundo), apontando para uma relação unívoca das diferentes escalas e suas múltiplas determinações. Ao analisarmos as paisagens como acúmulo, torna-se mister levar em consideração que este acúmulo do tempo longo está muitas vezes embaralhado, realocado ou até mesmo apagado por eventos rápidos e de grande magnitude (espasmódicos) na paisagem. Para estes autores:

Apesar de constituir um dos pilares da análise geomorfológica, a escala de tempo tem sido pouco utilizada como paradigma norteador dos trabalhos de geomorfologia ambiental. A emergência dos problemas ambientais e a difusão da necessidade de conhecer, em maior profundidade, o meio no qual os seres humanos habitam tem levado a uma profusão de estudos em geomorfologia ambiental. Por outro lado, observa-se uma carência no aspecto metodológico no que concerne à definição do papel do tempo no entendimento dos processos envolvidos (AMORIM *et al.* 2017. P. 166).

Além disso, ainda nos referindo ao texto supracitado, o tempo não pode ser considerado como uma variável inequívoca e uni determinante na história das paisagens, pois a magnitude dos eventos também pode subverter as heranças deixadas nas mesmas. Ou seja, não parece ser possível relacionar o espaço-tempo diretamente as formas das paisagens sem avaliar outras variáveis, muitas vezes singulares. A partir desse raciocínio, o tempo seria considerado como uma variável passiva, segundo os autores, não adicionando nem matéria, nem energia (especificamente falando dos processos

geomorfológicos). Cabe analisar se outras perspectivas de tempo, Serres (1994), Moreira (2015), ou Morin (2021), podem mudar esse cenário na análise dos sistemas naturais. O tempo passa, mas também altera, lembremos!

Se colocarmos o contexto da auto-organização dos sistemas naturais, ou ainda a força muitas vezes avassaladora dos processos derivados das relações sociais de produção e de poder nesses sistemas, o tempo (e seus ritmos) poderiam ser considerados como variável ativa, conteúdo determinante dos fenômenos e processos? A própria Suertegaray, já citada aqui, aponta pistas importantes nesse sentido, como conceber e aprofundar a análise sobre a relação metabólica entre a natureza e a sociedade. Nos parece um caminho interessante a ser seguido.

Em outro texto, Suertegaray e Nunes (2001), por sua vez, falam de um “tempo que faz”⁷, referindo-se ao tempo dos processos naturais, mas também do fazer humano, cíclico, rítmico, oscilante, até episódico; e do “tempo que escoia”, o tempo do acúmulo das transformações, das marcas na paisagem. Para eles, o atual período de desenvolvimento da humanidade, de caráter científico-tecnológico, “produz objetos técnicos capazes de acelerar o tempo do fazer e, acelerando o tempo, modificam processos qualitativa e quantitativamente” (SUERTEGARAY; NUNES, 2001. p. 19).

Aqui temos outra questão fundamental no que se refere à superação de uma noção de tempo absoluto muitas vezes dominante na Geomorfologia (uma herança davisiana, talvez?) que concebe o passado como um dado separado do presente, enquanto que o “tempo que escoia” nos colocaria diante de uma paisagem como um contínuo de espaço-tempo. Por sua vez, o tempo que faz produz temporalidades na natureza e na sociedade. É justamente a dança rítmica dessas temporalidades que rege a história.

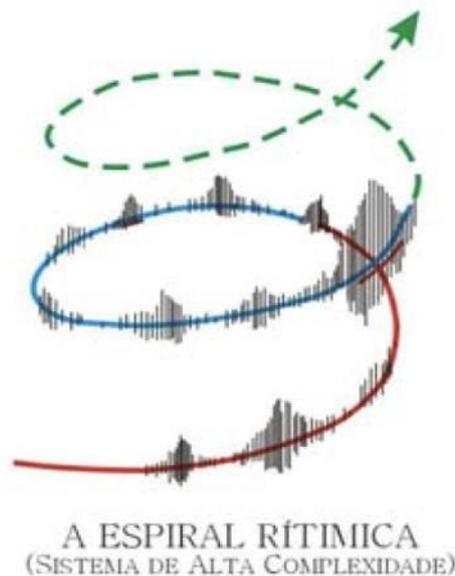
Essa polissemia e complexidade do tempo também é abordada brilhantemente por Monteiro (2001), que descreve a metáfora de Kronos (o tempo medido) e Kairós⁸ (o tempo vivido) na mitologia grega, para iniciar um importante debate sobre os ritmos. O referido mestre nos brinda no contexto deste debate com o seu conceito de espiral

⁷ Assim como em Serres (1994), filósofo com o qual Suertegaray dialoga.

⁸ Suertegaray (2022) faz referência a uma terceira concepção de base grega: Aión (ou Eon), o tempo eterno, sem medida, indeterminado. Interessante também notar que os “eons” Pré-Cambriano e Fanerozóico são os maiores recortes da Tabela Geológica do Tempo, sendo a base (de milhões e bilhões de anos) que contém os demais recortes da longa história da Terra.

ascendente rítmica (Figura 1), baseando-se, entre outras coisas, nos pensamentos do filósofo Martin Heidegger. Uma representação do tempo que se manifesta concomitantemente em seta e em ciclo. O autor também afirma que nos “damos conta da passagem do tempo através das coisas” (MONTEIRO, 2001, p. 140), tal assertiva chama a atenção de volta para a paisagem. Afinal, esta categoria parece se impor como condição essencial para um diálogo entre a Geografia e o tempo. Os objetos da paisagem e seus arranjos apresentam, desta maneira, forte conteúdo temporal.

Figura 1: Representação da Espiral ascendente rítmica.



Fonte: MONTEIRO, 2001

Stephen Gould (1991), desenvolve em sua obra uma bastante interessante sobre essa dualidade do tempo através da história do pensamento geológico especificamente. Para ele, seta e ciclo são perspectivas presentes em variados períodos do pensamento ocidental, das escrituras bíblicas ao florescimento da Geologia moderna. Contudo o acréscimo de Monteiro, dando ênfase a questão dos ritmos (ruídos, acidentes, oscilações, espasmos...) numa concepção conciliadora interessa muitíssimo aqui. Consideramos ser essa uma das mais potentes sínteses da representação do tempo nos sistemas naturais de alta complexidade que tivemos acesso até o momento: A espiral ascendente rítmica.

Outra dualidade do tempo apresentada por Monteiro é entre o tempo medido, como a sucessão de presentes ou o estado médio dos elementos da atmosfera; e o tempo vivido, a sucessão habitual dos estados médios da atmosfera (MONTEIRO,



2001). Novamente aqui a referência ao tempo que faz e a relação com as formas de percepção humana sobre o tempo meteorológico nos remete às reflexões de Serres (1994).

Em outra passagem do mesmo texto, Monteiro arremata:

Pela figura da espiral ascendente rítmica vislumbra-se a possibilidade de perceber-se que um tal dinamismo assume caráter de um sistema de alta complexidade, uma revelação relativamente recente na ciência e que requer mobilização de novas contribuições como a geometria fractal, energias dissipativas, teoria do caos, dentre outras aquisições. (MONTEIRO, 2001. P. 149).

Doutra parte, a geógrafa britânica Doreen Massey (1999), coadunando com a reivindicação feita aqui, analisa a possibilidade defendida por alguns autores da Geologia e da Geomorfologia de considerar estas e outras Geociências como ciências históricas, muito mais que teleológicas. Já vimos que também geógrafos como Antônio Carlos Corrêa (2006) defendem esta ideia para a Geografia Física, pois o tempo absoluto da física clássica não daria conta de explicar os processos naturais que, mesmo quando caracterizados por certa periodicidade se apresentariam com razoável singularidade, até mesmo ineditismo.

Afinal, ainda que existam os ciclos tectônicos, ciclos glaciais, orbitais ou fenômenos com pulsações bem mais curtas, como o El Niño Oscilação Sul, é importante demarcar que cada ocorrência de glaciação, cada (re)arranjo das placas tectônicas, cada episódio do ENSO possui as suas próprias características. Lembramos da importância de se considerar também a aceleração dos ritmos da natureza pela dinâmica do capitalismo recente (SUERTEGARAY, 2022) anteriormente citados, bem como endossamos a necessidade de acrescentar que o tempo do acontecer social é também histórico nesses termos.

Ainda no prólogo de uma de suas obras mais famosas⁹, o já citado biólogo evolucionista Stephen J. Gould destaca a importância das ciências históricas e a sua natureza singular:

A história subverte o estereótipo da ciência como um empreendimento preciso, desalmado, que priva a singularidade de qualquer complexidade e reduz tudo a experimentos de laboratório atemporais, repetíveis e controlados. **As ciências históricas são diferentes, não menores.** Os seus métodos são comparativos, nem sempre experimentais; elas explicam, mas geralmente não tentam prever; elas reconhecem o capricho irredutível que a história acarreta

⁹ O Sorriso do Flamingo.



e aceitam o poder limitado das presentes circunstâncias para impor ou inferir soluções ótimas (...). (GOULD, 1990. P. 5-6. **Negrito nosso**).

Haveria aqui uma ponte fundamental entre a Geografia Humana e a Geografia Física ao reconhecermos a singularidade histórica dos objetos naturais e sociais na paisagem. É o que defendemos no presente texto. O historiador alemão Reinhart Koselleck (2014), grande estudioso do tempo como categoria na História, afirma que: “O progresso é pensável e possível, pois o tempo, ao transcorrer como sucessão de singularidades, também libera inovações que podem ser interpretadas progressivamente” (KOSELLECK, 2014, p. 21).

O mesmo historiador afirma que a partir da modernidade, a história da natureza e a história das sociedades se separaram em campos distintos, desenvolvendo metodologias e arcabouço teórico próprios, uma nas ciências naturais, outra nas ciências sociais ou humanas. O mesmo não ocorreu com a Geografia, que ficou em situação “precária”, segundo ele, ao ser “forçada” a integrar tanto as ciências naturais, quanto as ciências humanas (KOSELLECK, 2014, p. 75). Koselleck via no espaço uma categoria negligenciada pela História, já afirmamos o seu oposto aqui: a negligência da Geografia com o tempo também cobrou o seu preço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O breve diálogo apresentado aqui é apenas uma modesta contribuição teórica que aponta para alguns caminhos possíveis. Trata-se, desta maneira, de pensar a Geografia Física como um campo do conhecimento que busque não somente a unidade entre forças e processos da natureza, baseando-se, muitas vezes, apenas na superposição dos mesmos. Mas que também costure sua unidade epistemologicamente através das histórias desses fenômenos e desses objetos na paisagem, do diálogo e da tensão de suas diferentes temporalidades que produzem novos arranjos ora de forma progressiva, ora de forma abrupta; ora em ritmo acelerado, ora manifestando lentidão. Numa dialética entre continuidade e ruptura, aceleração e atraso, que parece marcar o compasso das histórias tanto da natureza quanto da humanidade.

Perseguir as formas de operacionalizar esse diálogo nos parece ser uma questão de teoria e também de método. Dois desafios que se impõem aos geógrafos e geógrafas que dedicam-se aos estudos da natureza e que necessitam ser enfrentados o quanto antes.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Rodrigo. de F.; CORREA, Antônio C. de B; SILVA, Danielle G. da. Escala de tempo dos processos geomorfológicos. In: LOCATEL. C. D; FELIPE, J. L. A; SILVA, R. P. da (Orgs.). **A construção do saber geográfico no/ do Rio Grande do Norte**. Natal: SEDIS/ UFRN, 2017.

CORRÊA, Antônio Carlos de Barros. A geografia física: uma pequena revisão de seus enfoques. **RIOS–Revista da FASETE, Paulo Afonso, BA**, v. 1, p. 170-180, 2005.

_____. O geossistema como modelo para a compreensão das mudanças ambientais pretéritas: uma proposta de geografia física como ciência histórica. In: SÁ, A. J; CORRÊA, CRESWELL, John. W. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

GOULD, Stephen .J. **Seta do tempo ciclo do tempo: mito e metáfora na descoberta do tempo geológico**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____. **O Sorriso Do Flamingo: Reflexões Sobre História Natural**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOSSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Editora da PUC- Rio, 2014.

MASSEY, Doreen. Space-time, ‘science’ and the relationship between physical geography and human geography. **Royal Geographical Society** (with The Institute of British Geographers), N. 24, P. 261-276, 1999.

MONTEIRO, Carlos Augusto. F. **Geossistemas a história de uma procura**. São Paulo. Contexto, 2000.

_____. De tempos e ritmos: entre o cronológico e o meteorológico para a compreensão geográfica dos climas. **Geografia, Rio Claro**, v. 26, n. 3, p. 131-154, 2001.

MOREIRA, Ruy. A torre, o palimpsesto e a expropriação: olhando Tricart, Aziz Ab’Saber e Quaini pelos olhos da totalidade homem-meio. In: LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge Luiz. **Geografias: Reflexões conceituais, leituras da ciência geográfica, estudos geográficos**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2020.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São



Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2015.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

_____. **O Método 1: A natureza da natureza**. Portugal: Publicações Europa-América, 1977.

SERRES, Michel. **Atlas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

SPOSITO, Eliseu S.; CLAUDINO, Guilherme S. As manifestações da natureza na Geografia Física brasileira. In: SPOSITO, Eliseu S.; CLAUDINO, Guilherme S. (Orgs) **Teorias na Geografia II: Manifestações da Natureza**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

_____. **Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

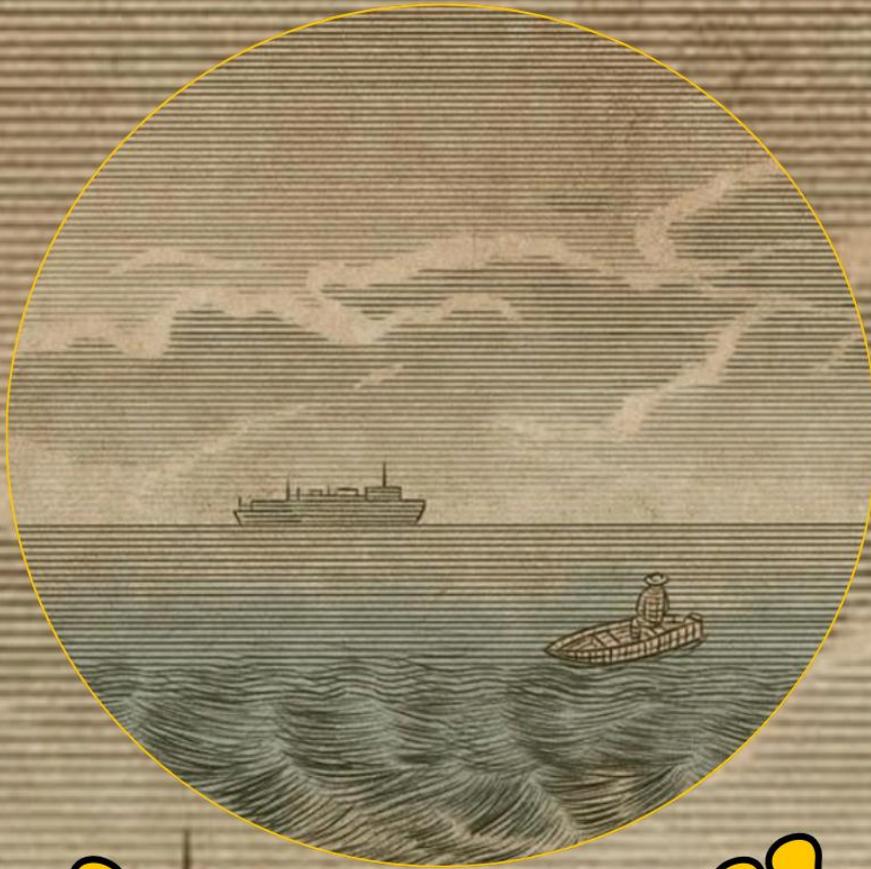
SUERTEGARAY, Dirce. O tempo que escoo e o tempo que faz: a natureza da natureza, o território da natureza e a natureza do território. In: SPOSITO, Eliseu S.; CLAUDINO, Guilherme S. (Orgs) **Teorias na Geografia II: Manifestações da Natureza**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

SUERTEGARAY, Dirce. M. A e NUNES, João Osvaldo R. N. A natureza da Geografia Física na Geografia. **Revista Terra Livre**. Paradigmas da Geografia. Parte II N. 17. P.11- 24, 2001.

THORNBURY, William D. **Principios de geomorfologia**. 2. ed. Buenos Aires, AR: Kapelusz, 1966.

VITTE, Antônio Carlos. Da ciência da morfologia à geomorfologia geográfica: uma contribuição à história do pensamento geográfico (there is a geographical geomorphology the morphology science and the geomorphology theory in the globalization). **Mercator**, v. 7, n. 13, p. 113 a 120-113 a 120, 2008

VI ENHC



IV ENGH

GRUPO DE TRABALHO (GTs) - N° 6
História da cartografia e das
representações geográficas

MAPAS PARA O INGLÊS VER: REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS TURÍSTICAS DO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX AO PRESENTE

Jörn Seemann¹

RESUMO

No início da década de 1990, J.B. Harley criticou a ausência de uma dimensão social na teoria cartográfica e fez um apelo por uma história social da cartografia. Ele fez alusão a um artigo de jornal sobre a omissão de favelas em mapas turísticos do Rio de Janeiro que deixam essas áreas em branco, em cores pastéis ou verde, sem mencionar os milhões de habitantes que vivem nesses lugares. Este artigo analisa mapas do Rio de Janeiro para viajantes e visitantes do século XIX até o presente, a fim de apontar o desenvolvimento e as mudanças de conteúdo, as mensagens gerais transmitidas pelos mapas, técnicas específicas de desenho e estratégias de exclusão. O banco de dados para este estudo consiste em mapas históricos obtidos de várias coleções de mapas no mundo. Conteúdos, técnicas e mensagens são comparados para obter noções sobre como as disparidades sociais do Rio de Janeiro são representadas no tempo e no espaço e como a imagem positiva de uma cidade sem pobreza é criada. Este estudo revela a seletividade geográfica dos cartógrafos, instituições editoras, valores dominantes e percepções na sociedade e as características persuasivas dos mapas turísticos para atrair um público específico (visitantes). Ler nas entrelinhas desses mapas contribui para os debates atuais sobre cartografias imaginadas, a produção de realidades de mapas e os impactos de espaços vazios e omissões em mapas.

Palavras-chave: Cartografia persuasiva, história de mapas, mapas turísticos, Rio de Janeiro, favelas.

ABSTRACT

In the early 1990s, J.B. Harley criticized the absence of a social dimension in cartographic theory and made a plea for a social history of cartography. He alluded to a newspaper article on the omission of favelas on tourist maps of Rio de Janeiro that leave these areas in blank, pastel colors or green without mention of the millions of inhabitants that live in these slums. This paper analyzes maps of Rio de Janeiro for travelers and visitors from the nineteenth century to the present in order to point out the development and changes of contents, the general messages transmitted by the maps, specific drawing techniques, and strategies of exclusion. The database for this study consists of historical maps retrieved from several map collections in the world. Contents, techniques, and messages are compared in order to gain insights into how Rio de Janeiro's social disparities are represented in time and space and how the positive image of a poverty-free city is created. This study reveals the geographical selectivity of the mapmakers, publishing institutions, dominant values and perceptions in society, and the

¹ Ball State University, Estados Unidos. Contato: jseemann@bsu.edu.



persuasive characteristics of tourist maps to attract a specific audience (visitors). Reading between the lines of these maps contributes to the current debates on imaginative cartographies, the production of map realities, and the impacts of empty spaces and omissions on maps.

Keywords: Persuasive cartography, map history, tourist maps, Rio de Janeiro, favelas.

INTRODUÇÃO

Um ano depois da publicação do seu artigo impactante sobre a desconstrução de mapas (HARLEY, 1989), J.B. Harley lançou, em resposta aos seus críticos, outro ensaio sobre epistemologias e abordagens na história da cartografia em que acusa a ausência de uma dimensão social na teoria cartográfica e faz um apelo para uma história social da cartografia (HARLEY, 1990). Entre os vários exemplos para ilustrar seus argumentos está uma referência a um artigo do jornalista James Brooke da New York Times sobre as favelas do Rio de Janeiro:

Um passeio pela Índia do Rio começa onde os mapas terminam... Apagadas das mentes dos ricos, a maioria das favelas não aparece nos mapas da cidade. De fato, muitos mapas pintam Santa Marta de verde pastel, sugerindo talvez que o morro, lar de 10.000 pessoas pobres, é um parque. (BROOKE, 1990, tradução nossa).

Harley afirma que os mapas da metrópole brasileira raramente vão além dos “tons monótonos da cartografia urbana” e “não estão na escala humana, não falam nem da qualidade dos edifícios nem da vida humana” (HARLEY, 1990, p. 5). Para Harley, este exemplo mostra o “silêncio da cidade do cartógrafo” (HARLEY, 1990, p. 5), levando em consideração que

mapas são frequentemente inadequados como uma forma de ver (...) base da moralidade do mapa; eles são a estrutura da ética cartográfica. Quando fazemos um mapa, não é apenas uma substituição metonímica, mas também uma declaração ética sobre o mundo. Como os cartógrafos podem ser complacentes sobre uma situação em que o mundo começa onde os mapas terminam? (HARLEY, 1990, p. 6, tradução nossa)

Harley aplicou sua abordagem voltada a silêncios e segredos a mapas históricos "mais antigos" para documentar discursos políticos, tensões diplomáticas, reivindicações territoriais e relações de poder. Em seu trabalho, não há muito escrito sobre material mais recente e como os mapas concretamente podem ser argumentos e imagens que proclamam a sua neutralidade objetiva, usando as palavras de Denis Wood e suas reflexões sobre como pensar e repensar o poder dos mapas (WOOD, 1992, 2010). Mapas não são



imagens do mundo, mas produzem e moldam imagens (HARLEY, 1990) para veicular determinadas visões de mundo. Eles tentam persuadir o leitor. Judith Tyner (1974), em meados dos anos 70, introduziu o termo cartografia persuasiva que pode ser definido como "mapas destinados principalmente a influenciar opiniões e crenças — enviar algum tipo de mensagem — em vez de comunicar informações geográficas objetivas" (Marshall, 2019).

Neste contexto, o objetivo deste artigo é apresentar uma breve análise sobre silêncios e segredos (HARLEY, 1988) em mapas do Rio de Janeiro para visitantes e turistas. Onde estão as favelas/áreas atingidas pela pobreza? Como elas são retratadas e rotuladas nos mapas? Como as disparidades sociais do Rio de Janeiro são representadas no tempo e no espaço e como a imagem positiva de uma cidade sem pobreza é criada? Ao arbitrariamente decidir o que se inclui ou omite nos mapas, os cartógrafos seguem raciocínios e desejos de visibilizar ou invisibilizar lugares (STICKLER, 1990) e representar “espaços sanitizados” em cores homogêneas (BLACK, 2000, p. 116), espaços faz-de-conta “para inglês ver”, fachadas de lugares como as aldeias Potemkin na Rússia czarista. O mito da expressão “para inglês ver” muito provavelmente remete ao século XIX (entre 1830 e 1888), no contexto da escravidão no Brasil, quando o governo do Segundo Reinado, sob a pressão dos abolicionistas britânicos, aprovou leis contra a escravidão que apenas existiam no papel, mas não na prática, para dar a impressão de que o Brasil desistiu do comércio de escravos. O uso atual do termo é para “quaisquer situações em que se quer ‘manter a fachada’ perante o ‘outro’, que poderia reagir hostilmente se soubesse da verdade. A ideia básica é que as regras formais podem ser burladas na medida em que o ‘outro’ não percebe” (FRY, 1982, p.17).

Neste estudo foram obtidos mapas históricos de várias coleções de mapas no mundo, a maioria delas em formato digital: Biblioteca do Congresso Americano, Biblioteca Nacional do Brasil, Biblioteca da Sociedade Geográfica Americana (AGS) e a coleção particular do autor deste artigo.²

² Links para todos os mapas são informados nas notas de rodapé. Uma bibliografia dos mapas citados foi incluída no fim deste texto.

MAPAS “PARA O INGLÊS VER”

Estudar mapas turísticos do Rio de Janeiro requer algumas reflexões preliminares e envolve alguns desafios. Primeiro, o que são mapas turísticos? Onde se pode traçar a linha entre uso geral e turismo? Evidentemente, o turismo só se tornou uma atividade significativa no século XX. Isso significa que os mapas do Rio de Janeiro do século XIX foram produzidos em um contexto diferente. Portanto, como representações seletivas, apenas visualizaram o que o autor ou as autoridades consideraram importante ou relevante. Segundo, os mapas não são objetos autônomos, mas inseridos em contextos e eventos históricos mais amplos. No caso do Rio de Janeiro, eles estão inseridos na história do planejamento urbano do Rio de Janeiro e no surgimento das favelas. Terceiro, os mapas turísticos, especialmente os mais recentes, são efêmeros: muitos são parte de um guia e facilmente disponíveis e descartáveis. Eles são usados e depois jogados fora. Além disso, a data de produção e outras informações podem estar faltando.

Em seguida serão apresentados alguns exemplos de mapas de épocas e contextos diferentes, dos tempos coloniais e das reformas urbanas e o surgimento de favelas à era do turismo no século XX.

A “Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro/levantada por ordem de S.A. Ro. Príncipe Regente Nosso Senhor no anno de 1808, feliz e memoravel epoca da sua chegada a dita cidade” (1812) representa o Rio de Janeiro em 1808, o ano da chegada da corte portuguesa no Brasil.³ Embora não seja voltado ao turismo, o mapa revela detalhes sobre o ambiente físico da antiga capital e mostra um povoado de tamanho modesto cercado pelas águas da Baía de Guanabara, pântanos e florestas e um número considerável de morros simbolicamente e artisticamente indicados através de hachuras.

Nas décadas seguintes, os mapas do Rio de Janeiro mostraram claramente o crescimento urbano e a presença dos monolitos graníticos que tanto caracterizam a paisagem da cidade. No mapa “Planta do Rio de Janeiro: A Capital do Brasil” de Eugène de la Michellerie (1831)⁴, áreas da cidade são codificadas por cores, e a

³ <https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41109>

⁴ <https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/36221>

localização e representação dos morros são menos arbitrárias. Copiando o estilo e elementos dos mapas coloniais, pode-se ver um guerreiro indígena robusto apoiado no cartucho do título com uma palmeira no fundo para indicar a tropicalidade do lugar.

Três décadas mais tarde, ainda em tempos pré-turísticos, mas já com uma produção de literatura para viajantes, os mapas do Rio de Janeiro ganharam uma aparência mais moderna, como no caso da “Nova planta da cidade do Rio de Janeiro”, publicada pela Editora Laemmert em 1864.⁵ O topo do mapa aponta para o oeste, áreas urbanas são representadas em vermelho e morros principais são identificados por hachuras e seus nomes. Diferente dos seus antecessores, o mapa inclui um índice de nomes de ruas, praças, igrejas e prédios públicos em forma de um L da margem superior da esquerda ao canto inferior da direita.

O início do século XX no Rio de Janeiro foi marcado por dois processos significativos: o desenvolvimento urbano e a ocupação de áreas nos morros antes desabitadas. Inspirado pelos planos de renovação urbana de Haussmann na França, o prefeito Pereira Passos queria converter a cidade em uma Paris tropical. Esse plano começou com o alargamento de avenidas e a demolição dos cortiços, habitações densamente povoadas com saneamento precário e higiene precária – viveiros perfeitos para doenças, como ilustrado no mapa “Cartogramma da febre amarella (durante o anno de 1895) na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Sanitario Federal” (1896),⁶ que mostra os casos de febre amarela na cidade. Pontos pretos indicam casos confirmados e estão concentrados nas áreas de cortiços do centro do Rio, semelhante ao mapa quase clássico do médico escocês John Snow sobre a ocorrência da cólera em Londres em 1854.

Partes da população do Rio de Janeiro estavam lentamente subindo os morros da cidade, também devido ao fato de que após a infame Guerra de Canudos no Nordeste do país entre 1895 e 1898, quando tropas federais exterminaram a comunidade religiosa utópica do visionário Antônio Conselheiro, soldados empobrecidos invadiram a cidade e acabaram construindo moradias nos morros. Existem diferentes teorias sobre a origem da palavra favela (Ferreira, 2009), mas a história mais comum é que favela se refere a uma planta com o mesmo nome, muito comum no Nordeste do Brasil.

⁵ <https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/38959>

⁶ <https://www.loc.gov/item/2012593125/>

A primeira favela foi o Morro da Providência, na área central do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005). No entanto, apesar da ocupação em suas encostas, os morros ocupados como Providência, Santo Antônio, Quinta do Caju, Mangueira e Serra Morena, todos criados no fim do século XIX, apareciam como áreas em branco em mapas como na “Planta da cidade do Rio de Janeiro contendo todos os melhoramentos mandados executar pelo Governo da União e Prefeitura Municipal” de 1911.⁷ Neste mapa, o Morro da Providência só existe como um nome. Aqui, um novo elemento é introduzido no desenho que confere um caráter mais turístico e comercial à representação: em grandes letras vermelhas semelhantes ao tamanho do título do mapa, a marca de cerveja brasileira Brahma é anunciada: “Bebam as excellentes cervejas Brahma. Ainda... e sempre na ponta”.

O turismo no Rio de Janeiro aumentou nas primeiras décadas do século XX, de modo que houve uma demanda considerável por mapas da cidade para orientação e navegação. Os mapas se tornaram mais pictóricos, dobráveis e informativos para oferecer o melhor aos visitantes, como no exemplo do mapa turístico “Carte touristique de la ville de Rio de Janeiro: la capitale des Etats Unis du Brésil”, publicado em São Paulo em 1937, mas com textos em francês (figura 1).⁸ O mapa colorido com um cartucho ornamental indica conexões de viagem por barco e avião e mostra os morros, em tonalidades vivas de verde, que cercam a cidade como uma ilustração em 3D, enquanto as áreas urbanas permanecem como uma superfície plana em cor-de-rosa com as ruas principais. No verso, há um mapa rodoviário do Distrito Federal (Guanabara), imagens de atrações turísticas e uma lista de representações diplomáticas e casas de câmbio.⁹

Em 1961, o Departamento de Turismo e Certames do Governo do Estado da Guanabara lançou um mapa bilingue (português e inglês) com impressão na frente e no verso.¹⁰ Os morros, ocupados ou não, são visualizados como manchas borradas em tons marrons em contraste com a geometria das áreas urbanas cinzentas com suas ruas retas. A frente do mapa tem uma clara divisão entre os corpos d’água, a cidade e a serras

⁷ <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/39787>

⁸ <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27366>

⁹ <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27373>

¹⁰ <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27200> (frente);
<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27208> (verso)

que limitam essas áreas. Morros e favelas dentro do perímetro urbano aparecem como manchas verdes discretas sem nome. Os números no mapa indicam a localização das atrações turísticas que são identificadas nas margens da esquerda e direita. O verso do mapa fornece uma mensagem do governador eleito do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda (“dando boas-vindas aos visitantes cordiais”), e informações sobre a história do Rio de Janeiro, opções de passeio, agentes de viagens, companhias aéreas, bares e boates.

Figura 1: Carte touristique de la ville de Rio de Janeiro: la capitale des Etats Unis du Brésil (1937)



Fonte: Biblioteca Luso-Brasileira. Disponível em <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27366>

Os mapas turísticos da segunda metade do século XX não apenas omitem relações sociais, mas também simplificam conteúdos e espaço, como no caso do mapa turístico editado pelo Touring Clube do Brasil por volta de 1974.¹¹ O mapa é esquemático, carece de conteúdos mais profundos e serve apenas para situar a pessoa na

¹¹ <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27367>

cidade e identificar as artérias de tráfego para as principais atrações, enfatizando o verde da paisagem dos morros ao oeste da cidade que, com a sua cor saturada, ofuscam a área urbana.

Nas décadas seguinte, mapas do Rio de Janeiro são mais formais e menos lúdicos e pictóricos como o mapa turístico oficial de 2013, em preparação para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, impresso frente e verso com um mapa do centro da cidade e arredores e a Zona Sul com suas praias no verso.¹² Neste mapa, um fundo de vegetação de árvores falsas é usado para localizar os morros. Nomes de muitos morros foram incluídos, mas apenas aparecem como simples áreas preenchidas com uma estampa de árvores. O foco está nos turistas e como se locomover na cidade. Destacam-se, em tonalidades vivas de amarelo, uma tabela com os preços médios para corridas de taxi (“sujeito a alteração a partir do mês de Junho de 2013”), uma lista de companhias de taxi (inclusive para cadeirantes) e uma planilha informando quais as linhas de ônibus para viajar de um lugar específico (por exemplo, Lapa) para outro (por exemplo, Copacabana).

Finalmente, afirma-se que mapas como os exemplos acima estão ficando cada vez mais raros no século XXI devido à transição do papel ao meio digital, que, ao mesmo tempo, permite uma melhor navegação e a ampliação e redução de imagens e atrofia o sentido de orientação e localização. Mapas como o “Rio L’Open Tour”,¹³ que mostra as rotas para passeios turísticos, são degradadas a meras ilustrações e são resquícios de uma era de leitura de mapas de uma forma “manual”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mapas do Rio de Janeiro brevemente discutidos neste artigo se caracterizam pela sua diversidade e poder simbólico. Pode-se identificar elementos específicos de acordo com contexto socioeconômicos de cada época e mudanças distintas do século XIX ao presente, tanto a respeito das técnicas de representação como nos conteúdos dos mapas. Portanto, cada mapa mantém a sua personalidade e singularidade, transmite um determinado discurso e merece uma análise mais profunda.

¹² RIOTUR (2013). Mapa da coleção particular do autor.

¹³ https://riomap360.com/carte/image/en/hop_on_hop_off_rio_de_janeiro.jpg

Ler nas entrelinhas de mapas exige muita paciência e tempo e pode contribuir para os debates atuais sobre cartografias imaginadas, a produção de realidades cartográficas e os impactos de espaços vazios e omissões em mapas. Quando você não está no mapa, você não existe. Foi assim que muitas associações de favelas se sentiram quando reclamaram do silêncio cartográfico nos mapas turísticos oficiais em 2017. A RIOTUR, a secretaria de turismo da cidade, justificou sua decisão com base em razões técnicas e no fato de que os turistas têm uma ideia seletiva do Rio que não deixa espaço para os morros, mas prometeu incluir as favelas em edições futuras (BITTENCOURT, 2017). O exemplo do Rio de Janeiro, como um caso entre milhares de outros, mostra que há muitos silêncios e segredos nos seus mapas, intencionais ou não, que geram uma imagem sobre a cidade.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Julinho. Riotur tira as favelas dos mapas turísticos do Rio de Janeiro. **Revista Fórum**, 11 de Setembro, 2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2017/9/11/riotur-tira-as-favelas-dos-mapas-turisticos-do-rio-de-janeiro-22921.html>. Acesso em 30 jul. 2024.
- BLACK, Jeremy. **Maps and politics**. London: Reaktion Books, 2000. 188 p. BROOKE, James. A most unlovely slum. *The New York Times*, 15 de Maio, 1990.
- FERREIRA, Alvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, v.14, n.828, 2009. Disponível em <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-828.htm>. Acesso em 30 jul. 2024.
- FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 135 p.
- HARLEY, J.B. Silences and secrecy: the hidden agenda of cartography in early modern Europe. **Imago Mundi**, v.40, p. 57-76, 1988. <https://doi.org/10.1080/03085698808592639>.
- HARLEY, J.B. Deconstructing the map. **Cartographica**, v.26, n.2, p. 1-20, 1989. <https://doi.org/10.3138/e635-7827-1757-9t53>.
- HARLEY, J.B. Cartography, ethics, and social theory. **Cartographica**, v.27, n.2, p. 1-23, 1990. <https://doi.org/10.3138/c211-1512-0603-xj14>.
- MARSHALL, Hannah. Persuasive cartography: an interview with map collector PJ Mode. **JSTOR Daily**, 19 de Agosto, 2019. Disponível em: <https://daily.jstor.org/persuasive-cartography-an-interview-with-map-collector-pj-mode>. Acesso em 30 jul. 2024.
- STICKLER, P.J. Invisible towns: a case study in the cartography of South Africa.

GeoJournal, v.22, n.3, p. 329-333, 1990. <https://www.jstor.org/stable/41144999>

TYNER, Judith. Persuasive cartography. **Journal of Geography**, v.81, n.4, p. 140-144, 1974. <https://doi.org/10.1080/00221348208980868>.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204 p.

WOOD, Denis. **The power of maps**. New York: Guilford Press, 1992. 248 p.

WOOD, Denis. **Rethinking the power of maps**. New York: Guilford Press, 2010. 335 p.

Mapas citados (ordem cronológica)

Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro: levantada por ordem de sua Alteza o Príncipe Regente Nosso Senhor, no ano de 1808. [S.l.]: [s.n.], [18--?]. 1 planta, col., 26 x 48cm. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41109>.

Michellerie, E. de La. **Planta do Rio de Janeiro [A Capital do Brasil]**. Rio de Janeiro, RJ: Lithographia de Steinmann, 1831. 1 planta, litografia, aquarelada, col., 35,8 x 47cm. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/36221>.

Nova planta da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Laemmert, 1864. 1 mapa, col., litografado, 45,5 x 62,2cm. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/38959>.

Regasoli, J.C. **Cartogramma da febre amarella (durante o ano de 1895) na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Sanitario Federal, 1896. 1 mapa, 60 x 78cm. Escala: 1:21.000. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2012593125>.

Planta da cidade do Rio de Janeiro, contendo todos os melhoramentos mandados executar pelo Governo da União e Prefeitura Municipal. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1911. 1 mapa, col., 46,8 x 39,9cm. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/39787>.

Carte touristique de la ville de Rio de Janeiro: la capitale des Etats Unis du Brésil. S. Paulo [São Paulo, SP]: Lith. Ypiranga, [1937?]. 1 planta, col., 53 x 43cm. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27373> (frente com informações turísticas e mapa do Estado da Guanabara) e <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27366> (verso com mapa do Rio de Janeiro).

Guanabara. Departamento de Turismo e Certames. **[Mapa turístico da cidade do Rio de Janeiro]**. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Departamento de Turismo e Certames, 1961. 1 planta, col., 46 x 63cm. Escala 1:50.000. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27200> (brochura na frente); <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27208> (mapa no verso).

Touring Club do Brasil. **Rio de Janeiro: mapa turístico**. Rio de Janeiro: Touring Club do Brasil, [ca.1974]. 1 planta, col., 32 x 44cm. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27367>.

VI ENHC



IV ENGH

VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

IV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

TRAVESSIAS, INTERCÂMBIOS E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

15 a 18 de Outubro de 2024

Reitoria do IFBA | Salvador - BA

ISBN: 978-65-01-30418-2

RIOTUR. **Mapa do Rio** [Mapa turístico oficial]. [Rio de Janeiro: RIOTUR], 2013. 1 planta, col. 62 x 91cm.

Rio L'Open Tour. [**Mapa do ônibus turístico Rio L'Open Tour**]. Disponível em: https://riomap360.com/carte/image/en/hop_on_hop_off_rio_de_janeiro.jpg.

A NOÇÃO DE DESCOBRIMENTO COMO ÓTICA DE UM ESPAÇO ABSOLUTO: RAZÕES E VISÕES DE MUNDO NO ALVORECER MODERNO

Bruno Zambianchi Rey¹

RESUMO

Mais do que representações de um referente anterior, imagens geográficas produzem novas naturezas de espaço, estruturam modos de conceber mundos e de neles existir. Uma análise das linguagens visuais dos diferentes espaços-tempos históricos, considerando seus aportes ideais e materiais, dá acesso à geografia imaginada e ao espaço subjetivo de cada realidade social. É nesse sentido que as seguintes reflexões se debruçam sobre aquilo que por muito foi considerado princípio do olhar geográfico moderno: os atos de “descobrimento”. As consecutivas investidas ultramarinas que anunciaram a modernidade, inicialmente pelo alcance dos impérios coloniais ibéricos, deram força à composição de uma imagem estável e geométrica da globalidade, e também moldaram os axiomas do próprio pensamento científico. Esse processo não se fez possível sem mobilizar um amplo aparato tecnológico de quantificação, que envolvia as abstrações matemáticas, os instrumentos métricos e astrais, a cartografia náutica, a cosmografia e a iconografia. Através de uma semiótica das técnicas gráficas, o intuito é demonstrar como a imagem quantitativa da forma terrestre, montada a partir das descobertas do renascimento, começou a erguer uma cosmovisão universal do mundo ocidental e cristão. Haveria, segundo tal hipótese, uma continuidade entre a geografia dos descobrimentos modernos e a concepção de espaço absoluto que, não muito depois, foi iconizada nas leis da física clássica.

Palavras-chave: descobrimentos, geografia renascentista, imagética, razão cartográfica

ABSTRACT

More than representations of a previous referent, geographic images produce new spatial natures and structure ways of conceiving worlds and existing in them. Analyzing the visual languages of different historical space-times, considering their ideal and material intakes, provides access to the imagined geography and the subjective space of each social reality. It's in this sense that the following reflections seek to lean over what has long been considered as the principle of modern geographic gaze: the acts of “discovery”. The consecutive overseas efforts that announced modernity, initially through the reach of the iberian colonial empires, gave strength to the composition of a stable and geometric image of globality, and also shaped the axioms of scientific thought itself. This process was not made possible without mobilizing a broad technological apparatus of quantification, which involved mathematical abstractions, metric and astral instruments, nautical cartography, cosmography and iconography. Through asemiotics of graphic techniques, the purpose

¹ Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Contato: brunozrey@gmail.com.



is to demonstrate how the quantitative image of the terrestrial form, assembled from the discoveries of the renaissance, began to create an universal cosmivision of the western and christian world. Under this hypothesis, there would be a continuity between the geography of modern discoveries and the conception of absolute space that, not long after, was iconized in the laws of classical physics.

Keywords: discoveries, renaissance geography, imagery, cartographic reason

INTRODUÇÃO

O conceito histórico e historiográfico de descobrimento (da África, das Índias, da América) já foi largamente criticado por essencializar a preexistência e a unidade de um mundo que, em realidade, é fruto de produções e significações desenvolvidas junto ao processo colonial. Atribuir identidades geográficas fixas aos espaços “descobertos” – a exemplo de como as epistemologias ocidentais segmentaram a *oikoumene* em partes de mesma natureza e mesmo peso ontológico (os continentes) – foi um dos mecanismos mais empregados por essa terminologia para construir uma história monolítica da evolução social e humana, angulada ao ponto de vista hegemônico e contada como uma trama magnífica de superação tecnológica e difusão da civilidade (O’GORMAN, [1958] 1995, p. 50-54). Entretanto, a despeito de sua consolidação teórica, considera-se que essa crítica ainda pode ser complexificada em seu entendimento espacial, principalmente através de uma valorização da dimensão visual no estudo das sociedades descobridoras da alta modernidade. Quais imagens de mundo foram indispensáveis a essas sociedades na produção dos atos e da cultura de descobrimentos? Quais modelos espaciais circulavam no imaginário geográfico dos atores integrantes desse contexto?²

Para responder às inquietações, este trabalho se dedica a interpretar a geohistória dos descobrimentos a partir de teorias da visualidade, considerando o papel social dos mapas, dos aparelhos métricos, dos instrumentos náuticos, do saber livresco e de outras linguagens mobilizadas na construção de um retrato global da mundialidade. Nessa perspectiva, as abstrações geográficas erguidas pelo regime técnico dos descobrimentos não abarcam somente o universo documental e gráfico, mas também

² Este trabalho é resultado de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo nº 2023/00451-4).

as instâncias cognitivas – levando em conta que imagens materiais produzem e são produzidas por imagens mentais. Os sujeitos articulados no movimento, assim, não são meros espectadores do visual; estabelecem, de efetivo, uma reciprocidade analógica com o conhecimento imagético e suas tecnicidades (BELTING, [2002] 2014, p. 56-59). Verá-se que, além de constituir um princípio medular da própria lógica científica ocidental, a noção de descobrimento, desde suas manifestações iniciais na subjetividade renascentista, tem sido elementar para a edificação da noção modernade espaço físico, cuja natureza é a uniformidade cósmica, quer dizer, a capacidade de acumular coisas e tempos numa matriz de pura equivalência geométrica.

A ÉTICA DESCOBRIDORA E O DISCURSO DO PROGRESSO UNIVERSAL

No nível mais imediato dos deslocamentos marítimos, antes de seu embelezamento pelos cronistas, os descobrimentos refletem experiências mediadas pelos saberes da marinharia e da pilotagem, frequentemente marcadas por uma atmosfera de insegurança, e realizadas sob condições precárias (MATOS, 2000, p. 1-9). Mas a narração das estratégias de superação dessas dificuldades seria exatamente a matéria-prima de humanistas e artistas (dos quinhentistas aos contemporâneos) para produzir uma “consciência épica” dos processos de achamento e conquista, com aderência especial no mundo ibérico (CORTESÃO, 1941, p. 13). Desde os primeiros ânimos gerados pela traçagem costeira da Guiné coordenada pelo infante D. Henrique, depois nos retornos triunfantes de Cristóvão Colombo e Vasco da Gama com as novas do Oriente, e também na circunavegação de Magalhães, instaurou-se com crescência nas monarquias peninsulares – e no escopo de toda a Europa cristã – uma série de saberes escritos e visuais dedicados a contar a história das descobertas como uma sucessão de aperfeiçoamentos técnicos e morais. Dentre esses, emergiu a moda de eleger e canonizar os homens descobridores, além da inscrição definitiva das crônicas de descobrimento como mitos fundacionais no imaginário político. Já no fechar dos quatrocentos se fez sentir uma obsessão narcísica dos saberes coloniais por sua própria natureza heurística, construída através da exaltação da cultura e do espírito de descobrir.

O que aqui se procura analisar não responde necessariamente ao caráter narrativo

e local das expedições náuticas. Interessa como a noção de descobrimento foi consolidada ao longo do tempo enquanto categoria humana, e como essa noção é característica de uma epistemologia e uma leitura específica da mundialização moderna. A partir de uma perspectiva transversal, pode-se ver como a ideia de descoberta geográfica está inserida num longo movimento de naturalização de pressupostos retroativos da ocidentalidade:

“Descobrir” supõe uma proeza ou ato individual no qual alguém, em um momento específico, vê ou encontra algo que ninguém havia visto antes; supõe também que o objeto descoberto existia como tal, em si mesmo, antes e independentemente de seu descobridor. [...] A noção de descobrimento também tem sido essencial na construção da ideia de ciência moderna, a qual, por sua vez, tem sido definitiva na concepção da Europa ocidental como centro e motor da história. (NIETO OLARTE, 2013, p. 4, tradução nossa)

Ou seja, há uma sinergia entre a lógica de descobrir e os motos empiricistas de vitória sobre o desconhecido que emergem nas visões neoestoicas da Europa cristã do Renascimento, e se desdobram no decorrer das ditas revoluções científicas. O descobrimento do NovoMundo – a fenda espaço-temporal aberta inconscientemente por Colombo – cumpriu e ainda cumpre a função de paradigma inaugural dessa nova racionalidade, que deveria em seu tempo marcar a superação definitiva da escolástica e das verdades clássicas (mesmo que a partir das mesmas), e a instauração de um conhecimento produzido a partir da experiência direta da natureza observável (ARREDONDO; BAUER, 2019, p. 11). Nos valores desse discurso, os pilotos e cosmógrafos do albor moderno carregam equivalências com os conquistadores, guerreiros e cavaleiros da fé: são todos modelos de figuras heroicas que avançaram as fronteiras ecumênicas da razão. Tendo em vista que a história do saber científico moderno corresponde a progressivos atos de descoberta, a plenitude desses sujeitos deriva da glória atribuída à busca pelo conhecimento, ou à propulsão homérica de revelar o incógnito (CARVALHO, 1941 p. 507; CAÑIZARES-ESGUERRA, 2005, p. 67-68).

Daí vem o lugar tão privilegiado dos descobrimentos nas teorias históricas etapistas, ou no que se pode chamar de evolucionismo socioantropológico – e que se mostra igualmente geográfico, pelo autoridade que certas visões de espaço exercem na justificação de superioridades técnicas e ráticas entre as sociedades. A epistemologia ocidental permaneceu fascinada com a engenharia naval e com os instrumentos

mecânicos dedicados à medição terrestre e à orientação astral – em essência, todos os aparatos tecnocientíficos que possibilitaram a prática e o espírito das descobertas –, e essa autoexaltação ajudou a distorcer o aspecto local desses saberes em marcos de progresso que responderiam por toda a humanidade. As proezas de descobrimento aparecem, portanto, como grandes atestados de uma existência liberta das amarras terrenas, exemplos do “conhecimento técnico [que] tornou possível aos seres humanos cruzarem os continentes como as aves” (TUAN, [1977] 1983, p.85). Essa condição universal do homem pleno, emancipado por suas próprias descobertas, também implicou por reflexão a diferenciação cívica entre os grupos sociais: sociedades de descobridores (ou sociedades científicas) se caracterizariam por uma complexidade que as afastaria das sociedades primitivas, sendo a história de suas técnicas contada como um sucedimento linear de vitórias sobre as lacunas da razão objetiva.

Deve ser cada vez menos inédita a percepção de que a ideia de descobrimento é nevrálgica na reprodução das sociedades científicas ocidentais; ela é um axioma da cosmovisão moderna, e cumpre os critérios filosóficos da definição moderna de conhecimento. Respectivamente pela função que essa ideia cumpre enquanto evidência de uma evolução técnica da humanidade, pelas fronteiras que ela promove entre o iluminado e o incógnito (geográfica e epistemologicamente), e pela glorificação por ela conferida aos ditos grupos e sujeitos pioneiros, pode-se afirmar que o paradigma da descoberta está atrelado à “visão universal de história associada à ideia de progresso”, à “naturalização ou ontologização das [...] separações próprias da sociedade [científica]”, e à “necessária superioridade dos saberes que produz essa sociedade (ciência) sobre todo outro saber” (LANDER, 2005, p. 20, tradução nossa). Se o descobrimento é a abertura espacial propiciadora do trânsito colonial, isto é, a origem do espaço mundializado criado para “conter” a trama da evolução universal do homem, então ele é também um fundamento indispensável na transmissão unilateral de conhecimento que caracteriza as relações coloniais; um movimento “imposto por uma obrigação inevitável: um ato de salvação que legitima o emissor e redime o receptor.” (LAFUENTE, 2012, p. 10, tradução nossa). Ser descoberto (ser conquistado, ser evangelizado, ser racionalizado) se torna um favor piedosamente concedido àqueles que, sem essa outorga, seriam inexistentes. De acordo com a ética descobridora, a

expansão das instituições, dos cânones e de toda a bolha ecumênica ocidental faria parte de um desdobramento natural, e, de forma simplificada, seria a Europa – ou melhor, uma série de “Europas” em disputas internas – o berço moral das outras partes do mundo.

UM MUNDO LEGITIMADO PELA MENSURAÇÃO

É o que isso tudo significa e presume espacialmente? Pode-se começar essa reflexão retomando um dos quesitos primordiais de um descobrimento: a predefinição do espaço não-descoberto. A intenção de achar e registrar coisas novas, afinal, só surge sob a presunção de que as coisas “estão lá” para serem encontradas – o que já é uma suspensão considerável, reveladora de um modelo específico de espacialidade. Não é ocasional que o desenvolvimento dos motos sociais do descobrimento marítimo se sobrepõe à difusão dos tratados clássicos de matemática, geografia e cosmografia, reapropriados e reinseridos pelas escolas herméticas da Renascença numa nova ordem epistêmica – e inevitavelmente em novas razões cartográficas. A partir daí, olhar geométrico e olhar divino começaram a se confundir para montar a imagem de uma forma terrestre harmônica, que se não era já absolutamente esférica, era no mínimo assimilável pela calculia (BROC, 1986, p. 218-221; CROSBY, 1997, p. 101-109).

Essas abstrações ou visões prévias do conjunto mundial passaram, ainda nos quatrocentos, a afetar a produção de conhecimento, os diálogos institucionais e os regimentos das práticas oficiais de conquista. O Tratado de Alcáçovas-Toledo (1479-80), que inaugurou o uso de linhas geodésicas para a delimitação de jurisdições territoriais e de direitos de exploração, reservando à Coroa portuguesa as terras da Guiné e, por convenção, todo o espaço marítimo a sul do paralelo traçado sobre o Cabo Bojador, bem como seus notórios retificadores, a bula papal *Inter caetera Divinae Majestati* (1493) e o Tratado de Tordesilhas (1494), que cravaram a divisão meridional de um mundo ainda não-descoberto entre as Coroas de Portugal e Castela – não esquecendo de como esse meridiano oscilante foi continuado em 1529 pelo Tratado de Saragoça – são exemplos da consolidação de uma fé na estabilidade do espaço global. Mesmo que constantemente violadas, vagamente precisadas, e completamente maleáveis entre os imaginários geográficos, essas linhas – e, em maior

importância, as lógicas de espaço que permitiram traçá-las – demonstram uma “[...] confiança na homogeneidade da superfície do mundo”, além da ambição de “cortar o mundo de uma maneira que fosse precisa em teoria, e não muito depois precisa de fato” (CROSBY, 1997, p. 106, tradução nossa). O meridiano de Tordesilhas, apesar de sua difícil demarcação pelos métodos cosmográficos da época, não tardou a exigir uma espacialização disputada nos portulanos e nas tábulas cosmográficas, sendo empurrado de uma direção a outra por razões que misturavam o mítico e o empírico. Saindo da bidimensionalidade dos pergaminhos, a linha foi um signo básico para a fabricação de alguns dos primeiros globos terrestres em miniatura (BRENDENCKE, [2009] 2012), p. 143).

Ao ponto da separação entre o Velho e o Novo Mundo, a imagem geométrica da ordem global ocupava uma posição renovadora na burocracia, na diplomacia e no funcionamento das máquinas imperiais da Europa ocidental. As sociedades dinásticas cristãs encontraram na engenhosidade dos aparelhos de mensuração um discurso eficiente para justificar o globo como forma universal, esta que então passou a modelar as prioridades das elites intelectuais, atestando uma nova maneira de produzir saber e fazer política. É o que sugere o muito analisado óleo de Hans Holbein, ilustrador da corte inglesa no tempo dos Tudor (Figura 1). A pintura retrata os diplomatas franceses Jean de Dinteville (à esquerda) e Georges de Selve (à direita), enviados a Londres no contexto das desavenças entre a corte de Henrique VIII e a autoridade santa sé romana. Sobre as prateleiras em que os diplomatas se apoiam, repousam múltiplos instrumentos das artes liberais, em sua maioria de geometria e cosmografia: diferentes relógios, dispositivos de medição, livros impressos, um alaúde de cordas rompidas, uma caixa de flautas e dois orbes (um terrestre e outro celeste) (DEKKER, 2007, p. 135). Na parte inferior há um *memento mori* anamórfico, pintado em perspectiva totalmente distinta do restante da composição. A interpretação leva, dentre outros caminhos, à simbolização de “um mundo [...] apanhado entre as certezas religiosas do passado e a excitação política, intelectual e comercial de um presente em constante mutação” (BROTTON, [2012] 2014, p. 97), um mundo que assistia simultaneamente ao estabelecimento de uma nova razão ótica e à estruturação de uma nova ordem divina – no caso, aquela enraizada no estoicismo da ética protestante.

Figura 1: “Os embaixadores”, de Hans Holbein, o Jovem (1533) óleo sobre carvalho em 207x209,5cm).



Fonte: The National Gallery, Londres (domínio público). Disponível em: <https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/hans-holbein-the-younger-the-ambassadors>.

Todo o instrumental técnico dos descobrimentos (os astrolábios, os quadrantes, os diários de bordo, os roteiros marítimos, as cartas-roteiro e suas derivadas cartas-portulanos e cosmografias) opera sobre um espaço astral e terrestre que se assume homogêneo, contínuo e estático, por ser mensurável com rigor – mesmo que as técnicas fossem constantemente contestadas e reformuladas. A admissão de uma geografia universal, que se constituiu a partir da releitura renascentista dos postulados euclidianos e ptolomaicos, cresceu intimamente ligada a uma crença na capacidade de objetivação dos dispositivos métricos, e é possível dizer, com a noção desses valores, que as sociedades de descobridores se reproduziram sob a “suposição velada de um mundo objetivo no qual novas técnicas, repetíveis e transmissíveis, seriam sempre exitosas.” (HARLEY, 1988, p. 65, tradução nossa). O processo de descobrir reflete precisamente os momentos em que tal regime tecnológico, dito sublime em sua precisão, foi capaz de assimilar os espaços possíveis de um universo em dilatação. Na visão do desbravamento marítimo, por exemplo, os aparatos de descrição e medição moveram uma vitória da razão técnica sobre o espaço intempérico:

Os navios eram fisicamente móveis, fortes e duráveis só enquanto ficassem dentro dos invólucros gerados por roteiros e cartas. Ou, para dizer de outro jeito, eles só não eram perturbados pelo ambiente externo se fossem capazes de transferir aquele ambiente para dentro de si, sob a forma de cartas, roteiros e outros (LAW, 1984, p. 243, tradução nossa)

É vital a função da razão cartográfica nessa transferência, porque todo o desejo deregistrar o descoberto, de trazê-lo à existência, parte de um fetiche de equivalência entre a grafia e a materialidade: as cartas “carregam” o espaço, e de certa maneira “são” o espaço; extraem o conteúdo de um lugar e o levam inalterado para outro. A grande vantagem semiótica da cartografia material nos atos de descobrimento – englobando todas as formas de grafia espacial, das mais oficiais às menos disciplinadas – seria a qualidade de configurar objetos “emissários” (LAW, 1984, p. 234, tradução nossa) ou “inscrições móveis” (LATOUR, 2015, p. 30), isto é, signos que transitam sem perder a fidelidade, e que então são lidos por seus referentes não como abstrações, mas como transcrições literais da concretude.³

O contato entre técnica e matéria na epistemologia dos descobrimentos mostra-se quase sempre positivo, e não há nela uma separação clara posta entre o espaço técnico (aquele, por exemplo, que é tecido na lógica matemática e cartográfica) e o espaço material; ambos são reafirmações experienciáveis de um único espaço possível. Esse princípio de equivalência não é um reflexo nítido das sociedades da época – os pressupostos de um espaço geométrico ocupavam mais os debates teóricos de cosmógrafos e matemáticos do que o cotidiano dos marinheiros –, mas seguramente se pode concluir que a cultura de descobrir exige, socialmente, a matrização de um espaço com propriedades específicas. A saber, trata-se de um espaço cuja existência é dada, externa e independentemente da consciência, e que, em todas as suas

³ Nos termos dados por John Law (1984), a função emissária é exercida por pessoas (autoridades delegadas) e também por objetos, divididos em textos ou documentos (nos quais se inserem as cartas náuticas) e dispositivos (que contemplam todo o arsenal mecânico das viagens). A qualidade comum desses objetos é a de serem acessíveis a grupos letrados e assimilados, duráveis e móveis o suficiente para aguentar o percurso metrópole-colônia. Em termos bem derivativos, Bruno Latour (2015) cunhou o conceito de *móBILE* para explicar os meios visuais bidimensionais (cartas, escritos, gravuras, mapas, roteiros, tabelas) que são produzidos a partir da necessidade de estabelecer redes duradouras de poder à longa distância: “as ‘coisas’ têm de ser capazes de aguentar a viagem de retorno sem definir. Mais requisitos: as ‘coisas’ que você junta e deslocar tem de ser apresentáveis de uma só vez para aqueles que você deseja convencer e que não foram lá” (p. 7). Ambos os autores atribuem a eficácia desses artefatos à confiança social em sua acurácia representativa.

manifestações novas, é perfeitamente cognoscível, legível e passível de ser compactado num registro correspondente.

A ORIGEM DE UMA OUTRA RACIONALIDADE GEOGRÁFICA?

Assim se abre margem para dizer que há consonâncias entre a lógica espacial dos descobrimentos e a gnose de um espaço absoluto. Em outras palavras, o que se observa é a ascensão social e cognitiva de uma visão geográfica investida em sobrepor espaço físico e espaço métrico, em reduzir suas próprias complexidades para espacializar um substrato de posições fixas e escalas regulares (LÉVY; LUSSAULT, 2003, p. 325-239; OLIVA, 2018, p. 25-32). Essas consonâncias, inclusive, indicam que os preceitos da descrição cosmográfica antecederam o estatuto científico do espaço absoluto pela física galileana e newtoniana (COSGROVE, 2008, p. 17). O mito da iluminação de uma totalidade ecumênica, já no alto medieval, começou de modo difuso a tomar a feição esférica e fixa de um orbe, e serviu de propulsor dos movimentos de descobrimento. Se por um lado não se pode falar, a esse ponto, de uma convergência completa entre as visões de mundo dos descobridores e as abstrações geométricas, por outro não se pode negar um vetor importante, cuja presença se fez sentir nas primeiras ressonâncias renascentistas: a compartimentação do espaço como recipiente universal das coisas. Ora, a espacialidade dos descobrimentos é preparada para agregar o desconhecido, quaisquer que sejam suas “morfias”; é mediante a incorporação do não-descoberto que a *oikoumene* se afirma e propaga. Sob essa condição, o que seria a ideia de descoberta geográfica se não a ontologia positiva do espaço enquanto um

vazio preexistente, dotado apenas de propriedades formais [...], um continente esperando ser preenchido por um conteúdo. De acordo com esse retrato das coisas, [...] conteúdo e continente são *indiferentes* um ao outro e, assim, não oferecem nenhuma diferença apreensível. Qualquer coisa pode entrar em qualquer configuração de lugares no continente. Qualquer parte do continente pode receber qualquer coisa. (LEFEBVRE, [1974] 1991, p. 170, tradução nossa, itálico do autor)

Aquilo que aproxima a noção de descobrimento de uma geografia absoluta é a necessidade de previsão de uma forma global, assumida como estável e minimamente uniforme para comportar tudo que se venha a conhecer. As leis de um espaço constante,

imóvel e alheio à matéria, que se consolidariam com o assentamento da física clássica, podem ser entendidas como parte de um processo mais amplo, de uma ordem social que já cultivava em alguma medida os valores da absolutez. E ao que parece, a cultura técnica e gráfica dos descobrimentos marítimos é uma peça-chave na propagação desse tipo de nexos geográficos.

A historicidade do espaço absoluto, contudo, não pode automatizar uma leitura laicizante das mudanças cosmológicas inerentes às transformações do renascimento, mesmo que muitas das interpretações humanísticas apontem para a estruturação de uma ciência dissociada das prospecções de fé. Não se trata de ignorar as particularidades do raciocínio científico que caracterizam o processo moderno, mas de questionar o discurso insistentemente positivo conforme o qual as descobertas foram milagres originários de uma nova razão empírica, ou marcos inaugurais inquestionáveis da modernidade. Um aspecto raramente admitido por essa leitura é a permanência profunda de noções ecumênicas das Cruzadas, dos métodos de saber da escolástica clerical, e de toda a atmosfera apocalíptica e milenarista que impulsionou as expedições descobridoras. Vê-se que, em rompimento com as expectativas racionalistas, “os descobrimentos para ocidente, durante muito tempo considerados como [...] o princípio de uma verdadeira sensibilidade universal, aparecem agora aos historiadores como tendo sido produto [...] igualmente de uma visão do mundo embaraçosamente ‘medieval’” (SUBRAHMANYAM, 2012, p. 119). A consciência de uma mundialidade unitária não surgiu separada da filosofia teológica, e em muitos casos os princípios físicos de um espaço absoluto foram evocados como manifestações da onisciência de um ente criador. Nessa intersecção, as matrizes abstratas que sustentavam o pensamento geográfico e cartográfico correspondiam a um plano divino, uma instância paradisíaca que antecedia e então projetava, por meio das mãos de Deus, a perfeição do mundo sensível (FARINELLI, 2019, p. 20-21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas as críticas e os conflitos epistemológicos, não seria pertinente presumir um desuso do achamento ou descobrimento enquanto categoria analítica. O que se deve ter em mente são as provisoriiedades de suas múltiplas semânticas. Ao longo dos últimos debates, essa categoria se mostrou um discurso que opera sobre o conhecimento

científico, ou melhor, que se proclama a fonte irradiadora desse conhecimento (inclusive é tal princípio de glorificação que une a linguagem dos cronistas, humanistas e naturalistas dos quinhentos e a dos cientistas humanos das Luzes). Mas por debaixo das anacronias – se é que é possível delas escapar – permanece o significado do descobrimento como uma parte vital do vocabulário renascentista, incorporada aos protocolos náuticos e cosmográficos, à historiografia, ao âmbito jurídico; e também como uma cosmovisão consideravelmente absoluta de espaço, emergente da neoescolástica, que não demorou a encontrar as demandas da imperialidade marítima e foi, ao contrário do que colocam as perspectivas empiricistas, congruente ao juízo religioso e profético. O “descobrir” é assim imersivo – ainda que de forma pouco transparente – da cosmogonia de uma cristandade colocada nos limites nada certos do advento moderno, e dá acesso à geografia particular da visão seus atores. Essa categoria, por consequência, não deve indicar uma condição universal do conhecimento, do homem racional ou do espaço por ele supostamente domado, mas sim a ótica de uma ordem social específica, um modelo espacial relativo que produziu e delineou as subjetividades geográficas ocidentais.

REFERÊNCIAS

ARREDONDO, Jaime Marroquín; BAUER, Ralph. (ed.) *Translating Nature. Cross-Cultural Histories of Early Modern Science [eBook]*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019. 385 p.

BELTING, Hans. [2002] *Antropologia da imagem*. Para uma ciência da imagem. Lisboa: Krym+Eaum, 2014. 319 p.

BRENDECKE, Arndt. [2009] *Imperio e información: Funciones del saber en el dominio colonial español*. Madri: Iberoamericana Vervuert, 2012. 596 p.

BROC, Numa. *La géographie de la Renaissance: 1420-1620*. Paris: Comité des Travaux historiques et scientifiques, 1986. 258 p.

BROTON, Jerry. [2012] *Uma história do mundo em doze mapas [eBook]*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 274 p.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Iberian Colonial Science. *Isis*, v. 96, n. 1, 2005. p. 64-70. <https://doi.org/10.1086/430679>.

CARVALHO, Joaquim de. A contribuição portuguesa para o progresso humano,

condicionada pela actividade descobridora e colonizadora. Em: BAIÃO, António; CIDADE, Hernani; MURIAS, Manuel (dir.) **História da Expansão Portuguesa no Mundo**. Lisboa: Ática, 1941.p. 488-508.

CORTESÃO, Jaime. Relações entre a geografia e a história do Brasil. As raças em presença. A colonização: síntese dum mundo novo e duma idade nova. A administração central: arrendamento e exploração das costas; capitânias de terra e mar; donatárias e governo geral. Em: BAIÃO, António; CIDADE, Hernani; MURIAS, Manuel (dir.) **História da Expansão Portuguesa no Mundo**. Lisboa: Ática, 1941. p. 7-30.

COSGROVE, Denis. **Geography and Vision: seeing, imagining and representing the world**. Londres e Nova Iorque: I. B. Tauris, 2008. 256 p.

CROSBY, Alfred W. **The measure of reality: quantification and Western society, 1250-1600**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 245 p.

DEKKER, Elly. Globes in Renaissance Europe. Em: WOODWARD, David (ed.). **The History of Cartography (Volume 3): Cartography in the European Renaissance**. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2007. p. 135-173.

FARINELLI, Franco. **La crisi della ragione cartografica**. Torino: Piccola Biblioteca Einaudi, 2019. 249 p.

HARLEY, John Brian. Silences and secrecy: the hidden agenda of cartography in early modern Europe. **Imago Mundi**, v. 40, 1988. p. 57-76. <https://doi.org/10.1080/03085698808592639>.

LAFUENTE, Antonio. Los confines de la representación: colonias y legos de la ciencia. Em: LAFUENTE, Antonio (org.). **Las dos orillas de la ciencia. La traza pública e imperial de la Ilustración española**. Madri: Fundación Jorge Juan e Marcial Pons Historia, 2012, p. 9-27.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. Em: idem (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 9-38.

LATOUR, Bruno. Cognição e visualização: pensando com olhos e mãos. Trad. David Palacios. **Terra Brasilis [Online]**, n. 4, 2015. 40 p. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1308>

LAW, John. On the methods of long-distance control: vessels, navigation and the Portuguese route to India. **The Sociological Review**, v. 32, n. 1, p. 234-263, 1984. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1984.tb00114.x>

LEFEBVRE, Henri. [1974] **The Production of Space**. Cambridge e Oxford:



Blackwell, 1991. 454 p.

LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel. Espace. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (org.). **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003. p. 325-333.

MATOS, Jorge Semedo de. Os primeiros Roteiros de Lisboa à Índia e o conhecimento náutico no princípio do século XV. In: **X Reunião Internacional de História da Náutica**, Rio de Janeiro, 2000. 21 p.

NIETO OLARTE, Mauricio. Las máquinas del imperio y el reino de Dios. Reflexiones sobre ciencia, tecnología y religión en el mundo atlántico del siglo XVI. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2013. 266 p.

OLIVA, Jaime. Desnaturalizar o espaço e a natureza: caminho para alternativas cartográficas. In: AGUIAR, Lígia Maria Brochado de; SOUZA, Carla Jussélia de Oliveira (org.). **Conversações com a Cartografia Escolar: para quem e para que**. São João Del Rei: Universidade Federal de São João Del Rei, 2016. p. 83-96.

O'GORMAN, Edmundo. [1958] **La invención de América**: investigación acerca de la estructura histórica del Nuevo Mundo y del sentido de su devenir. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. 197 p.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Impérios em Concorrência**: Histórias Conectadas nos Séculos XVI e XVII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012. 375 p.

TUAN, Yu-Fu. [1977] **Espaço e Lugar**. A perspectiva da experiência. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1983. 250 p.

DO COMUM AO PRÓPRIO: A TOPOGÊNESE DA BAÍA DE GUANABARA

Bernardo José Alvarez de Castro¹

RESUMO

Este trabalho discute a ideia de topogênese, isto é, a criação de lugares singulares na superfície terrestre. Parte-se do estudo de caso da Baía de Guanabara, que abriga a cidade do Rio de Janeiro, para discutir o processo que dá origem a um novo lugar no mundo. Para isso, realizou-se uma discussão guiada pela etimologia para verificar as origens dessa categoria de classificação das formas terrestres e identificar as qualidades essenciais atribuídas às baías. Em seguida, foram analisados mapas dos séculos XVI e XVII que apresentam a Baía de Guanabara como tema central da composição. Argumenta-se que a topogênese não se resume aos procedimentos de criação de categorias gerais para classificar lugares e à atribuição de toponímias, embora isso seja fundamental. A descrição dos lugares em imagens gráficas, sobretudo mapas, também é indissociável a esse processo. Os mapas criam e consolidam composições que apresentam as principais características atribuídas aos lugares, tanto as genéricas quanto as particulares. No final, conclui-se que os mapas criam lugares ao apresentá-los graficamente.

Palavras-chave: apresentação de lugares, imagens de lugares, descrição geográfica, cartografia histórica.

ABSTRACT

This paper discusses the idea of topogenesis, that is, the creation of unique places on the Earth's surface. It starts with the case study of Guanabara Bay, which houses the city of Rio de Janeiro, to discuss the process that gives rise to a new place in the world. An etymological discussion was conducted to verify the origins of this category of classification of landforms and to identify the essential qualities attributed to bays. Subsequently, maps from the 16th and 17th centuries featuring Guanabara Bay as the central theme of their composition were analysed. It is argued that topogenesis is not limited to the procedures of creating general categories for classifying places and assigning toponyms, although this is fundamental. The description of places in graphic images, especially maps, is also inseparable from this process. Maps create and consolidate compositions that present the main characteristics attributed to places, both generic and particular. In the end, it is concluded that maps create places by presenting them graphically.

Keywords: presentation of places, pictures of places, geographic description, historic

¹ Mestre em Geografia. Doutorando em Gestão e Organização do Território no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG-UFRJ). Contato: Bernardocastro.geo@gmail.com. Este trabalho teve apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

cartography.

INTRODUÇÃO

Vários autores têm salientado o papel fundamental da geografia na tarefa de apresentar o mundo, o que pode ser feito tanto por meio da produção de imagens gráficas, como também por meio de descrições textuais de lugares (COSGROVE, 2018; GOMES, 2017). Uma parte essencial e concomitante ao empreendimento geográfico de apresentar o mundo, no entanto, consiste no próprio processo de constituição de lugares, aqui denominado de topogênese.

Utiliza-se a noção de topogênese para indicar que todo lugar ou unidade geográfica possui uma origem histórica e, portanto, pode ser interpretado em seu processo de criação. Os lugares ou *tópoi*, definidos aqui como unidades físicas da superfície terrestre com características particulares (ABREU, 2010, p. 15), não são dados da natureza ou entidades físicas que existem independentemente de procedimentos que os definem. Eles resultam de uma série de expedientes geográficos que classificam, descrevem e organizam a diversidade espacial do mundo².

O uso dessa noção permite acompanhar a maneira pela qual uma área qualquer da superfície terrestre, que até um determinado momento encontrava-se indistinta em relação a outras áreas do mundo, transforma-se em um lugar, em uma entidade geográfica definida e delimitada. O novo lugar nasce pertencendo a um gênero que abriga outros lugares semelhantes, mas distingue-se desses outros *tópoi* ao receber um nome próprio, uma toponímia.

Pode-se resumir os procedimentos da topogênese da seguinte maneira. Parte-se, inicialmente, da formulação de categorias gerais, que podem ser aplicadas a diferentes casos, para então classificar formas terrestres e acidentes geográficos singulares dentro dessas mesmas categorias. Posteriormente à classificação das formas terrestres dentro dessas classes gerais, procede-se à atribuição de um nome próprio, o que confere singularidade ao lugar. A topogênese, contudo, não se resume a isso, embora esses procedimentos sejam fundamentais.

² Existem alguns trabalhos na geografia histórica que abordam a noção de topogênese, como Seemann (2005), Bourdon (2020), Ounoughi (2020), e Montety (2021). Em geral, a ênfase de tais produções, no entanto, recai sobre os processos toponímicos, com poucas considerações sobre o papel das imagens gráficas.

Há, como se pode notar, uma primeira tensão entre o genérico e o particular nos procedimentos descritos. Por um lado, todo lugar é particular, é único por definição. Mas todo lugar também compartilha características com outros lugares semelhantes, e é isso que nos permite classificá-los dentro de categorias gerais, tal como rio ou baía, por exemplo. Por outro lado, a própria formação de uma categoria necessariamente origina-se da abstração de características gerais encontradas em lugares particulares, que, doravante, passam a ser utilizadas de maneira genérica para classificar outras localizações.

Essa articulação entre o genérico e o particular remete a ideias filosóficas muito antigas. Referimo-nos à noção de quiddidade de Aristóteles (2000), que estabelece a presença necessária de certos atributos essenciais de uma categoria para afirmar que algo pertence a esse gênero de seres. De acordo com Aristóteles (2000), todas as coisas particulares possuem certo número de qualidades universais compartilhadas com outras coisas que fazem parte do mesmo grupo. Transferindo essa ideia ao estudo aqui em questão, pode-se inferir que todos os lugares, quando categorizados em um gênero como rio, baía ou montanha, também devem exibir elementos que caracterizem sua quiddidade. Seguindo no exemplo inicial da forma terrestre baía, pode-se concluir que há características gerais que fazem uma baía ser uma baía, embora elas sejam encontradas em diferentes graus e formando composições singulares nas baías particulares.

Os procedimentos que caracterizam a topogênese, entretanto, ultrapassam a criação de classes gerais e a subsequente classificação de casos particulares nesses gêneros a partir da atribuição de toponímias que congreguem o genérico e o singular. A apresentação dos lugares em imagens também é essencial. A principal contribuição deste estudo reside na valorização das imagens gráficas no processo de topogênese, a partir da análise de um pequeno conjunto de mapas históricos produzidos no período colonial. Os mapas não se limitam a ilustrar esse processo; ao contrário, eles desempenham um papel fundamental na constituição do próprio lugar, na medida em que este é desenhado e apresentado graficamente. Somente após isso pode-se reconhecer que determinado lugar toma existência, mesmo admitindo-se que os mapas preservam um alto grau de diversidade nas maneiras de descrever um mesmo lugar.

É necessário considerar a importância das imagens gráficas como fontes primárias do processo de topogênese. Isso ganha especial relevância tendo em vista a grande ênfase e, por vezes, a exclusiva consideração das toponímias. Assim, alguns

estudos utilizam mapas unicamente como fontes para identificar e extrair os nomes geográficos. Isso possibilita a análise histórica da evolução das toponímias e da própria formação territorial de determinadas áreas (MENEZES *et al.*, 2015). Embora esses trabalhos sejam relevantes, os mapas, nesses casos, são concebidos como meros registros que guardam a memória das mudanças nas nomenclaturas. A composição das imagens e o desenho do lugar, no entanto, raramente são levadas em consideração como parte do processo de criação de um lugar.

A partir do estudo de caso da Baía de Guanabara, este trabalho demonstra que os mapas não se restringem apenas a ilustrar a topogênese, como se fossem elementos secundários. Eles constituem, em certa medida, o próprio processo.

Para compreender a topogênese da Baía de Guanabara, então, perguntamo-nos sobre a origem da classificação das formas terrestres denominadas “baías”. A resposta a essa pergunta permitiu reconhecer os atributos fundamentais associados a elas. A partir disso, foi possível compreender como essa forma de classificação se aplicou ao caso particular do lugar que hoje conhecemos como Baía de Guanabara, analisando, para isso, de que maneira esses atributos genéricos foram figurados graficamente nos primeiros mapas que a apresentam.

Além da forma baía, que é uma feição geográfica, há nessa topogênese o nome próprio *Guanabara*. De acordo com Sampaio (1987), a palavra Guanabara é composta de dois termos tupis: *Goá*, que significa seio ou bacia; e *Pará*, que pode ser traduzido como mar. Conectando os dois vocábulos, encontra-se a partícula *nã*, que estabelece uma relação de semelhança entre os termos. Guanabara, portanto, quer dizer mar semelhante a um seio, ou, como ficou consolidado, seio de mar. Os registros mais antigos do uso da toponímia Guanabara aparecem na segunda metade do século XVI. Primeiro no relato de viagem de André Thevet, *Singularidades da França Antártica*, publicado pela primeira vez em 1557 na França. Na cartografia, a adoção de Guanabara surge primeiro nos mapas também de André Thevet, publicados em *Le grand Insulaire et pilotage* a partir de 1586. Desde então, esse nome foi utilizado alternadamente com o nome “Baía do Rio de Janeiro” para se referir a esse *tópos*.

DO COMUM AO PRÓPRIO: A CATEGORIA BAÍA E O TÓPOS BAÍA DE GUANABARA

A primeira pista para reconhecer as características e atributos fundamentais associados às baías está na própria origem etimológica do termo. A etimologia revela as características inicialmente reconhecidas e depois cristalizadas em um nome, que posteriormente serviu para ser aplicado a múltiplos casos particulares. A bibliografia registra pelo menos duas explicações etimológicas possíveis do termo baía, ambas relacionadas a distintas épocas de expansão da navegação marítima.

A primeira remonta à antiga cidade romana *Baiae*, situada no golfo de Puteoli, na atual região da Campânia, na Itália. Esta cidade era um porto importante, especialmente para a colônia grega de *Cumae* e, posteriormente, para os romanos. O *Sinus Baianus*, a baía onde a cidade de *Baiae* se localizava, era vital para o comércio da região. A palavra "baía" teria evoluído de "*Baiae*", associando a cidade ao porto natural em que estava situada (ASHBY, 1911; STILLWELL *et al.*, 1976). Existe a hipótese de que em algum momento da história tenha ocorrido uma associação entre a cidade, sua importante função portuária e a forma terrestre na qual ela se assentava e que servia como porto natural, o *Sinus*. No nome próprio *Baiae*, todos esses sentidos teriam sido amalgamados e o nome converteu-se em um substantivo comum para denominar todas as formas terrestres semelhantes que congregavam a morfologia de enseada, o abrigo de uma cidade e a função de porto natural.

Algum tempo depois, na passagem da Antiguidade para a Idade Média, o polímata Isidoro de Sevilla (c. 556-636), em sua obra *Etymologiae*, menciona que "baía" (*baia* em latim) era sinônimo de porto, derivando do verbo "*baiolare*" (transportar mercadorias), definindo-a desta forma: “[...] um lugar protegido da exposição aos ventos, onde os ventos de inverno dificultariam as coisas [...]. Os antigos o chamariam baía (*baia*), do verbo transportar mercadorias (*baiolare*) [...]” (*ETYMOLOGIAE*, XIV, VIII, 40). Para Isidoro, então, a forma terrestre baía designava um porto natural e a origem de seu nome e significado provinham dos antigos que haviam associado a ação de transportar mercadorias a essa forma terrestre.

A segunda explicação etimológica sugere que "baía" deriva do francês medieval "*baie*", oriundo do verbo "*baer*" (abrir), que também é utilizado com o sentido de

bocejar no francês moderno (*bayer*). Este termo era usado para descrever aberturas no litoral, semelhantes a uma boca aberta, o que possibilitava uma forte interação entre terra e mar. Registros do século XIV das *Crônicas de Froissart*, que narram alguns acontecimentos da Guerra dos Cem Anos (1337- 1453), mencionam "*baie*" referindo-se a baías no Golfo da Biscaia. É o caso da Baía de Bourgneuf (BAIE, 1994).

Durante o século XV, a palavra "baía", derivada do antigo verbos francês, chegou ao espanhol e ao português (Corominas; Pascual, 1984), tendo sido reconhecida em documentos que narram a expansão marítima portuguesa na África (Cunha, 2014). O registro mais antigo que se tem dessa palavra aparece nas *Crônicas dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do infante D. Henrique*, escrita por Gomes Eanes de Zurara (1410 – 1474) em 1453 (CUNHA, 2014). Há, portanto, uma coerente coincidência entre a evolução e disseminação desse termo com as épocas de expansão do comércio marítimo. Isso ressalta a necessidade de se fazer apelo à categoria de baía para fazer o reconhecimento de novos litorais navegáveis, sobretudo tendo-se em vista a importância dessa forma terrestre na navegação de cabotagem, tal como era prática à época.

A pesquisa etimológica permitiu identificar as qualidades essenciais associadas à categoria baía: a morfologia de enseada ou golfo que faz uma abertura no litoral, propiciando o avanço do mar em direção ao continente; a situação topográfica que favorece o fundeamento de embarcações e o abrigo de cidades; a função portuária; a interface entre terra e mar; o estabelecimento de conexões com outros lugares por meio da navegação marítima. São essas as características mais gerais que se fazem presentes para que seja possível classificar um lugar como baía. Foram essas as qualidades reconhecidas no local que se tornaria a Baía de Guanabara, embora combinadas de maneiras muito diversas. Nos seus primeiros mapas, tais atributos foram traduzidos graficamente.

Os mapas analisados revelam aspectos inesperados e hesitações no desenho da Baía de Guanabara, não porque apresentam possíveis erros de representação, mas porque são constituídos pela ambiguidade que é própria ao processo de criação de um lugar. Não partimos do pressuposto de que há uma representação perfeita da realidade e de que os mapas deveriam ser avaliados a partir da correspondência que estabelecem entre a representação e o lugar tal como se apresenta. Os mapas apresentam o mesmo

lugar evocando-o de maneiras diferentes, ressaltando ora um conjunto de qualidades e atributos, ora outro, a depender dos interesses e de fatores contextuais envolvidos no seu processo de produção. Seguimos aqui a abordagem analítica das imagens gráficas proposta por Gomes (2013, 2017), aplicando-a ao caso dos mapas. Os mapas, assim como as imagens em geral, não são interpretados como cópias imperfeitas da realidade, mas como maneiras de apresentar o mundo e os lugares, de evocá-los e de pensar sobre eles (GOMES, 2013, 2017).

Embora com variações, a heterogeneidade nas maneiras de se apresentar a Baía de Guanabara nos mapas estudados abriga alguns atributos e elementos composicionais que são sempre figurados nas imagens. Essa composição compósita das diversas apresentações da Baía de Guanabara é o que faz ela ser o que é. Os mapas figuram os elementos e atributos que constituem sua quiddidade. A esses atributos genéricos, isto é, encontrados em outras baías do mundo, se somam aqueles que são particulares, encontrados somente na Baía de Guanabara.

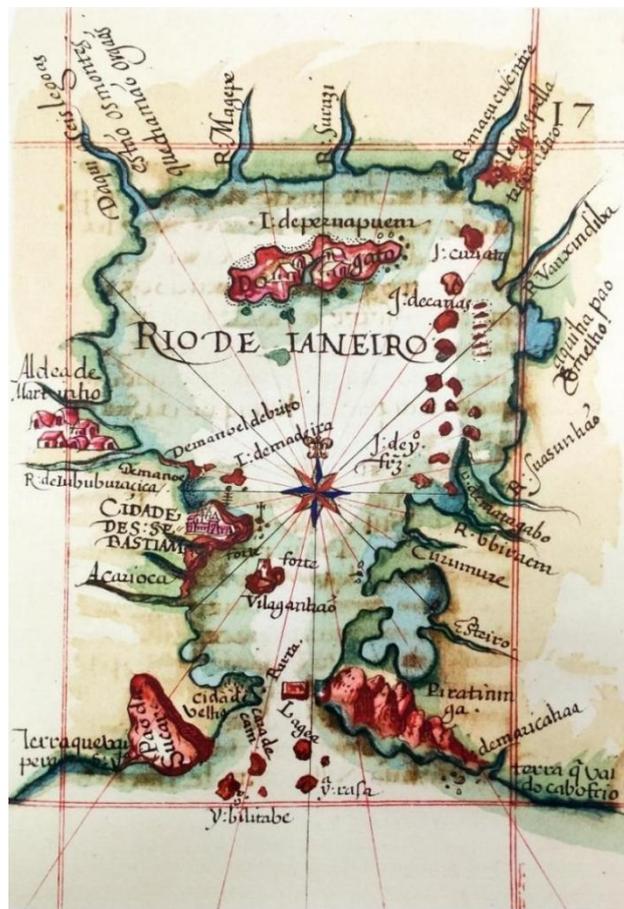
ENTRE RIOS E BAÍAS

Neste trabalho, interpretamos inicialmente dois mapas que apresentam a Baía de Guanabara respectivamente com a morfologia típica da forma terrestre baía (figura 1) e de rio (figura 2). Eles são muito expressivos. Por um lado, exibem os atributos essenciais que recorrentemente aparecem nos primeiros mapas que apresentam a Guanabara; por outro, trata-se de dois mapas que, embora guardem as características mais gerais da Baía de Guanabara, também mostram variedades e diferenças nas maneiras pelas quais ela foi apresentada cartograficamente. Um terceiro mapa (figura 3) foi incluído aqui para ressaltar que essas características não são absolutas, mas que elas se misturam e, dessa forma, criam apresentações originais³.

³ Outros mapas produzidos entre o século XVI e meados do século XVIII, cujo principal lugar figurado é a Baía de Guanabara, foram analisados na minha dissertação de mestrado, intitulada *Quadros da Guanabara: uma baía e suas apresentações* (2024). Optou-se aqui, por motivos de economia do texto, apresentar apenas esses três. Eles são representativos dos principais tipos de mapas que tinham como objeto central a Baía de Guanabara no período em questão. Mais detalhes dessa discussão podem ser encontrados na tipologia construída na referida dissertação, baseada na forma, no enquadramento e na composição dos mapas.

A comparação dos mapas evidencia a não-linearidade da topogênese, o que diverge consideravelmente dos estudos tradicionais de cartografia histórica, nos quais em geral procura-se ver a evolução ou aperfeiçoamento das representações dos lugares ao longo do tempo. Essa suposta evolução, entretanto, não se verificou empiricamente nesta pesquisa. O mapa com formato de rio, datado de cerca de 1666, é posterior ao outro de 1586, e a muitos outros que já apresentam a Guanabara com a morfologia típica de uma baía.

Figura 1: A baía do Rio de Janeiro e a cidade de S. Sebastiam, Luís Teixeira, ca. 1586.



Fonte: Luís Teixeira. Roteiro de Todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães. Circa 1586. Biblioteca da Ajuda, Lisboa.

A Baía de Guanabara é figurada no mapa de Luís Texeira com o desenho mais próximo da figura de uma baía, isto é, a de um corpo d'água cercado pelo continente por quase todas as direções e com uma única saída bastante estreita para o mar. Os principais elementos composicionais que caracterizam a Baía de Guanabara são aí figurados: as ilhas de diversos tamanhos e funções; a cidade do Rio de Janeiro situada em sua margem

composicionais também aparecem aqui, embora figurados de maneiras diferentes: a cidade do Rio de Janeiro é descrita como um conjunto de construções aglomeradas ao longo de um arco praial; diversas fortificações podem ser identificados (o Forte de São João e a Fortaleza de Santa Cruz nas duas extremidades da barra, o Forte de São Tiago na frente da cidade); as ilhas; o Pão de Açúcar; a rede hidrográfica e diversas outras povoações posicionadas nas margens da baía. Essa forma de apresentar a Baía de Guanabara com um formato alongado e linear que a aproxima à figura de um rio, ressalta, no entanto, outros atributos associados às baías, sobretudo a ideia de interface e de conexão. Há a evocação de que a Baía de Guanabara avança para além daquilo que aparece no enquadramento do mapa; há a sugestão de continuidade para o interior do continente, o que é acentuado pela figuração dos rios no fundo, mas também para o oceano, na medida em que a entrada é mais extensa e, portanto, aberta a fluxos nos dois sentidos. A Baía de Guanabara é o objeto espacial que cria essas conexões.

Figura 3: Capitania do Rio de Janeiro, João Teixeira Albernaz, 1631.



Fonte: Capitania do Rio de Janeiro, de João Teixeira Albernaz I. In: Estado do Brasil coligido das mais certas noticias q pode aventar Dõ Ieronimo de Ataide, 1631. Museu Histórico e Diplomático/ERERIO/MRE/Mapoteca [Mapoteca do Itamaraty].



O mapa *Capitania do Rio de Janeiro*, de João Teixeira Albernaz, apresenta a Baía de Guanabara com uma figuração híbrida em relação aos dois anteriores. Por um lado, o mapa apresenta a figura de um rio dentro do corpo aquático da Guanabara. Esse efeito é produzido pela inscrição de uma rota de navegação no centro da baía, visivelmente mais escura em relação ao resto da imagem. A qualidade de abrigo e proteção também é encenada, sobretudo pela consideração da estreiteza da barra, protegida por fortalezas nas duas extremidades. A cidade do Rio de Janeiro aparece como uma povoação quase peninsular, resguardada no interior da baía.

O fundo da Baía de Guanabara aparece praticamente cindido da porção inferior do corpo d'água. Ele é separado pela cidade que avança sobre o mar em direção à margem oposta. Nessa região do fundo, as características de escoadouro da rede hidrográfica e de convergência de fluxos é preservada, tal como aparecia no mapa de Luís Teixeira (figura 1). A figuração da circulação dos navios, no entanto, indica que se trata de uma apresentação cujo principal objetivo é apresentar a Baía de Guanabara em sua função de porto marítimo, fazendo parte de um circuito que constitui uma rede de circulação entre lugares conectados pelas rotas marítimas transatlânticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise atenta dos mapas revelou a importância fundamental das imagens gráficas na topogênese. O exame não pode se restringir às toponímias; as imagens também desempenham um papel crucial nesse processo. Elas cristalizam atributos e qualidades que são associadas aos lugares, contribuindo de maneira significativa para a compreensão e a apresentação dos lugares. Outro aspecto deste trabalho é a constatação de que a topogênese não é necessariamente caracterizada por uma lógica linear e evolutiva. Embora a noção de processo seja frequentemente associada à ideia de evolução como um aprimoramento contínuo ao longo do tempo, a análise da topogênese da Baía de Guanabara demonstra que a criação de um lugar não segue inevitavelmente essa lógica evolutiva sobre as supostas representações mais apropriadas. Essa perspectiva desafia a concepção tradicional de processo e destaca a complexidade inerente aos processos de formação dos *tópoi*.



O último aspecto a ser destacado consiste no reconhecimento de que os lugares da superfície terrestre são caracterizados pelo amálgama de atributos genéricos, compartilhados com outros lugares incluídos na mesma ordem de classificação; e qualidades exclusivas e individuais, que só podem ser identificadas naquele lugar específico. A Baía de Guanabara explica com eloquência essa dualidade. Embora ela apresente características morfológicas e funções comuns a outras baías, como abrigo, porto natural e interface entre terra e mar, ela também possui qualidades únicas que a distinguem de todas as outras baías do mundo. E mesmo as características mais gerais encontradas em outras baías, inevitavelmente aparecem modificadas e se combinam em graus variados para formar composições inéditas e imprevistas.

Pode-se sintetizar a quiddidade da Baía de Guanabara nas oposições que se complementam e, desse modo, a caracterizam. Primeiro, a que se manifesta nas ideias contrárias de confinamento e abertura, evocadas pela sua morfologia que se alterna entre a aparência de um rio que se estende para além daquilo que a imagem mostra; e a figura de uma baía quase fechada em si mesma e isolada do oceano. Depois, a oposição de funções, que variam desde abrigo e proteção contra invasões externas, até a facilitação e incentivo de conexões e fluxos espaciais de longo alcance e em diversas direções. De rio à baía, assim é a Guanabara.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda. & Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2010, v. 1.

ARISTÓTELES. **Tratados de Lógica (Órganon)**. Madrid: Editorial Gredos, 3 ed., 2000. Tomo 1.

ASHBY, T. Baiae. In: CHISHOLM, H. (Ed.). **Encyclopædia Britannica**. 11. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1911. v. 3, p. 214–214.

BAIE. In: **Le Trésor de la langue française informatisé (1971-1994): Dictionnaire de la langue du XIXe et du XXe siècle (1789-1960)**. Éditions du CNRS/Gallimard, Paris, 1994. <https://www.cnrtl.fr/definition/baie>. Acesso em : 17/06/2024.

BOURDON, Étienne. Comment penser les savoirs géographiques à l'époque moderne (XVe- XIXe siècle) ? **Revue de géographie historique**, 17-18, 2020, mis en ligne le 03 novembre 2020, consulté le 07 septembre 2024. URL:



<http://journals.openedition.org/geohist/286>. <https://doi.org/10.4000/geohist.286>.

COROMINAS, Joan.; PASCUAL, José Antonio. **Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico**. Madrid: Editorial Gredos, 1984. v. 1.

COSGROVE, Denis. **Geography and Vision: Seeing, Imagining and Representing the World**. Londres: I.B. Tauris, 2008.

CUNHA, Antonio Geraldo. **Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval**. Edição revisada. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Quadros Geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O Lugar do Olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de et al. Dinâmica Cartográfica e Toponímica no Estado do Rio de Janeiro (Século XVI-XX): Resultados Preliminares e Perspectivas Futuras. **Revista Brasileira de Cartografia**, [S. l.], v. 67, n. 4, p. 837–850, 2015. <https://doi.org/10.14393/rbcv67n4-49113>. Acesso em 17/06/2024.

MONTETY, Felix de. La toponymie commetraduction? **Terra Brasilis**, 15, 2021. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.8583>.

OUNOUGH, Samia. Les voyageurs britanniques et la pensée géographique sur les Alpes (1858-1899) : analyse linguistique en contexte de la topogénèse à la toponymation. **Revue de géographie historique**, 17-18, 2020. <https://doi.org/10.4000/geohist.1036>.

SAMPAIO, T. **O Tupi na Geografia Nacional**. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

SEEMANN, Jörn. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. **Revista Vivência**, n. 29, p. 207-224, 2005.

SEVILLA, I. **The Etymologies of Isidore of Seville (Etymologiae)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

STILLWELL, R.; MACDONALD, W. L.; MCALISTER, M. H. **The Princeton Encyclopedia of Classical Sites**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1976.

A QUESTÃO CARTOGRÁFICA E A GOVERNABILIDADE DO BRASIL OITOCENTISTA: O CASO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL

Amanda Chiamenti Both¹

RESUMO

O objetivo desse artigo consiste em identificar e analisar os mecanismos de relação entre a administração provincial e imperial e a produção das representações cartográficas das províncias, a partir da Carta Topográfica da Província do Rio Grande do Sul, de Eleuthério de Camargo, publicada em 1868. Essa foi a principal iniciativa cartográfica do governo provincial no Segundo Reinado e sua elaboração estendeu-se por quase duas décadas. A partir da proposta de John Harley, analisamos os diferentes contextos que envolveram a produção do mapa. Dessa forma, constatamos que a necessidade da produção de um novo mapa não era causada pela ausência de produções cartográficas da província, mas pelo desejo dos presidentes de província de disporem de uma representação do Rio Grande do Sul que fosse adequada às demandas da administração provincial.

Palavras-chave: administração provincial, cartografia histórica, Eleuthério de Camargo, presidentes de província

ABSTRACT

This paper aims to identify and analyze the relation mechanisms between provincial and imperial administration and the production of cartographic representations of the provinces based on the Topographic Map of the Province of Rio Grande do Sul, by Eleuthério de Camargo, published in 1868. This was the main cartographic initiative by the provincial government during the Second Reign and its elaboration extended over nearly two decades. Following John Harley's proposal, we analyzed the different contexts involved in the map's production. Thus, we found that the need for a new map was not due to a lack of cartographic productions in the province but rather the provincial governors' desire for a representation of Rio Grande do Sul that met the needs of the provincial administration.

Keywords: provincial administration, historical cartography, Eleuthério de Camargo, province presidents

¹ Pesquisadora da Universidade de São Paulo / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo/ SP – Brasil. Contato: amaboth@hotmail.com. Este trabalho conta com o financiamento da Fundação de amparo à pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Bolsa de pós-doutorado (processo nº 2023/17965-0).

INTRODUÇÃO

A construção do Estado nacional brasileiro foi um processo complexo, multifacetado, com uma arquitetura espacial que abarcava diferentes regiões e continentes, perpassado por temporalidades distintas. Um ponto essencial desse processo foi a configuração de uma maneira de administrar o território de dimensões continentais de forma a conceber uma unidade nacional, que era inexistente (PIMENTA, JANCSÓ, 2000). Nesse sentido, nas últimas décadas tem se desenhado um movimento da cartografia histórica no sentido de compreender se as representações cartográficas do território afetaram a construção dos Estados e das nações (KANTOR, 2016). A constituição de uma arquitetura institucional e do espaço nacional seriam, portanto, faces distintas de um mesmo processo.

Portanto, *os mapas eram tanto “instrumentos da criação e expansão do Estado”, quanto “parte mesma do processo de construção da Nação”* (PEIXOTO, 2005, p. 14). Isso porque o espaço nacional não foi um dado herdado da América portuguesa, mas uma construção que envolveu interesses antagônicos e cujas conformações expressam escolhas políticas. Diante disso, o presente artigo tem por objetivo identificar e examinar as imbricações entre a administração provincial e a produção das representações cartográficas das províncias.

O ponto de partida será a produção da Carta Topográfica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, encomendada pelo presidente da província.² A escolha deve-se ao fato de essa ter sido a principal iniciativa da administração provincial para mapear o território ao longo de todo o Segundo Reinado (1840-1889). Esse mapa, que começou a ser produzido ainda na década de 1850, foi finalizado apenas em 1868, pelo engenheiro Eleuthério de Camargo, empregado da repartição de Obras Públicas provinciais.

A Carta Topográfica de Eleuthério de Camargo será analisada sob a perspectiva dos diferentes contextos de produção que envolveram o seu processo de elaboração, buscando compreender, como postulou John Harley (2005), os valores e

² O nome completo é “Carta Topographica da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul. Confeccionada segundo os trabalhos officiaes existentes no Archivo das Obras Públicas Provinciaes. Concluída por ordem do Exmo. Snr. Dr. Francisco Ignacio Homem de Mello, Presidente da Provincia sob a direcção do Bacharel Antonio Eleuthério de Camargo Engenheiro da Provincia”, doravante chamada de mapa/carta de Eleuthério de Camargo.



intencionalidades que embasaram a construção do mapa. Nesse sentido, dedicamos especial atenção às condições técnicas de produção do mapa e ao contexto social, perpassado pelas questões circunstanciais e estruturais da província, na sua dimensão social, administrativa e econômica. Por fim, observamos o contexto de outros mapas, promovendo um estudo, ainda bastante inicial, com mapas resultantes de iniciativas do governo central.

O que se constatou foi que a administração provincial reivindicava a existência de uma carta da província que permitisse a melhor administração do território, não obstante a existência de um farto material cartográfico, sobretudo de origem militar. Essa aparente contradição pode indicar que a motivação para a elaboração dos mapas levava à construção de representações distintas de um mesmo território, as quais podiam ou não servir a determinadas finalidades.

Esses resultados, que serão discutidos a seguir, apontam para a complexidade das relações entre conhecimento cartográfico e administração, demarcando a relevância do tema.

OS CONHECIMENTOS CARTOGRÁFICOS SOBRE A PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL

No contexto do processo de Independência do Brasil, as províncias figuravam como a principal unidade administrativa do império, e, deste modo, eram centrais para a construção de uma unidade territorial. Isso porque era através do governo da província que se vinculavam os mais distantes rincões do império ao Rio de Janeiro. Não é difícil compreender o destaque dispensado à questão naquele momento, afinal, em um país de dimensões continentais, como delinear as relações das partes com o todo e manter a unidade territorial?

Não à toa, os primeiros constituintes apressaram-se em aprovar uma lei, já em outubro de 1823, que determinava a organização dos poderes provinciais. Para cada província seria designado um presidente, de livre nomeação do imperador, que era o chefe do poder executivo na província. As atribuições do presidente eram amplas e permaneceram essencialmente as mesmas ao longo de todo o período de existência do cargo (1823-1889): resolver temporariamente conflitos de jurisdição, fiscalizar as repartições públicas, prover cargos e apurar e dar parte ao governo de qualquer

acontecimento na província, por exemplo.

Observando-se as disposições legais, tratavam-se de “atribuições executivas no sentido estrito do termo” (DOLHNIKOFF 2005, p. 102). Todavia, a análise do cotidiano administrativo desvela a dimensão ampla, complexa e política de atribuições que, à primeira vista, são apenas executivas (BOTH, 2020). O ponto crucial de toda essa fiscalização era que ela tinha como consequência a *obtenção e o acúmulo de informações* completas sobre todos os aspectos da vida provincial ao qual pouquíssimas pessoas tinham acesso.

A busca por informações respondia a uma demanda imposta pela dimensão do território brasileiro: *como governar aquilo que não se podia ver?* Era necessário um trabalho de recolhimento, sistematização e produção de informações, que eram armazenadas na presidência e enviadas para o governo central (BOTH, 2020). A centralização, portanto, não consistia em domínio e subjugação das forças regionais e locais, mas na tentativa de centralizar a comunicação e as informações delas advindas, para, assim, saber como e quando agir.

Nesse sentido, os presidentes de província eram essenciais, uma vez que eram o ponto de interlocução dos circuitos institucionais de comunicação que foram sendo construídos e normatizados ao longo do século XIX. Essa era uma ação fundamental, pois a governabilidade dependia do acesso às informações do que ocorria no território, ou seja, a “operacionalização de circuitos de comunicação internos e externos à província consistiu no principal mecanismo utilizado para governá-la” (BOTH, 2020).

Contudo, essa solução colocava outra questão: a dependência de intermediários. As informações circulavam através de uma cadeia de interlocutores, os quais poderiam modificá-las da maneira que lhes fosse mais conveniente. Por isso, ao longo da era moderna, sobretudo nos impérios transoceânicos, foram sendo utilizados “*meios perfeitos*” de manter à disposição dos governantes todas informações de que eles necessitavam (Brendecke, 2016, p. 96). É nesse contexto que se amplia e aperfeiçoa o uso de *listas, questionários, quadros estatísticos, mapas de diferentes tipos, os quais eram considerados meios objetivos de coletar informações* (BRENDECKE, 2016).

Nesse sentido, Diego Bissigo (2021) interpreta os mapas como instrumentos



para a legibilidade do Estado³, os quais alicerçaram o estabelecimento de uma integridade territorial tecida a partir do Rio de Janeiro, mas que, ao mesmo tempo, permitiam às províncias melhor governar seus territórios. Por isso, a ausência de informações cartográficas à disposição dos administração provincial tornava-se um entrave ao governo. É isso que se constata por meio da leitura dos relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Sul ao longo do período de 1845 a 1889, nos quais são constantes as declarações dos prejuízos que sofre a província pela ausência de um mapa provincial.⁴

Em que pese as queixas dos presidentes, existiam mapas da província. Os mais conhecidos e referenciados nos próprios relatórios eram o “Mappa da Província de San Pedro”, de 1839, elaborado por José Pedro César, por encomenda do Visconde de São Leopoldo, presidente da província à época, e a “Carta Topográfica e Administrativa da Província de São Pedro do Sul”, de 1847, “feita por iniciativa de um grupo de empresários liderados pelo Visconde de Villiers de L’Ille Adam, que é o seu autor” (FIALHO, 2011, p. 6). Essas eram produções anteriores à Carta de Eleuthério, que começou a ser produzida oficialmente em 1857. Ainda assim, em 1858, o presidente Angelo Moniz da Silva Ferraz defendia a produção de uma carta topográfica da província, pois qualificava as existentes como, incorretas, e inexatas” (Ferraz, 1858, p. 5).

Além desses mapas, o Rio Grande do Sul era a segunda província em número de “produtos cartográficos do Exército” (PEIXOTO, 2004, p. 303), o que se devia à preocupação com a posição estratégica da província para a defesa do território. Dessa forma, o ponto colocado para a urgência de um mapa não parece ser motivado pela inexistência de cartografias da província. Por qual razão os mapas existentes não eram considerados adequados por sucessivos presidentes de província? Com base na

³ A legibilidade é definida por Bissigo como “a capacidade de “ler” um dado fenômeno ou realidade de forma sintética, e à distância, por meio de algum objeto mediador e permitir a tomada de decisões e intervenções qualitativas sobre os “recursos” do Estado” (BISSIGO, 2021, p. 19).

⁴ Os relatórios dos Presidentes de Província são importantes fontes para o estudo do poder executivo provincial, bem como das dinâmicas provinciais como tudo. Todavia, não devem ser encarados como o resumo de uma administração, visto que eram documentos produzidos para serem lidos na abertura dos trabalhos legislativos, ou seja, era por meio dos dados apresentados nesses relatórios que o presidente buscava influenciar as políticas da Assembleia, além de defender o seu trabalho à frente da província (BOTH, 2022).



pesquisa realizada até o momento, apontamos dois fatores como principais: 1 – muitos mapas não ficavam sob a guarda dos arquivos ligados ao executivo provincial, o que dificultava a utilização dos mesmos nas atividades administrativas, e 2 – os mapas existentes não atendiam, em alguma medida, as necessidades administrativas da província, o que não seria uma especificidade do Rio Grande do Sul, uma vez que Bissigo (2021, p. 87) constatou que “raramente” os presidentes consideravam os mapas provinciais “suficientemente bons”.

Em 1850, o presidente Francisco Soares de Andréa afirmou em seu relatório que havia acompanhado José Pedro César durante o processo de elaboração do mapa da província (1839) e que este não era confiável, uma vez que César não tinha feito uso de nenhum instrumento “com que pudesse verificar, ao menos, a posição relativa de alguns pontos” (Andrea, 1850, p. 21). Era essa a razão que tornava necessária a produção de uma nova carta, revelando que os trabalhos cartográficos militares existentes não eram considerados suficientes ou não estavam ao alcance da administração provincial.

Tiveram início então os trabalhos para a “nova carta geral da província”, contando com um orçamento aprovado pela Assembleia provincial de vinte contos de reis (ANDREA, 1850, p. 22) e com uma orientação clara do presidente: se não era possível chegar à “exatidão” do território, visto ser esse um trabalho que dependeria de muitos recursos e tempo, era preciso ter como resultado “coisa que se aproxime da verdade, o que é muito mais fácil, e menos dispendioso” (ANDREA, 1850, p. 21).

As falas do presidente Andrea explicitam a complexidade da empreitada. Não obstante a iniciativa para a nova carta seja de 1850, na nota explicativa incluída no mapa, que seria publicado apenas em 1868, consta que a carta começou a ser produzida apenas em 1857. Esse lapso temporal é sintomático do quanto as mudanças institucionais e partidárias na administração – modificação dos ocupantes dos cargos de chefia da repartição de obras públicas, criação e extinção de arquivos – influenciavam o andamento do trabalho. Ao longo do período estimado de produção do mapa, ele ficou sob a responsabilidade de 4 engenheiros, que estiveram submetidos a 15 presidentes da província.

Assim, se faz necessário investigar aspectos relacionados aos diferentes contextos de produção do mapa de Eleuthério de Camargo, partindo do entendimento

de que este é uma representação, que expressa valores, possui uma intencionalidade e é perpassado por relações de poder, tanto quanto utilizado para exercer o poder (HARLEY, 2005).

OS CONTEXTOS DE PRODUÇÃO DO MAPA DE ELEUTHÉRIO DE CAMARGO

O primeiro ponto a ser destacado é a dificuldade de acesso aos produtos cartográficos existentes. Se a produção militar acerca da província era vasta, ao que tudo indica, ela ficava sob guarda do arquivo militar e, nem sempre, cópias ficavam disponíveis para o poder provincial. Na “Exposição dos trabalhos historicos, geographicos e hydrographicos que serviram de base à Carta Geral do Império”, escrita pelo Barão da Ponte Ribeiro (1876), constata-se que a maior parte dos trabalhos (70,5%) que foram utilizados para conceber a representação do Rio Grande do Sul estava no Arquivo Militar. Esse acervo composto por mapas, plantas e planos, que remontavam aos primeiros anos da ocupação lusa no território sulino, manifestavam a preocupação em demarcar as fronteiras, em controlar o território ocupado pelos espanhóis e em mapear caminhos “por onde poderiam ir oportunamente por terra, forças da capitania de S. Paulo socorrer a colonia do Sacramento”.⁵

Cabe ainda destacar que, dos 13 mapas que não se encontravam sob guarda dos militares, 11 estavam no Ministério dos Negócios Estrangeiros e apenas dois eram resultado de iniciativas do poder provincial, a saber: o “Mappa da Província de San Pedro” (1839), de José Pedro César, e a “Carta Topográfica da província” (1868), de Eleuthério de Camargo. Claro que o fato de estarem arquivados em outros locais não implica, necessariamente, que estivessem fora do alcance dos engenheiros e cartógrafos provinciais.

Entretanto, o acesso aos materiais existentes era uma preocupação. Foi com o intuito de contornar esse problema que, em 1858, o presidente Angelo Muniz da Silva Ferraz relatou à Assembleia Provincial a compra efetuada pela presidência de 27 materiais que se encontravam em posse do engenheiro militar Felipe Normann, ex-engenheiro provincial. O acervo adquirido contava com cartas produzidas por ele de municípios da província, e cópias de outros trabalhos cartográficos, dentre os quais

⁵ Comentário ao “Mappa Geographico de uma parte da America Meridional” (RIBEIRO, 1876, p. 43).

estavam muitas cópias de diversas cartas feitas pela Comissão de Limites espanhola e portuguesas nas décadas de 1750 a 1789. O valor pago por esses “conhecimentos topográficos” foi de 3:200\$000. Nesse mesmo sentido, décadas mais tarde, em 1887, o vice-presidente Azambuja Villanova reclamou de trabalhos cartográficos “encaixotados e recolhidos ao Ministério da Agricultura”, os quais não teriam utilidade para a província caso não se conseguisse “do respectivo ministro a autorização para mandar extrair cópias para não perder-se tão valioso repositório” (VILLANOVA, 1887, p. 178).

A existência de produtos cartográficos sobre o território provincial não garantia, portanto, que os mesmos estivessem à disposição da administração provincial. Talvez por isso os presidentes queixavam-se tanto da falta de informações sobre o território. Em 1858, Angelo Moniz da Silva Ferraz declarou que “A falta de cadastro embaraça os mais necessários trabalhos administrativos. [...] Muitos lugares se nosso território de acham por explorar, ou descobrir, e o curso de alguns rios não é ainda conhecido” (FERRAZ, 1858, p. 5). Essa carência de informações colocava obstáculos à governação do território, uma vez que a conexão entre diferentes pontos da província era matéria de primeira importância, pois facilitava a comunicação, e, conseqüentemente, a administração, bem como os fluxos comerciais (DOLHNIKOFF, 2005).

Os presidentes das províncias focaram seus esforços para superar esses obstáculos em duas frentes principais: a construção de novas estradas e a obtenção de informações detalhadas sobre as condições de navegabilidade dos rios que cruzavam a província. Foi nesse sentido que, ao longo dos anos, reiteradamente os presidentes ordenaram aos empregados da Repartição de Obras Públicas que investigassem áreas consideradas pouco conhecidas, assim como o curso e as condições de navegação dos rios. Não era incomum que essas ordens incluíssem a instrução de “tomar notas de todos os dados próprios a auxiliar o levantamento da Carta Topográfica da Província” (ROCHA, 1862, p. 62). À vista disso, não causa surpresa que esses levantamentos e reconhecimentos sejam a maioria dos 76 trabalhos relacionados pelo chefe da repartição de obras públicas como materiais base para a elaboração da Carta Topográfica de Eleuthério de Camargo.⁶

⁶ Essa lista consta nos anexos do relatório do presidente da província Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, de 1867.



A produção desse mapa, assim como de outros da época, foi baseada em cópias de mapas anteriores e em informações fornecidas por pessoas familiarizadas com a região, além de dados coletados por engenheiros e agrimensores, cuja atuação se tornou mais frequente após a aprovação da Lei de Terras em 1850. Assim, a estrutura administrativa da província, com sua capacidade de ter acesso às informações e acervos de mapas, também influenciava na conformação de uma tradição cartográfica.

Entretanto, é possível que a tradição cartográfica provincial diferisse, ao menos parcialmente, da tradição cartográfica do governo central. No ano de 1865 foi publicado “Mapa do Sul do Império do Brasil e Paizes Limitrophes”, de H. L. dos Santos Werneck e C. Krauss, ambos engenheiros civis, por encomenda do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas. Esse mapa apresenta todo o território da província do Rio Grande do Sul, uma porção dos territórios das então províncias de Santa Catarina e do Paraná, parte da Argentina e do Paraguai, e todo o território do Estado Oriental, e buscava traçar um plano geral do sistema de viação férrea da província, assinalando as cidades, as linhas em construção e a construir, além de apresentar de forma detalhada a hidrografia e demais pontos do território.

No título do mapa consta que o mesmo foi “organizado segundo os trabalhos mais recentes”, sem indicação de quais seriam esses trabalhos. Embora estivessem sendo elaborados em períodos concomitantes, alguns indícios permitem levantar a hipótese de que o material utilizado para a construção do mapa de Krauss e Werneck (1865) não fosse o mesmo da carta de Eleuthério de Camargo (1868).

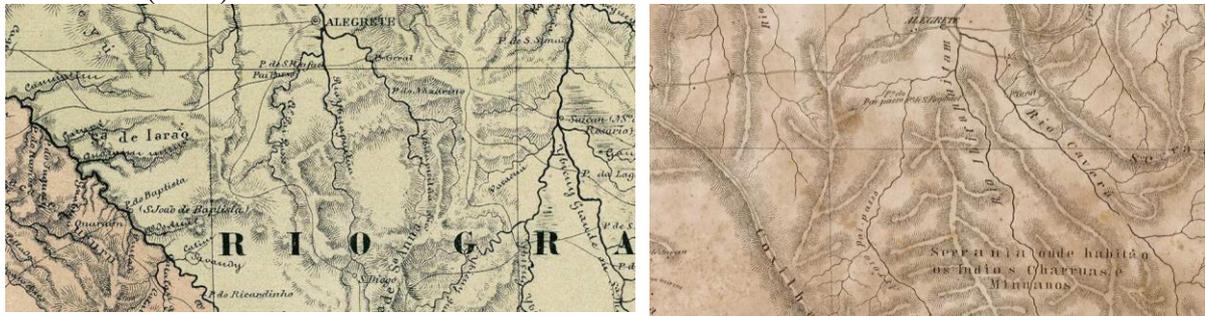
Em primeiro lugar, a forma como foi representado nos mapas uma região localizada na porção sudeste, próxima à fronteira, que no mapa de Eleuthério é indicada como “Serrania onde habitão os Índios Charruas e Minuanos”. Em 1887, o presidente José Francisco Queima utilizou esse elemento para, com indignação, reclamar dos equívocos do mapa da província, afirmando que a carta topográfica “não pôde ser pior e só teria valor se o fim que se teve em vista com a sua publicação fosse o de tornar desconhecida a topografia do Rio Grande do Sul”, dado que

Na nossa fronteira de Quaraí que é, como V. Ex. sabe, onde existem os melhores campos de criação de gado e que toda ela fora levantada com o maior cuidado pela comissão de limites presidida pelos generais barão de Caçapava e Pedro de Alcântara Bellegarde, pela carta do engenheiro

Camargo, em 1868 encontram-se serranias habitadas pelos índios charruas e minuanos!!! (QUEIMA, 1887, p. 177-178).

Diego Bissigo, ao analisar esse ponto, destacou que o mapa de Eleuthério de Camargo repetia a forma como a região estava representada no (mapa do Visconde de São Leopoldo, 1839), e que a indignação do presidente José Queima poderia ser motivada tanto pela constatação de um erro no mapa, quanto pela insatisfação em ver uma porção significativa do território e economicamente importante para a elite provincial atribuída aos indígenas (BISSIGO, p. 95-97). É possível que fosse um pouco de cada coisa, mas, é certo que a ideologia geográfica das elites partia da concepção de que o país era o um território a ser explorado e apropriado, processo que incluía a dominação das populações autóctones (Moraes, 2002). Independente do motivo que levou os engenheiros a essa decisão, a mesma toponímia não aparece no mapa encomendado pelo Ministério (figura 1).

Figura 1: Região próxima à fronteira do Quaraí em KRAUSS; WERNECK (1865) e CAMARGO(1868).



Fonte: KRAUSS; WERNECK, 1865, CAMARGO, 1868

Outro ponto que diferencia esses mapas remonta ao que Matthew Edney chamou de “constelações discretas da cartografia”. Entendemos que os levantamentos e reconhecimentos executados pelos engenheiros e agrimensores por ordem dos presidentes formavam um conjunto de mapas mais simples, com pequenas contribuições (EDNEY, 2011) que foram incorporadas ao mapa da província. Isso fica quando observamos a representação da porção noroeste da província do Rio Grande do Sul no mapa de Eleuthério, na qual dentro do território chamado de Campo das Vacas Brancas, está demarcado uma pequena região na linha da fronteira sob a indicação de

que se trata de um “Campo marcado para Colônias”.

Figura 2: Região do Campo das Vacas Brancas em KRAUSS; WERNECK (1865) e CAMARGO (1868).



Fonte: KRAUSS; WERNECK, 1865, CAMARGO, 1868

Essa demarcação foi resultado dos trabalhos de exploração da dita região de sucessivos presidentes de província e não consta no mapa de Krauss e Werneck, de 1865, como se pode observar na figura 2. Em 1857, o presidente havia mandado explorar os Campos das Vacas Brancas, mas esse trabalho não havia produzido “os resultados que se esperavam; pois que apenas se descobriu um faxinal com uma régua de comprimento, e três quartos em sua maior largura”. No ano seguinte, porém, declarou Angelo da Silva Ferraz que mandou:

“proceder a novos reconhecimentos sobre a possibilidade de estabelecer-se uma colônia militar na nossa Fronteira, e com efeito foi medido um quadrado, com 5 braças de cada lado, em campo limpo e plano, que servirá de praça à nova Povoação ou Colônia no porto do Uruguai, em frente ao antigo Povo de S. Francisco Xavier” (FERRAZ, 1858, p. 5)

O mapa de Eleuthério, encomendado e gerenciado pelo poder executivo provincial apresenta, portanto, especificidades em relação ao mapa encomendado pelo poder executivo central que foi elaborado em um mesmo período, uma vez que incorpora conhecimentos que possivelmente estavam em posse da administração provincial, e deixa de incorporar outras representações do território que os presidentes qualificaram como mais precisas. Esse processo demonstra o quanto o conhecimento cartográfico de um território não segue um sentido linear e progressivo, dado que instituições produzem mapas para propósitos específicos (EDNEY, 2011, p. 336) e para compreendê-los é preciso investigar os seus contextos de produção (HARLEY, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapa topográfico da província do Rio Grande do Sul foi um artefato resultante de um longo processo, que contou com o empenho de diferentes instâncias e pessoas até ser concluído, em 1868, pelo engenheiro Eleuthério de Camargo, por ordem do presidente Homem de Mello. Havia grande interesse na conclusão e publicação desse mapa, o que é atestado pelos dois mil exemplares encomendados para impressão.

Como se demonstrou, a necessidade da produção de um novo mapa provincial não era causada pela ausência de produções cartográficas, mas no desejo dos presidentes de província de disporem de uma representação do Rio Grande do Sul que fosse adequada às demandas da administração provincial. Diante disso, observamos que os mapas influenciavam nas formas de administrar a província, da mesma forma que os mecanismos administrativos, especialmente no que se refere ao controle da comunicação e acúmulo de informações, impactaram a elaboração e interpretação dos mapas.

A motivação para a elaboração do mapa pode ser um dos elementos responsáveis pela diferença existente entre o mapa de iniciativa provincial e o mapa encomendado pelo poder executivo central. Todavia, as razões para essas divergências carecem de investigação mais aprofundada, visto que podem indicar tanto uma diferença de concepção acerca do território, quanto ser o resultado da utilização de diferentes produtos cartográficos no processo de elaboração dos respectivos mapas. De toda forma, fica evidente que as imbricações entre a administração provincial e as representações dos territórios são de fundamental importância para a se entender a construção do Estado nacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANDREA, Joze de Souza Soares de. **Relatório do estado da Província do Rio Grande de São Pedro apresentado ao Exmo. SR. Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno pelo Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andréa, em 1850**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1850_Jose_Antonio_Pimenta_Bueno_relatorio.pdf>. Acesso em 20 jul. 2024.

BISSIGO, Diego Nunes. **Um Estado de Visão: A cartografia na legibilidade do Brasil**

Império. 346 p. Tese (doutorado). UFSC - Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021.

BOTH, Amanda C. A vez das fontes oficiais: da necessidade da crítica às possibilidades de análise. In: BOTH, Amanda; NERY, Olívia (Orgs.). **Pesquisando em Fontes Históricas: experiências e desafios**. Belo Horizonte, MG: Editora Letrato, 2022. p. 14-27.

BOTH, Amanda C. **Administração provincial e governabilidade no império brasileiro: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes de província do Rio Grande do Sul (1845-1889)**. Tese (doutorado) - PUCRS, Porto Alegre, 2020.

BRENDECKE, Arndt. **Imperio e información: funciones del saber en el dominio colonial español**. Madrid: Iberoamericana, 2016.

CAMARGO, Antônio Eleutério de; FROTA, Manuel Francisco Falcão da; SILVA, Romualdo de Abreu e; et al. **Carta topographica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: confeccionada segundo os trabalhos officiaes existentes no Archivo das Obras Publicas Provinciaes**. Porto Alegre:[s.n.], 1868. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=94646&v_abas=1.

DE BIAGGI, Enali. Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira: Os mapas como um meio de delimitar o território. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, nº4, 2015.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

FIALHO, Daniela M. A Porto Alegre de Antônio Eleuthério de Camargo. In: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty, Rio de Janeiro. I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica - **Passado presente nos velhos mapas: conhecimento e poder**. Belo Horizonte: CRCH- UFMG, 2011.

HARLEY, John Brian. **La nueva naturaliza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografia**. México: Fondo de Cultura Economica, 2005.

KANTOR, Iris. Seeing the Nation through the Territory: some Historiographical Frameworks. **e-Journal of Portugese History**, v. 14, n. 1, p. 71- 85.

KRAUSS, Carlos e WERNECK, Hermenegildo. Mapa do Sul do Império do Brasil Paizes Limitrophes: organizado segundo os trabalhos mais recentes. Rio de Janeiro. Disponível em http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=95310&v_abas=1.

LOPES, Jonathan Felix Ribeiro. **Cartografia histórica e geopolítica do espaço brasileiro no contexto da colonização da América do Sul (séculos XVI-XVIII)**. Tese (doutorado) – Universidade de Lisboa, 2016.

MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. **Relatório com que o Exmo Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente em 13 de abril de 1868**. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1868. Disponível em: http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1868_Francisco_Ignacio_Marcondes_Homem_de_Mello_falla.pdf. Acesso em 19 jul. 2024.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. 4ª. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002. v. 1. 156p.

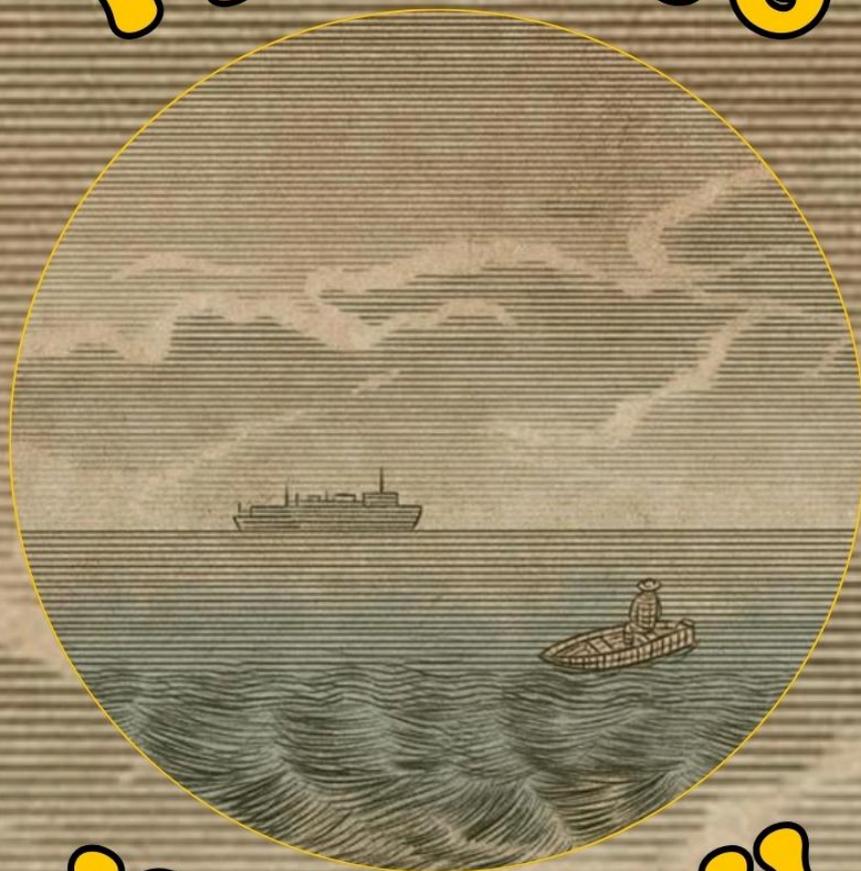
PEIXOTO, Renato Amado. **A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX**. Tese (doutorado) – UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2005.

PIMENTA, João Paulo e JANCÓS, István. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000.

ROCHA, Francisco de Assis Pereira. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Desembargador Francisco de Assis Pereira da Rocha na 1ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembléa Provincial, em 1862**. Porto Alegre: Typografia do Jornal – A Ordem, 1862. Disponível em: http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1862_Francisco_de_Assis_Pereira_ROcha.pdf. Acesso em 18 jul. 2024.

VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Joaquim Jacintho de Mendonça por S. Ex. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova ao passar-lhe a administração da província do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/182#?c=0&m=94&s=0&cv=1&r=0&xywh=1315%2C63%2C4580%2C3231>. Acesso em 18 jul. 2024.

VI ENHG



IV ENGH

Anais do VI Encontro Nacional de História da Geografia e IV Encontro Nacional de Geografia Histórica realizado em Salvador entre os dias de 15 e 18 de outubro de 2024, na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

ISBN: 978-65-01-30418-2

100



9 786501 304182

REALIZAÇÃO:



Rede Brasilis



APOIO:



Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

